

GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO



ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
v. 46, n. 1

**DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA**

REVISTA ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL)  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)  
Faculdade de Ciências e Letras de Assis  
Avenida Dom Antônio, 2100.  
CEP 19.806-900 - Prédio I  
Parque Universitário – Assis – SP – Brasil  
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>  
[estudoslinguisticos@gel.org.br](mailto:estudoslinguisticos@gel.org.br)

**Comissão Editorial**

Prof. Dr. Marcelo Módolo, Universidade de São Paulo (USP)  
Prof. Dr. Oto Araújo Vale, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)  
Profª. Dra. Luciani Ester Tenani, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
(UNESP- São José do Rio Preto)  
Profª. Dra. Maria Irma Hadler Coudry, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Profª. Dra. Angela Cecília de Souza Rodrigues, Universidade de São Paulo (USP)  
Profª. Dra. Beth Brait, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

**Editor responsável**

Carlos Eduardo Mendes de Moraes

**Auxiliar Editorial**

Milton Bortoleto

**Revisão, normatização, revisão de língua estrangeira e diagramação**

Letraria

[www.letraria.net](http://www.letraria.net)

**Conselho Editorial**

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Ré (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angelica Rodrigues (UNESP), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Francisco Topa (Universidade do Porto, Portugal), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôsko Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall'Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Caçado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Raquel Bello Vazquez (Universidade de Santiago de Compostela), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação anual

Estudos Linguísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.

Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.

Anual

ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>NOMINATA DE PARECERISTAS</b>	<b>8</b>
<b>FONOLOGIA</b>	
A formação de onomatopeias nos quadrinhos nacionais: questões ortográficas e fonológicas <i>Natália Cristine Prado</i>	27
O padrão entoacional das sentenças interrogativas parciais do português brasileiro em fala manipulada <i>Carolina Carbonari Rosignoli</i>	41
O padrão entoacional das sentenças neutras do português falado em São Tomé: uma análise preliminar <i>Gabriela Braga</i>	55
<b>GRAMÁTICA FUNCIONAL</b>	
Adjetivos Subjetivos sob a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional <i>George Henrique Nagamura</i>	71
Construções condicionais insubordinadas no português: usos metatextuais <i>Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale</i>	83
Norma e variação: valores simbólicos em oposição <i>Roberto Gomes Camacho</i>	98
A UNESP e a linguística brasileira <i>Ataliba Teixeira de Castilho</i>	109
<b>GRAMATICALIZAÇÃO</b>	
Motivações pragmáticas e(m) contextos <i>bridging</i> : o papel das inferências na gramaticalização <i>Luísa Ferrari</i>	138
<b>HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA</b>	
Prescrição e descrição: dois vieses na "Gramática Fundamental da Língua Portuguesa", de Gladstone Chaves de Melo <i>Saul Gomes Júnior</i>	154

Os estudos da linguagem na Idade Média: as ideias sobre sintaxe do Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa, de Tomás de Erfurt <i>Alessandro Jocelito Beccari</i>	172
---	-----

## **LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA**

Bivocalidade científico-poética em uma seleção de poemas de Arnaldo Antunes <i>Sandra Mina Takakura</i>	187
--	-----

Uma investigação dos elementos de coesão sequencial em dicionários escolares Tipo 4 <i>Daniela Faria Grama</i>	200
---	-----

O texto literário como <i>corpus</i> para análise lexical: <i>O Púcaro Búlgaro</i> de Campos de Carvalho <i>Caio Santilli Oranges</i>	213
--	-----

O ensino do léxico pelo recorte da coesão nominal <i>Maria Bernadete Rehfeld</i>	226
---	-----

A toponímia no estado de Minas Gerais: estudo dos zootopônimos <i>Cassiane Josefina de Freitas</i>	240
---	-----

## **LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS**

Minhas mães, meus pais, minhas tias e meus tios: a teoria do parentesco como contribuição ao estudo das formas de tratamento nominais de Angola e de Moçambique <i>Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre</i>	252
---	-----

## **MORFOLOGIA**

Construção depacientiva em georgiano <i>Priscila Lima Pirini</i>	269
---	-----

## **SEMÂNTICA**

Uma análise dos aspectos semânticos de <i>ter</i> , <i>tener</i> e <i>haber</i> em construções com o particípio passado, no português brasileiro e no espanhol <i>Láís França Campos Rocha</i>	280
---	-----

Um breve panorama: descrição e abordagem metodológica de preposições no português brasileiro <i>Thatiana Ribeiro Vilela</i> <i>Elizabeth Gonçalves Lima Rocha</i>	296
---	-----

## SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

Os pronomes <i>nós</i> e <i>a gente</i> no português falado em Rio Branco <i>Marinete Rodrigues da Silva</i> <i>Roberto Gomes Camacho</i>	311
A construção <i>na hora que</i> sob a ótica da sociolinguística variacionista <i>Diego Minucelli Garcia</i>	322
Fronteiras da variação sociolinguística: grau de hipoteticidade e alternância verbal em construções condicionais <i>Sílvia Maria Brandão</i>	336
A percepção dos paulistas sobre a realização dos verbos pronominais <i>Aline Camila Lenharo</i>	351
A unidade lexical <i>funda</i> : dados geolinguísticos evidenciando marcas históricas no interior do Mato Grosso do Sul <i>Beatriz Aparecida Alencar</i>	366
Nomes para a <i>calçada</i> no centro-oeste do Brasil: um estudo geolinguístico <i>Luciene Gomes Freitas Marins</i>	378
“O rouge virou blush”. Será, Veríssimo? O que nos dizem os dados do Atlas Linguístico do Brasil/Centro-Oeste <i>Daniela de Souza Silva Costa</i>	390

Um novo número, em tempo.

Nos últimos anos, a revista **Estudos Linguísticos (EL)** vem passando por transformações profundas, deixando a condição de publicação de anais para inserir os trabalhos apresentados a cada seminário do GEL, pelo processo de avaliação duplo-cego, no formato de artigo científico.

A EL atualmente está avaliada pelo Qualis CAPES como periódico B-2, graças aos constantes ajustes visando a atender às regras CAPES de publicação de periódicos, que, entre outras, exigiu a migração do fluxo editorial para a plataforma OJS, incluiu a revista nos indexadores [Portal de Periódicos da CAPES](#), [DOAJ](#), [Latindex](#), [Livre](#), [Crossref](#), [DOI Foundation](#), [Ibict-SEER](#) e, aos poucos, caminha no sentido de profissionalizar o processo editorial, resultando em uma publicação **online** de três volumes anuais, distribuídos de acordo com a temática central e as discussões paralelas do evento.

Este número 46, que documenta os trabalhos apresentados no 64º Seminário do GEL, submetidos e selecionados para publicação, perfaz um total de 88 trabalhos, nas áreas de:

- ✓ Fonologia, Gramática Funcional, Gramaticalização, Historiografia Linguística, Lexicologia e Lexicografia, Línguas Indígenas e Africanas, Morfologia, Semântica e Sociolinguística e Dialectologia, formando o tomo 1 – **Descrição e Análise Linguística**;
- ✓ Análise da Conversação, Aquisição da Escrita, Aquisição da Linguagem, Educação Linguística e Multiculturalismo, Ensino de Língua Materna, Ensino de Segunda Língua / Língua Estrangeira, Filologia, Filosofia da Linguagem, Funcionalismo, Letramentos, LIBRAS, Neurolinguística, Políticas Linguísticas, Tradução, formando o tomo 2 – **Linguística: Interfaces**;
- ✓ Análise do Discurso, Linguística Textual, Literatura Brasileira, Literatura Estrangeira, Literatura Infantojuvenil, Semiótica e Teoria e Crítica Literária, finalizando com o tomo 3 – **Análise do Texto e do Discurso**.

A revista **Estudos Linguísticos** vol. 46 também rende homenagem àqueles mais recentes ex-editores, que, honrosamente passaram a integrar a Comissão Editorial. Estes “coeditores”, nesta ação, contribuem com a experiência de processos editoriais anteriores e atestam a ação já empreendida (além de atuar naquelas por empreender), na busca do constante aprimoramento das páginas a serem publicadas.

Assim, espera-se que este novo número esteja à altura das expectativas dos congressistas do GEL, assim como dos leitores e colaboradores desta publicação.

UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, outubro de 2017.

Carlos Eduardo Mendes de Moraes

Editor Responsável.

## **NOMINATA DE PARECERISTAS**

ADAIL UBIRAJARA SOBRAL, Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

ADRIANA MARCON, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

ADRIANA VIANA POSTIGO PARAVISINE, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

ADRIANA ZAVAGLIA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ADRIANE TERESINHA SARTORI, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

ADRIANO APRIGLIANO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ÁGUEDA APARECIDA DA CRUZ BORGES, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

ALCIDES CARDOSO DOS SANTOS, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ALDIR SANTOS DE PAULA, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil

ALESSANDRA DEL RÉ, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ALEXANDRE PINHEIRO HASEGAWA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ALICE VIEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANA CAROLINA SPERANÇA CRISCUOLO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ANA CLÁUDIA FERNANDES FERREIRA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ANA ELISA RIBEIRO, Centro Federal de Educação Tecnológica da Minas Gerais (CEFET), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

ANA JOSEFINA FERRARI, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Caoibá, Paraná, Brasil

ANA LUIZA ARTIAGA RODRIGUES DA MOTTA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

ANA MARIA COSTA DE ARAÚJO LIMA, Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

ANA MARIA DI RENZO, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

ANA PAULA SCHER, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANA RUTH MORESCO MIRANDA, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

ANDRÉ MALTA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANGEL H. CORBERA MORI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ANGELA CECÍLIA DE SOUZA RODRIGUES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANGELA MARINA BRAVIN DOS SANTOS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

ANGÉLICA KARIM GARCIA SIMÃO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

ANGÉLICA RODRIGUES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ANNA FLORA BRUNELLI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

ANNA MARIA GRAMMATICO CARMAGNANI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANTONIETA BURITI DE SOUZA HOSOKAWA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mamanguape, Paraíba, Brasil

ANTONIO CARLOS SILVA DE CARVALHO, Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

APARECIDA DE FÁTIMA BUENO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

APARECIDA NEGRI ISQUERDO, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

ARIANI DI FELIPPO, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

ARTARXERXES TIAGO TÁCITO MODESTO, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO, Professor Emérito da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil e Professor Titular Convidado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ATÍLIO BUTTURI JUNIOR, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

AUGUSTO BUCHWEITZ, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

AUREA SUELY ZAVAM, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

BEATRIZ PROTTI CHRISTINO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

BETH BRAIT, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

BRENO WILSON LEITE MEDEIROS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

BRUNO OLIVEIRA MARONEZE, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

CARLA ALEXANDRA FERREIRA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

CARLOS AUGUSTO BAPTISTA ANDRADE, Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

CARLOS EDUARDO MENDES DE MORAES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

CARLOS PIOVEZANI, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

CAROLA RAPP, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

CAROLINA P. FEDATTO, Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

CAROLINA QUEIROZ ANDRADE, CEUB/IEBSGO, Brasília, Distrito Federal, Brasil

CAROLINA RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

CÁSSIO FLORÊNCIO RUBIO, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia-Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil

CIBELE NAIDHIG SOUZA, Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil

CILAINE ALVES CUNHA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

CLÁUDIA HILSDORF ROCHA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

CLAUDIA MARIA XATARA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CLAUDIA REGINA BRESCANCINI, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

CLAUDIA REGINA CASTELLANOS PFEIFFER, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

CLAUDIA ZAVAGLIA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CLAUDIO AQUATI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CLEIDE ANTONIA RAPUCCI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

CLORIS PORTO TORQUATO, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil

CRISTIANE PASSAFARO GUZZI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

CRISTIANE PEREIRA DIAS, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil

CRISTINA MARTINS FARGETTI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

CRISTINE GORSKI SEVERO, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

DANIEL OLIVEIRA PERES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

DERMEVAL DA HORA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

DILSON FERREIRA CRUZ JÚNIOR, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

DIRCEU CLEBER CONDE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

DIVA CLEIDE CALLES, Faculdade Sumaré, São Paulo, São Paulo, Brasil

EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

EDUARDO GUIMARÃES, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

EDUARDO PENHAVAL DE SOUZA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

EDVALDO A. BERGAMO, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

EDVANIA GOMES DA SILVA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

EDWIGES MARIA MORATO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ELAINE CRISTINA CINTRA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

ELAINE CRISTINE SARTORELLI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ELIANA DE ALMEIDA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil

ELIANA GABRIELA FISCHER, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ELIANA MARIA SEVERINO DONAIO RUIZ, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil

ELIANE APARECIDA GALVÃO RIBEIRO FERREIRA, Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

ELISA BATTISTI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

ELISABETTA SANTORO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ELIZABETH HARKOT-DE-LA-TAILLE, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

EMERSON DA CRUZ INÁCIO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

EMERSON DE PIETRI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ERICA REVIGLIO ILIOVITZ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

EROTILDE GORETI PEZATTI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

ESMERALDA VAILATI NEGRÃO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ESTER MIRIAN SCARPA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

EUGÊNIO VINCI DE MORAES, Centro Universitário Internacional (UNINTER), Curitiba, Paraná, Brasil

EVANDRA GRIGOLETTO, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

EVANI DE CARVALHO VIOTTI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ÉVERTON BARBOSA CORREIA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

FABIANA CRISTINA KOMESU, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

FABIELE STOCKMANS DE NARDI, Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

FÁBIO AKCELRUD DURÃO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

FÁBIO CESAR ALVES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FÁBIO CÉSAR MONTANHEIRO, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil

FÁBIO ELIAS VERDIANI TFOUNI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

FABRÍCIO POSSEBON, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

FELIPE VENÂNCIO BARBOSA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FERNANDA CONSONI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FERNANDA CORREA SILVEIRA GALLI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

FERNANDA MORAES D'OLIVO, Fundação Técnico-Educacional Souza Marques (FTESM), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

FERNANDA MUSSALIM, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

FILOMENA SANDALO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

FLÁVIA BEZERRA DE MENEZES HIRATA VALE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

FLAVIANE ROMANI FERNANDES SVARTMAN, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FRANCISCA PAULA SOARES MAIA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

FRANCISCO ALVES FILHO, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil

FRANTOME BEZERRA PACHECO, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

GERALDO TADEU SOUZA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, São Paulo, Brasil

GILBERTO DE CASTRO, Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba, Paraná, Brasil

GILBERTO FIGUEIREDO MARTINS, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

GIOVANA FERREIRA GONÇALVES, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

GIOVANA G BENEDETTO FLORES, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Santa Catarina, Brasil

GISELA COLISCHONN, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

GLADIS MARIA DE BARCELLOS ALMEIDA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

GLADIS MASSINI-CAGLIARI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

GRAÇA MARIA DE OLIVEIRA E SILVA RIO-TORTO, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Coimbra, Portugal

GRAZIELA ZANIN KRONKA, Universita Karlova v Praze, Praga, República Tcheca

GRECIELY CRISTINA DA COSTA, Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

GRENISSA BONVINO STAFUZZA, Universidade Federal de Goiás (UFG), Catalão, Goiás, Brasil

HÉLCIUS BATISTA PEREIRA, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

HELENA BONITO COUTO PEREIRA, Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), São Paulo, São Paulo, Brasil

HELENA DE OLIVEIRA BELLEZA NEGRO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

HELENA DE SOUZA BRITTO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

HÉLIO MÁRCIO PAJEÚ, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

HENRIQUE MONTEAGUDO, Universidade de Santiago de Compostela (USC), Santiago de Compostela, Galiza, Espanha

IEDA MARIA ALVES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ISADORA VALENCISE GREGOLIN, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

IVÃ CARLOS LOPES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

IVO DA COSTA DO ROSARIO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

JAIME GINZBURG, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

JARBAS VARGAS NASCIMENTO, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

JEAN CRISTTUS PORTELA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

JEAN PIERRE CHAUVIN, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

JEFFERSON CANO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),  
Campinas, São Paulo, Brasil

JOÃO BOSCO CABRAL DOS SANTOS, Universidade Federal de Uberlândia  
(UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

JOCELI CATARINA STASSI-SÉ, Universidade Federal de São Carlos  
(UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

JOHN MILTON, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

JOSÉ BORGES NETO, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba,  
Paraná, Brasil

JOSÉ SUELI DE MAGALHÃES, Universidade Federal de Uberlândia (UFU),  
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

JULIANA SIMÕES FONTE, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

JULIANO DESIDERATO ANTONIO, Universidade Estadual de Maringá  
(UEM), Maringá, Paraná, Brasil

JUSSARA ABRAÇADO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio  
de Janeiro, Brasil

KAREN SAMPAIO BRAGA ALONSO, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

KARIN ADRIANE HENSCHER POBBE RAMOS, Universidade Estadual "Júlio  
de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

KÁTIA RODRIGUES MELLO MIRANDA, Universidade Estadual "Júlio de  
Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

KELCILENE GRÁCIA-RODRIGUES, Universidade Federal do Mato Grosso do  
Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

LARA FRUTOS GONZÁLEZ, Universidade Federal do Paraná (UFPR),  
Curitiba, Paraná, Brasil

LARISSA CRISTINA BERTI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho" (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil

LEONARDO MARCOTULIO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

LÍGIA NEGRI, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

LILIAN CRISTINE HUBNER, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande  
do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

LILIAN FERRARI, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

LILIANE SANTOS, Université Lille (CNRS), Lille, França

LOURENÇO CHACON, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil

LÚCIA REGIANE LOPES-DAMASIO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

LUCIA ROTTAVA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

LUCIANE DE PAULA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

LUCIANI ESTER TENANI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

LUCÍLIA MARIA ABRAHÃO SOUSA ROMÃO, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

LUÍS ÁLVARO SGADARI PASSEGGI, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

LUIZ CARLOS CAGLIARI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

LUZIA APARECIDA OLIVA DOS SANTOS, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil

LUZMARA CURCINO FERREIRA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

MAÍSA DE ALCÂNTARA ZAKIR, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

MANOEL FRANCISCO GUARANHA, Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), São Paulo, São Paulo, Brasil

MANOEL LUIZ GONÇALVES CORRÊA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MANOEL MOURIVALDO SANTIAGO ALMEIDA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCELA VERÔNICA SILVA, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

MARCELO MÓDOLO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MÁRCIA MARIA DE ARRUDA FRANCO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MÁRCIA CANÇADO, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MARCIA DO AMARAL PEIXOTO MARTINS, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MÁRCIA LISBOA COSTA DE OLIVEIRA, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MÁRCIO MIRANDA ALVES, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

MÁRCIO ROBERTO PEREIRA, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

MARCO ANTÔNIO VILLARTA NEDER, Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais, Brasil

MARCOS AURÉLIO BARBAI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARCOS BAGNO, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

MARCOS LOPES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCOS LUIZ WIEDEMER, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA APARECIDA LINO PAULIUKONIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA APARECIDA TORRES MORAIS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA AUGUSTA DA COSTA VIEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO DECAT, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MARIA CÉLIA CORTEZ PASSETTI, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

MARIA CLARA PAIXÃO DE SOUSA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA CLARA PIVATO BIAJOLI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARIA CRISTINA ANDRADE DOS SANTOS, Sem vínculo institucional

MARIA DA CONCEIÇÃO FONSECA-SILVA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

MARIA DA PENHA CASADO ALVES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA BAIA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

MARIA EDUARDA GIERING, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

MARIA ESTER VIEIRA DE SOUSA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

MARIA HELENA DA NÓBREGA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA HELENA VOORSLUYS BATTAGLIA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA JOSÉ BOCORNY FINATTO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

MARIA LÚCIA DA CUNHA VICTÓRIO DE OLIVEIRA ANDRADE, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA LÚCIA LEITÃO DE ALMEIDA, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA LÚCIA VISOTTO PAIVA DINIZ, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil

MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

MARIA MAURA DA CONCEIÇÃO CEZÁRIO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA REGINA MOMESSO, Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca, São Paulo, Brasil

MARIA SÍLVIA BETTI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA VALÍRIA ADERSON DE MELLO VARGAS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

MARIANNE CARVALHO BEZERRA CAVALCANTE, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

MARÍLIA BLUNDI ONOFRE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

MARILZA DE OLIVEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARINA CÉLIA MENDONÇA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

MARIO LUIZ FRUNGILLO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARISOL B. C. MELLO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

MARISTELA CURY SARIAN, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

MARIZE MATTOS DALL AGLIO HATTNER, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

MARLON LEAL RODRIGUES, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

MARLY DE BARI MATOS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MAYUMI DENISE SENOI ILARI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MICHELE SCHMITT, Instituto Federal Sul Riograndense (IFSul), Charqueadas, Rio Grande do Sul, Brasil

MIRIAN HISAE YAEGASHO ZAPPONE, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

MOISÉS OLÍMPIO FERREIRA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MONICA FILOMENA CARON, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),  
São Carlos, São Paulo, Brasil

MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA, Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE, Universidade Federal do Ceará  
(UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

NATÁLIA CRISTINE PRADO, Universidade Federal de Rondônia (UNIR),  
Porto Velho, Rondônia, Brasil

NATANIEL DOS SANTOS GOMES, Universidade Estadual do Mato Grosso do  
Sul (UEMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

NATHALIA REIS FERNANDES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo,  
São Paulo, Brasil

NEIDE THEREZINHA MAIA GONZÁLEZ, Universidade de São Paulo (USP),  
São Paulo, São Paulo, Brasil

NEIVA DE AQUINO ALBRES, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),  
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

NELSON SCHAPOCHNIK, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São  
Paulo, Brasil

NELSON VIANA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos,  
São Paulo, Brasil

NILCE MARIA DA SILVA, Universidade do Estado de Mato Grosso  
(UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil

NORMA DISCINI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo,  
Brasil

ODILON HELOU FLEURY CURADO, Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

OLGA FERREIRA COELHO SANSONE, Universidade de São Paulo (USP),  
São Paulo, São Paulo, Brasil

OTO ARAÚJO VALE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São  
Carlos, São Paulo, Brasil

PATRÍCIA SILVESTRE LEITE DI IÓRIO, Universidade Cruzeiro do Sul  
(UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

PAULO CHAGAS DE SOUZA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo,  
São Paulo, Brasil

PAULO JEFERSON PILAR ARAÚJO, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

PAULO RAMOS, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

PAULO ROBERTO GONÇALVES SEGUNDO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

PEDRO FARIAS FRANCELINO, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

PEDRO LUÍS NAVARRO BARBOSA, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

PERMÍNIO SOUZA FERREIRA, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil

PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

RAFAEL DIAS MINUSSI, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

RAFAEL GUSTAVO RIGOLON, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

RAQUEL MEISTER KO FREITAG, Universidade Federal do Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

RAQUEL SALEK FIAD, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

RAUER RIBEIRO RODRIGUES, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

REGINA CÉLIA PAGLIUCHI DA SILVEIRA, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

REGINA LÚCIA DE FARIA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

RENATA CHRYSTINA BIANCHI DE BARROS, Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

RENATA COELHO MARCHEZAN, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

RENATO CAIXETA SILVA, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RICARDO CAVALIERE, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RITA DE CÁSSIA DALLA TARDIN, Faculdade Saberes, Vitória, Espírito Santo, Brasil

ROBERTO DE FREITAS JR., Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ROBERTO LEISER BARONAS, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

RODOLFO ILARI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ROGÉRIO VICENTE FERREIRA, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

RONALD TAVEIRA CRUZ, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil

ROSANA DO CARMO NOVAES PINTO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ROSANE DE ANDRADE BERLINCK, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ROSANE DE SÁ AMADO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ROSELI VASCONCELLOS SEQUEIRA MANOEL, Sem vínculo institucional

ROSINEIDE DE MELO, Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André, São Paulo, Brasil

ROXANE HELENA RODRIGUES ROJO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ROZANA APARECIDA LOPES MESSIAS, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

SANDRA APARECIDA FERREIRA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

SEBASTIÃO ELIAS MILANI, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

SHEILA ELIAS DE OLIVEIRA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

SHEILA VIEIRA DE CAMARGO GRILLO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

SÍLVIO RIBEIRO DA SILVA, Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG), Jataí, Goiás, Brasil

SIMONE CAPUTO GOMES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

SÍRIO POSSENTI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

SORAYA MARIA ROMANO PACÍFICO, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

STELLA ESTHER ORTWEILER TAGNIN, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

SUZANA MARIA LUCAS SANTOS DE SOUZA, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil

TAISA PERES DE OLIVEIRA, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

TARCÍSIO D'ALMEIDA, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

TEREZINHA DE JESUS MACHADO MAHER, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

TONY BERBER SARDINHA, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

VALÉRIA FARIA CARDOSO-CARVALHO, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Alto Araguaia, Mato Grosso, Brasil

VÂNIA CRISTINA CASSEB GALVÃO, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

VANIA MARIA LESCANO GUERRA, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil

VERA LUCIA MENESES DE OLIVEIRA E PAIVA, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

VÉRONIQUE MARIE BRAUN DAHLET, Universidade de São Paulo (USP),  
São Paulo, São Paulo, Brasil

VIOLETA VIRGÍNIA RODRIGUES, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

WAGNER CARVALHO DE ARGOLO NOBRE, União Metropolitana de  
Educação e Cultura (UNIME), Lauro de Freitas, Bahia, Brasil

WALDEMAR FERREIRA NETTO, Universidade de São Paulo (USP), São  
Paulo, São Paulo, Brasil

WALKYRIA MARIA MONTE MÓR, Universidade de São Paulo (USP), São  
Paulo, São Paulo, Brasil

WELLINGTON RICARDO FIORUCI, Universidade Tecnológica do Paraná  
(UTFPR), Pato Branco, Paraná, Brasil

WILMAR DA ROCHA D'ANGELIS, Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

WILTON JOSÉ MARQUES, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São  
Carlos, São Paulo, Brasil

# A formação de onomatopeias nos quadrinhos nacionais: questões ortográficas e fonológicas

**Natália Cristine Prado**

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil  
natalia.prado@unir.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1586>

## Resumo

O objetivo deste estudo é investigar onomatopeias a partir dos quadrinhos brasileiros, observando a relação entre fonologia e ortografia que se estabelece nesses vocábulos. Para este trabalho, foram observadas 60 histórias em quadrinhos a partir das revistas “Turma da Mônica” (*Mônica, Magali, Cascão, Cebolinha, Chico Bento e Turma da Mônica*) e coletadas 162 onomatopeias. Após a coleta desses dados, passamos a observar a relação entre ortografia e fonologia. Pudemos observar, neste estudo, que a escrita das onomatopeias passa por um processo de estilização da ortografia – muitas vezes com o intuito de trazer elementos prosódicos para o vocábulo, como, por exemplo, volume e duração. Outro fato interessante é que as onomatopeias podem apresentar, inclusive, sequências que, apesar de permitidas pelo molde silábico da língua portuguesa, acabam restritas a poucos usos.

**Palavras-chave:** onomatopeia; ortografia; fonologia.

## The formation of onomatopoeia in Brazilian comics: orthographic and phonological issues

### Abstract

This research aims to investigate onomatopoeia from Brazilian comics, by observing the relation between phonology and spelling established in these words. For this work, 60 comics were observed from the magazines "Turma da Mônica" (*Mônica, Magali, Cascão, Cebolinha, Chico Bento and Turma da Mônica*) and 162 onomatopoeia were collected. After collecting these data, we observed the relation between spelling and phonology. We noticed in this study that writing onomatopoeias undergo a process of spelling styling – often in order to bring prosodic elements to the word, such as volume and duration. Another interesting fact is that the onomatopoeia may present sequences restricted to few uses in Portuguese, although allowed by the syllabic template of the language.

**Keywords:** onomatopoeia; orthography; phonology.

## Introdução

O objetivo desta pesquisa é investigar onomatopeias a partir dos quadrinhos brasileiros, observando a relação entre fonologia e ortografia que se estabelece na escrita desses vocábulos, que Cagliari (1993, p. 616) chama de “escrita do barulho”. A importância deste estudo reside no fato de que ainda são poucos os trabalhos da área de Linguística que se dedicam a observar, enquanto sistema, a linguagem verbal presente nos quadrinhos, pois, durante muito tempo, foram desconsiderados como objetos de estudos acadêmicos.

De acordo com Vergueiro (2005, p. 17), na década de 1970, muitos estudiosos simplesmente não consideravam dignos de atenção os pesquisadores interessados por histórias em quadrinhos (ou HQs) e, “com isso, colocaram um ponto final no assunto, afirmando que as histórias em quadrinhos definitivamente não pertenciam ao meio acadêmico”. Além disso, segundo Ramos (2012), levar histórias em quadrinhos para a sala de aula era algo, até pouco tempo, inaceitável.

Entretanto, atualmente, além de despertarem interesses acadêmicos, os quadrinhos foram incluídos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sendo bem-vindos em nossas salas de aula e marcando presença constante em provas de vestibulares e concursos. Todavia, podemos dizer que, ainda hoje, são poucos os estudos que realizam análises fonológicas, morfológicas, sintáticas ou lexicais do Português Brasileiro (doravante PB) a partir da linguagem dos quadrinhos.

Para Luyten (1985, p. 11-12), os quadrinhos nasceram do conjunto de duas artes diferentes – literatura e desenho<sup>1</sup> – o que não os desmerece, “ao contrário, essa função, esse caráter misto que deu início a uma nova forma de manifestação cultural é o retrato fiel de nossa época, onde as fronteiras entre os meios artísticos se interligam”. Segundo a autora (LUYTEN, 1985, p. 7), os preconceitos com relação aos quadrinhos estão ficando cada vez menos frequentes, pois “a grande maioria das pessoas já está conscientizada da enorme importância que têm as histórias em quadrinhos. Tanto na área da educação como nas de lazer e até nos campos da propaganda comercial e política”. Ademais, lembra a estudiosa, essas histórias são excelente veículo de mensagens ideológicas e de crítica social, explícita ou implícita.

Embora o interesse em torno desse hipergênero<sup>2</sup> tenha aumentado, ainda são poucos os trabalhos da área de Linguística que se dedicam a observar, enquanto sistema, a linguagem verbal presente nas HQs, tirinhas, charges e outros tipos de quadrinhos. Desse modo, podemos dizer que, ainda hoje, são poucos os estudos que realizam análises fonológicas, morfológicas, sintáticas ou lexicais do PB a partir da linguagem dos quadrinhos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Para Ramos (2012, p. 17), dizer que os quadrinhos são uma forma de literatura é apenas uma forma de procurar rótulos socialmente aceitos ou academicamente prestigiados. De acordo com o pesquisador, quadrinhos são quadrinhos e, desse modo, “têm uma linguagem autônoma, que usa mecanismos próprios para representar os elementos narrativos”. Há pontos em comum com a literatura, mas também com o cinema, o teatro e muitas outras linguagens.

<sup>2</sup> Compartilhamos, neste trabalho, da linha teórica de Cagnin (1975), Mendonça (2002) e Ramos (2005, 2006, 2012), que veem os quadrinhos como um hipergênero (termo usado por Maingueneau em diversas obras, como Maingueneau, 2006), o que significa dizer que o termo “quadrinhos” é um rótulo que agrega diferentes gêneros, cada um com suas particularidades. Assim, “um hipergênero anteciparia informações textuais ao leitor e ao produtor e funcionaria como um guarda-chuva para diferentes gêneros, todos autônomos, mas com características afins” (RAMOS, 2009, p. 366). Ramos (2009, p. 362) explica que “podem ser abrigados dentro do hipergênero chamado quadrinhos os cartuns, as charges, as tiras cômicas, as tiras cômicas seriadas, as tiras seriadas e os vários modos de produção das histórias em quadrinhos”.

<sup>3</sup> Ramos (2007, p. 1576) explica que há vários trabalhos sobre quadrinhos pertencentes à área de Comunicação que enfocam as características da linguagem desses gêneros enquanto veículos de comunicação de massa. O autor acrescenta que os estudos pertencentes à área da Linguística só ganharam força na segunda metade da década de 90 e fortaleceram-se definitivamente neste século. O pesquisador observou 11 anos (de 1995 a 2005) de publicações da *Revista Estudos Linguísticos* e notou que havia apenas dez artigos sobre quadrinhos. Com relação à temática desses estudos, Ramos (2007, p. 1575) notou “que as abordagens convergem para quatro campos temáticos: oralidade, gênero, educação e estratégias textuais, discursivas ou semióticas de formação de sentido”.

Este artigo encontra-se estruturado em três seções. A primeira seção apresenta os referenciais teóricos que foram usados para compor este artigo; a segunda seção apresenta a metodologia para a coleta dos dados e, na última seção, é realizada a análise dos dados. Por fim, expomos algumas conclusões a que chegamos a partir da análise desses dados. Portanto, com essa pesquisa, esperamos colaborar com os estudos sobre a linguagem verbal presente nos quadrinhos brasileiros.

## **Fundamentação teórica**

Dentre os estudos que observam a linguagem dos quadrinhos, há alguns trabalhos (como EGUTI, 2001; PASSARELLI, 2004 e RAMOS, 2005) que ressaltam os aspectos da oralidade ali representada. Segundo essas pesquisas, sobretudo Eguti (2001), podemos notar que os diversos tipos de quadrinhos são um terreno fértil para a representação da língua falada, bem como dos demais elementos que a constituem, como gestos, voz e outros. Ramos (2006, p. 1580) acredita que os quadrinhos simulam as várias características da língua falada, de modo que os balões representam os turnos conversacionais e “o formato das letras e o contorno dos balões indicariam tom de voz mais elevado, mais baixo, a emoção sentida no momento da fala do personagem”.

Levando em consideração o estudo de Eguti (2001), no fim dos anos 90, a “Turma da Mônica” apresentava uma fala bastante fiel à coloquial, assim, acreditamos que seja possível observar nos quadrinhos nacionais algumas tendências atuais do PB, pois, ao simularem a língua oral, os quadrinhos apresentam uma linguagem rica em expressividade e inovação linguística, e tornam-se, assim, um excelente material de estudos para analisar fenômenos linguísticos típicos da fala oral, como adaptações fonológicas de estrangeirismos, gírias, processos morfofonológicos que ocorrem na formação de palavras, processos fonológicos típicos da língua oral (como supressão e fusão de sons), entre outros fatos que podem transparecer a partir da ortografia flexível e informal dos quadrinhos atuais.

Como nosso estudo se propõe a observar onomatopeias, fez-se necessário, primeiramente, rever algumas definições clássicas para esse termo. As onomatopeias são classificadas por Alves (1990) como sendo um tipo de neologismo fonológico, o que significa, do ponto de vista da autora, que esse tipo de neologia supõe a “criação de um item léxico cujo significante seja totalmente inédito, isto é, tenha sido criado sem base em nenhuma palavra já existente” (ALVES, 1990, p. 11). A autora acrescenta que esse tipo de neologismo é raro em todas as línguas e está calcado em significantes inéditos.

Entretanto, ela reforça que “a formação de palavras onomatopaicas não é totalmente arbitrária, já que ela se baseia numa relação, ainda que imprecisa, entre a unidade léxica criada e certos ruídos ou gritos” (ALVES, 1990, p. 12). A autora explica que esse recurso procura reproduzir um som, o que “impossibilita que seu significante seja imotivado” (ALVES, 1990, p. 12). Para ela, esse recurso é bastante produtivo em certas linguagens, como, por exemplo, em histórias em quadrinhos. Embora as reflexões da autora sejam válidas, essa explicação, de que uma palavra onomatopaica é criada a partir de “ruídos ou gritos”, não nos parece ser o caso mais comum nas línguas.

Sandmann (1997, p. 22), ao comentar os artifícios de ampliação do léxico do PB, afirma que a língua faz uso de três recursos para ampliar seu vocabulário, sendo que dois deles são marginais. De acordo com o autor, os recursos secundários são os empréstimos

de outras línguas e a “criação do nada” – que consiste na formação de palavras através de fonemas ou sílabas já existentes na língua (como dizer “tututu” – onomatopeia para o som de término de uma ligação telefônica). Esse processo usado pelo autor nos parece pouco adequado, afinal esse tipo de formação de palavras envolve a mimetização de sons do mundo, apoiando-se nas possibilidades fonológicas de uma língua. Assim, essas criações não surgem “do nada” e, sim, das opções fonológicas do idioma. Desse modo, a definição de Alves (1990), apresentada anteriormente, mesmo não sendo a ideal, mostra-se mais adequada do que a definição de Sandmann.

Segundo Luyten (1985, p. 13), as onomatopeias, assim como os balões, completam os quadrinhos e lhes dão efeito de grande beleza sonora. A autora explica que

[...] nos quadrinhos japoneses, por exemplo, as onomatopeias têm uma função muito mais plástica do que visual e sonora. Isso porque a escrita japonesa é formada por caracteres e as onomatopeias inseridas nos quadrinhos dão um incrível movimento, equilíbrio, e força ao som que estão exprimindo.

Para a estudiosa, a expressão dos ruídos onomatopaicos se relaciona também com a língua inglesa (já que o surgimento das tiras diárias na primeira década do século passado coincide com a explosão da imprensa norte-americana), o que explicaria, para ela, o fato de muitas onomatopeias, que já são dotadas de significado em inglês, quando transportadas para outras línguas, ficarem apenas com a função de signos visuais, isto é, passam a ser uma espécie de convenção artística na linguagem das HQs. A autora diz que, enquanto tradutora de quadrinhos, sempre procurou respeitar a forma original das onomatopeias, mas, atualmente os desenhistas brasileiros, na criação de suas histórias, “começaram a buscar e adotar uma grafia onomatopaica mais pertinente à nossa língua, trazendo, conseqüentemente, uma assimilação eficaz e um contato mais direto com o leitor” (LUYTEN, 1985, p. 15).

Cagliari (1993, p. 618-619) enxerga nas expressões onomatopaicas um retrato de regras e tendências da língua:

Por que falamos ‘blá-blá-blá, rarárá’ com três repetições de um monossílabo ou ‘lero-lero, lenga-lenga’ com duas repetições de dissílabo? Certamente está aí uma tendência da língua. O mesmo se observa colocando acento na fala dessas expressões. As formas variantes: ‘tchigum e tigung, tóim, tóin e tóing’ sem dúvida revelam formas alofônicas típicas da fonologia da língua. A forma ‘tigung’, hoje, está sendo mais usada representando mesmo a pronúncia palatalizada que está se espalhando pelo país. A escrita de formas como ‘tac, slap, crak, vapt’, e não ‘taque, eslape, craque, vápíte’ não é só questão de (orto)grafia. Será que não revelam também tendências rítmicas e fonológicas da língua? A evidência da duração da formação da tonicidade também é claramente representada na escrita do barulho através da repetição de letras. Enfim, embora restrito a um uso especial de linguagem, a um certo estilo, a escrita do barulho pode nos ajudar a entender melhor o próprio sistema de escrita e de fala.

De acordo com Câmara Jr. (1978, p. 41), a maneira mais simples de se obter um efeito estilístico com o emprego de palavra sonicamente adequada é recorrer às onomatopeias que, para ele, “são elementos vocabulares ainda à margem do sistema intelectual, propriamente dito, da linguagem”. O linguista explica que as onomatopeias exteriorizam, de certa forma, “a comunhão psíquica com o mundo das coisas” e estão no polo oposto das palavras tradicionais que, em princípio, tem um simbolismo arbitrário. O

autor comenta que a motivação sonora com base em onomatopeias aparece frequentemente na linguagem infantil e na poesia, mas não menciona as HQs que, como se sabe, muito se utilizam de onomatopeias para garantir maior expressividade às narrativas.

O autor lembra que é natural que “a estilística fônica aproveite primacialmente os traços fonéticos que não estão sistematicamente utilizados nas oposições e nas correlações dos fonemas e dos grupos fonêmicos” (CÂMARA JR., 1978, p. 29). Dois desses traços estilísticos, explica Câmara Jr., são o acento vocálico de altura (ou tom) e a quantidade vocálica. Entretanto, como veremos nas análises de dados, também podemos ver estilizações com relação ao molde silábico da língua, por exemplo, em relação às consoantes que podem ocupar determinadas posições nas sílabas.

Em virtude da extensão deste artigo, faremos apenas um breve resumo sobre as vogais, consoantes e moldes silábicos do PB.

Segundo Massini-Cagliari e Cagliari (2006, p. 129), as vogais que podem ser encontradas na posição tônica em PB são: [i], como em *abacaxi*; [e], como em *beleza*; [ɛ], como em *belo*; [a], como em *batata*; [ɔ], como em *bola*; [u], *urubu*. Além dessas, os autores mencionam a vogal [ɐ], que é bastante frequente e pode ocorrer nasalizada ou não (como em *cama* e *banana*)

De acordo com Massini-Cagliari e Cagliari (2006, p. 126), as consoantes são sons que “apresentam contatos ou constrições no aparelho fonador facilmente analisáveis, sobretudo pela repetição da articulação em comparação com gestos semelhantes e próximos”. Por isso, explicam os autores, as consoantes são geralmente classificadas em termos de modo e lugar de articulação e, também, quanto à presença ou ausência de vibração das cordas vocais, além das características do processo aerodinâmico envolvido. Câmara Jr. (2004 [1970], p. 48) elenca 19 consoantes para o PB de acordo com o quadro 1:

**Quadro 1. Consoantes do PB (adaptado de Câmara Jr., 2004 [1970], p. 48)**

/p/	roupa	/b/	rouba		
/f/	mofo	/v/	movo		
/k/	roca	/g/	roga		
/s/	aço	/z/	azo		
/ʃ/	acho	/ʒ/	ajo		
/m/	amo	/n/	ano	/ɲ/	anho
/l/	mala	/x/	malha		
/t/	rota	/d/	roda		
/R/	erra	/r/	era		

Collischonn (2005 [1996], p. 117) explica que não há consenso entre os estudiosos em relação ao molde silábico do PB, que determina o número máximo e mínimo de elementos permitidos em uma sílaba desta língua. A autora define os seguintes padrões silábicos para o PB:

**Quadro 2. Padrões silábicos do PB (COLLISCHONN, 2005 [1996], p. 117)**

V	é
VC	ar
VCC	<u>in</u> stante
CV	cá
CVC	lar
CVCC	<u>mon</u> stro
CCV	tri
CCVC	três
CCVCC	<u>trans</u> porte
VV	<u>au</u> la
CVV	lei
CCVV	grau
CCVVC	<u>clau</u> stro

Ainda em relação ao português, Cagliari (2007, p. 116) propõe os moldes silábicos apresentados no quadro 3<sup>4</sup>:

**Quadro 3. Sílabas do português (CAGLIARI, 2007, p. 116)**

<b>Padrão Silábico</b>	<b>Exemplo</b>	<b>Forma ortográfica</b>	
V	[ɛ]	É	M
	[eø]	Eu	D
CV	[pɛ]	Pé	M
CV	[teø]	Teu	D
	[køøø]	Qual	T
CCV	[kru]	Cru	M
	[kreø]	Creu	D
VC	[ɛs]	És	M
	[ɛis]	Eis	D
VCC	[xú i)/s]	Ruins	M
	[léo i)/s]	Leões	D
CVCC	[pɛs]	Pés	M
	[teø]	Teus	D
	[køais]	Quais	T
CVCC	[perspektiva]	Perspectiva	M
	[mɛ i)/s]	Mães	D
	[ságoø i)/s]	Saguões	T
CCVC	[plastkø]	Plástico	M
	[u)mbrais]	Umbrais	D
CCVCC	[tre)/s]	Trens	M
	[kbro i)/s]	Cobrões	D

Importante ressaltar que, para Collischonn (2005, p. 120), em língua portuguesa, determinadas sequências de segmentos não são permitidas no *onset* complexo. Nesta posição, as sequências permitidas são plosiva + líquida; entretanto, os grupos /dl/, /tl/ e /vl/, apesar de permitidos pelo molde, são restritos a nomes próprios de origem estrangeira, como *Vladimir*. A autora também considera que o grupo /tl/ ocorre na palavra *atlas* e seus derivados. No entanto, podemos encontrar o grupo /dl/ em siglas, como em DLA (Departamento de Linguística Aplicada). Além disso, em posição inicial de palavra,

<sup>4</sup> No quadro 3, M significa monotongo, D significa ditongo e T significa tritongo.

não ocorre /ɲ/ e /ʎ/, de modo que só encontramos estes segmentos nesta posição em palavras emprestadas de outras línguas, como, por exemplo, *lhama* e *nhoque*.

### Procedimentos metodológicos

Com relação à metodologia, para este trabalho, foram observadas, a partir das revistas “Turma da Mônica” (*Mônica 11, Cebolinha 11, Magali 11, Cascão 11, Chico Bento 11 e Turma da Mônica 11*), 60 histórias em quadrinhos e coletadas 162 onomatopeias. Como são muitas palavras, no Quadro 4, abaixo, podemos ver apenas uma amostra, com alguns exemplos dos vocábulos coletados, e a maneira como se dá a organização das onomatopeias em nosso estudo.

**Quadro 4. Amostra de vocábulos coletados**

ONOMATOPEIAS		
Itens e variantes ortográficas	Ocorrências/publicação	Referência; contexto
Arf	15/ CHICO BENTO 11, p. 48; 49; 50; 59; 62	Som de respiração por esforço físico
Blllr	1/ CEBOLINHA 11, p. 57	Som de personagens tremendo de frio
Bmfff (bmmfff)	2/ CEBOLINHA 11, p. 45	Irritação
Buuuuu	1/ CEBOLINHA 11, p. 62	Som de personagem tremendo de frio
Bzap	1/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 15	Som de descarga elétrica na tomada
Cablam	1/ CEBOLINHA 11, p. 15	Som de caixa sendo jogada no chão
Cabrum	2/ CASCÃO 11, p. 25, 66	Som de Trovão
Caham	1/ CEBOLINHA 11, p. 48 – 1/MAGALI 11, p. 16 – 1/ MÔNICA 11, p. 62	Som feito para chamar a atenção
Capof	1/ MÔNICA 11, p. 62	Som de agressão física
Catablam	1/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 6	Som de queda
Chomp	2/ CHICO BENTO 11, p. 16 – 16/ MAGALI 11, p. 22; 29; 54; 55 – 2/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 18	Som de personagem mastigando/ comendo
Cocoricóóóó!!	1/ CHICO BENTO 11, p. 38	Som de galo cantando
Crac	1/ CASCÃO 11, p. 60	Som de carrinho quebrando
Crash	1/ CEBOLINHA 11, p. 54	Som de espelho quebrando
Crec (creec)	1/ CASCÃO 11, p. 60 – 1/ CHICO BENTO 11, p. 51	Som de carrinho quebrando
Cri	3/ MÔNICA 11, p. 55	Som de grilo
Crinch	1/ CHICO BENTO 11, p. 61 – 1/ MAGALI 11, p. 38 – 1/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 19	Som de carro estacionando; som de parada abrupta de personagem; som de javali
Cruim	2/ CHICO BENTO 11, p. 60	Som de javali
Ding dong	3/ MÔNICA 11, p. 3; .5; 7 – 2/ TURMA DA MÔNICA 11, p.11 –	Som de campainha
Dlim	3/ CEBOLINHA 11, p. 60	Som do trenó do papai Noel
Glin	3/ MAGALI 11, p. 57	Som de celular recebendo <i>e-mail</i>
Glu	2/ MÔNICA 11, p. 27	Som de ingestão de bebida
Itens e variantes ortográficas	Ocorrências/publicação	Referência; contexto
Glup	2/ CASCÃO 11, p. 61; 63 – 1/ CHICO BENTO 11, p. 3 – 3/ MÔNICA 11, p. 24; 62;	Som de engasgo

	64 – 4/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 13; 16; 21; 48	
Nham	1/ TURMA DA MÔNICA 11, p. 22	Som de personagem salivando
Pinc	1/ MAGALI 11, p. 10	Som de cutucão

Como se pode notar, o quadro está organizado em três colunas, sendo que, na primeira coluna, colocamos as onomatopeias e suas variantes ortográficas, na segunda coluna organizamos o número de ocorrências por publicação, apontando o número das páginas em que estão e, por fim, na terceira estão apontadas as referências de sentido e de contexto.

Após a coleta das onomatopeias, passamos a analisar a relação entre fonologia e ortografia.

### Análise dos dados

Em nossa análise, quando observamos os processos de formação dessas palavras e sua ortografia, a principal questão que surgiu foi: como representar um som que, na maioria das vezes, não tem ortografia definida (dicionarizada)? Acreditamos que, a partir da observação de diversas onomatopeias presentes nos quadrinhos, é possível observar as tendências de escrita desses vocábulos, que seguem, muitas vezes, uma ortografia estilizada, isto é, uma ortografia que difere da grafia oficial do PB (PRADO, 2014). A estilização ortográfica não é exclusiva de onomatopeias. Pode aparecer também em interjeições, nomes próprios, como antropônimos (MASSINI-CAGLIARI, 2010, 2011a,b, 2013; SOUZA, 2011; MACEDO, 2015), como *Mariah*, *Sarah* e *Kharla*, e nomes comerciais (PRADO, 2014), como *Autocenter Skinão* e *Ki-Bom*, além de aparecer também em hipocorísticos (MACEDO, 2015), como *Titiny*, hipocorístico de *Valentine*, e na linguagem da internet.

Cagliari (1993, p. 616), que também analisou as onomatopeias de diversos quadrinhos, acredita que a escrita dessas palavras “apresenta questões interessantes não só graficamente, como também para a ortografia e até para a gramática de uma língua”. Pudemos observar, neste estudo, que a escrita das onomatopeias passa por um processo de estilização da ortografia – muitas vezes com o intuito de trazer elementos prosódicos para o vocábulo, como, por exemplo, volume e duração<sup>5</sup>, como nas onomatopeias que representam gritos, como “aaaahhhh” (Figura 1), em que a repetição de letras pode indicar a duração desses gritos; ou como em “fuééé!” (Figura 2) em que, além da repetição de letras, se vê uma fonte mais grossa e colorida, o que parece indicar o alto volume do som.

<sup>5</sup> Além da grafia das palavras, o balão de fala, por ser o elemento que mais caracteriza e dá dinamicidade à leitura dos quadrinhos, também pode carregar elementos prosódicos e expressar emoções das personagens: “na sua forma bem-comportada, indica a fala coloquial de seus personagens. No entanto, quando estes mudam de humor, expressando emoções diversas (surpresa, ódio, alegria, medo), os balões acompanham tipologicamente, participando também da imagem. As formas são muitas e bastante variadas. Partindo-se do balão-fala, podemos encontrar o balão-pensamento, balão-berro, balão-cochilo, balão-trêmulo (medo), balão-transmissão (para transmitir sons de aparelhos elétricos ou eletrônicos), balão-desprezo, balão-unísono (mostrando a fala única de diversos personagens), balão mudo e dezenas de informações diversas. Esses tipos e formas vão depender sempre da situação que se quer criar, ocasionando, assim, ótimos efeitos visuais e comunicativos” (LUYTEN, 1985, p. 12-13).

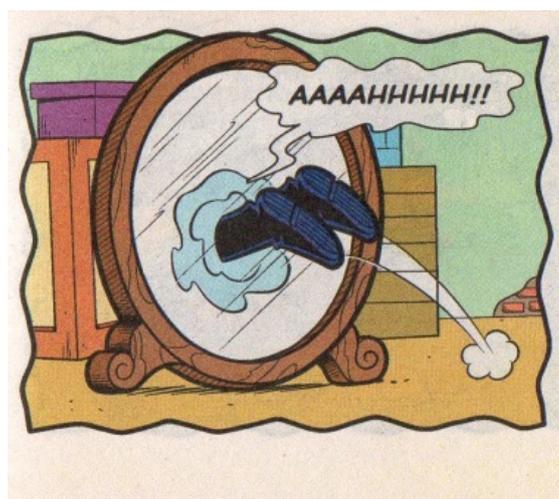


Figura 1. Cebolinha (nº 11, p. 40)



Figura 2. Cascão (nº 11, p. 14)

Outro fato interessante é que as onomatopeias podem apresentar, inclusive, sequências que, apesar de permitidas pelo molde silábico da língua portuguesa, conforme descrito na seção de fundamentação teórica (COLLISCHONN, 2005, p. 120), acabam restritas a poucos usos, como a sequência de *onset* /vl/, /tl/ e /dl/. Esses grupos, com uso restrito no PB, podem ser encontrados nas onomatopeias, como podemos observar nos vocábulos *tlim*<sup>6</sup>, *vlam* e *dlim*, nas Figuras 3, 4 e 5, respectivamente.

<sup>6</sup> Como se pode observar, o quadrinho da Figura 3, que traz a onomatopeia *tlim*, não pertence às revistas observadas para este trabalho, mas a outra publicação, por isso não entrou na contagem de onomatopeias deste estudo.



Figura 3. Magali (nº 99, p. 30)



Figura 4. Turma da Mônica (nº 11, p. 11)



Figura 5. Cebolinha (nº 11, p. 40)

Além disso, em posição inicial de palavra, em PB não ocorre /ɲ/ e /ʎ/, de modo que só encontramos estes segmentos nesta posição em palavras emprestadas de outras línguas, como, por exemplo, *lhama* e *nhoque*. Entretanto, foi possível encontrar /ɲ/ no início de uma palavra onomatopaica, como podemos ver na onomatopeia que representa o som de uma pessoa salivando, *nham* (Figura 6).

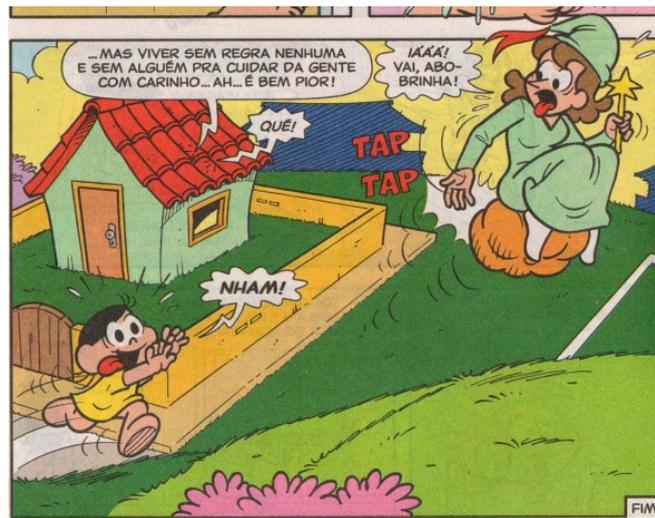


Figura 6. Turma da Mônica (nº 11, p. 22)

Também é possível notar onomatopeias ortograficamente formadas sem vogais, como *Bmfff* (Figura 7), que, nesse caso, funciona mais como interjeição e indica irritação da personagem. Esse tipo de vocábulo desafia o padrão silábico e ortográfico do PB, que não permite sílabas sem vogais e, talvez, possa ser interpretado apenas como sendo um ruído emitido pela pessoa, indicativo de seu humor, e não exatamente como uma palavra da língua.



Figura 7. Cebolinha (nº 11, p. 45)

Como exposto, conseguimos coletar 162 onomatopeias, de modo que foi possível perceber uma grande riqueza lexical nos quadrinhos usados para a composição do nosso *corpus*.

### Considerações finais

Os quadrinhos são um terreno fértil para pesquisas linguísticas. Atualmente, observa-se que as publicações de quadrinhos, por destinarem-se a um público consumidor muito amplo, representam um índice expressivo da cultura de massa e merecem atenção. Suas histórias e personagens estão sempre acompanhando a evolução cultural, tecnológica e linguística, de modo que a maneira de escrever os quadrinhos também sente necessidade de acompanhar essa evolução.

Diante disso, acreditamos que a ortografia de onomatopeias (e de interjeições e de casos de escrita fonética) dos quadrinhos também pode receber influência da linguagem da internet, em que é permitida uma escrita mais livre, cheia de abreviações e estilizações ortográficas. Por serem os quadrinhos uma fonte escrita acessada por crianças e jovens em idade escolar, estudar os processos de estilização da sua grafia pode render reflexões importantes também sobre o papel desses materiais em sala de aula, até mesmo no estudo das normas ortográficas oficiais do português no Brasil.

A ortografia da Língua Portuguesa é regida por regras (bases) e pelo VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – versão da Academia Brasileira de Letras). Essas normas orientam como devem ser escritas as palavras, porém, no caso das HQs, a simples representação de sons, ruídos e sentimentos, seguindo as normas ortográficas, pode tirar o impacto que outras formas de se escrever, mais agressivas visualmente, poderiam trazer, tornando a escrita mais adequada aos propósitos da mensagem das HQs. Os cartunistas têm consciência dessa realidade.

Durante o levantamento bibliográfico para a escrita deste trabalho, observamos que a presença das onomatopeias em HQs não passa despercebida pelos estudiosos, no entanto, com exceção de Cagliari (1993), nenhum dos pesquisadores consultados até o momento observou a escrita dessas palavras do ponto de vista fonético/fonológico e ortográfico. Desse modo, faz-se necessário um estudo mais aprofundado para melhor caracterizar essas palavras a partir deste viés. Assim, com essa investigação, esperamos colaborar para a compreensão da relação entre ortografia e fonologia nas onomatopeias dos quadrinhos nacionais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- CAGLIARI, L. C. A escrita do barulho. In: *Estudos Linguísticos – Anais de seminários do GEL*, São Paulo: Instituição Moura Lacerda, v. 22, p. 615-622, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de fonética do português brasileiro*. São Paulo: Paulistana, 2007.
- CAGNIN, A. L. *Os quadrinhos*. São Paulo: Ática, 1975.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2004 [1970].
- CÂMARA JR., J. M. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- CASCÃO. São Paulo: Panini Comics, n. 11, março 2016.
- CEBOLINHA. São Paulo: Panini Comics, n. 11, março 2016.
- CHICO BENTO. São Paulo: Panini Comics, n. 11, março 2016.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPURCS, 2005 [1996]. p. 101-133.
- EGUTI, C. A. *A representatividade da oralidade nas histórias em quadrinhos*. 2001. 198 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

- LUYTEN, S. M. B. *O que é história em quadrinhos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- MACEDO, N. Z. *Análise fonológica de nomes próprios de origem estrangeira e novas criações em Português Brasileiro*. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) –Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.
- MAGALI. São Paulo: Panini Comics, n. 11, março 2016.
- MAGALI. São Paulo: Panini Comics, n. 99, março 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto: 2006.
- MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2006. p. 105-146.
- \_\_\_\_\_. Discutindo questões de identidade a partir da (não) adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira no Brasil. In: NEVES, M. H. de M. *As interfaces da gramática*. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Série Trilhas Linguísticas 18). p. 73-90.
- \_\_\_\_\_. Loans and foreign first names as clues to Phonological Identity in Brazilian Portuguese. In: HORNSBY, D. (Org.). *Interfaces in language 2*. v. 1. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2011a. p. 53-67.
- \_\_\_\_\_. Adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre Português Arcaico e Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 40 (2), p. 795-807, mai.-ago. 2011b.
- MENDONÇA, M. R. de S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 194-207.
- MÔNICA. São Paulo: Panini Comics, n. 11, março 2016.
- NEVES, M. H. de M. A gramática: conhecimento e ensino. In: *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 128-152.
- PASSARELLI, L. G. Os quadrinhos na educação lingüística: história, teoria e prática. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua Portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004. p. 47-59.
- PRADO, N. C. *A influência da língua inglesa na formação de nomes comerciais: questões de identidade linguística e cultural*. 2014. 343 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.
- RAMOS, P. Piadas e tiras em quadrinhos: a oralidade presente nos textos de humor. *Estudos Linguísticos*, p. 1158-1163, 2005.
- \_\_\_\_\_. Histórias em quadrinhos: um novo objeto de estudos. *Estudos Linguísticos*, p. 1574-1583, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia Lexical*. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUZA, S. M. L. S. de. *Antropônimos de origem inglesa: adaptações ortográficas e fonético-fonológicas realizadas por falantes do português brasileiro de São Luís – MA*. 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

TURMA DA MÔNICA. São Paulo: Panini Comics, n. 11, março 2016.

VERGUEIRO, W. A pesquisa em quadrinhos no Brasil: a contribuição da universidade. In: LUYTEN, S. B. (Org.). *Cultura pop japonesa*. São Paulo: Hedra, 2005. p. 15-26.

**Recebido em:** 16/08/2016

**Aprovado em:** 18/12/2016

# O padrão entoacional das sentenças interrogativas parciais do português brasileiro em fala manipulada

Carolina Carbonari Rosignoli

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil  
carolinarosignoli@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1633>

## Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar padrões entoacionais de enunciados interrogativos parciais do dialeto paulista do português brasileiro, visando a caracterização prosódica dos diferentes tipos frásicos de enunciados interrogativos parciais. Este trabalho tem como base a teoria da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988; LADD, 1996, 2008; JUN, 2005) numa visão integrada com a Fonologia Prosódica (SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 1986). Um *corpus* inédito, obtido por gravação em tarefa de leitura controlada, foi transcrito e analisado entoacionalmente. Em acréscimo às pesquisas de Frota et al. (2011) e Moraes (2008), os resultados da presente pesquisa revelam que variações dos contornos nuclear e total são distintivas na configuração prosódica de cada tipo frásico.

**Palavras-chave:** português brasileiro; fonologia; prosódia; sentenças interrogativas parciais.

## The intonational pattern of partial interrogative sentences of Brazilian Portuguese in manipulated speech

### Abstract

This paper aims to investigate intonational patterns of partial interrogative sentences of the Paulista dialect of Brazilian Portuguese, in order to observe prosodic distinctions and similarities among them that define different clause types. This work is based on Intonational Phonology theory (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988; LADD, 1996, 2008; JUN, 2005) in a view integrated with Prosodic Phonology (SELKIRK, 1980; NESPOR; VOGEL, 1986). A new corpus, which was formed by recording reading tasks in a linguistically organized manner was transcribed and analyzed based on the intonation. Working with an original *corpus* and in addition to Frota et al. (2015) and Moraes (2008), the results of the present research reveal that variations in the nuclear and total contours are distinctive in the prosodic configuration of each clause type.

**Keywords:** Brazilian Portuguese; phonology; prosody; partial interrogative sentences.

## Introdução

Este trabalho é vinculado ao projeto “Atlas Interativo da Prosódia do Português” (*Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese*, doravante, InAPoP)<sup>1</sup> e ao projeto de mestrado intitulado “A prosódia dos enunciados interrogativos do dialeto paulista do português brasileiro: análise da produção”.<sup>2</sup> Nosso objetivo principal é a investigação de padrões entoacionais associados às sentenças interrogativas parciais do português brasileiro (doravante, PB), as quais, conforme classificação sugerida por Frota et al. (2012-2014) e Mateus et al. (2003), correspondem às perguntas QU-, ou seja, às que apresentam uma palavra interrogativa<sup>3</sup> como marca morfossintática da interrogação, conforme exemplo em (01):

(01) Quem é ela?<sup>4</sup>

Neste artigo, serão consideradas apenas as interrogativas com QU- deslocado, ou seja, fora de seu lugar canônico na estrutura sintática. Por exemplo, na sentença “Como você preparou o bolo?”, a palavra QU- “como” aparece na periferia esquerda da estrutura sintática, fora de sua posição canônica, enquanto adjunto adverbial. No caso dessa sentença, se fosse produzida com a palavra QU- *in situ*, seria realizada da seguinte forma: “Você preparou o bolo como?”. Conforme Mito e Kato (2005), em PB, sentenças interrogativas com a palavra QU- deslocada apresentam uma frequência de 65,75% nas produções de sentenças interrogativas em PB, contra apenas 8,84% de frequência de realizações de sentenças interrogativas com a palavra QU- *in situ*. A investigação da prosódia de interrogativas parciais com elemento QU- *in situ* está fora do escopo deste trabalho e é um tema a ser abordado em estudos futuros.

O objetivo específico deste artigo é a caracterização prosódica das sentenças interrogativas parciais da variedade paulista do PB, a partir da descrição suprasegmental da curva melódica encontrada nessas sentenças, com base no sistema descritivo sugerido pela Fonologia Entoacional numa visão integrada com a Fonologia Prosódica (conforme seção “Quadro teórico e trabalhos prévios” do presente artigo). Essa caracterização prosódica viabiliza a identificação de possíveis semelhanças e diferenças na curva entoacional em diferentes tipos frásicos interrogativos (ver seção “Classificação dos tipos frásicos” deste artigo), em função dos diversos contextos extralinguísticos que envolvem a produção de sentenças interrogativas e que, por sua vez, transmitem seu significado pragmático através da entoação.

---

<sup>1</sup> O projeto “Atlas Interativo da Prosódia do Português” (InAPoP), coordenado pela Profa. Dra. Sônia Frota e em desenvolvimento na Universidade de Lisboa, tem por objetivo a construção de um atlas interativo da prosódia do português, acessado livremente por uma plataforma *online* (<http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/InAPoP/>), contemplando a variação prosódica, entoacional e rítmica do português, incluindo a cobertura completa do português europeu (doravante, PE) quanto a esses três aspectos, e contando ainda com variedades do PB ao longo da costa do Atlântico, assim como variedades do português falado na África.

<sup>2</sup> Projeto de Mestrado desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com apoio da FAPESP (processo número 2015/07257-2).

<sup>3</sup> Como palavras interrogativas, Mateus et al. (2003) consideram pronomes e advérbios interrogativos como: qual(is), quanto(a)(s), quando, quem, onde, como, o que, quê, o quê, por que, por quê, para que.

<sup>4</sup> Palavra QU- sublinhada.

Este artigo se encontra organizado nas seguintes subseções: (i) a seção “Quadro teórico e trabalhos prévios” apresentará o quadro teórico no qual se ancora este trabalho e os resultados prévios de outros autores sobre o mesmo tema; (ii) a seção “Materiais e métodos” trará informações sobre os *corpora* empregados na investigação que originou este artigo bem como sobre a metodologia da coleta, análise e interpretação de dados; (iii) a seção “Análise de dados e discussão” contará com os dados obtidos e sua interpretação dentro do enquadramento da fundamentação teórica; e (iv) por sua vez, a seção “Considerações finais” trará nossas conclusões e encaminhamentos futuros, com base nos resultados alcançados.

## Quadro teórico e trabalhos prévios

Este trabalho tem como base uma visão integrada entre a teoria da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988; LADD, 1996, 2008; JUN, 2005) e a Fonologia (SELKIRK, 1984, 1986, 2000; NESPOR; VOGEL, 1986, 2007).

A Fonologia Entoacional propõe a interpretação de significados pragmáticos de uma maneira linguisticamente organizada, a partir do conjunto de características suprasegmentais das sentenças. Desse modo, é proposta uma descrição universal para a entoação, tomando como pressuposto básico uma organização fonológica da entoação. A entoação é tratada pela Fonologia Entoacional a partir de contornos entoacionais, que são uma sequência de unidades, os eventos tonais, alocadas em pontos específicos da cadeia segmental (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988, entre outros). Para Cruz e Frota (2011), os eventos tonais de uma língua comportam-se como morfemas que codificam informações semânticas e pragmáticas, seja isoladamente ou em sequência. A representação fonética da sequência de eventos tonais consiste no contorno da frequência fundamental (F0). Para essa teoria, os eventos tonais definem-se uns em relação aos outros a partir do critério da altura. Desse modo, aos tons altos atribui-se o símbolo H (*high*) e aos tons baixos, L (*low*). Os tons podem ser monotonais (H ou L) ou ainda bitonais, complexos (ascendentes ou descendentes). Atribuem-se ainda outras anotações para eventos tonais específicos, como, por exemplo, a marcação de tom mais alto, numa mesma sentença, em relação a um outro tom alto imediatamente anterior (com a representação de *upstep* “¡” antecedendo “H” – “degrau acima”) e a marcação de tom mais baixo em relação a um tom alto imediatamente anterior, mas ainda assim alto, dentro da sentença (com a representação de *downstep* “!” antecedendo “H” – “degrau abaixo”). Os eventos tonais compreendem dois tipos: Os acentos tonais são associados a sílabas proeminentes na cadeia segmental e são representados pelo alvo de altura (H, L, LH ou HL) seguido de asterisco (\*). Os tons relacionados a fronteiras são os tons de fronteira (*boundary tones*: L%, H%, HL% ou LH%), relacionados a fronteiras de constituintes prosódicos maiores (por exemplo, fronteira de fim de enunciado), e os acentos frasais (*phrasal accents*: L<sup>-</sup> ou H<sup>-</sup> – conforme a notação de Pierrehumbert),<sup>5</sup> relacionados a fronteiras de constituintes prosódicos menores (por exemplo, fronteira de fim de sintagma).

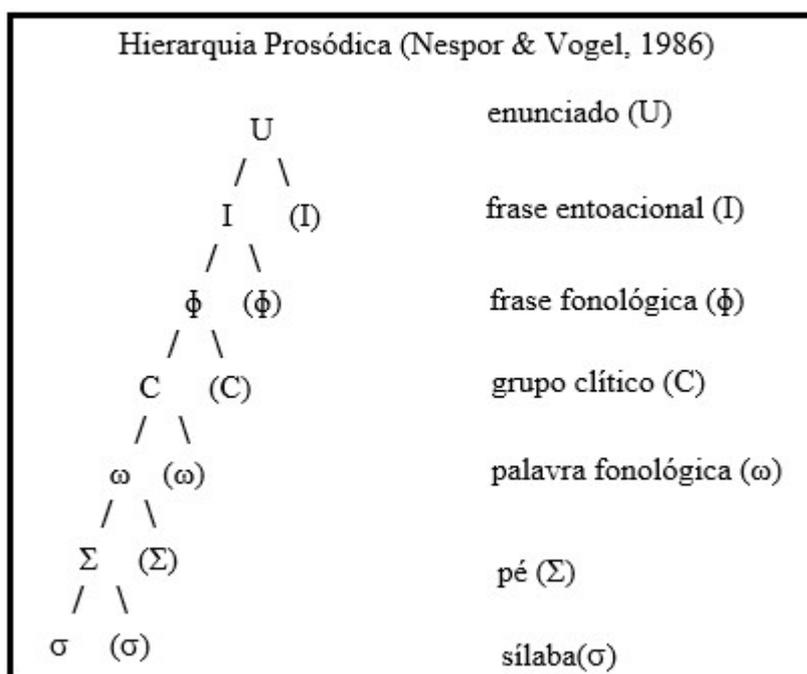
---

<sup>5</sup> Na literatura linguística brasileira sobre entoação do PB, “acento frasal” é o termo mais utilizado para a tradução de *phrasal accent*.

Por sua vez, a Fonologia Prosódica (SELKIRK, 1984, 1986, 2000; NESPOR; VOGEL, 1986, 2007) prevê uma integração entre o contorno entoacional, conforme a Fonologia Entoacional propõe, e a interface entre estruturas fonológicas e sintáticas. O fluxo da fala é organizado de maneira hierarquizada dentro de domínios prosódicos que interagem com outros componentes gramaticais para além da fonologia. A evidência para essa hierarquia é proveniente da operação de regras fonológicas que operam no interior e na junção de alguns domínios.

Verifica-se, porém, que nem sempre as estruturas sintáticas e fonológicas coincidem. Certas regras fonológicas, por exemplo, podem ter, como domínio de aplicação, constituintes não correspondentes aos derivados pela morfossintaxe, o que evidencia a não isomorfia obrigatória entre constituintes morfossintáticos e constituintes fonológicos.

Conforme Nespôr e Vogel (1986, 2007), uma sentença pode ser vista como uma organização hierárquica de constituintes prosódicos diferentes, indo do menor constituinte ao maior, sendo eles: (i) sílaba, (ii) pé, (iii) palavra fonológica, (iv) grupo clítico, (v) frase fonológica, (vi) frase entoacional e (vii) enunciado fonológico. A Figura 1 apresenta uma possível representação dessa estrutura hierárquica, conforme Nespôr e Vogel (1986):



**Figura 1. Representação da estrutura hierárquica dos constituintes prosódicos conforme Nespôr e Vogel (1986)**

Em nossa investigação, são considerados os seguintes constituintes prosódicos: a palavra fonológica (ω), a frase fonológica (Φ), a frase entoacional (I) e o enunciado fonológico (U). Isso porque são esses os domínios prosódicos mais relevantes na associação de eventos tonais ao contorno entoacional das sentenças declarativas do PB, conforme já descrito na literatura: o Φ (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002) e a ω (FERNANDES, 2007a, b; TENANI; FERNANDES-SVARTMAN, 2008; TONELI, 2014) são os domínios relevantes para a associação de acentos tonais ao contorno

entoacional, o  $\phi$  (FERNANDES, 2007a, b; TENANI; FERNANDES SVARTMAN, 2008) é o domínio relevante para a associação de acentos frasais e, por sua vez, o I (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, b; SERRA, 2009) e o U (TENANI, 2002; SERRA, 2009) são os domínios relevantes para a associação de tons de fronteiras.

Quanto aos trabalhos prévios sobre o padrão melódico de interrogativas parciais em PB desenvolvidos à luz da Fonologia Entoacional, destacamos Moraes (2008) e Frota et al. (2015).

As pesquisas de Moraes (2008) e Frota et al. (2015) apontam que o contorno entoacional padrão para interrogativas parciais, de modo geral, pode ser definido como  $H+L^* L\%$ . Esse contorno, descendente, difere daquele associado para as interrogativas globais<sup>6</sup>, que possuem, segundo os mesmos autores, contorno nuclear majoritariamente ascendente. Frota et al. (2015) indicam um contorno nuclear ascendente (L+H) possível associado a esse tipo de sentença interrogativa, mas infrequente. Moraes (2008) aponta também para um pico em F0 alinhado à palavra QU- como característica prosódica das interrogativas parciais.

Neste artigo, trataremos da descrição entoacional do contorno total dos enunciados interrogativos globais, e não apenas do contorno nuclear. Nossa hipótese é que o padrão entoacional global dos enunciados interrogativos parciais do PB, e não só o contorno nuclear, é relevante na caracterização de seus diferentes tipos frásicos.

## **Materiais e métodos**

Nesta seção, serão dadas informações detalhadas sobre o *corpus* e sobre os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento deste trabalho.

Os dados selecionados para esta investigação são de um *corpus* inédito, composto por 49 enunciados interrogativos parciais, de seis tipos frásicos, conforme a classificação apresentada no Quadro 1, a seguir. Para cada tipo frásico, foram formuladas sentenças interrogativas com cada uma das palavras QU- definidas por Mateus et al. (2003) (ver nota de rodapé 3).

## **Classificação dos tipos frásicos**

A classificação de sentenças interrogativas parciais, adaptada para o desenvolvimento deste trabalho, levou em conta os tipos frásicos apresentados pelo projeto InAPoP e pelo trabalho de Mateus et al. (2003). Definiu-se a nomenclatura especificada no Quadro 1 para fins de análise e classificação das sentenças interrogativas globais. Cabe acrescentar que, conforme apresentado no Quadro 1, entende-se por interrogativas parciais neutras aquelas que não apresentam uma resposta esperada ao que se pergunta. As interrogativas parciais não neutras, por sua vez, apresentam uma expectativa de resposta.

---

<sup>6</sup> Interrogativas globais são perguntas que esperam por resposta “sim” ou “não” e possuem, em PB, estrutura sintática de superfície idêntica às declarativas (FROTA, 2014), por exemplo: “O João vai à festa?”.

**Quadro 1. Classificação dos tipos frásicos de interrogativas parciais**

Tipos Frásicos	Sigla	Especificação	Exemplo
Neutras	<i>PBI</i>	Parcial Neutra de Busca de Informações	O que fizeram no feriado?
	<i>PNC</i>	Parcial Neutra Coordenativa	Para que você precisa de uma camisa e qual você prefere?
Não-Neutras	<i>PAC</i>	Parcial Não-Neutra Confirmatória	(Estão indo embora porque choveu). Por que estão indo embora?
	<i>PAP</i>	Parcial Não-Neutra Confirmatória de Pergunta	(Por que você está triste?) Por que eu estou triste?
	<i>PED</i> <sup>7</sup>	Parcial Eco Disjuntiva <sup>8</sup>	Que horas eu acordo ou que horas eu levanto?
	<i>PA</i>	Parcial Não-Neutra Antiexpectativa	Quem foram os responsáveis?

### Coleta de dados

Os dados relativos à fala controlada foram coletados por meio de gravação realizada com gravador TASCAM H2-P2 (Frontier) e microfone de lapela Sennheiser, contando com três informantes mulheres, entre 20 e 40 anos, com ensino superior completo, paulistas e residentes em São Paulo, que repetiram cada sentença do *corpus* três vezes. Duas, das três repetições, foram transcritas e analisadas, totalizando 372 sentenças interrogativas parciais (49 sentenças x três informantes x duas repetições).

As três informantes produziram as sentenças a partir de uma tarefa de leitura controlada. As sentenças foram aleatorizadas computacionalmente e misturadas a sentenças distratoras. Cada repetição produzida pelas informantes apresentava uma ordem aleatória de apresentação, tanto das sentenças do *corpus* quanto das sentenças distratoras. As sentenças vinham acompanhadas de um contexto de produção, que não deveria ser lido, mas que era informação importante para a compreensão do significado pragmático das sentenças apresentadas e, portanto, para a produção da sentença. Em (02), vemos um exemplo de contexto oferecido às informantes, seguido pela sentença a ser produzida:

- (02) Contexto: Perguntaram a você onde você está morando, mas você não sabe se entendeu bem o que foi indagado. Então você repete a pergunta, para ter certeza:  
Sentença produzida: Onde eu estou morando?

As sentenças foram transcritas e analisadas entoacionalmente por meio do *software* livre Praat (BOERSMA; WEENINK, 2014) e com base nos pressupostos teóricos da Fonologia Entoacional (ver seção “Quadro teórico e trabalhos prévios” deste artigo) e, especificamente para o português do Brasil (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b; SERRA, 2009; TRUCKENBRODT; SANDALO; ABAURRE, 2009; VIGÁRIO; FERNANDES-SVARTMAN, 2010).

<sup>7</sup> A sigla PED diz respeito às interrogativas parciais (P) não neutras eco (E) disjuntivas (D).

<sup>8</sup> Conforme apontam Cruz e Frota (2011), as interrogativas parciais eco ocorrem em contexto de confirmação de uma pergunta mal ouvida ou mal entendida. O interlocutor repete, então, a pergunta, de maneira a confirmar se ouviu bem.

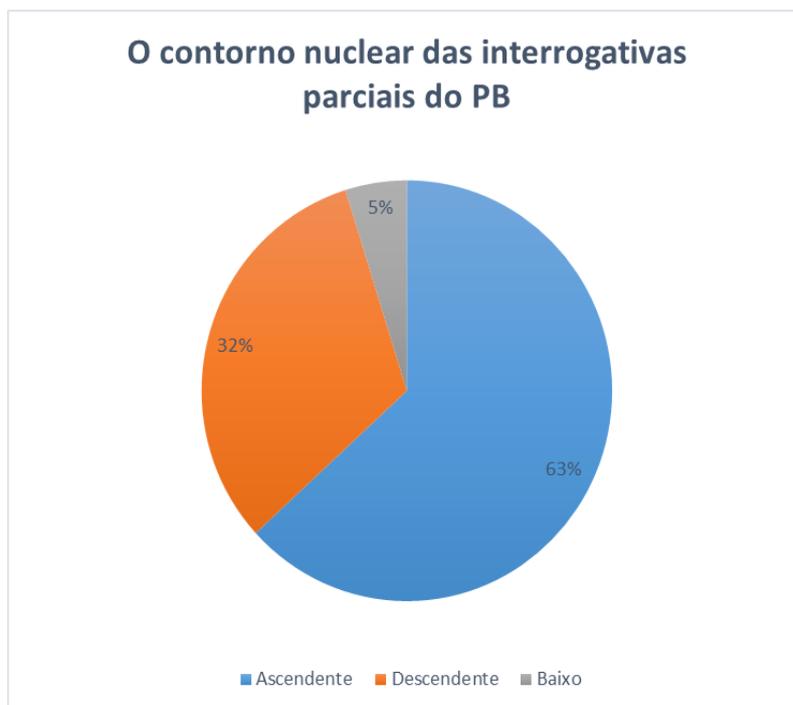
## Resultados: análise de dados e discussão

Os enunciados interrogativos foram submetidos à análise prosódica, que consistiu na transcrição e na descrição de todos os eventos tonais associados ao contorno entoacional de cada enunciado.

Os resultados principais obtidos a partir da descrição e análise prosódica dos dados dizem respeito, sobretudo: (i) ao contorno nuclear observado para as interrogativas parciais e (ii) às características prosódicas específicas do contorno total que distinguem os tipos frásicos de interrogativas parciais.

### O contorno nuclear das interrogativas parciais

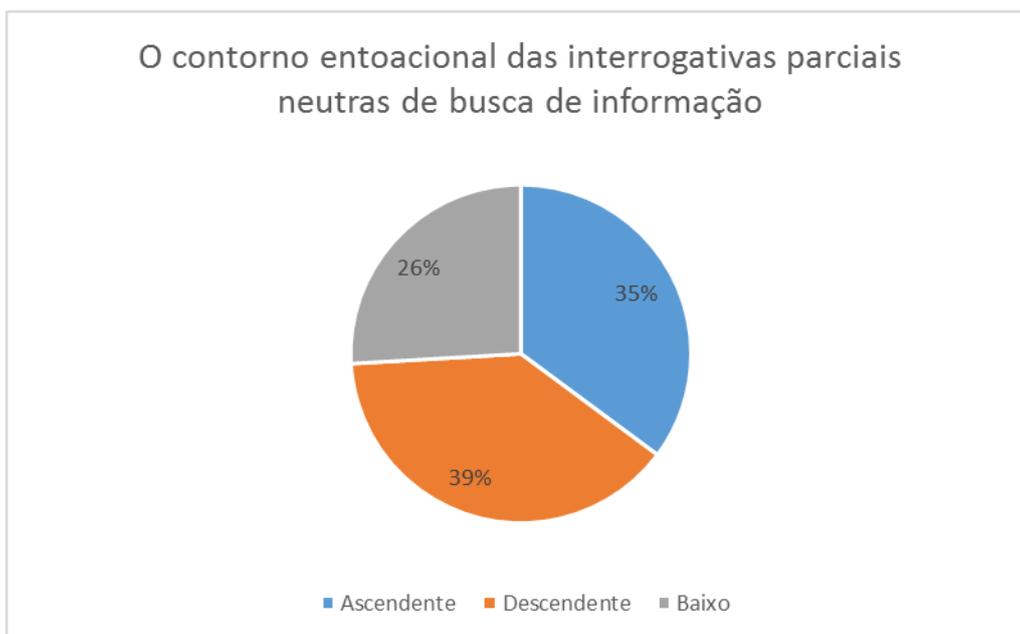
De maneira geral, observamos um contorno nuclear majoritariamente ascendente associado às interrogativas parciais, diferentemente do que foi apontado anteriormente pela literatura (FROTA et al., 2015; MORAES, 2008). O Gráfico 1, a seguir, apresenta a frequência de ocorrência de contornos nucleares ascendentes, descendentes e monotonais baixos entre interrogativas globais.



**Gráfico 1. Frequência de ocorrência do contorno nuclear das interrogativas parciais do PB**

Pela leitura do gráfico, é possível observar que a frequência de ocorrência de contornos ascendentes, 63% (235 ocorrências), é bastante superior à frequência de ocorrência de contornos descendentes, 32% (119 ocorrências), e de contornos baixos, 5% (18 ocorrências).

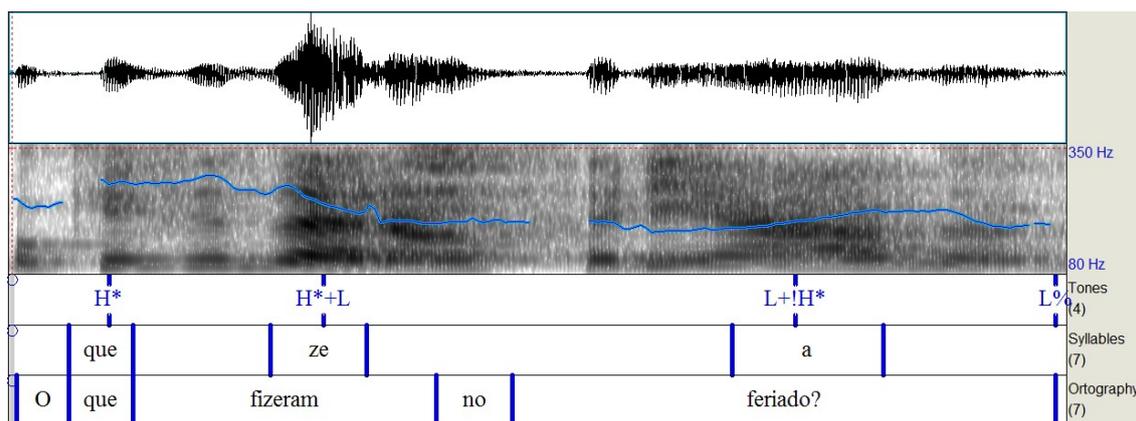
Se levarmos em conta, porém, apenas as interrogativas parciais de busca de informação, consideradas neutras, ou seja, sem uma expectativa prévia de resposta (ver seção “Materiais e métodos” deste artigo), a frequência de ocorrência dos contornos entoacionais dos mesmos três tipos (ascendente, descendente e baixo) diverge do quadro geral de interrogativas parciais, conforme pode ser observado no Gráfico 2, abaixo.



**Gráfico 2. Frequência de ocorrência do contorno nuclear das interrogativas parciais neutras de busca de informação do PB**

O que pode ser observado é que o contorno nuclear mais comum é descendente, corroborando o que foi proposto tanto por Moraes (2008) quanto por Frota et al. (2015). As frequências de ocorrência de contornos ascendentes e descendentes é próxima para esse tipo frásico.<sup>9</sup>

A Figura 2, abaixo, apresenta a análise entoacional da sentença interrogativa parcial neutra de busca de informação, “O que fizeram no feriado?”. É possível observar, nessa figura, o contorno entoacional ascendente, o mais comum às interrogativas parciais.

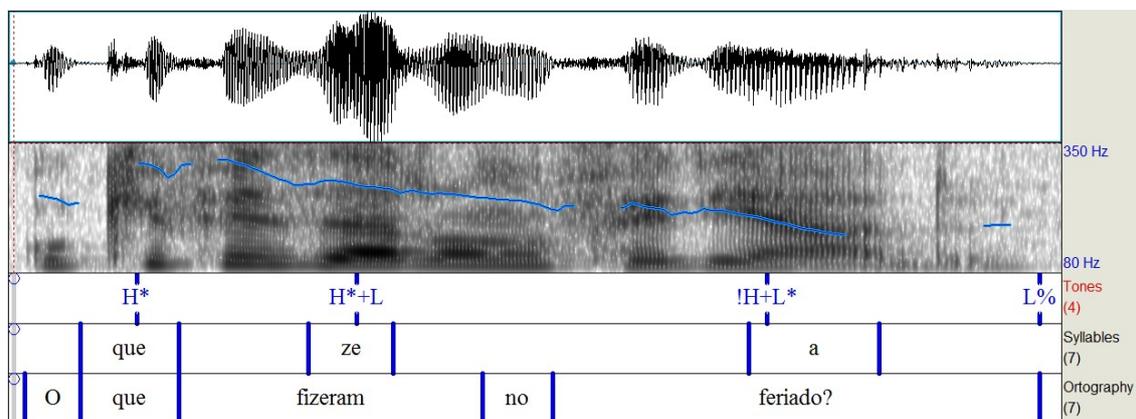


**Figura 2. Análise entoacional da sentença interrogativa parcial neutra de busca de informação, “O que fizeram no feriado?”, produzida por FC**

<sup>9</sup> Cabe acrescentar que o tratamento estatístico de todos os dados incluídos no presente artigo está em andamento.

O contorno nuclear da sentença cuja análise pode ser vista na Figura 2 é descrito como L+!H\* L%. O acento tonal, L+!H\*, ascendente, é seguido por tom de fronteira baixo, L%.

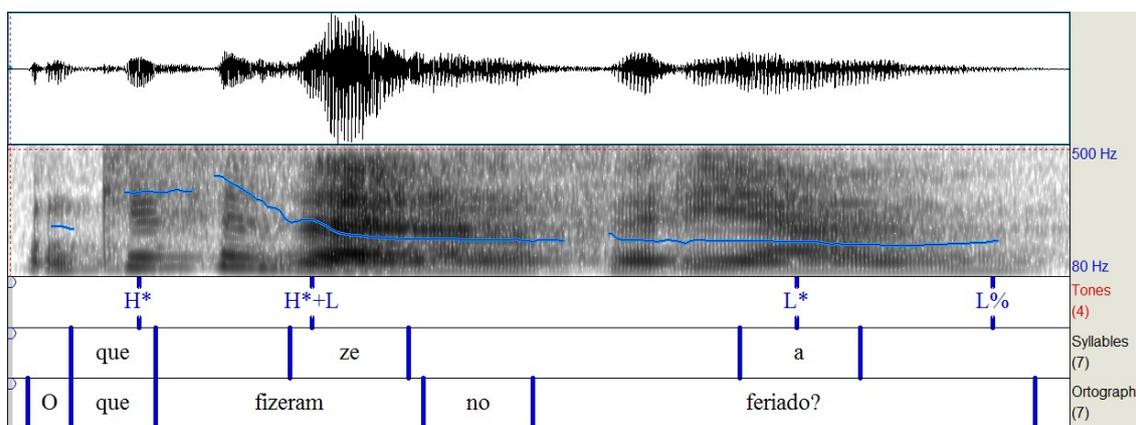
Na Figura 3, por sua vez, vemos um exemplo da mesma sentença, “O que fizeram no feriado?”, produzida com um contorno entoacional descendente.



**Figura 3. Análise entoacional da sentença interrogativa parcial neutra de busca de informação, “O que fizeram no feriado?”, produzida por EF**

É possível observar que, assim como no caso da sentença apresentada na Figura 2, o tom de fronteira é baixo, L%. Ambas as sentenças apresentam contorno entoacional semelhante na porção entoacional que precede o contorno nuclear das sentenças.

Na Figura 4, abaixo, observamos a ocorrência do contorno nuclear monotonal baixo, em outra produção da mesma sentença, “O que fizeram no feriado?”.



**Figura 4. Análise entoacional da sentença interrogativa parcial neutra de busca de informação, “O que fizeram no feriado?”, produzida por FC**

Na Figura 4, observamos características entoacionais, associadas à porção anterior ao contorno nuclear, semelhantes em relação aos exemplos ilustrados pelas Figuras 2 e 3. Porém, no caso da sentença ilustrada pela Figura 4, o contorno nuclear é monotonal e baixo.

As Figuras 2, 3 e 4 apresentaram os contornos nucleares observados nas interrogativas parciais do PB, respectivamente: contorno ascendente, descendente e monotonal baixo.

## O contorno total das interrogativas parciais

Em relação à caracterização prosódica do contorno total das interrogativas parciais do PB, os elementos mais relevantes dizem respeito: (i) à associação de tom H ou L+H à palavra QU-, ou seja, à primeira palavra prosódica do enunciado; (ii) à associação de acento frasal à fronteira de sintagma fonológico relacionada à marcação de foco e (iii) à densidade tonal das interrogativas parciais do PB.

Foi possível observar a associação de evento tonal H ou L+H a 100% das sentenças interrogativas parciais analisadas. As Figuras 2, 3 e 4 configuram exemplos dessa associação de evento tonal à primeira palavra fonológica da sentença entoacional, que marca o pretonema, conforme Moraes (2008) e Silva (2011). De modo geral, o pico em F0 está associado à palavra QU- das interrogativas parciais, e não a seu contorno nuclear, independentemente de este ser ascendente ou descendente. Em ambos os casos, é possível a ocorrência de *downstep* associado ao contorno nuclear (como pode ser observado nas Figuras 2 e 3).

Quanto à associação de acento frasal à fronteira de sintagma fonológico em interrogativas parciais, observamos que esta associação marca focalização de elementos com ênfase. Observamos, porém, que essa associação é exclusiva das sentenças interrogativas parciais não neutras. As sentenças interrogativas parciais neutras não apresentam ênfase especial em nenhum item lexical e, portanto, não apresentam marcação prosódica de foco. As sentenças não neutras em geral, tanto declarativas quanto interrogativas, por sua vez, podem apresentar elemento focalizado, o qual, por vezes, é marcado a partir da associação de acento frasal, conforme afirmaram Fernandes (2007) e Frota et al. (2015), sobre as sentenças declarativas do PB, e Rosignoli e Fernandes-Svartman (2016), sobre as sentenças interrogativas. A Figura 5, abaixo, apresenta um exemplo dessa associação de acento frasal a elemento focalizado.

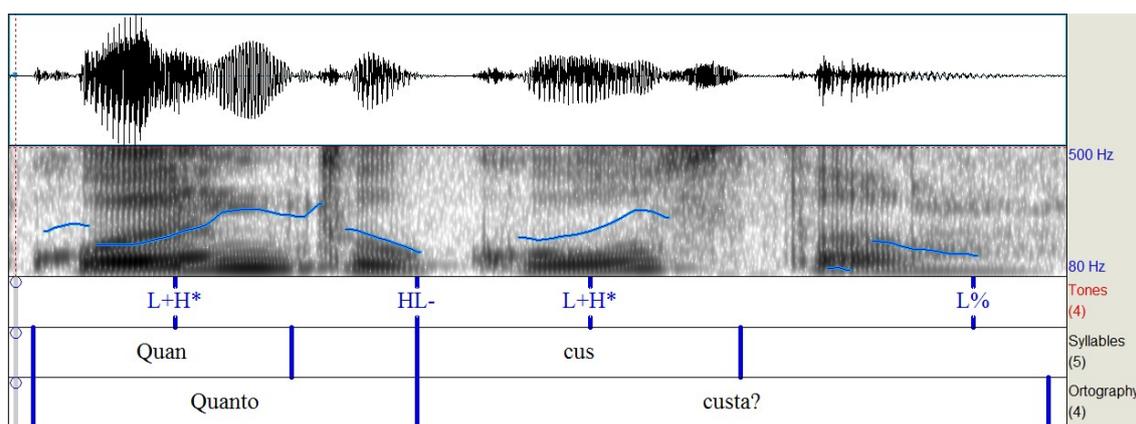
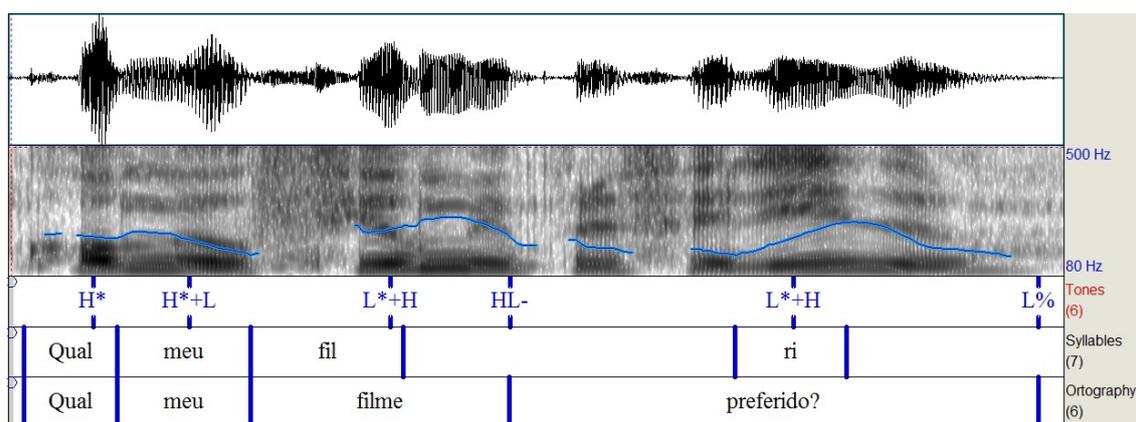


Figura 5. Análise entoacional da sentença interrogativa parcial não neutra de confirmação de pergunta, “Quanto custa?”, produzida por MR

No caso do exemplo ilustrado pela Figura 5, o elemento focalizado é a palavra QU-, que recebe ênfase especial por se tratar de uma busca por confirmação. Já na Figura 6, vemos um exemplo de sentença que apresenta ênfase em outro elemento lexical que não a palavra QU-. Assim como no caso da sentença anterior, o foco recai sobre o elemento focalizado que recebe ênfase por se tratar de uma busca por confirmação.



**Figura 6. Análise entoacional da sentença interrogativa parcial não neutra de confirmação de pergunta, “Qual meu filme preferido?”, produzida por MR**

Quanto à densidade tonal, que é a proporção entre eventos tonais alocados na cadeia segmental e a quantidade de palavras prosódicas encontradas no enunciado entoacional, e levando em conta que, conforme Frota e Vigário (2000), Tenani (2002) e Fernandes (2007a, b) (*apud* FERNANDES-SVARTMAN, 2012), em PB a densidade tonal é mais alta se comparada à densidade tonal observada no português europeu (doravante, PE), havendo a possibilidade de associação de evento tonal a todas as palavras prosódicas do enunciado e a obrigatoriedade de associação de evento tonal às palavras prosódicas cabeça de sintagma fonológico, observamos, para as sentenças interrogativas parciais do PB, uma densidade tonal alta, de maneira geral.

Na Tabela 1, abaixo, é possível observar a densidade tonal das interrogativas parciais do PB. Na segunda linha da tabela, verificamos a densidade tonal observada em todas as sentenças interrogativas parciais, que é de 77%. Na terceira linha da tabela, é possível observar a densidade tonal das sentenças interrogativas parciais neutras, de 80%, enquanto que na quarta linha obtemos informações sobre a densidade tonal das sentenças parciais não neutras, de 76%.

**Tabela 1. Densidade tonal das interrogativas parciais do PB**

<i>Tipo Frásico</i>	<i>Palavras prosódicas (ω)</i>	<i>Acentos Tonais</i>	<i>Densidade</i>
Parciais	1265	973	77%
Neutras	372	297	80%
Não neutras	893	676	76%

Fernandes-Svartman (2012) apontou para uma densidade tonal de 90% associada às sentenças declarativas neutras do PB. No caso das interrogativas parciais, de modo geral, observamos uma densidade tonal mais baixa mesmo para as interrogativas parciais neutras, que apresentam uma densidade tonal de dez pontos percentuais mais baixa quando comparada à densidade tonal das declarativas neutras.

## Considerações finais

Neste artigo, foram apresentados elementos que constituem a caracterização prosódica das sentenças interrogativas parciais do PB. Esses elementos dizem respeito não somente ao contorno nuclear, mas ao contorno total dessas interrogativas. Os resultados principais levantados compreendem: (i) a descrição dos contornos nucleares mais comuns como sendo ascendentes, mas com possibilidade de serem descendentes e monotônicos baixos; (ii) a associação de evento tonal H ou L+H a 100% das palavras QU- das sentenças parciais; (iii) a associação de acentos frasais a elementos focalizados exclusivamente em sentenças interrogativas parciais não neutras e (iv) a densidade tonal média de 77% em sentenças interrogativas parciais do PB.

Esses resultados corroboram a hipótese de que não apenas o contorno nuclear é responsável por transmitir significados pragmáticos de sentenças interrogativas parciais. O contorno total e suas características específicas, como as apontadas acima em (ii) e (iii), por exemplo, são características entoacionais que auxiliam na transmissão dos significados pragmáticos específicos dos diferentes tipos frásicos.

A presente pesquisa tem como próximos passos: (i) a análise estatística dos dados, de maneira a validá-los estatisticamente e reforçar os resultados já encontrados; (ii) a comparação dos dados de fala controlada com dados de fala semi-controlada; (iii) a investigação do ponto de vista da percepção se os contornos entoacionais descritos pelo ponto de vista da produção são perceptíveis e se suas características entoacionais são relevantes na percepção para a distinção de tipos frásicos.

## REFERÊNCIAS

- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: Doing Phonetics by Computer* [Computer program]. Version 5.3. 82. 2014. Disponível em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- CRUZ, M.; FROTA, S. Prosódia dos tipos frásicos em variedades do Português Europeu: produção e percepção. *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, p. 208-225, 2011.
- FERNANDES, F. R. Tonal association in neutral and subject-narrow-focus sentences of Brazilian Portuguese: a comparison with European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 6, n. 1, p. 91-115, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. 2007b. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007b.
- FERNANDES-SVARTMAN, F. R. A entoação das sentenças clibadas em português brasileiro e a interface sintaxe-fonologia. *Filologia e linguística portuguesa*, n. 14(1), p. 37-56, 2012.
- FROTA, S. (Coord.). *InAPoP – Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese*. Projeto de investigação científica (processo FCT PTDC/CLE-LIN/119787/2010). Universidade de Lisboa, 2012-2014.

FROTA, S.; CRUZ, M.; SVARTMAN, F.; VIGÁRIO, M.; COLLISCHONN, G.; FONSECA, A.; SERRA, C.; SCHWINDT, L. C. Portuguese: Labelling intonational variation across varieties of European and Brazilian Portuguese. *Workshop on Romance ToBI*, Universitat Rovira i Virgili, 2011.

FROTA, S.; CRUZ, M.; FERNANDES-SVARTMAN, F.; COLLISCHONN, G.; FONSECA, A.; SERRA, C.; OLIVEIRA, P.; VIGÁRIO, M. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In: FROTA, S.; PRIETO, P. (Eds.). *Intonational variation in Romance*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 235-283. Disponível em: <<http://labfon.letras.ulisboa.pt/InAPoP/resources.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: CASTRO, R. V.; BARBOSA, P. (Org.). *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. v. 1. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, p. 533-555, 2000. Disponível em: <<http://labfon.letras.ulisboa.pt/InAPoP/resources.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JUN, S-A. *Prosodic Typology – The Phonology of Intonation and Phrasing*. New York: Oxford University Press, 2005.

LADD, D. R. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Intonational Phonology*. 2<sup>nd</sup> edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H.; FROTA, S.; MATOS, G.; OLIVEIRA, F.; VIGÁRIO, M.; VILLALVA, A. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Ed. Caminho, 2003. p. 460-479.

MIOTO, C.; KATO, M. As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais. *Revista da ABRALIN*, v. 4, n. 1 e 2, p. 171-196, dez. 2005.

MORAES, J. *The Pitch Accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis*. Laboratório de Fonética Acústica, Faculdade de Letras UFRJ/Faculdade de Letras UFRJ/CNPq, 2008.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

\_\_\_\_\_. *Prosodic Phonology: with a new foreword*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

PIERREHUMBERT, J. *The phonology and phonetics of English intonation*. 1980. 402 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass, 1980.

PIERREHUMBERT, J.; BECKMAN, M. *Japanese Tone Structure*. Cambridge, Mass.: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1988.

ROSIGNOLI, C. C.; FERNANDES-SVARTMAN, F. R. O padrão entoacional das sentenças interrogativas do português brasileiro em fala manipulada. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 60-72. 2016.

SELKIRK, E. O. *Phonology and syntax: The relation between sound and structure*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1984.

\_\_\_\_\_. On derived domains in sentence phonology. *Phonology Yearbook*, n. 3, p. 371-405, 1986.

\_\_\_\_\_. The interaction of constraints on prosodic phrasing. In: HORNE, M. (Ed.). *Prosody: Theory and Experiment*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2000. p. 231-261.

SERRA, C. R. *Realização e percepção de fronteiras prosódicas no português do Brasil: fala espontânea e leitura*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. 2002. 331 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TRUCKENBRODT, H.; SANDALO, M. F. S.; ABAURRE M. B. M. Elements of Brazilian Portuguese intonation. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 8, p. 75-114, 2009.

VIGÁRIO, M.; FERNANDES-SVARTMAN, F. R. A atribuição de acentos tonais em compostos no português do Brasil. In: BRITO, A. M.; SILVA, F.; VELOSO, J.; FIÉIS, A. (Org.). *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística – Textos Seleccionados*. Porto: Tip. Nunes, Ltda – Maia, 2010. v. 1, p. 769-786.

**Recebido em:** 30/08/2016

**Aprovado em:** 24/10/2016

# O padrão entoacional das sentenças neutras do português falado em São Tomé: uma análise preliminar

**Gabriela Braga**

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil  
gabraga.g@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1661>

## Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise preliminar do padrão entoacional das sentenças declarativas neutras do português falado na ilha de São Tomé (PST), em São Tomé e Príncipe, país africano de colonização portuguesa, a fim de traçar semelhanças e diferenças dessa variedade com as demais já estudadas. Para isso, descrevemos a associação de eventos tonais ao contorno entoacional desse tipo de sentença em PST e comparamos nossos resultados com os obtidos para outras variedades de português já descritas na literatura. Concluímos apontando que o PST possui características que o aproximam das variedades de português brasileiro e da variedade falada em Guiné-Bissau, embora o PST apresente características singulares.

**Palavras-chave:** fonologia; prosódia; português de São Tomé.

## The intonational pattern of neutral declarative sentences in São Tomé Portuguese: a preliminary analysis

### Abstract

This paper presents a preliminary analysis of the intonational pattern of neutral declarative sentences of Portuguese spoken in São Tomé island (PST), in São Tomé and Príncipe, an African country with Portuguese colonization. It intends to trace differences and similarities between this variety and others Portuguese varieties already studied. Taking this objective into account, we describe the association of tonal events with the intonational contour of PST neutral sentences and compare our results to the results obtained for other Portuguese varieties already described in the literature. We conclude pointing out that PST has characteristics closer to the Guinea-Bissau Portuguese and Brazilian Portuguese varieties, although PST also presents singular features.

**Keywords:** phonology; prosody; São Tomé portuguese.

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo descrever e analisar de modo preliminar o padrão entoacional das sentenças declarativas neutras do português falado na ilha de São Tomé (doravante PST), no que diz respeito à associação de eventos tonais ao contorno entoacional desse tipo de sentença, comparando os resultados com os já descritos na literatura para outras variedades de português (europeu, brasileiro e africano).

Denominamos contorno entoacional neutro o contorno entoacional associado às sentenças declarativas neutras, que são aquelas produzidas como se toda a informação contida fosse nova, ou seja, sem condições discursivas especiais associadas a elas (como elemento em foco, tópico ou contexto de produção de sentenças interrogativas).

Através dos resultados encontrados nesta pesquisa, mostraremos que o PST apresenta muitas características entoacionais semelhantes às encontradas nas variedades de português brasileiro e se aproxima ainda mais da variedade de português de Guiné-Bissau (doravante PGB), embora apresente especificidades quanto à distribuição de eventos tonais dentro de um sintagma entoacional (I).

Este artigo está organizado da seguinte maneira: além desta introdução, apresentamos brevemente o contexto histórico-social e linguístico de São Tomé e Príncipe, país onde é falada a variedade de português estudada, para que seja possível compreender as especificidades em que tal variedade surgiu e é utilizada. Em seguida, descrevemos o quadro teórico utilizado para a realização da análise e partimos para a descrição da constituição do *corpus* e da metodologia aplicada para este estudo. Em seguida, descrevemos e analisamos os resultados encontrados para o contorno entoacional das sentenças neutras do PST e comparamos esta variedade com aquelas já descritas em relação à associação de eventos tonais. Por fim, apresentamos as considerações finais acerca dessa análise preliminar.

## **O contexto histórico-social e linguístico de São Tomé e Príncipe**

Atualmente denominado República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) e tendo aproximadamente 194 mil habitantes (CIA FACTBOOK, 2016), esse pequeno país africano de colonização portuguesa está localizado na região do Golfo da Guiné, próximo à linha do Equador, e é constituído por duas ilhas – a ilha do Príncipe (mais ao norte) e a ilha de São Tomé (onde está localizada a capital do país) – e algumas ilhotas.

As ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas desabitadas pelos portugueses em 1471. Em 1485, houve a primeira tentativa de povoamento, sem êxito. Apenas em 1493, data da chegada da frota do primeiro capitão-donatário, Álvaro de Caminha, teve início o povoamento da ilha de São Tomé (HAGEMEIJER, 2011).

Há grandes indícios históricos e linguísticos de que os primeiros africanos trazidos como escravos para São Tomé teriam vindo do antigo Reino do Benin (hoje sudeste da Nigéria), dado os laços comerciais e diplomáticos existentes entre esse reino e os portugueses no final do século XV (MOTA, 1976 apud HAGEMEIJER, 2009). Quanto aos primeiros habitantes não africanos da ilha, segundo Holm (1989), em 1493 cerca de 2000 crianças judias foram tomadas de seus pais (expulsos do reino de Castela) e exiladas em São Tomé por D. João II de Portugal, sendo que mais tarde, em 1506, apenas 600 teriam sobrevivido e se casado com africanos. Degredados portugueses também eram enviados para São Tomé e ganhavam mulheres escravas, a quem eram garantidas liberdade, assim como para seus filhos. Hlibowicka-Węglarz (2012) menciona também que no primeiro século de povoamento a ilha recebeu os primeiros colonos portugueses, madeirenses, judeus e cristãos-novos. Contudo, o povoamento das ilhas se deu majoritariamente pela importação de mão de obra escrava de milhares de pessoas da África subsaariana.

Acredita-se que um *pidgin* tenha se originado na ilha de São Tomé durante os primeiros anos após o descobrimento das ilhas, devido ao contato constante entre portugueses e africanos e às relações por eles traçadas e por ainda não haver na ilha uma atividade econômica em larga escala (cf. HAGEMEIJER, 2009). Esse *pidgin* teria se nativizado rapidamente entre os descendentes da primeira geração de africanos

escravizados e originado o proto-crioulo do Golfo da Guiné, do qual se desenvolveram quatro línguas crioulas: santome, angolar, lung'le e fa d'Ambô. Destas, santome, angolar e lung'le surgiram nas ilhas de São Tomé e Príncipe e estão presentes no país<sup>1</sup>.

Por volta de 1515, deu-se início o desenvolvimento comercial da produção de cana de açúcar, atividade que exigia maior quantidade de mão de obra e que alterou a dinâmica social e econômica encontrada na ilha até então. Nesse momento, a captura de escravos foi deslocada da região do Benin para o Congo e, pouco depois, para Angola (ALMEIDA, 2008 apud HAGEMEIJER, 2009). É também a partir desse ponto que São Tomé passa a ser um entreposto comercial de escravos no Atlântico.

Em meados do século XIX são introduzidas, no modelo de monocultura, as plantações de café e de cacau em São Tomé e Príncipe. Para tanto, foram trazidos para trabalhar nas roças, em regime de “contratos” (algo que se assemelhava ao tráfico humano, ainda remanescente da política escravocrata portuguesa), africanos oriundos de Cabo Verde, Angola e Moçambique, países que, assim como São Tomé e Príncipe, eram colônias portuguesas na época. Com eles vieram suas línguas nativas, a saber: o crioulo caboverdiano e variedades de quicongo e quimbundo.

Nascimento (2000 apud ALEXANDRE et al., 2011, p. 19) aponta que a vinda dos trabalhadores contratados (de 1875 a 1975) teria tido um impacto relevante na formação da variedade do português falado em São Tomé, visto que, em número, esses trabalhadores eram superiores à população já existente na ilha e que, ao chegarem, eles adquiriram o português local como L2, e não o crioulo santome. Entretanto, grande parte dos contratados constituíram comunidades isoladas, permanecendo apenas nas roças e tendo contato limitado com a população da ilha, de modo que, atualmente, o português falado nas roças possui características específicas que o diferem do dito português de São Tomé, sendo na maioria das vezes denominado *português dos tongas*. Segundo Rougé (2013, p. 64-65), os *tongas*, descendentes dos contratados provenientes de Angola e Moçambique, falam “um conjunto de variedades de português não padrão, originadas da aprendizagem e da transmissão informais desta língua”, além de “variedades de línguas do grupo banto, sobretudo o quimbundo, o umbundo e línguas de Moçambique”.

O português é a língua oficial do país desde 1975 (ano da independência de Portugal), sendo a norma lusitana (PE) ensinada nas escolas e considerada como norma de prestígio pela população. A variedade lusitana também está presente na mídia escrita e falada, seja nos telejornais português e local ou nas transmissões de rádio. Entretanto, outras variedades também possuem espaço no país, como o português brasileiro (doravante PB), presente nas novelas e alguns programas familiares, o português santomense, falado na ilha de São Tomé (PST), e o português falado na ilha do Príncipe (PPr), que aparece apenas em entrevistas e nas participações do público.

Além do português, estão presentes no país: o santome (também denominado “forro”<sup>2</sup>) (FERRAZ, 1979; ARAÚJO, 2007; HAGEMEIJER, 2009, 2011; entre outros), o angolar, falado por pescadores do sul da ilha de São Tomé, descendentes de escravos que fugiram das plantações, ainda no século XVI (MAURER, 1995; entre outros), o

---

<sup>1</sup> Embora o fa d'Ambô seja uma das línguas advindas do proto-crioulo do Golfo da Guiné, ela é falada apenas na ilha de Ano Bom, que atualmente faz parte do território da Guiné Equatorial.

<sup>2</sup> “Forro” é uma das denominações para o santome, língua crioula mais falada no país. Ela também pode aparecer como “Fôlô”, “Lungwa santome”, “dialeto” ou “são-tomense”.

lung'le<sup>3</sup> (MAURER, 2009; AGOSTINHO, 2014; entre outros), o caboverdiano, o português dos Tongas (BAXTER, 2002; HAGEMEIJER, 2009; entre outros) e resquícios de línguas africanas do grupo banto (HAGEMEIJER, 2009).

O santome, língua crioula mais falada no país, é utilizado majoritariamente em situações informais e por pessoas mais velhas. Além disso, é possível notar cada vez mais a influência moderna do português nessa língua, seja através de inserção de fonemas (como /r/, inicialmente inexistente no santome, mas que começa a ser realizado pelos falantes devido à influência do português) ou de empréstimos lexicais. Alexandre et al. (2011) afirma que, em São Tomé e Príncipe, o português está passando por um acelerado processo de nativização, sobretudo entre os mais jovens. Em entrevistas realizadas com jovens são-tomenses em 2015 para a realização deste estudo, foram coletados relatos de que os pais, desde a geração da independência do país (1975) e cada vez mais, não estão transmitindo as línguas nacionais para os filhos, especialmente nas parcelas mais ricas da sociedade. O santome é adquirido pelas novas gerações de maneira passiva, visto que a língua passou a ser utilizada apenas entre pais e avós daquela geração. Além disso, nos dias atuais, a interação linguística entre pais e filhos utilizando o santome praticamente resume-se a vocativos e expressões para chamar as crianças ou repreendê-las. Em contrapartida, a variedade de português falada em São Tomé (PST) passa a ser L1 de grande parte da população jovem.

Em São Tomé, portanto, acreditamos lidar com as seguintes situações:

1) O contato da língua do português colonizador, dono das roças e senhor de escravos, com as línguas dos escravos trazidos do Níger-congo fez emergirem línguas crioulas;

2) O português manteve-se nas ilhas como a língua do dominador, sendo aprendida como L2 pela população, na busca de ascensão social. Com a independência do país, começa-se a notar o abandono das línguas crioulas em favor do português, que atualmente é aprendido como a única L1 por grande parte da população.

Nossa hipótese é que um caminho novo está sendo seguido, em que as línguas crioulas existentes na ilha entram em contato com o português como línguas de interferência, gerando assim uma nova variedade dessa língua no país, distante da variedade padrão de PE.

## **Quadro Teórico**

### **Fonologia Entoacional**

Este trabalho utiliza o aparato teórico da Fonologia Entoacional Autossegmental Métrica, especificamente a proposta de Ladd (2008), para a realização da análise entoacional. Tal abordagem se insere na linha de análise da entoação em níveis de altura tonal, utilizada inicialmente por Pierrehumbert (1980). A teoria tem como principal objetivo identificar os elementos contrastivos da estrutura entoacional e fornecer ferramentas que sejam capazes de descrever universalmente as gramáticas entoacionais das línguas naturais.

---

<sup>3</sup> Lung'le é uma das línguas crioulas do país mais falada na ilha do Príncipe, onde surgiu. Pode aparecer também como “Lunguié” e “Principense”.

De acordo com Ladd (2008), a entoação apresenta uma organização fonológica própria, de modo que um contorno entoacional se constitui, fonologicamente, de uma sequência de unidades discretas, denominadas eventos tonais, que por sua vez se formam a partir de dois níveis de altura distintos, ou tons primitivos: alto (H – *high*) ou baixo (L – *low*). Essa sequência de eventos tonais, por sua vez, é realizada foneticamente através das curvas da frequência fundamental ( $F_0$  do sinal acústico). De maneira geral, assume-se que os eventos tonais são definidos localmente, um em relação ao anterior, de modo que se considera suficiente o uso de somente dois tons, conforme mencionado, para a descrição dos contornos, mesmo sendo ampla a variação de altura de  $F_0$ . Ademais, assume-se também que os eventos tonais formam blocos de contorno e estão associados a pontos específicos na cadeia segmental.

Para as variedades de português já estudadas dentro dessa perspectiva teórica (cf., entre outros, FROTA; VIGÁRIO, 2000; VIGÁRIO; FROTA, 2003; CRUZ, 2013; FROTA, 2014; FROTA et al., 2015, para variedades de PE; CUNHA, 2000; FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a; 2007b; TRUCKENBRODT; SÂNDALO; ABAURRE, 2009; VIGÁRIO; FERNANDES-SVARTMAN, 2010; FROTA et al., 2015, para variedades de PB; SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015, para português da Guiné-Bissau), observou-se que os eventos tonais de maior relevância para a descrição da variação da cadeia tonal são os acentos tonais e os tons que estão relacionados às fronteiras. Os acentos tonais são associados às sílabas proeminentes da cadeia segmental, ou seja, a mudança de altura tonal tem como alvo a sílaba portadora de acento lexical. Os acentos tonais podem ser simples, ou seja, monotonais ( $L^*$  ou  $H^*$ ), ou complexos, bitonais ( $H^*+L$ ,  $H+L^*$ ,  $L^*+H$  ou  $L+H^*$ ). Já os tons que se relacionam às fronteiras são associados às fronteiras de domínios prosódicos, ou seja, a mudança de altura tonal tem como alvo uma fronteira de constituinte (HAYES; LAHIRI, 1991). Os tons que se relacionam às fronteiras podem ser de dois tipos: acentos frasais ( $L^-$  ou  $H^-$ ), que se associam às fronteiras de constituintes prosódicos mais baixos que o sintagma entoacional; e tons de fronteira ( $L\%$  ou  $H\%$ ), que podem se associar às fronteiras de sintagmas entoacionais (PIERREHUMBERT, 1980).

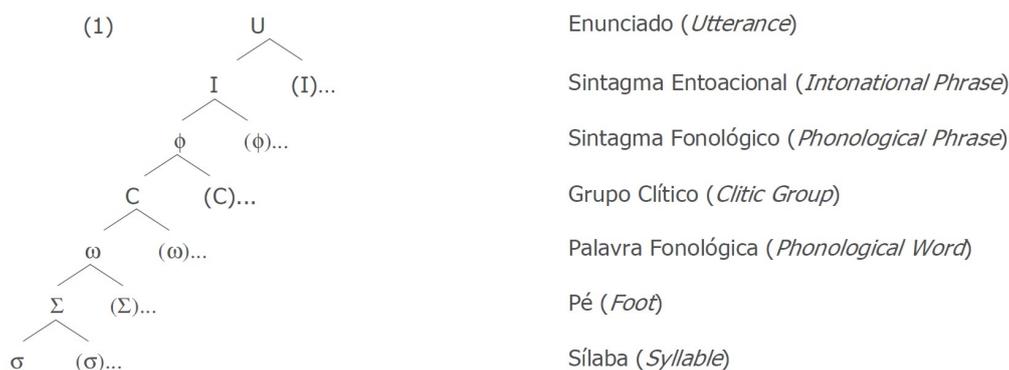
Além dessas anotações tradicionalmente usadas, os tons marcados como H podem vir acompanhados de diacríticos: ‘!’ para processos de *downstep*, e ‘¡’ para processos de *upstep*. O primeiro indica que um tom H está sendo realizado relativamente mais baixo do que o tom H que o precede; já o segundo indica que um tom H está sendo realizado relativamente mais alto do que o tom H realizado anteriormente. De acordo com Ladd (2008, p. 77), em algumas línguas africanas o segundo tom H de uma sequência H L H pode ser realizado em um nível mais baixo do que o primeiro H, se configurando como H L !H, sendo o nível desse último H o novo parâmetro de altura para a realização dos próximos Hs que estejam sendo realizados dentro de um determinado constituinte prosódico.

Dentro do quadro teórico da Fonologia Entoacional, adotamos a perspectiva de análise entoacional que prevê a integração entre domínios prosódicos e entoação (cf. HAYES; LAHIRI, 1991; FROTA, 2000; TENANI, 2002). Conforme essa abordagem, a associação de eventos tonais à cadeia segmental é dependente das relações de constituência e proeminência definidas pela estrutura prosódica. Para as variedades de português já estudadas de acordo com essa perspectiva teórica, a estrutura prosódica relevante para a entoação é oferecida pela Hierarquia Prosódica, conforme exposto a

seguir (cf., entre outros, FROTA, 2000, para PE; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, b, para PB; e SANTOS, 2015, para PGB).

### Fonologia Prosódica

De acordo com a Fonologia Prosódica, assume-se que a estrutura fonológica se relaciona com outros níveis da gramática para a formação de seus constituintes, de maneira que a fala humana se organiza hierarquicamente em constituintes prosódicos que, por sua vez, são formados a partir das informações acessadas através de constituintes sintáticos (SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 1986). Tal relação traçada entre fonologia e a sintaxe é parcialmente determinada, ou seja, não há necessariamente uma correspondência entre a estrutura dos constituintes prosódicos e os constituintes sintáticos, podendo estes coincidir ou divergir. De acordo com a teoria, o mapeamento sintático-fonológico fornece uma representação prosódica em hierarquia de constituintes. Cada nível hierárquico é composto por uma ou mais unidades prosódicas do nível imediatamente inferior. Seguindo a perspectiva de Nespor e Vogel (1986), a hierarquia prosódica é composta por sete domínios, que se organizam conforme a representação a seguir<sup>4</sup>:



**Figura 1. Representação da Hierarquia Prosódica, segundo Nespor e Vogel (1986)**

A observação do funcionamento de certos processos fonológicos segmentais, rítmicos e tonais (como regras de sândi externo e haplogia sintática, de retração de acento, atribuição de tons e alongamento de fronteiras), em diversas línguas naturais, fornecem evidências de que a fala se organiza hierarquicamente em constituintes prosódicos, visto que tais processos fonológicos ocorrem no interior e entre os limites de certos domínios prosódicos ao mesmo tempo em que podem ser bloqueados em outros (cf. FROTA, 2000).

Nesta análise preliminar, são considerados os domínios da palavra prosódica ( $\omega$ ), do sintagma fonológico ( $\phi$ ) e do sintagma entoacional (I), visto que em outras variedades de português (PE, PB e PGB) que serão levadas em conta na comparação com o PST, esses são os domínios prosódicos majoritariamente relevantes na associação de eventos tonais ao contorno entoacional das sentenças neutras.

<sup>4</sup> *Intonational Phrase* e *Phonological Phrase* aparecem traduzidos, em alguns estudos na literatura linguística brasileira sobre Fonologia Prosódica, como “frase entoacional” e “frase fonológica”. Entretanto, neste trabalho traduzimos tais constituintes como “sintagma entoacional” e “sintagma fonológico”, respectivamente, visto que o termo *phrase*, em inglês, refere-se sintaticamente a um sintagma, uma unidade menor que a frase.

Para a formação dos domínios prosódicos em português, assume-se, em linhas gerais, que  $\omega$  é o domínio prosódico em que pode haver um único acento primário (ou lexical) (cf. VIGÁRIO, 2003). Por sua vez,  $\phi$  corresponde ao domínio que abrange um núcleo lexical e todos os elementos funcionais de seu lado não recursivo<sup>5</sup> que ainda estejam dentro da projeção máxima de tal núcleo; além disso, ele pode abranger (opcionalmente) o sintagma subsequente que seja complemento não ramificado desse mesmo núcleo lexical (cf. FROTA, 2000). Já o domínio de I consiste em: (i) todos os  $\phi$ s em uma sequência que não esteja incorporada estruturalmente à árvore da sentença; (ii) toda sequência de  $\phi$ s adjacentes pertencentes a uma sentença raiz; (iii) um contorno entoacional, cujas fronteiras coincidam com a posição nas quais pausas gramaticais podem ser inseridas em um enunciado (cf. FROTA, 2000).

## Corpus e Metodologia

O *corpus* desta investigação é constituído por 76 sentenças declarativas neutras adaptadas ao PST com o auxílio de falantes nativos dessa variedade de português, a partir de dados em PE dos *corpora* constantes na base de dados de línguas românicas, o *RLD – Romance Languages Database* (para uma descrição completa do RLD, cf. D'IMPÉRIO et al., 2005), que tem sido utilizada para a investigação da variação do fraseamento entoacional das línguas românicas, realizada pelo projeto internacional *Intonational Phrasing in Romance*<sup>6</sup>.

As sentenças adaptadas do RLD utilizadas como *corpora* desta pesquisa são constituídas por uma única oração de ordem SVO (sujeito-verbo-objeto), que variam de modo progressivo quanto ao seu tamanho (medido em número de sílabas, incluindo determinantes e preposições), e à complexidade sintático-prosódica (ausência/presença de ramificações, em termos de quantidade de núcleos lexicais e de palavras prosódicas) dos constituintes, como em “A mulher loira manuseava liras na mala”. Tal medida é tomada para que sejam observadas possíveis influências das ramificações prosódicas e sintáticas no que diz respeito à associação de eventos tonais ao contorno entoacional das sentenças neutras do PST. Observa-se também que o léxico que constitui tais sentenças é formado por palavras não oxítonas e cuja constituição não apresente segmentos obstruintes e desvozeados, o que poderia gerar uma curva entoacional com perturbações microprosódicas, que dificultariam a análise entoacional.

A metodologia utilizada para a coleta de dados consistiu na tarefa de leitura das sentenças que constituem o *corpus*, ordenadas aleatoriamente e intercaladas com sentenças distratoras. Cada informante repetiu três vezes o conjunto de sentenças (formado pelas sentenças do *corpus* e pelas sentenças distratoras). Todas as gravações foram realizadas com o uso de um gravador digital MARANTZ, modelo PMD660, a

<sup>5</sup> Sintaticamente, atesta-se que as línguas românicas possuem recursividade à direita.

<sup>6</sup> O projeto internacional *Intonational Phrasing in Romance* (cf. <http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/IntPhraRo.htm>) tem como objetivos principais: (a) a constituição de uma base de dados de línguas românicas que permita o estudo comparativo da constituição entoacional destas línguas; (b) a descrição e análise da constituição prosódica, levando em consideração o peso de fatores fonético-fonológicos e morfossintáticos; e (c) a compreensão da variação encontrada nas línguas românicas, no domínio da constituição entoacional. Para os resultados já obtidos pelo projeto, conferir, entre outros, Vigário e Frota (2003), Elordieta, Frota e Vigário (2005), D'Império et al. (2005) e Frota e Vigário (2007).<sup>[1]</sup><sup>[2]</sup><sup>[3]</sup><sup>[4]</sup><sup>[5]</sup><sup>[6]</sup><sup>[7]</sup><sup>[8]</sup><sup>[9]</sup><sup>[10]</sup><sup>[11]</sup><sup>[12]</sup><sup>[13]</sup><sup>[14]</sup><sup>[15]</sup><sup>[16]</sup><sup>[17]</sup><sup>[18]</sup><sup>[19]</sup><sup>[20]</sup><sup>[21]</sup><sup>[22]</sup><sup>[23]</sup><sup>[24]</sup><sup>[25]</sup><sup>[26]</sup><sup>[27]</sup><sup>[28]</sup><sup>[29]</sup><sup>[30]</sup><sup>[31]</sup><sup>[32]</sup><sup>[33]</sup><sup>[34]</sup><sup>[35]</sup><sup>[36]</sup><sup>[37]</sup><sup>[38]</sup><sup>[39]</sup><sup>[40]</sup><sup>[41]</sup><sup>[42]</sup><sup>[43]</sup><sup>[44]</sup><sup>[45]</sup><sup>[46]</sup><sup>[47]</sup><sup>[48]</sup><sup>[49]</sup><sup>[50]</sup><sup>[51]</sup><sup>[52]</sup><sup>[53]</sup><sup>[54]</sup><sup>[55]</sup><sup>[56]</sup><sup>[57]</sup><sup>[58]</sup><sup>[59]</sup><sup>[60]</sup><sup>[61]</sup><sup>[62]</sup><sup>[63]</sup><sup>[64]</sup><sup>[65]</sup><sup>[66]</sup><sup>[67]</sup><sup>[68]</sup><sup>[69]</sup><sup>[70]</sup><sup>[71]</sup><sup>[72]</sup><sup>[73]</sup><sup>[74]</sup><sup>[75]</sup><sup>[76]</sup><sup>[77]</sup><sup>[78]</sup><sup>[79]</sup><sup>[80]</sup><sup>[81]</sup><sup>[82]</sup><sup>[83]</sup><sup>[84]</sup><sup>[85]</sup><sup>[86]</sup><sup>[87]</sup><sup>[88]</sup><sup>[89]</sup><sup>[90]</sup><sup>[91]</sup><sup>[92]</sup><sup>[93]</sup><sup>[94]</sup><sup>[95]</sup><sup>[96]</sup><sup>[97]</sup><sup>[98]</sup><sup>[99]</sup><sup>[100]</sup>

uma frequência de 48.000 Hz, em canal monofônico, e microfone externo SENNHEISER, modelo EW122-P G3.

Esta análise preliminar contempla os dados gravados por duas informantes do sexo feminino, MAQJ e NDR, santomenses, com faixa etária entre 20 e 27 anos, com perfil linguístico semelhante (falantes nativas de PST) e residentes em Redenção/CE há menos de 15 meses, onde são universitárias dos cursos da UNILAB<sup>7</sup>.

O material de áudio obtido nas gravações foi submetido ao *software* de análise de fala Praat (BOERSMA; WEENINK, 2014), que gerou o espectrograma e a forma de onda do contorno da frequência fundamental ( $F_0$ ) das sentenças do *corpus*. A partir disso, realizou-se a descrição entoacional das sentenças produzidas pelas informantes, compreendendo a identificação e transcrição dos eventos tonais associados ao contorno entoacional das sentenças, tendo como base a percepção auditiva e a exploração do sinal acústico de  $F_0$ , de acordo com pressupostos teóricos da Fonologia Entoacional.

## Resultados e Análise

### Resultados encontrados para o padrão entoacional das sentenças neutras do PST

Para este estudo preliminar, foram analisadas 411 sentenças neutras, produzidas por MAQJ e NDR. Inicialmente, as informantes selecionadas produziram 456 sentenças (76 sentenças x três repetições x dois falantes). Entretanto, 17 sentenças produzidas por MAQJ e 28 sentenças produzidas por NDR foram descartadas por não apresentarem uma leitura fluente<sup>8</sup> (de acordo com os critérios estabelecidos pelo *InAPoP*<sup>9</sup>), ou por não serem realizadas de forma neutra, ficando disponíveis para análise 211 sentenças realizadas por MAQJ e 200 sentenças realizadas por NDR.

A partir da análise das sentenças produzidas por essas duas informantes, ilustramos a seguir as características majoritárias para o contorno entoacional das sentenças neutras do PST encontradas nos dados. Em (1), temos uma sentença declarativa neutra realizada por MAQJ; em (2), temos o mapeamento da mesma sentença em constituintes prosódicos e a transcrição dos eventos tonais associados ao contorno entoacional dessa sentença; e, na Figura 2, podemos visualizar o contorno de

---

<sup>7</sup> A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (cf. <http://www.unilab.edu.br>) foi fundada em 2010 pelo governo federal brasileiro para desenvolver a integração entre Brasil e demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial, os países africanos. A instituição recebe periodicamente alunos oriundos de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste, além de alunos brasileiros, que ocupam cerca de 50% das vagas.

<sup>8</sup> No âmbito do *InAPoP*, consideram-se como de “leitura fluente” as sentenças realizadas sem pausas de hesitação, apagamentos, interrupções, inserções, repetições, ou quaisquer outros eventos que caracterizam marcadores discursivos.

<sup>9</sup> O projeto internacional “Atlas Interativo da Prosódia do Português” (*Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese – InAPoP*) – processo FCT PTDC/CLE-LIN/119787/2010), sob coordenação da Profa. Dra. Sonia Frota e em desenvolvimento na Universidade de Lisboa (Portugal), tem como objetivos principais: (i) o desenvolvimento de pesquisas e aplicações no domínio da prosódia, do ritmo e da entoação no âmbito de um programa de escopo internacional, que propõe um sistema de análise prosódica de corpora de fala, juntamente com um conjunto de procedimentos metodológicos que permitem o trabalho com a variação prosódica da linguagem; e (ii) a criação de um Atlas Interativo da Prosódia do Português *online* (<http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/IntPhraRo.htm>), englobando o português europeu integralmente, variedades do português brasileiro e variedades do português africano.

F<sub>0</sub> associado à mesma sentença, assim como a marcação, por nós realizada, dos eventos tonais:

(1) “A mulher loira manuseava liras na mala”.

(2) [[(a muLHER)ω (LOIra)ω]φ [(manuseAva)ω (LIras)ω]φ [(na MAIa)ω]φ]I<sup>10</sup>  
 $L^{*+}H$   $L^{*+!}H$   $L^{-}$   $L^{*+}H$   $L^{*+}H$   $L^{-}$   $L^{*}$   $L\%$

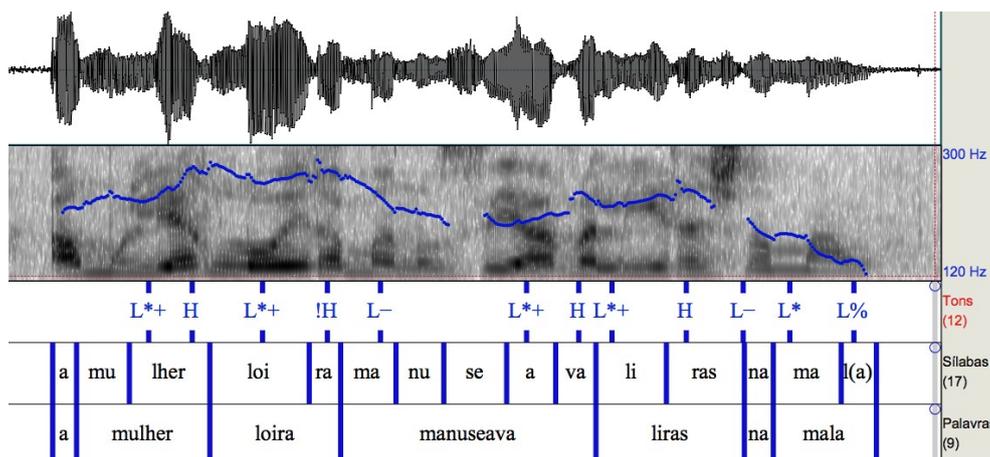


Figura 2. Análise entoacional da sentença “A mulher loira manuseava liras na mala”, produzida por MAQJ

Através da síntese do sinal acústico da sentença em (1) realizada pelo *software* Praat (BOERSMA; WEENINK, 2014) e apresentada na Figura 2, é possível averiguar:

(i) a presença de acentos tonais alinhados às sílabas tônicas de cada palavra fonológica da sentença: um acento tonal  $L^{*+}H$  associado às palavras fonológicas (a muLHER)ω; (manuseAva)ω e (LIras)ω; um acento tonal  $L^{*+!}H$  associado à palavra fonológica (LOIra)ω; e um acento tonal  $L^{*}$  associado à palavra fonológica (na MAIa);

(ii) a presença de acentos tonais associados às palavras fonológicas cabeças<sup>11</sup> de cada sintagma fonológico apresentado: um acento tonal  $L^{*+!}H$  associado à palavra fonológica cabeça do sintagma fonológico [a mulher loira]φ; um acento tonal  $L^{*+}H$  associado à palavra fonológica cabeça do sintagma fonológico [manuseava liras]φ; e um acento tonal  $L^{*}$  associado à palavra fonológica cabeça do sintagma fonológico [na mala]φ;<sup>12</sup>

(iii) a presença de um acento frasal  $L^{-}$  associado à fronteira direita do sintagma fonológico longo<sup>13</sup> ramificado, formado por cinco sílabas [a mulher loira]φ, no qual o sujeito da sentença é mapeado; e a presença de um acento frasal  $L^{-}$  associado à fronteira direita do sintagma fonológico longo [manuseava liras]φ, formado por sete sílabas, que compõem parte do predicado da sentença; e

<sup>10</sup> As sílabas em letras maiúsculas indicam as sílabas tônicas; as palavras fonológicas estão delimitadas por parênteses; os sintagmas fonológicos e o sintagma entoacional estão delimitados por colchetes.

<sup>11</sup> Nas línguas que possuem recursividade à direita, atesta-se como ‘cabeça’ do constituinte prosódico o elemento mais à direita.

<sup>12</sup> A palavra fonológica cabeça de cada sintagma fonológico aparece sublinhada.

<sup>13</sup> Considera-se como sintagma fonológico longo aquele que seja formado por quatro sílabas ou mais.

(iv) a presença de um acento tonal L\* associado à palavra fonológica cabeça do último sintagma fonológico [na mala]ϕ da sentença e um tom de fronteira L% associado à fronteira direita do sintagma entoacional.

Os resultados parciais encontrados, conforme ilustramos acima, mostram que há acentos tonais (T\*) associados a todas as palavras fonológicas (ω) das sentenças declarativas neutras do PST, havendo, portanto, uma obrigatoriedade na associação de acentos tonais às palavras fonológicas cabeça e não cabeça de sintagma fonológico (ϕ). Na Tabela 1, podemos verificar a referida obrigatoriedade através da frequência de associação de acentos tonais (T\*) de acordo com a relevância dos constituintes prosódicos no contorno entoacional das sentenças neutras do PST:

**Tabela 1. Frequência de atribuição de acentos tonais (T\*) de acordo com a relevância dos constituintes prosódicos no contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PST**

Constituinte prosódico	Constituinte com T* associado	Constituinte sem T* associado
ω (1830)	1830 (100%)	-
ω não cabeça de ϕ (431)	431 (100%)	-
ω cabeça de ϕ (1399)	1399 (100%)	-
ω cabeça do último ϕ de I (411)	411 (100%)	-

A análise do *corpus* nos mostrou que os acentos tonais associados às palavras fonológicas (ω) não cabeça de sintagma fonológico (ϕ) são majoritariamente bitonais, de configuração L\*+H, ocorrendo em 97,2% desses casos. Em menor ocorrência (apenas 2%), aparece a associação do acento monotonal L\* às palavras fonológicas não cabeça de ϕ, e apenas em 0,8% das palavras fonológicas não cabeça de ϕ há a associação do acento monotonal H\*. Tal frequência demonstra que há uma preferência pela associação de acentos tonais ascendentes (L\*+H) ao contorno entoacional não final das sentenças neutras do PST. Não foi encontrada, porém, associação de tom adicional ao longo do contorno entoacional das sentenças analisadas.

Com relação ao contorno nuclear, foi encontrada majoritariamente a associação do acento tonal L\* à palavra fonológica (ω) cabeça do último sintagma fonológico (ϕ) do sintagma entoacional (81,3% das sentenças analisadas), enquanto que o acento bitonal H+L\* aparece associado à palavra fonológica cabeça do último ϕ do sintagma entoacional em 18,7% dos dados verificados.

No que tange ao tom de fronteira (T%), a Tabela 2 a seguir traz a sua frequência de associação ao contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PST:

**Tabela 2. Frequência de associação de tom de fronteira (T%) ao contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PST**

Contexto prosódico	Contexto com T% associado	Contexto sem T% associado
Fronteira direita de I (411)	403 (98,1%)	8 (1,9%)

Conforme apresentamos na Tabela 2, em 98,1% das sentenças analisadas, foi verificada a associação de um tom de fronteira (T%) à fronteira direita do sintagma entoacional, sendo que, em todos os casos, esse tom de fronteira encontrado foi um tom baixo, L%. Nas sentenças em que não foram encontrados tons de fronteira associados à fronteira direita de I, percebe-se que as sílabas pós-tônicas das palavras cabeça do último sintagma fonológico (ϕ) de I não foram realizadas plenamente, não havendo,

portanto, contorno entoacional associado a elas, o que pode ter acarretado na não manifestação de um tom de fronteira. Desse modo, há um forte indício de que as sentenças neutras do PST possuam, como contorno nuclear de I, a configuração L\* L%, embora o contorno H+L\* L% também seja possível nessa variedade de português para esse tipo de sentença.

Ademais, foi verificada a possibilidade de associação de acentos frasais L<sup>-</sup> à fronteira direita de sintagmas fonológicos não finais de sintagma entoacional. Os resultados encontrados são apresentados na Tabela 3:

**Tabela 3. Frequência de associação de acento frasal (T<sup>-</sup>) ao contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PST**

Contexto prosódico	Contexto com T <sup>-</sup> associado	Contexto sem T <sup>-</sup> associado
Fronteira direita de $\phi$ não final de I (988)	129 (13,1%)	859 (86,9%)

Conforme podemos ver na Tabela 3, a associação de acento frasal (T<sup>-</sup>) à fronteira direita de sintagma fonológico ( $\phi$ ) não final de sintagma entoacional (I) ocorre em apenas 13,1% das sentenças analisadas. Entretanto, ainda não podemos afirmar com critério o que desencadeia a associação desse evento tonal, embora observe-se que, na maioria dos casos, ele está associado a sintagmas fonológicos longos, sejam eles ramificados ou não, sejam eles sujeito ou predicado da sentença. Estudaremos melhor a associação do acento frasal à fronteira direita de  $\phi$  futuramente.

### **Comparação entre o padrão entoacional das sentenças neutras do PST e as demais variedades de português já estudadas na literatura**

Comparando o padrão entoacional encontrado para as sentenças neutras do PST com os padrões do mesmo tipo de sentença já descritos para outras variedades de português no âmbito do mesmo quadro teórico utilizado neste trabalho, encontramos características que o afastam da variedade falada em Lisboa (SEP) (FROTA; VIGÁRIO, 2000; FROTA, 2014; entre outros), e o aproximam das variedades do norte de Portugal (NEP) (VIGÁRIO; FROTA, 2003; FROTA; VIGÁRIO, 2007; CRUZ, 2013) e do Alentejo (ALE) (CRUZ, 2013), assim como do português falado no Brasil (CUNHA, 2000; FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b), e mais ainda do português falado em Guiné-Bissau (PGB) (SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015).

Em relação à distribuição de eventos tonais associados ao contorno entoacional neutro, o PST se distancia muito do SEP, visto que em PST há uma obrigatoriedade na associação de acentos tonais a todas as palavras fonológicas de I, sejam elas cabeça ou não cabeça de sintagma fonológico, enquanto em SEP a distribuição de eventos tonais é esparsa, sendo obrigatória a associação de acento tonal apenas para a palavra fonológica cabeça do último sintagma fonológico de I, visto que o domínio relevante para a associação de acentos tonais na variedade SEP, dentro da hierarquia prosódica, é o do sintagma entoacional (I).

Nesse ponto, o PST vai ao encontro do que ocorre nas demais variedades de português, em especial às variedades de PB já descritas, cujos domínios relevantes na atribuição de acentos tonais são a palavra fonológica ( $\omega$ ) e o sintagma fonológico ( $\phi$ ), e ao PGB, cujo domínio relevante na atribuição de acentos tonais é a palavra fonológica ( $\omega$ ): nas variedades de PB já estudadas (SP, RJ, MG, BA e RS) (cf. CUNHA, 2000;

FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b; TRUCKENBRODT; SÂNDALO; ABAURRE, 2009; VIGÁRIO; FERNANDES-SVARTMAN, 2010; FROTA et al., 2015), praticamente todas as palavras fonológicas apresentam associação de acento tonal, embora só exista obrigatoriedade de associação de acento tonal à  $\omega$  cabeça de  $\phi$ ; no PGB, há a mesma obrigatoriedade e é possível encontrar acentos tonais associados também a  $\omega$  não cabeça de  $\phi$  (SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015), especialmente em sintagmas fonológicos que constituem o predicado da sentença (SANTOS, 2015). Entretanto, o PST se diferencia das variedades de PB em relação à distribuição de eventos tonais por não apresentar um evento tonal adicional: no PB, palavras que possuam mais de 2 sílabas pretônicas podem apresentar associadas a elas um evento tonal H, que, por hipótese, teria ligação com a marcação de acento secundário. A obrigatoriedade da associação de acentos tonais a todas as palavras fonológicas, encontrada nos dados de PST analisados, nos leva a assumir que  $\omega$  é o domínio relevante na atribuição de acentos tonais em PST.

No que tange ao contorno nuclear, embora no PST seja possível uma configuração H+L\* L% (configuração de contorno nuclear encontrada em 18,7% das sentenças de PST analisadas), semelhante ao que é encontrado para todas as variedades do PB já estudadas (cf. CUNHA, 2000; FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b; SÂNDALO; ABAURRE, 2009; VIGÁRIO; FERNANDES-SVARTMAN, 2010; FROTA et al., 2015), assim como para as variedades SEP e ALG (Algarve) (cf. entre outros, FROTA; VIGÁRIO, 2000; FROTA, 2014 para SEP, e CRUZ, 2013, para ALG), faladas em Portugal, e majoritariamente em PGB (cf. SANTOS; FERNANDES-SVARTMAN, 2014; SANTOS, 2015), a configuração L\* L% é predominante para o contorno nuclear em PST, ocorrendo em 81,3% das sentenças analisadas, se aproximando das variedades faladas na região do Alentejo (ALE) e na região de Braga (NEP) (cf. entre outros, CRUZ, 2013, para ALE, e VIGÁRIO; FROTA, 2003; FROTA; VIGÁRIO, 2007; CRUZ, 2013, para NEP), no norte de Portugal, que também apresentam a configuração L\* L% para o contorno nuclear das sentenças declarativas neutras.

Embora a associação de acento frasal à fronteira direita de sintagmas fonológicos não finais nas sentenças neutras do PST ainda precise de maiores investigações, é possível apontar que esta é uma característica que aproxima essa variedade de português a apenas duas outras, a saber: o PGB e o ALE. As demais variedades não apresentam esse tipo de evento tonal associado ao contorno entoacional das sentenças neutras. Com relação ao acento frasal encontrado em ALE, Cruz (2013) afirma que um tom baixo relacionado à fronteira de sintagma fonológico pode estar associado à fronteira esquerda do último sintagma fonológico, anotado pela autora como pL, sendo que tal tom associa-se apenas a essa posição e apenas para essa variedade do ALE, dentre as variedades de PE já estudadas. Já o acento frasal encontrado para o PGB, anotado como L<sup>-</sup> em Santos e Fernandes-Svartman (2014) e em Santos (2015), é encontrado associado às fronteiras direitas dos sintagmas fonológicos que se encontram em diferentes posições do contorno entoacional, conforme afirma Santos (2015), mas há maior incidência de associação a sintagmas fonológicos longos (4 sílabas ou mais), não ramificados prosodicamente e que constituam o sujeito da sentença ou na fronteira que faz a divisão entre sintagmas pertencentes ao sujeito e ao predicado.

A associação de acento frasal em PST, portanto, se assemelha em muitos aspectos àquela que ocorre em PGB, visto que em PST a associação desse tom de fronteira se dá em sintagmas fonológicos que ocupam diferentes posições dentro da sentença, longos ou curtos, sejam eles ramificados ou não.

### **Considerações finais**

Através da análise do contorno entoacional das sentenças neutras do PST e da comparação entre os resultados encontrados e os padrões entoacionais das demais variedades de português já descritos na literatura para esse mesmo tipo de sentença, vimos que o PST é uma variedade que se distancia entoacionalmente da variedade *standard* de português europeu (SEP) em muitos pontos, embora SEP seja a variedade de prestígio em São Tomé e Príncipe, ensinada nas escolas e veiculada na mídia falada e escrita. Encontramos diferenças entre essas duas variedades na distribuição de acentos tonais ao longo do contorno entoacional, na configuração do contorno nuclear, na associação de acento frasal à fronteira direita de sintagmas fonológicos não finais de I e com relação ao domínio prosódico relevante na atribuição de acentos tonais ao longo do contorno entoacional das sentenças declarativas neutras.

Tais observações corroboram em parte nossa hipótese inicial, ao mostrarem que de fato o PST é uma variedade distinta da variedade *standard* de português europeu (SEP) do ponto de vista entoacional. Estudos futuros, comparando o contorno entoacional do PST com o das línguas crioulas faladas na ilha, em especial o santome, poderão nos mostrar se essa variedade de português sofreu interferência das línguas nacionais na constituição de seu padrão entoacional.

Entretanto, não podemos ignorar que o PST apresenta características entoacionais que o aproximam das variedades de PB e especialmente ao PGB (variedades ultramarinas de português, assim como o PST), como a alta atribuição de eventos tonais associados ao contorno entoacional e o fato de  $\omega$  ser o domínio prosódico relevante (um deles, no caso do PB) na atribuição de acentos tonais ao longo do contorno entoacional das sentenças declarativas neutras. Além dessas, PST e PGB se assemelham ainda por apresentarem a possibilidade de associação de um acento frasal à fronteira direita do sintagma fonológico, embora a associação desse tipo de tom relacionado à fronteira ainda necessite de maiores investigações para o PST e também para o PGB. Entretanto, em relação à configuração do contorno nuclear, embora em ambas as variedades sejam encontrados o contorno descendente  $H+L^* L\%$  e o contorno baixo  $L^* L\%$ , o PGB parece optar pelo contorno nuclear descendente  $H+L^* L\%$  para as sentenças declarativas neutras, enquanto o PST apresenta uma incidência muito maior da configuração  $L^* L\%$  para o contorno nuclear das sentenças neutras.

Os próximos passos da pesquisa caminharão para a ampliação do *corpus*, analisando dados coletados de mais duas informantes, refinando os resultados parciais apresentados neste trabalho. Além disso, buscaremos investigar as características da associação do acento frasal às fronteiras dos sintagmas fonológicos não finais do contorno entoacional das sentenças declarativas neutras do PST.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, A. L. S. *Fonologia e método pedagógico do lung'le*. 2014. 425 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALEXANDRE, N. et al. A formação de frases relativas em português oral de Cabo Verde e de São Tomé. In: COSTA, A.; FALÉ, I.; BARBOSA, P. (Eds.). *Textos seleccionados do XXVI Encontro Nacional da APL 2010*, Lisboa: APL, 2011. p. 17-34.

ARAÚJO, G. A. Empréstimos recentes do português, variação fonética e a sílaba na língua são-tomense da ilha de São Tomé. *PAPIA*, Brasília, v. 17, p. 55-66, 2007.

BAXTER, A. N. Semicreolization? The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 1, p. 7-39, 2002.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer* (Version 5.3.82) Computer Program, 2014. Disponível em: <<http://www.praat.org>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

CIA FACTBOOK. *CIA: The world factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tp.html>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

CRUZ, M. *Prosodic variation in European Portuguese: phrasing, intonation and rhythm in central-southern varieties*. 2013. 176 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

CUNHA, C. S. *Entoação regional no português do Brasil*. 2000. 201 f. Tese – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

D'IMPÉRIO, M. et al. Intonational Phrasing in Romance: The role of prosodic and syntactic structure. In: FROTA, S.; VIGARIO, M.; FREITAS, M. J. (Eds.). *Prosodies*. Phonetics & Phonology Series. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 59-97.

ELORDIETA, G.; FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Subjects, objects and intonational phrasing in Spanish and Portuguese. *Studia Linguistica*, v. 59, n. 2-3, p. 110-143, 2005.

FERNANDES, F. R. Tonal association in neutral and subject-narrow-focus sentences of Brazilian Portuguese: a comparison with European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 5-6, p. 91-115, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. 2007b. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007b.

FERRAZ, L. I. *The creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

FROTA, S. *Prosody and focus in European Portuguese: phonological phrasing and intonation*. New York: Garland Publishing, 2000.

\_\_\_\_\_. The intonational phonology of European Portuguese. In: JUN, S.-A. (Ed.). *Prosodic Typology II*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 6-42.

FROTA, S. et al. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In: FROTA, S.; PRIETO, P. (Eds.). *Intonation in Romance*. New York: Oxford University, 2015. p. 235-283.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: CASTRO, R. V.; BARBOSA, P. (Org.). *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: APL, 2000. v. 1, p. 533-555.

\_\_\_\_\_. Intonational phrasing in two varieties of European Portuguese. In: RIAD, T.; GUSSENHOVEN, C. (Eds.). *Tones and Tunes*. v. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 265-291.

HAGEMEIJER, T. As línguas de São Tomé e Príncipe, *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, v. 1, p. 1-29, 2009.

\_\_\_\_\_. The Gulf of Guinea Creoles: genetic and typological relations, *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011.

HAYES, B.; LAHIRI, A. Bengali intonational phonology. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 9, n. 1, p. 47-96, 1991.

HLIBOWICKA-WEGLARZ, B. A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no Golfo da Guiné. *Romanica Cracoviensia*, Kraków, v. 11, p. 177-185, 2012. Disponível em: <<http://www.wuj.pl/UserFiles/File/Romanica%20Cracoviensia%202011/23-Hlibowicka-RC-2011.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

HOLM, J. *Pidgins and creoles*. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LADD, D. R. *Intonational Phonology*. Cambridge, Mass.: CUP, 2008 [1996].

MAURER, P. *L'Angolar: Un Créole Afro-Portugais parlé à São Tomé*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1995.

\_\_\_\_\_. *Principense*. Grammar, texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese creole of the Island of Príncipe, Gulf of Guinea. London: Battlebridge Publications, 2009.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

PIERREHUMBERT, J. *The phonology and phonetics of English intonation*. 1980. 402 f. Tese (PhD) – MIT, Cambridge, Mass, 1980.

ROUGÉ, J. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Org.). *África no Brasil: A formação da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 63-73.

SANTOS, V. G. *Entoação do contorno neutro do português de Guiné-Bissau: uma comparação com o português brasileiro*. 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, V. G.; FERNANDES-SVARTMAN, F. R. O padrão entoacional neutro do português de Guiné-Bissau: uma comparação preliminar com o português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 43, p. 48-63, 2014.

SELKIRK, E. O. *Phonology and syntax: the relation between sound and structure*. Cambridge, Mass.: The MIT. Press, 1984.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no português*. 2002. 317 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TRUCKENBRODT, H.; SÂNDALO, M. F. S.; ABAURRE, M. B. M. Elements of Brazilian Portuguese intonation. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 8, p. 75-114, 2009.

VIGÁRIO, M. *The prosodic word in European Portuguese*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 2003.

VIGÁRIO, M.; FERNANDES-SVARTMAN, F. R. A atribuição de acentos tonais em compostos no português do Brasil. In: BRITO, A. M. et al. (Org.). *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados*, Porto: Tip. Nunes Ltda., Maia, v. 1, p. 769-786, 2010.

VIGÁRIO, M.; FROTA, S. The intonation of Standard and Northern European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. Special Issue on Portuguese Phonology edited by W. L. Wetzels, v. 2, n. 2, p. 115-137, 2003.

**Recebido em:** 30/08/2016

**Aprovado em:** 28/10/2016

# Adjetivos Subjetivos sob a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional

George Henrique Nagamura

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil  
genaga.trad@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1575>

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta para o tratamento de adjetivos subjetivos na Gramática Discursivo-Funcional (FDG). O artigo parte de uma discussão sobre o tratamento da modalidade subjetiva e os testes gramaticais empregados para essa distinção. O conceito de subjetividade proposto baseia-se nesses testes gramaticais, bem como na distinção feita por De Smet e Verstraete (2006) de diferentes tipos de subjetividade. Similarmente ao conceito desses autores, a proposta feita aqui distingue o que será chamado de Subjetividade Inerente, que permeia todos os usos da língua, e Subjetividade Gramatical, que se refere à codificação sistemática da Subjetividade Inerente. Além disso, será apresentada uma análise dos adjetivos subjetivos e, como resultado dessa análise, a noção de *performatividade* também é adicionada à definição de Subjetividade Gramatical.

**Palavras-chave:** subjetividade; modalidade; adjetivos; Gramática Discursivo-Funcional.

## Subjective Adjectives under the approach of Functional Discourse Grammar

### Abstract

The present work aims at presenting a proposal for the treatment of subjective adjectives in the Functional Discourse Grammar (FDG) framework. The article departs from a discussion on the treatment of Subjective Modals and the grammatical tests employed to make such distinction. The concept of subjectivity proposed is based on these grammatical tests as well as the distinction made by De Smet and Verstraete (2006) of different types of subjectivity. Similarly to their concept, the proposal here distinguishes what is to be called Inherent Subjectivity, which pervades all uses of language, and Grammatical Subjectivity, which is the systematic encoding of Inherent Subjectivity. Also, an analysis of subjective adjectives is presented, and, as a result, the notion of *performativity* is added to the definition of Grammatical Subjectivity.

**Keywords:** subjectivity; modality; adjectives; Functional Discourse Grammar.

## Introdução

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), sendo uma teoria relativamente nova, ainda não dispõe de um conceito definido de Subjetividade.

A subjetividade, entendida como a "expressão das atitudes do falante" por diversos pesquisadores (ex: TRAUGOTT, 2010), é de grande interesse para a GDF, uma vez que a "GDF tem como objetivo entender de que forma as unidades linguísticas se estruturam em termos do mundo que elas descrevem e das intenções comunicativas com as quais elas foram produzidas" (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2). A atitude do falante é parte das intenções comunicativas e, portanto, o entendimento de

como essas atitudes influenciam a organização das unidades linguísticas cabe perfeitamente no escopo da GDF.

No presente artigo, parte-se da discussão do conceito de Modalidade Subjetiva e os testes gramaticais para sua identificação, como propostos por Hengeveld (1988; 2004) e as subsequentes críticas de Verstraete (2001) a respeito desses testes, na seção 1, seguida de uma apresentação do tratamento da subjetividade proposta por De Smet e Verstraete (2006), na seção 2, que conduzirão à proposta de definição da Subjetividade para essa teoria, na seção 3. O artigo encerra com a aplicação desse conceito para a distinção dos adjetivos subjetivos (seção 4) e, subsequentemente, as considerações finais.

## 1. A Modalidade Subjetiva

Narrog (2005), em seu artigo “On defining modality again”, analisa as principais concepções de modalidade, apontando, entre elas, a concepção baseada na noção de Subjetividade, influenciada, em grande medida, pela concepção oferecida por Lyons (1968, p. 308), como a marcação gramatical das “atitudes do falante”. Nesse mesmo artigo, Narrog critica tal concepção, mostrando que, devido ao caráter vago da noção de subjetividade, os pesquisadores que adotam essa concepção arbitrariamente incluem ou excluem itens ou fenômenos linguísticos da categoria modal. Outro problema decorrente dessa concepção é a aparente incoerência de definir a modalidade como expressão da subjetividade (isto é, das atitudes do falante) e, ao mesmo tempo, distinguir modalidades subjetivas e objetivas.

Hengeveld (1988) prefere não oferecer um conceito para definir o fenômeno da modalidade como um todo. De acordo com o autor, “as diferentes distinções semânticas geralmente classificadas sob o rótulo ‘modalidade’ não parecem representar uma categoria semântica única e coerente” (HENGEVELD, 1988, p. 233). Em vez de oferecer uma definição de modalidade em geral, ele distingue três tipos de modalidade e discute as características de cada um deles. A *modalidade inerente* refere-se a “todos os meios linguísticos por meio dos quais um falante pode caracterizar a relação entre um participante em um Estado-de-Coisas e a realização potencial desse Estado-de-Coisas”<sup>1</sup> (HENGEVELD, 1988, p. 233, tradução nossa). A *modalidade objetiva* refere-se a “todos os meios linguísticos por meio dos quais um falante pode *avaliar* a realidade de um Estado-de-Coisas em termos de seu conhecimento sobre os Estados-de-Coisas possíveis”<sup>2</sup> (HENGEVELD, 1988, p. 233, tradução nossa). A *modalidade epistemológica*, por fim, refere-se a “todos os meios linguísticos por meio dos quais um falante pode expressar seu comprometimento com relação à verdade de uma proposição”<sup>3</sup> (HENGEVELD, 1988, p. 233, tradução nossa), também denominada nesse artigo como *modalidade subjetiva*. Essa distinção, à qual o autor se refere como *alvo* da avaliação, foi mantida no tratamento da modalidade na GDF (com os rótulos

---

<sup>1</sup> All those linguistic means through which S can characterize the relation between a participant in a SoA and the potential actualization of that SoA.

<sup>2</sup> All those linguistic means through which S can evaluate the actuality of a SoA in terms of his knowledge of possible SoA's.

<sup>3</sup> All those linguistic means through which S can express his commitment with regard to the truth of a proposition.

*modalidade orientada para o participante, modalidade orientada para o evento e modalidade orientada para a proposição).*

Para a identificação da modalidade subjetiva, Hengeveld (1988, 1989, 2004) propõe a adoção de testes gramaticais, segundo os quais modais subjetivos não podem ser utilizados em contextos de interrogação, não podem ser negados, não podem ser utilizados nas prótases de condicionais e somente podem ser usados no tempo presente. Hengeveld (1988, p. 236-237) oferece os seguintes exemplos:

- (01) \***Possibly** John will come?  
\*'Possivelmente John virá?
- (02) \*If **possibly** John will come, I am going home.  
\*'Se possivelmente John virá, eu irei para casa.
- (03) \***Impossibly** John will come.  
\*'Impossivelmente John virá.
- (04) It **may/might** be true.  
'Pode/Podia ser verdade'

Como pode ser observado nos exemplos (01) a (03), os enunciados não são aceitos quando o modal subjetivo ocorre nos contextos de interrogação, condicionalidade e negação. O exemplo (04) mostra que o modal *may* em sua forma passada *might* não se refere a uma possibilidade no passado, mas a uma estratégia de mitigação do comprometimento estabelecido pelo modal subjetivo.

Verstraete (2001) faz uma crítica aos testes propostos por Hengeveld, sem, no entanto, descartá-los. Segundo Verstraete (2001), é possível a ocorrência dos modais subjetivos em contextos de interrogação e condicionalidade, porém, nesses casos, há um efeito ecoico no enunciado, em que o falante parece repetir a fala de seu interlocutor (VERSTRAETE, 2001, p. 1519):

- (05) Well then, the skeptical reader may ask, if only some stories have themes, if those themes **may** be hard to sum up, and if readers will **probably** disagree in their summations, why bother to state themes?  
'Então, o leitor cético pode perguntar, se somente algumas histórias têm temas, e se esses temas talvez sejam difíceis de resumir, e se leitores provavelmente irão discordar quanto aos seus resumos, por que se preocupar em estabelecer temas?'
- (06) Casually, Frido said to one of the colleagues in his room - 'Has anybody seen the Chief of Staff since he returned? He must know what's going on.' '**Must** he?' Frido met a hard stare.  
'Casualmente, Frido disse a um dos colegas na sala - "Alguém viu o chefe de departamento desde que ele voltou? Ele deve saber o que está acontecendo". "Deve?" Frido foi encarado vigorosamente.

No exemplo (05), pode-se perceber que "o modal *may* não expressa a opinião do falante, que utiliza a construção condicional, mas simplesmente ecoa a opinião expressa ou implicada no discurso anterior" (VERSTRAETE, 2001, p. 1520), assim como o modal *must* em (06).

Verstraete (2001) atribui a esses comportamentos do modal subjetivo a noção de *performatividade modal*. Da mesma forma que performativos tradicionais, como a forma *eu prometo*, trazem à existência uma ação (nesse caso, de promessa), os modais

subjativos trazem à existência uma posição de comprometimento do falante no momento de fala. Por esse motivo, o falante, ao utilizar um modal subjetivo, não pode trazer à existência um comprometimento e, ao mesmo tempo, questionar a existência desse comprometimento, negá-lo, ou colocá-lo na forma de hipótese. Por ser ligado ao momento da fala, essa avaliação não pode ocorrer no tempo passado ou futuro.

Nesta seção, foi apresentada a noção de testes gramaticais para a identificação dos modais subjetivos, fundamentada na noção de performatividade modal, de Verstraete (2001). A seguir, será apresentada outra forma de teste gramatical para a identificação da subjetividade, desta vez, com relação aos adjetivos.

## 2. Adjetivos Subjetivos segundo De Smet e Verstraete (2006)

Reconhecendo a dificuldade de se trabalhar com a noção de subjetividade, De Smet e Verstraete (2006) propõem a divisão da subjetividade em Subjetividade Pragmática e Subjetividade Semântica que, por sua vez, é dividida em Subjetividade Semântica Ideacional e Subjetividade Semântica Interpessoal. Segundo os autores, a Subjetividade Pragmática seria inerente à língua e presente em todo e qualquer uso. Um exemplo de subjetividade pragmática seria o uso de palavras como alto ou honesto. O uso dessas palavras sempre envolve a perspectiva do falante e os motivos que o levam a escolhê-las. Em outras palavras, a subjetividade está no uso dessas palavras.

Na Subjetividade Semântica, por outro lado, a subjetividade não é apenas algo resultante de seu uso, mas inerente ao significado da palavra, sendo o resultado de uma mudança de significado, de características mais concretas e externas para características mais abstratas e internas ao indivíduo. Os autores oferecem como exemplos de Subjetividade Semântica os adjetivos avaliativos *leuk* ("agradável") e *dom* ("estúpido", "maldito"), em holandês flamenco, que se referem à atitude interna do falante, contrastando com seus significados historicamente anteriores, que se referem a propriedades "externas" ("morno" e "incapaz de falar", respectivamente).

Os exemplos *leuk* e *dom* também ilustram a distinção entre a Subjetividade Semântica Ideacional e a Subjetividade Semântica Interpessoal, respectivamente. Os termos "Ideacional" e "Interpessoal" têm como origem os termos utilizados por Halliday (1994), em que "Ideacional" se refere ao nível de organização da linguagem que se presta à representação do mundo extralinguístico, enquanto "Interpessoal" se refere ao nível de organização da linguagem que se presta ao posicionamento do falante com respeito à representação de si e de sua interação com seu interlocutor. Essas duas categorias seriam igualmente subjetivas no sentido de que expressam uma avaliação interna do falante, mas se comportam de forma distinta: o uso de *leuk*, por exemplo, em *leuke mensen* ("pessoas agradáveis"), serve para criar uma subcategoria de pessoas que têm uma certa propriedade (no caso, de serem agradáveis); em contraste, *dom*, como em *domme toeristen* ("malditos turistas"), não serve para criar uma subcategoria de indivíduos, e, em vez disso, serve para realizar a atuação de uma posição (negativa, neste caso) do falante com relação a uma instância dessa categoria.

Além dessa diferença de funções, os autores propõem que Subjetividade Interpessoal apresenta restrições morfosintáticas, não podendo ser modificada em termos de gradação, nem por intensificadores e não pode ser utilizada predicativamente, como se observa nos exemplos a seguir (DE SMET; VERSTRAETE, 2006, p. 375):

- (07) a. Met de domme ministers werd snel komaf gemaakt onder het nieuwe regime.  
'Os (malditos) ministros (estúpidos) foram rapidamente descartados sob o novo regime.'
- b. Met de domste ministers werd snel komaf gemaakt onder het nieuwe regime.  
'Os ministros mais estúpidos foram rapidamente descartados sob o novo regime.'
- c. Met de echt domme ministers werd snel komaf gemaakt onder het nieuwe regime.  
'Os ministros realmente estúpidos foram rapidamente descartados sob o novo regime.'
- d. De ministers met wie snel komaf werd gemaakt onder het nieuwe regime waren dom.  
'Os ministros que foram rapidamente descartados sob o novo regime eram estúpidos'

O exemplo (07a) mostra que, em contextos sem as restrições mencionadas, *dom* pode tanto significar "maldito", como "estúpido" (isto é, sem inteligência). Nos contextos de gradação, intensificação e predicação, por outro lado, *dom* somente pode significar "estúpido". Essas restrições não se aplicam a *leuk*, cujo significado permanece o mesmo em todos os contextos:

- (08) a. Die leuke film heb ik gisteren al gezien.  
'Aquele filme agradável eu já assisti ontem.'
- b. Die leukste film heb ik gisteren al gezien.  
'Aquele filme agradabilíssimo eu já assisti ontem.'
- c. Die erg leuke film heb ik gisteren al gezien.  
'Aquele filme realmente agradável eu já assisti ontem.'
- d. Die film die ik gisteren heb gezien was leuk.  
'O filme que assisti ontem foi agradável.'

Outra diferença gramatical, apontada por De Smet e Verstraete (2006), entre *dom* e *leuk* é que, em contextos negativos, o escopo da negação do SN que contém *dom* recai somente sobre o núcleo do sintagma (09a), ou então entende-se que *dom* se refere ao seu significado objetivo ('não inteligente') (09c), enquanto *leuk* pode manter seu significado subjetivo ('agradável'), mesmo quando o escopo da negação recai sobre a qualidade (09b):

- (09) a. Wees gerust, mijn zus is geen domme advocaat. Ze is een beeldhouwster.  
'Não se preocupe, minha irmã não é uma maldita advogada. Ela é uma escultora.'
- b. Helaas, mijn zus is geen leuke advocaat. De getuigen zijn altijd als de dood voor haar.  
'Infelizmente, minha irmã não é uma advogada agradável. As testemunhas sempre têm medo dela.'
- c. Wees gerust, mijn zus is geen domme advocaat. Ze heeft nog nooit een zaak verloren.  
'Não se preocupe, minha irmã não é uma advogada burra. Ela nunca perdeu um caso.'

De acordo com De Smet e Verstraete (2006), essas características gramaticais são reflexos da diferença de função entre os adjetivos subjetivos ideacionais e interpessoais: uma vez que o adjetivo interpessoal não se presta a criar uma subcategoria de pessoas que têm uma certa propriedade, seria também impossível especificar essa propriedade em termos de gradação e intensidade, assim como também seria impossível predicar essa propriedade ou ainda negá-la.

Na próxima seção, essas propostas de classificação da subjetividade serão levadas em conta para a proposta de conceito de subjetividade na GDF.

### 3. O Conceito de Subjetividade na GDF

Uma das maiores dificuldades com relação ao estudo da subjetividade se deve ao fato de a noção de subjetividade ser, em geral, demasiadamente vaga ou de escopo muito abrangente. Narrog (2005, p. 170, tradução nossa), ao tratar das dificuldades na aplicação do conceito de subjetividade à definição de modalidade, comenta:

[...] é desafiador oferecer uma definição de 'subjetividade' ou de atitudes do falante na língua que não envolva uma quantidade considerável de imprecisão. Um segundo problema é onde estabelecer o limite entre subjetivo e objetivo (ou atitudinal vs. não-atitudinal), isto é, como determinar a atual extensão da categoria.<sup>4</sup>

Relacionada a essa dificuldade de precisão dos limites da subjetividade está a noção de subjetividade como algo intrínseco à linguagem, como a propagada por Benveniste (1976, p. 287), para quem a linguagem "é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem". Para o autor, o simples adereçamento a um outro na fala constitui o *eu* por meio da linguagem. Dessa maneira, todo e qualquer uso da língua é considerado subjetivo.

Essa abrangência dos limites da subjetividade parece ter encontrado uma solução na proposta de De Smet e Verstraete (2006), discutida anteriormente. Ao separar a Subjetividade Pragmática da Subjetividade Semântica, os autores permitem a denominação de formas subjetivas, sem contradizer o caráter subjetivo da linguagem, relacionado, entre outros fatores, ao caráter dialógico da linguagem.

Contudo, a proposta dos autores não pode ser tão prontamente adotada para os estudos na GDF. A razão disso é que a distinção entre Subjetividade Pragmática e Subjetividade Semântica de De Smet e Verstraete (2006) baseia-se no processo histórico de mudança de significado pelo qual passam os itens linguísticos. Para a GDF, enquanto essas mudanças não causam uma alteração na estrutura da língua, elas não devem ser consideradas. Nas palavras de seus autores, "a GDF se limita a reflexões gramaticais de significados sociais" (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 29). Para compreender, entretanto, o que significa essa limitação, será necessário explicar, resumidamente o funcionamento da GDF.

A estrutura da GDF é dividida em Níveis e Camadas. Cada Nível é estruturado de maneira diferente, com suas próprias Camadas, sempre organizadas hierarquicamente. São quatro os níveis descritos na GDF, a saber, o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, a descrição será limitada aos Níveis Interpessoal e Representacional, níveis mais diretamente relacionados à manifestação da subjetividade. Basta saber, por hora, que os Níveis Morfossintático e Fonológico se encarregam da codificação do conteúdo gerado nos Níveis Interpessoal e Representacional e que esses dois níveis de codificação também possuem sua própria estrutura em camadas.

---

<sup>4</sup> [...] it is challenging to give a definition of subjectivity or speakers attitudes in language that does not involve a fair amount of vagueness. The second, related issue is where to draw the borderline between subjective and objective (or attitudinal vs. non-attitudinal), that is, how to determine the actual extension of the category.

O Nível Interpessoal captura todas as distinções que se referem à interação entre o falante e o ouvinte. A camada mais alta deste nível é o Movimento (M), que pode ser definido como uma contribuição autônoma para a interação em curso. Pode tanto pedir uma reação, quanto ser a própria reação a outro pedido. Um Movimento pode ser composto de um ou mais Atos Discursivos (A), que constituem a camada seguinte. Cada Ato Discursivo pode conter os seguintes componentes (todos em relação de equipolência): uma Ilocução (F), o Falante (P<sub>S</sub>), o Ouvinte (P<sub>A</sub>) e o Conteúdo Comunicado (C). Considerando a referência e a atribuição como ações pragmáticas, isto é, que provocam mudanças na informação pragmática do ouvinte, a GDF distingue também os Subatos de Referência (R) e Atribuição (T), como uma camada abaixo do Conteúdo Comunicado.

O Nível Representacional lida com o aspecto semântico das unidades linguísticas. Enquanto no Nível Interpessoal é realizada a evocação, no Nível Representacional é realizada a designação. O Nível Representacional inicia com a camada do Conteúdo Proposicional (p) e se refere a crenças, esperanças, e outros tipos de construções mentais. Os Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep), conjuntos de Estados-de-Coisas (e) tematicamente coerentes, que mostram continuidade de tempo (t), local (l) e indivíduos (x). Os Estados-de-Coisas incluem eventos e estados que são caracterizados pelo fato de poderem ser localizados no tempo e poderem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade. Pode-se dizer, então, de um Estado-de-Coisas que ele (não) ocorreu em um determinado ponto ou intervalo de tempo. Um Estado-de-Coisas é caracterizado por uma Propriedade Configuracional (f), que contém uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si. As Propriedades Configuracionais constituem o inventário de esquemas de predicação relevantes para uma língua, permitidas de acordo com a valência qualitativa ou quantitativa, e são constituídas por categorias semânticas em relação não-hierárquica. Essas categorias podem ser Indivíduos (x), Propriedades Lexicais (f), Local (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r), ou Quantidade (q).

Retornando aos exemplos oferecidos por De Smet e Verstraete (2006), no tratamento sob a ótica da GDF, ambos os adjetivos *alto* e *agradável* (exemplos de subjetividade pragmática e subjetividade semântica ideacional, respectivamente) são representados na estrutura hierárquica como Propriedades Lexicais (f), modificadoras de Indivíduos (x). Em outras palavras, esses adjetivos não apresentam características gramaticais consideradas relevantes para a GDF.

Em contraste, a distinção realizada entre Subjetividade Semântica Ideacional e Subjetividade Semântica Interpessoal apresenta dados relevantes para o seu tratamento na GDF. Além das restrições gramaticais apresentadas por De Smet e Verstraete (2006), há uma diferença crucial entre adjetivos como *agradável* e *maldito*, a saber, a possibilidade de aplicação a um nome próprio.

Como se pode observar nos exemplos a seguir, somente o adjetivo *maldito* pode ser aplicado a nomes próprios:

(10) Maldito Bush!

(11) \*Agradável Bush!

Em sua representação na GDF, nomes próprios são considerados vazios de conteúdo semântico, o que significa que a modificação realizada pelo adjetivo *maldito* não se aplica ao Nível Representacional, mas sim ao Nível Interpessoal.

Assim, na GDF, enquanto adjetivos como *alto* ou *agradável* são considerados modificadores de Indivíduo (x), uma unidade do Nível Representacional, adjetivos como *maldito* são considerados modificadores de Subato Referencial (R), uma unidade do Nível Interpessoal.

A proposta de subdivisão da subjetividade, de De Smet e Verstraete (2006), contudo, parece ser adequada à GDF, com algumas alterações. Em primeiro lugar, dada a limitação da GDF a reflexões gramaticais de significados sociais, a subdivisão que deve ser feita da subjetividade é em termos das características gramaticais desses itens. Em segundo lugar, os rótulos aplicados por De Smet e Verstraete devem ser adaptados, para refletir melhor essa distinção e evitar confusões com termos já empregados na teoria. Por exemplo, o termo *pragmático*, embora descreva bem a noção de que esse tipo de subjetividade depende do uso, confunde-se com a definição de Interpessoal, da GDF, que se refere à interação entre o falante e seu interlocutor. Além disso, o termo *Interpessoal* de De Smet e Verstraete pode confundir-se com o termo Interpessoal da GDF, que se refere a um Nível da organização hierárquica. Uma vez que não há nada na definição baseada em diferenças gramaticais que impeça a manifestação da subjetividade no Nível Representacional, o termo Interpessoal parece inadequado para designar esse tipo de subjetividade.

Por esses motivos, proponho a divisão da subjetividade na GDF em *Subjetividade Inerente* e *Subjetividade Gramatical*. Identificados dessa maneira, a Subjetividade Inerente se refere a todo e qualquer uso da linguagem, incluindo aí o processo dialógico que estabelece um *eu* em oposição a um *outro*, bem como o uso de adjetivos como *alto*, *agradável*, e até mesmo *maldito*, que, em medidas diferentes envolvem decisões do falante e expressam, também em diferentes medidas, sua realidade interna. A Subjetividade Gramatical, por outro lado, refere-se à sistematização gramatical de algumas dessas avaliações, como no caso de *maldito*, que apresenta restrições gramaticais que não se aplicam a adjetivos como *alto* ou *agradável*.

É preciso deixar claro que a Subjetividade Gramatical se inclui no domínio da Subjetividade Inerente, ou seja, uma vez que a Subjetividade Inerente se aplica a todo e qualquer uso da língua, obviamente, ela também se aplica à Subjetividade Gramatical. O adjetivo *maldito*, portanto, é considerado ao mesmo tempo expressão da Subjetividade Inerente e da Subjetividade Gramatical. Os adjetivos *alto* e *agradável* são expressão apenas da Subjetividade Inerente.

Na seção seguinte, serão examinados os testes gramaticais propostos por De Smet e Verstraete para os adjetivos e sua adequação para o estudo da subjetividade na GDF e a importância do conceito de performatividade.

#### 4. Os testes gramaticais para os Adjetivos Subjetivos e a noção de performatividade

Segundo Hengeveld (2008, p. 48), os modificadores de sintagmas nominais podem assumir as seguintes funções:

- $\Sigma^R$  Atitude Subjetiva – Modificador de Subato de Referência (R)
- $\sigma^x$  Modificação de referente – Modificador de Indivíduo (x)
- $\sigma^f$  Modificação de referência – Modificador de Propriedade Lexical (f)

O autor oferece os seguintes exemplos de cada função (HENGEVELD, 2008, p. 49):

- (12) Oh my god, the **poor** ( $\Sigma^R$ ) doctor was going to just tell me the results!  
'Meu Deus, o pobre doutor ia somente me dizer os resultados!'
- (13) Had I run into the rarest of species, one most people would have thought was extinct in the western world: a **poor** ( $\sigma^x$ ) doctor.  
'Encontrara uma das espécies mais raras, uma que muitos pensavam estar extinta no mundo ocidental: um médico pobre.'
- (14) A **poor** ( $\sigma^f$ ) doctor, dentist or nurse can cause huge harm to a patient in 16 minutes let alone 16 weeks.  
'Um médico, dentista ou enfermeiro ruins podem causar grandes danos a um paciente em 16 minutos, que dirá em 16 semanas.'

Conforme dito anteriormente, De Smet e Verstraete (2006) propõem que os adjetivos subjetivos Interpessoais se distinguem dos adjetivos subjetivos Ideacionais por não poderem ser modificados em termos de gradação, intensificação, negação e por não poderem ser predicados.

Essas características, a princípio, parecem ser válidas como foi visto na seção 2, em que se mostra a diferença entre os adjetivos *dom* e *leuk*, do holandês flamenco.

Contudo, tomando como exemplo o adjetivo *former* do inglês ('antigo', 'que não é mais'), um modificador de Propriedade Lexical, pode-se notar que as mesmas restrições também se aplicam a esse tipo de modificador:

- (15) a former neighbour  
'um ex-vizinho, um antigo vizinho'
  - a. Mike is my former neighbour  
'Mike é meu antigo vizinho'
  - b. \*Mike is a more former neighbor than John.  
'Mike é um vizinho mais antigo do que John'
  - c. \*Mike is my very former neighbour  
'Mike é meu muito antigo vizinho'
  - d. \*The neighbour is former.  
'O vizinho é antigo'

Os exemplos mostram como o adjetivo *former* também é restrito dos mesmos contextos que os modificadores de Subato Referencial. Uma vez que a modificação da

Propriedade Lexical não exprime uma atitude do falante, e, assim, dificilmente seria considerada uma forma de expressão de subjetividade, parece seguro afirmar que os testes propostos por De Smet e Verstraete para os adjetivos não são adequados para realizar a identificação dos adjetivos subjetivos.

Como afirma Verstraete (2001), critérios gramaticais são problemáticos quando se aplicam sem entendimento do motivo para aplicá-los. De Smet e Verstraete (2006) explicam que os testes gramaticais aplicados mostram que o adjetivo *dom* ('maldito') não se presta mais à definição de um subtipo de entidade. O problema é justamente a equação realizada pelos autores entre não designar um subtipo de entidade e expressar a atitude do falante. Assim como *dom*, o modificador de Propriedade Lexical não designa um tipo de entidade, mas especifica que a propriedade *ser vizinho* não é mais válida.

Por outro lado, os testes de interrogação e negação se aplicam aos modificadores de Subato Referencial, distinguindo-os dos modificadores de Indivíduo e Propriedade Lexical. Como visto anteriormente, modificadores de Subato Referencial, como *dom* não podem ser negados. O mesmo não ocorre com modificadores de Propriedade Lexical:

- (16) He is not a former martial artist. He still IS a martial artist.  
'Ele não é um ex-lutador. Ele ainda É um lutador'

Nesse exemplo, pode-se notar que a propriedade *former*, ao indicar que a designação não mais se aplica, está sendo negada, como fica explícito na segunda parte do enunciado. Nos exemplos abaixo, é possível observar, nas respostas aos questionamentos, qual parte do enunciado está sendo interrogada, ou seja, pelo contraste entre *antigo* e *atual* em (17) e *alta* e *baixo* em (18), vê-se que a propriedade está em questionamento; em (19), o contraste na resposta somente pode ser entre *advogado* e *professor*, indicando que a designação está em questionamento. O estranhamento de (19B2) indica a inadequação do contraste entre *maldito* e *agradável*.

- (17) A: Is he a former neighbour?  
'Ele é um antigo vizinho?'

B: No, he is a current one.  
'Não, ele é um vizinho atual'

- (18) A: Is he a tall person?  
'Ele é uma pessoa alta?'

B: No, he is a short one.  
'Não, ele é baixo'

- (19) A: Is he a damn lawyer?  
'Ele é um maldito advogado?'

B1: No, he is a teacher.  
'Não, ele é um professor'

B2: ? No, he is very pleasant.  
'? Não, ele é muito agradável.'

Os testes de condicionalidade e tempo presente, por sua vez, parecem não se aplicar aos adjetivos, já que, diferentemente da interrogação e negação, que podem focar apenas parte da informação no enunciado, a falta de comprometimento da condicional se aplica à proposição como um todo, e o tempo não pode ser aplicado a propriedades sem o auxílio da cópula.

Dessa forma, os testes gramaticais para os adjetivos subjetivos também revelam a relação entre a avaliação subjetiva e a performatividade do comprometimento, o que leva a uma definição mais precisa do conceito de subjetividade na GDF, que será realizada na seção seguinte.

### **Considerações finais**

A análise apresentada na seção anterior mostrou a inadequação dos testes gramaticais propostos por De Smet e Verstraete (2006) para os adjetivos subjetivos e o sucesso da aplicação dos testes desenvolvidos para os modais subjetivos, diferenciando modificadores de Subato Referencial (considerados subjetivos), de modificadores de Indivíduo e Propriedade Lexical, revelando, assim, a conexão entre a subjetividade e a performatividade do comprometimento.

Lembrando, como o faz Verstraete (2001), que a aplicação dos testes gramaticais é problemática quando não se entende o motivo de sua aplicação, é necessário incluir, na definição de Subjetividade Gramatical, a noção de performatividade, o que leva às seguintes concepções: a Subjetividade na GDF é dividida em dois tipos, *Subjetividade Inerente*, que se refere ao caráter dialógico da linguagem, chamada assim por se entender que, em todo ato de enunciação, o falante se coloca como um *eu* que se dirige a um *outro*, expressando, mesmo em seus usos mais mundanos, seu ponto de vista, e *Subjetividade Gramatical*, que se refere à sistematização e formalização das expressões de atitude, ou seja, a avaliações necessariamente ligadas ao falante e ao momento de fala.

Acredito que o conceito de Subjetividade entendido dessa maneira apresenta diversas vantagens. Em primeiro lugar, restringe, pela adoção de testes gramaticais e da noção de performatividade, o objeto de pesquisa, permitindo uma distinção clara do que é considerado subjetivo e objetivo, em termos da Subjetividade Gramatical. Em segundo lugar, por meio da concepção de Subjetividade Inerente, não se descarta o caráter dialógico da linguagem e a noção de que todo e qualquer uso da língua envolve o falante. Por fim, por meio dessa distinção, é possível desfazer a incoerência existente entre a definição da modalidade como "forma de expressão das atitudes do sujeito", ou seja, de subjetividade, e, ao mesmo tempo, distinguir modalidades subjetivas e objetivas.

### **REFERÊNCIAS**

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p. 284-293.

DE SMET, H.; VERSTRAETE, J. C. Coming to terms with subjectivity. *Cognitive Linguistics*, 17.3, p. 365-392, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. Londres: Arnold, 1994.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, 6, p. 227-269, 1988.

\_\_\_\_\_. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, 25.1, p. 127-157, 1989.

\_\_\_\_\_. Mood and Modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). *Morphology: A handbook on inflection and word formation*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1202.

\_\_\_\_\_. Prototypical and non-prototypical noun phrases in Functional Discourse Grammar. In: RIJKHOFF, J.; VELASCO, D. G. (Ed.). *The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2008. p. 43-62.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Londres: Cambridge University Press, 1968.

NARROG, H. On defining modality again. *Language Sciences*, 27.2, p. 165-192, 2005.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: CUYCKENS, H.; DAVIDSE, K.; VANDELLOTTE, L. (Ed.). *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2010. p. 29-71.

VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: Interpersonal and Ideational functions in the English modal auxiliary system. *Journal of Pragmatics*, 33, p. 1505-1528, 2001.

**Recebido em:** 15/08/2016

**Aprovado em:** 28/10/2016

# Construções condicionais insubordinadas no português: usos metatextuais<sup>1</sup>

Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

flaviavale@ufscar.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1655>

## Resumo

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar os usos de construções condicionais insubordinadas no português do Brasil e de Portugal com função metatextual. Essas construções são entendidas como “o uso convencionalizado como oração principal de orações que, à primeira vista, parecem ser orações formalmente subordinadas” (EVANS, 2007), o que significa que, embora elas apresentem uma marca de subordinação, são usadas de forma independente, sem estarem conectadas a uma oração principal. Os dados foram coletados em Corpus do Português, Corpus Brasileiro, C-Oral, CRPC, e também, quando necessário, na internet. Conclui-se que essas construções contribuem para a organização textual, expressam as atitudes dos falantes e a relação intersubjetiva entre falante e ouvinte, o que mostra o alargamento do seu escopo de aplicação, indo além do nível sintático para o nível discursivo.

**Palavras-chave:** construções condicionais; insubordinação; organização textual.

## The metatextual use of insubordinate conditional constructions in Portuguese

### Abstract

The aim of this work is to describe and to analyse the uses of insubordinate conditional constructions in Brazilian and European Portuguese with metatextual function. These constructions are seen as “the main clause conventionalized use of what, on prima facie grounds, appear to be formally subordinate clauses” (EVANS, 2007), which means that although they present a subordination mark, they are used independently, without being connected to a main clause. Data were collected in *Corpus do Português*, *Corpus Brasileiro*, *C Oral*, *CRPC*, and, when necessary, in the internet. These constructions contribute to textual organization, express the speaker’s attitude and the intersubjective relation between speaker and hearer, which actually shows the widening of their scope, going beyond the syntactic level itself to the discursive level.

**Keywords:** conditional constructions; insubordination; textual organization.

## Introdução

Muitos são os trabalhos acerca das orações subordinadas condicionais tanto no português do Brasil como no português Europeu. De um ponto de vista funcionalista, o estudo dessas orações implica considerar seu estatuto como um fenômeno discursivo, o que vem sendo proposto desde o estudo pioneiro de Matthiessen e Thompson (1988), que viam o processo de combinação de orações não apenas do ponto de vista da gramática, mas também do discurso. O fato de se olhar para essas construções

---

<sup>1</sup> Este trabalho apresenta resultados e reflexões advindos de dois projetos de pesquisa, financiados pela FAPESP (Processos 2013/24523-2 e 2016/05224-2).

complexas a partir de um viés discursivo acarretou ainda que a tradicional distinção entre os processos de *subordinação* e de *coordenação* de orações fosse revista, uma vez que a separação dicotômica que se propunha, por exemplo, nas gramáticas de cunho tradicional, já não mais se adequava a uma série de fatos linguísticos que passaram a ser analisados levando em conta seu uso, em situações efetivas e reais de interação social.

Neste trabalho, analisa-se um tipo de construção que, recentemente, tem sido objeto de estudo em diversas línguas, as construções insubordinadas, mais especificamente, as condicionais insubordinadas (HIRATA-VALE, 2015). De acordo com Evans (2007), trata-se do uso convencionalizado como oração principal de uma oração que, aparentemente, seria considerada subordinada, por exemplo, em:

- (1) Edgar: Você é uma pessoa muito boa  
Virgínia: Obrigada.  
Edgar: Se eu não fosse tão estabonado... E se eu não tivesse todo esse... Esse passado ... (PB/Corpus Brasileiro)
- (2) Comissário: Mas excelência, compreenda...  
Mané Gorila: O deputado não tá dizendo que se responsabiliza?  
Comissário: Se é assim... se o senhor assume a responsabilidade... o senhor que sabe! (HIRATA, 1999, p. 151)
- (3) Se quiser comentar aí ôô, Apolinho! (PB/Corpus do Português)
- (4) nós às vezes [...] a policia, é a policia é que implica, não é. Apanhamos assim às vezes na praça, ao pé da praça, do mercado, não é, e a policia embirra connosco e autuam-nos. Se for compras para fazer negócio, tá a perceber. Nós, por exemplo, vamos a passar ali ao campo grande, há ali um mercado, não é, se nós passarmos [...] ou se nós lá passarmos e, e apanharmos um caixote de fruta ou umas couves, ou uma... assim umas coisas, não é, a policia se tá mais em baixo mandanos parar e autuam-nos. são oitocentos e tal escudos de multa.  
a: mas porquê ? (PE/CRPC/Oral/426)
- (5) Lembro que uma vez me levaram pra: mostrar como eles faziam aqueles tipozinhos se eu não me engano – de chumbo – é chumbo né? – depois organiza aquilo tudinho – é: – já vem depois de corrigido aquilo é corrigido. (PE/Corpus do Português)
- (6) If you could just sit here for a while please. (EVANS, 2009, p. 1)  
Se você puder sentar aqui por um momento por favor.
- (7) Ob wir richtig sind? (EVANS, 2009, p. 1)  
whether we right are?  
‘[It’s possible/I doubt/you were wondering (etc.)] whether we’re right?’  
Se nós estamos certos?
- (8) Dat hij dat nog mocht meemaken!  
CONJ he that PRT could experience  
‘I never thought he would live to experience this!’ (VAN LINDEN, VAN DE VELDE, 2013, p. 3)  
Eu nunca pensei que ele viveria uma experiência como essa.

Tomando como base critérios formais e discursivos, e partindo de corpora de textos escritos e falados, é possível notar que, no uso dessas construções, há uma *extensão funcional*, o que significa dizer que elas expressam relações que vão além do nível sintático, e devem ser avaliadas nos domínios semântico e pragmático (MITHUN, 2008). Nesse sentido, as funções que desempenham são também de caráter pragmático-

textuais, e se relacionam aos componentes da situação discursiva (HEINE et al., 2013), quais sejam as *atitudes do falante* (crenças, compromissos), a *interação entre falante e ouvinte* (pedidos, ofertas, ameaças) e a *própria constituição do texto* (funções metatextuais).

O propósito deste artigo é descrever o uso de construções condicionais insubordinadas no português, levando em consideração seu papel na constituição discursivo-textual, analisando especificamente suas *funções metatextuais*. Para tanto, foram acessados *corpora* disponíveis *online*. Para o português do Brasil, foram consultados o Corpus do Português ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)) e o Corpus Brasileiro (<http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>), e o Corpus C-Oral ([www.c-oral-brasil.org](http://www.c-oral-brasil.org)). Os *corpora* do Português de Portugal utilizados foram o CRPC – Corpus de Referência do Português Contemporâneo (<http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>), e também o Corpus do Português ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)). Foram utilizados, ainda, quando necessário, dados coletados na internet, por meio de busca no Google. Nos *corpora*, fez-se um levantamento das construções condicionais insubordinadas, e se procedeu à análise qualitativa das ocorrências encontradas. Por essa razão, não são apresentados, neste trabalho, dados quantitativos relativos às condicionais insubordinadas. As ocorrências foram classificadas segundo critérios semânticos e pragmáticos, de modo a se estabelecer uma tipologia de funções semânticas e discursivo-funcionais para o português, tanto brasileiro como europeu, como, por exemplo, o fazem Vallauri (2004, 2010) para o italiano e D’Hertefelt (2015) para as línguas germânicas. Além disso, do ponto de vista formal, as construções foram analisadas segundo o seu grau de (in)dependência sintática e pragmática.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção teórica, apresentam-se os principais conceitos relacionados ao processo de *insubordinação* e uma breve revisão dos principais trabalhos sobre esse tema no português. Em seguida, são discutidas as características e as funções das construções insubordinadas condicionais e analisam-se as ocorrências no português do Brasil e Europeu. Por fim, apresentam-se as conclusões.

## Questões teóricas

Construções como as insubordinadas, em que a oração principal não é realizada, são geralmente tratadas nas gramáticas de cunho normativo como “usos estilísticos” ou “anomalias”. Para Evans (2007), isso se deve ao fato de que elas não exibem um comportamento funcional e formal que possa ser considerado como padronizado ou regular o bastante a ponto de serem abordadas em profundidade nessas obras. Evans (2007) acrescenta ainda que os casos de orações que passam por um processo de insubordinação situam-se em uma fronteira entre fala e língua, no sentido saussureano da distinção entre *parole* e *langue*, em que não é sempre claro quando, e se, a gramática emerge do discurso, o que se pode comprovar exatamente em usos de insubordinadas em contextos dialógicos.

Essas construções, entretanto, têm características sintático-semântico-pragmáticas distintas das construções “completas” com *se*, aparecendo em contextos diferentes daqueles em que o *se* é usado. Nesse sentido, pode-se dizer que, no uso, o falante lança mão de muitos outros expedientes, em situações reais de interação social, para a expressão do valor condicional.

Desse modo, quando se analisa a língua em uso, é possível perceber efetivamente que essas construções são bastante frequentes, o que vem sendo atestado em diferentes línguas, como em holandês (D'HERTEFELT; VERSTRAETE; VAN LINDEN, 2013, D'HERTEFELT, 2015); sueco e dinamarquês (VERSTRAETE; D'HERTEFELT, 2014); holandês belga (VAN LINDEN; VAN de VELDE, 2014); espanhol (GRAS, 2011; SANSIÑENA; De SMET; CORNILLIE, 2014, SANSIÑENA, 2015, GARCIA, 2016); inglês (STIRLING, 1999, HEINE et al., 2013, KALTENBÖCK, 2014), português (HIRATA-VALE, 2015, 2017) e italiano (VALLAURI, 2004, 2010).

De acordo com Evans (2007), as construções insubordinadas são aquelas que, embora ainda apresentem algumas características de uma oração subordinada, não se comportam como tal, no sentido de que elas parecem sintática, semântica e pragmaticamente completas.

Para o autor, a construção insubordinada resulta de um processo que vai desde a elipse da oração principal em uma construção anteriormente subordinada ao uso convencionalizado da oração subordinada como principal, que é então analisada como uma construção independente.

Evans (2007) elenca uma série de funções discursivas das construções insubordinadas, tais como:

1. Controle interpessoal: expressa por imperativos, pedidos, permissões, avisos e ameaças, instruções e ordens;
2. Modalização: expressa por marcadores de modalidade epistêmica, deôntica, evidencialidade, e por construções exclamativas ou avaliativas;
3. Sinalização de material pressuposto: expressa pela negação, foco contrastivo, referência cruzada, condições nas afirmações precedentes na interação, etc.

Talvez a proposta que tenha mais fortemente questionado o trabalho de Evans (2007) seja a de Mithun (2008). Depois de analisar um grande grupo de línguas, Mithun (2008) concluiu que muitas construções em Navajo e Yup'ik, por exemplo, não podem ser explicadas a partir da proposta de Evans, baseada na elipse da oração principal. E isso se dá por várias razões. Uma delas, e que é mais relevante para este trabalho, diz respeito ao fato de que a análise de Evans leva em conta, em particular, as construções completivas, que, obviamente, têm uma relação de dependência com a oração principal muito mais forte que as construções adverbiais, tendo em vista sua natureza intrinsecamente adjuntiva. Um segundo ponto mencionado por Mithun refere-se ao fato de que a lista de funções apresentadas por Evans (2007) não é realmente suficiente ou coerente com os dados por ela descritos, uma vez que eles não estão limitados ao nível sintático propriamente dito, como são os exemplos analisados por Evans (2007).

Para Mithun (2008), a insubordinação deve ser vista como um processo por meio do qual existe uma *extensão funcional* de marcadores de dependência gramatical do nível sintático da oração para domínios discursivos e pragmáticos mais amplos, um processo a que a autora denomina "*dependency extension*", ou extensão da dependência funcional. Em outras palavras, pode-se dizer que, para a autora, o que ocorre não é processo de apagamento de uma oração principal, e sim um processo discursivo por

meio do qual uma oração anteriormente ligada, na sintaxe, a uma principal passa a ter seu funcionamento avaliado em um nível textual-discursivo.

No que diz respeito ao português, embora não haja uma caracterização das funções desses tipos de construções, como se vê para outras línguas, e conforme se pretende fazer neste trabalho, devem-se destacar alguns trabalhos que tratam desse tema, tanto para o PE como para o PB. Para o PB, consideram-se os trabalhos de Decat (1993, 1999, 2010, 2011, entre outros) e Stassi-Sé (2012). Para o PE, alguns trabalhos tratam de construções semelhantes às subordinadas, como o de Lopes (2009, 2010) e o de Fonseca (2003, 2004).

Decat considera que essas construções são orações desgarradas, ou seja, que “ocorrem sem a oração matriz, à maneira de um enunciado independente” (DECAT, 2010, p. 167), como em:

- (9) Imagine viver sem fronteiras. Poder estar sempre perto de quem você gosta. *Mesmo daqueles amigos mais distantes*. Imagine poder ir a qualquer lugar. E até estar em dois lugares ao mesmo tempo. Não ter limites. Não ver distâncias. Esse jeito de viver existe. Basta usar o seu celular. [...] (DECAT, 2012, p. 159).

A partir da Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST), a autora adota a noção de proposição relacional, entendida como o significado implícito que emerge da combinação de duas porções de texto, sejam elas orações ou porções maiores, estejam elas marcadas por conectivos/marcadores discursivos ou não.

Stassi Sé (2012, p. 139) descreve essas construções como orações independentes, especificamente a partir do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), como em:

- (10) ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, *embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é?*, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil, surpresas da fotografia).

Essas construções, a que chama de *subordinadas discursivas*, são entendidas como grandes porções textuais, os *Moves*, que, apesar de apresentarem a forma de uma oração subordinada, não dependem de qualquer cláusula anterior ou posterior, e, além disso, são entonacionalmente destacadas por pausas, Atos Interativos, ou por ambos. Essas orações não apresentam dependência morfossintática.

Stassi-Sé afirma que, nessas construções, se verifica uma relação entre *Moves*, o que a leva a propor uma alteração no Nível Interpessoal de GDF, com a criação de uma nova camada, que seria chamada ‘Camada do Discurso’. Essas construções desempenham uma Função Interacional, que é diferente das funções relacionadas a outras camadas nos Níveis Interpessoal e Representacional, tais como as funções retóricas e as funções semânticas. Assim, segundo a autora

[...] as construções introduzidas por *porque* representam a Função Interacional Transição, que organiza o discurso em relação à apresentação de novos conteúdos; 2) as construções introduzidas por *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)* representam a Função Interacional Adendo, que atua na organização do discurso, acrescentando informação contrastiva em relação ao conteúdo que vinha sendo desenvolvido; 3) as

construções introduzidas por *como* representam a Função Interacional Resgate, que orienta o monitoramento da interação, já que o falante busca resgatar na memória do ouvinte informações dadas; e 4) as construções iniciadas por *se* representam a Função Interacional Salvaguarda, que também atua no monitoramento da interação, propiciando a preservação da face do falante frente a algo que ele introduziu no discurso. (STASSI-SÉ, 2012, p. 14, grifo meu).

Lopes (2009, 2010) apresenta uma descrição das construções condicionais não-canônicas no português europeu contemporâneo. Embora a autora não mencione o processo de insubordinação e nem mesmo considere que essas construções sejam insubordinadas ou independentes, a partir do exame das características formais e funcionais por ela apresentadas, pode-se dizer que se trata de construções semelhantes às que ora se analisa.

- (11) Diga-me o seu nome, *se faz favor/se não se importa.*
- (12) “Estás a fazer o quê? *se não é muita indiscrição*” [CRPC]
- (13) *Se me permite,* discordo frontalmente da sua opinião.
- (14) *Se me é permitido intervir/ se posso interrompê-lo/ se me dá licença,* gostaria de pedir um esclarecimento. (LOPES, 2010, p. 163-164).

A autora faz uma análise pragmático-funcional de construções com *se* que, segundo ela, não são tratadas nas gramáticas de referência do português de Portugal ou mesmo em trabalhos de linguistas portugueses sobre as condicionais. Lopes (2009, 2010) propõe uma tipologia baseada em critérios de natureza formal e funcional e centra sua análise em condicionais a que chama de *enunciativas*, que são mais bem compreendidas nos domínios pragmático e retórico. Dentre essas construções estão as *condicionais de cortesia*.

Fonseca (2003, 2004), por sua vez, descreve orações comparativas condicionais, dentre elas as independentes.

- (15) Já repetiste n vezes a mesma coisa. *Como se eu fosse surdo!*
- (16) *Como se eu tivesse paciência para te aturar!*
- (17) Começa a chover. Isto é, se não estava a chover antes. As luzes das lojas e dos candeeiros parecem novinhas em folha. Como se estivessem a brilhar. *Como se fossem estrelas ou outras coisas que não há.* (CRPC) (FONSECA, 2003, p. 2).

Para o autor, essas construções são comuns na língua oral, e têm como característica a entonação exclamativa, o que revela, ainda, o fato de expressarem valores modais. Esses valores se revelam muitas vezes na forma de comentários, e por essa razão essas construções apresentam funções metadiscursivas ou metaenunciativas. Segundo Fonseca (2004, p. 3)

Fundamentalmente, esse comentário é de ordem avaliativa e inscreve-se no desenvolvimento do discurso como momento de desacordo com uma enunciação e/ou com o seu conteúdo, que são contestados – sendo que tal contestação se matiza, de modo vincado, de outros valores modais, que, na maior parte das vezes, vêm a primeiro plano. Nesta base, avulta no funcionamento discursivo das comparativas condicionais

em referência o seu marcado carácter dialógico/interactivo – traduzido na circunstância de trazerem para o discurso uma específica conjugação de vozes, que se desenha, quase regularmente, como um conflito.

Embora os trabalhos mencionados sejam relevantes e extensos, nenhum deles se concentra exclusivamente nas construções condicionais insubordinadas. Além disso, não há nesses trabalhos a intenção de se explicar como ocorre o processo de surgimento dessas construções independentes ou desgarradas. Por fim, acredita-se que as construções condicionais não funcionam apenas como uma estratégia de preservação de face, como se depreende de Stassi-Sé (2012), mas são usadas de muitos outros modos, especificamente no que concerne às funções metatextuais. É o que se espera mostrar na seção seguinte.

### **O uso de construções condicionais insubordinadas (CCI) no português: análise dos dados**

Como se sabe, a literatura acerca das construções condicionais é extensa, mas o foco de atenção são, normalmente, as construções “completas”, encabeçadas pela conjunção *se*. No que diz respeito às construções condicionais insubordinadas, há trabalhos em diversas línguas, e a maioria deles trata das condicionais marcadas pelo *se*, com exceção de Boogaart e Verheij (2013), para o holandês. Destacam-se os trabalhos de Schwenter (1999, 2001, 2016), para o espanhol, o de Stirling (1999), para o inglês australiano, o de Vallauri (2004, 2010), para o italiano, o de D’Hertefeldt (2014, 2015) para diferentes línguas germânicas, e o de Kaltenböck (2014), para o inglês.

Em relação ao português, em trabalho anterior, Hirata (1999) realizou uma descrição da hipotaxe adverbial condicional no português escrito do Brasil, no qual as orações condicionais que ora se chama de “construções condicionais insubordinadas” foram brevemente analisadas, como casos de orações “condicionais sem oração núcleo realizada”. Argumentou-se que o falante, ao escolher certos recursos ao compor seu texto para criar determinados efeitos, nesse caso, satélites de natureza adverbial com valor condicional, prepara molduras, criando espaços mentais (FAUCONNIER, 1994) para o conteúdo das orações núcleo, que, algumas vezes ficam vazias, como nas construções condicionais sem oração núcleo realizada, ou *insubordinadas*, como se vê nos exemplos seguintes:

- (18) Benedito: Tratem de calar a boquinha, viu? *Se essa história se espalha...* (HIRATA, 1999, p. 148)
- (19) Comissário: Mas excelência, compreenda...  
Mané Gorila: O deputado não tá dizendo que se responsabiliza?  
Comissário: *Se é assim... se o senhor assume a responsabilidade...* o senhor que sabe! (HIRATA, 1999, p. 151)

Como as ocorrências de condicionais sem oração núcleo foram encontradas em textos de natureza dramática, tais como peças de teatro ou roteiros de telenovela, considerou-se que essas construções são característica desse gênero textual, o que poderia ser explicado por seu caráter interativo, em que os interlocutores estão frente a frente e são participantes de um “jogo” dialógico. A título de comparação, seria possível dizer que não haveria muito sentido em contar com a participação do destinatário em

textos técnicos, uma vez que, porque esses textos têm um caráter científico, o que não licenciaria o uso de construções condicionais sem a oração núcleo realizada.

Na análise que ora se apresenta, no entanto, defende-se que, além desses usos em contextos dialógicos, as CCIs podem ainda expressar valores relacionados aos componentes da situação discursiva, assim como proposto por Heine et al. (2013), quais sejam, as *atitudes do falante* (crenças, compromissos), a *interação entre falante e ouvinte* (pedidos, ofertas, ameaças) e a *própria constituição do texto* (funções metatextuais). Nesses casos, é possível perceber claramente a diferença entre a construção condicional canônica “completa” e a construção insubordinada, uma vez que esta passa a codificar novos significados, relacionados, por exemplo, à modalização, à polidez, e assume especialmente um papel textual relacionado à coesão e à coerência. Por outro lado, o significado “original” condicional parece se perder quanto mais convencionalizada é a construção.

Como construções relacionadas às *atitudes do falante*, as CCIs são usadas para expressar significados subjetivos, como os desejos, conforme se vê nas duas próximas ocorrências:

- (20) Era um cinquentão indiático, grisalho e gordo, duma cordialidade lerda e meio Paternal. Separado da espôsa legítima, que abandonara havia anos com três filhos, vivia com a viúva dum veterinário. Entrem. Sentem. Fiquem à vontade. Não reparem os meus trajos. Se eu soubesse que o doutor vinha... Rodrigo e Chiru sentaram-se. (PB/CORPUS BRASILEIRO).
- (21) Se eu pudesse guardar-te inteira no calor do meu sangue, agasalhar-te pelos invernos fora no côncavo da minha mão como se faz àquelas pequenas tartarugas que não nos parecem de todo vivas ou de todo mortas, se eu pudesse, se eu pudesse! Mas eu apenas comando um pouco o tempo, prolongo a memória e a ação das coisas – a vida, é diferente, é uma hóstia de um corpo único, de uma alma única que se recebe inteira, que se consome numa presença fechada. (PE/CORPUS DO PORTUGUÊS).

Nessas ocorrências, é possível dizer que a insubordinada condicional tem função de expressar um conteúdo que perpassa a avaliação, a conceitualização do próprio falante. Assim, em (20), o falante apresenta um desejo seu de que seus interlocutores não reparem nos seus trajos, que não devem estar apropriados a uma situação formal de visita. Em (21), o falante discorre longamente, por meio de várias insubordinadas condicionais sobre seus desejos em relação a uma mulher, de mantê-la próxima. Em ambos os casos, acredita-se que essas construções apresentam um julgamento subjetivo do falante, a respeito da verdade ou “desejabilidade” da situação, que, como tal, não precisa ser complementado por uma oração principal. Note-se que nos dois casos há o uso de recursos típicos da língua escrita que mostram a interrupção do fluxo de informação, em (20) as reticências e em (21), o ponto de exclamação, que é, de fato, característico desses tipos de construção.

No que diz respeito ao uso das CCIs em *situações intersubjetivas*, é possível dizer que essas construções referem-se à interação entre falante e ouvinte. Nesses casos, percebe-se que o falante está ciente da presença de seu interlocutor, e a construção insubordinada é usada para expressar ordens, pedidos, ameaças, valores que se relacionam essencialmente com as estratégias de preservação de face.

(22) Máiquel: A nossa empresa cuida de... A nossa organização proporciona serviços pra mais de trinta empresas. Aqui está a relação delas. *Se quiser ligar pra confirmar*. (PB/CORPUS BRASILEIRO)

(23) O Sr. Presidente: - O Sr. Deputado Magalhães Mota pediu a palavra?

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): - *Se me der licença*, Sr. Presidente. Só para lembrar que há deputados que são rigorosos no encerramento, mas também estão presentes na abertura.

O Sr. Presidente: - O Sr. Deputado tem toda a razão. Eu fiz uma referência geral, aliás, em tom manifestamente jocoso, que penso não ficar mal aqui na Assembleia. (PE/CRPC)

Em (22), encontra-se uma ocorrência que é considerada como uma das mais comuns no uso das insubordinadas condicionais no inglês, as diretivas, conforme se vê em Stirling (1999), por exemplo. Nela, o falante utiliza a oração insubordinada com a força ilocucionária de uma instrução, e nesse caso, depois da apresentação de uma empresa, o falante sugere que seu interlocutor ligue para obter mais informações. Do ponto de vista formal, nessas orações o sujeito geralmente está na segunda pessoa, e se refere a uma ação futura. Como já se mencionou, essas construções particularmente desempenham funções relacionadas à polidez, pois o falante quer que seu interlocutor faça algo, e o uso de uma oração condicional permite-lhe expressar que o seu ouvinte tem a opção de realizar seu pedido, sua instrução, ou não.

No que diz respeito à (23), percebe-se o uso explícito da condicional como um recurso discursivo relevante na interação entre os dois interlocutores, que corresponde a um pedido polido: ao pedir a palavra, o falante começa sua intervenção com uma insubordinada condicional. É possível perceber que novos sentidos pragmáticos, antes inferíveis do contexto, passam a ser codificados nessas construções, como a polidez. Segundo Heine et al. (2013), as construções insubordinadas parecem ser menos assertivas que suas contrapartes “completas”, o que poderia ser explicado pelo não estabelecimento da relação de causa e consequência que se encontra necessariamente na construção subordinada prototípica.

Em relação ao uso das CCIs na organização textual, considera-se que essas orações expressam significados procedurais relacionados à situação discursiva. Nesse sentido, as CCIs esclarecem algo que foi mencionado anteriormente ou expressam comentários do falante, correções ou adendos.

Nas ocorrências (24) e (25), o falante parece usar a insubordinada condicional para reelaborar algo que foi dito anteriormente, à guisa de comentário. Em ambas as ocorrências, nas duas variedades do português, encontra-se a mesma expressão “*se quiser*”, que é usada pelo falante com o intuito de dar a seu ouvinte uma opção para o entendimento do conteúdo do texto:

(24) - Há tempos eu ando banzando, por não poder trabalhar numa gruna que eu descobri, perto daqui, em terreno divaluto. Também se essa não tiver boa mancha, não há na Chapada outra que tenha. É perigosa, não nego; mas guirimpeiro não conhece perigo. Ainda não dei um serviço nela, porque o cobre tem sido curto, e preciso de gente de sangue nos olhos. *Se quiser*.  
Dusá encarou-o, e disse:  
- Vamos ver qual é o perigo.  
- É que se deve entrar por um talhadão largo. E não há quem alcance os lá... (PB/CORPUS DO PORTUGUÊS)

- (25) JN - Presidência clubista e política activa, incompatíveis de todo em todo.  
MGT - Toda a gente sabe que o dr. Santana Lopes tem, no fundo, uma paixão pela actividade política.  
JN - Mas havia uma ideia, na opinião pública, *se quiser*, muito antes do congresso, que Santana Lopes deixaria o Sporting, a curto prazo... (PE/CORPUS DO PORTUGUÊS)

As CCI's metatextuais também são usadas como adendos, nos quais o falante faz uma ressalva ou adiciona uma informação, de modo a tornar o texto mais claro, como se pode perceber nas ocorrências seguintes:

- (26) Re: A arte nos games sex, 11/11/2011 - 18:48 — Elder: arte? só se for arte da guerra, né? *se é que é possível um ser consciente ver beleza numa coisa tão feia*. e me preocupa as pessoas estarem aceitando a violência com tanta naturalidade. logo logo ressuscitam o coliseu. o mma já vem preparando o terreno.. (PB/CORPUS INTERNET)
- (27) A construção coletiva de um destino é a assunção de uma responsabilidade à dimensão da história... O Governo nacional, *se ele quer ser nacional*, deve governar pelo povo e para o povo, para os deserdados e pelos deserdados. (PE/CRPC)

Em (26), o falante está fazendo uma apreciação sobre jogos *online*, em resposta a um texto sobre jogos como “arte”. Ao dar sua opinião, o falante expressa que não considera os jogos uma forma de arte, a não ser a arte da guerra, e acrescenta, como uma forma de ressalva, por meio de uma condicional insubordinada, não ser possível ver beleza em algo tão feio, a violência.

Na ocorrência (27), vê-se a insubordinada condicional também como uma forma de ressalva, e nesse caso o falante retoma parte do conteúdo anterior, para destacar exatamente o ponto a que ele se refere, o fato de um governo ter um caráter nacional.

Além disso, é importante mencionar o papel da condicional insubordinada em contextos dialógicos, como se vê abaixo:

- (28) \*THI: não / eu dei umas <traulitada com a moto hhh> //  
\*VAN: <até ele / né> //  
\*JOR: <tava com medo> de andar // então / é preferível / <nũ é> //  
\*THI: <sabe por quê> //  
\*VAN: <é> //  
\*JOR: <vender> //  
\*VAN: <se até ele> +  
\*JOR: <ficar com o trem / depois acontece> +  
\*THI: <não> +  
\*VAN: <é> // <depois acontece alguma coisa fala assim / eu / sabia e nũ> +  
\*JOR: <é> //  
\*THI: <aí eu falei / ô yyy> //  
\*JOR: e acontece //(PB/CORPUS C-ORAL)
- (29) INQ2 Pois.  
INF Porque a cortiça sendo criada dentro de matos, é criada apertada. Quer dizer, uma cortiça [...] leva mesmo nove anos a criar, mas na mesma árvore, mas se tiver mato, cria-se, fica desta grossura, e se [...] não tiver mato, eu digo desta. Quer dizer [...] que se torna muito mais grossa. *INQ2 Se não...* Como é que é? Se não tiver o mato é que fica mais grossa?  
INF Exactamente.  
*INQ2 Se tiver mais mato...*  
INF Torna-se mais grossa. Tem mais criação. (EP/CORPUS DO PORTUGUÊS)

Em (28), os dois interlocutores estão conversando a respeito de motos e dos perigos envolvidos em seu uso, e comentam que outra pessoa sentiu medo de andar de moto, chegando à conclusão de que era preferível vender a moto. Nesse diálogo, o falante \*VAN, na segunda linha diz “até ele”, ao que \*JOR completa, na linha seguinte “tava com medo”. Mais à frente, \*VAN novamente retoma o turno, e volta a sua fala anterior afirmando “se até ele”. Percebe-se que o uso da CCI em diálogos mostra a natureza colaborativa da conversação, pois o falante espera que seu ouvinte “complete” o seu turno, quando usa uma construção sem a oração principal realizada.

Em (29), também como uma estratégia textual-discursiva, nota-se o uso de condicionais insubordinadas com uma função de encadeamento da narrativa. Os falantes estão falando sobre a criação de cortiça, e um dos interlocutores está explicando para o outro quais são as condições para que a cortiça fique mais grossa, o que acontece se não houver mato. Percebe-se assim o uso de construções condicionais completas, mas também há condicionais insubordinadas, que ajudam a encadear as partes do texto, de modo a criar um cenário hipotético, em que um falante acaba por concluir o turno do outro.

É possível perceber, então, no que diz respeito especificamente às CCIs relacionadas à organização textual, foco deste trabalho, que os significados metatextuais passam a operar não mais apenas no nível sintático, mas em contextos discursivos mais amplos. Nesses casos, considera-se que há uma *extensão funcional* de marcadores de dependência gramatical da sintaxe para o discurso, o que não necessariamente ocorre com as construções condicionais canônicas. Como elas estão ainda ancoradas no discurso, não podem ser consideradas como totalmente independentes, e assim não se configuram como casos de insubordinação, nos termos de Evans (2007). De todo modo, acredita-se que as CCIs que apresentam uma função metatextual cumprem um papel importante na estruturação discursiva, que se relaciona com o encadeamento narrativo (MITHUN, 2008). É o que também afirma Stirling (1999), para quem esse tipo de construção concorre para o encadeamento do raciocínio, da formulação das ideias, por parte do falante, e, portanto, não há o estabelecimento de uma relação causal, como ocorre nas construções condicionais “completas”.

Assim, seguindo Mithun (2008, p. 107, tradução nossa), assume-se que essas construções

[...] são exploradas em várias funções sociais relacionando comentários, questões, respostas e ordens a situações sociais mais amplas. Os falantes podem demonstrar respeito ao marcar suas contribuições como pertinentes àquelas dos falantes anteriores, mostrando a dependência entre os turnos na conversação. Eles podem preservar a face ao retratar seus comentários como acidentais em relação ao tópico geral da conversação, no caso de não serem abordados em discussões adicionais<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> [...] are also exploited for various social functions by relating comments, questions, responses, and commands to the larger social situation. Speakers can show respect by marking their own contributions as pertinent to those of previous speakers, **showing dependency across turns in conversation**. They can save face by portraying their comments as incidental to the general topic of conversation, in case they are not taken up in further discussion.

## Considerações finais

A partir do exposto, conclui-se que as construções condicionais insubordinadas são bastante regulares nas línguas e que seu uso não se restringe apenas a contextos dialógicos de fala, mas também constituem uma importante estratégia na elaboração de narrativas.

Pode-se dizer que as CCI's têm funções não apenas ligadas à preservação de face ou à atenuação, mas têm propriedades funcionais relacionadas com a situação discursiva. Seu uso com uma função metatextual ou de organização do discurso, relacionado à estruturação dos próprios textos, revela que essas construções assumem uma função coesiva, o que de fato mostra a ampliação do escopo de funcionamento dessas construções, passando do nível sintático propriamente dito para o nível discursivo.

Além disso, considera-se que, ao longo do processo de insubordinação, as construções marcadas com a conjunção *se* vão perdendo gradativamente seu sentido condicional/hipotético e passam a codificar outros valores, determinados pragmaticamente. Como os usos das insubordinadas são muito frequentes em contextos dialógicos ocorre, de fato, nessas construções um processo de intersubjetivização, por meio do qual há nas palavras de Traugott (2003 apud BRINTON, 2013, tradução nossa),

[...] a expressão explícita da atenção do falante/escritor à imagem do ouvinte/leitor tanto no sentido epistêmico (ao prestar atenção às suas presumas atitudes em relação ao conteúdo expresso), e em um sentido mais social (ao prestar atenção à sua 'face' ou 'necessidades de imagem, associadas à postura social e identidade)<sup>3</sup>.

## REFERÊNCIAS

BOOGAART, R.; VERHEIJ, K. Als dát geen insubordinatie is! De pragmatiek van zelfstandige conditionele zinnen. In: JANSSEN, T.; NOORDEGRAAF, J. (Red.). *Honderd jaar taalwetenschap*. Artikelen aangeboden aan Saskia Daalder bij haar afscheid van de Vrije Universiteit. Amsterdam, St. Neerlandistiek VU & Münster, Nodus Publikationen, 2013. p. 13-28.

DECAT, M. B. do N. "*Leite com manga morre*": da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Relações retóricas e funções textual-discursivas na articulação de orações no português brasileiro em uso. *Calidoscópico*, v. 8, n. 3, p. 167-173, set./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Estruturas desgarradas em língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem funcionalista para o estudo de processos linguísticos em gêneros textuais do português em uso. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 8, n. 1, p. 150-162, jun. 2012.

---

<sup>3</sup> [...] the explicit expression of the SP/W's attention to the 'self of addressee/reader in both an epistemic sense (paying attention to their presumed attitudes to the content of what is said), and in a more social sense (paying attention to their 'face' or 'image needs' associated with social stance and identity).

D'HERTEFELT, S.; VERSTRAETE, J. C.; VAN LINDEN, A. Independent conditional clauses in Germanic languages: functional range and influence of 'subordinate' semantics. Trabalho apresentado no "Complex Sentences International Workshop (CSI)". 2013. Disponível em: <<http://www.arts.kuleuven.be/ling/fest/events/np-3-2013-CSI-2013>>. Acesso em: 21 out. 2013.

D'HERTEFELT, S.; VERSTRAETE, J.-C. Independent complement constructions in Swedish and Danish: Insubordination or dependency shift? *Journal of Pragmatics*, n. 60, p. 89-102, 2014.

D'HERTEFELT, S. Independent conditional clauses in Germanic: functional range, constructional unity and grammatical status. Coordination / Subordination in Lisbon (CSI). Lisbon, 07-09 May 2014. Disponível em: <<https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/432488/2/Independent+conditional+clauses+in+Germanic.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Insubordination in six Germanic languages*. 2015. 229 f. PhD Thesis. Katholieke Universiteit Leuven, 2015.

EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (Ed.). *Finiteness. Theoretical and Empirical Foundations*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366-431.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. New York: Cambridge University Press, 1994.

FONSECA, J. O funcionamento discursivo das comparativas condicionais independentes. *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, nº 17/1, 2003. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20054/2/joaquimfonsecafuncionamento000083949.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. As comparativas condicionais independentes em português. *Círculo de Linguística Aplicada à Comunicação* 17, fevereiro. 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/circulo/no17/fonseca.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GARCIA, W. E. *La prosodia de las construcciones insubordinadas conectivo-argumentativas del español*. 2016. 487 f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Universidade de Barcelona, 2016.

GRAS, P. *Gramática de construcciones en interacción. Propuesta de un modelo y aplicación al análisis de estructuras independientes con marcas de subordinación en español*. 2011. 580 f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Universidade de Barcelona, 2011.

HEINE, B. et al. An outline of Discourse Grammar. In: BISCHOFF, S.; JENY, C. (Eds.). *Reflections on Functionalism in Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter., 2013.

\_\_\_\_\_. On insubordination and cooptation. In: EVANS, N.; WATANABE, H. *Dynamics of Insubordination*. (Typological Studies in Language). Amsterdam, Philadelphia: Benjamins, 2016.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1999. 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

\_\_\_\_\_. *O processo de insubordinação nas construções condicionais do português do Brasil*. Relatório Científico de Estágio Pós-Doutoral. Katholiek Universiteit Leuven, Leuven, Bélgica, 2015.

\_\_\_\_\_. *As construções completivas insubordinadas no português: forma e função*. Relatório parcial de auxílio à pesquisa FAPESP (Processo 2016/05224-2) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

KALTENBÖCK, G. On insubordination: form, function and Origin of insubordinate if-clauses. Paper presented at the workshop *Outside the clause: Form and function of Extra-clausal constituents*. 2014. Disponível em: <[https://otc-workshop.univie.ac.at/fileadmin/user\\_upload/p\\_otc\\_workshop/Finalised\\_abstracts/Kaltenboeck\\_-\\_On\\_insubordination.pdf](https://otc-workshop.univie.ac.at/fileadmin/user_upload/p_otc_workshop/Finalised_abstracts/Kaltenboeck_-_On_insubordination.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

LOPES, A. C. M. Condicionais de enunciação no Português europeu contemporâneo. *CELGA*, 2010. Disponível em <<http://www.uc.pt/uid/celga/agenda2010/acml>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Contributos para o estudo de construções condicionais não canónicas no PEC. *Diacrítica*, 23.1, p. 149-170. 2009.

MATTHIESSEN, C., THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

MITHUN, M. The extension of dependency beyond the sentence. *Language*, 84 (1), p. 69-119. 2008.

SANSIÑENA, M. S. *An interactional approach to insubordinate complement clauses in Spanish*. Phd. Dissertation. KULeuven, 2015.

SANSIÑENA, M. S.; De SMET, H.; CORNILLIE, B. B. subordinate and insubordinate. 2015b. Paths toward complementizer-initial main clauses, *Journal of Pragmatics*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.pragma.2014.12.004>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SCHWENTER, S. A. *Pragmatics of conditional marking: implicature, scalarity and exclusivity*. New York: Garland. 1999.

\_\_\_\_\_. Expectations and (in)sufficiency: Spanish como-conditionals. *Linguistics*, v. 39, p. 733-60. 2001.

\_\_\_\_\_. Independent si-Clauses in Spanish: Functions and Consequences for Insubordination. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (Eds.). *Dynamics of Insubordination*. Amsterdam: Benjamins. 2016.

STASSI-SÉ, J. *Subordinação Discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

STIRLING, L. Isolated if-clauses in Australian English. In: LEE, D.; COLLINS, P. (Eds.). *The clause in English*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 275-297.

VALLAURI, E. Grammaticalization of syntactic incompleteness: free conditionals in Italian and other languages. *SKY Journal of Linguistics* (The Linguistic Association of Finland), 17, p. 189-215. 2004.

\_\_\_\_\_. Free conditionals in discourse: the forming of a construction. *Linguisticae Investigationes*, v. 33:1, p. 50-85, 2010.

VAN LINDEN, A.; VAN DE VELDE, F. (Semi-)autonomous subordination in Dutch: Structures and semantic- pragmatic values. *Journal of Pragmatics*, n. 08, v. 22, p. 226-250, 2013.

**Recebido em:** 30/08/2016

**Aprovado em:** 20/07/2017

# Norma e variação: valores simbólicos em oposição<sup>1</sup>

**Roberto Gomes Camacho**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil  
camacho@sjrp.unesp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1735>

## Resumo

Eckert (2000) inaugurou uma nova tendência na Sociolinguística ao propor um conceito renovado de regra variável, que passou a constituir o espaço privilegiado da construção do significado social. No âmbito desse quadro teórico, estabeleceu-se como objetivo para este trabalho a análise das dinâmicas e das práticas sociais de dois grupos de estudantes, ideologicamente opostos para examinar como o processo variável de concordância nominal, como a regra variável de pluralidade no SN, praticada na comunidade como um todo, pode ser aproveitada como indexador da construção de identidade por membros de diferentes comunidades de prática e, por outro, para discutir como casos de variação como esse, convivendo no próprio ambiente escolar com a própria questão normativa, estão conectados com a situação de ensino.

**Palavras-chave:** variação estilística; identidade; campo indexical.

## Norm and variation: symbolic values in opposition

### Abstract

Eckert (2000) brought a new trend in Sociolinguistics when she proposed a new concept of variable rule, which now constitutes a privileged space of the construction of social meaning. Within this theoretical framework, the purpose of this paper was to analyze the dynamics and social practices of two groups of students ideologically opposed to examine, on one hand, how the variable process of nominal agreement, such as the variable rule of NP plurality, practiced in the community as a whole, can be exploited as an index of the identity construction by members of different communities of practice and, on the other hand, to discuss how cases of variation like that, living together with matters of normative rules in the school environment itself, are connected with the teaching situation.

**Keywords:** stylistic variation; identity; indexical field.

## 1. Introdução

A aquisição de uma variedade de prestígio é vista por Labov (1972) como um processo de conformidade gradual da linguagem do indivíduo, da infância ao fim da adolescência, com a variedade de prestígio praticada por falantes adultos do mesmo grupo social.

Um dos obstáculos cruciais à finalização do processo é o conflito entre diferentes sistemas de valores, um tipo de obstáculo que nem sempre se deseja transpor, já que o domínio completo da variedade padrão pode estar em tensão constante com outro valor simbólico, o de resistência cultural.

---

<sup>1</sup> Palestra proferida com o mesmo título na mesa-redonda *Norma, variação e ensino*, no 64º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), realizado na Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, câmpus de Assis, de 5 a 8 de julho de 2016.

Chambers (1995) entende que, se há pressões sociais que favorecem de fato a promoção de uma variedade padrão, deve haver também pressões contrárias que favoreçam a variedade de fala mais informal sem muito apego a regras normativas. Essas pressões contrárias são tácitas e não conscientes por não serem facilmente identificáveis, ao contrário das forças que favorecem a variedade padrão, que são, por exemplo, claramente identificáveis na defesa de pais de classe média do que entendem ser a “boa” linguagem para seus filhos aprenderem, da correção que os professores fazem no uso de seus alunos em sala de aula, nas cartas enviadas à redação de jornais e revistas deplorando deslizes dos usos prescritos etc.

Em contraste, sustenta Chambers (1995), as pressões sociais que mantêm as formas não padrão não dispõem de lobistas assim tão identificáveis. Ninguém reclama publicamente de formas hipercorretas na mídia, ou da uniformidade de sotaques entre locutores de telejornais, ou mesmo da tirania das convenções ortográficas.

Só para dar um exemplo recente de uso de formas hipercorretas, um blogueiro conhecido da *Veja Online* rasgou-se em elogios ao discurso de posse de Temer dizendo: “Pela primeira vez em muito tempo, sentia-se a presença de uma autoridade que inspirava respeito. Sem gritos, sem atropelos à língua, sem suor, sem dedo em riste. Temer, com um risinho contido, recorreu até a uma mesóclise”<sup>2</sup>.

Ao questionar por que as pessoas nem sempre se exprimem como obviamente acreditam que deveriam exprimir-se, Labov (1972) responde postulando a existência de um conjunto oposto de normas encobertas, que atribui valores positivos à variedade mais informal e não necessariamente à variedade padrão. Segundo Chambers (1995, p. 222-223), esse valor tácito ficou conhecido como “prestígio encoberto” (*covert prestige*), o termo que Trudgill (1972) lhe atribuiu ao fornecer também a primeira evidência objetiva para o fenômeno com base em diferenças de comportamento de gênero.

Observou esse autor que, na fala de Norwich, 50% dos homens que assumem falar a variedade não padrão, usam, na realidade, a variedade padrão com maior frequência; na direção contrária, 68% das mulheres que assumem usar a variedade padrão, empregam, na realidade, formas da variedade não padrão. Esses resultados não apenas fornecem evidência de que os homens atribuem um prestígio encoberto à forma não padrão, mas também comprovam que a variedade linguística que se emprega é fator concorrente para a construção de identidade social.

Basta ver o que diz Eckert (2005), ao repropor o conceito de variável linguística como o lugar da construção do significado social da linguagem, desenvolvido, segundo a autora, no próprio processo de articulação e de envolvimento dos indivíduos com as comunidades de práticas em que participam.

Assim, se a variedade é considerada socialmente estigmatizada, em contraposição à norma padrão, veiculada principalmente pelo sistema de ensino, instaura-se um conflito entre os valores que a instituição escolar pretende inculcar e os que o aprendiz compartilha com sua própria comunidade de prática (ECKERT, 2005) e que, em última instância, identificam-no simbolicamente como membro dela. Se esse conflito já é um grave problema para o ensino, mais grave ainda são os casos de variação estilística, que pretendo discutir neste trabalho.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/um-discurso-impecavel-na-forma-e-no-conteudo>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

A tradição recente da sociolinguística variacionista define estilo como o uso de diferentes formas no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade; a visão de estilo defendida por Eckert (2008), no entanto, exclui essa separação assim tão nítida entre forma e conteúdo sob a condição de que o social é eminentemente uma construção erguida sobre os alicerces do próprio conteúdo de vida das pessoas. Diferentes formas de dizer coisas ou significados potenciais para enunciar têm o objetivo de sinalizar diferentes modos de ser.

O estilo da *persona* (e são várias as máscaras sociais que se assumem) é o melhor nível para abordar o significado da variação, pois é nele que se conectam estilos propriamente linguísticos com outros sistemas estilísticos, como uso do vestuário, de adereços etc., relacionados com a formação ideológica que os falantes compartilham e que, por isso mesmo, povoa o imaginário social.

A prática estilística se identifica, assim, com um processo de bricolagem (HEBDIGE, 1984 apud ECKERT, 2008), já que os recursos linguísticos podem ser interpretados e combinados com outros mecanismos para construir uma entidade significativa mais complexa. Estilo e identidade são, sob esse prisma, conceitos fortemente associados: os falantes atribuem um novo significado social à variação, aproveitando-se da já existente no mercado linguístico, situação que implica certo grau de agentividade.

Dito isso, neste texto, pretendo examinar o modo como processos variáveis de marcação de plural no SN, investidos de significação estilística, são usados por membros de duas comunidades de prática como indexadores de construção da identidade. Pretendo mostrar, por um lado, como a regra variável de pluralidade no SN, praticada na comunidade como um todo, pode ser “aproveitada”, digamos assim, como indexador da construção de identidade de diferentes comunidades de prática e, por outro, como casos mais fluidos de variação como esse, convivendo no próprio ambiente escolar, estão conectados com a situação de ensino.

O plano desta exposição é analisar, em primeiro lugar, as dinâmicas e as práticas sociais de dois grupos de estudantes opostos, de uma mesma escola pública da cidade de São José do Rio Preto, definidos por seus próprios membros, como funkeiros e ecléticos, em trabalho de doutorado desenvolvido por Salomão-Conchalo (2015) sob minha orientação. Em segundo lugar, revisar alguns conceitos de prestígio e estigmatização em relação ao de norma para discutir que atenção o ensino de língua materna deve devotar a casos de comunidades de prática como os que são aqui examinados.

A análise, que se pretende fazer na primeira parte, debruça-se sobre o comportamento de grupos de jovens que estão em pleno processo de desenvolvimento de suas identidades individuais e grupais, e isso no contexto escolar, que é, por definição, um ambiente propício à manifestação de rebeldia, especialmente porque o ambiente escolar representa, em certas circunstâncias, um espaço de repressão da identidade, na medida em que o corpo institucional de uma escola, constituído por professores, coordenadores e administradores, normalmente não reconhece a diversidade social e linguística do corpo discente nem mesmo no processo de ensino-aprendizagem.

## 2. A prática estilística como indexador da construção de identidade

A escolha de duas CPs entre outras existentes se assentou no fato de serem ideologicamente opostas no espaço social da escola. Embora a CP dos funkeiros seja constituída por 15 indivíduos, distribuídos pelos dois períodos escolares, os alunos do período matutino, mais maduros, já dispõem de uma concepção mais nítida de sua própria identidade social e, por conseguinte, de afiliação grupal. Para os efeitos desta exposição, os funkeiros, tomados como CP, são constituídos por quatro indivíduos, três meninos e uma menina.

Dois membros dessa CP, assim delimitada, desempenham forte papel de liderança, passível de se observar no grau considerável de influência que exercem sobre os outros membros. A menina selecionada lidera as demais, enquanto o jovem coordena as ações dos meninos. Essa jovem, no entanto, também se rende à influência das ações do líder do gênero oposto, como se pode verificar em algumas situações em que ela acompanha, sem questionamento, o comportamento do líder.

De uma forma geral, o grupo dos funkeiros pode ser considerado uma rede social densa e múltipla (MILROY, 1987), pois todos os membros se conhecem bem e se conectam por mais de um tipo de relação (estudam juntos, são amigos e são ou já foram vizinhos). No entanto, uma verificação das relações intragrupais permite notar que o líder e a jovem que constituem membros centrais estão mais fechados em suas práticas sociais que os membros mais periféricos.

O grupo dos ecléticos, formado por cerca de dez jovens, é também representado, para os efeitos desta pesquisa, por três meninos e uma menina. Essa CP tem um funcionamento diferente do grupo anterior, derivado, certamente, do modo como os membros da CP se subdividem, ou seja, não há membros exclusivamente líderes e centrais ou exclusivamente periféricos. Cada membro muda de posição na hierarquia, que, em consequência, é também mutável na dependência dos interesses e das práticas sociais em pauta. Desse modo, todos podem ser líderes, membros centrais ou indivíduos à margem da CP dependendo da natureza da atividade envolvida. A falta de um líder dentro do grupo acaba por propiciar um grau mais elevado de dialogismo entre os membros e participação coletiva nas decisões a tomar sobre as ações e práticas sociais futuras.

Como já mencionado, o trabalho etnográfico, postulado pelos integrantes da "terceira onda" (ECKERT, 2012), é em geral qualitativo, mas não despreza o estudo quantitativo de base variacionista, uma vez que os dois procedimentos não são contraditórios, mas complementares. A hipótese sustentada é que deve haver uma correlação entre centralidade e perifericidade grupal e expressão linguística de pluralidade no SN. Nesse caso, os membros centrais dos ecléticos apresentariam maior frequência de marcas de pluralidade que os membros periféricos, justamente por serem um pouco mais apegados às normas, inclusive as linguísticas, ditadas pelo contexto escolar. Já os membros centrais dos funkeiros apresentariam uma frequência mais baixa de marcas de pluralidade do que os membros periféricos.

Em linhas gerais, os resultados quantitativos para as CPs de ecléticos e funkeiros corroboram os apontamentos da pesquisa etnográfica, considerando que, em termos gerais, a aplicação da regra normativa de CN é de 92,3% dos casos possíveis (228/247) para os membros dos ecléticos e de 38,1% (146/236) para os membros dos funkeiros. Pode-se deduzir dessa diferença que o comportamento verbal representa uma das práticas

sociais, como recurso estilístico de construção de identidade, separando jovens com a mesma idade e escolaridade entre os que aplicam ou não aplicam a regra padrão de concordância.

Confirma essa tendência uma comparação entre dados da comunidade rio-pretense como um todo, com base na amostra Iboruna (GONÇALVES, 2008), e os dados das duas CPs, quantificados segundo os mesmos critérios de faixa etária (SALOMÃO-CONCHALO, 2015). Os resultados gerais mostram que os ecléticos apresentam uma frequência de aplicação (92,3% = 228/247) maior que a do grupo controle<sup>3</sup> (86,5% = 192/222) e os funkeiros, uma frequência significativamente menor (62% = 146/236).

Em outros termos: a constituição das CPs e o perfil social dos integrantes já indicavam que os membros dos ecléticos apresentariam uma frequência comparativamente mais elevada de marcas de pluralidade do que a dos membros dos funkeiros, o que a análise quantitativa de fato corrobora; comparados com os membros da comunidade da mesma faixa etária, os ecléticos os superam no apego à variedade de prestígio, mas os funkeiros se abrigam numa posição abaixo da média.

O perfil social dos ecléticos inclui preferência por marcar presença nas aulas independentemente dos problemas do cotidiano escolar e busca por formação profissional em cursos técnicos. São essas tendências detectadas na análise etnográfica que apontaram para a projeção de uma expectativa de alta taxa de marcação de pluralidade no SN.

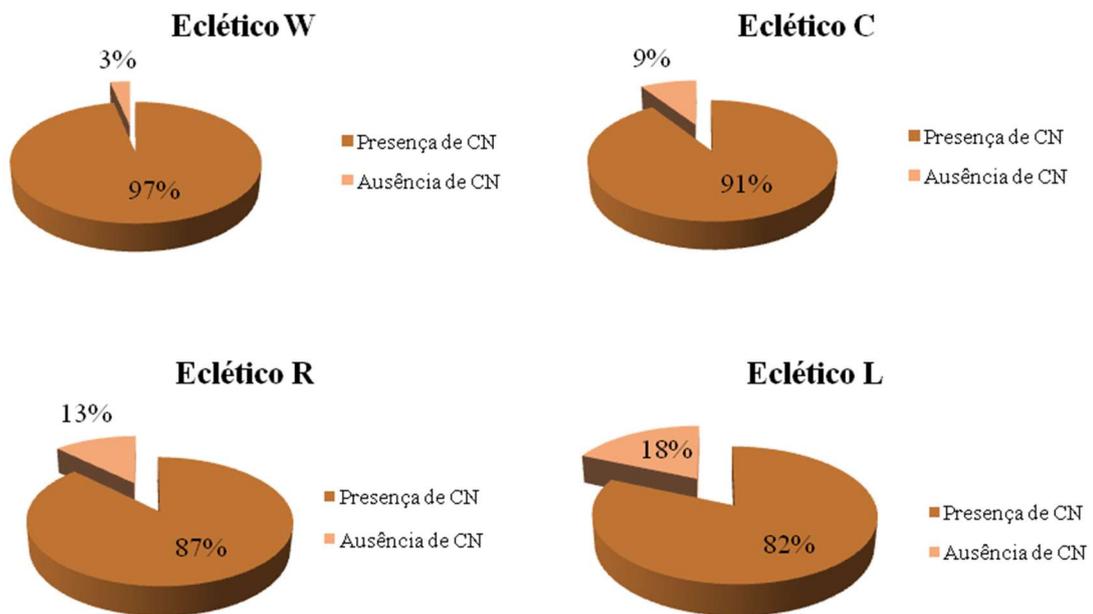
Entre os funkeiros, o reduzido grau de apego às regras normativas acaba se revelando como traço definidor, juntamente com outras características pessoais e práticas sociais. Esse baixo grau de apego à variedade de prestígio é um dos indícios de não identificação com valores do contexto escolar e, possivelmente, um caso de prestígio encoberto.

Vejamos, a seguir, se esses índices gerais se mantêm no comportamento individual dos ecléticos, conforme mostra a Figura 1.

A incidência de marcação de pluralidade no SN é muito elevada, mais de 90% no desempenho verbal dos informantes W. e C., enquanto R. e L. estão em torno da marca dos 80%, mas é L. quem aplica menos frequentemente a regra de CN dentro do grupo, como mostra a Figura 2. Essa frequência mais baixa não chega a surpreender em vista da relação de L. com membros de outras CPs. Além de se relacionar com os outros grupos, L. mantém uma relação amistosa com M. As negociações que trava com esse funkeiro e com membros de outros grupos possivelmente tornam L. um membro menos prototípico.

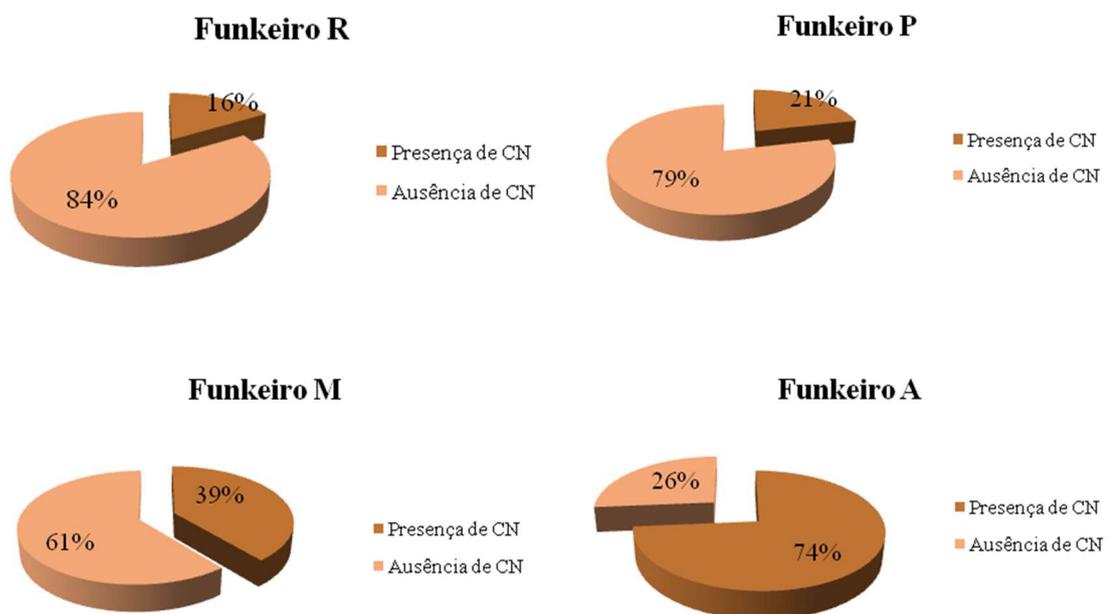
---

<sup>3</sup> O chamado “grupo controle” representa um recorte do banco de dados Iboruna, correspondente, em termos de variáveis sociais, ao mesmo recorte das CPs, ou seja, faixa etária de 16 a 25 anos, integrantes do Ensino Médio e gêneros masculino e feminino. Foram utilizados oito inquéritos da Amostra Censo que se enquadram nesse perfil (ACs 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047 e 048).



**Figura 1. Frequências de marcação de plural dos eclécticos**  
 Fonte: Adaptado de Salomão-Conchalo (2015, p. 248)

Vejamos, agora, na Figura 2, a análise individual do comportamento verbal dos funkeiros em relação ao fenômeno investigado.



**Figura 2. Frequências de marcação de plural dos funkeiros**  
 Fonte: Adaptado de Salomão-Conchalo (2015, p. 260)

Os índices de marcação de plural no SN dos afiliados à CP dos funkeiros apontam para o “aproveitamento” da regra variável de CN na construção de identidade, um recurso estilístico associado ao modo de se vestir, à música *funk* e à natureza do comportamento cotidiano. De um modo geral, o comportamento linguístico dos funkeiros é evidência de uma relação inversamente proporcional entre o envolvimento nas práticas sociais da CP e o apego às marcas de pluralidade.

Os resultados de R. e P., membros centrais dessa CP, mostram baixo grau de cumprimento da regra padrão de concordância. O funkeiro M. se encontra em uma zona mais neutra de preservação, com um índice positivo beirando o dobro de frequência da média dos membros centrais, embora ainda extremamente baixo se comparado ao da média dos ecléticos. Essa incidência mostra o perfil de membro periférico, mas com forte identificação ideológica com o grupo. É o jovem A., no entanto, que mantém um índice significativo de marcas de pluralidade, o que indicia a emergência da individualidade.

Embora o percurso de acesso à CP possa contribuir para a formação da identidade, uma trajetória periférica nunca conduz o indivíduo à plena participação. Caso exemplar é o de M., jovem que mantém práticas sociais típicas de identificação de um funkeiro, como o comportamento jocoso na aula, o gosto por dança e música *funk*, participação ativa na divulgação de festas organizadas pelo grupo. Mesmo assim, sua afiliação tem raízes no protagonismo de R., com quem mantém relações ostensivas de amizade.

Esses resultados mostram que a construção de identidade não se encerra com a plena afiliação a uma dada comunidade, já que o desenvolvimento das práticas sociais significativas é um processo contínuo, presente em várias práticas sociais de que resulta a renegociação da própria identidade, cuja consequência mais imediata é a assunção de uma trajetória de saída: quanto maior a frequência de novas negociações e exigências, tanto maior a frequência de desenvolvimento de novas relações. Da necessidade de firmar posições distintas da comunidade resulta também a necessidade de ver o mundo com outro olhar.

Intrigam, no entanto, os índices de aplicação positiva de concordância no comportamento verbal do funkeiro A. Durante a entrevista gravada, a única que foi possível agendar, esse jovem manifestou um comportamento singular. Apesar de tentar chocar a documentadora com a narração de episódios de sua vida sexual, o que é esperado de um funkeiro, mostrou-se obsequioso no uso de formas de tratamento. Em conversas informais, A. referenciava a documentadora por primeiro nome e *você*, mas não na entrevista, como mostra o exemplo (1).

- (1) INF.: aí sim **a senhora** chegou no ponto ... pra mim ESCOLA ensino médio ... ensino fundamental não influencia nada na faculDADE que eu quero que eu quero exercê(r) ... (EI-Fk/ A./Mc/ L. 24-27)

Fora das circunstâncias de gravação, não demonstrava preocupação alguma com a aplicação da regra padrão de concordância. Uma análise de oitiva das diversas situações de interação permite inferir que A. manifesta uma frequência de ausência de plural similar à de R., um de seus amigos mais próximos, como mostra o exemplo (2), extraído de sua entrevista gravada.

- (2) **nos primeros dias** ... viu que não tava paSSANdo nem um TERço do que tinha que subi(r) pra cheGA(r) onde **os traficante** tava ... o arsenal intero ... viu **as droga** que foram presa (EI-Fk/ A./Mc/ L. 445-453)

Conhecer a história de vida de A. e suas expectativas de continuidade no sistema escolar permite levantar algumas hipóteses explicativas sobre esse estilo cuidadoso. Esse jovem projeta um sentimento de mobilidade social ascendente, que possa vir a contornar os problemas de seu próprio contexto social. Almeja entrar na carreira jurídica, o que implica emblematicamente uma história de vida diferente da vivenciada pelo pai no tráfico e satisfaz, ao mesmo tempo, as expectativas projetadas por sua mãe de que possa vir a desvencilhar-se das antigas amizades do pai, que ainda o cercam como um assédio constante de participação no tráfico.

De um ponto de vista linguístico, seu comportamento indicia simbolicamente a capacidade de usar as normas e de aplicá-las a uma situação formal de interação, quando assim o desejar, a despeito mesmo de não “levar a sério” o Ensino Médio.

Segundo Eckert (2008), atos de identidade não envolvem primariamente a questão de reivindicar pertencimento a este ou a aquele grupo ou categoria, em oposição a outro grupo ou categoria. Além disso, atos de identidade não são independentes da ordem social mais abrangente; pelo contrário, eles são sistematicamente relacionados a categorias macrossociológicas e encaixados nas práticas que as produzem e as reproduzem.

São os elos entre o indivíduo, aqui no caso, o funkeiro A., e a categoria macrossociológica em que ele se enquadra (estar em tal faixa etária, em tal grau de escolaridade) que fornecem as pistas das práticas sociais em que ele atualiza seus modos de falar, movimentando seus estilos conforme movimenta suas máscaras sociais nas situações do cotidiano funkeiro e na situação de entrevista em que exhibe habilidades verbais.

Nos dados aqui examinados, a variação de número, um indexador dos valores ideológicos e das práticas sociais que organizam a identidade, passa por um processo de ressignificação tanto para funkeiros quanto para ecléticos, constituindo, assim, o espaço privilegiado do processo de bricolagem (ECKERT, 2008; DAYRELL, 2005), em que a variação estilística se agrega a um repertório pré-existente de outras variáveis, reordenadas segundo os valores de cada grupo para comunicar novos significados.

### **3. A construção da identidade e ensino da variedade padrão**

Parece claro que, para os funkeiros, a variação de número não veicula necessariamente valores alternativos de estigma e prestígio; pelo contrário, há momentos de usar a forma de prestígio e momentos de usar a forma estigmatizada. Pode-se afirmar que as práticas sociais os tornam ora adeptos do prestígio manifesto e explícito das marcas formais de plural, ora adeptos de um tipo de prestígio encoberto que os leva ao uso de marcas não formalmente explícitas de plural. A variação de pluralidade é, portanto, apenas um recurso estilístico de construção de identidade, ao assinalar separação e distanciamento entre os grupos e mesmo um perfil individual e próprio, que se destaca dos demais membros do mesmo grupo, como a relação entre A. e sua comunidade de prática.

Marcar ou não marcar pluralidade é uma questão que vai além do compartilhamento do valor social de prestígio atribuído por categorias sociais pré-determinadas, o que permite questionar a própria definição prototípica de prestígio e estigmatização.

Quando uma variante estigmatizada pela comunidade social como um todo é adotada pelos membros de uma comunidade de prática, desvanece-se o valor de estigma social, justamente por indexar uma marca de afiliação ao grupo, de pertencimento social, e, portanto, de representação simbólica de construção de identidade. Está claro, no entanto, que funkeiros (e também ecléticos) não estão dizendo ‘sou um funkeiro’ quando empregam uma variante compartilhada por funkeiros, nem estão dizendo “não sou um funkeiro” quando não a empregam. O funkeiro A. não é menos funkeiro por aplicar a regra normativa de concordância nominal com uma frequência mais elevada que seus pares na situação de entrevista. Como esses significados são fluidos, nada a eles relacionado é suscetível de receber uma conclusão definitiva, taxativa.

O mesmo é verdadeiro, guardadas as devidas proporções, para o comportamento dos membros dos ecléticos: aplicar positivamente a regra de CN significa emblematicamente aproximar-se do que é aceitável pela norma padrão, além de assegurar o distanciamento seguro dos funkeiros em relação às diferenças ideológicas.

Num cenário escolar desse tipo, que procedimentos adotar para o ensino da variedade padrão? Na página 33 dos PCNs, lê-se:

[...] o ensino de Língua Portuguesa deverá organizar-se de modo que os alunos sejam capazes de [...] utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam; conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português falado; [...].

O estabelecimento desse tipo de objetivo, como se sabe, está diretamente relacionado a problemas de aprendizagem resultantes de uma tradição de ensino da norma padrão, língua ideal baseada nas produções escritas e literárias e, portanto, não falada por nenhum segmento social em particular, embora seja mais familiar aos estratos sociais mais favorecidos da população. A proposta de uso de diferentes registros corrige, portanto, a ideia, aceita de longa data, de que a língua em todos os seus usos se circunscreve à norma padrão, além de postular, em seu lugar, o conceito de variedade de prestígio.

É em função desses objetivos que, segundo Barzotto (2004), a relação entre as variedades lingüísticas e o trabalho escolar, nos últimos vinte anos, trouxe para o debate a presença constante de pelo menos três verbos: *respeitar*, *valorizar* e *adequar*, usados com pelo menos dois argumentos internos: respeitar e valorizar as variedades do aluno e adequá-las ao ambiente e à situação de uso. Esses três verbos projetam três vertentes no ensino, exaustivamente discutidas por Barzotto (2004), e todas as três “pressupõem que alguém se posicione em um lugar de melhor prestígio, tanto em relação às variedades, como em relação aos seus praticantes. Assim, elas não conseguem propor um deslocamento efetivo das posições discriminatórias” (BARZOTTO, 2004, p. 95). E eu acrescentaria, nem um deslocamento em direção de suas identidades constituídas na prática social, como as discutidas aqui.

A prática pedagógica que esse autor postula tem mais a ver com o verbo *incorporar* por sugerir um espaço de trabalho com as variedades de fato praticadas pelo aluno. Nesse espaço, seria possível explorar não apenas a produtividade das variedades no uso cotidiano e na construção de identidade, mas também na produção artística, passível de emergir em letras de músicas, dramaturgias e manifestações literárias (BARZOTTO, 2004, p. 95).

Numa proposta como essa, a língua portuguesa é entendida como um conjunto de variedades, mas sem se identificar com uma delas, a que goza de maior prestígio, como ocorre na tradição normativa.

É por isso que ela é capaz de incorporar inclusive o caráter fluido do prestígio e da estigmatização, que configura o modo de resistência dos jovens que navegam por comunidades de prática em oposição a instituições constituídas por relações socialmente rígidas como a escolar. Incorporar essas práticas sociais parece ser um aspecto crucial para o sucesso do ensino. Admitir ou receber as variedades na sala de aula, sem a hierarquização e a valoração, implicadas no uso dos verbos *respeitar*, *valorizar* e *adequar* significa não apenas contemplar os parâmetros curriculares, mas também os ditames do Título I, Art. 3º, Parágrafo IV da Constituição: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, citados por Barzotto (2004, p. 94).

## REFERÊNCIAS

BARZOTTO, V. H. Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar as variedades linguísticas. *Revista Ecos*, Cáceres, v. 2, p. 93-96, 2004.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1995.

DAYRELL, J. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

\_\_\_\_\_. *Variation, convention, and social meaning*. Paper presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America. Oakland CA. Jan 7, 2005.

\_\_\_\_\_. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.

\_\_\_\_\_. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100, 2012.

GONÇALVES, S. C. L. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): questões teóricas e metodológicas sobre a constituição de um banco de dados de língua falada. In: TAGNIN, E. O.; VALE, O. A. *Avanços da linguística de corpus no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 217-245.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.

\_\_\_\_\_. Estágios na aquisição do inglês standard. Tradução de Luiza Leite Bruno Lobo. In: FONSECA, M.; STELLA, V.; NEVES, M. F. (Org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974 [1964]. p. 49-85.

MILROY, L. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1987 [1980].

SALOMÃO-CONCHALO, M. H. *A variação estilística na concordância nominal e verbal como construção de identidade social*. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.

TRUDGILL, P. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. *Language in society*, v. 1, p. 179-196, 1972.

**Recebido em:** 26/09/2016

**Aprovado em:** 29/11/2016

## A UNESP e a linguística brasileira

**Ataliba T. de Castilho**

Professor Emérito da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil  
Professor Titular Colaborador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),  
Campinas, São Paulo, Brasil  
ataliba@uol.com.br

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1740>

### Resumo

Historio neste trabalho a implantação da Linguística na UNESP, indicando os principais rumos tomados por essa ciência nos diversos *campi* da universidade.

**Palavras-chave:** Linguística; Universidade Estadual Paulista; português brasileiro; língua falada; gramáticas; dicionários.

### São Paulo State University and the Brazilian linguistics

#### Abstract

In this paper I deal with the establishment of Linguistics in the Sao Paulo State University, stressing the fields chosen by first linguists in various *campi* of this University.

**Keywords:** Linguistics; Sao Paulo State University; Brazilian Portuguese; spoken language; grammars; dictionaries.

Até o final dos anos 1950, os brasileiros interessados em estudar Linguística tinham apenas três possibilidades em nosso país: os cursos de Joaquim Mattoso Câmara Jr., na Universidade do Distrito Federal, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, os de Theodoro Henrique Maurer Jr., na Universidade de São Paulo, e os de Rosário Farâni Mansur Guérios, na Universidade Federal do Paraná.

No caso dos paulistas, essa situação começou a mudar quando o então Governador do Estado de São Paulo, Prof. Alberto Carvalho Pinto, tomou medidas para a interiorização da indústria, do comércio e do ensino superior, este sob a gestão da Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo, CESESP.

Para a extensão do ensino superior, não havia massa crítica tarimbada para atuar nos novos institutos de ensino superior. Eram então escolhidos recém-licenciados, com curso de Especialização, desde que indicados por professores catedráticos da USP. Esses professores tinham cinco anos de prazo para doutorar-se. Lembre-se que à altura o Mestrado e o Doutorado não estavam escolarizados, como hoje. Também ocorreu a nomeação de alguns especialistas conhecidos, que concordassem em mudar-se para cidades do interior paulista.

Os professores eram contratados em tempo integral, havia dinheiro para montar bibliotecas e laboratórios, e adaptar os prédios então disponíveis até que, mais tarde, fossem construídos os *campi* do interior. Se não estou enganado, Assis foi o primeiro Instituto a dispor de prédio construído especialmente para esse fim.

Fui nomeado para Marília, em que encontrei um colega de turma, o Enzo Del Carratore. Outro colega de turma foi designado aqui para Assis, o João de Almeida. Também aqui em Assis começou sua carreira o historiador Jaime Pinsky, hoje Diretor da Editora Contexto. E com eles, muitos outros pesquisadores.

Os antigos Institutos Isolados do Ensino Superior, administrados pela CESESP, foram integrados em 1976 na UNESP, a terceira universidade oficial paulista por ordem de fundação.

A nova universidade dispõe hoje em dia de unidades em todo o Estado de São Paulo: Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Dracena, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Itapeva, Jaboticabal, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Rosana, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba e Tupã. Os cursos de Letras originais continuaram em Araraquara, Assis e São José do Rio Preto, tendo sido fechados os de Marília e Franca.

Ainda no tempo da CESESP, os professores de Língua Portuguesa, Latim e de Linguística de Assis, Marília e Araraquara começamos a trocar figurinhas, com o objetivo de delinear uma política científica para essas áreas. Havia liberdade para isso. As instituições eram novas, sem os ranços do passado que complicam às vezes a vida de instituições mais antigas.

Essa política viria a ter consequências positivas, com que não contávamos à altura. Ela se constituiu a partir de respostas às seguintes perguntas: Que faziam as universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná? Que faríamos nós?

- Eles faziam Linguística histórica? Então nós faríamos Linguística descritiva.
- Eles estudavam a língua escrita? Então nós estudaríamos a língua falada, mesmo não sabendo a confusão em que estávamos nos metendo.
- Eles estudavam a România Velha, investigando a mudança do latim vulgar para o Português? Então nós nos concentraríamos na România Nova, lidando com o português e o espanhol da América.
- E quanto à documentação e descrição das línguas indígenas do Brasil? Alguns professores, como o Paulo Froehlich de Marília, se ocuparam disso.
- As atividades acadêmicas por que tínhamos passado em nossos bancos escolares concentravam-se em aulas e em nada mais? Então, além das aulas, organizaríamos seminários, para preencher aspectos incompletos de nossa formação e para apresentar trabalhos, recrutando novas vocações.
- Quando estudávamos, não havia divulgação das pesquisas por meio de revistas especializadas? Então Assis fundou a *Revista de Letras*, e Marília a revista *Alfa*, atualmente revista de Linguística da UNESP.

Estávamos nisso quando surgiram no horizonte dos cursos de Letras, por decisão federal, as disciplinas de Linguística e de Teoria Literária, aquela obrigatória, esta facultativa. Vou me fixar na primeira delas.

A moderna Linguística estabeleceu-se no Brasil nos anos 1970, o que quer dizer que os professores nomeados para os Institutos Isolados não tinham cursado essa disciplina em sua graduação. Havia uma exceção de que o João, o Enzo e eu nos beneficiamos: como ex-alunos de Letras Clássicas, na USP, tínhamos estudado

Linguística Indo-Europeia e Filologia Românica, ambas fundamentadas no método histórico-comparativo. Nosso professor, Theodoro Henrique Maurer Jr., demonstrava em suas aulas e publicações que a agenda desse método estava longe de ser esgotada.

De lá para cá muita coisa mudou. Apenas para lembrar: o I Seminário de Linguística de Marília, realizado em 1966, reuniu *todos* os linguistas brasileiros de então, escassamente uns 15 ou 20. Contrastando com isso, a Associação Brasileira de Linguística e o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, associações fundadas em 1969, por propostas apresentadas naquele seminário, ultrapassam hoje o milhar de associados. Isso, sem falar nas muitas associações regionais de Linguística que atuam no país, inspiradas no exemplo do GEL: o CELLIP, o GELNE, o GELNO, entre outras.

Como todo movimento científico que estreia, a Linguística brasileira precisava escolher um inimigo. Escolhemos dois: a Filologia, entendida como edição crítica de textos, sobretudo antigos, e a Gramática tradicional.

Ora, como diz o ditado, “*aqui se faz, aqui se paga*”. A Filologia voltou nos anos 1990, trazida pelo ressurgimento da Linguística Histórica. A Gramática tradicional foi substituída por gramáticas escritas por linguistas, a partir dos anos 1980.

É impossível detalhar todos esses resultados, no espaço de uma conferência. Vou então me restringir a três deles: (i) documentação e descrição do português brasileiro falado, (ii) preparação de dicionários, (iii) preparação de gramáticas e estudos gramaticais. Como os presentes já perceberam, essas áreas de pesquisa continuam ativas, chegando aos dias de hoje. Mesmo assim, posso ter cometido algumas omissões neste texto, todas involuntárias.

## **1. Documentação e descrição do português brasileiro falado**

A partir dos anos 1970, grupos de pesquisadores afiliados a várias universidades brasileiras se engajaram na tarefa de documentar, descrever e refletir sobre a língua falada.

Em toda a sua história, a Linguística sempre esteve atravessada pela ideia de que a língua falada é a manifestação primordial da linguagem e seu objeto primeiro de estudos. Mas esses belos propósitos só puderam se transformar em ações efetivas depois de uma inovação tecnológica, a invenção do gravador portátil. Podia-se, finalmente, pôr em marcha um programa sistemático de investigação da oralidade.

A documentação e a descrição do português falado por meio de projetos coletivos compreendeu várias iniciativas. Limitando-me à ação da UNESP, ou com sua forte participação, enumero o *Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta Falada no Brasil*, ou Projeto NURC, e o *Projeto Amostra Linguística do Interior Paulista*.

Outras universidades brasileiras também operaram nesse campo, mas neste momento vou dar vazão ao meu patriotismo estadual.

Um dos pioneiros nesse lance lecionava aqui em Assis, o Pedro Caruso. Seu projeto, *Atlas Linguístico do Estado de São Paulo*, seguiu os passos de Nelson Rossi, da Bahia. A Dialectologia sempre se fundamentou no estudo da língua falada. Caruso não pôde completar seu projeto, que foi levado a cabo por Vanderci Aguilera, quando veio

doutorar-se aqui em Assis, sob sua orientação. Não é preciso lembrar a explosão por que passa nos dias de hoje a preparação de atlas linguísticos.

Vejam os mais de perto as pesquisas sobre esses temas, concentrando-nos no Projeto NURC e no Projeto ALIP.

### 1.1. O Projeto NURC

O intercâmbio estabelecido entre a revista *Alfa* e várias universidades do país e do exterior garantia um bom fluxo de publicações e de informações para os marilienses, nos tempos em que a revista estava ali sediada.

Entre essas, apareceu um dia o folheto *Noticias Culturales*, do Instituto Linguístico Caro y Cuervo, de Bogotá. Lia-se ali que em 1964, Juan M. Lope Blanch, linguista espanhol radicado no México, tinha obtido junto ao Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI) a aprovação de seu *Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*: Lope Blanch (1964/1967, 1986).

Seu projeto apresentava uma notável mudança de rumo nos estudos dialetológicos: deixava-se de privilegiar o falar residual de pequenas comunidades rurais, “perdidas en los varicuetos de una sierra”, como ele dizia, partindo-se para a documentação e análise da linguagem padrão das grandes metrópoles que iam surgindo, as quais alteraram a proporção “população rural x população urbana” na organização demográfica das nações latino-americanas. Lope Blanch mostrava, por exemplo, que em vários países da América Latina metade da população habitava suas capitais, o que poderia afetar o espanhol falado no país, dada a previsível força de irradiação da variedade da capital.

Achei incrível aquilo: migrar da dialetologia rural para a dialetologia urbana, documentando e descrevendo a língua falada da România Nova, tudo isso ajeitava num balaio só duas das nossas bandeiras cesespianas! Escrevi logo uma adaptação do projeto para o estudo do português do Estado de São Paulo, num texto intitulado “Descrição do Português Culto na Área Paulista” (CASTILHO, 1968), que submeti à crítica de vários colegas. Comecei por Lope Blanch e por Nelson Rossi, com os quais me encontrava regularmente, como delegado brasileiro junto ao PILEI. Esse programa faleceu nas mãos do Aryon Dall’Igna Rodrigues, no final dos anos 1990, rebatizando-se esse importante programa de PILEI para PIFEI.

Eu não sabia, mas desde o começo, o *Proyecto* previa a inclusão da América Portuguesa, além da Espanha e Portugal. Convidado a opinar sobre o assunto, o Prof. Nélon Rossi, da Universidade Federal da Bahia, um dos delegados brasileiros junto ao PILEI, apresentou uma proposta ao Simpósio do México (1968). Ele pondera ali que, contrariamente à América Espanhola, a execução do projeto no Brasil não poderia limitar-se à capital do país, e nem mesmo ao Rio de Janeiro: “arrisco a impressão de que a cidade do Rio de Janeiro, apesar de sua excepcional significação como aglomerado urbano e como centro de irradiação de padrões culturais, não daria por si só a imagem do português do Brasil” (ROSSI, 1968/1969, p. 49).

E olhem que o Rossi era carioca! Ele desenvolve então suas ideias sobre o policentrismo cultural brasileiro, argumentando que, desenvolvendo-se o projeto em cinco capitais, quatro fundadas no séc. XVI (Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São

Paulo), e uma no séc. XVIII (Porto Alegre), estariam abarcados “doze milhões e meio de habitantes aproximadamente, o que equivale a um sétimo da população atual do país” (ibidem).

Convidado por Nelson Rossi a integrar o projeto mais amplo, aceitei suas ponderações e desisti do plano anterior.

Finalmente, a 11 de janeiro de 1969, aproveitando a presença de vários professores brasileiros reunidos no III Instituto Interamericano de Linguística, promovido pelo PILEI na Universidade de São Paulo, juntamente com o II Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), então presidida por Mattoso Câmara Jr., o Prof. Rossi convocou uma reunião de que participaram os futuros coordenadores das equipes do Projeto, que viria a ser conhecido entre nós como “Projeto NURC”: Albino de Bem Veiga (Porto Alegre), Isaac Nicolau Salum e Ataliba T. de Castilho (São Paulo), além do próprio Nelson Rossi, coordenador do Projeto em Salvador. Posteriormente, seriam indicados Celso Cunha (Rio de Janeiro) e José Brasileiro Vilanova (Recife). Reuni num livrinho editado pelo Conselho Municipal de Cultura de Marília os documentos então gerados (CASTILHO, 1970).

Designadas as equipes locais, cuja listagem aparece em Castilho (1990, p. 147-149), teve início o trabalho de documentação da fala de 600 informantes de formação universitária, selecionados entre pessoas nascidas na cidade, filhas de pais igualmente nascidos na cidade, divididos por igual em homens e mulheres, distribuídos por três faixas etárias (25-35 anos, 36-55 e de 56 em diante).

A fala dos informantes foi gravada em três situações distintas: diálogo com o documentador (DID), diálogo entre dois informantes (D2) e aulas e conferências (EF). A equipe nacional desistiu de realizar as gravações sigilosas previstas no projeto original. As entrevistas eram tematicamente orientadas, fundamentando-se em cerca de 20 centros de interesse, abrangidos por mais de 4.000 quesitos. A metodologia de tudo isso e o acompanhamento da pesquisa eram regularmente discutidos em reuniões nacionais do projeto, de que se realizaram 14, entre 1969 e 1987.

As gravações foram realizadas entre 1970 e 1977, tendo-se apurado um *corpus* gigantesco, constante de 1.870 entrevistas com 2.356 informantes, totalizando 1.570 horas de gravações. Começou então a árdua tarefa de transcrever parte desse *corpus*, organizando-se o “*corpus* compartilhado”, um conjunto de dezoito entrevistas de todas as cidades, selecionadas de acordo com os parâmetros sociolinguísticos do projeto. Amostras do *corpus* começaram a ser publicados em 1986:

- São Paulo: Castilho e Preti (1986; 1987), Preti e Urbano (1988);
- Rio de Janeiro: Callou (1992), Callou e Lopes (1993; 1994);
- Salvador: Motta e Rollemberg (1994; 2006);
- Recife: Sá Cunha, Lima e Oliveira (1996; 2005);
- Porto Alegre: Hilgert (1997).

O Centro de Documentação Linguística e Literária Alexandre Eulálio, do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP dispõe de todos esses materiais, que estão sendo digitalizados para disponibilização eletrônica.

De acordo com a metodologia do Projeto, a análise dos materiais assim recolhidos se faria a partir de um Guia-Questionário, visando assegurar a comparabilidade dos resultados a obter nas cinco cidades. A comissão brasileira adaptou a versão espanhola já publicada desse roteiro: *Cuestionario* (1971; 1973). Os quesitos compreendiam três setores: Fonética e Fonologia, Morfossintaxe e Léxico.

As análises dos materiais começaram em 1978. Duas grandes direções marcaram essas análises: (i) estudos gramaticais e (ii) estudos de pragmática da língua falada. Parte desses trabalhos foi publicada em coletâneas: Castilho (1989a, b), Preti; Urbano (1990), Preti (1993, 1997, 1998, 2000, 2002). Muitos textos foram publicados em revistas científicas e anais de congressos, outros são teses, como Menon (1994). O estudo do léxico do Rio de Janeiro foi preparado por Marques (1996). O estudo do léxico de São Paulo foi empreendido por Del Carratore e Laperuta (2009). Para a história do Projeto NURC e a bibliografia gerada até 1990, ver Castilho (1990).

As análises gramaticais já em 1981 mostravam que haveria problemas para a continuação dos trabalhos, na forma como eles tinham sido concebidos no final dos anos 60 pelo projeto congênere do Espanhol da América: (1) não tinha havido uma discussão sobre a especificidade do oral, e os instrumentos de análise fundamentavam-se, na verdade, na língua escrita; (2) o modelo teórico adotado, que combinava elementos da Gramática Tradicional com uma sorte de "Estruturalismo mitigado", não dava conta de uma série de fenômenos típicos da modalidade falada; (3) novas tendências da indagação linguística, surgidas posteriormente à concepção do projeto, mostravam-se mais sensíveis à modalidade falada, particularmente as aproximações entre a Sintaxe e o Discurso. Para uma análise dessas e de outras questões, ver Castilho (1984, 1990). Deixo claro que não se tratava de falhas no projeto original, apenas de novas áreas que foram surgindo, simultaneamente a ele.

Apesar desses acidentes de percurso, deve-se reconhecer que esse projeto se mostrou plenamente vitorioso em sua fase de coleta e organização dos dados, e de implantação da oralidade na agenda dos linguistas brasileiros. Graças a ele, a Linguística brasileira se manteve atualizada quanto à organização e estudos da língua falada, como demonstrei em outro lugar. Mas o Projeto NURC chegaria a um alvo inesperado, que caracterizarei na 3.2 deste texto.

## **1.2. A Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP)**

Esta seção se fundamenta em texto escrito pelo colega Sebastião Carlos Gonçalves, da UNESP/São José do Rio Preto, contribuição que agradeço, igualmente por ter permitido sua inclusão aqui.

Considerando os avanços da pesquisa sociolinguística no Brasil nas últimas décadas, pode-se afirmar que os estudos variacionistas sobre as variedades paulistas ainda se encontram na sua infância. Estamos, portanto, em dívida com a formulação do retrato sociolinguístico do Português Brasileiro (PB), no que toca ao oferecimento de um espectro mais amplo da fala paulista.

Em outras palavras, comparados a trabalhos variacionistas envolvendo outras variedades do PB (citem-se aqui as variedades cariocas, catarinenses, paranaenses, gaúchas, mineiras, paraibanas, dentre outras), podem-se considerar escassos os trabalhos nessa mesma linha envolvendo a fala paulista, seja a da capital, seja a do interior.

Seria injusto, entretanto, deixar de lembrar aqui que as variedades paulistas já tinham sido objeto de estudos, ainda que não sob enfoque sociolinguístico. Citem-se, nessa direção, os estudos descritivos desenvolvidos no âmbito do Projeto Gramática do Português Falado Culto (CASTILHO, 1990) e os que vêm se desenvolvendo no interior do projeto “Para a história do português paulista” ou “Projeto Caipira”, o qual confere lugar de destaque à investigação das variedades paulistas do PB, assumindo como objetivo principal “investigar emparelhadamente a formação da sociedade paulista e de suas variedades linguísticas, tais como testemunhadas no Estado de São Paulo e em sua capital” (CASTILHO, 2009a, p. 15).

Num balanço crítico da pesquisa variacionista produzida no Estado de São Paulo, Gonçalves (2012) mostra que só muito recentemente a Sociolinguística vem se firmando no Estado, em torno de três projetos de maiores dimensões: o projeto “Amostra Linguística do Interior Paulista” (GONÇALVES, 2006, 2007, 2008), o projeto “Estilos na cultura popular e urbana” (SILVA, 2010) e o projeto “SP2010 – Construção de uma Amostra da Fala Paulistana” (MENDES, 2011), sediados, respectivamente, na Universidade Estadual Paulista (UNESP/São José do Rio Preto), na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade de São Paulo.

Gonçalves registra ainda o pioneirismo dos trabalhos etnolinguísticos sobre a variedade paulista advindo das contribuições de Amadeu Amaral (1976), em *O dialeto caipira*, de Ada Natal Rodrigues (1974), sobre o dialeto caipira de Piracicaba, e o de Mary Careno (1997), sobre a fala de comunidades negras do Vale do Ribeira, além dos trabalhos variacionistas de Duarte (1986), sobre a realização de objeto direto anafórico na fala de paulistanos nativos e na linguagem da televisão, e de Rodrigues (1987), sobre concordância verbal na fala de favelados da capital paulista.

Ciente dessa carência de estudos sociolinguísticos sobre variedades paulistas, sobretudo do interior do estado, Sebastião Carlos Gonçalves instituiu, no ano de 2003, o projeto ALIP, motivado pelos interesses de pesquisas que tinham como principal diretriz o enfoque da língua inserida em seu contexto social.

O projeto se constituiu sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, tendo por objetivo primeiro a composição de um banco de dados com amostras do português falado na região de São José do Rio Preto, recurso fundamental para a consolidação de grupos de pesquisa e para a proposição de projetos coletivos de pesquisa.

Embora inspirado em outros projetos já consolidados (VARSUL, PEUL, VALPB, *Gramática & Discurso*), o projeto ALIP não assumiu como prerrogativa para sua proposição interessar-se por qualquer fenômeno linguístico em particular, mas, sob uma concepção mais ampla e mais aberta, manteve a preocupação de captar o máximo possível do dinamismo linguístico da região noroeste do Estado de São Paulo, representada por São José do Rio Preto e seis outras cidades que lhe fazem fronteira: Bady Bassit, Cedral, Guapiaçu, Ipiguá, Mirassol e Onda Verde. Assim, entre os anos de 2004 a 2007, foi constituído o Banco de Dados Iboruna (= “rio preto”, em Tupi), composto por dois tipos de amostras de fala: a primeira, coletada de acordo com os critérios da Sociolinguística laboviana (LABOV, 1972), constitui a *Amostra Censo* ou *Amostra Comunidade*, e a segunda, coletada secretamente em

contextos interacionais livres, sem controle de qualquer variável social (RONCARATI, 1996), constitui a *Amostra de Interação*.<sup>1</sup>

Na composição da Amostra Censo, foram controladas as variáveis sociais comprovadamente relevantes nos estudos sociolinguísticos, a saber: sexo/gênero; faixa etária (7 a 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 55 anos, mais de 55 anos), escolaridade (1º ciclo do ensino fundamental; 2º ciclo do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior) e renda familiar (até 5 salários mínimos, 6 a 10 salários mínimos, 11 a 25 salários mínimos e mais de 25 salários mínimos).<sup>2</sup>

Do cruzamento das variantes dessas variáveis resultou um total de 152 perfis sociais, dos quais apenas um ainda não foi encontrado na comunidade. A inclusão de *área geográfica* como mais uma variável de estratificação faria crescer consideravelmente o número de informantes. Assim, para a execução do censo linguístico, os 152 perfis sociais foram distribuídos proporcionalmente por entre as sete cidades da região, considerando a densidade populacional mostrada no quadro 1 a seguir.

**Quadro 1. Distribuição dos perfis sociais proporcionalmente à densidade populacional das cidades da região**

**Fonte: IBGE. Censo 2000**

<b>Cidades da Região de São José do Rio Preto</b>	<b>População</b>	<b>Número de informantes</b>
1. Bady Bassit (12 km, ao sul de SJRP)	11.475	04
2. Cedral (14 km, ao sul de SJRP)	6.690	02
3. Guapiaçu (16 km, ao leste de SJRP)	14.049	05
4. Ipiguá (18 km, ao norte de SJRP)	3.461	01
5. Mirassol (14 km, a oeste de SJRP)	48.233	16
6. Onda Verde (25 km, ao norte de SJRP)	5.407	02
7. São José do Rio Preto <sup>3</sup>	357.705	122
<b>Total da população representada</b>	<b>447.020</b>	<b>152</b>

A definição do perfil social desses informantes por cidade seguiu o método da distribuição aleatória por área geográfica, que consiste nos seguintes procedimentos: (i) em uma primeira urna, foram recolhidos todos os perfis sociais, identificados pelos números de 1 a 152; (ii) em uma segunda urna, foram depositados os nomes de todas as cidades da região; (iii) por meio de escolha ao acaso, retirou-se de cada uma das urnas um perfil social e um nome de cidade, definindo-se assim a origem geográfica do perfil social; (iv) em seguida, devolvia-se para a segunda urna o nome da cidade escolhida, até que se atingisse o seu número de informantes; (v) nova escolha combinada era feita, até

<sup>1</sup> O nome *IBORUNA* (= Rio Preto) tem motivação histórica; é um topônimo de origem tupi-guarani que se pretendeu atribuir à cidade de São José do Rio Preto por ocasião da comemoração do seu cinquentenário. A contundente intervenção do episcopado riopretense não só impediu a mudança como conquistou de maneira definitiva a denominação primitiva, São José do Rio Preto, reduzida a Rio Preto de 1906 a 1944.

<sup>2</sup> Cabe aqui uma rápida justificativa acerca da proposição de algumas variantes: no recorte contínuo de *faixas etárias*, a primeira representa a fase em que os padrões linguísticos estão ainda em fixação; da segunda em diante, a motivação é buscada na pressão social sobre a linguagem do indivíduo, variável de acordo com a inserção no mercado de trabalho (cf. SILVA, 1996); a segmentação das variantes de *escolaridade*, embora pedagogicamente extinta nos dois primeiros ciclos, preserva diferenças salientes em termos de currículo e metodologia de ensino e representa a divisão escolar em vigor no tempo em que a maioria dos informantes se enquadrava; sobre a variável *renda familiar*, reconhecendo a dificuldade de divisão de classe social por indicadores diversos, optamos apenas por esse indicador.

<sup>3</sup> Inclui os Distritos de Talhados e Engenheiro Schmidt.

ser definida a origem geográfica de todos os informantes. Esse procedimento permitiu assegurar a probabilidade de quaisquer dos perfis sociais pertencerem a uma dada cidade.

Definidos os perfis sociais, a constituição de Amostra Censo, incluindo a localização dos perfis na comunidade, a gravação e a validação da entrevista e sua posterior transcrição ficou sob a responsabilidade de uma equipe técnica composta, na primeira fase do projeto, por 30 integrantes.<sup>4</sup> Seguindo roteiro previamente elaborado, as entrevistas de AC foram direcionadas para obtenção de cinco tipos de textos de cada informante, com base na metodologia exposta em Votre e Oliveira (1995), a saber: *narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de descrição, relato de opinião e relato de procedimento*.

Para a constituição da Amostra Interação, pautada por orientações metodológicas e éticas (RONCARATI, 1996), integrantes da mesma equipe coletaram 11 amostras de interação social livre, cujas descrições são dadas no Quadro 2.

**Quadro 2. Informações sobre as interações dialógicas de AI**

AMOSTRA	CONTEXTO DE INTERAÇÃO – INFORMANTES ENVOLVIDOS
AI-001-CAS	Conversa entre dois homens e cinco mulheres de diferentes idades e escolaridades, em ambiente familiar.
AI-002-GIL	Diálogo entre duas amigas vizinhas, com perfis sociais semelhantes, no portão da casa de uma delas.
AI-003-ILHA	Diálogo entre tia e sobrinha, de diferentes idades e escolaridades, em ambiente familiar.
AI-004-OND	Diálogo entre duas irmãs, de mesma faixa de idade e diferentes escolaridades, em ambiente familiar.
AI-005-CAS	Diálogo entre duas estudantes de mesmo perfil social, em ambiente universitário.
AI-006-MAR	Conversa entre quatro mulheres de perfis sociais diferentes, em ambiente familiar.
AI-007-FER	Diálogo entre marido e esposa de mesma faixa etária e de níveis de escolaridade diferentes, em ambiente familiar.
AI-008-CAM	Conversa entre três estudantes, do sexo masculino e mesmos perfis sociais, em ambiente universitário.
AI-009-CAS	Diálogo entre um advogado e sua cliente, de perfis sociais diferentes, em escritório de advocacia.
AI-010-CAS	Discussão entre dois advogados, de mesmo perfil social, sobre uma peça jurídica, em escritório de advocacia.
AI-011-CAS	Diálogo entre casal de namorados, estudantes universitários de mesma faixa etária, em ambiente familiar.

Na fase final do projeto, a preparação definitiva da Amostra Censo e da Amostra Interação ficou sob responsabilidade de quatro integrantes da equipe técnica, aos quais coube a tarefa de revisão minuciosa da documentação linguística de cada uma das gravações armazenadas no banco de dados: as transcrições e os respectivos áudios, as fichas sociais, as fichas de validação e os diários de campo. Além desse material, encontram-se disponíveis também no *site* do projeto ([www.iboruna.ibilce.unesp.br](http://www.iboruna.ibilce.unesp.br)) os relatórios de cada fase do projeto, o manual de transcrição e o roteiro de entrevistas.<sup>5</sup>

Próximo de completar sua primeira década de existência, o projeto ALIP e o banco de dados Iboruna já propiciaram importantes trabalhos descritivos da fala do interior

<sup>4</sup> Compuseram a equipe um pesquisador coordenador geral, seis pesquisadores colaboradores e 23 auxiliares técnicos.

<sup>5</sup> Para maiores informações sobre questões teóricas e metodológicas do projeto ALIP, remetemos o leitor a Gonçalves (2008).

paulista, tanto da perspectiva sociolinguística quanto de uma perspectiva funcionalista, não variacionista, de modo que um retrato sociolinguístico da região já começa a se esboçar.

Da perspectiva variacionista, os fenômenos já investigados contemplam os níveis fonético-fonológico e morfossintático. Integrados ao “Projeto de descrição sócio-histórica das vogais do português brasileiro” (PROBRAVO), que tem por objetivo descrever as realizações fonéticas de vogais nos dialetos de Sul a Norte do Brasil, trabalhos variacionistas envolvendo o dialeto paulista vêm se consolidando no Estado de São Paulo, sob a coordenação da Profa. L. E. Tenani, da UNESP de São José do Rio Preto, a exemplo da descrição de outros dialetos que têm lugar no interior do projeto nacional, a saber: dialetos mineiros, dialetos do Sul, dialeto da Paraíba, dialeto mato-grossense, dialeto do Pará, dialeto de Rondônia, dialeto capixaba, dialeto baiano e dialeto carioca.<sup>6</sup> Mais especificamente, com base nas amostras de fala do banco de dados Iboruna, as contribuições com PROBRAVO incluem resultados para os seguintes fenômenos variáveis: (i) alçamento vocálico em contextos de pretônica média de nomes, como em *c[ɔ]zinha* ~ *c[u]zinha* e *t[e]soura* ~ *t[i]soura* (SILVEIRA, 2008), e de verbos, como em *d[e]via* ~ *d[i]via* e *p[o]dia* ~ *p[u]dia* (CARMO, 2009); (ii) alçamento e síncope de postônicas mediais, como em *pês.s[ɛ].go* ~ *pês.s[i].go* ~ *pês.go* e *a.bó.[bɔ].ra* ~ *a.bó.[bu].ra* ~ *a.bó.[bra]* (RAMOS, 2009).

Não diretamente ligados ao PROBRAVO, outros fenômenos fonéticos também já dispõem de resultados interessantes. Um exemplo é o trabalho de Ferreira (2010) sobre a redução de gerúndio, como em *canta[ndo]* ~ *canta[no]*, traço marcante da fala paulista interiorana, que alcança percentuais elevadíssimos de aplicação da alternante reduzida (72%), frente a outras variedades.

Resultados para fenômenos variáveis de ordem morfossintática incluem a expressão de futuro sintético *x* futuro analítico (FONSECA, 2010); a expressão de aspecto cursivo por meio de perífrases verbais, como em *andar x continuar x ficar x viver* + gerúndio (FERNANDES, 2010); a realização de preposições com *x* sem contração, como em *com a* ~ *cu'a* ~ *c'a*, *para* ~ *pra* ~ *pa* etc. (MARCATO, 2013); a expressão de cópula em orações matrizes predicativas, como em *é claro que* ~ *claro que* (FORTILLI, 2013); a alternância indicativo/subjuntivo em orações complexas (SANTOS, 2005); a marcação de plural em sintagmas nominais (FIAMENGUI, 2011) e em contextos de predicativo (SALOMÃO, 2010); a concordância verbal de 3PP (RUBIO, 2008) e padrões de concordância verbal e de alternância pronominal (RUBIO, 2012).

O banco de dados Iboruna tem servido ainda ao desenvolvimento de inúmeras pesquisas de descrição do português falado sob a perspectiva funcionalista, não variacionista. Dentre as várias pesquisas já concluídas, citemos: o uso de marcadores discursivos (GUERRA, 2007; PENHAVEL, 2010), a gramaticalização de juntivos (FELÍCIO, 2008; GALBIATI, 2010; SOUZA, 2009; RENCK, 2011), a gramaticalização e a combinação de orações (GONÇALVES, 2011; SANTANA, 2010), a expressão de

---

<sup>6</sup> O PROBRAVO, composto por pesquisadores de 17 universidades brasileiras, foi criado em 2005 com sede na Universidade Federal de Minas Gerais, é atualmente coordenado pelos Profs. S. Lee e M. A. Oliveira. De modo articulado, vem procurando responder às seguintes questões: (i) como são realizadas foneticamente as vogais no PB? (ii) como se explica ou o que motiva a diversidade de realizações fonéticas? (iii) como os falantes do PB se entendem, apesar das diversidades da qualidade vocálica? (iv) é possível explicar essa diversidade gramaticalmente? (Informações disponíveis em: <<http://relin.letras.ufmg.br/probravo>>. Acesso em: 10 fev. 2012).

evidencialidade (VENDRAME, 2010) e o uso de predicções não verbais (FORTILLI, 2007).

Rotulado, de modo mais amplo, de sociofuncionalista, outro conjunto de trabalhos vem sendo desenvolvido, combinando-se as perspectivas da variação e da gramaticalização. Incluem-se nessa vertente a investigação de preposições com verbos de movimento (WIEDEMER, 2013), a alternância *nós x a gente* (NARDELLI, 2016; ROSSAFA, 2016), o alçamento de constituintes (GONÇALVES, 2015) e as predicções reduzidas encaixadas em predicados avaliativos (LIMA, 2014).

## 2. A UNESP e a preparação de dicionários

Mencionarei nesta seção a preparação de dicionários gramaticais e dicionários históricos por linguistas da UNESP.

### 2.1 Dicionários gramaticais

A partir dos anos 1980, Francisco da Silva Borba – que foi o primeiro Secretário do GEL e que leciona na UNESP/Araraquara desde a fundação dessa unidade – deu início à organização de um vasto *corpus* de língua escrita, de que resultaram muitos trabalhos, entre dicionários e gramáticas. Sobre o Corpus de Araraquara, ver Neves (2013, p. 295-314).

Em 1990, Borba publicou o seu *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. Em 2002, publicou o *Dicionário de usos do português do Brasil*. Em 2005, o *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. Ele traz, no prelo, o *Dicionário documentado do Português do Brasil*.

Em todos esses casos, atuou como coordenador geral, reunindo uma grande equipe de pesquisadores.

### 2.2 Dicionários históricos

Os dicionários históricos indicam a data em que as palavras entraram na língua. Preparar um dicionário histórico é um empreendimento gigantesco, que envolve a manipulação de um *corpus* extenso, e de um extremo cuidado na redação dos verbetes.

Maria Teresa Biderman e Clotilde de A. Azevedo Murakawa, da UNESP/Araraquara, a primeira já falecida, coordenaram vários pesquisadores para a preparação de seu *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII*, fundamentado num *corpus* de 10 milhões de ocorrências. A versão impressa em papel A4 demanda 11.051 páginas, com 19 volumes.

Os verbetes trazem a mudança semântica das palavras, sua etimologia, e a data em que elas apareceram documentadas, nos diferentes tipos de documento. Vários dicionários, como o Houaiss, têm-se valido desse trabalho para retrodatar suas entradas.

No domínio do *Projeto para a História do Português Brasileiro*, Vanderici Aguilera e Fabiane Cristina Altino trazem em preparação o *Léxico Histórico do Português Brasileiro*, em que estão compilando as palavras do *corpus* respectivo.

### 3. A UNESP e a preparação de gramáticas

Como disse anteriormente, na instalação da Linguística no Brasil, malhar a gramática tradicional era nosso esporte favorito, praticado entusiasticamente nos seminários, nos congressos, e nas revistas.

Depois que nos cansamos disso, passamos a escrever gramáticas, optando uns pelo trabalho coletivo, outros pelo trabalho individual. Nesse meio tempo, surgiram os grupos de funcionalistas, que têm publicado importantes estudos monográficos. Relato essas atividades nesta seção.

#### 3.1 Gramáticas monoautorais

Pela ordem cronológica, e limitando-me à contribuição da UNESP, temos nesta categoria primeiramente Maria Helena de Moura Neves, com sua monumental *Gramática de Usos do Português*, de 2000, com 1037 páginas, fundamentada num vasto *corpus* de análise, o já mencionado Corpus de Araraquara.

Peço licença para mencionar minha *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de 2010, mesmo tendo deixado a CESESP em 1975.

Nesse trabalho, optei por me afastar deliberadamente do gênero “gramática”, apesar do título, tendo tomado as seguintes iniciativas:

- (1) Não redigi uma gramática-lista, que se detém nas classificações, em que se vê uma gramática, não uma língua. Em lugar disso, procuro olhar o que se esconde por trás das classificações, identificando os processos criativos do português brasileiro que conduziram aos produtos listados.
- (2) Esta não é uma gramática a-teórica. Nada poderemos fazer em matéria de pesquisa linguística se não dispusermos de alguma teoria, pois lidamos com um objeto escondido em nossas mentes, como Saussure já havia reconhecido. Teorias linguísticas há muitas. Mas faz falta uma teoria que postule a língua em seu dinamismo, como um conjunto articulado de processos – abundantemente reconhecidos e descritos pelos pesquisadores do Projeto de gramática do português falado, PGPF. Enfrento esta questão nesta gramática. Quando falamos ou quando escrevemos, uma intensa atividade é desencadeada em nossas mentes. Isso ocorre com enorme rapidez, acionando os quatro sistemas linguísticos: Léxico, Semântica, Discurso, Gramática. A Abordagem multissistêmica exposta em Castilho (2010a) e na *Nova gramática do Português Brasileiro* tem um forte conteúdo funcionalista-cognitivista. Reconheço que ainda é impossível descrever todos os movimentos mentais envolvidos na atividade linguística. Mas não há dúvida de que em cada som emitido, em cada sinal gráfico lançado ao papel, toma corpo um enorme conhecimento linguístico que foi ativado, permitindo o milagre da compreensão mútua por meio de tão poucos sons e letras, e de tão escassas palavras e construções. Para visualizar esse conhecimento, precisaremos valorizar os indícios da maquinaria linguística. A língua falada revela com fartura esses indícios. Basta ter olhos para identificá-los.
- (3) As gramáticas se fundamentam habitualmente na língua literária. Também aqui minha gramática tomou outro rumo. Para começo de conversa, não acho que os escritores trabalham para nos abastecer de regras gramaticais. Eles exploram ao máximo as potencialidades da língua, segundo um projeto estético próprio, afastando-se com vigor do “uso comum” da língua. Ainda bem! Ora, as regularidades que as gramáticas

identificam devem fundamentar-se nesse uso comum, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia. Isso não exclui obviamente a fruição das obras literárias, mas é uma completa inversão de propósitos fundamentar-nos nelas para descrever uma língua. Minha gramática se insere nesse quadro de preocupações. Filtrei aqui as pesquisas das últimas três décadas a partir de uma ótica própria, propondo seguidamente ao leitor que se envolva na investigação, transformando-se no linguista-gramático dele mesmo. Seguindo esse impulso, minha gramática dá voz a muitos desses pesquisadores, tanto quanto às aulas que fui ministrando ao longo de 60 anos de magistério. Meus alunos me ajudaram muito, com sua curiosidade e com sua recusa a explicações não convincentes. Havia também uns poucos tomados de um grande tédio. Esses também me ajudaram, pois me mostravam que a aula estava um bocado chata, ou seja, eu não tinha conseguido naquele espaço de tempo desvelar as maravilhas da linguagem.

- (4) O ritmo expositivo de nossas gramáticas adota o que se poderia chamar de “estilo revelação”. O gramático se transforma numa espécie de Moisés que desce dos altos montes com as tábuas da lei, barba esvoaçando ao vento, e brada aos povos estupefatos, anticlimaticamente, o que está certo e o que está errado em sua linguagem! Também aqui me distanciei disso. Imaginei para tanto a seguinte estratégia: compus dois textos articulados, um expositivo, e outro indagativo. Na exposição, falo eu, interpretando os achados da ciência atual. Nas indagações, falam os leitores, por meio das perguntas que imagino que eles estejam formulando. O objetivo dessa estratégia é transformar os leitores numa espécie de coautores, recusando que entre eles e a língua que praticam seja obrigatória a interposição de um intérprete, de uma espécie de despachante para problemas gramaticais. Para dar conta desse lance meio calvinista, apresentei perguntas e mais perguntas nas páginas da *Nova Gramática do Português Brasileiro*, ao lado de informações sobre o conhecimento disponível e o fornecimento de pistas sobre como achar novas respostas. Para evitar uma aborrecida listagem de opiniões, que poderia obscurecer o objeto, optei por interpretar os resultados obtidos à luz da já mencionada Abordagem multissistêmica da língua. Depois disso, apresento algumas generalizações sobre o retrato do português brasileiro assim obtido. Novas perguntas conducentes à reflexão gramatical foram formuladas no capítulo 15, em que apresento a metodologia da pesquisa linguística.

### 3.2 Gramáticas coletivas

Dadas as dificuldades da análise gramatical ocorridas no Projeto NURC, apresentei em 1987 à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), a convite da Profa. Maria Helena de Moura Neves, da UNESP de Araraquara, um projeto de preparação coletiva de uma gramática do português falado, com base nos materiais do Projeto NURC/Brasil.

Tendo havido boa receptividade à ideia, convoquei em 1988 o I Seminário desse projeto, no qual se debateu o plano inicial, que era o de "preparar uma gramática de referência do português culto falado no Brasil, descrevendo seus níveis fonológico, morfológico, sintático e textual".

Reconheceu-se nesse primeiro encontro que seria impossível selecionar uma única articulação teórica que desse conta da totalidade dos temas que se espera ver debatidos numa gramática de referência como a que se planejava escrever. As primeiras discussões

cristalizaram esse reconhecimento, tendo-se decidido dar livre curso à convivência dos contrários no interior do projeto.

Como forma de organização, os 32 pesquisadores que atuaram no projeto, afiliados a 12 das maiores universidades brasileiras, distribuíram-se por Grupos de Trabalho (GTs), sob a coordenação de um deles, para a realização das tarefas previamente agendadas:

- (1) Fonética e Fonologia, coordenado inicialmente por João Antônio de Moraes, e posteriormente por Maria Bernadete M. Abaurre.
- (2) Morfologia Derivacional e Flexional, coordenado por Margarida Basílio e Ângela C. S. Rodrigues, respectivamente.
- (3) Sintaxe das Classes de Palavras, coordenado inicialmente por Rodolfo Ilari, e posteriormente por Maria Helena de Moura Neves.
- (4) Sintaxe das Relações Gramaticais, coordenado inicialmente por Fernando Tarallo, e posteriormente por Mary Kato.
- (5) Organização Textual-Interativa, coordenado por Ingedore G. V. Koch.

Cada GT traçou o perfil teórico que pautaria suas pesquisas. Entre 1988 e 1998 foram realizados dez seminários plenos, ao longo dos quais os textos apresentados eram reformulados e publicados em uma série própria, editada pela UNICAMP, em oito volumes, com apoio da FAPESP:

- (1) Castilho (1990, 1993).
- (2) Ilari (1992).
- (3) Castilho e Basílio (1996).
- (4) Kato (1996).
- (5) Koch (1996).
- (6) Neves (1999).
- (7) Abaurre e Rodrigues (2002).

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) financiou as atividades, também apoiadas vez e outra pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

A partir de 1990, os pesquisadores pediram ao Prof. Milton do Nascimento que debatesse os problemas teóricos suscitados pelos trabalhos apresentados, na qualidade de Assessor Acadêmico do PGPF. Isso ocorreu sistematicamente desde o IV Seminário, resultando daí alguns textos, um dos quais apresentado por ele ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em 1993, em reunião convocada pelos Drs. Maria Fernanda Bacelar do Nascimento e João Malaca Casteleiro: Nascimento (1993a, b). Com suas análises, o Milton estava lançando um projeto paralelo, o de desenvolver generalizações, desenvolver teorias linguísticas, um ponto ainda não atingido pela Linguística Brasileira. Ele e vários colegas trabalham duramente nisto, no âmbito do grupo *Complex Cognition*, da PUC de Minas Gerais.

O Milton, modestamente, não reconhece esse seu papel. Mas um fato é um fato – e como dizia o Prof. Laga, colega de Marília, diante de um fato devemos tirar o chapéu. É o que faço agora. Se entre vocês houver, como espero, interessados em elaborações

teóricas, peço que leiam Paiva e Nascimento (2009) e meus ensaios “Approach to language as a complex system” e “Interação linguística e descrição do português brasileiro” (CASTILHO, 2009a-e, 2015). Mas isso é assunto para outra ocasião.

Encerrada a agenda do PGPF, deu-se início em 2003 à consolidação dos resultados obtidos entre 1990 e 2003.

Destaco aqui, nessa fase, a enorme importância das pesquisas de uma colega egressa desta casa, a Profa. Clélia Cândida Spinardi Jubran, que organizou o primeiro volume dessa fase de consolidação, em que também atuou a Mercedes Sanfelice, outra colega de Assis.

O trabalho da Clélia merece uma análise cuidadosa, pois juntamente com Ingedore Koch, ela desenvolveu uma teoria sobre a organização social interativa do texto. É preciso estudar e expor essa teoria, num campo tão versado no Brasil como é a Linguística do Texto. Sua teoria teve várias repercussões, de que mencionarei duas, pedindo licença para começar por mim mesmo.

(1) Em 2007, concebi a Abordagem multissistêmica das línguas, que dispõe de um dispositivo sociocognitivo, largamente devedor às ideias da Ingedore e da Clélia: Castilho (2007, 2009 a, b, 2010 a, b, 2012b), Castilho e Moraes de Castilho (2011, 2013a). Não há tempo para detalhar isso agora.

(2) Poucos anos atrás, Roger Costa escreveu sua dissertação de mestrado na PUC/MG, intitulada *Organização tópica da conversação*, em que ele examina este ponto da teoria do texto formulada pela Clélia. Outros orientandos do Prof. Milton do Nascimento, daquela mesma universidade, vêm esmiuçando as ideias da nossa querida Clélia. Fico feliz por trazer esta informação aos colegas de Assis.

O ex-professor desta casa, Jaime Pinsky, publicou a segunda edição dos três primeiros volumes, publicados anteriormente pela Editora da UNICAMP, completando essa série, graças ao que temos hoje uma coleção de 7 volumes, todos eles publicados pela Editora Contexto, com apoio da FAPESP:

- Vol. 1 – Clélia Jubran (2015).
- Vol. 2 – Mary Kato e Milton do Nascimento (2015).
- Vol. 3 – Rodolfo Ilari (2014).
- Vol. 4 – Rodolfo Ilari (2015).
- Vol. 5 – Maria Helena de Moura Neves (2016).
- Vol. 6 – Ieda Maria Alves e Ângela Cecília S. Rodrigues (2015).
- Vol. 7 – Maria Bernadete M. Abaurre (2013).

Esses volumes serão lançados neste seminário. Todos estão convidados, quando mais não seja, porque dos oito organizadores desses volumes, três começaram suas carreiras na UNESP: Clélia, em Assis, Maria Helena em Araraquara, Ieda e Ataliba em Marília.

A articulação teórica desses volumes consta das respectivas Apresentações, escritas por seus organizadores. Isso já tinha acontecido anteriormente, na série dos 8

volumes de ensaios. Preparei uma síntese desses debates todos, que saiu como Apresentação da segunda edição do volume I: Jubran (2015, p. 9-25).

Duas perspectivas teóricas inconciliáveis à altura separavam os pesquisadores: a perspectiva formal e a perspectiva funcional sobre a linguagem. Depois de algumas tentativas iniciais de catequese, todas frustradas, combinou-se que os formalistas, abrigados nos GTs de Sintaxe, de Morfologia e de Fonologia, e os funcionalistas, abrigados nos GTs de Organização textual-interativa e de Classes de palavras, seguiriam seu caminho, encontrando-se anualmente nos seminários plenos, para compartilhar os resultados obtidos.

Ocorreu, entretanto, uma inesperada convergência.

Acontece que a maior expectativa que as pessoas alimentam ao consultar uma gramática de referência é encontrar ali, devidamente hierarquizado, um conjunto de *produtos* linguísticos, o chamado enunciado, dispostos em planos classificatórios mais ou menos convincentes.

Ora, a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* deixou de lado essa estratégia, tendo buscado identificar os *processos* acionados para a produção do enunciado. Indo nesta direção, Nascimento (1993b, p. 433-438) propôs que o texto é “o lugar onde é possível identificar as pistas indicadoras das regularidades que caracterizam a atividade linguística do falante”. Ponto para a Ingedore e para a Clélia! Neves (2013) e Camacho (2013) – todos eles da UNESP – elaboraram essas ideias.

Outros pontos de convergência tinham sido assinalados por Mary Kato, na introdução ao vol. V, por ela organizado (KATO, 1996, p. 9-32).

O fato é que, em suma, procurando os produtos, toparam os pesquisadores com os processos constitutivos da língua, mais evidentes na modalidade falada. É por isso que todos os volumes da série de consolidação têm por subtítulo a palavra “*construção*”: construção do texto, da sentença, das classes de palavras, construção morfológica da palavra, construção fonológica da palavra.

O fato é que já não basta mais identificar e catalogar produtos. Agora é preciso identificar os processos de que eles resultaram.

### 3.3 Estudos monográficos funcionalistas

Desde 2000, a UNESP de São José do Rio Preto sedia o Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), sob a liderança de Erotilde Goreti Pezatti e a vice-liderança de Roberto Gomes Camacho, com a finalidade de promover debates e aprofundar estudos em Gramática Funcional. Agradeço a Roberto Camacho por ter-me enviado um relato de onde retirei os elementos mencionados a seguir.

O maior grupo de estudiosos da escola funcionalista holandesa no Brasil é o de São José do Rio Preto. Essa escola foi nucleada, inicialmente, em torno da Teoria da Gramática Funcional (GF) de Simon Dik (1989, 1997) e, atualmente, em torno de seu discípulo, Kees Hengeveld, que, em coautoria com John Lachlan Mackenzie, lançou as bases da chamada Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

O modelo adotado é conhecido como Gramática Discursivo-Funcional, apresentada em Neves (2013, p. 31-34). Segundo Maria Helena de Moura Neves (2013,

p. 32), esse modelo “coloca como unidade básica do discurso o ato discursivo, e não a frase”, num movimento de cima para baixo. Citando Hengeveld, Neves (2013, p. idem, ibidem) menciona “a assunção de que as decisões dos níveis e camadas de análise mais elevados determinam e restringem as possibilidades dos níveis e camadas de análise mais baixos”. Trata-se, portanto, de um modelo que opera com a postulação de camadas nas línguas naturais – o que procede do Estruturalismo –, e, ainda, com a aceitação de que há regras de determinação entre esses níveis ou camadas.

O sumário do livro organizado por Pezatti (2009) dá uma boa ideia da temática que vem sendo tratada pelo grupo: advérbios e complementos adverbiais, nominalização, tópico novo em narrativas, modalização, predicados evidenciais, marcadores discursivos e conjunções, sentenças condicionais.

Por volta do ano de 2002, Roberto Gomes Camacho sugeriu que as pesquisas envolvendo os membros do grupo como autores ou como orientadores fossem voltadas para uma amostra da própria variedade rio-pretense, o que daria maior consistência também ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. A ideia tomou corpo e Sebastião Carlos Leite Gonçalves, então membro ativo do GPGF, lançou o projeto ALPI, já aqui mencionado. O bonito dos projetos coletivos de pesquisa é exatamente isso, sua capacidade de reduplicar-se, ampliando nossos horizontes científicos.

O GPGF conta atualmente com 12 membros docentes, 11 membros estudantes de diversos níveis (doutorado, mestrado e iniciação científica), e um colaborador estrangeiro, a Profa. Hella Gertrud Olbertz. As linhas de pesquisa que o grupo desenvolve são “Descrição funcional de língua falada e língua escrita” e “Tipologia Linguística”.

A linha “Descrição funcional da língua falada e escrita” deu lugar a projetos tais como “As preposições no português do ponto de vista da GDF” (PEZATTI et al., 2010). Partindo do pressuposto de que, apesar de a tradição gramatical tratar as preposições como elementos exclusivamente gramaticais, reconheceu-se que o estatuto dessa classe não está claramente delimitado. Investigou-se a hipótese de que, em português, algumas preposições, que constituem predicados monovalentes, são itens lexicais, enquanto outras, que funcionam como marcadores de funções semânticas, são operadores gramaticais.

Outro projeto é o das “Construções subordinadas nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional”. Nesse caso específico, a amostra em que se buscaram as evidências é a do “Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais”, desenvolvida pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009), em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provence-Aix-Marseille (BACELAR, 2006).

Desse trabalho coletivo, resultou uma coletânea, organizada por Pezatti (no prelo) que se compõe de duas partes: a primeira trata da subordinação dentro da oração, e a segunda é dedicada à subordinação dentro do sintagma. Na camada da oração, incluem-se as de argumento (completiva e predicativa) e as de modificadores, comumente entendidas como adverbiais. Na segunda parte, dedicada à subordinação dentro do sintagma, também se incluem uma subordinada argumental, tradicionalmente denominada completiva nominal, e uma modificadora, mais conhecida por oração relativa ou adjetiva. Alguns resultados desse projeto foram publicados em Fontes e Pezatti (2012), Novaes-Marques e Pezatti (2015), e um conjunto expressivo de dissertações de

mestrado e teses de doutorado (GARCIA, 2010; OLIVEIRA, 2011; SPOSITO, 2012; STASSI-SÉ, 2012; CÂMARA, 2015).

A linha “Tipologia linguística” foi explorada no projeto “Transparência e opacidade nas línguas indígenas do Brasil”, de que resultou o trabalho coletivo Hengeveld et al. (2007), que trata de ilocuções nas línguas nativas do Brasil. Esse trabalho resultou do *workshop* “Modality in Brazilian Portuguese”, assentado em bases tipológicas, que foi ministrado por Kees Hengeveld em 2004.

Pretende-se, nesse projeto, investigar os fatores que levam ao compartilhamento ou não compartilhamento de traços transparentes entre as línguas, tomando-se como *corpus* 20 línguas indígenas descritas em gramáticas e teses, que representam 12 diferentes famílias linguísticas. Como resultado, espera-se (i) comparar os dados de modo e determinar as características compartilhadas; (ii) estabelecer hierarquias implicacionais; e, por conseguinte, (iii) determinar, qualitativamente, o grau de transparência de cada língua analisada.

Na mesma linha de pesquisa, destacam-se ainda os estudos não coletivos (i) sobre modalidade (HENGEVELD; DALL’AGLIO HATTNER, 2015; DALL’AGLIO HATTNER; HENGEVELD, 2016), que centram o interesse na identificação dos níveis de atuação das categorias modais e (ii) sobre estratégias de relativização em línguas indígenas (GIMENEZ, 2011, OLIVEIRA; CAMACHO, 2013).

Em seu conjunto, as pesquisas do grupo de funcionalistas de São José do Rio Preto mostram a absoluta necessidade de levar em conta a atuação dos falantes no momento da criação de construções textuais, gramaticais e semânticas. Esses trabalhos permitem visualizar a consolidação das pesquisas numa gramática funcionalista do PB mais sensível ao uso – tarefa que, certamente, em algum momento será enfrentada por esse grupo.

## **Conclusões**

Neste breve histórico dos estudos linguísticos desenvolvidos por iniciativa da CESESP e da UNESP, muito provavelmente deixei de relatar outras atividades, por desconhecimento deles. Mas espero ter deixado clara a enorme importância das lideranças que foram surgindo nesta universidade, e, mais recentemente, da produção científica dos programas de pós-graduação.

Um projeto de pesquisa, coletivo ou individual, toma por ponto de partida algumas perguntas, cujas respostas nos levam, sempre, a novas perguntas e, com elas, a novos projetos. Neste texto, auto-limitei-me às iniciativas da UNESP. Com isso, não pude falar, por exemplo, do Projeto para a História do Português Brasileiro, iniciativa da USP, que vai chegando aos seus 20 anos, com uma já vasta produção.

São patentes as contribuições dadas pelos pesquisadores que vieram para a UNESP e por aqueles que se formaram aqui. Quanto ao *campus* de Assis, para além do que ficou dito, permitam que lhes sugira o fortalecimento de sua tradição de pesquisas, com a retomada necessária do curso de pós-graduação em estudos linguísticos.

## REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, Â. C. S. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VIII. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- ABAURRE, M. B. M. (Org.). *Construção fonológica da palavra*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v. VII. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- AGUILERA, V. de A. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. VII: vozes, veredas, voragens, 2 tomos. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2009.
- ALKMIM, T. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. III. Novos Estudos. São Paulo: Humanitas / Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ALVES, I. M.; RODRIGUES, Â. C. (Org.). *Construção morfológica da palavra*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v. VI. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec-SCET-CEC, 1976 [1920].
- BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. *Corpora comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português*. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 189-204, 2006.
- CALLOU, D. I. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. v. I: Elocuções Formais. Rio de Janeiro: UFRJ/FJB, 1992.
- CALLOU, D. I.; LOPES, C. R. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. v. II. Diálogo entre Informante e Documentador. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1993.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Rio de Janeiro*. Materiais para seu estudo. v. III. Diálogos entre dois informantes. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1994.
- CAMACHO, R. G.; SANTANA, L. Argument structure of deverbal nouns in Brazilian Portuguese. *Journal of Language and Linguistics*, v. 3 (2), p. 229-242, 2004.
- CAMACHO, R. G. *Classes de palavras na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. O papel da nominalização no *continuum* categorial. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Da Linguística formal à Linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- CÂMARA, A. L. *A oração relativa em português: interface entre a descrição e o ensino*. 2015. 177 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2015.
- CARENO, M. F. *Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP, 1997.
- CARMO, M. C. *As vogais médias pretônicas dos verbos na fala culta do interior paulista*. 2009a. 122 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009a.
- CARUSO, P. Amostra de um inquérito linguístico prévio para o Estado de São Paulo. *Alfa*, 26, p. 69-77, 1982.

\_\_\_\_\_. *Atlas Linguístico do Estado de São Paulo: questionário*. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia da UNESP / Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

CASTILHO, A T. de. Descrição do português culto na área paulista. *Letras de Hoje*, 4, p. 73-78, 1968.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Projeto de descrição do português culto falado no Brasil*. Marília: Conselho Municipal de Cultura, 1970.

\_\_\_\_\_. El Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Culta. Formalismo y semanticismo en la sintaxis verbal. In: SOLÁ, D. F. (Ed.). *Language in the Americas*. Proceedings of the Ninth PILEI Symposium. Ithaca: Cornell University, 1984. p. 161-165.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989a.

\_\_\_\_\_. Da Análise da conversação para a análise gramatical. *Estudos Linguísticos*, 17, p. 219-226, 1989b.

\_\_\_\_\_. O Português Culto Falado no Brasil. PRETI, D; URBANO, H. (Org.). *História do Projeto NURC/SP*, 1990. p. 141-202.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. I: A Ordem. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1990.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. III: As Abordagens. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.). Problemas de descrição da língua falada. *D.E.L.T.A.*, 10 (1), p. 47-71, 1994.

\_\_\_\_\_. Para uma sintaxe da repetição. Língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura*, 22, p. 293-332, 1997c (Universidade de São Paulo). Uma versão preliminar foi publicada como: “A repetição como processo constitutivo da gramática do português falado”. In: PADILLA, J. A. S; DÉNIZ, M. T. (Org.). *Actas del XI Congreso de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. Las Palmas: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, tomo III, 2000. p. 2289-2298.

\_\_\_\_\_. *A Língua falada no ensino do português*. São Paulo: Editora Contexto, 1998a.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. I: Primeiras ideias. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998b.

\_\_\_\_\_. Langue parlée et processus grammaticaux. In: BILGER, M.; VAN DEN EYNDE, K.; GADET, F. (Ed.). *Analyse linguistique et approches de l’oral*. Recueil d’études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste. Paris/Leuven: Peeters, 1998c. p. 141-148.

\_\_\_\_\_. Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada. In: BERNALES, M.; CONTRERAS, C. (Org.). *Por los Caminos del Lenguaje*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1998d. p. 23-37.

\_\_\_\_\_. Língua falada e processos gramaticais. In: GROSSE, S.; ZIMMERMANN, K. (Eds.). *O Português brasileiro: pesquisas e projetos*. Frankfurt am Main: TFM, 1998e. p. 37-72.

\_\_\_\_\_. Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. In: CASTILHO, A. T. de; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Homenagem a Mary Kato*. Campinas: Pontes/FAPESP, 2007. p. 329-360.

\_\_\_\_\_. An approach to language as a complex system. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *História do Português Paulista*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009a. p. 119-136.

\_\_\_\_\_. Para uma análise multissistêmica das preposições. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). *História do Português Paulista*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009b. p. 279-332.

\_\_\_\_\_. A categoria cognitiva de movimento na gramática do Português. Refletindo sobre os achados dos Projetos NURC, PGPF e PHPB. In: DA HORA, D.; ALVES, E. F.; ESPÍNDOLA, L. C. (Org.). *Abralin: 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009c. p. 71-96.

\_\_\_\_\_. Análise multissistêmica da sentença matriz. In: OLIVEIRA E PAIVA, V. L. M. de; NASCIMENTO, M. do. (Org.). *Sistemas adaptativos complexos*. Língua(gem) e aprendizagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009d. p. 35-60.

\_\_\_\_\_. Análise multissistêmica das minissentenças. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Org.). *Miscelânea de estudos dedicados a Jacyrá Motta*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009e. p. 61-82.

\_\_\_\_\_. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010a.

\_\_\_\_\_. Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização. In: DA HORA, D.; ROSA FILHO, C. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. VIII. João Pessoa: Ideia / Editora Universitária, 2010b. p. 272-283.

\_\_\_\_\_. Escrevendo gramáticas do português no séc. XXI. RAMOS, C. de M. A.; BEZERRA, J. de R. M.; ROCHA, M. de F. S.; RAZKY, A.; OLIVEIRA, M. B. de. (Org.). *Pelos caminhos da Dialektologia e da Sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas. Homenagem a Socorro Aragão*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2010c. p. 206-222.

\_\_\_\_\_. Produção bibliográfica do Projeto para a história do Português Brasileiro. In: DA HORA, D.; SILVA, C. R. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. Abordagens e perspectivas. v. VIII. João Pessoa: Ideia / Editora da UFPb, 2010e. p. 395-416.

\_\_\_\_\_. Some representations of MOTION in EP and BP standards. In: SILVA, A. S. da; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.). *Línguas pluricêntricas. Variação linguística e dimensões sociocognitivas*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Braga, 2011. p. 45-60.

\_\_\_\_\_. Princípio de projeção. In: SEDRINS, A. P. *Por Amor à Linguística*. Miscelânea de estudos linguísticos dedicados a Maria Denilda Moura. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2012. p. 29-64.

\_\_\_\_\_. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. de. *Funcionalismo Linguístico*. Novas tendências teóricas. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 17-42.

\_\_\_\_\_. Interação linguística e descrição do português brasileiro. *Conferência lida no 11. Lusitanistentag, Aachen, 2015.*

CASTILHO, A. T. de et alii. Diacronia da concordância. In: CASTILHO, A. T. de; MORAES DE, C.; LOPES, C. R. dos S. (Ed.). *Historiando o Português Brasileiro*. v. 5. 2016.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, W. M. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CASTILHO, A. T. de; MORAES DE CASTILHO, C. M. Perspectiva multissistêmica da concordância. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; MOURIVALDO, M.; Santiago-ALMEIDA, M. M. (Org.). *História do Português Paulista*. Série Ensaios. v. 3. São Paulo, 2011. p. 111-132.

\_\_\_\_\_. Aspectos da concordância verbal no português médio. In: ÁLVARES, R. et al. (Edición ao coidado de). *III Congresso Internacional de Linguística Histórica*. Universidad de Galicia, Santiago de Compostela, 2013. p. 107-124, edición electrónica.

CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. IV. Estudos Descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996.

CASTILHO, A. T.; PRETI, D. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. v. I: Elocuções Formais. São Paulo: TAQ/FAPESP, 1986.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. v. II. Diálogos entre dois informantes. São Paulo: TAQ/Fapesp, 1987.

DALL'AGLIO HATTNER, M. M.; HENGEVELD, K. The Grammaticalization of Modal Verbs in Brazilian Portuguese: A Synchronic Approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 15, p. 1-14, 2016.

DEL CARRATORE, E.; LAPERUTTA FILHO, J. *Léxico de frequência do Português falado na cidade de São Paulo (Projeto NURC)*. Marília/Botucatu, 2009. (CD-ROM).

DIAS DE MORAES, L. C. *Nexos de Coordenação na Fala Urbana Culta de São Paulo*. São Paulo, 1987.

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. 150 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. M. I. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. IV: Notícias de *corpora* e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ – Letras; FAPERJ, 2002.

FELÍCIO, C. P. *Gramaticalização da conjunção concessiva 'embora'*. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

FERNANDES, F. O. *Construções com os verbos andar, continuar, ficar e viver seguidos de gerúndio: um estudo na interface Sociolinguística/Gramaticalização*. 2010. 110 f. Iniciação científica (Licenciatura em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

FERREIRA, J. S. *O apagamento do /d/ em morfema de gerúndio no dialeto de São José do Rio Preto*. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

FIAMENGUI, A. H. R. *A marcação de pluralidade no SN na fala e na escrita de adolescentes da região de São José do Rio Preto*. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2011.

FONSECA, A. M. H. *A perífrase verbal ir+infinitivo e o futuro do dialeto riopretano: um estudo na interface Sociolinguística/Gramaticalização*. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

FONTES, M. G.; PEZATTI, E. G. *As interrogativas de conteúdo na história do português brasileiro: uma abordagem discursivo-funcional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FORTILLI, S. C. *As construções não-verbais no português falado no interior do Estado de São Paulo*. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Predicados matrizes adjetivais de orações subjetivas no português brasileiro: gramaticalização e dessentencialização*. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

GALBIATI, M. E. *Análise comparativa do processo de gramaticalização das perífrases conjuncionais agora que e já que*. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

GARCIA, T. S. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GAVAZZI, S. C. *Fechamentos em Entrevistas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

GIMENEZ, A. D'A. *Estratégias de relativização e classes de palavras: um estudo tipológico-funcional*. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2011.

GONÇALVES, S. C. L. *O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo*. 2006. Relatório científico parcial II apresentado à FAPESP. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/histórico/relatorio2>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo*. 2007. Relatório científico parcial III apresentado à FAPESP. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/histórico/relatorio3>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): questões teóricas e metodológicas sobre a constituição de um banco de dados de língua falada. In: TAGNIN, E.; VALE, O. A. (Org.). *Avanços da Linguística de Corpus no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 217-245.

\_\_\_\_\_. Orações subjetivas: variância e invariância de padrões na fala e na escrita. *Revista da ABRALIN*, v. 10, p. 87-111, 2011.

\_\_\_\_\_. Balanço crítico da Sociolinguística variacionista no Estado de São Paulo e a proposição de uma frente programática de investigação. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 869-884, 2012.

\_\_\_\_\_. *Alçamento de constituintes argumentais sob perspectiva sociofuncionalista*. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. 2015.

GUERRA, A. R. *Funções textual-interativas dos marcadores discursivos*. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

HENGEVELD, K.; BECHARA, E. N.; CAMACHO, R. G.; GUERRA, A. R.; OLIVEIRA, T. P.; PENHAVAL, E.; PEZATTI, E. G.; SANTANA, L.; SOUZA, E. R. F. de; TEIXEIRA, M. L. de S. Basic illocutions in the native languages of Brazil. *Alfa*, São Paulo, v. 51, p. 73-90, 2007.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, v. 53, p. 479-524, 2015.

HILGERT, J. G. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Porto Alegre*. v. I: Diálogos entre informante e documentador. Passo Fundo: EDIUPF / Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.

HOFFNAGEL, J. C. *A modalização epistêmica: usos e funções na fala e na escrita*. Recife: UFPE, 1996.

HORA, D. da; ROSA, C. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. VIII. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

ILARI, R. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. II: Níveis de Análise Linguística. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Palavras de classe aberta*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v. III. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. *Palavras de classe fechada*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v. IV. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. II: Classes de palavras e construções. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

JUBRAN, C. C. A. (Org.). *Construção do texto falado*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v. I. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

- JUBRAN, C. C. A.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- KATO, M. (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. V: Convergências. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996.
- KATO, M.; NASCIMENTO, M. do (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. III: Construção da sentença. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Construção da sentença*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v. II. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. VI. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LIMA, A. C. *Gramaticalização de orações avaliativas completivas do verbo achar*. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, 2014.
- LOBO, T. C. F.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. VI: Novos dados, novas análises. 2 tomos. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006.
- LOPE-BLANCH, J. M. Proyecto de estudio del habla culta de las principales ciudades de Hispanoamérica. *El Simposio de Bloomington*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1967 [1964]. p. 255-266.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Estudios sobre el español hablado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1982.
- \_\_\_\_\_. *El estudio del español hablado. Historia de un proyecto*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.
- MARCATO, F. *Análise prosódica de clíticos preposicionais na variedade rio-pretense*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.
- MARCUSCHI, L. A. Análise da Conversação e Análise Gramatical, *Boletim da ABRALIN* 10, p. 11-34, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Fala e Escrita no Continuum Tipológico*. Recife: UFPe, 1997.
- MARQUES, M. H. D. *O Vocabulário da Fala Carioca*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1996. v. I: Ordem de Frequência Decrescente; v. II: Ordem Alfabética, Parte I (A-H); v. II: Ordem Alfabética, Parte II (I-Z); v. III: Substantivos. Ordem de Frequência Decrescente; v. IV: Verbos, Adjetivos, Unidades em -mente, Nomes próprios, Marcas e Siglas. Ordem de frequência decrescente; v. V: Substantivos. Ordem alfabética; v. VI: Verbos, Adjetivos, Unidades em -mente, Nomes próprios, Marcas e Siglas. Ordem Alfabética; v. VII: Instrumentos Gramaticais; v. VIII: Introdução: histórico, dados quantitativos e avaliação geral dos resultados.
- MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. II: Primeiros Estudos. 2 tomos. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.

- MENDES, R. B. *SP2010: construção de uma amostra da fala paulistana*. Projeto de pesquisa financiado pela FAPESP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- MENON, O. P. S. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil à partir des donnés du NURC/SP*. 1994. Thèse (Doctorat) – Université de Paris VII, Paris, 1994.
- MOTTA, J.; ROLLEMBERG, V. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Salvador*. Materiais para seu estudo. v. I: Diálogos entre Informante e Documentador. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1994.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de Salvador*. Materiais para seu estudo. v. 2: Elocuções formais. Salvador: Instituto de Letras da UFBA / CNPq, 2006.
- NARDELLI, A. J. S. *Variação pronominal nós x a gente em interações dialógicas do interior paulista*. 2017. Projeto de pesquisa (Iniciação Científica) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2017.
- NASCIMENTO, M. do. Notas sobre as atividades do Grupo de Sintaxe II. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.). *Gramática do português falado*. v. III: As abordagens. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP / Fapesp, 2002 [1993a]. p. 433-438.
- \_\_\_\_\_. Gramática do Português Falado: articulação teórica, texto apresentado ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. In: ZILLES, A. (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. p. 93-116.
- NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VII. São Paulo / Campinas: Humanitas / Editora da UNICAMP, 1999.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Construção das orações complexas*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. v. V. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- NOVAES-MARQUES, N. B.; PEZATTI, E. G. *A relação conclusiva na língua portuguesa: funções resumo, conclusão e consequência*. v. 1. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- OLIVEIRA, A. P. *A relação adverbial temporal na lusofonia sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2013.
- OLIVEIRA, G.; CAMACHO, R. G. *Estratégias de relativização e construções alternativas nas línguas indígenas do Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- PAIVA, V. L. M. de O. e; NASCIMENTO, M. *Sistemas adaptativos complexos*. Língua(gem) e aprendizagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2009.
- PENHAVEL, E. *Marcadores discursivos e articulação tópica*. 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- PEZATTI, E. G. (Org.). *Pesquisas em Gramática Funcional*. Descrição do português. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009.

PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G.; NOVAES, N. B.; VALE, F. B. M. H.; BECHARA, E. N.; STASSI, J. C.; GUIRALDELLI, L.; OLIVEIRA, T. P.; COMPARINI, A. M. O estatuto lexical/gramatical das preposições no português. *Lusorama*, v. 81-82, p. 102-134, 2010.

PEZATTI, E. G. (Org.). *Pesquisas em Gramática Funcional*. Descrição do português. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.

PRETI, D. (Org.). *Análise de Textos Oraís*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O Discurso Oral Culto*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Estudos de Língua Falada. Variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Fala e Escrita em Questão*. São Paulo: Humanitas, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Interação na Fala e na Escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002.

PRETI, D.; URBANO, H. (Org.) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. Materiais para seu estudo. v. III: Diálogos entre o Informante e o Documentador. São Paulo: TAQ/FAPESP, 1988.

PRETI, D.; URBANO, H. (Org.) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. v. IV: Estudos. São Paulo: TAQ/FAPESP, 1990.

RAMOS, A. P. *Descrição das vogais postônicas não-finais na variedade do noroeste paulista*. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.

RAMOS, J.; ALCKMIN, M. A. (Org.) *Para a História do Português Brasileiro*. v. V: Estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

RENCK, N. R. *Renovação e gramaticalização: o caso da locução conjuntiva*. Iniciação científica) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista / FAPESP, São José do Rio Preto [no prelo].

RODRIGUES, A. C. S. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

RODRIGUES, A. N. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

RONCARATI, C. *Banco de dados interacionais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio Janeiro, 1996.

ROSSAFA, V. *Padrões de concordância verbal referentes à primeira pessoa do plural em interações dialógicas do interior paulista*. Projeto de pesquisa (Iniciação Científica) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

ROSSI, N. A Dialetoлогия. *Alfa*, 11, 1967.

\_\_\_\_\_. (1968/1969). El Proyecto de Estudio del Habla Culta y su ejecución en el dominio de la lengua portuguesa. In: *El Simposio de México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1969. p. 248. Republicado em: CASTILHO, A. T. (Org. 1970). *Projeto de estudo da norma linguística urbana culta no Brasil*. Marília: Conselho Municipal de Cultura, 1970. p. 2-15.

RUBIO, C. F. *A concordância verbal na região noroeste do Estado de São Paulo*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo*. 2012. 391 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

SÁ, M. P. M.; CUNHA, D. A. C. da; LIMA, A. M.; OLIVEIRA JR., M. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Recife*. v. I: Diálogos entre informante e documentador. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade do Recife*. v. 2: Elocuções formais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2005.

SALOMÃO, M. H. *A variação de pluralidade nas estruturas predicativas da variedade falada na região de São José do Rio Preto*. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

SANTANA, L. *Relações de complementação no português brasileiro: uma perspectiva discursivo-funcional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SANTOS, R. M. A. *A alternância indicativo/subjuntivo em estruturas complexas*. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

SILVA, A. C. B. *Estilos na cultura popular urbana*. 2010. Projeto de pesquisa. FAPESP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, A. A. M. *As vogais pretônicas na fala culta do noroeste paulista*. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

SOUZA, E. R. F. *Gramaticalização dos itens linguísticos 'assim', 'já' e 'ai' no português brasileiro: um estudo sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional*. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SPOSITO, C. C. *Construções adverbiais de Causa, Razão, Explicação e Motivação na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2012.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da Gramática Discursivo-Funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

VENDRAME, V. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão de evidencialidade em língua portuguesa*. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. *A Língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

WIEDEMER, M. L. *Variação e gramaticalização de preposições de complementos locativos de verbos de movimento*. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

**Recebido em:** 30/09/2016

**Aprovado em:** 29/11/2016

# Motivações pragmáticas e(m) contextos *bridging*: o papel das inferências na gramaticalização

Luísa Ferrari<sup>1</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil  
luisa-ferrari@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1554>

## Resumo

Neste trabalho, investigamos o papel dos contextos nos estágios iniciais da mudança por gramaticalização, objetivando fornecer evidências de que são arranjos contextuais específicos que criam as condições para o desenvolvimento de formas mais gramaticais (TRAUGOTT, 1988; HEINE, 2002). A importância do domínio contextual para o início da gramaticalização está, principalmente, no fato de que determinados contextos disparam inferências favorecedoras de reanálises de forma e sentido, que são pré-condição para a origem de novos funcionamentos. Para evidenciar o papel das inferências na gramaticalização, desenvolvemos um estudo sincrônico das mudanças que originam construções de junção contrastiva com *agora*, extraíndo, a partir da variedade de contextos em que *agora* pode atuar no português contemporâneo, indícios de arranjos contextuais favorecedores das mudanças.

**Palavras-chave:** inferências; contextos *bridging*; gramaticalização.

## Pragmatic motivations and (in) bridging contexts: the role of inferences in grammaticalization

### Abstract

This paper investigates the role of contexts in the initial stages of linguistic change by grammaticalization, aiming to provide evidence that specific contextual clusters raise the conditions for the development of more grammatical forms (TRAUGOTT, 1988; HEINE, 2002). The importance of the contextual domain to the beginning of grammaticalization can be seen mainly in the fact that certain contexts trigger inferences that favor reanalysis in form and meaning, which are precondition for the origin of new functions. In order to highlight the role of inferences in grammaticalization, we present a synchronic study on the changes that give rise to constructions of contrastive junction with *agora*, by extracting, from the variety of contexts in which *agora* can participate in contemporary Portuguese, clues about the contextual clusters that favor the changes.

**Keywords:** inferences; bridging contexts; grammaticalization.

---

<sup>1</sup> Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2015/21358-6.

## 1. Introdução

Neste artigo, discutimos o papel da inferenciação pragmática<sup>2</sup> na gramaticalização, processo de mudança linguística que leva formas menos gramaticais a graus maiores de gramaticalidade, através da conjugação de alterações morfossintáticas e semântico-pragmáticas. Sendo um processo tipicamente acompanhado de um processo de abstratização de significados, as histórias das línguas revelam a tendência de, ao longo das mudanças por gramaticalização, significados mais concretos estarem na base da constituição de significados mais abstratos, não se mostrando recorrente o caminho inverso (HEINE et al., 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Nesse sentido, o processo de mudança em foco se caracteriza por uma unidirecionalidade típica, que tem sido amplamente atestada nos estudos de mudanças por gramaticalização.

Nossa preocupação específica, neste trabalho, pelo papel das inferências na gramaticalização tem em sua base evidências de que as mudanças em direção a significados mais gramaticais se iniciam em e devido a contextos específicos, a partir dos quais emergem inferências de significados pragmáticos, isto é, significados que não fazem parte da semântica original da construção em mudança, mas que são contextualmente associados a ela (TRAUGOTT, 1988; BYBEE, 2002). Assim, assumimos que a compreensão das motivações de um determinado processo de gramaticalização implica, dentre outras questões, a apreensão das especificidades contextuais que levaram à emergência de significados pragmáticos.

Nessa perspectiva, o propósito maior deste artigo está em discutir e fornecer evidências da importância das significações pragmáticas para as mudanças por gramaticalização, especialmente no início do processo. Para tanto, buscamos pistas sincrônicas das motivações pragmáticas de um processo de gramaticalização que amplia o paradigma conjuncional do português. Trata-se das mudanças atravessadas pelas construções com *agora*, que, originalmente, veiculam significados temporais e desempenham, assim, funções essencialmente dêiticas. Ao longo do tempo, tais construções experimentam reanálises morfossintáticas e semântico-pragmáticas, passando a atuar na junção de orações (ou porções textuais maiores) e a expressar significados contrastivos. Os dois funcionamentos, adverbial e juntivo, coocorrem no português contemporâneo, de modo que os usos de *agora* se caracterizam por uma flutuação categorial e de sentido, sendo possível, inclusive, identificar padrões de uso em que seu estatuto funcional e semântico-pragmático é polissêmico, havendo ambiguidade entre as leituras temporal e contrastiva. Com base em Kortmann (1997, p. 176), para quem sentidos sincronicamente relacionados também o são diacronicamente, assumimos que essa fluidez de significados (e de funções) reflete diferentes estágios de desenvolvimento do processo em foco, isto é, assumimos que a variação sincrônica observada nos usos de *agora* carrega indícios importantes da trajetória diacrônica percorrida pelas construções.

---

<sup>2</sup> Sendo de fundamental importância para os primeiros estágios da mudança em direção a formas mais gramaticais, o processo de inferenciação pragmática configura-se em um processo por meio do qual características contextuais disparam inferências de que novos significados estão sendo pragmaticamente veiculados, juntamente com os significados originais de uma dada construção (TRAUGOTT, 1988; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; BYBEE, 2015). De acordo com Traugott e Dasher (2004), as inferências pragmáticas resultam não apenas do processo de interpretação por parte do ouvinte/leitor, mas também do processo de elaboração de enunciados por parte do falante/escrevente, que “convida” o ouvinte/leitor a inferir determinados sentidos. Nessa perspectiva, os autores desenvolvem o conceito de “inferências convidadas”, que é adotado neste trabalho e discutido na seção 2.

Assim, lançando mão do princípio do uniformitarismo, segundo o qual é possível elucidar o passado a partir do presente (LABOV, 1972), buscamos, olhando para os usos contemporâneos de *agora*, reunir indícios das forças pragmáticas que, no passado, impulsionaram as mudanças. Acreditamos que essas forças estão intimamente relacionadas a processos de inferência pragmática, que têm origem em arranjos contextuais específicos.

Uma vez que a perspectiva assumida neste trabalho é sincrônica, os resultados alcançados constituirão apenas hipóteses explicativas. Entretanto, destacamos, com base no princípio do uniformitarismo, a relevância de hipóteses sincronicamente levantadas, inclusive para a posterior reconstrução diacrônica de percursos de mudança. Nesse sentido, consideramos que o levantamento de pistas sincrônicas de fatores contextuais que possivelmente dispararam o processo de gramaticalização em foco é um ponto de partida importante para a apreensão dos seus estágios intermediários de desenvolvimento, que constitui nosso objetivo principal em um projeto maior, conduzido sob perspectiva diacrônica, cujo foco está na constituição gradual dos novos usos de *agora* (e também de *now*, do inglês, que apresenta percurso de mudança similar). Em tal estudo, investigamos, dentre outras questões, as contínuas reanálises contextuais de forma e significado que, gradualmente, levaram à constituição da função de juntor contrastivo. Assim, o presente trabalho contribui com uma etapa do projeto em questão, já que nos fornecerá indícios dos contextos iniciais da mudança.

Para a constituição do material de análise, partimos do pressuposto de que as escolhas linguísticas são profundamente influenciadas pela situação de enunciação em que um texto se insere. De acordo com Longhin (2014), a temática, as finalidades comunicativas do locutor e outras condições de produção favorecem o uso de determinadas construções linguísticas e não de outras (LONGHIN, 2014, p. 56-57). Assim, como *corpus* de investigação, utilizamos o conjunto de inquéritos que compõem a amostra censo do banco de dados Iboruna, constituído de tipos de texto favoráveis<sup>3</sup>, em nossa perspectiva, tanto aos usos temporais quanto aos usos contrastivos de *agora*, já que envolvem a narração de fatos (particularmente importante para o uso de expressões temporais) e a emissão de opiniões (particularmente importante para o uso de expressões orientadas à argumentação, dentre as quais estão jutores contrastivos). O *corpus* compreende um total de 501 ocorrências de *agora*, a partir das quais identificamos três padrões de uso principais: tempo, tempo/contraste e contraste. Desses padrões, caracterizados ao longo da análise, nosso foco estará em tempo/contraste, já que nossa hipótese inicial, com base em Heine (2002), é a de que pistas do início do processo de reanálise estão principalmente nos contextos em que significado fonte e significado alvo coexistem, sendo este ainda veiculado apenas pragmaticamente.

Na próxima seção, apresentamos os principais pressupostos teóricos que norteiam o trabalho, estando particularmente relacionados ao princípio de que os primeiros estágios da gramaticalização, em especial, se caracterizam por um enriquecimento pragmático. Na sequência, analisamos o papel das inferências especificamente nas mudanças atravessadas pelas construções com *agora*. Por fim, apresentamos as conclusões do trabalho.

---

<sup>3</sup> Os tipos de texto que constituem os inquéritos do Iboruna são: narrativa de experiência, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião.

## 2. O fortalecimento pragmático nos estágios iniciais da gramaticalização

O processo de desenvolvimento de formas mais gramaticais se caracteriza por uma gradualidade típica (assim como qualquer processo de mudança linguística), constituindo-se de um conjunto de estágios sucessivos em que se processam reanálises morfossintáticas e semântico-pragmáticas. Com base em Heine (2002, p. 83), assumimos que os estágios sucessivos envolvidos na gramaticalização tendem a ser refletidos na forma de diferentes arranjos contextuais. Essa associação entre estágios de evolução e contextos constitui um princípio norteador do estudo aqui desenvolvido, já que é justamente o que nos leva a buscar hipóteses sobre as motivações pragmáticas dos novos usos de *agora* no domínio contextual.

Correlacionando etapas de desenvolvimento e arranjos contextuais, Heine (2002) propõe um modelo de contextos que busca apreender o desenvolvimento gradual dos processos de gramaticalização. De acordo com o autor, tais processos tendem a se constituir de quatro diferentes estágios/contextos, que não são discretos, embora possam parecer a princípio. A distinção entre eles é, segundo Heine, apenas uma estratégia de simplificação dos fatos, pois, na verdade, lida-se com um *continuum* do primeiro ao quarto estágio (HEINE, 2002, p. 86), o que coloca novamente em evidência a gradualidade típica da gramaticalização. O Quadro 1 apresenta o modelo proposto por Heine (2002).

Quadro 1. O modelo de Heine (2002)

Estágio	Contexto	Significado alvo
I. Estágio inicial	Não restrito.	Significado fonte.
II. Contexto <i>Bridging</i>	Há um contexto específico <sup>4</sup> que leva à emergência de uma inferência em favor de um novo significado.	Significado alvo torna-se saliente.
III. Contexto <i>Switch</i>	Há um novo contexto que é incompatível com o significado fonte.	Significado fonte obscurecido, em segundo plano.
IV. Convencionalização	O significado alvo não precisa mais ser sustentado pelo contexto que deu origem a ele; pode ser usado em novos contextos.	Só o significado alvo.

Como mostra o quadro, observa-se que, de acordo com a proposta de Heine (2002), conforme o processo de gramaticalização vai se desenvolvendo, o significado alvo vai se tornando cada vez mais saliente, até ser o único significado possível e não mais depender dos traços contextuais que lhe deram origem (estágio de convencionalização). O conjunto de tipos contextuais que tende a estar presente nas mudanças por gramaticalização pode ser acessível, segundo Heine (2002, p. 83), na forma de variação contextual sincrônica. Tal possibilidade existe especialmente nos casos em que o significado fonte e o significado alvo coexistem em um determinado estado sincrônico da língua (HEINE, 2002). Esse é justamente o caso da gramaticalização das

<sup>4</sup> Heine (2002) ressalta que pode haver mais de um contexto *bridging*, isto é, o processo de inferenciação pragmática que leva à emergência de novos significados pode ser disparado por mais de um tipo de arranjo contextual (HEINE, 2002, p. 84).

construções com *agora*, já que, no português contemporâneo, observamos usos tanto temporais quanto contrastivos de *agora*. Assim, seguindo Heine (2002), acreditamos que os diferentes contextos/estágios envolvidos no processo de gramaticalização em foco podem ser apreendidos a partir da variação sincrônica observada nos usos contemporâneos de *agora*. Assumindo, portanto, a correlação entre contextos e estágios de mudança e a possibilidade de reconhecer sincronicamente a sucessão diacrônica de etapas de desenvolvimento, tomamos a proposta de Heine (2002) como base para o levantamento de hipóteses sobre as motivações pragmáticas da gramaticalização das construções com *agora*, admitindo, portanto, que essas motivações estão nos contextos que o autor denomina *bridging*.

Assumir que contextos constituídos por significados pragmáticos adicionais ao significado fonte estão na base da gramaticalização implica assumir que esse processo é essencialmente um processo de enriquecimento de significados, ao contrário do que admite a perspectiva fundamentada na noção de *bleaching* semântico, segundo a qual a gramaticalização consiste em um processo marcado por perda de significações. Heine e Reh (1984 apud HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 94, tradução nossa), por exemplo, concebem o processo como “uma evolução através da qual unidades linguísticas perdem em complexidade semântica, significação pragmática, liberdade sintática e substância fonética<sup>5</sup>”. É fato que, ao longo da gramaticalização, velhos significados tornam-se enfraquecidos. Entretanto, especialmente no início do processo, evidencia-se um fortalecimento contínuo de significados, a partir do qual construções já existentes na língua são associadas a novos sentidos. Nessa perspectiva, Hopper e Traugott (2003) argumentam que, quando se focaliza o início da gramaticalização e suas motivações, o que se destaca não é um processo de perda/enfraquecimento, mas de fortalecimento e enriquecimento pragmático. Assim, de modo geral, é possível relacionar os primeiros estágios da gramaticalização com fortalecimento pragmático e os estágios posteriores do processo com *bleaching* (TRAUGOTT, 1988)<sup>6</sup>.

Segundo Bybee (2015, p. 133), o meio mais comum de adição de significados são justamente as “inferências feitas pelo ouvinte no contexto particular em que a construção é usada”. Assumimos, portanto, que as inferências pragmáticas constituem a principal via para a emergência de novos significados e, conseqüentemente, para o disparar do processo de gramaticalização. No entanto, seguindo Traugott (2010a) e Traugott e Dasher (2004), entendemos que tais inferências têm origem não apenas no ouvinte, mas consistem em inferências *convidadas*, isto é, são inferências intencionadas pelo falante/escrevente, que molda seus enunciados em função de seus objetivos. Assim, a noção de inferência convidada busca “apreender as complexidades da comunicação em que o falante/escrevente evoca implicaturas e convida o ouvinte/leitor a inferi-las”<sup>7</sup> (TRAUGOTT; DASHER, 2004, p. 05, tradução nossa). Os termos “evocar” e “convidar” evidenciam o papel ativo do falante/escrevente no processo de inferenciação pragmática e fazem parte de uma perspectiva de mudança orientada para a produção, que concebe o falante/escrevente como o negociador principal de significados (TRAUGOTT;

---

<sup>5</sup> “An evolution whereby linguistic units lose in semantic complexity, pragmatic significance, syntactic freedom, and phonetic substance”

<sup>6</sup> Vale lembrar que essa correlação constitui uma tendência evidenciada nos fenômenos de gramaticalização, devendo cada caso ser analisado de acordo com suas particularidades.

<sup>7</sup> “To elide the complexities of communication in which the speaker/writer evokes implicatures and invites the addressee/reader to infer them”.

DASHER, 2004). O ouvinte/leitor, entretanto, também desempenha uma função essencial na negociação de significados. De acordo com Bybee (2015), os ouvintes continuamente se perguntam por que os falantes estão lhe dizendo o que estão dizendo, em uma busca constante por identificar os objetivos dos falantes (BYBEE, 2015).

Com base em Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (2003), assumimos que as inferências (convidadas) típicas dos primeiros estágios da gramaticalização têm origem em dois processos principais de inferenciação: a metáfora e a metonímia, que não são mutuamente exclusivas, mas complementares (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Assim, em um amplo conjunto de fenômenos, observam-se processos metafóricos e metonímicos atuando juntos na mudança.

Processos metafóricos permitem o entendimento e a experenciação de uma coisa em termos de outra (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), favorecendo inferências de que um significado mais abstrato (mais distante da experiência sociofísica dos usuários da língua) está sendo veiculado a partir de um significado mais concreto (cognitivamente menos complexo). Assim, as inferências de caráter metafórico abrem caminho para que domínios de sentido diferentes sejam aproximados, possibilitando que, ao longo do tempo, um domínio passe a ser representado em termos de outro. A tendência de que significados mais concretos sejam mobilizados para a expressão de significados mais abstratos é amplamente atestada nas histórias das línguas, de modo que a mudança metafórica se caracteriza por uma direcionalidade típica (concreto > abstrato), a qual está intrinsecamente relacionada à própria unidirecionalidade da gramaticalização. Na verdade, a unidirecionalidade das mudanças de significado em geral é com frequência atribuída à unidirecionalidade dos mapeamentos metafóricos (HEINE et al., 1991; SWEETSER, 1991). Especialmente as mudanças de significado que ocorrem no início da gramaticalização mostram-se motivadas por processos de inferenciação metafórica, tendo em vista que uma das motivações de base da gramaticalização está no propósito cognitivo-comunicativo de mobilizar categorias semânticas mais concretas (ou menos abstratas) para que deem suporte à compreensão de categorias semânticas mais abstratas. É nesse sentido que Hopper e Traugott (2003) argumentam que os processos metafóricos são processos de inferenciação que se desenvolvem através de fronteiras conceituais (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), isto é, geram inferências por meio da analogia entre domínios de sentido.

As inferências de natureza metafórica estão fortemente relacionadas ao modo como os indivíduos, enquanto seres humanos antes que usuários de uma língua, conceitualizam e experienciam o mundo, de modo que esse tipo específico de inferência é decorrente de estruturas conceituais, isto é, de estruturas que extrapolam as particularidades dos sistemas linguísticos e levam falantes/escreventes de diferentes línguas a se relacionar com o mundo de modo similar (apesar das diferenças provenientes principalmente da heterogeneidade cultural). Traugott e Dasher (2004, p. 07, tradução nossa) concebem estruturas conceituais como estruturas altamente abstratas (tais como movimento e lugar) que são “mais ou menos estáveis e uniformes através da espécie humana”<sup>8</sup>. Assim, essas estruturas permitem entender por que línguas sem nenhum tipo de relação atravessam processos de mudança similares. Isso não significa, conforme argumentam Traugott e Dasher (2004), que todos os sistemas linguísticos se constituem das mesmas estruturas conceituais (apesar de muitas delas se mostrarem constantes

---

<sup>8</sup> “More or less stable and consistent across the human species”.

através das línguas). O fato é que, “se as estruturas são as mesmas, então *as mesmas inferências convidadas podem surgir*”<sup>9</sup> (TRAUGOTT; DASHER, 2004, p. 17, grifo e tradução nossos). É evidente, portanto, a importância das estruturas conceituais para os processos de inferenciação, especialmente para a inferenciação metafórica, já que, a depender da estrutura conceitual envolvida em uma construção, determinadas inferências (convidadas) serão disparadas, e não outras, evidência de que o trânsito metafórico de um domínio de sentido a outro é sistemático, não sendo qualquer significado fonte que dá origem a qualquer significado alvo.

Não apenas processos de inferenciação metafórica podem atuar na gramaticalização. Conforme já mencionado, Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (2003) argumentam que, nesse tipo de mudança, processos metonímicos também funcionam como disparadores de inferências pragmáticas, desempenhando um papel tão importante quanto o da metáfora.

Enquanto as inferências de natureza metafórica surgem a partir da associação por analogia entre domínios de sentido, as inferências de natureza metonímica resultam de reinterpretações decorrentes da contiguidade contextual, de modo que, nos processos metonímicos, também ocorre associação semântica, mas ela se dá em um nível sintagmático. Assim, as inferências metonímicas emergem a partir de fatores contextuais que indiciam a existência de significados adicionais, não explicitamente codificados, mas expressos pragmaticamente. Entretanto, embora o ponto de partida de uma inferência convidada seja o contexto estrutural, sintagmático, contextos pragmáticos podem também estar (e geralmente estão) atuando, no sentido de que, em muitos casos, uma inferência só é possível se o conhecimento de mundo e os modelos cognitivos dos interlocutores forem mobilizados.

Tendo em vista que as inferências disparadas por processos metonímicos são resultado de reinterpretações contextualmente condicionadas, a atuação da metonímia e sua importância para a gramaticalização só podem ser analisadas ao se considerar o(s) contexto(s) em que uma dada construção se gramaticaliza. Segundo Hopper e Traugott (2003), a metonímia foi por muito tempo considerada um processo de menor importância na gramaticalização justamente pelo fato de que pouca atenção era dada aos contextos de uso das formas em mudança.

Uma vez que, neste trabalho, assumimos que as construções com *agora* se gramaticalizam em (e devido a) arranjos contextuais específicos e associamos, com base em Heine (2002), estágios de desenvolvimento e contextos, damos uma atenção especial para as inferências que emergem a partir de processos metonímicos de reanálise contextual, buscando identificar, principalmente, fatores contextuais que levam as construções em estudo à expressão não apenas de significados temporais, mas também de significados contrastivos.

Apresentados os principais fundamentos teóricos que norteiam nossa busca por indícios das motivações pragmáticas disparadoras e condutoras da gramaticalização das construções com *agora*, partimos para a análise dos dados, na expectativa, conforme já dito, de que, sincronicamente, conseguiremos pistas dos contextos *bridging* que, promovendo um enriquecimento pragmático de significados, impulsionaram as mudanças.

---

<sup>9</sup> “If the structures are the same, then *the same invited inferences can arise*”.

### 3. Gramaticalização e enriquecimento pragmático: o caso das construções com *agora*

#### 3.1 Considerações iniciais e resultados quantitativos

O *corpus* de investigação forneceu um total de 501 ocorrências de *agora*, a partir das quais identificamos três padrões de uso, explicitados na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Frequência dos padrões de uso de *agora*

Padrões	Frequência
Tempo	270/501 (53,9%)
Tempo/contraste	88/501 (17,6%)
Contraste	134/501 (26,7%)

A análise dos dados foi conduzida sob uma perspectiva que alia aspectos qualitativos a aspectos quantitativos, por meio do critério *frequência*. Segundo Bybee (2003), a frequência deve ser levantada através de dois métodos diferentes, que conduzem a dois tipos distintos de frequência: a frequência *token*, que corresponde à frequência com que um item/construção ocorre em um texto, e a frequência *type*, que se volta para o significado do item/construção em análise.

Entendemos que essa conjugação de aspectos quantitativos e qualitativos é fundamental na busca por motivações de mudanças, tendo em vista que a frequência de uso tem um papel significativo na emergência de novos significados. De acordo com Bybee (2002), os significados abstratos resultantes da gramaticalização surgem a partir de padrões comuns de inferência, no sentido de que a recorrência de um determinado padrão de inferências pode levá-las a se tornar parte da semântica da construção (BYBEE, 2002). Assim, a frequência de uso do padrão tempo/contraste – que, como já explicitado, é o padrão aqui focalizado em função de nossos objetivos – constitui um aspecto de grande importância para a análise, sendo discutido adiante, na seção 3.2.

Como mostra a Tabela 1, na sincronia do português analisada, os usos temporais de *agora* ainda são os que predominam (53,9%), coexistindo com uma frequência significativa de usos contrastivos (26,7%) e de usos que veiculam tanto o sentido de tempo quanto o de contraste (17,6%).

Neste trabalho, não discutiremos em detalhes todos os padrões de uso identificados, tendo em vista nossos objetivos. Entretanto, antes de focalizar o padrão que nos interessa aqui (tempo/contraste), apresentamos, abaixo, um exemplo do *corpus* representativo do padrão temporal, a fim de caracterizar o significado fonte envolvido no processo de gramaticalização em foco.

- (01) Eu acho que:: nesse mundo atual que nós estamos vivendo **agora** eu acho que nas escolas já é o suficiente pe/ pelo que eles... estão... passando pra gente... igual eu tive o ano passa::do... eu tive uma palestra sobre::... as doenças sexualmente transmissíveis (Iboruna/AC-036: 81).

Em (01), *agora* configura-se em um advérbio temporal que veicula tempo presente em sentido amplo, isto é, referencia não o momento presente exato da enunciação, mas a época em que ela acontece, o que é indicado pelo próprio adjetivo *atual* que qualifica *mundo*. Em seu funcionamento adverbial, *agora* pode expressar não apenas tempo presente, mas também tempo passado e futuro. Quando exprime passado, associa-se a verbos com morfologia de passado e, quando veicula tempo futuro, pode se combinar

tanto com a morfologia verbal de presente (um verbo que, embora conjugado no presente do indicativo, faz referência a um momento futuro) quanto com a morfologia de futuro. Entretanto, mesmo quando não fazem referência ao presente, os usos temporais de *agora* se mantêm ligados a ele, no sentido de que caracterizam os eventos passados ou futuros como eventos próximos ao momento presente. Assim, o passado e o futuro que podem ser expressos pelas construções com *agora* consistem em um passado recente e um futuro próximo. Essa especificidade que caracteriza os usos temporais do item pode ser vista como ligada à própria natureza dêitica inerente à semântica de *agora*: *agora* é um advérbio dêitico em essência, de modo que, mesmo ao veicular passado ou futuro, não deixa de manter relações com o momento de enunciação. Morfossintaticamente, enquanto advérbio de tempo, o item se caracteriza por uma mobilidade sentencial típica, podendo ocupar, sem prejuízo de sentido, diversas posições na oração em que se insere.

Dentre as muitas propriedades que caracterizam o funcionamento adverbial de *agora*, aqui nos interessam as relações temporais de sequencialidade de que o item participa em muitos contextos, pelo fato de que essas relações, conforme a análise dos dados mostrou, estão na base das inferências de contraste nos contextos *bridging*. Antes de tratarmos da importância de tais relações para o processo, apresentamos, em (02), um exemplo de uso contrastivo de *agora*, para ilustrar seu funcionamento juntivo.

- (02) As duas motos ficô(u) qua::se em oitocentos reais a minha e a dele mas a dele do que a minha... que a dele... estragô(u) bem mais a minha só foi a parte da frente que teve que alinhá::(r)... um espelho que teve que trocá::(r)... num foi quase nada só alinhamento e::... uns negocinho da roda... **agora** a dele estragô(u) bastante (Iboruna/AC-050: 127).

No exemplo, observamos que *agora* indicia uma relação contrastiva entre o enunciado anterior e o enunciado por ele introduzido. Não é possível, nessa construção, recuperar o sentido temporal originalmente veiculado pelas construções. É importante notar o papel desempenhado pela construção como um todo na expressão de contraste: *agora* explicita esse sentido, mas a oposição semântica entre *não foi quase nada* e *estragou bastante* também atua na construção da relação contrastiva, que está fundada em uma relação comparativa entre dois elementos, indicados pelos sintagmas *a minha* e *a dele*. Assim, o contraste se estabelece a partir da comparação *a minha X, a dele Y*, em que X e Y se constituem de conteúdos proposicionais compreendidos pelo falante como opostos. Optamos por conceber os conteúdos de X e Y como considerados em oposição *pelo falante* pelo fato de assumirmos, com base em Sweetser (1991), que a categoria semântica de contraste se constitui a partir de um alto grau de subjetividade, tendo em vista que, conforme já dito, relações contrastivas não estão pré-estabelecidas no mundo, mas são construídas a partir de avaliações subjetivas de falantes/escreventes.

Os significados contrastivos que podem ser expressos pelas construções com *agora* têm origem, de acordo com nossa análise, nas relações temporais de sequencialidade que estão entre os usos adverbiais de *agora*. Nem sempre as construções com *agora* participam de relações de sequencialidade, mas, quando participam, inferências de contraste emergem a partir de tais relações. Não é apenas o fator *sequencialidade* que dispara inferências de significados contrastivos: nossa análise identificou um conjunto de aspectos que, combinados ao valor temporal de sequencialidade, formam arranjos contextuais que codificam tempo e veiculam pragmaticamente contraste. Esses são os contextos que, na hipótese adotada, atuaram como *bridging* na gramaticalização das construções em foco, isto é, funcionaram como

uma “ponte” (como o próprio termo *bridging* sugere) entre o significado de tempo e o significado de contraste. Assim, destinamos a próxima seção à caracterização de tais contextos, buscando mostrar o papel da sequencialidade temporal na emergência de inferências de contraste e de outras marcas contextuais que, aliadas a ela, também se mostram essenciais aos processos de inferênciação. É importante notar, entretanto, que, independentemente dos demais traços contextuais em jogo, os contextos que aqui tomamos como *bridging* sempre se caracterizam por uma relação de sequencialidade, o que nos leva a assumir essa relação como o principal fio condutor da mudança.

### 3.2 As construções com *agora*: motivações da mudança e(m) contextos *bridging*

Conforme mostrou a Tabela 1, acima, o padrão tempo/contraste constitui 17,6% do total de ocorrências de *agora* fornecidas pelo *corpus*. Embora as frequências do padrão exclusivamente temporal e do padrão exclusivamente contrastivo sejam consideravelmente mais altas, a frequência dos contextos em que os dois sentidos são expressos (padrão tempo/contraste) é, a nosso ver, significativa, especialmente se se considerar que, no português contemporâneo, já há construções com *agora* exclusivamente contrastivas e, ainda assim, configuram-se quadros contextuais em que tanto tempo quanto contraste estão em jogo. Desse modo, o fato de as construções com *agora* temporais, as temporal-contrastivas e as contrastivas apresentarem sincronicamente frequências de uso tão significativas como as apresentadas reforça nossa hipótese de que essa variação contextual reflete os diferentes contextos correspondentes aos estágios sucessivos através dos quais os novos usos emergiram.

Como mencionamos no final da seção anterior, as ocorrências típicas do padrão tempo/contraste se caracterizam por uma relação de sequencialidade temporal, isto é, por um contexto em que se instaura uma relação entre um tempo anterior e um tempo posterior. Essa relação pode se dar, de acordo com nossos dados, a partir de três diferentes combinações: passado – passado, passado – presente e presente – futuro. Em qualquer uma delas, a construção com *agora* veicula, em 100% dos casos, tempo posterior, de modo que, mesmo nas ocorrências em que veicula passado (recente), *agora* faz referência a um evento posterior a outro evento descrito, que é, portanto, localizado em um tempo ainda mais passado do que aquele referido pela construção com *agora*.

O contraste que emerge (pragmaticamente) dos contextos em análise tem origem justamente da posterioridade veiculada pela construção com *agora*, na medida em que se configura um tempo posterior que, em algum aspecto, se contrapõe a um momento anterior. Assim, admitimos que o contraste expresso pelas novas construções com *agora* se origina em um contraste primeiramente temporal, a partir do qual as situações descritas também são reanalisadas como contrastivas. Esse contraste temporal está na base de todos os contextos *bridging* identificados. Apesar disso, optamos por distinguir diferentes tipos de contexto *bridging*, já que o objetivo do artigo é levantar hipóteses de fatores contextuais que tenham disparado as inferências pragmáticas motivadoras da mudança. Assim, focalizaremos a partir de agora diferentes tipos de motivações contextuais que se mostraram recorrentes nos dados, assumindo, entretanto, que a diferença entre elas está apenas no modo como dão suporte às inferências de contraste, fazendo parte de um quadro contextual em que uma relação temporal de sequencialidade é reinterpretada como uma relação temporal contrastiva.

Dentre os contextos *bridging* identificados, o que se mostrou mais frequente (53,3% do total das ocorrências de tempo/contraste) se caracteriza por uma oposição

semântica entre itens/expressões lexicais (exemplo 03, abaixo) ou mesmo entre orações inteiras (exemplo 04). Em geral, esse tipo de contexto é também constituído por uma oposição entre expressões adverbiais que veiculam tempo anterior e *agora*, sendo, portanto, recorrentes oposições como *antes x agora*, *antigamente x agora*, *nunca x agora*. Os exemplos (03) e (04) ilustram o tipo contextual em análise.

(03) A igreja é uma igreja não grande... Era grande antes... **agora** é pequena tá?... pela quantidade de gente que tá indo (Iboruna/AC-106: 279).

(04) Eu nunca tive noção de como preenchê(r) um cheque... **agora eu tenho noção** de preenchê(r) um cheque nominal:: cheque cruza::do... (Iboruna/AC-039: 91).

Em (03), observa-se um contraste entre um tempo anterior (*antes*) e um tempo posterior (*agora*), a partir do qual se estabelece também uma relação contrastiva entre um estado anterior (*grande*) e um estado posterior (*pequena*). A possibilidade de as construções com *agora* participarem de relações de sequencialidade temporal, envolvendo-se, a partir delas, em contextos de contraste no tempo, constitui, em nossa perspectiva, um primeiro passo para a reanálise de *agora* como juntor contrastivo. A oposição semântica entre constituintes e a oposição entre *agora* e outras expressões adverbiais contribuem para fortalecer as inferências de contraste, pois funcionam como indícios contextuais de que valores contrastivos também estão sendo veiculados pelo locutor, que intenciona, portanto, expressar uma relação não apenas temporal, mas também contrastiva.

Em (04), também observamos a oposição entre os valores temporais expressos pelos advérbios *nunca*, que remete a um tempo anterior, e *agora*, que veicula posterioridade, bem como entre o conteúdo proposicional veiculado pelas orações *nunca tive noção* e *agora tenho noção*. Nessa construção, é significativo o paralelismo estrutural a partir do qual os enunciados se articulam: ambas se constituem da estrutura [*advérbio temporal*] [*sujeito*] (que, na segunda oração, está oculto) [*verbo “ter”*] [*complemento “noção”*]. O advérbio *nunca* nega o conteúdo proposicional da oração que ocupa, ao passo que, na oração introduzida por *agora*, o mesmo conteúdo proposicional é afirmado, configurando-se, assim, uma relação que é, ao mesmo tempo, temporal e contrastiva, embora o sentido de tempo ainda se sobressaia.

Em outro conjunto de ocorrências em que se observa polissemia entre os sentidos de tempo e contraste, os arranjos contextuais que disparam as inferências de significados contrastivos são constituídos de marcas dialógicas, isto é, marcas que indiciam uma orientação dialógica nos enunciados em que se inserem (TRAUGOTT, 2010). De acordo com Schwenter (2000), um enunciado assume orientação dialógica quando se constitui de pontos de vista que caminham para direções opostas, isto é, que são constituídos como opostos argumentativamente, pois estão orientados a diferentes conclusões (SCHWENTER, 2000). Nessa perspectiva, contextos dialógicos são essencialmente contextos de contestação e refutação, tendendo, portanto, a veicular significados contrastivos.

A observação de que contextos constituídos de marcas dialógicas estão entre os contextos *bridging* motivadores das mudanças atravessadas pelas construções com *agora* – que, em seus usos contrastivos, revelam-se altamente dialógicas –, vai ao encontro do que postula Traugott (2010b), que sinaliza a tendência de significados dialógicos emergirem a partir de contextos dialógicos. Assim, a autora atribui um papel essencial a

esses contextos, tendo em vista que, segundo ela, expressões dialógicas geralmente derivam de expressões não-dialógicas (TRAUGOTT, 2010b), de modo que o trânsito não-dialógico > dialógico é possibilitado justamente por contextos tipicamente dialógicos. Nesse sentido, os contextos a partir de *agora* focalizados mostram-se fundamentais para compreendermos a origem da significação dialógica construída pelas novas construções com *agora*.

Em nossos dados, identificamos dois tipos de marcas de dialogicidade que desempenham um papel importante na emergência do sentido de contraste a partir das construções temporais com *agora*. A frequência com que essas marcas aparecem nos dados é significativa, constituindo 46,7% das ocorrências temporal-contrastivas. Retomando Bybee (2002), que ressalta a importância de padrões comuns de inferência para o desenvolvimento de novos significados, podemos considerar essa importante frequência de marcas dialógicas, configurando contextos que disparam inferências de contraste como um forte indício de que quadros contextuais dialógicos provavelmente estão de fato dentre as principais motivações pragmáticas que impulsionaram o desenvolvimento das construções contrastivas com *agora*.

Embora os tipos contextuais apresentados a seguir sejam constituídos de marcas explícitas de dialogicidade (daí os denominarmos contextos dialógicos), é possível notar que os contextos anteriormente discutidos (caracterizados principalmente por uma oposição semântica entre constituintes oracionais) também exibem uma orientação dialógica, na medida em que se constituem de conteúdos proposicionais que caminham em direções opostas. Assim, apenas optamos por apresentar separadamente os contextos anteriores dos contextos em foco a seguir pelo fato de estes serem constituídos de marcas explícitas de dialogicidade, de modo que consideramos importante elucidá-las e chamar a atenção para o modo como elas, explicitamente, contribuem para a configuração de contextos dialógicos.

As construções (05) e (06), abaixo, exemplificam os dois tipos de marcas de dialogicidade encontradas em nossos dados: juntores contrastivos e partículas negativas (38,2% e 61,8% do total de marcas dialógicas identificadas, respectivamente).

- (05) A parede em todos os apartamentos é branca... de todos... de todos os cômodos... aí na FRENte da:... do:... do quarto do meu tio tem o ateliê... do meu vô... onde meu vô pintava... então lá tem... tem tem... tipo uma TEla exposta assim que ele tava fazen(d)o... e **mas agora** virô(u) um quarto lá tam(b)ém... quando vai gente dormí(r) lá... virô(u) um quartinho... (Iboruna/AC-043: 108).
- (06) As ro(u)pas que eu vestia... eu num escolhia... era minha mãe que escolhia ela comprava ro(u)pa pra todos nós... e **agora não**... o/ o bichinho tá pequeno vai lá na gaveta –“essa ro(u)pa eu num quero” (Iboruna/AC-114: 303).

Em (05), *agora* participa de uma oração introduzida por *mas*, um juntor tipicamente contrastivo, de modo que parece possível considerar que o trabalho conjunto de *mas* e *agora* (o primeiro codificando contraste propriamente dito, o segundo sinalizando uma relação temporal contrastiva) torna o significado de contraste mais saliente. Schwenter (2000) destaca o alto grau de dialogicidade de expressões adversativas, que, segundo o autor, sinalizam uma incompatibilidade entre pontos de vista. Na construção em análise, não são exatamente pontos de vista que estão em relação de oposição, mas o falante interpreta, conforme explicita o juntor *mas*, dois estados de

coisas como contrastivos. Lembramos aqui o caráter altamente subjetivo da categoria semântica de contraste. Como se pode notar em (05), não há necessariamente uma relação contrastiva entre a existência primeira de um ateliê e a posterior mudança do lugar para um quarto; é o falante que atribui a essa mudança no tempo um estatuto contrastivo.

O exemplo (06) ilustra a marca dialógica mais frequente nos dados: partículas negativas. A natureza dialógica da negação está no papel de refutação que ela desempenha, à medida em que partículas negativas atuam “negando ou corrigindo a ‘verdade’ de um enunciado ou proposição anterior”<sup>10</sup> (GIVÓN, 1978 apud TRAUGOTT, 2010b, p. 15, tradução nossa). Em (06), *não* nega, para o momento presente, expresso por *agora*, a “verdade” do conteúdo proposicional apresentado no enunciado anterior, indicando, assim, que a situação atual ao momento da enunciação difere da situação anterior, observada no passado. *Não* refuta toda a afirmação anterior, que sugere que, no passado, eram as mães que escolhiam as roupas dos filhos. Dessa forma, a construção *agora não* conduz a uma conclusão contrária, a de que “atualmente, as mães não escolhem as roupas de seus filhos”, o que é implicado pelo falante logo no enunciado seguinte, em que, por meio de um exemplo (*o bichinho tá pequeno vai lá na gaveta – “essa ro(u)pa eu num quero*), ele sugere que, na época atual, são os filhos que escolhem as roupas que querem usar.

Em muitas ocorrências do *corpus*, observamos a negação sendo reforçada por meio dos advérbios *mais* (principalmente) e *já* (em menos casos), conforme mostra o exemplo (07).

- (07) Aonde eu sempre fico é lá no FUNdo mesmo que tá é bem gostoso tem::... um jardim:: assim cheio de gra::ma... tem a ducha lá que é onde... ia tê(r) pisCIna... **agora num** vai **mais** (Iboruna/AC-010: 30).

De acordo com Cunha e Oliveira (1993), além de funcionarem como um reforço nas orações negativas, *mais* e *já*, nesse tipo de construção, indicam também que houve mudança em uma situação anteriormente apresentada. Esse aspecto do uso dos advérbios em questão evidencia que eles também exercem um papel importante no desenvolvimento de inferências de contraste, já que o sentido de mudança no tempo sugere diferença, que constitui um tipo de contraste – se uma situação X caracteriza um tempo A e uma situação Y caracteriza um tempo B, configura-se um contraste temporal, que, conforme nossos dados permitem hipotetizar, está na base dos significados contrastivos veiculados pelas novas construções com *agora*. Nessa perspectiva, o uso dos advérbios *mais* e *já* para reforçar a negação também podem ser vistos como traços contextuais indicadores de dialogicidade.

Ressaltamos que, embora tenhamos apresentado separadamente contextos que, de acordo com nossos dados, podem ser hipotetizados como *bridging*, eles não se excluem, isto é, essa separação não sugere que um contexto se destaca como *bridging* ou porque se constitui de marcas dialógicas explícitas ou porque se caracteriza por oposição semântica entre constituintes oracionais. Na verdade, em muitas construções, observamos a atuação conjunta dos traços contextuais identificados, de modo que há casos em que têm um papel decisivo para as inferências de contraste tanto itens/expressões semanticamente opostos quanto marcas dialógicas explícitas. Nosso intuito em discutir separadamente esses traços

---

<sup>10</sup> “Denying or correcting the ‘truth’ of a prior proposition or utterance”.

contextuais esteve apenas em mostrar a particularidade de cada um e sua contribuição específica para a emergência das inferências de contraste.

Um outro aspecto, identificado nos dados, que constitui, em nossa perspectiva, mais um indício de que os contextos acima caracterizados são, provavelmente, os contextos que funcionaram como *bridging* na gramaticalização das construções com *agora* é a posição ocupada por *agora* nas construções. Com exceção dos contextos constituídos por um juntor contrastivo, *agora* ocupa, na maioria das ocorrências de tempo/contraste, a posição inicial da sentença. Considerando que essa é a posição típica de jutores contrastivos, observamos que, ao ocupá-la, *agora* está mais próximo da categoria dos jutores, passando já a desempenhar, em certa medida, um trabalho de junção das orações. Ao iniciar uma oração estabelecendo, entre o conteúdo proposicional nela expresso e o conteúdo da oração anterior, uma relação temporal, *agora* acaba também por indicar uma relação entre as duas orações, parecendo ser o “elo” que vincula uma oração à outra. Os contextos acima apresentados, portanto, mostram-se favoráveis tanto à reanálise semântico-pragmática de *agora* quanto à sua reanálise morfosintática. Mesmo nas construções em que a oração constituída por *agora* é introduzida por um juntor contrastivo (que não poderia ocupar outra posição na sentença), os dados mostraram que a tendência é a de *agora* aparecer logo após o juntor, de modo que, embora, nessas construções, não ocupe o início da oração, se situa à sua esquerda, estando, portanto, ainda assim próximo à posição inicial.

## Conclusões

A análise da variação contextual observada nos usos contemporâneos de *agora* permitiu identificar um conjunto de contextos que se caracterizam por uma relação de sequencialidade temporal, em que a construção com *agora* expressa um tempo posterior em relação a um tempo anterior. Essa relação temporal tende a ser reinterpretada como uma relação contrastiva, a partir de dois aspectos contextuais principais: a presença de itens/expressões semanticamente opostos e a presença de marcas dialógicas. Esses traços contextuais revelaram-se, na análise, importantes motivações pragmáticas das mudanças atravessadas pelas construções com *agora*, já que levam a inferências do sentido de contraste. Nessa perspectiva, a análise desenvolvida reuniu indícios de que os contextos *bridging* postulados por Heine (2002) desempenham um papel chave nos estágios iniciais da gramaticalização, especialmente pelo fato de serem os contextos em que o significado alvo emerge, embora ainda em um nível pragmático.

Na seção 2, chamamos a atenção para dois processos principais de inferenciação pragmática que tendem a motivar as mudanças por gramaticalização: a metáfora e a metonímia. A partir da análise desenvolvida, é possível concluir que, nos primeiros estágios da gramaticalização das construções com *agora*, provavelmente atuam tanto inferências de natureza metafórica quanto inferências de natureza metonímica. A metáfora atua disparando inferências de que a relação entre os eventos descritos não é apenas temporal, mas também contrastiva, de modo que, por meio da inferenciação metafórica, contraste é compreendido em termos de tempo. A metonímia, por sua vez, também leva à associação entre os sentidos de tempo e contraste, mas essa associação se dá por meio da reanálise contextual, isto é, elementos presentes no contexto sinalizam a existência de significados “extras”, indicando que o locutor não pretende veicular apenas tempo, mas também contraste.

O estágio marcado por contextos *bridging* é uma etapa da mudança em que a interação entre sistema cognitivo e mudança linguística se torna saliente, já que se configura em um estágio de inferências do significado alvo, que podem ser compreendidas como processos cognitivo-comunicativos, na medida em que constituem estratégias de uso da língua orientadas às intenções dos falantes/escreventes e dependem muito de seu conhecimento do mundo e da língua. Assim, o estudo dos processos inferenciais que atuam especialmente no início da gramaticalização permite não apenas elucidar as motivações de tal processo, mas pode também contribuir com a compreensão de como se dá o processamento de significados na mente dos usuários da língua, ampliando, por consequência, o entendimento das relações entre cognição, língua e mudança.

## REFERÊNCIAS

- BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization. In: THOMASELLO, M. (Ed.). *The New Psychology of Language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc., 2002.
- \_\_\_\_\_. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, N. F. Os advérbios *já*, *mais* e *ainda* nas orações negativas. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 2, p. 63-77, jan./jun., 1993.
- DIEWALD, G. A model for relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISCHER, I. (Ed.). *New reflections on grammaticalization*. Philadelphia, PA, USA: John Benjamins Publishing Company, 2002. p. 103-120.
- HEINE, B. et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press. 1991.
- \_\_\_\_\_. On the role of context in grammaticalization. In: WISCHER, I. (Ed.). *New reflections on grammaticalization*. Philadelphia, PA, USA: John Benjamins Publishing Company, 2002. p. 83-102.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KORTMANN, B. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. New York: Oxford University Press, 1997.
- LABOV, W. On the mechanism of linguistic change. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Hold, Rinehart and Winstion, 1972.
- LONGHIN, S. R. *Tradições discursivas: conceito, história e aquisição*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SCHWENTER, S. Viewpoints and polysemy: linking adversative and causal meanings of discourse markers. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds). *Cause, condition, concession, contrast*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 257-281.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TRAUGOTT, E. Pragmatic strengthening and grammaticalization. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 1988. p. 406-416.

\_\_\_\_\_. *Revisiting subjectification and intersubjectification*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010a. p. 29-70.

\_\_\_\_\_. Dialogic contexts as motivations for syntactic change. In: CLOUTIER, R.; HAMILTON-BREHM, A. M.; KRETZSCHMAR, W. (Ed.). *Variation and change in English grammar and lexicon*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010b. p. 11-27.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The Semantic-Pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 189-218.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

**Recebido em:** 15/08/2016

**Aprovado em:** 29/11/2016

# Prescrição e descrição: dois vieses na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo

Saul Cabral Gomes Júnior

Faculdade Fernão Dias (FAFE), Osasco, São Paulo, Brasil  
muiraquitana.saul@bol.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1583>

## Resumo

Este trabalho, inserido no âmbito da Historiografia Linguística, visa a investigar uma dualidade na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo: prescrição vs. descrição. A fundamentação teórica tem como base a noção de *horizonte de retrospectção*, estabelecida por Aurox (2006). O prescritivismo de Melo manifesta-se, sobretudo, nas *instruções* fonéticas, enquanto a atitude descritiva do autor se apresenta de três formas: 1) concepção descritiva seguida de atitude prescritiva; 2) instauração da fonética descritiva; 3) abordagem descritiva da formação de palavras. Conclui-se que, na gramática elaborada por Gladstone Chaves de Melo, ocorre uma alternância entre a *padronização da língua* e a *investigação linguística*.

**Palavras-chave:** Historiografia Linguística; Gladstone Chaves de Melo; gramática; norma.

## Prescription and description: two paths in *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, by Gladstone Chaves de Melo

### Abstract

The aim of this work, inserted in the field of Linguistic Historiography, is to investigate a duality in *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, by Gladstone Chaves de Melo: prescription vs. description. The theoretical part of this article is based on the *retrospective horizon* as established by Aurox (2006). Melo's prescriptivism manifests itself, overall, in phonetic *instructions*, while author's descriptive attitude comes in three ways: 1) in the descriptive conception followed by prescriptive attitude; 2) in the establishment of descriptive phonetics; 3) in the descriptive approach of the formation of words. It is the conclusion of this work that, in the grammar developed by Gladstone Chaves de Melo, it happens an alternation between *standardization of language* and *linguistic investigation*.

**Keywords:** Linguistic Historiography; Gladstone Chaves de Melo; grammar; norm.

## Introdução

A *gramatização* destina-se a *instrumentar* a língua, ou seja, a extrair do uso *uma* possibilidade linguística norteadora, na qual se fundamente a utilização eficaz da língua. Define Aurox (2001, p. 65): “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Os procedimentos de *descrever* e de *instrumentar* a língua, emparelhados por Aurox na definição acima, remetem-nos aos dois elementos entrelaçados no bojo da gramatização: o *uso* e a *norma*. Tais elementos são, por natureza, indissolavelmente ligados, conforme expõe Coseriu (1987, p. 74):

[...] podemos dizer que o *sistema* é um conjunto de oposições funcionais; a *norma* é a realização “coletiva” do sistema, que contém o próprio sistema e, ademais, os elementos funcionalmente “não-pertinentes”, mas normais no falar duma comunidade; o *falar*<sup>1</sup> (ou, se se quer, *fala*) é a realização individual-concreta da norma, que contém a própria norma e, ademais, a originalidade expressiva dos falantes.

Assim, o teórico elucida que a norma se manifesta no uso, na realidade concreta da qual se depreende uma opção dentre as inúmeras oferecidas pelo sistema, ou seja, *uma norma*. Diante dessa inter-relação, nota-se a indissociabilidade existente entre uso e norma.

Tal inter-relação é focalizada de modo específico na gramática. Nesse gênero metalinguístico, enfoca-se a relação estabelecida entre o uso linguístico e a norma tradicional, denominada por Aléong (2001) de *norma explícita*. Na formulação dessa categoria de norma – depreendida do *uso correto* e legitimada pela sociedade – concentra-se o gramático, ocupado em identificar um *modelo* linguístico, a partir do qual se exponha aos usuários da língua como ela deve ser utilizada.

A oposição do que *é* ao *como deve ser* constitui a base da relação uso vs. norma instaurada na gramática. Essa relação se arraiga num comportamento prescritivo do gramático, que dirige uma dupla atitude à norma: ante a norma tradicional, assume uma postura *preconizadora*<sup>2</sup>; ante as normas nas quais assentam as outras manifestações da língua, adota uma postura *condenadora*.

É essa dupla atitude que Gladstone Chaves de Melo assume, ao produzir a *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Publicada em 1968, trata-se de uma obra de cunho pedagógico-reflexivo. Embora seja destinada ao ensino escolar, ela comporta elucubrações metalinguísticas. Assim, no pensamento gramatical de Melo, instaura-se uma nítida dualidade, em cuja análise se concentrará este trabalho.

Tal dualidade se encontra vinculada ao contexto histórico-epistemológico no qual a obra em questão foi produzida. Para demonstrar essa vinculação, integra-se ao cerne da fundamentação teórica a noção de *horizonte de retrospectão*, instituída por Aurox (2006), para quem não se pode analisar a elaboração do conhecimento sem a relacionar à confluência de fatos no âmago da qual todo saber é produzido. Por tal relação, nessa perspectiva historiográfica, iniciar-se-á a análise da gramática de Melo.

### **Contexto histórico-epistemológico: a sedimentação do Estruturalismo no Brasil e a renovação das gramáticas escolares<sup>3</sup>**

Em 1953, vem a lume *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, obra com que Mattoso Câmara introduz a descrição fonológica no âmbito da pesquisa linguística brasileira. Ao mencionar Saussure, Câmara Jr. (1953, p. 31) expõe que os fonemas se caracterizam pelo fato de “não se confundirem entre si”:

---

<sup>1</sup> *Falar*, no sentido empregado por Coseriu, pode ser tomado como sinônimo de *uso linguístico*.

<sup>2</sup> Ao adotar essa postura, o gramático *preconiza*, recomenda a norma tradicional, louvando-a como o conjunto de regras que possibilitam ao indivíduo expressar-se *corretamente*.

<sup>3</sup> Para o arrolamento das gramáticas apresentadas nesse tópico, adotou-se como referência o estudo historiográfico de Pinto (1976).

[Saussure] também usava [...] o neologismo fonema, tão caro a Baudouin; e não para substituir meramente a locução de som da fala, embora assim às vezes deixe parecer. Nele, já há uma intuição clara de que os fonemas são elementos da matéria fônica de um vocábulo, e se caracterizam — não pelas suas qualidades próprias e positivas, mas simplesmente pela circunstância de não se confundirem entre si [...].

Ao realizar tal exposição, o autor explicita a propriedade fundamental dos fonemas: distinguem-se entre si e, conseqüentemente, distinguem vocábulos. Para solidificar sua explanação da ideia de *distinção*, o linguista utiliza-se das proposições de Bloomfield, das quais Câmara Jr. (op. cit., p. 37) extrai a noção de *traços distintivos*:

Bloomfield [...] parte da matéria fônica em seu contínuo sonoro, e considera de per si os seus múltiplos e variados traços (ing. *features*). Ora, desse emaranhado ressalta logo a evidência de que um grande número deles não funciona na comunicação linguística. São os que ele denomina traços não-distintivos ou indiferentes. Outros, por sua vez, são essenciais ao funcionamento da língua enquanto comunicação de ideias; a sua troca ou omissão perturba a significação do que se comunica. São os traços distintivos.

O autor focaliza, assim, os elementos por meio dos quais os contrastes se estabelecem na comunicação linguística. Em *Princípios de linguística geral*, Câmara Jr. (1954, p. 30-31) reitera a ideia de *contraste*, integrando-a ao cerne da ciência linguística, da qual o autor dissocia a *preocupação normativa*:

A essência da linguística estática, assim concebida, é a análise interpretativa das formas atuais de uma língua, na base dos contrastes e correlações que permitem o seu funcionamento como meio de representação mental e comunicação social. [...] Volta-se, destarte, ao conceito diretor da gramática clássica, mas desvencilhado da preocupação normativa, que aí predominava. Já não se trata de operar a análise da língua de acordo com uma tradição restrita no tempo e no espaço, para impô-la como modelo “elegante” a sujeitos falantes propensos a inovar. Trata-se de deduzir o estado linguístico cientificamente, isto é, objetivamente e com a atenção fixada nas causas sincrônicas, à maneira de qualquer outra ciência descritiva, como a zoologia ou a botânica.

Em 1961, publica-se a terceira edição da *Moderna gramática portuguesa*, na qual a abordagem *tradicionalmente* gramatical divide espaço com alguns dos *novos* parâmetros conceituais. Nessa obra, Evanildo Bechara estabelece uma consistente distinção entre análise fonética e análise fonêmica, diferenciação baseada no conceito estruturalista de *oposição*. Além de distinguir tais análises, o autor demonstra que existe uma relação complementar entre a Fonêmica (ou Fonologia) e a Fonética, embasando-se nas proposições de Malmberg (apud BECHARA, 1961, p. 28):

[...] enquanto a análise fonética se preocupa tão-somente com a articulação, a fonêmica atenta apenas para o som que, reunindo um feixe de traços que o distingue de outro som, permite a comunicação linguística. A fonética pode reconhecer, e realmente o faz, diversas realizações para o /t/ da série *ta-te-ti-to-tu*; a fonêmica não leva em conta as *variações* (que se chamam *alofones*), porque delas não tomam conhecimento os falantes de língua portuguesa. [...]

Fonêmica não se opõe a fonética: a primeira estuda o número de oposições utilizadas e suas relações mútuas, enquanto a fonética experimental determina a natureza física e fisiológica das distinções observadas [B. MALMBERG, *La Phonétique*, 116.].

Em 1967, publica-se a obra basilar de Roman Jakobson: *Fonema e fonologia*. Nessa produção, de cuja tradução se incumbiu Mattoso Câmara, Jakobson (1967, p. 11-12) explana cabalmente a função opositiva dos fonemas e ratifica a distinção entre Fonética e Fonologia, associando a primeira à investigação fisiológica e atribuindo à segunda a função de estudar os sons da fala sob uma ótica *funcional*:

FONEMA é o conceito básico da fonologia. Designamos por esse termo as propriedades fônicas concorrentes que se usam numa língua dada para distinguir vocábulos de significação diversa. Na fala, sons variados podem ser um mesmo e único fonema. [...] FONOLOGIA é a parte da linguística que trata dos sons da fala em referência às funções que eles exercem numa língua dada, ao passo que a fonética tem como tarefa a investigação dos sons da fala, de um ponto de vista puramente fisiológico, físico e psico-acústico. [...] Uma diferença de som que, numa língua dada, se pode usar para distinguir significações, é considerada uma oposição fonológica.

O linguista russo insere os morfemas no âmbito de sua perscrutação estruturalista, conceituando-os como elementos mínimos dotados de significado. Ao dissertar sobre os *traços distintivos*, nos quais se concentra a investigação estruturalista, o autor chega à identificação de dois níveis linguísticos: o das unidades significativas e o dos traços opositivos. Expõe Jakobson (op. cit., p. 102):

A análise linguística decompõe gradualmente as unidades enunciadas em morfemas como constituintes últimos suscetíveis de significação própria, e dissolve esses veículos semânticos mínimos em seus componentes finais, capazes de diferenciar os morfemas uns dos outros. Tais componentes se chamam traços distintivos. Há assim dois níveis linguísticos que a análise linguística tem que manter separados: de um lado, o nível semântico, que inclui unidades significativas, quer complexas quer simples, indo do morfema à enunciação e ao discurso; de outro lado, o nível dos traços fonológicos referente às unidades simples e complexas que servem tão somente para diferenciar, cimentar e separar ou pôr em relevo as múltiplas unidades significativas.

Ao se publicar *Fonema e fonologia*, o Estruturalismo consolida-se como vertente linguística no Brasil. Em 1970, com a vinda a lume de *Estrutura da língua portuguesa*, consuma-se tal processo de consolidação. A partir da publicação da obra de Mattoso Câmara, que se constitui a primeira descrição estruturalista dirigida ao português do Brasil, intensificou-se a produção de gramáticas escolares destinadas a divulgar a norma da língua portuguesa à luz dos princípios estruturalistas.

A publicação de *Estrutura da língua portuguesa* é determinante para que as gramáticas brasileiras busquem um efetivo enquadramento nos parâmetros da *moderna* Linguística estruturalista. Estabelece-se, então, o contexto de interpretação gramatical que Altman (2008, p. 80) denomina de *saussuriano-mattosiano*, no qual renegar o modelo *tradicional* de análise gramatical e adotar os *avançados* métodos proporcionados pelo Estruturalismo são condições para se inserir no germinante grupo de gramáticos-linguistas *modernos*:

No contexto saussuriano-mattosiano de interpretação, [...] [o] termo gramática recobre uma determinada prática de descrição linguística, dita tradicional, normativa, que se reveste de um valor de 'coisa ultrapassada', em oposição a uma análise linguística, 'moderna', que incide sobre as relações estruturais da *langue*, estudo esse avaliado como o que há de mais avançado na cronologia histórica das ciências da linguagem. A sanção

para o estudioso da linguagem que não a estabelece como seu objeto será a exclusão do então emergente grupo de linguistas 'modernos'.

No instante em que esse grupo passa a concentrar seus esforços na transmissão dos princípios estruturalistas por meio das gramáticas escolares, institui-se um processo de *pedagogização* das proposições de uma corrente linguística que, num determinado momento histórico, ocupa uma posição referencial. A esse processo, refere-se Chiss (1996, p. 87, tradução nossa), quando tece considerações acerca da transposição didática de elaborações metalinguísticas:

Embora léxicos variados (linguística, psicologia cognitiva, sociologia interacionista ou etnografia da comunicação) continuem “proferindo” essa didática, as suas tendências perceptíveis não são incomensuráveis e os paradigmas dominantes organizam a reflexão: transposição didática e/ou funcionamento da disciplina escolar. Embora existam diferentes inflexões na parte respectiva da elaboração teórica e da ação no seio dessa didática, a aliança entre epistemologia e intervenção social quase não é contestada.<sup>4</sup>

No contexto de interpretação gramatical em questão, no mesmo ano em que se publica a referida obra de Mattoso Câmara, vem a lume a segunda edição de *Gramática moderna*, obra em que Celso Cunha aprofunda a assimilação de proposições estruturalistas. Ao estabelecer uma conceituação de *fonema*, o gramático utiliza-se de exemplos por meio dos quais se ilustram questões fonológicas peculiares do português, como a oposição de classes gramaticais por intermédio da diferença de timbre vocálico e os *pares mínimos de palavras* gerados pela consoante inicial. Atente-se ao fragmento seguinte:

Na série:

**d**ia    **v**ia    **m**ia  
**t**ia    **f**ia    **p**ia

temos seis palavras que se distinguem apenas pelo elemento consonântico inicial.

Todo som capaz de estabelecer uma distinção significativa entre duas palavras de uma língua recebe o nome de FONEMA.

São, pois, FONEMAS os sons vocálicos e consonânticos diferenciadores das palavras atrás mencionadas. (CUNHA, 1970, p. 13).

O autor investiga a fundo a constituição do *vocabulo*, chegando a uma distinção entre *palavra* e *vocabulo*. Na primeira, Cunha (1970) verifica uma substância mais abrangente, na qual se incluem os elementos fonológicos e as classes gramaticais; no segundo, identifica uma composição mais específica, na qual se incluem apenas os elementos fonológicos:

Uma PALAVRA é constituída de elementos materiais (vogais, consoantes, semivogais, sílabas, acento tônico) a que se dá um sentido e que se presta a uma classificação.

---

<sup>4</sup> “Même si des lexiques variés (linguistique, psychologie cognitive, sociologie interactionniste ou ethnographie de la communication) continuent à “parler” cette didactique, ses tendances perceptibles ne sont pas incommensurables et des paradigmes dominants organisent la réflexion: transposition didactique et/ou fonctionnement de la discipline scolaire. Même si des inflexions différentes existent sur la part respectives de l’élaboration théorique et de l’action au sein de cette didactique, l’alliance de l’épistémologie et de l’intervention sociale n’est plus guère contestée”.

[...] a PALAVRA *boi* [...] é “um substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular; monossílabo, tônico [...]”.

VOCÁBULO é, a rigor, a palavra considerada somente em relação aos elementos materiais que a constituem. Diremos, pois, que o VOCÁBULO *boi* é “um monossílabo, tônico, formado da consoante /b/, seguida do ditongo decrescente /ôy/”. (CUNHA, op. cit., p. 38).

Em 1974, vem a lume a segunda edição de *A estrutura morfossintática do português*, obra em que José Rebouças Macambira se volta para questões de análise morfológica. Ao trazê-las à tona, o gramático disserta sobre a incorporação do critério semântico à descrição das categorias gramaticais. Relativamente a essa integração, a atitude assumida pelo autor revela sua postura essencialmente estruturalista, visto que ele concentra o uso da *significação* no estabelecimento da *oposição igual/diferente*. Macambira (1974a, p. 21) declara sua visão *mecanicista*, mas a mantém sob moderação e a restringe à *estrutura* da língua:

[...] a *significação* deve ser usada como simples ponto de referência, somente para fazer a oposição *igual/diferente*, e não para conceituar esta ou aquela palavra, mas para mostrar por exemplo que o *dia* é diferente da *noite*, que o sufixo *inho* de *livrinho* é semanticamente diverso do sufixo *inho* de *bonitinho*; só excepcionalmente e com muita cautela, é que ousamos socorrer-nos do critério semântico como elemento classificatório.

Se tivéssemos que nos definir entre *mentalista* (quem acha que o nosso comportamento está subordinado à mente) ou *mecanicista* (quem acha que o comportamento, e portanto a linguagem, está subordinado ao sistema), diríamos que somos *mecanicistas*, porém com moderação e no que tange à estrutura da língua.

Também em 1974, publica-se *Português estrutural*, obra em que Macambira consome sua crítica ao ensino *tradicional* de gramática, situando sob sua ótica estruturalista, principalmente, os elementos *mórficos*:

[...] também agora o nosso intuito é modificar o ensino da nossa língua, renovando-lhe os fundamentos gramaticais.

Havia muito que reformular, e não hesitamos em fazê-lo.

A definição dos chamados elementos *mórficos* — sobretudo vogal temática e de ligação — demasiado controversos e confusos, instila a descrença no ânimo dos alunos, e quiçá dos professores, e compromete gravemente o ensino da gramática. (MACAMBIRA, 1974b, p. 5).

Com a *criticidade* adotada por José Rebouças Macambira, consome-se a integração de noções estruturalistas às gramáticas escolares, empreendimento intensificado a partir da década de 1970.

Tais gramáticas tornaram-se portadoras de *traços descritivos*, que passaram a coexistir com o teor prescritivo inerente a toda gramática escolar. Essa coexistência, observável nas gramáticas arroladas anteriormente, faz-se presente na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, como será exposto no tópico seguinte.

## Traços prescritivos X feições descritivas: a face dual da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*

### Entre o magistério e a Dialectologia: caminhos preliminares de um gramático

Nascido em Campanha (MG), a 12 de junho de 1917, Gladstone Chaves de Melo transferiu-se para Belo Horizonte, onde iniciou o curso de Direito, concluído na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil<sup>5</sup>, localizada no Rio de Janeiro.

Em 1941, atendendo-se a uma indicação do Padre Magne, é integrado ao corpo docente da Faculdade Nacional, como assistente da cátedra de Língua Portuguesa, na qual atuava Sousa da Silveira. Nesse ano, consolida-se seu convívio com alguns dos cânones da Filologia brasileira e consoma-se sua vocação para a atividade acadêmica.

No limiar de sua elaboração metalinguística, incursionou pela Dialectologia, ao produzir *A língua do Brasil*, em cuja dedicatória se assinalam três componentes fundamentais do seu baluarte epistemológico: Augusto Magne, Said Ali e Sousa da Silveira. Nesse estudo histórico-dialetológico, publicado em 1946, identifica-se uma síntese das características dialetais brasileiras. Ao reunir esses dados linguísticos, Melo (1946, p. 79) direciona sua pesquisa dialetológica para a comprovação de que o português do Brasil e o de Portugal são uma só língua:

Realmente, atentando-se à morfologia e à sintaxe do Português popular do Brasil, chega-se à conclusão de que êle coincide, nas grandes linhas, com a língua do século de quatrocentos. Um Português arcaico tardio, [no qual] [...] se ouvem muitas formas encontradiças nos textos do século XV, como *lũa, ûa, sujigar, piadade, alifante, Bertolameu, depois, saluço, entonces, fruta, luita, bautismo, inzemplo, esprito, enveja, benção* (oxít.), *quaje, malino, cramor, pranta, assossegar, preguntar, aquel, perjuízo, samear, Anrique, avangelho, rezão, menhã, amenhã, pexe, baxo, ciloura, polo, e pola* etc., etc.

O exercício do magistério e a incursão pela Dialectologia, atividades conjugadas no início da carreira acadêmica de Melo, são fatores determinantes para que a *Gramática fundamental da língua portuguesa* apresente uma face dual. Nessa obra, o objetivo pedagógico do autor (que o leva a preconizar a norma tradicional) coexiste com uma propensão dialetológica, em virtude da qual Chaves de Melo inclui na conceituação de “gramática” a noção de *diversidade linguística*:

[A Gramática é] Sistematização dos fatos contemporâneos de uma língua, melhor ainda, de um aspecto da língua ou de um *uso*. Sim, porque qualquer língua viva tem diversos aspectos ou diversos usos, determinados pelas circunstâncias concretas da comunicação lingüística. (GFLP, p. 9)

Ao incluí-la, Melo explicita que os usos linguísticos variam de acordo com as diferentes situações comunicativas. A partir dessa explicitação, o autor destina ao uso coloquial uma explanação cuidadosa:

---

<sup>5</sup> Atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Uso coloquial é a língua da conversa, da conversa desatada, da conversa viva. [...] A conversa de dois amigos, conversa íntima, conversa despreocupada, desenvolve-se num tom, diverso do da conversa cerimoniosa, de duas pessoas que se conhecem mal e que se tratam com cortesia e pouca liberdade. (GFLP, p. 9)

Nessa explanação, demonstra-se a permanência do *olhar dialetológico* no qual assentara *A língua do Brasil*. Na *GFLP*, esse olhar adapta-se aos propósitos estruturalistas e se afasta da perspectiva diacrônica, concentrando-se na existência de diferentes contextos em que se estabelece o processo comunicativo.

A abordagem da *diversidade linguística* é o primeiro indício descritivo que se observa na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, obra em que prescrição e descrição convivem simbioticamente.

### A finalidade pedagógica e a atitude prescritiva

Elaborada para integrar a coleção didática idealizada por Madre Maria Adolfo de Sion, a *Gramática fundamental da língua portuguesa*<sup>6</sup> destina-se a justificar os preceitos da língua, conforme se expõe no *Prefácio* da obra:

Na coleção de Madre Adolfo coubera-nos a pior parte, a Gramática. No entanto, pensamos que conseguimos torná-la bem menos árida, através do permanente cuidado de simplificá-la, e de justificar *todos* os preceitos e normas com a lição de bons autores, principalmente brasileiros (para mostrar adjetivamente a unidade da língua).<sup>7</sup> (GFLP, p. 3)

No fragmento acima, mostra-se uma avaliação que o filólogo dirige à gramática, qualificada como a *pior parte* da coleção idealizada por Madre Adolfo. Nessa qualificação, manifesta-se a preocupação de Melo com o ensino da gramática, definida pelo autor como “sistematização dos fatos da língua-padrão”:

[...] Chamamos-lhe *Gramática Fundamental*, exatamente porque queremos ficar nos alicerces e no arcabouço. Fornecer a idéia fundamental da estrutura da língua portuguesa. E fazer apenas uma *gramática*, isto é, a sistematização dos fatos da língua-padrão. Excluimos dela tudo que ficasse bem na Retórica, ou na Estilística, assim como as relações de palavras ordenadas segundo tal ou tal critério: coletivos, femininos, gentílicos, etc. (GFLP, p. 4).

No excerto anterior, evidencia-se que Chaves de Melo dissocia a Estilística da descrição dos fatos concernentes à língua-padrão, incumbência que o autor atribui restritamente à Gramática. A função da análise estilística, segundo Melo (1951, p. 46), é revelar os aspectos expressivos da língua, num empreendimento regido pelo propósito de explicitar a *beleza* de uma determinada formulação linguística:

A Estilística busca descobrir o valor expressional das diversas construções, suas tonalidades semânticas [...]. Perlustra os textos, mas não se contenta em observar e

---

<sup>6</sup> Ao se fazer necessária a transcrição de passagens da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, adotar-se-á o seguinte esquema de citação: sigla do livro (GFLP) seguida imediatamente do número da página da qual se extraiu o fragmento.

<sup>7</sup> As citações conterão, precisamente, a grafia original dos fragmentos extraídos da gramática em análise.

classificar os fatos. [...] procura descobrir o matiz, a coloração especial de cada construção, no que se refere à *justeza, propriedade e beleza* da expressão.

Na sua definição de *gramática*, na qual se encontram os termos “alicerces” e “arcabouço”, Melo demonstra indícios de uma adoção conceptual, a qual se consuma na exposição do objetivo essencial do autor da *GFLP*: “fornecer a ideia fundamental da estrutura da língua portuguesa” (p. 4). Ao se focalizar essa meta, patenteia-se a integração de traços estruturalistas<sup>8</sup> ao bojo da *Gramática fundamental da língua portuguesa*, procedimento condizente com a tessitura histórica na qual essa obra foi produzida.

Na gramática de Melo, o *arcabouço* visado é o da língua literária, na qual se concentra, precisamente, a noção de *norma linguística ideal*, instaurada pelo filólogo. A partir do estabelecimento dessa noção, desencadeia-se a atitude prescritiva do autor:

Qualquer comunidade civilizada dispõe de uma forma linguística considerada a melhor, a mais rica, a mais prática, e que é aceita por todos os membros dessa comunidade como *norma linguística ideal*. É a tal língua-padrão ou língua culta ou língua literária. Na Alemanha, por exemplo, nas diversas regiões, há modalidades próprias, variantes locais [...]. Mas há uma forma culta aceita por todos: [...] o alemão literário, a *coiné*, a língua oficial de toda a Alemanha. (*GFLP*, p. 10-11).

Essa atitude evolui até resultar na unificação entre Gramática Normativa e Gramática Descritiva. Do ponto de vista de Melo, a Gramática Normativa é a *pedagogização* da Gramática Descritiva. Ela seria, então, a própria Gramática Descritiva utilizada com propósitos didáticos, isto é, voltada para a coibição dos desvios da língua-padrão. Conceitua o filólogo:

Que é Gramática Normativa? É a própria Gramática Descritiva, utilizada com intenção didática, com a finalidade de corrigir os desvios da língua-padrão, ou melhor, as influências, na língua-padrão, das linguagens locais e das diversas formas de linguagem coloquial. Nas escolas ensina-se a Gramática, não apenas descrevendo os fatos, mas também chamando a atenção para as distorções [sic], as contaminações, os erros. [...] Portanto, Gramática Normativa não é algo de diferente da Gramática Descritiva, é uma “atitude” da Gramática Descritiva, atitude didática, atitude com finalidade prática. (*GFLP*, p. 11).

Para se elaborar uma gramática normativa, faz-se necessário expor o uso da língua. Ao se voltar para o uso, o gramático *retrata* a língua, preconizando o uso assentado na norma tradicional e fazendo alusões ao uso efetivo da língua, isto é, à *hiperlíngua*, conceituada por Auroux (1998a) como uma realidade produzida por indivíduos que, dotados de *gramáticas* não necessariamente idênticas, estabelecem entre si a intercomunicação. A *hiperlíngua* é o conjunto de manifestações empíricas da língua, às quais se reporta o gramático para condenar o *uso vulgar do idioma* e para demonstrar a sublimidade da *norma que deve ser praticada*.

---

<sup>8</sup> A presença desses traços na *GFLP* – da qual provém um dos aspectos descritivos da gramática de Melo – será esmiuçada no subtópico seguinte.

Essa reportagem ocorre, predominantemente, por meio dos *exemplos*, nos quais se registram aspectos da realidade linguística, conforme a explanação de Auroux (2001, p. 67):

A constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um *corpus*), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las) como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras.

Na utilização dos exemplos, substantifica-se um discurso próprio, que se distingue do *discurso do gramático*. Essa distinção é estabelecida por Leite (2001, p. 291), para quem a análise do *discurso do gramático* permite comprovar o grau de originalidade da teoria gramatical proposta:

Em tese, o enunciado da gramática abriga duas modalidades de discurso, o discurso do gramático (*dg*) e o discurso do exemplo (*de*), pelos quais se pode conhecer o processo enunciativo originário do enunciado gramatical. [...] é principalmente pela análise [do (*dg*)] que se pode verificar em que medida o gramático teoriza ou repete teorias existentes. O (*dg*) revela dados importantes sobre o uso/norma da língua, as fontes, as autoridades linguísticas escolhidas como modelo de uso, as modalidades linguísticas selecionadas para a descrição e, finalmente, a ideologia do gramático, que escolhe cada exemplo.

Como está explícito no fragmento acima, a ideologia do gramático é revelada no seu discurso. Arraiada nessa ideologia, encontra-se a escolha dos exemplos. A partir de tal seleção, instaura-se uma oposição entre os exemplos do *bom uso da língua* e os exemplos do *uso vulgar do idioma*. Esse contraste ocorre num espaço discursivo peculiar: o espaço do *antiexemplo*, no qual emergem os usos linguísticos que não assentam na norma tradicional, conforme expõe Leite (op. cit., p. 304):

O espaço do antiexemplo representa a abertura do discurso da gramática tradicional, porque é por ele que se pode entrever as outras possibilidades de uso da língua. Poderia dizer, mesmo, que o antiexemplo é o lugar do diálogo entre uma norma que, em dado momento da história da língua, é considerada “a melhor e mais bela”, a linguagem correta, e uma outra norma que existe, mas é considerada ruim e representa o “como não se deve dizer” em dada língua, se se quer estar numa situação linguística de prestígio.

Por meio dos exemplos utilizados na *GFLP*, chega-se à exposição de *distorções da língua*. O caráter prescritivo da *Gramática fundamental da língua portuguesa* se demonstra, com bastante propriedade, na unidade *Fonética*, na qual se utilizam abundantemente os *antiexemplos*. Na seção denominada *ortoépia*, Melo expõe:

Também é possível preocupar-nos com a exata e melhor pronúncia das palavras, observar, por exemplo, que se deve dizer [...] *tenha* e não *tēa*, *farinha* e não *farīa* [...]. Pois este item da fonética se chama *ortoépia*, estudo da correta e melhor pronúncia dos vocábulos. (*GFLP*, p. 12-13).

O autor estabelece incisiva oposição à presença da vogal de apoio em alguns grupos e encontros consonânticos. Desse modo, Melo assume uma postura eminentemente prescritiva, reprovando algumas elocuições típicas do português do Brasil, como “rítimo” e “adimirar”:

Os grupos e encontros consonânticos devem pronunciar-se leve e rapidamente, evitando-se assim a inserção de vogal de apoio (suarabácti): *absoluto* (e não “abissoluto” ou “abissolutamente”), *técnico* (e não “téquinico”), *ritmo* (e não “rítimo”), [...] *admirar*, *admirável* (e não “adimirar”, “adimirável”), *subterrâneo* (e não “subiterrâneo”), *obter* (e não “obiter”), *abstrair* (e não “abistair), *abstinência* (e não “abistinência”) [...]. (GFLP, p. 59)

O filólogo explicita uma postura prescritiva, também, ao apresentar o tópico *prosódia*:

É lícito ainda preocupar-nos em estudar e fixar a correta posição do acento tônico, e, então, assinalar que se deve dizer *rubrica* (e não *rúbrica*), *espécime* (e não *especime*), *ínterim* (e não *interím*), *avaro* (e não *ávaro*). E não só do acento tônico, mas também do acento subtônico, observando, por exemplo, que se deve dizer *tardiamente* (e não *tárdiamente*). A isto se chama *prosódia*. (GFLP, p. 13).

A atitude conservadora de Melo incide, principalmente, sobre a correta posição do acento subtônico, em defesa da qual o autor condena, novamente, elocuições correntes no português do Brasil:

Cuidado também merece a correta posição do acento secundário, notadamente em vocábulos formados com o sufixo *-mente*. Neste caso, a subtônica corresponde sempre à tônica da forma primitiva:

<i>sábia</i>	<i>sábiamente</i>	
<i>tardia</i>	<i>tardiamente</i> (subtôn.i)	
<i>súbita</i>	<i>súbitamente</i>	
<i>sutil</i>	<i>sutilmente</i> (subtôn.i)	(GFLP, p. 61).

No âmbito da fonética, verifica-se o apogeu do prescritivismo de Melo quando o filólogo recomenda “uma adesão mais ampla à fala carioca”, designando-a como a base na qual se deveria fundamentar o cânone ortoépico brasileiro. Assevera o autor:

O Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em S. Paulo em 1937, caminhou para a escolha da pronúncia da cidade do Rio como padrão. [...]

Isto representa um grande passo para o cânone ortoépico brasileiro, mas ainda não é tudo. Há que obter, ainda, uma adesão mais ampla à adoção da fala carioca e uma fixação rigorosa e acessível da pronúncia culta da cidade do Rio de Janeiro, o que não é fácil. (GFLP, p. 54-55).

As *instruções* fonéticas de Chaves de Melo se encontram arraigadas na busca da pronúncia-padrão brasileira, empreendimento que se realizou paralelamente à profusão dos estudos que, na primeira metade do século passado, destinaram-se ao português falado no Brasil. Expõe Altman (1997, p. 47):

Paralelamente aos trabalhos de documentação das variantes regionais rurais, o estudo do português do Brasil se desenvolveu em uma direção, a princípio, complementar: a busca da definição do padrão brasileiro, centralizado inicialmente nas questões relativas à

pronúncia de grupos profissionais especiais: atores, locutores, cantores. Essa questão motivou a realização dos primeiros congressos específicos sobre língua no país e atraiu a atenção do grande público.

Portanto, subjacente aos empreendimentos dialetológicos voltados para o português do Brasil, estava o projeto *normativo* de padronizar a pronúncia brasileira, no qual se engajaram estudiosos da língua e profissionais ligados aos meios de comunicação. As formas *certas* de pronunciar passaram a ocupar um lugar central não apenas no meio filológico, mas também no âmbito das Comunicações e das Artes.

Ao estabelecer *diretrizes* para a pronúncia, Melo adere sua metalinguagem a essa busca de se instaurar uma pronúncia-padrão no Brasil. Entre os congressos destinados especificamente a essa instauração – aos quais se refere Altman na citação acima – destaca-se o Congresso da Língua Nacional Cantada, mencionado no excerto anterior da *GFLP*.

Nesse congresso, o Departamento de Cultura de São Paulo apresentou o Anteprojeto de Língua Padrão, em cujo bojo se fundem idealismo e prescritivismo. Trata-se de um anteprojeto elaborado por filólogos (cariocas, na sua maioria), que pretendiam transferir para a utilização artística da fala a *padronização* própria da escrita. Nessa comissão de filólogos, destacam-se Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto. Nas páginas 6 e 7 do Anteprojeto, lê-se:

- f) – considerando que a pronúncia “carioca” do Distrito Federal apresenta-se como a mais evolucionada dentre as pronúncias regionais do Brasil;
  - g) – considerando ser ela a mais rápida e conseqüentemente a mais incisiva de todas;  
[...]
  - j) – considerando ser a pronúncia carioca a mais elegante, a mais caracteristicamente “civilizada”, a mais essencialmente urbana e, por isso, culta, dentre as nossas pronúncias regionais;
  - k) – considerando ser ela provavelmente, por ter se fixado na capital do país, um produto inconsciente, uma síntese e uma cristalização fisiológica oriunda das colaborações de todos os Brasileiros, e por isso mesmo a mais adaptável a todos eles;
  - l) – considerando ser ela, por ser a da capital a que os Brasileiros afluem, a mais fácil de ser ouvida e propagada e a que mais probabilidades tem para se generalizar;  
[...]
- O CONGRESSO DA LINGUA NACIONAL CANTADA resolve considerar a pronúncia carioca a mais perfeita do país e propô-la como língua padrão a ser usada no teatro, na declamação e no canto eruditos do Brasil.

Idealizara-se, dessa maneira, o falar carioca, tomado como referência para uma formulação prescritiva, na qual se substantificou uma *norma explícita* destinada ao uso artístico da língua falada.

### **O empreendimento descritivo**

Identifica-se um anseio científico no *Prefácio* da *GFLP*, no qual Chaves de Melo afirma ter embasado sua gramática na Linguística *moderna*. Deixando-se nortear por esse embasamento, o filólogo assume uma postura crítica ante a terminologia adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, permitindo-se, em alguns casos, discordar dos preceitos da NGB. Declara o autor:

Tôda a doutrina dêste manual é inspirada na Lingüística e na Filologia modernas, mas é óbvio que não podemos discutir nem justificar posições. Quanto à Nomenclatura Gramatical Brasileira, adotamo-la por motivos didáticos, mas não a aceitamos servilmente quando ela exorbita de seu louvável esforço de uniformizar a terminologia, e assume posição doutrinária. (GFLP, p. 4-5).

Ainda no *Prefácio*, Melo ratifica a finalidade *científica* de sua gramática, direcionada aos indivíduos que pretendem regenerar sua *viciada* formação linguística:

Seja-me, por fim, permitido dizer que, elaborando uma *Gramática Fundamental*, pensei todo o tempo numa respeitável e ponderável categoria de pessoas. São os homens cultos e inteligentes, que, a certa altura da vida, tomam consciência de sua viciada formação lingüística e querem corrigir a lacuna. (GFLP, p. 5).

Do caráter científico atribuído à *Gramática fundamental da língua portuguesa*, origina-se o procedimento descritivo, que se apresenta, basicamente, de três formas:

### 1. *Concepção descritiva seguida de atitude prescritiva*

Em algumas passagens de sua gramática, Chaves de Melo realiza uma apresentação dos diferentes usos lingüísticos, os quais se originam das distintas situações lingüísticas. Comprova-se tal exposição no seguinte excerto:

Há a conversa da gente do povo, povo da cidade, ou povo dos campos; há a conversa das crianças, entre si ou com os adultos.

Cada uma dessas situações lingüísticas produz um uso lingüístico peculiar. [...] é possível fazer uma gramática para cada uso lingüístico, isto é, procurar descrever, sistematizar, ordenar os fatos contemporâneos de um determinado uso lingüístico. Assim, por exemplo, podemos escrever a gramática da língua portuguesa popular, como se ouve na zona rural do sul de Minas ou na zona rural do Cariri, no Ceará, ou na campanha gaúcha. [...] E assim por diante. Mas a única gramática que interessa a todos é a gramática da língua culta, da língua-padrão, da língua literária. (GFLP, p. 9-10).

Percebe-se, no trecho acima, a coexistência da visão dialetológica do autor e da sua adesão ao propósito básico de uma gramática escolar: *prescrever*. A partir dessa coexistência, explicita-se a condição especial na qual se encontra o gramático Gladstone Chaves de Melo, que, embora priorize a identificação da norma-padrão, dispõe de um cabedal lingüístico que lhe permite reconhecer a variedade lingüística. Nessa condição, Melo enquadra-se na categoria de *gramático descritivo-normativo*, conforme expõem Bastos et al. (2008, p. 87):

[...] manifesta[-se] a sua tendência de gramático descritivo-normativo, pois menciona os erros, os desvios da norma-padrão, reforçando a não-necessidade de se descrever qualquer outro registro que não o culto, procedimento que não interessaria a ninguém. Aos homens de bem, aos civilizados, só seria importante aprender a língua de prestígio. [...] Por fim, mencionemos que Gladstone evidencia suas convicções como linguista, ao reconhecer que, em diferentes situações lingüísticas, produz-se um uso lingüístico peculiar.

Situado nessa circunstância fronteiriça, o filólogo procede a um ajustamento da concepção estruturalista de *norma* à natureza prescritiva de sua gramática escolar. Para

que se perceba essa concepção, observe-se a distinção entre *sistema* e *norma* instaurada por Eugenio Coseriu, diferenciação explanada por Altman (2008, p. 78-79):

Nas proposições de Coseriu, [...] [o] *sistema*, conjunto de oposições funcionais, mas também de 'liberdades', é consultivo; o que é impositivo ao falante é a *norma*, ou melhor, as diferentes normas, que variam de comunidade para comunidade e de registro para registro. Neste sentido, a gramática estrutural seria a ciência do *sistema*, enquanto que a gramática descritiva seria a ciência da *norma*.

Tanto a *ciência do sistema* quanto a *ciência da norma* se fazem presentes na *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Nota-se a primeira nos conceitos estruturalistas assimilados por Chaves de Melo, entre os quais está o de *oposição*, como será demonstrado na seção seguinte deste trabalho. Verifica-se a segunda na exposição do fato de que é possível elaborar gramáticas (ou seja, depreender *normas*) dos diferentes usos linguísticos. Ao se expor esse fato, admite-se a existência de diversas *normas*, admissão a partir da qual se configuram vários modelos de gramática, conforme a observação de Altman (op. cit., p. 79):

A cisão entre uma ciência do *sistema* e uma ciência da *norma* não faz emergir um novo modelo de gramática, mas vários. Admitir que outras variedades do uso linguístico – ao lado da 'bela linguagem' – são passíveis de codificação significa admitir que cada uma comporta a *sua* gramática, objetos igualmente legítimos, pois, da descrição linguística.

Embora reconheça a possibilidade de se elaborarem essas diversas gramáticas – reconhecimento em que transparece uma *ciência da norma* nos moldes estruturalistas – Melo pretere essas produções gramaticais, em defesa da norma que *interessa* a todos os usuários da língua: a literária. Assim, o filólogo circunscreve a *ciência da norma* à descrição da norma-padrão. De tal circunscrição, origina-se a unificação entre Gramática Normativa e Gramática Descritiva, instituída por Chaves de Melo. Do ponto de vista do autor, a Gramática Normativa é a única descrição *útil* da língua.

## 2. Instauração da fonética descritiva

Melo dedica uma seção de sua obra à *Fonética descritiva*. Mostram-se, nessa subdivisão, traços estruturalistas integrados à *Gramática fundamental da língua portuguesa*, os quais se condensam na exposição da ideia de *oposição*:

Começamos, portanto, pelas idéias fundamentais da Fonética: FONEMA É A MENOR UNIDADE LINGÜÍSTICA. *A* é um fonema, *p* é um fonema, *e* é um fonema. No entanto, para sentir o valor lingüístico do fonema, é preciso que se tenha idéia de *oposição*, por um lado, e idéia de *sistema sonoro*, por outro. (GFLP, p. 26).

Assinala o autor que a noção de *oposição* se faz importante não só para a investigação fonética, mas também para a morfológica e para a sintática:

Em todo sistema lingüístico há oposições fonéticas, isto é, sempre o fonema tem valor significativo na medida em que ele se opõe, distinguindo, a outro fonema. Os exemplos nos ajudarão a compreender a noção de oposição, importantíssima não só na fonética, mas ainda na morfologia e na sintaxe. Compare-se *avô* e *avó*. Estas duas palavras têm significação diferente, referem-se a realidades diferentes. E onde repousa a diferença de significação entre as duas palavras? No timbre da vogal. *Avô* tem vogal fechada; *avó*, vogal aberta. (GFLP, p. 28).

Adotando como parâmetro o conceito estruturalista de *sistema*, Chaves de Melo volta-se para o fato de que as peculiaridades fonéticas assinalam cada língua. Ao tecer considerações acerca do uso dos órgãos da fala, o filólogo destaca o caráter *próprio* que essa utilização assume em cada língua:

[...] por mais numerosos que sejam [os sons de uma língua], êles guardam entre si uma certa coerência, certa solidariedade. Formam um conjunto homogêneo e travado interiormente. Tal conjunto é que se chama *sistema*.

[...]

Falamos português utilizando de determinado modo um conjunto de músculos, colocando os órgãos da fala em determinadas posições. Mas, quando falamos francês ou alemão, utilizamos êsses mesmos órgãos em posições diversas, em atitudes diferentes.

[...]

Portanto, há um sistema sonoro português, um sistema sonoro francês, um sistema sonoro inglês. (GFLP, p. 27).

Ainda no âmbito da utilização *particular* do aparelho fonador, o autor focaliza a atividade do falante de uma língua estrangeira, abordando especificamente o *sotaque*, definido por Melo como a transposição, para a *nova* língua, dos hábitos intrínsecos à língua materna do falante:

[...] observamos facilmente que um estrangeiro, um francês, um alemão ou um inglês, fala o português diferente de nós, com sotaque. E que é o sotaque?

[...] É a tendência para impor à nova língua, ao sistema sonoro da nova língua, o ritmo da frase da língua materna, para executar as vogais e consoantes da nova língua segundo o modo, o estilo, o *sistema* sonoro da língua-primeira. (GFLP, p. 27-28).

Na *GFLP*, o tratamento descritivo dos dados fonéticos culmina com uma *investigação* do posicionamento da sílaba tônica no português do Brasil. Ao se dedicar a tal ação investigativa, o filólogo atribui à pronúncia brasileira um *ritmo pendular*, com base no qual Chaves de Melo tenta estabelecer uma *sistematicidade* da posição da sílaba tônica nos vocábulos polissilábicos:

[...] na pronúncia brasileira, os vocábulos longos, de três sílabas ou mais, quase sempre apresentam vogais tônuas e vogais fortes [...]. É o que se poderia chamar de ritmo pendular, característico da nossa pronúncia. Exemplos:

*hu-ma'-ni-da''-de*

*es-tar'-da-lha''-ço*

*hu'-ma-ni'-za-ção''*

Como se viu, é a posição da sílaba tônica que determina a maneira de *atacar* o vocábulo na pronúncia brasileira: se a tônica fôr ímpar, a primeira sílaba será mais forte; se a tônica fôr par, a primeira sílaba será mais fraca. Compare-se: *humanidade* e *humanização* — no primeiro caso, primeira sílaba tônuas; no segundo caso, primeira sílaba intensa. (GFLP, p. 52-53).

### 3. Abordagem descritiva de questões morfológicas

No capítulo destinado à *MORFOLOGIA*, Melo estabelece uma distinção entre *significação externa* e *significação interna*, associando a primeira à realidade extralinguística e vinculando a segunda às categorias gramaticais. Ao elemento no qual reside uma significação interna, o autor denomina *morfema*. Para nomear o elemento

que expressa uma realidade extralinguística, Chaves de Melo emprega um vocábulo intrínseco à terminologia estruturalista: *semantema*. Observe-se o fragmento seguinte:

Há [...] que distinguir entre *significação externa* e *significação interna*. A primeira é a relação com realidades do mundo extralinguístico: *pão, janela, nariz*; a segunda é a relação com uma categoria gramatical, um dado do *sistema* linguístico, um processo de expressão atinente à língua como tal. [...]

O elemento significativo de uma realidade extralinguística chama-se *semantema*; o elemento portador de significação interna chama-se *morfema*. São morfemas as desinências, os prefixos, os sufixos, o artigo, os possessivos, os demonstrativos, etc., [...]. *Meu, o, este, cujo* não exprimem qualquer realidade extralinguística, ao contrário de *chão, livro, bom, cavalo* [...]. (GFLP, p. 69-70).

No mesmo capítulo, o gramático demonstra a consciência de que o léxico se amplia continuamente, em virtude da *fecundidade* intrínseca ao sistema linguístico:

Por fim, enriquece-se cada dia o vocabulário da língua com palavras formadas no seu interior, pelos próprios recursos idiomáticos.

Tôda língua, já o sabemos, é um *sistema*, isto é, um conjunto, coerente e interligado, de sons, de formas e de relações. Pois bem: êsse *sistema* é fecundo, possui virtualidades, riquezas potenciais, que estão sendo permanentemente ativadas pelos milhares de falantes. (GFLP, p. 87).

Melo exemplifica tal fecundidade por meio do desdobramento semântico do verbo “pifar”, originário de uma onomatopeia:

Por sugestão do ruído que faz o automóvel quando está com o carburador desregulado, formou-se o verbo *pifar*, que logo adquiriu sentido figurado, valendo o mesmo que “faltar”, “falhar”, “descumprir um compromisso”. Daí, *pifador*: “Fulano já é conhecido como pifador”. (GFLP, p. 87)

As preocupações semânticas de Melo se vinculam às investigações empreendidas por um componente fundamental do seu baluarte epistemológico: Manuel Said Ali. Nos estudos desse pesquisador, que se incumbiu de renovar metodologicamente a Filologia nacional na primeira metade do século passado, defende-se a instauração de uma visão analítica ao se estudarem as formas linguísticas. Tal visão, segundo Said Ali (1930, p. 5-6), deveria atingir a mutabilidade das expressões linguísticas, conduzindo as perscrutações filológicas ao âmbito da semântica:

Acima do modo, antigo e exclusivista, de ver as cousas, está a indagação histórica. E a investigação da evolução dos phenomenos não se há de limitar às mudanças de phonemas e formas grammaticas, mas estende-se ás expressões que com o tempo se foram trocando por outras. Entra-se no dominio da psychologia e da semantica.<sup>9</sup>

Devido à sua visão analítica da constituição do léxico, a esse filólogo, assegura-se a qualificação de pioneiro dos estudos semânticos no Brasil. Em suas pesquisas inovadoras, Said Ali ressaltou a importância do *contexto linguístico*, explicitando que nele se baseia a apreensão do sentido de uma palavra.

---

<sup>9</sup> Optou-se, neste trabalho, por manter a grafia original do texto de Said Ali.

## Considerações finais

Ao produzir a *Gramática fundamental da língua portuguesa*, Gladstone Chaves de Melo direcionou-a “para os ginásios e colégios”, mas também “para os estudiosos da língua” (GFLP, p. 1). Esse duplo direcionamento confere à *GFLP* uma feição dual: por um lado, ela é inerentemente prescritiva, dado que se propõe explicitar a norma que deve ser utilizada pelos estudantes; por outro lado, inocultavelmente descritiva, visto que deixa transparecer uma postura *investigativa* do autor.

Esse caráter dual se deve ao fato de que Melo pratica os dois tipos de engajamento normativo expostos por Auroux (1998b). Considerando que a normatividade é inerente à língua – já que todo uso linguístico se baseia em uma norma – o teórico assevera que um gramático pode empreender dois tipos de engajamento normativo: o *engajamento normativo/ontológico*, voltado para todas as normas nas quais se fundamentam os usos linguísticos; e o *engajamento normativo/normativo*, concentrado em apenas *uma* norma – a norma tradicional.

Desse modo, observa-se que a distinção entre essas duas concepções de *engajamento normativo* corresponde à diferenciação entre os dois procedimentos adotados por um gramático: descrever e prescrever. Tais procedimentos coexistem na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, obra em que se estabelece uma alternância entre o *regular a língua* e o *investigá-la*.

## REFERÊNCIAS

- ALÉONG, A. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- ALTMAN, C. Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada de textos sobre a produção linguística brasileira. In: GÄRTNER, E. (Ed.). *Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 1997.
- \_\_\_\_\_. Os eternos gramáticos: algumas considerações sobre norma e prescrição na descrição linguística. In: BASTOS, N. B. et al. *Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- ANTEPROJETO DE LÍNGUA PADRÃO. Apresentado pelo Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo ao Congresso da Língua Nacional Cantada realizado na Cidade de São Paulo em 1937.
- AUROUX, S. Introduction. In: *Langages – L’hyperlangue brésilienne*. Par Sylvain Auroux, Eni Puccinelli Orlandi, Francine Mazière. Paris: Larousse, juin, n° 120, 1998a.
- \_\_\_\_\_. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998b.
- \_\_\_\_\_. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. Les modes d’historicisation. In: *Histoire, Épistémologie, Langage*, t. XXVIII, f. 1, 2006.

BASTOS, N. B. et al. O gramático Gladstone Chaves de Melo: um homem plural. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1961.

CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

\_\_\_\_\_. *Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.

CHISS, J.-L. La transmission des savoirs sur la langue. In: AUROUX, S. et al. (Ed.). *Histoire et grammaire du sens*. Paris: Armand Colin, 1996.

COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: \_\_\_\_\_. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CUNHA, C. *Gramática moderna*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1970.

JAKOBSON, R. *Fonema e fonologia: ensaios*. Seleção, tradução e notas de Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

LEITE, M. Q. O discurso dos exemplos nas gramáticas portuguesas do século XVI. In: URBANO, H. et al. (Org.). *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfossintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1974a.

\_\_\_\_\_. *Português estrutural*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1974b.

MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

\_\_\_\_\_. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1951.

\_\_\_\_\_. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

PINTO, R. M. Cem anos de língua portuguesa no Brasil 2 – Cem anos de gramática portuguesa no Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 fev. Suplemento do Centenário, p. 1-3, 1976.

SAID ALI, M. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

**Recebido em:** 16/08/2016

**Aprovado em:** 29/11/2016

# Os estudos da linguagem na Idade Média: as ideias sobre sintaxe do *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt

Alessandro Jocelito Beccari

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil  
jbeccari1@yahoo.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1715>

## Resumo

O *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa* de Tomás de Erfurt é o texto gramatical mais completo do movimento modista (1250-1350) e a sistematização mais representativa das ideias desse movimento (BURSILL-HALL, 1971; 1972). Trata-se de um manual que seleciona e organiza boa parte do acervo das ideias originais e amadurecidas das primeiras duas gerações desse movimento (MURRAY, 1998). As teorias propostas no *Tratado sobre os modos de significar* revelam esforços consideráveis de teorização e originalidade. Por exemplo, com o intuito de oferecer uma explicação adequada da frase latina, Tomás de Erfurt faz uma analogia com a teoria do móvel da física aristotélica, utiliza a noção metafísica representada por dicotomias como “substância-acidente” e “primeiro-segundo”, e emprega a ideia de alteridade (*quod est alterum*) da lógica de Aristóteles (ca. 384-322 a.C.). Faz, assim, uma série de inovações com base em conceitos advindos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. Este artigo procura demonstrar que as teorias de Tomás de Erfurt não só representam um momento de continuidade (ALTMAN, 2004) ou período de ciência normal (KUHN, 2006), mas também apresentam contribuições originais para a historiografia dos estudos sobre a noção de dependência sintática e possuem uma visão pragmática da linguagem que complementa sua compreensão da sintaxe (COVINGTON, 1984; ROSIER-CATACH, 1997).

**Palavras-chave:** historiografia linguística; idade média; gramática; Tomás de Erfurt.

## Language studies in the Middle Ages: the ideas about Syntax of the *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa* [*Treaty on the modes of signifying or speculative grammar*], of Thomas of Erfurt

## Abstract

*Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa* [*The Treaty on the modes of signifying or speculative grammar*], of Thomas of Erfurt, is the most comprehensive grammar text of the movement of the *Modistae* (1250-1350) and the most representative systematization of the ideas of this movement (BURSILL-HALL, 1971, 1972). It is a manual that selects and organizes much of the collection of original and mature ideas of the first two generations of this movement (MURRAY, 1998). The theories proposed in the *Treaty on the modes of signifying* reveal considerable efforts of theorizing and originality. For instance, in order to provide an adequate explanation of the Latin phrase, Thomas of Erfurt makes an analogy with the theory of the *motus* of Aristotelian Physics, uses the metaphysical notion represented by dichotomies such as "substance-accident" and "first-second" and employs the idea of otherness (*quod est alterum*) of Aristotle's Logics (ca. 384-322 BC), thus making a series of innovations based on concepts arising from Late Antiquity and the Early Middle Ages. This article shows that the theories of Thomas of Erfurt not only represent a moment of continuity (ALTMAN, 2004) or a period of normal science (KUHN, 1987), but also present original contributions to the history of the studies

on the notion of syntactic dependence and have a pragmatic view of language which complements their comprehension of syntax (COVINGTON, 1984; ROSIER-CATACH, 1997).

**Keywords:** linguistics historiography; middle ages; grammar; Thomas of Erfurt.

## Considerações iniciais

Evitar uma visão cumulativa da ciência deve ser um dos principais cuidados do historiógrafo da Linguística em seu trabalho (COELHO; HACKEROTT, 2012). Nesse sentido, é possível uma comparação informal entre teorias atuais e elaborações do passado.

As gramáticas de dependências sintáticas (*DGs – Dependency Grammars*) e as gramáticas de estrutura sintagmática (*PSGs – Phrase-Structure Grammars*) do século XX podem ser cotejadas com teorias da Antiguidade e Idade Média, por exemplo, sem que isso implique em anacronismos ou uma visão teleológica, uma vez que se assuma como hipótese de trabalho que sistematizações de épocas diferentes não sejam incomensuráveis.

A sintaxe latina do *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt, pode ser classificada como uma Gramática de Dependência (GD). A abordagem das construções frasais do *Tratado sobre os modos de significar* possibilita, por exemplo, que essas construções sejam representadas pelos *stemmates* – representações arbóreas – dos *Éléments de syntaxe structurale* de Lucien Tesnière (1965). Tendo como premissa a possibilidade da tradição moderna da GD ser utilizada na interpretação de uma gramática modista, outros recursos da linguística do século XX, tais como representações arbóreas, quadros de oposições e abreviações podem ser utilizados na interpretação das estruturas sintáticas discutidas por Tomás de Erfurt e outros modistas. Esses recursos ajudam o historiador da linguística a entender e apresentar teorias medievais e antigas a partir de sua própria perspectiva no início do século XXI.

Na Europa ocidental, as primeiras *DGs* podem ser associadas ao trabalho dos gramáticos modistas (ca. 270-1330). Covington atribui a noção de gramática como ciência do discurso, *scientia sermonicalis*, a dois filósofos árabes medievais: Al-Farabi (ca. 872-950) e Al-Gazel (1058-1111) (COVINGTON, 1984, p. 20). Essa noção de gramática como ciência, no sentido aristotélico, é um dos princípios fundamentais do *Tratado dos modos de significar* de Tomás de Erfurt.

Os modistas, mais conhecidos como *Modistae* em publicações em língua inglesa, fizeram parte de um grupo de gramáticos que atuou em Paris entre o final do século XIII e o início do XIV (ROSIER, 1983; COVINGTON, 1984). Esses gramáticos são chamados de modistas devido ao nome genérico dos textos gramaticais que escreviam: “tratados sobre os modos de significar”. Seus trabalhos são conhecidos também como “gramáticas especulativas”, em que o segundo termo, “especulativa”, é sinônimo de “teórica”: portanto, são textos teóricos sobre a linguagem, sendo que o latim é basicamente<sup>1</sup> a língua de análise desses tratados. Entre os modistas mais conhecidos estão Boécio da Dácia, Martinho da Dácia, Siger de Courtrai, Radulfo Brito e Tomás de Erfurt, todos produtivos no final do séc. XIII.

---

<sup>1</sup> Exceção feita ao trabalho de Roger Bacon (ca. 1220-1292), que incluía o estudo do hebraico, do árabe e do siríaco.

O *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa*, concluído na primeira década do séc. XIV por Tomás de Erfurt, é o texto modista mais completo do ponto de vista de uma visão geral e consolidada da teoria modista, não só porque aparece no final da terceira e última geração do modismo, mas também porque possui todas as partes de uma arte gramática (metalinguagem, classes da frase, sintaxe) – algo incomum, porque os tratados modistas resumiam-se quase sempre a uma discussão das partes da frase. É também o texto modista que teve a maior fortuna: apenas para citar casos mais recentes, foi estudada por Peirce e Heidegger, que a atribuíram a João Duns Scotus (ca. 1266-1308). Devido a sua popularidade e aceitação, seu caráter sintético e pedagógico, a *Grammatica speculativa* possui grande número de manuscritos e códices remanescentes.

Covington (1984) opta pelo *Tratado* de Erfurt para uma apresentação resumida e introdutória da sintaxe dos modistas como um todo, sem atentar para problemas particulares ou questões controversas. Obviamente seria necessário estudar cada modista individualmente para uma visão das diferenças e particularidades de cada um: trabalho a que este artigo absolutamente não se impõe e que seria assunto para mais de um artigo. Neste artigo, faremos, em português e de maneira ainda mais resumida, a mesma opção que Covington fez em seu livro, no passo supracitado.

Embora erroneamente atribuída a João Duns Scotus até os anos 1920, a *Gramática especulativa* tem impacto considerável nos estudos filosóficos do final do século XIX e início do século XX. O *Tratado sobre os modos de significar* foi objeto de estudos de Charles S. Peirce e Martin Heidegger. A tese de 1916 de Heidegger intitula-se *Die Kategorien und Bedeutungslehre des Duns Scotus*, mas a *Bedeutungslehre* é na verdade o *Tratado sobre os modos de significar* de Tomás de Erfurt.

Com relação aos antecedentes do modismo, além da influência árabe, havia uma tradição de comentários às *Institutiones grammaticae* de Prisciano de Cesareia (séc. VI) que remontava aos carolíngios (séc. VIII e IX), às gramáticas insulares (séc. VI e VII) e à Antiguidade Tardia (300-476 d.C.). Além disso, do ponto de vista de seus pressupostos epistemológicos e em seus métodos de análise, os modistas apoiam-se na *Metafísica* e no conjunto de obras lógicas de Aristóteles (ca. 385-321) conhecidas coletivamente como *Órganon*. Nesse sentido, a teoria modista pertence a um programa de correspondências na história dos Estudos da Linguagem (SWIGGERS, 2004).

Segundo Covington (1984), para os modistas, a culminância de um processo discursivo é a comunicação de um julgamento – da mente do emissor para a do receptor. Por conseguinte, no modelo modista, a noção de frase tem uma base funcional e não se define por meio de regras arbitrárias de boa formação. Portanto, as teorias modistas para a construção de frases representam uma abordagem que têm como fundamento uma gramática de dependência e é completada por uma visão funcional da linguagem.

## **Modos de significar**

O pensamento de Avicena, filósofo persa do século XI d.C., teve uma importante, embora indireta, influência na definição de um conceito-chave do modismo: a noção de modo de significar. Avicena distinguiu entre termos de primeira representação como “Sócrates”, e de segunda representação como “sábio”. João Duns Scotus (ca. 1266-1308), em seu *Opus oxoniense*, fez uso dessa distinção em suas discussões do significado de termos mentais de segunda ordem como “sábio” e “sabedoria”. Na verdade, Scotus

perguntou-se qual seria a diferença de significado entre termos semanticamente próximos como “sábio” e “sabedoria”.

Por exemplo, nas frases “Sócrates é sábio” e “Sócrates é sabedoria” o que os termos “sábio” e “sabedoria” teriam em comum? Duns Scotus responde que tanto “sábio” quanto “sabedoria” fazem referência essencialmente à mesma qualidade universal, porém, “sabedoria” significa essa qualidade em si mesma. De fato, um simples teste de substituição de “sábio” por “sabedoria”, nessas frases, demonstra que esses termos não são intercambiáveis. Como explicar a diferença de significado entre esses dois termos?<sup>2</sup>

Scotus responde essa pergunta com o uso de uma distinção que é importante para o entendimento da sintaxe modista: o que distingue “sábio” de “sabedoria” não é seu significado essencial ou universal – o mesmo para os dois termos –, mas as maneiras diferentes por meio das quais esses dois termos representam aspectos distintos dessa realidade essencial. Duns Scotus e os modistas chamam essas maneiras diferentes de modos de significar (*modi significandi*). Assim, enquanto “sabedoria” significa a qualidade “possuir a sabedoria” de maneira absoluta, sem levar em conta sua inerência em qualquer “sábio” particular, “sábio” significa que uma substância singular, Sócrates, participa da qualidade “possuir a sabedoria”. Por conseguinte, de acordo com essa distinção, “sábio” significa o aspecto concreto da qualidade acidental “possuir a sabedoria” e “sabedoria” faz referência ao aspecto total, real e independente dessa qualidade – aquilo que a filosofia da Idade Média chama de universal.

Como significa tanto uma qualidade inerente quanto uma substância particular, a palavra “sábio” pode funcionar como o sujeito (substância) ou como o predicativo (qualidade) do sujeito em ocorrências de tipo “sujeito + predicado”. Já o termo “sabedoria”, que faz referência apenas a um universal, normalmente funciona como sujeito e não como predicado de uma proposição de tipo “sujeito + predicado”. Excetuam-se a construção autorreferencial “A sabedoria é a sabedoria” e construções em que se utilizem figuras de linguagem, por exemplo: “Deus é a sabedoria”.

Portanto, existem dois modos diferentes (*modi significandi*) da qualidade universal “sabedoria” em “sábio” e em “sabedoria”. A palavra “sábio” faz referência à participação de uma substância “x” na qualidade universal “sabedoria”; assim, “x é sábio” é sinônimo de “x tem parte da sabedoria”. Já a palavra “sabedoria” faz referência à posse absoluta dessa qualidade: a sabedoria absoluta é a sabedoria *per se*.

---

<sup>2</sup> Anselmo (ca. 1033-1109) abordou um problema semelhante em seu *De grammatico (O gramático)*, cuja pergunta principal é: “o gramático” faz referência a alguma coisa possuída por alguém, ou seja, a uma qualidade (propriedade), ou é uma substância independente? (DE LIBERA, 1998, p. 295). Para Anselmo, embora “gramátic-o” e “gramátic-a” diferenciem-se gramaticalmente apenas por letras que equivalem a suas desinências de gênero, em sentido lógico, diferenciam-se pelo fato de “gramática” significar sempre um sujeito e “gramático” significar duas coisas: diretamente, significa um predicado (um termo acidental concreto), a saber: “ser conhecedor de gramática”; indiretamente, “gramático” significa uma substância (sujeito), um possuidor desse predicado: “o conhecedor de gramática”. Segundo Anselmo, “gramático” não pode significar um sujeito de uma proposição diretamente porque é impossível pensá-lo sem o estatuto de predicado. Nesse sentido, o significado lógico (primeiro) do termo “gramático” é sempre o de um predicado. Por conseguinte, Anselmo separa o sujeito lógico do sujeito gramatical. As preocupações semânticas de Anselmo ajudaram a abrir caminho para uma tradição na filosofia da linguagem que procura esclarecer as distinções entre pensamento gramatical e pensamento lógico: os nominalistas foram os principais representantes dessa tradição no contexto medieval.

Os diferentes modos de significar de “sábio” e “sabedoria” são as causas explicativas (lógico-metafísicas) de sua classificação, respectivamente, como adjetivo e substantivo. Além disso, seus modos de significar explicam os tipos de posições que essas duas palavras podem ocupar em construções sintáticas de um ponto de vista lógico e metafísico.

A noção de modo de significar é muito importante para a teoria modista. Tomás de Erfurt, como fazem todos os gramáticos modistas, distingue entre modos lexicais e modos sintáticos: os primeiros, para classificar as palavras, os segundos, para explicar as conexões sintáticas.

## Sintaxe modista

No lugar de sintagmas, como no modelo gerativo, os modistas assumiam como unidade básica de análise aquilo que chamavam de *constructio* (construção): uma união de não mais do que duas palavras. Por exemplo, uma construção pode ser a união de um nome e um verbo, como em:

(1) *Socrates currit* (“Sócrates corre”).

Trata-se, pois, de uma teoria em que as ligações entre as unidades básicas são de tipo palavra-palavra ao seguirem um modelo “item-a-item”, como nas *DGs*, e não “sintagma-a-sintagma”, como nas *PSGs*.

O princípio definidor é a noção de dependência: na relação, há sempre um item que é nuclear ou determinante (*terminans*) e outro que é dependente (*dependens*) do item nuclear ou determinante.

Há uma hierarquia entre as classes de palavras, sendo que a classe dos nomes é considerada a categoria mais alta. Isso se dá porque o nome é visto como uma categoremático, a saber: um termo que “supõe” (faz referência a) uma coisa ou um conjunto de coisas no mundo e que tem significado independente nas (e das) proposições.

Na metafísica aristotélica, uma substância antecede ontologicamente seus acidentes. Como a teoria modista faz parte de um programa de correspondências, o nome é visto como o correspondente da substância e, portanto, como anterior às outras classes de palavras, as quais expressam sentidos menos essenciais (ou mais acidentais) que o nome. Daí o nome ser hierarquicamente superior às outras classes de palavras. Uma noção do nome semelhante a essa é encontrada nas discussões do linguista dinamarquês Otto Jespersen (1860-1943) sobre as partes da frase<sup>3</sup>.

As palavras que sofrem flexão são consideradas mais nucleares que aquelas que não sofrem. Essa separação obedece ao mesmo princípio aristotélico que define a escolha do nome como categoria principal, já que os indeclináveis ou não conjugáveis não possuem os acidentes das palavras flexionáveis. Nesse sentido, as preposições,

---

<sup>3</sup> Em seu *The Philosophy of Grammar*, Jespersen chama de *composite denomination* a ação de nomear qualquer coisa ou pessoa por meio de uma frase. Segundo ele, nas *composite denominations* há sempre uma palavra de importância suprema e uma ou mais palavras que a modificam e estão unidas a ela por meio do que ele chama de subordinação (*subordination*). Tais palavras são chamadas de adjuntos e são entendidas como secundárias (*secundaries*). Para Jespersen (1951), entre as classes de palavras, os nomes substantivos, entendidos como concretos, ou seja, enquanto se referem a coisas reais – como “pedra” –, e não a coisas abstratas – como “beleza” –, são o que ele denomina palavras primárias (*primaries*) das línguas.

conjunções e advérbios<sup>4</sup> seriam menos substanciais e mais acidentais que nomes, verbos e participios. Vê-se nessa classificação uma clara aplicação da dicotomia “substância vs. acidentes”, oriunda da lógica e da metafísica de Aristóteles, utilizada, nesse caso, para a classificação das palavras. O uso dessa dicotomia remonta a Prisciano, como se vê nesta passagem das *Institutiones grammaticae* na qual o gramático bizantino discute o significado do pronome interrogativo *quis* (“quê”) em latim:

Huic nomini, id est *quis*, quod est interrogatiuum uel infinitum, redditur *qui* relatiuum: *quis scripsit bucolica? qui etiam georgica*. Hoc tamen, id est *quis* interrogatiuum, proprio quoque adiungitur cum uerbis substantiuis uel uocatiuis similem uim habentibus. Et pronomen etiam redditur huic: *quis est Trypho? uel quis nominatur Trypho? – ego uel tu uel ille*, uel e contrario cum pronomine adiunctum tò *quis* nomen desiderat sibi reddi: *quis est ille? uel quis uocatur? Achilles*. Et manifestum ex hoc quoque quod, quando nomini adiungitur substantiam definitam in aliqua certa persona quaerimus suppositi; hanc enim solam ostendunt pronomina quorum demonstratio sibi quoque accidentia consignificat, unde ad omne suppositum pertinent. Quando uero pronomibus iungitur *quis*, substantiam quidem intellegimus, non etiam proprietatem qualitatis, quae nomine explanatur.

Et est manifestum quod loco proprium nominum pronomina accipiuntur, cum ex eorum interrogatione proprie intelleguntur. Cum enim dico *quis es tu? uel ille?* sine dubio de quibusdam finitis hoc dico substantiis, in quibus etiam proprietates desidero scire, et cum a propriis quoque pronominatiuae redditiones fiunt: *quis est Trypho? ego uel ille*.

O *qui* relativo responde a este nome, isto é, *quis*, que é interrogativo: *quis scripsit bucolica? qui etiam georgica*. Esse *quis* interrogativo, entretanto, também se liga a um nome próprio quando os verbos substantivos ou vocativos possuem valor semelhante. Ele é respondido também por um pronome (pessoal): *quis est Trypho? ou quis nominatur Trypho? ego ou tu ou ille*. Ou, do contrário, quando um pronome se junta a *quis*, responde-se com um nome (próprio): *quis est ille? ou quis uocatur? Achilles*. Também é evidente, a partir disso, que, quando se junta a um nome suposto, buscamos a substância definida do suposto em alguma pessoa certa, que, de fato, somente os pronomes revelam – a demonstração dos quais cossignifica os acidentes; daí que (os pronomes) dizem respeito a todo suposto.

Porém, quando *quis* se associa aos pronomes (pessoais), conhecemos, de fato, a substância, mas não a propriedade da qualidade que é explicada pelo nome. E fica claro que os pronomes são tomados no lugar dos nomes próprios, quando são entendidos a partir da sua própria interrogação. Quando, com efeito, eu pergunto: *quis es tu?, ou ille?*, sem dúvida eu estou falando das substâncias definidas de certas pessoas, das quais quero saber também as propriedades, e também quando se oferecem respostas pronominais a partir de nomes próprios: *quis est Trypho? ego ou ille* (*Institutiones grammaticae* 2, 129, 5-130, 2).

Nesse excerto, é possível observar que a construção do pronome interrogativo com outras partes da frase pode revelar se a pergunta é a respeito da substância ou dos seus acidentes: quando a construção é de tipo “*quis* + verbo substantivo/vocativo + nome (próprio)” procura-se saber a respeito de uma substância e de seus acidentes; quando, porém, a pergunta é feita com o uso de uma construção do tipo “*quis* + verbo substantivo + pronome”, quer-se saber a respeito apenas dos acidentes, pois a substância já é conhecida.

Ressalte-se, nessa passagem, que o correspondente gramatical da categoria metafísica da substância é o que o Prisciano de Cesareia chama de “suposto”. O suposto (“posto debaixo de”) representa um conceito da lógica e diz respeito a um nome (substantivo, próprio ou comum) que se refere a uma ou a todas as substâncias do mundo

---

<sup>4</sup> A interjeição é um caso especial: embora não receba flexão e, portanto, não possua acidentes, é considerada pelos modistas como portadora de uma natureza verbal – o nome no caso vocativo é interpretado como seu determinante.

por ele denominadas: por exemplo, o suposto “homem” nomeia todos os homens do passado, do presente e do futuro.

O termo técnico “suposto” terá um longo percurso na história da lógica e da gramática. Será retomado seja nas gramáticas modistas, seja como noção principal da “teoria da referência dos termos” ou “teoria da suposição” – uma das elaborações intelectuais mais interessantes da Filosofia Medieval cujo principal expoente será Guilherme de Ockham (1268-1350).

Além do par “determinante-dependente” (*terminans-dependens*), há outra dicotomia importante para a compreensão da sintaxe modista: aquela de *primum* (primeiro) e *secundum* (segundo), que é uma distinção posicional entre as partes da frase. O primeiro (*primum*) é o *constructibile* (“construtível”) que aparece linearmente por primeiro na construção – no caso de (1), o primeiro é “Sócrates”. O outro construtível de (1), “corre”, é o segundo que aparece linearmente.

Na teoria sintática modista, a importância da dicotomia “primeiro-segundo” está na relação entre ela e a dicotomia “determinante-dependente”, uma vez que a posição de cada um dos dois elementos define a transitividade da construção. Construções intransitivas são aquelas em que o determinante é o primeiro e o dependente é o segundo. Em (1), “Sócrates” é determinante e primeiro e “corre” é dependente e segundo; logo, (1) é uma construção intransitiva.

De acordo com Tomás de Erfurt, todos os tipos de construções reduzem-se a esses dois tipos: transitivas ou intransitivas:

[...] constructionum alia transitive, alia intransitiva. Et ista divisio est sufficiens, quia ad has duas differentias reducuntur omnes constructionum species. Nam retransitiva, et reciproca ad transitivam reducuntur, ut postea patebit.

[...] a construção ou é transitiva ou é intransitiva. E essa divisão é suficiente, porque todas as espécies de construções são redutíveis a essas duas diferenças. Porque, as bitransitivas e as reflexivas são redutíveis à transitiva, como ficará claro a seguir (TOMÁS DE ERFURT, XLVII, 91).

Um exemplo de construção transitiva é:

(2) Vê Platão.

Em (2), “Platão” é determinante (*terminans*) e segundo (*secundum*) e “vê” é dependente e primeiro. Note-se que a forma “vê” supõe a existência de uma referência a outro referente, ou seja, aquele que vê Platão. De fato, é justamente a existência de outro referente que indica que a construção é transitiva, porque a ação de “ver” transita de um suposto para o outro.

A transitividade ou a intransitividade de uma frase não tem a ver com construções em que necessariamente existam verbos. O que define uma construção como intransitiva é o fato de esta fazer referência a uma e somente uma entidade ou conjunto de entidades no mundo. Ou seja, se os elementos que compõem uma construção não são correferenciais, essa construção será transitiva; por exemplo:

(3) Sócrates vê Platão<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Ressalte-se que toda construção transitiva é, na verdade, complexa: “Sócrates vê Platão” pode ser analisada como “Sócrates vê” e “Vê Platão”. A primeira dessas construções é intransitiva e simples (faz uma referência direta a uma e somente uma substância no mundo), a segunda, embora não faça referência

Em (3), “Sócrates” e “Platão” referem-se a substâncias diferentes, portanto, (3) é uma construção transitiva.

Além dos pares “determinante-dependente” (*terminans-dependens*) e “primeiro-segundo” (*primum-secundum*), há uma terceira dicotomia importante para a compreensão da sintaxe modista: *primum* (“anterior”) e *posterius* (“posterior”). Nesta dicotomia, o *primum* (“anterior”) do par de elementos que compõem uma construção (que é sempre de tipo “item-a-item”) é um nominal (nome, pronome ou particípio) e faz referência a uma substância no mundo para a qual o discurso converge. Essa substância para a qual o discurso converge é aquela que aparece por primeiro no universo do discurso e corresponde ao núcleo da construção. Assim, na relação *primum-posterius*, em (1), o *primum* é Sócrates. A forma verbal *currit* (“corre”) é o *posterius* da construção, porque veicula uma informação acidental, secundária, posterior a respeito de Sócrates. Note-se que, em (1), “corre” poderia ser substituído por outro verbo, particípio ou adjetivo sem alteração no caráter básico da construção, ou seja, ser uma afirmação a respeito da substância “Sócrates”<sup>6</sup>.

Enquanto o cruzamento das dicotomias “determinante-dependente” e “primeiro-segundo” define a transitividade da construção, a distinção “anterior-posterior” mostra qual dos construtíveis é hierarquicamente mais importante. Por conseguinte, de acordo com a dicotomia *primum-posterior*, o *primum* (“anterior”) será sempre o determinante (*terminans*) da construção; logo, o anterior será sempre o núcleo da construção, não importando a posição linear que ocupe.

Todas as regras de funcionamento sintático das palavras na sintaxe modista são derivadas de um único princípio: uma parte do discurso depende semanticamente de outra parte do discurso. Como consequência disso, no *Tratado sobre os modos de significar*, de Tomás de Erfurt, qualquer discurso é analisado em uma relação de tipo: “a parte x depende da parte y”:

Et illud est in omni constructione constructibile primum, quod post se dependet ad obliquum; illud vero secundum, quod ante se dependet ad suppositum. Illud est etiam secundum, quod dependet ad determinabile. Et ratio horum est, quia illud, quod post se dependet ad obliquum, dependet ad ipsum ut ad terminum et ultimum; quod autem ante se dependet ad suppositum dependet ad ipsum ut ad principium et ad primum; quod autem dependet ad suum determinabile dependet ad aliquid prius se; determinatio autem, et dispositio rei, est posterior ipsa re.

Em toda construção, há um construtível primeiro que depende de um oblíquo depois de si e um segundo, que depende de um suposto antes de si. De fato, o segundo é aquele que depende do suposto que está antes de si. Será segundo porque depende de um determinável. É a razão disso é que aquele que depende de um oblíquo depois de si, depende dele como término e último, e aquele que depende de um suposto, depende deste como princípio e primeiro. Ademais, aquele que depende de seu determinável, depende de algo anterior a si. Ora, a determinação e a disposição da coisa é posterior à própria coisa. (TOMÁS DE ERFURT, XLVII, 91).

De acordo com o princípio de análise apresentado acima, uma sequência como:

(4) *Albus Socrates currit bene*.

---

direta a qualquer substância particular além de Platão, é transitiva e complexa, pois há um ele ou ela que vê Platão.

<sup>6</sup> Observe-se que essas três dicotomias são aplicações para fins gramaticais da dicotomia “substância-acidente”. Esse uso de dicotomias da lógica e da metafísica aristotélicas em explicações gramaticais é comum por parte dos modistas.

[O pálido Sócrates corre bem.]<sup>7</sup>

Pode ser analisada em três construções:

(5) *Albus Socrates* (em que *Albus* depende de *Socrates*).

(6) *Socrates currit* (em que *currit* depende de *Socrates*).

(7) *Currit bene* (em que *bene* depende de *currit*).

Ou seja, para cada construção, há um termo dependente, que Tomás de Erfurt chama de aposto (*appositum*) e um termo independente ou determinante, que o mesmo gramático denomina suposto (*suppositum*). O suposto de uma construção é sempre o termo que faz a referência mais direta a uma substância no mundo. Nesse sentido, em “Corre bem”, “bem” é o aposto de “Corre”, porque o número e a pessoa indicados em “Corre” referem-se diretamente a um referente no mundo, a saber: a uma substância; enquanto “bem” refere-se à qualidade da ação dessa substância.

Na metafísica pressuposta pelos modistas, a existência de uma entidade ou substância precede quaisquer de seus atributos ou acidentes: se não há substância não há acidentes e nunca pode haver acidentes sem o nexos de uma substância. Sócrates é Sócrates antes de ser pálido, filósofo, ateniense, sábio, etc. Como a classe dos nomes é constituída de palavras que fazem referência a substâncias no mundo, em qualquer frase em que haja um nome substantivo, esse nome será visto como a parte do discurso de que outras partes dessa frase dependem.

Na ontologia modista de Tomás de Erfurt, mais fundamental que a distinção “substância-acidente” é a distinção entre o *ens* (o “existir” de uma substância particular) e o *esse* (o “existir desta ou daquela forma”, que se refere aos acidentes/características de uma substância particular). Quando transferida à sintaxe, essa distinção ontológica correlaciona-se com a diferença entre o modo de significar o *ens* (o ser) por si mesmo, que é denotado, por exemplo, por um nome substantivo como “Sócrates”, e o modo de significar a ligação de um verbo como “corre” com um nome substantivo. Ou seja, a diferença entre “Sócrates” e “corre” é análoga à distinção entre *ens* (a existência pura e simples), que é predicável de substâncias como Sócrates, e o *esse* (ser isto ou aquilo), que corresponde a todos os demais atributos de substâncias como Sócrates. Outros acidentes similares a “corre” poderiam ser atribuídos a Sócrates: “ser ateniense”, “ser condenado”, “estar saudável”, “estar deitado” etc., mas o “ente” (*ens*) de Sócrates é um atributo primário (um predicável) anterior a todos os predicados possíveis para esta substância “Sócrates”. Por sua generalidade, a filosofia medieval chamou o predicável *ens* (ente) de transcendental.

A importância fundamental da distinção *ens-esse* para a compreensão da sintaxe modista, do ponto de vista da *Gramática especulativa* de Tomás de Erfurt, é transparente na diferenciação entre os modos essenciais do participio e do verbo, em que Tomás de Erfurt deixa claro aquilo que o verbo tem de próprio, como classe de palavras e parte da frase:

Modus significandi generalissimus essentialis verbi est modus significandi rem per modum esse, et distantis a substantia. Ad cuius intellectum est notandum, quod licet uterque modus, scilicet esse et distantis, sit forma verbi absolute sumpti, tamen comparando verbum ad participium,

<sup>7</sup> Essa é uma das ocorrências originais de Tomás de Erfurt (BURSILL-HALL, 1971; 1972; 1995; COVINGTON, 1984; BORGES NETO; DASCAL, 2004).

modus esse habet rationem materiae, respectu verbi, quia facit verbum cum participio convenire; sed facere convenire est proprietas materiae; modus autem distantis habet rationem formae, quia facit verbum ab omnibus aliis distare et differre. Et quia alia est ratio materiae, et alia ratio formae, ideo componendo unum cum altero, ex utroque resultat unus modus, per naturam compositionis. O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser [*modus esse*] e (do modo) do distar da substância. Para entender essa definição, é necessário observar que, quando o verbo é comparado ao participio, embora tanto o modo do ser quanto o do distar sejam a forma do verbo em sentido absoluto, nota-se que o modo do ser cumpre o papel de matéria com respeito ao verbo e faz com que o verbo e o participio tenham características comuns. De fato, ter características comuns é uma propriedade da matéria. O modo do distar cumpre o papel de forma, porque faz o verbo distanciar-se e diferir de todas as outras classes de palavras. É como um é o papel da matéria e outro o da forma, de sua complementaridade resulta um único modo, por meio de uma composição (TOMÁS DE ERFURT, XXV, 44).

Portanto, embora tanto o participio quanto o verbo tenham o modo do ser, e, assim, façam referência aos acidentes da substância, o verbo possui adicionalmente o modo de distar (*modus distantis*), que o separa tanto do participio quanto das demais classes de palavras. O modo de distar indica, de fato, a separação do verbo, que corresponde ao *esse*, do suposto, que corresponde ao *ens*.

A noção de dependência sintática, *mutatis mutandis*, reaparece na ideia de uma *hiérarchie des connexions* para as partes do discurso das sentenças, nas reflexões do linguista francês Lucien Tesnière (1893-1954) em seus *Éléments de syntaxe structurale* (1965). Embora os princípios de análise de Tesnière pareçam-se com as noções sintáticas de Tomás de Erfurt, deve-se observar, em primeiro lugar, que os modistas não representavam suas análises sintáticas esquematicamente, como o faz Tesnière com seus *stemmates*.

Há outra diferença, de caráter metafísico: os modistas justificam sua escolha do nome substantivo como núcleo ou elemento mais importante das construções ao interpretarem que o nome é a categoria linguística que mais corresponde às coisas reais ou concretas do mundo. Nesse sentido, quando um modista diz “cadeira”, pensa que esse nome corresponde a um conceito mental de uma coisa concreta, ou seja, que há no mundo coisas cuja soma de propriedades (modos de ser) correspondem ao que se entende por “cadeira”. Portanto, de acordo com a teoria modista, se a linguagem corresponde à realidade, o elemento da linguagem em que essa correspondência é mais completa é a classe dos nomes das coisas reais e, conseqüentemente, os nominais (nome, pronomes e participios) devem ser considerados os núcleos das construções de que fazem parte.

Tesnière difere de Tomás de Erfurt e dos modistas nesse ponto, pois entende que o verbo e não o nome é normalmente, embora nem sempre, a categoria hierarquicamente mais importante na construção das frases. Para ele, o verbo funciona como um cenário ou palco em que os outros elementos são como que os atores de uma peça teatral. Carone (2006, p. 61), que adota o modelo de análise sintática da gramática de dependências de Tesnière, entende que o verbo é “o centro gramatical da oração: é nele que se localizam os morfemas frasais”.

Todavia, embora o nódulo verbal da sintaxe de Tesnière seja geralmente o elemento para o qual todos os outros elementos convergem, essa convergência não é dirigida sempre para um elemento verbal (implícito ou explícito) em todas as sentenças:

O nódulo dos nódulos é geralmente o nódulo verbal, de acordo com os exemplos citados até aqui. Mas nada impede que uma frase tenha por nódulo central um nódulo substantivo,

adjetivo ou adverbial. Isso ocorre com frequência, sobretudo na conversação do dia a dia e nos títulos de obras literárias. (TESNIÈRE, 1965, p. 15, tradução nossa)<sup>8</sup>

Tesnière sugere que pode haver línguas em que não haja distinção entre verbos e substantivos. Na verdade, o que ele postula como universal linguístico é uma montagem (*agencement*) de um ou vários nódulos como estrutura de base de qualquer língua natural (TESNIÈRE, 1965).

### A finalidade do discurso: um julgamento da mente

Para concluir sua discussão sobre sintaxe, Tomás de Erfurt utiliza uma doutrina da metafísica de Aristóteles, que pode ser resumida assim: no mundo, há quatro causas ou princípios para todas as coisas que são produzidas (TOMÁS DE ERFURT, XLV, 88-9<sup>9</sup>). Esses quatro tipos de causas gerais para a existência atual das coisas que são produzidas são as causas material, formal, eficiente e final dessas coisas.

Para entender a ideia por trás dessa postulação de quatro causas gerais para a existência das coisas que são produzidas, basta um exemplo simples: ao esculpir uma estátua de mármore, um escultor necessita de uma quantidade de um determinado tipo de mármore (causa material), precisa ter em mente um plano de execução para sua obra (causa formal), tem de, efetivamente, fazer seu trabalho (causa eficiente) e, por fim, precisa ter uma motivação para produzir seu trabalho (causa final).

Tomás de Erfurt utiliza a doutrina das quatro causas para explicar os princípios gerais que permitem que uma construção seja gramatical e completa. Esses princípios, que são chamados de *principia construendi* (princípios de construir), são representados no quadro a seguir:

**Quadro 1. As quatro causas da construção**

MATERIAL	<i>constructibilia</i> (construtíveis): palavras com estatuto de partes do discurso.
FORMAL	<i>unio constructibilium</i> (combinação dos construtíveis): é a combinação dos modos de significar das partes a partir de seu emparelhamento.
EFICIENTE	(a) INTERNA: em que coatuam os modos de significar das partes do discurso envolvidas (seus modos de significar acidentais respectivos): o caso, o tempo, o gênero, o número, etc. (é a dimensão automática das relações porque não exige julgamento).  (b) EXTERNA: é a ação do intelecto humano que constrói as sentenças por meio do julgamento.
FINAL	A enunciação de um julgamento ou expressão de um conceito composto/completo da mente (reduzível a uma proposição de tipo “sujeito + predicado”).

<sup>8</sup> “Le noeud des noeuds est généralement un noeud verbal, ainsi qu’il ressort des exemples cités jusque’ici. Mais rien n’empêche, qu’une phrase ait pour central un noeud substantival, adjectival ou adverbial. Le cas est surtout fréquent dans la conversation courante et dans les titres d’ouvrages littéraires”.

<sup>9</sup> Os algarismos romanos indicam os capítulos, as páginas do *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa*, de Tomás de Erfurt, são indicadas pelos algarismos hindu-arábicos.

Tomás de Erfurt explica que essas quatro causas ou princípios regem o processo lógico, linear e cumulativo da formação, expressão e compreensão de um julgamento completo por parte do intelecto. Assim, a causa formal e a eficiente interna pressupõem a causa material, a causa eficiente externa e a final pressupõem as causas formal e eficiente interna.

Cada uma das fases do processo que leva ao discurso completo é chamada de *passio* (“fase”). A causa material constrói a primeira fase do discurso completo, que é chamada de construção (*constructio*). A *constructio*, que é a primeira *passio* (“fase”), é o emparelhamento de duas partes do discurso. A primeira das duas partes é chamada de suposto (um categoremático) a outra de aposto (um termo dependente). Covington (1984, p. 62) chama essa primeira fase de “pairing of words”.

A *constructio* (construção simples), composta de um par de partes do discurso, é pressuposta pelas outras causas, já que não há discurso sem palavras. Todavia, duas palavras juntas não formam necessariamente uma construção gramatical: “\*Sócrates correm”, por exemplo, é agramatical. Consequentemente, há uma segunda fase (*passio*), que responde às causas formal e eficiente interna do discurso, que Tomás de Erfurt denomina gramaticalidade (*congruitas*). A gramaticalidade é o resultado de um processo automático de concatenação entre os modos de significar das partes do discurso, as quais precisam estar em conformidade (*conformitas*) para que a construção seja gramatical.

A completude (*perfectio*) é a última das três disposições (*passiones*) do discurso. A completude é constatada pela possibilidade de uma construção transmitir um conceito completo da mente do emissor para a mente do interlocutor: “[...] signum perfectionis constructionis est generare perfectum sensum in animo auditoris [...]” [“o sinal da completude da construção é gerar um sentido completo na mente do ouvinte”] (TOMÁS DE ERFURT, LIV, 117). Esse sentido completo significa que o significado de uma construção completa precisa ser sempre, de alguma forma, verificável no mundo, ou seja, deve afirmar ou negar algo (*quid*) sobre alguma coisa (*alterum*) no mundo. Nesse sentido, Covington (1984, p. 71, tradução nossa) chama a atenção para a função comunicativa da completude como um diferencial explicativo da teoria modista e como ponto de consenso entre os modistas:

Um ponto a respeito do qual todos os modistas concordam é que a completude da frase se define por sua capacidade de desempenhar uma função comunicativa: expressar um conceito composto e, portanto, transmitir um pensamento completo ao interlocutor. Ou seja, para os modistas, a frase completa tem uma base funcional que não se define por regras arbitrárias de boa formação como  $S \rightarrow NP VP$  de Chomsky.<sup>10</sup>

A exposição dessa dimensão funcional das construções sintáticas, que completa a descrição da sintaxe latina do *Tratado sobre os modos de significar*, foi, sem dúvida, um dos objetivos do programa modista. Tomás de Erfurt atingiu esse objetivo com sucesso.

---

<sup>10</sup>.”One point on which all the Modistae agree is that the completeness of the sentence is defined by its ability to carry out its communicative function, which is to express a compound concept and thereby convey a complete thought to the hearer; that is, for them, the concept ‘complete sentence’ has a functional basis rather than being defined by an arbitrary formation rule like Chomsky’s  $S \rightarrow NP VP$ ”.

## Considerações finais

De acordo com o que foi discutido neste artigo, é possível concluir que a teoria sintática dos modistas é uma tentativa consciente de síntese entre aristotelismo medieval e tradição gramatical.

Observa-se nas teorias modistas uma busca de relações proporcionais que gerem organicidade para essas teorias: a discussão sobre as fases (*passiones*) da formação e expressão de um julgamento completo é exemplo disso. Ademais, pode-se afirmar que a sintaxe modista pressupõe uma ontologia realista moderada: há uma busca constante por correspondências entre os fenômenos da linguagem e a interpretação da realidade como transmitida pelo *corpus* lógico-metafísico aristotélico medieval.

Outra conclusão a que se pode chegar é que a sintaxe modista fundamenta-se em uma abordagem psicológica da linguagem: as entidades teóricas são entendidas como realidades mentais. Nesse sentido, os modistas veem o funcionamento de uma língua natural como uma janela para o entendimento da mente humana e para uma compreensão metafísica dos modos de ser (aspectos universais) do mundo. Como resultado disso, para os modistas, a gramática não é apenas uma propedêutica para o estudo da retórica e da lógica, como propunha a tradição do *trivium* que remontava a Quintiliano (séc. I d.C.), mas é, antes de tudo, uma *scientia sermonicalis*. De fato, a gramática é, para os modistas, a primeira das ciências do discurso, porque é somente por meio de uma compreensão adequada do funcionamento da linguagem que se podem fazer afirmações precisas sobre o intelecto, o mundo e a própria linguagem.

Os pressupostos conceptualistas do modismo serviram de combustível para as críticas de um grupo de estudiosos da linguagem que foi contemporâneo dos modistas: os nominalistas. Houve um pensador nominalista de grande prestígio no século XIV, Guilherme de Ockham, que rejeitava quaisquer entidades teóricas não referenciáveis no mundo. Como os modos de significar não possuíam base empírica, do ponto de vista da navalha de Ockham, eram indefensáveis.

Com o crescimento do movimento nominalista e a ascensão do humanismo, o modismo dos séculos XIV, XV e XVI foi marginal e não há registros de novas ideias modistas depois do tratado de Tomás de Erfurt (ca. 1310).

## REFERÊNCIAS

ANSELMO. O gramático. In: NUNES, R. A. da C. (Tradução). *Os pensadores: Santo Anselmo de Cantuária: Monológio, Proslógio, A Verdade, O gramático; Pedro Abelardo: lógica para principiantes, história das minhas calamidades*. São Paulo: Abril, 1979. p. 172-197.

ARISTÓTELES. Metafísica. In: YEBRA, V. G. (Ed.). *Metafísica de Aristóteles*. Madrid: Gredos, 1970.

\_\_\_\_\_. *Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas*. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2010.

- ALTMAN, C. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BORGES NETO, J.; DASCAL, M. De que trata a lingüística afinal? In: BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.
- BURSILL-HALL, G. L. *Speculative grammars in the High Middle Ages: the doctrine of the partes orationis of the modistae*. The Hague-Paris: Mouton, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Grammatica speculativa of Thomas of Erfurt*. London: Longman, 1972.
- BURSILL-HALL, G. L. Linguistics in the Later Middle Ages. In: BURSILL-HALL, G. *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Cambridge University Press: Cambridge, 1995. p. 130-137.
- CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 2006.
- COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. Historiografia Linguística. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. de S. *Ciências da linguagem: o fazer científico?* v. 1. São Paulo: Mercado das Letras, 2012. p. 381-407.
- COVINGTON, M. A. *Syntactic theory in the high middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- DE LIBERA, A. *A filosofia medieval*. São Paulo: Loyola, 1998.
- DUNS SCOTUS, J. *Opus Oxoniense*. In: NASCIMENTO, C. A. do. (Tradução). *Os pensadores: Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot, Ockham: seleção de textos*. São Paulo: Abril, 1979. p. 239-344.
- JESPERSEN, O. *The philosophy of grammar*. London: George Allen & Unwin Ltda, 1951 [1924].
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MURRAY, S. O. Theory groups in science. In: *Theory groups and the study of language in north America: a social history*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. v. 69. p. 1-26.
- PRISCIANO. *Institutiones grammaticae*. In: KEIL, H.; HERTZ, M. (Ed.). *Grammatici Latini: Prisciani institutionum grammaticarum libri i-xviii*. Leipzig: Teubner, 1855.
- ROSIER, I. *La grammaire spéculative des modistes*. Lille: Presses Universitaires, 1983.
- ROSIER-CATACH, I. Roger Bacon and grammar. In: HACKETT, J. (Ed.). *Roger Bacon and the sciences: commemorative essays*. New York: Brill, 1997. p. 67-102.
- SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografia de la lingüística. In: *NUEVAS APORTACIONES A LA HISTORIOGRAFÍA LINGÜÍSTICA*, 4: 2003, La Laguna. Actas... La Laguna: ARCO/LIBROS, S. L., 2004. p. 113-45.
- TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe stucturale*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1965 [1959].

TOMÁS DE ERFURT. Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa. In: BECCARI, A. J. *Uma tradução da grammatica speculativa, de Tomás de Erfurt, para o português*: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário, 2013. 500 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

**Recebido em:** 06/09/2016

**Aprovado em:** 19/03/2017

# Bivocalidade científico-poética em uma seleção de poemas de Arnaldo Antunes

Sandra Mina Takakura

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil  
sandramita@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1538>

## Resumo

Arnaldo Antunes é conhecido por combinar as criações lexicais com recursos gráficos e sonoros, explorando uma linguagem *verbi-voco-visual* em termos de James Joyce. A poesia concreta, gênero discursivo escolhido pelo autor, transcende os limites das forças criadoras descritas por Bakhtin como a centrípeta, encontrada no poema, e a centrífuga, observada nos campos discursivos e no heterodiscurso do romance, o que permite problematizar a linguagem criativa do poeta que acessa discursos do campo científico por meio de uma arte discursivamente responsiva. Esse artigo tem como objetivos estudar a expressividade em uma seleção de poemas, mapeando os neologismos semânticos sintagmáticos resultantes de uma nova motivação e uso em novos contextos, aliada à noção de signo ideológico e escrutinar discursos relativos aos campos ideológicos, levando em conta a linguagem verbovocovisual.

**Palavras-chave:** heterodiscurso; Arnaldo Antunes; Bakhtin; Volochínov; Guilbert.

## Scientific-poetical bivocalism in a selection of poems, by Arnaldo Antunes

### Abstract

Arnaldo Antunes is known for combining lexical creations with vocal and graphic resources exploring through a kind of *verbi-voco-visual* language in James Joyce's terms. The concrete poetry, the discursive genre selected by the author, exceed the limits of the creative forces drawn by Bakhtin as the centripetal force found in the poem and the centrifugal force observed in discursive fields, and the heteroglossia found in the novel, which allows problematizing the poet's creative language that accesses the scientific field by a discursively responsive art. This article has as objectives studying the expressiveness in a selection of poems, by mapping the semantic and syntagmatic neologisms resulted from a new motivation and the use in new contexts, allied with the notion of ideological signs, as well as scrutinizing the discourses related to the ideological fields, by taking into account the *verbi-voco-visual* language.

**Keywords:** heteroglossia; Arnaldo Antunes; Bakhtin; Voloshnov; Guilbert.

## Introdução

Na obra *Teoria do romance I: A estilística* (2015), Mikhail M. Bakhtin contrasta o gênero romanesco prosaico e a poesia de forma polarizada, partindo do fato de que o estudo da poética do cenário de 1930, na Rússia, não privilegiava uma abordagem que aprofundasse a complexidade da construção da prosa romanesca, uma vez que servia somente aos propósitos dos estudos da poesia. Para Bakhtin (2015), o estudo da prosa deveria escrutinar o heterodiscurso, traçado por ele para investigar tanto as intenções discursivas das personagens quanto as do autor refratadas na obra. Embora a poesia estivesse relacionada diretamente às intenções do autor, mantendo uma relação de

proximidade com a obra, a bivocalidade presente nela exercia somente um papel acessório em seu conjunto, se comparado ao encontrado na prosa romanesca. Um estudo poético, de acordo com o teórico, portanto, mantinha o foco no “problema do símbolo poético” e na questão da polissemia, partindo da premissa de que a linguagem fosse considerada una e estável sem que fossem apontadas as inúmeras ramificações das variantes sociais, estas que se fariam notar no heterodiscurso da prosa romanesca (BAKHTIN, 2015, p. 120).

No entanto, na década de 1950, em um momento de intensas experimentações no campo artístico e literário, houve o surgimento da poesia concreta que, de acordo com Haroldo de Campos (1977, p. 44), transcendeu os contornos da “poesia” e da “prosa”, superando o entendimento acerca da literatura como um projeto meramente estético, descompromissado das questões sociais, partindo para um projeto literário crítico, levando em conta as problemáticas da sociedade moderna.

O processo criativo da poesia concreta evidenciava a ressignificação de signos, resultado de processos de criações neológicas, e escolhas das opções lexicais e sintáticas do autor, aliada às experimentações na linguagem visual e gráfica. A poesia concreta recorre na atualidade em obras como a de Arnaldo Antunes, cuja produção poética é notadamente permeada por criações neológicas e experimentações nas linguagens visuais.

Medviédev (2010, p. 199) assevera que os modos de representação estão intrinsecamente relacionados com as possibilidades de representação disponíveis a determinadas épocas por meio de gêneros discursivos: “o domínio da época em seus diferentes aspectos – familiar e cotidiano; social e psicológico – acontece em uma ligação ininterrupta com os meios de sua representação, isto é, com as principais possibilidades de construção de gênero”.

O gênero discursivo pode ser descrito como uma combinação do uso da língua, escolhas do autor em determinadas esferas comunicativas: “elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional)”, estas que se unem “no *todo* do enunciado” em “uma esfera de comunicação” (BAKHTIN, 2011, p. 279). A pesquisadora bakhtiniana Luciane de Paula (2016) chama a atenção a dois aspectos no gênero discursivo, o aspecto autoral, das marcas estilísticas de um autor, e o aspecto geral comum a gênero discursivo tipificado<sup>1</sup>.

Para este estudo, foram selecionados o título da coletânea *2 ou + corpos no mesmo espaço*, o poema que dá nome à coletânea, “Terra” e “Átomo Indivisível” a serem investigados enquanto enunciados artísticos responsivos ao discurso da esfera científica, por meio da noção de heterodiscurso vicejada por Mikhail M. Bakhtin, partindo da seleção das criações neológicas semânticas, seguindo as noções de Louis Guilbert nos corpora de análise. Como procedimento metodológico, foram coletados os neologismos literários que se configuram como resultados das escolhas do autor, ou seja, os neologismos estilísticos (GUILBERT, 1972, p. 24-25), observados à luz de noções de signo ideológico e conteúdo semiótico traçados por Volochínov e Bakhtin em

---

<sup>1</sup> “Análise Dialógica de Discursos Transmedia”, palestra proferida no 64º Seminário do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Assis/SP, de 06 a 08 de julho de 2016.

*Marxismo e Filosofia da Linguagem*, levando em conta a linguagem em seus aspectos verbovocovisuais.

Arnaldo Antunes, por meio de sua arte, estabelece relações dialógicas, desestabilizando o discurso científico. Consequentemente, desafia as categorizações e os limites das distinções das esferas ideológicas artísticas e científicas, possibilitando transcendê-los, subvertendo, dessa forma, a autonomia do campo científico, no qual o conteúdo subordina a forma, no território do campo artístico em que o estilo predomina sobre o conteúdo. Trata-se, portanto, de um estudo acerca do discurso enquanto refração de grau segundo do discurso científico, evidenciada por Grillo (2006), que parte do método formal de Medviédev (2010).

### **A forma e o tema da poesia concreta**

Os gêneros ou subgêneros literários podem ser vistos como gênero discursivo bakhtiniano dotados de forma e tema que se inter-relacionam, produzidos a partir das intenções comunicativas imersas em determinados contextos sócio-históricos. Portanto, a poesia concreta é vista como um gênero discursivo relacionado à vida política, social e econômica, em uma determinada sociedade:

As relações de produção e a estrutura sociopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. (VOLOCHÍNOV; BAKHTIN, 2012, p. 43).

Por “atos de fala”, Volochínov e Bakhtin (2012, p. 286) denotam gêneros discursivos realizados em sua forma concreta, dotados de materialidade,<sup>2</sup> que são inerentes ao uso concreto da língua em uma determinada época e local, sendo consideradas “formas relativamente estáveis e normativas de enunciado”.

É importante frisar que a poesia concreta foi criada em torno de 1950 pelo trabalho do grupo “Noigandres” em São Paulo e do poeta suíço Eugen Gomringer, em meio a intensas reflexões quanto às formas e às linguagens literárias que motivaram experimentações visuais e sonoras, observadas nas experimentações tipográficas e espaços em branco na página em “um lance de dados” de Stéphane Mallarmé, notado no caligrama do poeta Apollinaire “Comme si”, aliada às “reduções linguísticas” da poesia pau-brasil, no falar regional e no cinema de montagem soviética de Eisenstein (CAMPOS, 1977). A linguagem verbal estabeleceu relações com outras mídias, autoproclamando-se como uma arte “espaço temporal” e, em termos joyceanos, “*verbi-voco-visual*” (CAMPOS, 1977, p. 45-46).

Similar a outros movimentos modernos, a poesia concreta tornou-se uma forma de enunciado estável disponível aos autores de fases posteriores, havendo poucas restrições quanto às escolhas de temas a serem abordados, permitindo uma liberdade maior de criação.

---

<sup>2</sup> Anotações da disciplina: “Por uma Ciência Dialógica da Linguagem: Discurso, Enunciado e Relações Dialógicas”, ministrada pela Profa. Dra. Sheyla Grillo, de 15 a 19 de fevereiro de 2016.

O processo das escolhas composicionais perpassa a consciência ideológica do autor imersa no contexto histórico e social, no qual o signo ideológico é constituído enquanto possuidor de um *tema* compartilhado socialmente e que, ao final, recebe um acento individual, representado a “cada manifestação verbal” (VOLOCHÍNOV; BAKHTIN, 2012, p. 46).

Os temas abordados, por meio das experimentações na linguagem verbal e nas criações estilísticas, podem ser compreendidos como dotados igualmente de sentidos ideológicos. Tais escolhas, conhecidas como o estilo do autor, são escrutinados por meio da estilística e resultam em sua expressividade (IGNEZ; CARDOSO, 2012).

### **Produto ideológico**

O poema concreto é composto pela linguagem verbal e não verbal, que podem refletir ou refratar a realidade e o posicionamento do autor e sua relação com a música e a arte gráfica e visual, portanto, podem ser considerados produtos ideológicos:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. (VOLOCHÍNOV; BAKHTIN, 2012, p. 31).

A respeito do signo, “tudo que é ideológico é um *signo*” – asseveram Volochínov e Bakhtin (2012, p. 31), o que indica que o signo seja um produto ideológico por excelência, cuja abrangência ideológica remete ao semiótico que transcende para além dele: “Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN, 2012, p. 33). Tais valores podem ser compreendidos no domínio do “campo” discursivo distinto, como o artístico e o científico abordados neste estudo (VOLOCHÍNOV; BAKHTIN, 2012, p. 33).

A compreensão dos poemas concretos por parte do leitor é dificultada pelos recursos gráficos inerentes ao gênero, que podem impossibilitar a oralização. Alguns dos poemas são oralizados pelo próprio autor no CD que acompanha o livro. Compreende-se que a oralização não seja “[...] uma simples passagem da palavra escrita para a falada” (PIGNATARI, 2005, p. 59), há uma realização semiótica e estilística em sua declamação.

No *corpus* de extração são estabelecidas relações de *intermidialidade* posto que se observa a combinação de “pelo menos duas mídias convencionalmente distintas ou, mais exatamente, duas formas midiáticas de articulação”, uma vez que a experimentação linguística alia a visualidade e em alguns poemas a oralização em estúdio por meio de arranjo sonoro (RAJEWSKY, 2012, p. 24). Para Pignatari (2005, p. 10), o poeta [concreto] trabalha o signo verbal”, presente em todas as manifestações artísticas e culturais e linguagens, sem se restringir à modalidade escrita ou oral da língua, o que remete à noção de signo ideológico, cujas escolhas são frutos tanto da escolha estilística do autor, quanto da intencionalidade comunicativa que engendram a expressividade no poema.

## Forças criativas na língua

Bakhtin (2015, p. 39) parte do contraste entre as forças criadoras que atuam sobre a língua: a força centrípeta constituindo: “as forças da unificação e centralização do mundo verboideológico” da língua nacional e uma que mantém uma impressão de unidade e de estabilidade. A força centrífuga da língua, por sua vez, é “estratificada em camadas não só de dialetos no exato sentido do termo [...], mas também [...] em linguagens socioideológicas” (BAKHTIN, 2015, p. 41), de vários grupos heterogêneos, em linguagem da literatura, e ameaça desestabilizar a unidade da língua nacional através do heterodiscurso.

As forças centrípetas asseguram a compreensão mútua dos falantes, sendo a “língua *ideologicamente preenchida*”. Essa abarca a visão de mundo e o posicionamento de inúmeras áreas da “vida ideológica”, ainda que denote uma visão de língua abstrata (BAKHTIN, 2015, p. 40). Por outro lado, as forças centrífugas representam a “*descentralização e separação*”, enriquecendo a linguagem por meio da estratificação heterodiscursiva de linguagens socialmente heterogêneas, da visão de enunciados responsivos a enunciados anteriores, e no trato da linguagem do outro (BAKHTIN, 2015, p. 42).

É importante salientar que as “forças criadoras” estão presentes na força centrípeta da língua nacional por meio do conjunto de normas gramaticais padronizantes, das quais novas formas lexicais podem vir a surgir (BAKHTIN, 2015, p. 40). No entanto, a criação lexical também é operada pelas vias das forças centrífugas, por meio dos usos concretos das variantes de diversos grupos, em variados campos discursivos, como o religioso, jornalístico, o científico e o artístico (BAKHTIN, 2015).

Para Bakhtin (2015), a língua abstrata manipulada pelas vias da força centrípeta no processo criativo do poema pode apresentar certa bivocalidade não central, uma vez que as construções dos temas focam nos símbolos e nas polissemias, resultado das combinações das unidades lexicais em plano sintagmático. A linguagem concreta, por outro lado, pode ser encontrada no gênero da prosa romanesca, que explora as interações do cotidiano e suas variantes linguísticas sociais, geracionais, econômicas etc. À vista disso, as forças criadoras atuam em gêneros discursivos distintos da poesia e da prosa romanesca.

A obra de Arnaldo Antunes acaba por quebrar essa distinção, visto que a escolha do gênero discursivo *poesia concreta* permite o acesso às criações tanto por meio da via das forças centrífugas, como das forças centrípetas, sendo possível realizar um estudo acerca do heterodiscurso nos poemas escolhidos.

## Conteúdo ideológico e neologismo

Na poesia concreta, há intensa experimentação linguística, resultando em novas lexias que, nesse estudo, são vistas como signos ideológicos. Há duas formas de se conceber o neologismo lexical: por meio das regras de formação concatenadas e não concatenadas, presentes na gramática nas quais atuam as forças centrípetas e aos signos já existentes são atribuídos novos sentidos, ou por meio de novas colocações e combinações dos signos. Os primeiros são os neologismos formais e os segundos são

considerados, por Louis Guilbert (1972, p. 22, tradução nossa), criações neológicas semânticas:

[...] a neologia semântica é aquela que se opera através da mudança do grupamento de semas correspondente a um lexema, segundo as modalidades diversas. São aquelas que foram descritas pelos retóricos sob o nome de sinédoque, metáfora, comparação, metonímia [...]. O que devemos lembrar nessas mudanças de sentidos é que eles permanecem não-arentes no quadro de lexemas, e que aqueles não são expressos pela inserção da palavra na frase, por uma distribuição nova na possível composição do sintagma e da frase.<sup>3</sup>

A formação da neologia semântica, os semas das lexias podem sofrer modificações, bastando que estes sejam combinados a “determinantes” (*déterminants*) apontados por Guilbert (1972, p. 22, tradução nossa). O processo não se restringe ao campo semântico, mas adentra o campo sintático, portanto, é considerado também uma “neologia sintagmática” (*néologie syntagmatique*).

O processo de formação neológica semântica pode ser operado: “Com a passagem de um termo de um vocabulário especializado para outro vocabulário especializado, o peso de uma significação que não provém somente do referente novo, mas também do meio profissional dos falantes.”<sup>4</sup>, resultando em neologia “sociológica” (*sociologique*) (GUILBERT, 1972, p. 22, tradução nossa). Por conseguinte, pode-se afirmar que o signo ideológico relacionado à esfera científica, uma vez inserido no contexto da esfera artística, passa pelo processo neológico semântico, sintático-sintagmático, resultando em um signo que congrega certa bivocalidade associada ao seu uso na primeira esfera e ao novo uso e acentuação na segunda esfera discursiva, em um processo sociológico e, portanto, heterodiscursivo.

Os neologismos quando partem da necessidade comunicativa, como a exemplo o caso de avanços tecnológicos na sociedade moderna e “o ato de nomear todas as invenções científicas e técnicas” – como aponta Guilbert (1972, p. 24-25, tradução nossa)<sup>5</sup>, são considerados *denominativos*. Ou, ainda, quando são fruto “da busca da expressividade para traduzir os pensamentos antigos de uma nova maneira ou para dar nome aos modos de pensar ou de sentir inéditos” (GUILBERT, 1972, p. 24-25, tradução nossa) são considerados *conotativos* ou *estilísticos*.

O neologismo na esfera científica, que acessa principalmente o referente, cristaliza-se pelo uso, podendo ser incorporado ao acervo lexical de uma dada língua.

---

<sup>3</sup> « [...] néologie sémantique est celle qui s'opère dans le changement du groupement des sèmes afférents à un lexeme, selon des modalités diverses. Celles-ci ont été décrites par les rhétoriciens sous le nom de synecdoque, métaphore, comparaison, métonymie.[...]. Ce qu'il faut retenir de ces mutations de sens, c'est qu'elles demeurent non-apparentes dans le cadre du lexeme, aussi longtemps qu'elles ne sont pas manifestées par l'insertion du mot dans la phrase, par une distribution nouvelle des composants possibles du syntagme et de la phrase. ».

<sup>4</sup> « Aussi le passage d'un terme d'un vocabulaire spécialisé à un autre vocabulaire spécialisé le charge d'une signification nouvelle qui ne provient pas seulement du référent nouveau mais aussi du milieu professionnel des locuteurs. ».

<sup>5</sup> « la dénomination de toutes les inventions scientifiques et techniques »; « l'expressivité pour traduire des pensées anciens d'une manière nouvelle ou pour donner leur nom à des modes de penser ou de sentir inédits ».

Por outro lado, a criação lexical na esfera literária é pautada na expressividade que não se restringe somente ao referente, mas à intenção criativa do autor, sendo, portanto, dificilmente incorporada ao dicionário de uma língua:

A expressão literária constitui um nível particular da língua, que se opõe a outros níveis. Nela a fantasia verbal para a criação é mais livre. Embora seja possível, é mais difícil uma criação poética vir a fazer parte do léxico da língua. Continuará sendo, na maioria das vezes, uma lexia virtual que se presta àquele momento específico, àquela obra específica, àquele autor específico. (CARDOSO, 2004, p. 159).

Consumando uma necessidade expressiva, por meio de um estilo e um modo de falar acerca do referente, o neologismo literário relaciona o autor e os leitores que podem assumir os papéis de enunciador e enunciatários. Tal fato converge à noção de Barbosa (1981, p. 81) acerca da criação neológica ser possível somente “no curso do processo discursivo, no circuito de uma comunicação que faz surgir simultaneamente a presença de dois interlocutores e o papel ideológico da linguagem.”

A forma de apreensão do novo signo, resultante dos processos neológicos, pode ser compreendida a partir da relação do novo signo ideológico com os outros já conhecidos, por meio de conexões de “natureza semiótica”, ou ideológicas descritas por Volochinov/Bakhtin (2012, p. 34), posto que o signo só se torna signo em um “processo de interação entre uma consciência individual e uma outra” em um “processo de interação social” (p. 34), no qual se materializa o signo ideológico. Tal fato nos leva a afirmar que o processo de formação lexical, motivado pela expressividade estilística, não exclui a intenção comunicativa imbricada no seu processo de criação. Fato este reforçado pelo poema, no plano discursivo e enunciativo que, sendo uma ação responsiva a um discurso científico anterior, os leitores passam a ser interlocutores desse processo de interação verbal.

A leitura e a recepção da obra podem ser compreendidas como um processo de interação, no qual o locutor e o próprio autor criador interagem ativamente no processo de apreensão dos sentidos ideológicos dos signos.

### **Heterodiscurso artístico-científico**

O título da coletânea *2 ou + corpos no mesmo espaço* é um enunciado artístico responsivo ao discurso da esfera científica: “Dois corpos não ocupam o mesmo espaço”. Tal premissa pode ser decorrente das Leis de Newton acerca da dinâmica dos movimentos, que discorre a respeito das forças contrárias que agem sobre a massa de um determinado corpo, podendo amparar o Princípio da Impenetrabilidade, discussão essa do campo da metafísica. Nesse ponto, a discussão científica intersecciona a discussão filosófica sobre os corpos e a matéria. A afirmação da impossibilidade de dois objetos ocuparem o mesmo espaço é superada precisamente na física quântica pelo conceito do quinto estado da matéria – o condensado de Bose-Einstein, no qual dois corpos seriam capazes de se interpenetrar, em tese, ocupando o mesmo espaço.

O poema é verbo-visual, composto com recurso gráfico de sobreposição de enunciados e de unidades lexicais, o que impossibilitaria a realização de sua leitura. O processo de criação do título pode ser compreendido como neologismo sociológico em

termos de Guilbert, quando termos passam de um campo discursivo a outro. Com a mudança no campo semântico, resulta o neologismo semântico, sintagmático, compreendido como: Uma nova forma de expressar uma ideia antiga da esfera científica, a de *corpos celestes* referidos simplesmente como *corpos*, e, portanto, “2 ou + corpos” poderia potencialmente indicar os corpos *celestes* que ocupam o mesmo espaço *sideral*, onde se encontram os planetas e todo o Sistema Solar.

Ou ainda, o recurso gráfico de sobreposições de enunciados denota a corporificação dos enunciados e dos signos ideológicos que compõem o poema, transmitindo uma ideia nova: corpos com sentido de objetos, pois a visualidade das palavras sobrepostas reforça a responsividade à máxima da Impenetrabilidade, expandindo para a noção de uma verdade superada, indicando a possibilidade de os corpos ocuparem o mesmo espaço, podendo se somar e formar um único corpo.

A representação gráfica do poema destaca as partes onde as unidades lexicais se sobrepõem umas às outras, permitindo que o leitor visualize a corporização de enunciados e signos ideológicos. Na capa, as partes sobrepostas possuem um destaque em cores diferentes, produzindo o resultado de soma de corpos, enquanto que o poema impresso em preto na folha de rosto interna possui as sobreposições destacadas em branco, implicando a anulação de corpos. Portanto, as sobreposições podem indicar tanto a soma quanto a subtração dos corpos.

O poema intitulado “2 ou + poemas no mesmo espaço” (ANTUNES, 1997, p. 24-25), ao contrário do efeito de sobreposição do título da coletânea (*2 ou + corpos no mesmo espaço*), explora os espaços brancos do papel, distribuindo as unidades lexicais em duas páginas, utilizando as lacunas entre as unidades lexicais. O poema é oralizado pelo próprio autor/locutor em uma faixa de CD que acompanha o livro. Através do recurso de edição, o leitor/interlocutor possui acesso à realização oral do poema, ora ocorrendo a quebra na linearidade da linguagem, com a sobreposição de vozes por meio de edição e do recurso de eco, ora com longas pausas entre as lexicais, remetendo às lacunas entre os elementos lexicais na página impressa. Tal realização permite combinação de sintagmas e novos sentidos como: “dois corpos”, “ou no mesmo”, “somam”, “somam não se”, “não multiplicam”, “somem”, remetendo às novas possibilidades no campo científico atual.

O poema “Terra” (ANTUNES, 1997, p. 40-41), disposto em duas páginas escuras, está impresso no lado esquerdo, “casulo azul guarda as asas da água”, trazendo à direita a imagem do planeta Terra. A unidade lexical “casulo”, sendo combinada com a determinante “azul”, remete ao significante oculto e flutuante “borboleta azul”, este enquanto produto há muito exportado pelo país, tornando-se praticamente o seu símbolo. No entanto, a imagem do planeta Terra expande a possibilidade interpretativa de “casulo azul”, antes restrito ao país, ao próprio planeta e ao seu ecossistema como um todo.

Por meio do recurso da neologia semântica, “casulo” ganha o sentido de “planeta” e “simulacro da vida”, um planeta que guarda a vida. Há uma circularidade no poema, na composição neológica “as asas da água”, remetendo novamente à borboleta azul, ao planeta água, ao planeta Terra, uma vez que atribui “asas” a um composto mineral, sendo água abundante e geradora da vida no planeta. Tanto os determinantes “azul” quanto “água” funcionam como atributos do planeta, sendo usuais as

combinações de “planeta azul” e “planeta água”, o que leva à conclusão de que o neologismo comunica de uma nova maneira uma ideia antiga. Como resultado tem-se a bivocalidade no discurso da esfera artística que se relaciona de forma dialógica com o discurso da esfera científica.

O poema “Átomo divisível” (ANTUNES, 1997) é construído através das combinações das seguintes unidades lexicais: “Átomo divisível”, “montanha móvel”, “certeza volúvel”, “mundo delével”, “aço inoxidável”, portanto, a neologia semântica é resultante da seguinte fórmula: substantivo + determinante, apontando as verdades científicas superadas.

Até o século XV, o termo átomo denotava “cada uma das partículas minúsculas, eternas e indivisíveis que se combinam e desagregam, movidas por forças mecânicas da natureza, determinando, dessa maneira, as características de cada objeto”. Sabe-se, atualmente, que o átomo é divisível em partículas menores, com a descoberta dos prótons positivos que, juntamente com os nêutrons, compõem o núcleo e dos elétrons negativos que transitam em torno do núcleo. Portanto, a definição atual deixa de lado o termo “partícula”, preferindo o termo “sistema”: “sistema energeticamente estável, eletricamente neutro, que consiste em um núcleo denso, positivamente carregado e envolvido por elétrons” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 216). O sentido leva a uma verdade científica superada: “átomo divisível”, sendo a negação de um enunciado acerca de uma verdade científica.

A montanha costumava ser obstáculo intransponível no passado, superado no processo de urbanização e planejamento de uma cidade, adequando-se às rodovias, sendo perfurada para que se construam túneis de acesso e ainda, devido à própria urbanização, sofre erosão e deslizamentos em sua encosta. Portanto, “montanha móvel” indica a perda da imobilidade, da estabilidade e da firmeza.

A combinação da unidade lexical “certeza” com o atributo não usual “volúvel” passa a conotar o sentido da problemática do mundo modernizado, no qual as verdades são negadas e superadas à medida que as pesquisas científicas avançam. A certeza na atualidade é temporalmente marcada, sendo que o signo recebe um novo conteúdo ideológico atrelado à questão temporal. Tal questão é reforçada pela combinação das unidades lexicais “mundo” e “delével”; este último conota o sentido daquilo que “pode ser apagado eliminado, destruído” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 609).

O poema é oralizado somente em parte na faixa de CD, juntamente com outros poemas. Este estudo levará em conta apenas a parte relacionada ao poema em questão. Os dois primeiros versos do poema são entoados como um mantra budista japonês, realizados em tom grave e prolongado, o que restringe e direciona o sentido das combinações lexicais que formam o poema. O recurso gráfico do poema impresso lembra uma imagem esférica distorcida que se estende por duas páginas, que lembra o cogumelo formado na explosão da bomba atômica. Anualmente, principalmente nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, são celebrados rituais budistas para lembrar as vítimas da bomba, sendo também um ritual budista pela paz.

A última combinação, “aço inoxidável”, conota um produto resultante do avanço científico que substituiu o ferro pela sua resistência e durabilidade na aplicação na indústria, nos carros, na construção civil, na medicina, etc. A característica desse

produto contrasta com os aspectos da mutabilidade, da volatilidade e da instabilidade, consequências das combinações das unidades lexicais anteriores, apontando à permanência e durabilidade, resultantes dos avanços da ciência.

O autor escolheu novas formas de comunicar ideias já conhecidas pelo grande público, por meio de enunciados artísticos responsivos aos enunciados anteriores da esfera científica, que já foram suplantados por novos avanços conquistados por meio de pesquisas na área.

Nesse estudo, foram observadas as criações lexicais ideológicas no discurso artístico como refrações de grau segundo do discurso da esfera científica que levam o questionamento do autor/locutor à obra. Isso permite afirmar que o autor permanece próximo à sua obra enquanto locutor do discurso da esfera artística, rompendo, dessa forma, o modelo bakhtiniano das forças criadoras atuantes em uma língua, segundo as produções literárias distintas da poesia e da prosa. O autor/locutor reflete a sua visão de mundo, ao mesmo tempo em que refrata o discurso científico na obra.

### **Considerações finais**

Nos objetos desta investigação agem tanto as forças centrípetas quanto as forças centrífugas de criação, sendo possível mapear os neologismos e os novos discursos em uma cadeia comunicativa de enunciados, que são ações responsivas aos discursos da esfera científica, configurando a bivocalidade e, portanto, a heterodiscursividade.

A noção de gênero discursivo permitiu que fosse realizado um estudo do poema concreto enquanto ato responsivo ao enunciado científico, congregando, no estilo do autor, a escolha do gênero discursivo, da linguagem e das combinações dos elementos lexicais, em novas formas de articular ideias antigas e/ou conhecidas, escrutinadas por meio da teoria de neologismos de Guilbert, Barbosa e Cardoso.

Foram observadas nos objetos escolhidos as relações discursivas entre os campos artístico e científico, por meio do estudo das criações neológicas, traçando seus conteúdos ideológicos e semióticos, no contexto da construção de gênero discursivo intermediário que engloba as modalidades da escrita e congrega alguns aspectos da fala, como a oralidade e a semiótica referida nesse estudo como verbovocovisual. Concluiu-se, dessa forma, que os objetos analisados podem ser considerados uma criação literária responsiva, bivocal e heterodiscursiva, nos quais os seguintes sentidos podem ser acessados:

**Quadro 1. Resultados de “2 ou + corpos”**

Verbo	<i>Corpos</i> – objetos, unidades lexicais, signos.
Voco	Sobreposição de unidades lexicais articuladas na faixa do CD – promovem a quebra na linearidade da linguagem. O recurso do eco e da pausa entre a articulação das palavras – apontam às desconexões das unidades lexicais.
Visual	<i>Soma/multiplicação</i> – marcada pelas cores distintas no local nas sobreposições das palavras impressas na capa colorida. <i>Some</i> – marcada pelo vazio e espaços em branco nas sobreposições das palavras impressas na capa interna.
Sentido	A impressão simboliza a corporização do enunciado artístico-científico, em que “corpo” no poema indica objeto. O poema é um ato responsivo aos discursos da área científica.

**Quadro 2. Resultados de “Terra”**

Verbo	<i>Casulo azul/Asas da vida</i> – o sentido leva à borboleta azul – produto de exportação nacional – planeta água, planeta Terra, ecossistema. A oralização é realizada pelo leitor.
Voco	
Visual	Planeta – direciona o sentido dos enunciados verbais para o planeta Terra, ampliando o sentido. A borboleta azul, em seu estado de casulo, pode ser uma metáfora ao planeta Terra, que recebe outras nomeações como planeta água e planeta azul.
Sentido	A borboleta azul que apontava metonimicamente ao país se estende ao planeta Terra, transcendendo os limites da nação. O planeta necessita de cuidados, pois é referido como o grande casulo azul que guarda a vida. A expressão poética é um ato responsivo ao discurso científico de preservação da vida e do ecossistema.

**Quadro 3. Resultados de “Átomo divisível”**

Verbo	A fórmula seguinte constrói o poema: “substantivo + determinante” <i>Átomo divisível</i> – indica que a ciência produz conhecimentos que são verdades temporárias. <i>Montanha móvel</i> – mostra que a ciência modifica o cenário, indica a mutabilidade. <i>Certeza volúvel</i> – conota que a ciência continua a criar novas verdades. <i>Mundo delével</i> – aponta que o mundo pode ser destrutível por meio da ciência. <i>Aço inoxidável</i> – implica em afirmar que a ciência produz a permanência por meio de suas pesquisas como a durabilidade do material.
Voco	Entoação do poema como um mantra budista japonês em tom grave, estabelece a relação com o ritual rememorativo da ocasião da explosão das duas bombas atômicas em solo japonês.
Visual	A disposição do poema impresso remete ao formato do cogumelo observado no ar na ocasião das explosões das bombas atômicas.
Sentido	O átomo divisível remete às bombas atômicas, e, portanto, ao perigo da Ciência, ao mesmo tempo em que aponta às mudanças no cenário geográfico, criações de novas verdades, novas certezas.

Os quadros anteriores indicam que, para se acessar o sentido da obra de Arnaldo Antunes, necessita-se compreender as três dimensões que constituem a sua obra: verbovocovisual.

Pode-se ainda apontar, de acordo com o estudo realizado, que nas criações do autor as forças centrífugas e centrípetas agem de forma conjunta, agregando novos sentidos, ao mesmo tempo em que constroem uma bivocalidade discursiva no campo

artístico de forma responsiva ao campo científico, ou seja, resultam em criações heterodiscursivas.

Há a necessidade de se realizar estudos em uma seleção maior de poemas, e explorar alguns aspectos que ficaram de fora deste estudo, como as criações neológicas morfológicas, como sendo formações de novos signos ideológicos, em um estudo acerca do estilo do autor, levando em conta a figura do autor criador e a figura pública, sempre tendo em vista o gênero discursivo enquanto um enunciado que envolve dois interlocutores sendo o endereçado o público-leitor.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. *2 ou + corpos no mesmo espaço*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do romance I: A estilística*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2015 [1975].
- BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade*. São Paulo: Global editora, 1981.
- CAMPOS, H. de. *Ruptura dos Gêneros na Literatura Latino-Americana*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.
- CAMPOS, A. de; PIGNATARI, D.; CAMPOS, H. *Mallarmé*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CARDOSO, E. A. A criação neológica estilística. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 105-118, 2004.
- CARDOSO, E. A.; CONDÉ, V. G.; GIL, B. D. (Org.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GRILLO, S. V. de C. Esfera e Campo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 133-160.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbo-visuais. *Filologia linguística portuguesa*, n. 14(2), p. 235-246, 2012.
- GUILBERT, L. *Théorie du néologisme*: Communication de M. Louis Guilberri (Paris-Nanterre) au XXIVe Congrès de l'Association, le 24 juillet 1972.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- IGNEZ, A. F.; CARDOSO, E. de A. Escolhas lexicais: estilo e expressividade. In: MICHELETTI, G. *Estudos de discurso e estilo*. São Paulo: Terracota, 2012. p. 17-38.
- MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: Introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.
- PIGNATARI, D. *O que é comunicação poética*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

RAJEWSKY, I. O. Intermedialidade, intertextualidade e “remediação”: Uma perspectiva literária sobre a intermedialidade. In: DINIZ, T. F. N. *Intermedialidade e Estudos interartes*: Desafios da arte contemporânea. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012. p. 15-45.

VOLOCHÍNOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

**Recebido em:** 13/08/2016

**Aprovado em:** 08/02/2017

# Uma investigação dos elementos de coesão sequencial em dicionários escolares Tipo 4

Daniela Faria Grama

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

daniela\_grama@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1556>

## Resumo

Este artigo apresenta uma análise contrastiva das definições que três elementos de coesão sequencial (*contudo*, *visto que* e *assim como*) recebem nos dicionários escolares Tipo 4 *Novíssimo Aulete* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa e *Dicionário Houaiss Conciso* e nos dicionários *thesaurus Aulete Digital* e *Houaiss eletrônico*. Para isso, foram utilizadas as contribuições teóricas advindas da área da Lexicografia e da Linguística textual. Além disso, o documento do Programa Nacional do Livro Didático, publicado em 2012, também foi usado para a caracterização dos dicionários Tipo 4.

**Palavras-chave:** lexicografia; dicionários escolares; elementos de coesão sequencial.

## A study of the sequential elements of cohesion in school dictionaries Type 4

### Abstract

This article presents a contrastive analysis of the definitions that three sequential cohesion elements (*contudo* [however], *visto que* [since] and *assim como* [as well as]) receive in school dictionaries Type 4 *Novíssimo Aulete* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa and *Dicionário Houaiss Conciso* and in the thesaurus dictionaries *Aulete Digital* e *Houaiss eletrônico*. For this, the theoretical contributions from the Lexicography and Textual Linguistics areas were used. Moreover, the document of the *Programa Nacional do Livro Didático* [Textbook National Programme], published in 2012, was also used for the characterization of dictionaries Type 4.

**Keywords:** lexicography; school dictionaries; sequential elements of cohesion.

## Introdução

Este artigo diz respeito a uma análise lexicográfica dos elementos de coesão sequencial que foi realizada em nossa dissertação de mestrado, conforme Grama (2016). Tal investigação ocorreu em quatro dicionários: a) *Novíssimo Aulete* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa (publicado em 2011), b) *Dicionário Houaiss Conciso* (publicado em 2011), c) *Aulete Digital* (publicado em 2007) e d) *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (publicado em 2009). Segundo Brasil (2012), *a* e *b* são dicionários Tipo 4, isto é, são obras para alunos de 1º ao 3º ano do Ensino Médio, e *c* e *d* são *thesaurus*, ou seja, possuem a partir de 100 mil verbetes.

Neste artigo, o objetivo é apresentar uma análise lexicográfica de três elementos de coesão sequencial (*contudo*, *visto que* e *assim como*), o que se configura como uma amostra da investigação que foi efetuada em nossa dissertação (GRAMA, 2016). Em consonância com tal análise, apresentamos também as respostas de três das sete perguntas que foram lançadas em nossa pesquisa (GRAMA, 2016, p. 30):

- 1) Qual é o tipo de definição que as palavras que cumprem a função de auxiliar na coesão sequencial recebem nos dicionários alvo da pesquisa?
- 2) O *Novíssimo Aulete* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa e o *Dicionário Houaiss Conciso* diferenciam-se dos dicionários *thesaurus* no que diz respeito às definições dos elementos coesivos sequenciais? Se sim, quais são as diferenças? Elas são significativas?
- 3) Os dicionários *Novíssimo Aulete* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa e o *Dicionário Houaiss Conciso* são, de fato, um suporte para as práticas de escrita que se relacionam ao uso dos elementos sequenciais em um texto? Se sim, quais são as contribuições que eles oferecem? Se não, quais são os problemas?

Cabe esclarecer que os elementos de coesão sequencial são palavras muito importantes para a configuração de um texto, pois contribuem, sobremaneira, para que a coerência seja estabelecida. Assim, é pertinente investigarmos como elas são definidas em dicionários cujo público-alvo são alunos do Ensino Médio, que frequentemente se preparam para realizar provas de redação como a que é solicitada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A elaboração de uma redação, nesses casos, tornou-se um requisito imprescindível e, muitas vezes, decisivo para a entrada no curso superior.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: introdução, diz respeito a esta seção em que tecemos os esclarecimentos iniciais sobre o nosso trabalho e em que lançamos as perguntas que pretendemos responder ao final deste artigo; fundamentação teórica, na qual discorremos, brevemente, sobre os elementos de coesão sequencial dentro da perspectiva da Linguística Textual, sobre a definição lexicográfica e sobre os dicionários escolares recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático em 2012; metodologia e procedimentos, em que descrevemos, de maneira bem sucinta, como definimos quais elementos de coesão seriam investigados em nossa dissertação; análises e resultados, parte em que apresentamos as análises e resultados referentes aos elementos de coesão *contudo*, *visto que* e *assim como*; e comentários finais, seção reservada para respondermos às perguntas lançadas inicialmente neste artigo e para discorrermos sobre alguns dos resultados aos quais chegamos com o nosso trabalho. Em seguida, apresentamos a fundamentação teórica.

## **1. Fundamentação teórica**

Nesta seção, abordamos alguns conceitos teóricos fundamentais advindos das áreas da Linguística Textual e da Lexicografia, além de nos respaldarmos no documento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), publicado em 2012, para discorrermos sobre os dicionários escolares.

### **1.1 Linguística Textual: elementos de coesão sequencial**

A área da Linguística Textual estuda os textos e os componentes que os constituem. Um deles é a coesão, que, de acordo com Koch (2008), pode ser dividida em dois mecanismos: a coesão remissiva ou referencial e a coesão sequencial ou sequenciação. Neste artigo, damos enfoque apenas à coesão sequencial.

A coesão sequencial refere-se aos elementos linguísticos usados entre as partes de um texto para estabelecer relações de sentido e auxiliar no encadeamento e progressão das ideias. Koch (2008) subdivide a coesão sequencial em frástica e parafrástica. Neste

artigo, limitamo-nos a discorrer sobre o encadeamento – mecanismo da sequenciação frástica.

O encadeamento pode ser realizado por meio da “justaposição” ou da “conexão”. Na justaposição, o encadeamento pode ser realizado com ou sem “sinais de articulação” (KOCH, 2008, p. 66). Conforme Koch (2008, p. 66-67, grifo da autora), os sinais de articulação podem ser usados nos seguintes níveis de justaposição:

*Meta-nível ou metacomunicativo*, em que funcionam como sinais demarcatórios e/ou sumarizadores de partes ou sequências textuais (ex.: por consequência, em virtude do exposto, dessa maneira, em resumo, essa posição etc.). **Nível inter-sequencial (entre sequências textuais ou episódios narrativos)**: *marcadores de situação* ou *ordenação no tempo-espço*, que podem funcionar, por exemplo, como demarcadores de episódios na narrativa (ordenadores temporais), de segmentos de uma descrição (ordenadores espaciais), ou como indicadores de ordenação textual. (ex.: *Muitos anos depois*, os dois se encontraram casualmente numa galeria de arte e o antigo amor pareceu renascer.). **Nível conversacional (inter ou intra-turnos)**: *marcadores conversacionais de variados tipos*, especialmente os que assinalam *introdução*, *mudança* ou *quebra do tópico*. (ex.: *Parece que nossas autoridades econômicas não estão entendendo muito bem. Por falar nisso, o que você me diz do novo choque econômico?*).

Na conexão, Koch (2008) esclarece que o encadeamento ocorre por meio de “conjunções, advérbios sentenciais (também chamados de advérbios de texto) e outras palavras (expressões) de ligação que estabelecem, entre orações, enunciados ou partes do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas” (KOCH, 2008, p. 68). Dentro do encadeamento por conexão, a referida autora expõe as relações lógico-semânticas e as relações discursivas ou argumentativas.

Conforme Koch (2008), existem algumas palavras que sinalizam os tipos de relações lógico-semânticas, por exemplo, a relação de condição pode ser estabelecida por *se*, a de causa por *porque*, a de tempo por *assim que* e a de conformidade pela palavra *conforme*. O mesmo acontece nas relações discursivas ou argumentativas. A relação de conjunção pode ser estabelecida com o uso de *além disso*, a contração por meio de *mas*, a explicação ou justificação por meio de *pois* e a comprovação com a palavra *tanto que*.

Após termos esclarecido o que é a coesão sequencial e quais são as palavras que contribuem para que a sequenciação aconteça, tratamos, a seguir, o modo como essas palavras são vistas na área da Lexicografia, além de mencionarmos, brevemente, alguns princípios básicos referentes à definição.

## 1.2 Lexicografia: a definição

A Lexicografia é a área que diz respeito aos dicionários. Conforme Welker (2011), a lexicografia subdivide-se em teoria e prática. Na lexicografia teórica, “estuda-se tudo o que diz respeito a dicionários. Seus produtos são os conhecimentos adquiridos e divulgados” (WELKER, 2011, p. 31). Na lexicografia prática, “a atividade é a elaboração de dicionários, e os produtos são os dicionários” (WELKER, 2011, p. 30).

Nessa área, o léxico, geralmente, é dividido em palavras lexicais e palavras gramaticais. Segundo Ullmann (1964), o grupo das palavras lexicais difere-se semanticamente do grupo das palavras gramaticais, porque as palavras lexicais, por

exemplo, “*árvore, cantar, azul, suavemente* [...] têm algum significado mesmo quando aparecem isoladas” (ULLMANN, 1964, p. 93-94, grifo nosso). Conforme o referido autor, as palavras lexicais são “autossemânticas, significativas por si próprias” (ULLMANN, 1964, p. 94). Já as palavras gramaticais, por exemplo: “*o, a, os, as, isso, de, e*” (ULLMANN, 1964, p. 93, grifo nosso), não possuem significado independente, “são elementos gramaticais que contribuirão para o significado da frase ou da oração, quando usados em conjunção com outras palavras” (ULLMANN, 1964, p. 94). Conforme Ullmann (1964), as palavras gramaticais são “sinsemânticas” e possuem significado apenas quando estão na companhia de outras.

As palavras lexicais dizem respeito aos substantivos, verbos, adjetivos e parte dos advérbios, e as gramaticais referem-se às conjunções, às preposições, aos pronomes e aos artigos. Com base nessa perspectiva, podemos dizer que muitos elementos de coesão sequencial são palavras gramaticais.

Embora exista a dicotomia *palavras lexicais* e *palavras gramaticais*, Ullmann (1964) deixa claro que a fronteira entre os dois grupos não deve ser vista de modo hermético. De qualquer modo, o autor afirma que as palavras gramaticais possuem um papel fundamental na estrutura da língua, sendo responsáveis mais pela organização sintática do que pela semântica: “embora possuam certa dose de autonomia [...], seu papel na economia da linguagem é mais de instrumentos gramaticais que de termos independentes. Por isso, é o seu estudo abrangido pela sintaxe e não pela lexicologia” (ULLMANN, 1964, p. 101-102).

Em termos de definição, na área da Lexicografia, é fundamental estabelecer qual será a metalinguagem utilizada na elaboração de uma definição. Há a metalíngua que “analisa o definido (a palavra) enquanto expressão de um conceito” (REY-DEBOVE, 1967 apud BIDERMAN, 1993, p. 24) e a que “analisa o definido enquanto elemento de um sistema da língua” (idem). Acreditamos que a última se encaixe melhor para as palavras gramaticais e, conseqüentemente, para os elementos de coesão sequencial, que, do ponto de vista textual, possuem a função primordial de interligar as ideias. Conforme Biderman (1984, p. 35):

As palavras instrumentais como preposições, conjunções, artigos, vários pronomes e advérbios exigem um modelo de definição bem diferente. Preposições e conjunções e outras palavras gramaticais são instrumentos de articulação do discurso; portanto, não só não se referem ao universo físico ou cultural do falante, como também são signos meramente linguísticos. Assim sendo, a única forma de defini-los é situá-los em um contexto linguístico, mostrando quais são os usos (às vezes muitos) que a língua faz deles.

A elaboração de uma definição é uma atividade considerada extremamente difícil na área da Lexicografia. Mas existem alguns princípios que nos ajudam a compreender o que faz com que uma definição seja satisfatória ou não. A seguir, elencamos seis deles:

1) Conforme Wiegand (1989 apud WELKER, 2004), a microestrutura deve seguir um padrão. A microestrutura envolve a definição em si, portanto, esta deve obedecer a um padrão pré-estabelecido e adequado ao tipo de palavra que se define.

2) Consoante Biderman (1984), a definição por meio de sinônimos deve dar lugar a outros tipos de paráfrase, pois, muitas vezes, resulta em círculo vicioso – que ocorre quando “o consulente vai conferir o sentido dos sinônimos referidos e os verbetes consultados remetem-no de volta à palavra de que partiu” (BIDERMAN, 1984, p. 35).

3) Com base em Rey-Debove (1966 apud WELKER, 2004), a definição de uma palavra deve ser objetiva e clara para o consulente.

4) Segundo Weinreich (1984), uma definição não pode ser muito abrangente a ponto de não especificar a palavra definida. Por exemplo: “*verst*: medida russa de comprimento” (WEINREICH, 1984, p. 109). Nesse caso, *verst* não é a única medida russa de comprimento, o que a distingue das demais?

5) Consoante Weinreich (1984), a definição não pode conter informações excessivas (como ocorrem nas definições enciclopédias), por exemplo: “triângulo: figura que tem três lados e três ângulos cuja soma é 180°” (WEINREICH, 1984, p. 109). Conforme o autor, “figura que tem três lados” é suficiente para definir “triângulo”.

6) Segundo Andrade (2000), as definições negativas devem ser evitadas, porque apenas dão características não pertencentes à palavra-entrada.

Essas noções básicas acerca da definição subsidiam a análise que mostramos mais à frente neste artigo. A seguir, comentamos sobre o Programa Nacional do Livro Didático, em específico, sobre os dicionários Tipo 4, já que são nosso alvo de investigação.

## 1.2 O Programa Nacional do Livro Didático e os dicionários Tipo 4

No Brasil, desde 1985, há o PNLD. Conforme Krieger (2006), tal programa dedicou-se à seleção de dicionários escolares a partir de 2001. Para a autora, a publicação de 2006 do PNLD destacou-se das versões anteriores por estabelecer novas exigências que corroboraram a Lexicografia Pedagógica:

- a) definição de uma tipologia de dicionário para a escola;
- b) adoção do princípio de adequação entre tipo de obra e nível de aprendizado do aluno;
- c) criação de acervos lexicográficos para a sala de aula;
- d) elaboração de manual do professor com orientações para conhecimento da estrutura das obras, bem como para um uso produtivo;
- e) exigência de explicitação da proposta lexicográfica (KRIEGER, 2006, p. 237).

Os dicionários Tipo 4, que nos interessam especificamente, são caracterizados conforme as informações presentes no Quadro 1:

**Quadro 1. Tipos de dicionário**

<b>Tipos de dicionários</b>	<b>Étapas de ensino</b>	<b>Caracterização</b>
Dicionários de Tipo 1	1º ano do Ensino Fundamental	Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes; Proposta Lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.
Dicionários de Tipo 2	2º ao 5º ano do Ensino Fundamental	Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes; Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.
Dicionários de Tipo 3	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino fundamental.
Dicionários de Tipo 4	1ª ao 3º ano do Ensino Médio	Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes; Proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão, porém adequada às demandas escolares do ensino médio, inclusive o profissionalizante.

**Fonte: Brasil (2012, p. 19)**

As obras indicadas por Brasil (2012, p. 35) como Tipo 4 e que foram entregues às escolas públicas são quatro:

1. Bechara, Evanildo. *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. [51.210 entradas (verbetes e locuções)]
2. Borba, Francisco S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011. [58.237 verbetes]
3. Geiger, Paulo (Org.). *Novíssimo Aulete – dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011. [75.756 verbetes]
4. Houaiss, Antônio (Org.) & Villar, Mauro de Salles (Ed. resp.). *Dicionário Houaiss conciso*. São Paulo: Moderna, 2011. [41.243 verbetes]

Conforme Welker (2008) esclarece, embora os dicionários escolares de língua portuguesa sejam vistos como dicionários pedagógicos, é fundamental averiguar se, de fato, eles são pedagógicos, ou seja, se são adequados ao público-alvo em questão, auxiliando os alunos em suas dificuldades e necessidades. Podemos dizer que, nesse sentido, nossa pesquisa de mestrado (GRAMA, 2016) adquire importância.

Em seguida, apresentamos a metodologia e os procedimentos efetuados para que chegássemos à análise e aos resultados apresentados neste artigo.

## **2. Metodologia e procedimentos**

Para escolhermos quais elementos seriam investigados nos dicionários alvo de nossa pesquisa, elaboramos um *corpus* de redações (cujos textos foram extraídos do *site* UOL Redações) e, por meio das ferramentas *WordList* e *Concord* do programa de análise lexical *WordSmith Tools*, versões 5 e 6 (SCOTT, 2008, 2012), extraímos uma lista dos elementos coesivos sequenciais usados nas redações e analisamos quais deles foram utilizados mais vezes de maneira inadequada. Esse procedimento foi descrito, de maneira detalhada, em nossa dissertação (GRAMA, 2016).

Identificamos que 33 elementos foram utilizados de maneira inadequada no *corpus* de redações e analisamos nos dicionários apenas os 16 primeiros que tiveram maior porcentagem de inadequação, conforme a Tabela 1 mostra. Cabe esclarecer que, na Tabela 1, *elemento* diz respeito aos elementos de coesão sequencial usados de maneira inadequada no *corpus* de redações, *FR* significa a frequência deles, *nº de usos inadequados* refere-se à quantidade de ocorrências em que o elemento foi utilizado de maneira inadequada no *corpus* de redações e % remete à porcentagem de inadequação (cálculo efetuado com os dados de FR e Nº de usos inadequados).

**Tabela 1. Porcentagem de inadequação dos elementos coesivos**

<i>ELEMENTO</i>	<i>FR</i>	<i>Nº DE USOS INADEQUADOS</i>	<i>%</i>
1. Para tal efeito	2	2	100
2. Sobre demais informações	1	1	100
3. Em conseqüente disso 1 / Em conseqüência disso 2	3	1	33,3
4. Contudo	121	38	31,4
5. Entretanto 134/ Entretanto 1	135	25	18,5
6. Porque 281/Poque 2	283	44	15,5
7. Apesar disso	7	1	14,2
8. Ou seja	154	19	12,3
9. No entanto 145 /No entanto 2	147	17	11,5
10. Visto que	61	7	11,4
11. Com isso	98	9	9,1
12. Até mesmo 207/ Até mesmo 14	221	19	8,5
13. Por conseguinte	12	1	8,3
14. Já que	176	14	7,9
15. Mas	1138	79	6,9
16. Assim como	105	7	6,6

Fonte: Grama (2016, p. 153)

Neste artigo, devido ao limite de páginas, optamos por apresentar a análise de apenas três desses elementos, que são: *contudo*, *visto que* e *assim como*.

Organizamos em quadros a definição que cada elemento de coesão sequencial investigado recebeu nos quatro dicionários alvo de nossa pesquisa e, em seguida, tecemos considerações, conforme podemos ver na seção seguinte.

### 3. Análises e Resultados

A apresentação da análise realizada nesta seção segue a ordem da maior porcentagem de inadequação exposta na Tabela 1. Dessa forma, iniciamos pelo elemento de coesão sequencial *contudo* e damos seqüência com *visto que* e *assim como*. Cabe esclarecer que as definições encontradas no Novíssimo Aulete são iguais àquelas que estão presentes no Aulete Digital, versão atualizada, portanto não as transcrevemos.

### 3.1 Contudo

Quadro 2. Contudo

CONTUDO	
Palavra-entrada	Contudo
Houaiss eletrônico	<p><b>Modo interativo:</b> □ <b>conjunção</b> designativo de adversão, oposição, restrição; mas, porém, entretanto, no entanto, todavia  <i>Ex.: alcançou grande êxito, c. apequena-se perante alguns</i>            □ GRAM conjunção coordenativa adversativa que indica contraste ou restrição na ligação de dois termos ou de duas orações de igual função □            ETIM prep. <i>com</i> + pron. <i>tudo</i></p>
Houaiss Conciso	conj. advrs. mas, porém, entretanto, todavia [ETIM: prep. <i>com</i> + pron. <i>tudo</i> ] (p. 232)
Aulete Digital	<p><b>Verbetes Atualizado:</b>  <b>(con.tu.do)</b>  <b>conj.</b>            1. Expressa contraposição entre termos de uma mesma frase, ou de frases diferentes, com nuances de ressalva, concessão etc.; ENTRETANTO; PORÉM; TODAVIA: <i>O filme agradou no exterior, <u>contudo</u> não fez sucesso no Brasil.</i>            [F.: <i>com</i> + <i>tudo</i>.]</p> <p><b>Verbetes Original:</b>            conj.    apesar disso, entretanto, mas, todavia: Não é, <i>contudo</i>, um avarento sórdido, pelo contrário. (Teixeira de Vasconcelos, <i>Viagens na Terra Alheia</i>, c. 11, p. 129, ed. 1863.)    <i>Com... + tudo</i>.</p>
Novíssimo Aulete	Verbetes localizado na p. 395. Igual ao Verbetes Atualizado do Aulete Digital.

Fonte: Elaboração própria com base em Houaiss (2009), Houaiss; Villar (2011), Aulete (2007) e Aulete; Geiger (2011)

Em relação aos dicionários *Houaiss eletrônico*, *Aulete Digital* e *Novíssimo Aulete*, notamos que as palavras “designativo” e “expressa” são usadas para introduzir a definição. Para nós, isso significa que, talvez, os elaboradores das obras tenham tentado levar em consideração a função dos elementos de coesão para formarem a definição.

Vale ressaltar que, no *Aulete*, há a questão das nuances de sentido, que não ficam muito claras devido ao fato de haver somente um único exemplo de uso com o elemento *contudo*. Além disso, no *Aulete*, dos sinônimos apresentados, *todavia* e *entretanto* também recebem definição por sinonímia, o que resulta em círculo vicioso. A definição de *porém* apresenta-se da seguinte maneira:

1. Palavra us. para indicar uma restrição ou uma condição para alguma coisa; CONTUDO; MAS; TODAVIA: *Podem sair, porém voltem às cinco.*
2. Palavra tb. us. para expressar uma relação de contraste, de oposição entre duas ideias, situações, fatos etc.: *Chovia, porém fomos à praia* (AULETE, 2007, grifo do autor).

A falta de técnica fica evidente ao percebermos que a definição se inicia com “palavra”, visto que tal hiperônimo é dispensável. Um aspecto positivo é que os exemplos de *porém* são coerentes com os sentidos que tal palavra imprime. Um aspecto negativo é que não é possível identificar se as nuances de ressalva e concessão, mencionadas na definição de *contudo*, correspondem de algum modo às nuances mencionadas na definição de *porém*. Na verdade, há várias nomenclaturas (ressalva, concessão, restrição,

oposição e adversão), e o que significa cada uma delas nem sempre está claro ou exemplificado por meio de contextos de uso.

No *Houaiss eletrônico*, não é possível saber se “adversão”, “oposição” e “restrição” são nuances de sentido ou não, porque não há menção em relação a isso. Além disso, o *Houaiss eletrônico* não menciona as nuances de ressalva e concessão. Ao verificarmos a definição dos sinônimos *todavia*, *no entanto* e *entretanto*, nos deparamos com outros sinônimos, o que resultou em círculo vicioso. Apenas *mas* e *porém* apresentam definições mais elaboradas.

O *Houaiss Conciso* apresenta definição por sinônimos, sem nenhuma exemplificação, o que demonstra que ele é mais limitado do que o *Houaiss eletrônico*. Os sinônimos *porém*, *todavia* e *entretanto* geram círculo vicioso. O *mas* possui uma definição que não é exemplificada, além de ser muito sucinta. Assim, consideramos que o *Houaiss Conciso* apresenta a definição de *contudo* com uma qualidade inferior à dos outros dicionários pesquisados.

### 3.2 Visto que

Quadro 3. Visto que

VISTO QUE	
Palavra-entrada	Visto
Houaiss eletrônico	<p><b>Modo interativo:</b>  <b>v. que</b>            dado que, já que, uma vez que, porquanto  <i>Obs.: ver gram/uso a seguir</i>  <i>Ex.: não comprou a casa, v. que não tinha dinheiro suficiente.</i>  <input type="checkbox"/> GRAM/USO <b>a)</b> a oração subordinada pode vir expressa como uma reduzida de infinitivo (<i>engordou demais, v. não ter seguido a dieta</i>); <b>b)</b> seguido de subst., o part. concorda com ele (<i>vistos os desentendimentos...; vista[s] a[s] dificuldade[s]...</i>); <b>c)</b> é incorreto o emprego de <i>visto como</i> no sentido de 'visto que, já que', ou se o verbo já comporta uma circunstância de modo.</p>
Houaiss Conciso	loc. conj. dado que, já que <não viajará, v. que está doente> (p. 964).
Aulete Digital	<p><b>Verbetes Atualizado:</b>  <b>prep.</b>  <b>6. Em razão de:</b> <i>Visto que você não vai mais, vou sozinho.</i>            [F.: Do lat. <i>vistus</i>, part. de <i>videre</i>.]  <b>Visto que</b>  <b>1 Já que, dado que, uma vez que.</b></p> <p><b>Verbetes Original:</b>  <b>   Visto que 1. (loc. conj.), porquanto: Ela existia, visto que eu existia. (Castilho.)</b></p>
Novíssimo Aulete	Verbetes localizado na p. 1422. Igual ao Verbetes Atualizado do Aulete Digital.

Fonte: Elaboração própria com base em Houaiss (2009), Houaiss; Villar (2011), Aulete (2007) e Aulete; Geiger (2011)

Em todos os dicionários, encontramos a definição realizada por meio de sinônimos. No *Houaiss eletrônico*, dos sinônimos apresentados, apenas *porquanto* não estabelece círculo vicioso, pois encontramos a seguinte definição:

### porquanto

#### □ conjunção coordenativa

sintaticamente, liga orações ou períodos que apresentam as mesmas propriedades sintáticas; quanto ao sentido, é us. como *conj. expl.*, introduzindo o segmento que, basicamente, denota uma justificação, explicação para o que foi dito anteriormente: porque; visto que, já que *Ex.: não aceitou o convite para jantar, p. antipatizava secretamente com o anfitrião* (HOUAISS, 2009).

De acordo com a ordem em que aparecem os sinônimos, há a possibilidade de o consulente consultar todos os sinônimos em vão no dicionário até chegar a *porquanto*, que é o último. Se ele for persistente em sua busca, poderá ler a definição de *porquanto*, que talvez o auxilie a compreender melhor o que é *visto que*.

No *Houaiss Conciso*, a definição de *dado que* não existe na obra de consulta e *já que* estabelece círculo vicioso.

No *Aulete*, dentre os três sinônimos sugeridos, apenas *já que* não estabelece círculo vicioso: “Já que 1 Us. antes de se mencionar a causa de algo, aquilo que é motivo para se fazer ou querer alguma coisa, ou a razão para se pensar de determinado modo: Já que todos estão de acordo, podemos encerrar o debate” (AULETE, 2007). Para nós, a definição é esclarecedora e serve como base para entendermos o uso de *visto que*, embora as informações da definição possam ser mais bem organizadas/estruturadas do ponto de vista sintático.

### 3.3 Assim como

Quadro 4. Assim como

ASSIM COMO	
Palavra-entrada	Assim
Houaiss eletrônico	<b>Modo interativo:</b> • <b>a. como</b> bem como, da mesma maneira que, do mesmo modo que <i>Ex.: os velhos, a. como os jovens, também têm seus ímpetos</i>
Houaiss Conciso	Loc. adv. Bem como, do mesmo modo que <os velhos, a. como os jovens, também têm seus ímpetos> (p. 89).
Aulete Digital	<b>Verbetes Atualizado:</b> <b>Assim como</b> 1 <i>Da mesma maneira que: Assim como chegou, partiu: em silêncio.</i> <b>Verbetes Original:</b>    <i>Assim como 1. (loc. conj. de modo), do mesmo modo ou maneira que, como, bem como: Assim como o fogo apura o ouro, assim a desgraça a amizade.</i>
Novíssimo Aulete	Verbetes localizado na p. 160. Igual ao Verbetes Atualizado do Aulete Digital.

Fonte: Elaboração própria com base em Houaiss (2009), Houaiss; Villar (2011), Aulete (2007) e Aulete; Geiger (2011)

Novamente, as quatro obras apresentam definições realizadas por meio de sinônimos.

Dentre os sinônimos apresentados na definição do *Houaiss eletrônico*, o único disponível para consulta no dicionário é *bem como*, mas a definição de tal elemento é realizada por meio de sinonímia. No *Houaiss conciso*, o sinônimo *do mesmo modo que*

não está disponível para consulta, e *bem como* também apresenta sinônimos em sua definição.

No *Aulete*, *bem como* e *como* são os únicos sinônimos disponíveis para consulta, no entanto a definição de *bem como* é realizada também por sinônimos e a definição de *como* não possui acepção semelhante à do elemento de coesão *assim como*.

Após termos feito as considerações sobre a definição dos três elementos de coesão sequencial, chegamos à conclusão geral de que é preciso um olhar mais atento para o modo como eles se configuram nos dicionários escolares. A seguir, tecemos alguns comentários finais sobre o nosso trabalho.

### **Comentários finais**

Alcancamos o objetivo proposto neste artigo e, assim, podemos responder às perguntas mencionadas inicialmente.

1) Qual é o tipo de definição que as palavras que cumprem a função de auxiliar na coesão sequencial recebem nos dicionários alvo da pesquisa?

De maneira geral, podemos dizer que os dicionários não seguem um padrão para definir as palavras alvo de nossa pesquisa, e isso, de acordo com a literatura lexicográfica, é negativo. O que se sobressai é a definição por sinonímia, que leva o consulente a realizar outras buscas (muitas vezes, em vão) nos dicionários. Por outro lado, observamos que tanto o *Houaiss Eletrônico* quanto o *Aulete Digital* e o *Novíssimo Aulete* tentam apresentar uma definição que foca mais o uso da palavra, o que, de certa forma, é positivo, já que os elementos de coesão sequencial pesquisados são palavras que possuem uma função mais sintática do que semântica.

2) O *Novíssimo Aulete* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa e o *Dicionário Houaiss Conciso* diferenciam-se dos dicionários *thesaurus* no que diz respeito às definições dos elementos coesivos sequenciais? Se sim, quais são as diferenças? Elas são significativas?

O *Novíssimo Aulete* possui as mesmas definições que o *Aulete Digital (thesaurus)*, portanto não existem diferenças significativas entre as obras. Em relação ao *Houaiss Conciso* e ao *Houaiss eletrônico (thesaurus)*, identificamos que o *Houaiss Conciso* apresenta menos informações sobre os elementos de coesão sequencial investigados, na medida em que privilegia a definição por sinonímia, logo há diferenças significativas entre ambos e que, de certa forma, nos indicam que o *Houaiss eletrônico* é melhor do que o *Houaiss Conciso* no que diz respeito à definição dos elementos de coesão pesquisados.

3) Os dicionários *Novíssimo Aulete* – dicionário contemporâneo da língua portuguesa e o *Dicionário Houaiss Conciso* são, de fato, um suporte para as práticas de escrita que se relacionam ao uso dos elementos sequenciais em um texto? Se sim, quais são as contribuições que eles oferecem? Se não, quais são os problemas?

Em virtude do que respondemos nas perguntas anteriores, para nós, tais obras de consulta não atingiram um nível de qualidade a ponto de afirmarmos que são suportes para as práticas de escrita que fazem parte do cotidiano dos alunos do Ensino Médio. Os dicionários Tipo 4 que analisamos não apresentam nenhum diferencial que nos permita afirmar que eles são realmente adequados às necessidades dos alunos de 1º ao 3º ano do

Ensino Médio. Acreditamos que as definições deveriam privilegiar o uso dos elementos coesivos sequenciais numa perspectiva textual, justamente para atender a uma das necessidades básicas, que é a de produção textual.

Após termos respondido às questões acima, queremos ressaltar que as críticas feitas aos dicionários estão restritas apenas a um grupo de palavras: os elementos coesivos sequenciais. Dessa forma, não nos referimos ao conteúdo das obras de maneira geral. Mas percebemos que ainda é preciso investir para que os dicionários escolares sejam de fato pedagógicos, ou seja, para que visem ao perfil dos estudantes e atendam às necessidades deles, principalmente no que diz respeito ao modo como os elementos coesivos sequenciais – tão importantes na elaboração de textos – são apresentados.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. Conceituação/definição em dicionários da língua geral e em dicionários de linguagens de especialidades. In: SILVA, J. P. da (Org.). Anais dos Cadernos do CNFL, série IV, n. 10. *Semântica e Lexicografia*. IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2000. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ10\\_21-32.html](http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ10_21-32.html)>. Acesso em: 10 mai. 2016.

AULETE, F. J. de C. *Aulete Digital*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

AULETE, F. J. de C.; GEIGER, P. (Org.). *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BIDERMAN, M. T. C. O dicionário padrão da língua. *Alfa*, São Paulo, n. 28 (supl.), p. 27-43, 1984.

\_\_\_\_\_. A definição lexicográfica. *Cadernos do Instituto de Letras*, n. 10. Porto Alegre: UFRGS, p. 23-43, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional do Livro Didático – Dicionários. *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

GRAMA, D. F. *Uma análise lexicográfica dos elementos coesivos sequenciais do português para a elaboração de uma proposta de definição: um estudo com base em corpus*. 2016. 371 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, A. (Org.); VILLAR, M. de S. (Ed.). *Dicionário Houaiss conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KRIEGER, M. da G. Políticas públicas e dicionários para escola: o programa nacional do livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, Brasil. v. 2, n. 18, p. 235-252, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6950/6458>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

SCOTT, M. *WordSmith Tools version 5*. Liverpool: Lexical Analysis Software, 2008.

\_\_\_\_\_. *WordSmith Tools version 6*. Liverpool: Lexical Analysis Software, 2012.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.

WEINREICH, U. Definição lexicográfica em semântica descritiva. Tradução de Maria Cecília P. Barbosa Lima. *Alfa*, São Paulo, n. 28, p. 103-118, 1984.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à Lexicografia*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

\_\_\_\_\_. *Panorama Geral da Lexicografia Pedagógica*. Brasília: Thesaurus, 2008.

\_\_\_\_\_. Questões de lexicografia pedagógica. In: XATARA, C.; BELIVACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (Org.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 103-113. (Série: Estratégias de Ensino; 24).

**Recebido em:** 15/08/2016

**Aprovado em:** 20/07/2017

# O texto literário como *corpus* para análise lexical: *O Púcaro Búlgaro*, de Campos de Carvalho

Caio Santilli Oranges

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
Araraquara, São Paulo, Brasil  
csantillioranges@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1568>

## Resumo

O universo de discurso literário engloba um sem-número de outros universos de discurso, transformando-o em um rico e frutífero ambiente para análises linguísticas, sobretudo no nível lexical. Este trabalho, portanto, de caráter modelar, tem como objetivo demonstrar de que maneiras o texto literário se apresenta como *corpus* para uma análise linguística. Por trabalhar com a arte, além da comunicação, o autor literário deve sempre objetivar a expressividade no uso da língua. É o que tentaremos demonstrar, utilizando como exemplo o romance *O Púcaro Búlgaro*, de Campos de Carvalho, uma narrativa composta, essencialmente, pela denúncia, renúncia e afastamento das questões de ordem lógica do mundo histórico e social. Para isso, o presente artigo retoma conceitos gerais a respeito da lexicologia e lexicografia, resume questões gerais a respeito do texto literário, e revisa alguns dos principais estudos recentes que trabalharam essa interface. Ao final, são apresentados modelos de análise lexical com a obra literária supracitada.

**Palavras-chave:** texto literário; léxico; *O Púcaro Búlgaro*.

## The literary text as a *corpus* for lexical analysis: *O Púcaro Búlgaro* by Campos de Carvalho

### Abstract

Many discourse universes are included in the literary discourse universe, converting it into a rich and productive environment for linguistics, mainly for lexicon analysis. Therefore, this experimental paper aims to show in which ways a literary text presents itself as a *corpus* for linguistic analysis. Because it has the influence of art, aside from communication, the literary author must always intent language's biggest expressiveness. That is what we will try to demonstrate, using a Brazilian novel by Campos de Carvalho, called *O Púcaro Búlgaro* as an example. The main characteristics of this novel are the distance, resignation and removal from all logic aspects that make life something ruled. Thus, this paper takes back general concepts about lexicology and lexicography, and summarizes aspects about the literary text. It also reviews some of the most recent works on this area. Finally, it presents some examples of how to make a lexical analysis using a literary text.

**Keywords:** literary text; lexicon; *O Púcaro Búlgaro*.

## 1. Introdução

Os universos de discurso são domínios de reconhecimento ideológico e, sobretudo, de produção de sentido. Existem variados universos, e é possível depreender inúmeras questões socioculturais de uma determinada sociedade a partir do seu uso discursivo. Além disso, cada universo de discurso é marcado por uma determinada norma

que o caracteriza, e essa norma se reflete nos mais diversos níveis linguísticos, dentre eles o lexical.

Segundo Dubois et al. (2014, p. 566), os universos discursivos são definidos como: “o mínimo irredutível de contexto necessário a um enunciado [...] é a própria condição, original, da produção do enunciado, ou melhor, é o que o torna possível”. Assim, o universo que engloba o texto literário é extremamente produtivo, visto que nele se reúnem outros tantos universos encontrados na sociedade. Enquanto o discurso do cotidiano objetiva a comunicação, através da correspondência das coisas em signos, o discurso literário “é um objeto da linguagem ao qual se associa uma representação de realidades físicas, sociais e emocionais mediatizadas pelas palavras da língua na configuração de um objeto estético” (PROENÇA FILHO, 2007, p. 7).

Do mesmo modo, a literatura, por excelência, é um repositório linguístico frutífero de produção de sentido. O autor desse tipo de texto almeja, a todo momento, a exteriorização da vivacidade no uso da língua, imprimindo recursos que conferem credibilidade e sentimento de inovação. E é por meio do léxico que esses processos são construídos, seja através da inovação lexical (neologismos) ou do uso linguístico mais eloquente, o texto literário revela um modelo particular: “Este discurso literário [...] obedece, na maioria das vezes, ao discurso comum, mas diferencia-se deste, na medida em que o significante se apaga para poder sobressair o significado” (MARTINS, 2007, p. 69).

Este trabalho, portanto, de caráter modelar, tem como objetivo principal evidenciar de quais formas o texto literário, construído por intermédio de uma linguagem que, ao mesmo tempo, se aproxima e se distancia da linguagem comum, pode se apresentar propício para uma análise lexical. Para tal, utilizamos como exemplo a obra *O Púcaro Búlgaro*, escrita pelo autor mineiro Walter Campos de Carvalho, e publicada em 1964. Pautada sobre os pilares da loucura e do *nonsense*, *O Púcaro Búlgaro* retrata a vida de um grupo de expedicionários que têm como propósito organizar uma viagem à Bulgária, a fim de atestar a existência desse país e, principalmente, dos Púcaros Búlgaros.

Dessa forma, a seção 2 apresenta conceitos básicos a respeito de duas ciências do léxico as quais já se apresentaram capazes de abordar o texto literário: a lexicologia e a lexicografia. Ainda nessa seção, trata-se da questão da construção e produção de sentido no texto literário e como isso ocorre. Por fim, discute-se pontos em comum entre as ciências do léxico supracitadas e o texto literário.

Na seção 3, são apresentados alguns trabalhos que já trataram a interface léxico e literatura, e os resultados a que chegaram tais produções. São discutidas questões como o neologismo literário e os dicionários de especialidade. A seção 4, por sua vez, traz os exemplos retirados da obra *O Púcaro Búlgaro* e possíveis abordagens lexicais para um texto literário. A quinta e última seção, por fim, conclui esse trabalho, de modo a sugerir o quão produtivo pode ser um texto literário para uma análise linguística.

## **2. O léxico e o texto literário**

### **2.1 A lexicologia**

O léxico é o nível linguístico mais instável, aberto e suscetível às alterações sociais, visto que ele está diretamente relacionado com a cultura e a sociedade. É através do léxico que as crenças e os costumes de uma sociedade se materializam. Toda a visão de mundo de um povo é manifestada no e pelo léxico. Em outras palavras, o léxico de uma língua reflete a cultura e os hábitos de uma sociedade, tornando-se um espelho desta. Assim, coadunamos com Biderman (1978, p. 139) quanto ao conceito de léxico: “Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades”.

Divide-se, tradicionalmente, os Estudos do Léxico em três diferentes ciências: lexicologia, lexicografia e terminologia. Para os fins deste trabalho, apenas a primeira será esclarecida, por já ter se mostrado suficientemente produtiva para um trabalho consistente com o texto literário.

Dessa forma, a lexicologia é a ciência que estuda o léxico por excelência, e as unidades que o compõem, isto é, as palavras. O conceito de palavra é ainda impreciso, visto que engloba um sem-número de dificuldades. A depender da abordagem que se confere, a delimitação da palavra será um problema. Conforme afirma Biderman (1999, p. 82): “[...] o conceito de palavra não pode ter um valor absoluto; ele é relativo e varia de língua para língua”.

Os estudos em lexicologia são geralmente voltados à questão do signo linguístico, conforme proposto por Saussure e aperfeiçoado posteriormente. Por falar em Saussure, a vertente estruturalista, que teve seu início com as publicações do linguista genebrino, não considerava o léxico como um sistema passível de estudo, visto que esse era considerado apenas uma lista das irregularidades, mas não um sistema. Isso explica o fato de a lexicologia ter tido certo atraso para ser estudada, se comparada à lexicografia.

A questão do significado das palavras e dos processos de formação delas são temas que interessam à lexicologia, sendo constantemente objeto de estudo dessa área. Além disso, alguns estudos tratam de questões como a estruturação do léxico e a descrição das estruturas morfossintáticas e semânticas, os campos semântico-lexicais de palavras e suas relações, a inovação lexical por meio de neologismos, entre outras.

De forma geral, a lexicologia é a ciência que se ocupa do léxico, buscando dar conta de sua organização, estruturação e sistematização através dos tempos.

### **2.2 A construção de sentido no texto literário**

A língua é um sistema aberto e heterogêneo, que está sempre disponível para a comunicação de seus usuários e para a veiculação de emoções e informações. Quando utilizada em universos de discurso específicos, como as linguagens técnico-científicas, a língua revela quais os mecanismos linguísticos mais eficazes para aquele caso de criação, inovação ou expressividade vocabular. Cada universo de discurso possui traços linguísticos específicos que o caracterizam, sendo que alguns traços podem ser comuns a mais de um universo.

Ao ser empregado no universo literário, no entanto, nem sempre existirá uma regra para que determinado recurso linguístico seja o mais utilizado. Isso porque os textos

literários abrangem particularidades de diversos universos, pertencentes às diversas esferas de conhecimento. Do mesmo modo, nenhum texto literário é igual a outro, visto que autores diferentes utilizam artificios diferentes, no intuito de cumprirem com os objetivos de sua obra/estilo ou escola literária.

Por essa razão, Barbosa (2001, p. 34) afirma: “[...] parece pouco produtivo avaliar a questão [dos recursos utilizados na linguagem literária] no conjunto das obras. Há que considerá-la em cada obra manifestada”. É o que objetivamos fazer neste trabalho, utilizando exemplos de *O Púcaro Búlgaro*, obra escrita por Campos de Carvalho.

Apesar das dificuldades de se definir precisamente as características do discurso literário, não é surpresa que a linguagem utilizada nele carregue algo além do usual, no que tange à significação: “já se percebe o alto índice de multissignificação dessa modalidade da linguagem que, de antemão [...] sabemos ser especial e distinta da modalidade própria do uso cotidiano” (PROENÇA FILHO, 2007, p. 8).

A norma que preside o texto literário é a retórica, diferentemente dos discursos ordinários, os quais têm como guia a comunicação. Isso ocorre já que, além de comunicar, o discurso literário objetiva também encantar e narrar uma história, a fim de prender o leitor. Neste universo de discurso, portanto, co-ocorrem a arte, a informação e a comunicação. Conforme Proença Filho (2007, p. 42): “o texto literário é, ao mesmo tempo, um objeto linguístico e um objeto estético”.

A fim de cumprir esses objetivos, os autores literários lançam mão de diversos recursos linguísticos, os quais se manifestam no nível do léxico, como a inovação lexical, a mudança de significado, inversões sintáticas, mudança de função sintática, entre outras. Dessa forma, o que ao leitor parece uma transgressão à norma da língua é, na verdade, um recurso estilístico empregado pelo autor do texto.

Por essas razões, sobrelevamos o fato de as unidades lexicais não serem compreendidas de acordo com o significado delas no mundo em outros universos discursivos. Em outras palavras, o entendimento do sentido das palavras deverá se dar apenas pelo significado que elas possuem no contexto da obra, pois é nesse contexto que elas emergem. A esse respeito, Proença Filho (2007, p. 74-75) afirma: “o referente se liga ao contexto extraverbal; se situaria, portanto, fora da linguagem; o sentido das palavras, no texto literário, emerge do próprio texto e se apoia sobretudo na dimensão conotativa”.

Posto que o universo de discurso literário é próprio, diferente do mundo comum, e sua linguagem é característica, a fim de atender aos propósitos da obra, as unidades que compõem esse discurso devem também ser entendidas da mesma forma, isto é, no contexto de produção da obra, segundo as características do autor, de seu estilo literário, de sua escola, ou de qualquer outro fator que influencie sua escrita. Dessa forma, uma unidade lexical que transgride o sistema linguístico, ou que seja utilizada com significado diferente do comum, é motivada por uma série de fatores da própria obra literária que o justificam: “no interior do texto literário, é estabelecida uma rede semântica envolvendo os significados de todas as palavras empregadas” (ALVES, 2013, p. 91).

### 2.3 A interface léxico-literária

Após uma breve explicação a respeito das ciências do léxico que mais têm se aproveitado da linguagem literária, e de entendermos sucintamente de que forma esse universo do discurso funciona, vamos agora buscar entender quais aspectos lexicais têm sido mais abordados em textos literários em geral.

Como explicado na seção anterior, é difícil afirmar quais aspectos são realmente próprios da linguagem da literatura. Isso se deve ao fato não apenas de esse universo tirar proveito de outros tantos universos mais usuais, mas também pelo fato de, dentro do próprio universo literário, existir uma gama enorme de características de determinada escola, obra ou autor. Segundo Proença Filho (2007), os estudiosos e pesquisadores do discurso literário têm encontrado um grande desafio para definir as especificidades desse discurso.

Ainda assim, o que se observou, ao consultar trabalhos que envolveram a interface léxico-literária, é que o principal recurso linguístico abordado é a inovação lexical ou neologismo. Neologismos são unidades lexicais inéditas, que não fazem parte do léxico de uma língua, e que foram criadas segundo processos morfossintáticos ou semânticos, ou que foram adotados de línguas estrangeiras, os chamados empréstimos linguísticos.

Além disso, conforme afirmamos no item 2.2, as unidades lexicais e seus significados devem sempre ser depreendidos do contexto da obra, buscando amparo em questões como o estilo do autor, a escola literária etc. Conforme afirma Alves (2013, p. 88):

No caso das formações neológicas no texto literário, somente a verificação da relação estabelecida entre o significante e o significado não é suficiente para sua interpretação, sendo preciso, no entanto, ir além da individualização do novo signo, o que significa que a inserção de uma nova forma em determinada obra literária responde à criatividade de seu criador (o autor) de determinar a expressividade do texto.

Isso ocorre devido ao fato de o discurso literário ser muito impreciso, visto que ele pode envolver “adesão, transformação ou ruptura em relação à tradição linguística” (PROENÇA FILHO, 2007, p. 46), sendo sua linguagem totalmente definida pela criatividade do autor. É usual a criação de novas formas de se expressar, refletidas no léxico, que deem conta de expressar exatamente o que pretende o artista. Dito de outro modo: “não existe uma ‘gramática normativa’ para o texto literário. Seu único espaço de criação é o da liberdade” (PROENÇA FILHO, 2007, p. 46).

Enfim, de forma geral, foi possível observar que os estudos lexicais que se detiveram sobre o texto literário focalizaram a questão do neologismo, por ser esse um campo produtivo e frutífero, principalmente em textos do universo literário, tendo em vista que a linguagem desse universo é das mais expressivas, pelos motivos já elencados anteriormente. No entanto, outros autores já se dedicaram a processos diversos, conforme se verá na seção a seguir.

### 3. Revisando trabalhos sobre léxico e literatura

Um trabalho de análise linguística, no nível lexical, que tenha como *corpus* um texto literário deve levar em conta todos os fatores supracitados na seção 2. Dessa forma, o pesquisador que volte sua atenção aos aspectos lexicais de determinada obra ou autor literário deverá necessariamente observar qual processo ou fenômeno linguístico é mais recorrente nessa obra ou autor antes de definir o que será analisado. Dito de outro modo, a definição do fenômeno a ser observado na obra ou autor em questão não pode ocorrer sem uma prévia observação ou conhecimento a respeito do estilo e da construção do texto literário a ser estudado.

Não faria sentido, por exemplo, um estudo que buscasse atestar os neologismos cunhados por um autor que não utiliza esse recurso para a construção de seu texto, bem como não caberia uma análise de um vocabulário ou campo lexical em uma obra que não o explora. Isso posto, revisamos, nesta seção, alguns trabalhos mais recentes que têm abordado a interface entre léxico e literatura.

O primeiro trabalho a que tivemos acesso é o de Martins (2008), intitulado *O Léxico de Guimarães Rosa*. Este trabalho, apresentado na forma de um dicionário de especialidade, insere-se no campo da lexicografia literária, e reúne 8.000 palavras, das quais mais de 30% não eram dicionarizadas, retiradas de 11 obras de Guimarães Rosa. Segundo a autora:

A linguagem intensamente elaborada de Guimarães Rosa foge, intencionalmente, à transparência para se embeber de mistério. Há obstáculos que exigem a atenção e provocam reação diversa nos leitores. A sintaxe, por suas inversões e elipses, e o léxico, por sua requintada complexidade, não permitem que o texto seja recebido passivamente, mas solicitam o leitor a ter também algum papel na criação artística. (MARTINS, 2008, p. 9).

O uso linguístico da obra rosiana é composto por neologismos, regionalismos, arcaísmos e muitos outros fenômenos linguísticos que fazem do vocabulário dessas obras um dos mais vastos e ricos na literatura brasileira. O autor, movido pela imaginação, sensibilidade e conhecimento acerca da língua, buscava a perfeição em seus escritos, sendo necessário utilizar as potencialidades da língua, desafiando o leitor, em busca da maior expressividade, afirma Martins (2008).

O trabalho dessa autora engloba as unidades lexicais de maior valor estilístico nas obras selecionadas de Guimarães Rosa, e abriu margem para muitas descobertas lexicais: “Muitas vezes imagina-se serem de sua criação palavras que se desconhecem, que são, contudo, arcaísmos, regionalismos, indigenismos ou neologismos já empregados por outros” (MARTINS, 2008, p. 10).

O segundo trabalho que foi observado e chamou a atenção foi o de Martins (2004). Neste, o autor tem como objetivo analisar o vocabulário e a criatividade de Millôr Fernandes, escritor brasileiro que, por meio dos neologismos, expressava humor e brincava com as palavras. Conforme afirma o autor deste estudo: “O que chamava a atenção não era o processo de formação de palavras [...]. Humorista, Millôr brincava com as palavras criando um dicionário [novo dicionário]” (MARTINS, 2004, p. 60).

Alguns dos exemplos apresentados demonstram que Millôr Fernandes criou uma norma própria, de forma a suprir as necessidades expressivas que almejava em sua obra.

Muitos desses neologismos são palavras já existentes na língua, que tiveram uma nova acepção embutida pelo autor através do uso. Outras, por sua vez, eram inovações possíveis, isto é, permitidas pelo sistema linguístico e possíveis de serem criadas a qualquer momento. De maneira geral, Martins (2004) concluiu que o léxico milloriano é próprio desse autor, difícil de ser empregado de forma tão natural por qualquer outra pessoa, seja em um texto literário ou não.

O mesmo pesquisador ainda publicou um outro estudo em 2007, o qual trata a criação de neologismos na obra poética de Cruz e Sousa. Este trabalho utiliza tal autor literário de forma a analisar as criações lexicais pertencentes ao Simbolismo, visto que essa escola “vai pesquisar os processos de criação lexical para formar um léxico neológico próprio para suas necessidades estéticas” (MARTINS, 2007, p. 67). Assim, para conseguir exteriorizar a fuga do mundo real e consciente, usa-se a língua como objeto estético.

O trabalho focaliza o estudo neológico, situando-se na relação da literatura com a lexicologia. O resultado do estudo observou grande incidência de substantivos, compostos, adjetivos, verbos e advérbios neológicos de autoria cruzeirosiana. No entanto, a análise se deteve aos substantivos, de forma a analisar morfemas derivacionais. Concluiu-se, portanto, que a sufixação é um processo muito produtivo e deveras utilizado pelo poeta brasileiro.

Outro trabalho interessante é o de Ávila e Martins (2008), o qual estudou o léxico indianista na obra do romancista brasileiro José de Alencar. A prosa alencariana é marcada pela busca da identidade brasileira, e o autor encontrou nas línguas indígenas a forma de mostrar isso, escrevendo três romances cuja abordagem retratava o índio: *Iracema*, *O Guarani* e *Ubirajara*. A esfera da escola romântica pós colonização portuguesa dominava o pensamento dos autores literários da época, e foi na figura de José de Alencar que isso se revelou.

Por essa razão, o estudo de Ávila e Martins (2008) é muito proveitoso, justamente porque revela como a busca pela identidade brasileira por meio dos indígenas é revelada no léxico utilizado pelo romancista brasileiro. A análise encontrou 168 palavras cuja “roupagem” era indianista. Como afirmam os autores, alguns dicionários utilizados como filtro apresentam as unidades lexicais de origem indígena apenas por elas terem sido utilizadas nas obras alencarianas, visto que estas foram usadas na montagem dos dicionários.

De modo geral, os autores concluíram que o léxico indianista é amplamente usado por Alencar, de forma a construir o sentido de suas obras coerentemente com suas propostas. Além disso, o autor muitas vezes mistura a língua tupi com a portuguesa, formando palavras novas. Ávila e Martins (2008) concluíram também que não há coerência entre os dicionários tupis, pois muitas unidades possuem significados distintos de um para outro.

O trabalho de Alves (2013), por sua vez, estuda os poemas publicados por João Cabral de Melo Neto, autor brasileiro do século XX. A análise chama a atenção visto que a autora investiga a inovação lexical implementada pelo escritor através de palavras compostas e fraseologismos, propondo um estudo por meio da coindexação semântica. É uma análise, de certa forma, inovadora, visto que o trabalho com o léxico por meio da literatura, principalmente quando se trata de neologismos, busca evidenciar os fenômenos linguísticos mais usuais, como o processo de derivação.

A autora, no entanto, propõe um outro tipo de análise, levando em conta sempre o estilo modernista de Melo Neto, característico de seu tempo. Segundo ela:

No contexto literário, as criações respondem às exigências expressivas do enunciador. Para isso, ele recorre aos elementos de sua língua e escolhe aqueles recursos que melhor atendem sua necessidade de expressão. Logo, nota-se que o processo de criação está ligado a algo pessoal, individual, a um ato de escolha, ou seja, está intimamente relacionado ao estilo do poeta (ALVES, 2013, p. 90).

Dessa forma, a autora justifica a análise que empenha sobre os compostos e os fraseologismos da obra poética de João Cabral de Melo Neto, recursos linguístico-expressivos recorrentes nas produções do escritor.

Por fim, o estudo empreendido por Franco (2008) é outro que julgamos considerável, visto que o autor foge aos padrões de estudos léxico-literários. O trabalho do pesquisador é sobre os empréstimos e estrangeirismos adotados na língua portuguesa por meio da obra do escritor brasileiro João do Rio. Franco (2008) pesquisa como os termos provindos de outra língua e utilizados pelo escritor foram incorporados ao vocabulário do final do século XIX e início do XX, época da *Belle Époque*, na qual o Rio de Janeiro sofreu muita influência social e cultural advinda da França.

Dessa forma, os poemas do carioca João do Rio incorporavam esse vocabulário de ascendência europeia, notadamente francesa e inglesa. A população do Rio de Janeiro, por sua vez, na ânsia de copiar os costumes europeus, aceitou facilmente esses estrangeirismos. Segundo o autor:

[...] a cidade e a sociedade adotaram o espírito francês da *Belle Époque*, como frequentar salões, óperas, consumir mercadorias de luxo, em suma, todos os usos e costumes da alta sociedade francesa. [...] a elite renegou o passado colonial e todos os valores brasileiros, para reivindicar seu *status* europeu (FRANCO, 2008, p. 17-18).

Assim sendo, o autor conclui que o desejo pelo prestígio europeu abriu as portas para a entrada e aceitação do vocabulário europeu (principalmente francês) na língua portuguesa no Rio de Janeiro.

Enfim, evidenciamos alguns dos mais recentes trabalhos que trataram a interface entre léxico e literatura, para mostrar de quais formas têm sido feitas as pesquisas nesse âmbito. A seção a seguir buscará exemplificar como é possível trabalhar com essa interface, levando em consideração os postulados acima elencados.

#### **4. Exemplos de análise lexical em *O Púcaro Búlgaro* de Campos de Carvalho**

Walter Campos de Carvalho é um autor literário brasileiro nascido em 1916 na cidade de Uberaba, e morto em 1998. Escreveu seis obras entre 1941 e 1964, dentre as quais quatro foram reeditadas e publicadas em sua *Obra Reunida* (CARVALHO, 2002): *A Lua vem da Ásia*, *Vaca de Nariz Sutil*, *A Chuva Imóvel* e *O Púcaro Búlgaro*. As duas outras, intituladas *Banda Forra* e *Tribo*, foram as primeiras do autor e são renegadas por ele mesmo.

Seus escritos possuem em comum o teor humorístico e transgressor. São obras que contemplam a falta de lógica e racionalidade, questões amplamente renunciadas pelo escritor, que busca transgredir e afastar-se delas a todo custo em suas produções. Assim,

todos os aspectos sociais, políticos e culturais considerados lógicos e racionais são deixados de lado em sua *Obra Reunida*, e suas obras abrem margem para o universo contrário: ilógico, irreal, irracional e transgressor. Isso é refletido nas análises já empreendidas por pesquisadores de sua obra, que possuem dificuldade em encontrar o estilo literário que o autor emprega. Ainda assim, consentiu-se considerá-lo um surrealista, apesar da distância temporal entre o auge desse movimento e o da produção de Campos de Carvalho.

De modo geral, pode-se afirmar que Campos de Carvalho traz à tona a denúncia do que é a Verdade (ou a Normalidade). Equipado de ironia, humor, transgressão e renúncia, este autor cria um mundo, o qual funciona segundo suas próprias regras. Neste mundo, é difícil distinguir o que existe e o que não existe. Em *O Púcaro Búlgaro*, por exemplo, a loucura é normal, e o normal é a loucura. Dito de outro modo, em *O Púcaro Búlgaro*, esbarra-se na loucura e no *nonsense* a todo momento, e estas características são os pilares da obra.

Como era de se esperar, toda a renúncia social e histórica se reflete na linguagem utilizada pelo autor, posto que, como já elencamos anteriormente, consideramos que língua e sociedade são sistemas que se complementam. É importante ressaltar, no entanto, que a transgressão social do autor não se configura como uma transgressão também no plano da linguagem, visto que a linguagem carvaliana utiliza expressivamente os mecanismos já disponíveis para produção de sentido e inovação linguística. Sua criatividade é, portanto, uma inteligente e sábia utilização dos recursos linguísticos existentes.

*O Púcaro Búlgaro*, por sua vez, escrita em 1964 em formato de diário de bordo, conta, de maneira geral, o planejamento do personagem Hilário em organizar uma expedição à Bulgária, cuja finalidade é atestar a existência deste país e, em especial, dos púcaros búlgaros. Essa expedição conta com outros personagens, que ajudam o narrador a alcançar sua empreitada. De maneira geral, pode-se afirmar que esse romance é o mais humorístico do escritor uberabense. Suas três obras anteriores, apesar de também possuírem tom de comédia e absurdo, ainda carregam um pessimismo e uma denúncia forte contra os sistemas normativos do mundo. Contudo, isso não foi observado em *O Púcaro Búlgaro*.

De fato, o objetivo de ser um ponto fora da curva, por assim dizer, ainda rege a narrativa. Por outro lado, pode-se afirmar que essa obra é caracterizada por possuir um maior esclarecimento, por parte do escritor, a respeito da sua rebeldia. Dito de outro modo, Campos de Carvalho parece ter percebido que adotar uma postura subversiva com relação ao mundo não faria com que esse mudasse nem reconhecesse os excêntricos – ponto que fica evidente no último capítulo de *A lua vem da Ásia*. Essa percepção fez com que ele amadurecesse sua escrita, evidenciando em seu último romance um protagonista que despreza a sociedade com um humor elevado ao extremo, ironizando todas as organizações, dogmas, regras e grupos sociais.

O romance, portanto, será constituído de um jogo entre sonho e realidade. Pelo fato de Hilário, o narrador-protagonista, encarar todas as situações – por mais absurdas que sejam – com extrema naturalidade, o leitor passa a duvidar e tentar separar o que é fantasioso do que não o é.

Assim sendo, os exemplos de análise que seguirão tentarão dar conta dessa característica peculiar que Campos de Carvalho aplicou na construção d'*O Púcaro*. Tendo como centro a criatividade do autor, exporemos algumas análises de passagens da obra,

de forma a exemplificar o uso único que o escritor empregou em questões como a construção do enredo e da lógica do livro.

Sendo assim, iniciaremos nossas análises pelos processos morfológicos de produtividade lexical com a seguinte passagem:

- (01) Mesmo que ficasse um dia definitivamente demonstrada a inexistência da Bulgária, ou das Bulgárias, ainda assim continuariam a existir búlgaros – do mesmo modo como existem lunáticos que nunca foram e jamais irão à Lua (CARVALHO, 2002, p. 343).

Neste fragmento, a palavra “lunático” carrega consigo o traço semântico “da lua”, isto é, de algo que provém da lua. Ainda assim, observamos que Campos de Carvalho utiliza o referido traço semântico ligado a seres humanos, isto é, lunático seria algo ou alguém que provém da lua. No entanto, sabemos que isto não existe, pois não há seres de origem lunar. A motivação do autor se deve ao sufixo “-ático”, que, dentre outras funções, forma adjetivos com o significado “relativo a”, em semelhança a “midiático” (relativo à mídia) e “sintático” (relativo à sintaxe). Essa seria uma possível análise.

No entanto, podemos enxergar além dessa simples questão e olhar mais de perto para a lógica do escritor. Ele percebeu ser possível formar a unidade “lunático”, e ela ter o sentido explicado acima devido ao acréscimo do sufixo, mesmo sendo comprovadamente impossível a existência desse sentido no mundo real (não há seres de origem lunar). Ou seja, a língua permite formar uma palavra cuja combinação não fere qualquer regra ou norma linguística, mas fere uma norma social e lógica do mundo extralinguístico. Aplicando essa lógica ao enredo de *O Púcaro Búlgaro*, o qual gira em torno de comprovar a existência da Bulgária, o personagem percebe que, mesmo que tal país não exista (realidade extralinguística), é possível que existam búlgaros, já que a língua permite a existência dessa palavra, a qual designa “relativo a Bulgária”. Trata-se, portanto, de um jogo lógico entre duas construções linguísticas que possuem o mesmo significado, qual seja, “relativo à”.

Uma análise como essa deve levar em conta o estudo aprofundado das características do autor. Como explicitado na seção 2.2, o sentido das unidades lexicais retiradas de uma obra literária não deve ser considerado em relação ao contexto fora da obra, mas inteiramente em relação ao contexto do enredo e da produção de sentido da obra. Esse aspecto teórico torna possível a análise acima, que segue a lógica da obra.

Vejamos outro exemplo:

- (02) O vento fustiga as velas, corre-me pela nuca e pelos cabelos, e volta para o mar alto. Aqui em cima, do alto da Gávea, as estrelas cintilam mais perto (CARVALHO, 2002, p. 318).

Esse trecho inicia o enredo da história a ser contada. Após os capítulos iniciais, o registro do que se passou (ou não se passou, conforme o narrador) em forma de diário começa com a passagem acima. Neste fragmento, o vocabulário escolhido por Campos de Carvalho para iniciar o enredo deixa o leitor, de certa forma, confuso. Os capítulos anteriores a esse explicam que ocorreu uma expedição à Bulgária, na qual o narrador Hilário foi o líder. Assim, ao ler o excerto, o leitor é levado a crer que os personagens já estão no navio, visto que a “vela” seria o pedaço de tecido que leva a embarcação para frente, “mar alto” o local onde estão posicionados geograficamente no oceano, sem proximidade com as costas, e “Gávea” seria o local mais alto, em um navio, perto dos

mastros, utilizado para enxergar adiante com luneta ou outro instrumento, segundo o *Dicionário Caldas Aulete* (CALDAS AULETE, 1964).

No entanto, essa suposição se prova falsa, quando o leitor percebe que o narrador está, na verdade, em seu quarto, escrevendo no diário, iluminado por “velas”, próximo ao “mar alto” e no alto da “Gávea”, bairro do Rio de Janeiro. Esse efeito de sentido provocado por Campos de Carvalho se deve à polissemia das unidades escolhidas para compor a passagem destacada acima, introduzindo o leitor no jogo de palavras por meio do qual o texto é construído.

(03) Se é que a Bulgária é mesmo nome de lugar e não uma maneira de expedir alguma coisa: expedição à Bulgária, como quem diz à francesa, ou à inglesa, ou simplesmente à milanesa (CARVALHO, 2002, p. 349).

Nesse trecho, o autor nos dá uma pista sobre o teor da obra que, quase sempre, passa despercebido. Ao afirmar que uma “expedição à Bulgária” pode ser uma maneira de se expedir alguma coisa, ao invés de ser o destino para o qual a expedição irá, ele mais uma vez instaura a possibilidade de a expedição sobre a qual o livro se apoia ser, na verdade, uma farsa. Tal cenário se torna ainda mais possível ao notarmos que, algumas páginas antes, um dos personagens afirmou: “o que se convencionou chamar a Bulgária é sobretudo um estado de espírito” (CARVALHO, 2002, p. 343). Assim, uma “expedição à Bulgária” nada mais seria do que uma expedição sem lógica, impossível, absurda, visto que a Bulgária, no mundo da narrativa, não existe.

Toda essa teoria se desenvolve através da expressão “à alguma coisa”, cujo significado é “ao modo de/a maneira de”. Considerando, então, que a Bulgária é um local inexistente, ou sobretudo um estado de espírito, como a própria narrativa sugere, uma “expedição à Bulgária” seria uma expedição realmente fantasiosa, inexistente. E é justamente isso que se desenrola no romance: os personagens fazem planos expedicionários, vivem suas situações cotidianas mais absurdas e improváveis, mas não realizam viagem alguma.

Nesse sentido, a própria construção dos personagens pode ser vista como absurda, impossível e humorística, sobretudo no nível lexical. De fato, Campos de Carvalho demonstra, a todo momento, utilizar a linguagem em favor do objetivo de sua obra, lançando mão dos recursos linguísticos a fim de criar uma narrativa expressiva. O personagem Pernacchio é uma evidência disso. Diz o narrador: “um tal de Pernacchio, que morou muitos anos ao lado da Torre de Pisa [...]. Pareceu-me um pouco inclinado para a esquerda, mas como não tenho preconceitos políticos [...] afirmei-lhe que seria bem-vindo” (CARVALHO, 2002, p. 331). Na apresentação dessa personagem, podemos notar a polissemia das palavras “inclinado” e “esquerda”. O sentido da primeira palavra tanto pode ser “desviado da direção vertical” (CALDAS AULETE, 1964, p. 2146) quanto “Propenso, disposto, afeiçoado” (CALDAS AULETE, 1964, p. 2146). A segunda, por sua vez, tanto pode significar o lado esquerdo quanto a posição política do personagem.

Outro exemplo dessa construção humorística ocorre com o personagem Expedito: “um Expedito não sei do quê, que pelo nome foi imediatamente incorporado à expedição” (CARVALHO, 2002, p. 332). Mais uma vez, vemos o jogo lexical, recurso utilizado por Campos de Carvalho para gerar criatividade e humor à sua obra. O trecho, repleto de ironia e humor, pode ser interpretado pelo fato de o personagem Expedito possuir o nome do objetivo dos outros personagens, qual seja, realizar uma expedição. Assim, para atingir

tal objetivo, incorpora-se um personagem cujo nome exprime exatamente a ideia que se pretende atingir.

A terceira análise se dará sobre a palavra “Partida”. Essa unidade lexical é a que intitula o último capítulo de *O Púcaro Búlgaro*, quando os leitores esperam que, finalmente, após tantos acontecimentos e preparação, os personagens irão partir rumo à Bulgária. No entanto, o capítulo é construído por meio de um diálogo entre três personagens, que estão jogando uma partida de *poker*. A “Partida” a que se refere o título do capítulo é, portanto, um jogo de cartas, e não a ida para o país que se objetivou descobrir.

A quebra de expectativa gerada se apoia, novamente, sobre a polissemia de uma unidade lexical, dessa vez a unidade “Partida”. Entretanto, é possível analisar o fato de a escolha pelo jogo de Poker não ter sido arbitrária. Este jogo é caracterizado por ser uma competição na qual se deve utilizar o blefe, a mentira e a manipulação. Por meio da enganação, os jogadores manipulam uns aos outros, tentando fazer o outro crer que as cartas dele são melhores. Assim, a manipulação ocorre quando um jogador joga conforme as vontades do outro, sem ter a percepção disso. O *poker* é uma disputa que não se joga sozinho, na qual o bom jogador é aquele que joga com os outros, manipulando-os, fazendo-os crer que estão no controle da situação quando, na verdade, estão sendo controlados.

Assim, a polissemia da unidade lexical “Partida”, ao final, revela ao leitor a única verdade de *O Púcaro Búlgaro*: ele foi, desde o princípio, manipulado pelo autor da obra, tendo que renunciar, também, aos ‘contratos’ que estabelecemos diariamente com o mundo, para que pudesse compreender a totalidade de *O Púcaro*. No entanto, percebe-se, ao final, que se tratou apenas de uma manipulação de quem ‘dava as cartas’, isto é, o narrador, como num jogo de *poker*.

## 5. À guisa de conclusão

Buscou-se, com este artigo, expor as principais formas de trabalhar com o texto literário, por meio do léxico. O objetivo era exemplificar, através de uma obra literária, como o trabalho na interface léxico-literária ocorre. Para isso, foi preciso elencar alguns pressupostos teóricos e revisar trabalhos recentes que tratam essa relação.

Assim, o trabalho com o léxico, tendo como *corpus* o texto literário, pode ser extremamente produtivo, tanto por meio da lexicologia, trabalhando questões como a formação de palavras, os neologismos e o significado das unidades lexicais, quanto através da lexicografia, produzindo dicionários e vocabulários específicos de autores, obras ou escolas literárias.

Conclui-se, também, que *O Púcaro Búlgaro* é uma obra construída em um mundo particular, com regras, atitudes, pensamentos e acontecimentos próprios. Dessa forma, o “diferente” tem seu espaço na obra. Isso, conseqüentemente, é marcado pela falta de sentido e senso social, manifestados na presença da loucura, do *nonsense* e da renúncia. Dessa forma, Campos de Carvalho faz um “jogo” com as questões sociais e políticas que regem o mundo, alterando-o completamente. Por sua vez, a linguagem acompanha essas mudanças e acaba sendo utilizada da mesma forma: com sentidos particulares, próprios da obra. Por isso, uma análise no nível lexical em *O Púcaro Búlgaro* se tornaria extremamente proveitosa, principalmente em se tratando de conferir significado à obra.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. *O estudo dos compostos e fraseologismos criados por João Cabral de Melo Neto: proposta de estudo da coindexação semântica*. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

ÁVILA, M. V. D.; MARTINS, E. S. O léxico indianista em José de Alencar. *Vertentes*, v. 1, p. 233-245, 2008.

BARBOSA, M. A. Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. p. 33-51.

BIDERMAN, M. T. C. Conceito linguístico de palavra. In: BASÍLIO, M. (Org.). *A delimitação de unidades lexicais*. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p. 81-97.

\_\_\_\_\_. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

CALDAS AULETE, F. J. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

CARVALHO, C. de. O Púcaro Búlgaro. In: CARVALHO, C. de. *Obra Reunida*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 307-382.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

FRANCO, P. C. B. *O léxico da “Belle Époque” na obra de João do Rio*. 2008. 199 f. Tese (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

MARTINS, E. S. A neologia na literatura: a criação milloriana. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da. G. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 2. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p. 53-63.

\_\_\_\_\_. O neologismo cruzesousiano e o simbolismo. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 3. Campo Grande: Editora da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 65-75.

MARTINS, N. S. *O léxico de João Guimarães Rosa*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PROENÇA FILHO, D. *A linguagem literária*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

**Recebido em:** 15/08/2016

**Aprovado em:** 29/05/2017

# O ensino do léxico pelo recorte da coesão nominal

Maria Bernadete Rehfeld

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil  
bernadeterhefeld@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1665>

## Resumo

Este trabalho investiga o uso que concluintes do Ensino Médio fazem dos recursos de coesão nominal para construir textos escritos, do tipo teórico-opinativo. Propõe o ensino de línguas pela Abordagem Lexical, o ensino do léxico pelo desenvolvimento da competência lexical, aborda a coesão nominal sob o enfoque do Interacionismo Sociodiscursivo e subdivide as anáforas nominais em correferenciais e não correferenciais. O objetivo foi explicar a dificuldade demonstrada por muitos alunos, ao afinal da Educação Básica, na construção dessas cadeias anafóricas. O *corpus* da pesquisa foi constituído por textos empíricos, produzidos por estudantes em situação de vestibular. Os dados foram coletados por amostragem, abarcando as quatro grandes áreas do conhecimento e sua coleta foi interrompida pelo princípio da saturação teórica. A coleta foi realizada de acordo com observáveis de natureza semântica, léxico-sintática e paralingüística. Os resultados evidenciaram a predominância da repetição lexical, dos sinônimos, dos nomes genéricos, entre as anáforas correferenciais; a dos merônimos, entre as não correferenciais, e apontaram a necessidade de um trabalho pontual com os demais recursos.

**Palavras-chave:** língua escrita; competência lexical; texto teórico-opinativo; coesão nominal.

## La enseñanza del léxico por el encuadre de la cohesión nominal

### Resumen

Este trabajo investiga el uso de los recursos de cohesión nominal para construir textos escritos en el orden teórico-argumentativo. Propone la enseñanza de lenguas desde el Enfoque Lexical, la enseñanza del léxico por el desarrollo de la competencia lexical, el abordaje a la cohesión nominal bajo el enfoque del Interaccionismo Socio discursivo y subdivide las anáforas en correferenciales y no correferenciales. El objetivo fue explicar la dificultad demostrada por diversos alumnos, al final de la Educación Básica, en la construcción de esas cadenas anafóricas. El *corpus* de la investigación fue constituido por textos empíricos, hechos por estudiantes en situación de examen de ingreso a la universidad. Los datos fueron colectados por muestras, abarcando las cuatro áreas del conocimiento y su colecta interrumpida por el principio de la saturación teórica. La recaudación fue realizada de acuerdo con observaciones de naturaleza semántica, lexico-sintáctica y paralingüística. Los resultados evidenciaron la predominancia de la repetición lexical, de los sinónimos, de los nombres genéricos, entre las anáforas correferenciales; la predominancia de los merónimos, entre las no correferenciales, y señalan la necesidad de un trabajo puntual con los demás recursos.

**Palabras-clave:** lengua escrita; competencia lexical; texto teórico-argumentativo; cohesión nominal.

## 1. Introdução

Esta pesquisa tem por tema o ensino do léxico e pretende investigar o uso que concluintes do Ensino Médio fazem das anáforas nominais como um dos recursos para construir a coesão de textos escritos, do tipo teórico-opinativo. A opção por tais textos

deve-se ao fato de ser esse o tipo cujo domínio, prioritariamente, espera-se dos alunos ao final da Educação Básica. Uma das competências no uso da língua a serem desenvolvidas por eles ao longo de sua formação escolar é a de expor ideias a respeito de um tema e posicionar-se, criticamente, sobre ele.

O interesse pelo estudo do léxico teve sua origem em um trabalho em sala de aula, com turmas de 3º ano, numa escola da rede municipal de Belo Horizonte/MG, sobre a seleção vocabular nos textos opinativos produzidos pelos alunos. Nessas produções, muitos deles demonstravam dificuldades com as escolhas lexicais, evidenciando a necessidade de um trabalho direcionado para a questão. O trabalho iniciou-se com a abordagem das inadequações vocabulares e evoluiu para a das cadeias anafóricas que eles construíam. A dificuldade desses alunos em operar com o léxico adequadamente revelou um problema, o qual se tornou objeto de pesquisa e de cuja análise serão mostrados, a seguir, alguns resultados.

Com a proposta de investigar o uso do léxico em sua dimensão textual, compartilhada com Antunes (2012), buscou-se destacar a relevância de vários aspectos lexicais na construção dos textos. De acordo com Antunes (2012, p. 24), é preciso “ver o léxico como elemento da composição do texto, em suas funções de criar e sinalizar a expressão de sentidos e intenções, os nexos de coesão, as pistas da coerência”. O léxico tem, pois, uma função estruturante, ou seja, ainda nas palavras da autora “concorre para a ‘armação do texto’, para a sua ‘arquitetônica’[...]” (ANTUNES, 2012, p. 62).

## 2. Pressupostos teóricos

O presente trabalho apoia-se na concepção interacionista sociodiscursiva de linguagem/língua/texto em que a linguagem é compreendida como atividade social, a língua como uma entidade sistêmica e, ao mesmo tempo, sócio-histórica, o que implica abordá-la não mais apenas em seus elementos internos – os subsistemas fonológico, morfossintático e semântico –, mas na sua relação com fatores de natureza pragmática, tais como as condições de produção, circulação e recepção do texto; este como uma unidade concreta de produção de linguagem, que pertence necessariamente a um gênero e apresenta traços das decisões do produtor em face de sua situação de comunicação.

O estudo ancora-se nas concepções teórico-metodológicas de Lewis (1997), Ferraz (2010), Bronckart (1999) e Marcuschi (2005). De Lewis (1997), adota-se a concepção de léxico como o “coração” de uma língua e sua Abordagem Lexical (The Lexical Approach). De Ferraz (2010), considera-se a proposta de seu ensino pelo desenvolvimento da competência lexical. De acordo com esse autor,

A competência léxica do falante caracteriza-se como o domínio da parte geral do léxico, no que diz respeito ao sistema das unidades lexicais, e o domínio dos padrões léxicos responsáveis pela realização, produção e interpretação dessas mesmas unidades, em discursos orais ou escritos, assim como para a formação de novas unidades consideradas boas ou aceitáveis ou ainda para a possibilidade de prevenir a formação de unidades inaceitáveis. (FERRAZ, 2010, p. 1847)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> La competencia léxica del hablante se caracteriza como el dominio de la parte del léxico general, en lo que dice respecto al sistema de las unidades léxicas, y el dominio de los patrones léxicos responsables por la realización, la producción y la interpretación de estas mismas unidades, en discursos orales o escritos, así como para la formación de las nuevas unidades consideradas buenas o aceptables o aún para la

No tocante ao ensino do português, o estudo propõe para o professor tomar o léxico como ponto de partida para a aprendizagem do idioma materno, desenvolvendo com seus alunos atividades nas quais ele seja explorado não como lista de palavras para serem memorizadas, como ocorre em sua abordagem tradicional, mas como um conjunto de unidades sobre as quais regras se aplicam, para combiná-las e produzir um todo portador de sentido: o texto. A proposta é que o professor trabalhe com o léxico gramaticalizado, como defende Lewis (1997), e não com a gramática lexicalizada, como na pedagogia ainda usual em muitas salas de aula.

Para desenvolver a competência lexical dos estudantes, esta pesquisa propõe o trabalho com o léxico pelo recorte da coesão nominal, isto é, pela relação que as palavras estabelecem umas com as outras na sequência do texto, compondo cadeias anafóricas, o que significa focalizá-lo em sua dimensão textual. Não mais, portanto, o ensino do léxico por meio de palavras isoladas, apartadas de sua situação de uso, mas por meio delas em dado contexto, selecionadas pelo usuário conforme seus propósitos comunicativos. O interesse pelo ensino da coesão nominal deve-se ao fato de ela constituir um mecanismo complexo, variado e altamente relevante para a construção dos textos.

De Bronckart (1999), adotou-se a abordagem da produção textual pela ótica do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), que privilegia as ações verbais e não verbais realizadas pelo produtor numa dada situação de linguagem e os textos engendrados por elas. Para o autor, são as ações e os textos as unidades de análise de um trabalho com a expressão escrita. Inspirando-se na teoria bakhtiniana dos gêneros do discurso, o ISD considera a situação social de produção do enunciado/texto como a base que orientará a ação de linguagem, definindo três subconjuntos de operações, entre eles, o das escolhas linguísticas, para a marcação das fases do plano do texto, para a coesão e para a modalização dos enunciados. Isso quer dizer que o ISD propõe, em primeiro lugar, a análise das ações de linguagem na sua relação com o mundo social e a intertextualidade para, em seguida, analisar a arquitetura interna do texto e o papel desempenhado pelos elementos da língua.

De Bronckart (op. cit.), incorporou-se, ainda, o conceito de anáfora como uma relação de correferência entre um sintagma nominal (SN), que introduz uma unidade nova de significação, e um outro, que a retoma. Ao primeiro, o autor chama unidade-fonte (UF) ou antecedente, origem da cadeia; ao segundo, anáfora (ANF), SN que reformula a unidade-fonte no curso do texto. A unidade que retoma outra aparece inserida nas estruturas oracionais – é um constituinte interno da frase – e desempenha aí as funções de sujeito, atributo, complemento etc. O texto apresenta um efeito de estabilidade ou continuidade, assegurando a manutenção temática e, conseqüentemente, a unidade de sentido, como em (01), onde a UF *tornados* é retomada pela ANF *o destruidor redemoinho*:

- (01) *Tornados* são um fenômeno tão fantástico e devastador que parecem coisa de Hollywood – de O mágico de Oz a Twister. Na segunda-feira, dia 20, *o destruidor redemoinho* mostrou sua assustadora força na vida real. (Época, n. 783, p. 18)

Também de Bronckart (1999), adotou-se a classificação das anáforas em pronominais e nominais e optou-se pelas últimas, como em (01) acima, por

---

posibilidad de prevenir la formación de unidades inacceptables.

desempenharem funções sociocognitivo-discursivas de grande relevância na produção textual: (a) mobilizam saberes diversos; (b) organizam a macroestrutura textual; (c) encapsulam e rotulam porções de informação no texto; (d) imprimem orientação argumentativa aos enunciados e (e) veiculam diferentes vozes sociais, além de sua função prototípica de manter o tópico do texto. Ao lado dessas funções, outro motivo para a opção pelas anáforas nominais é o fato de elas se relacionarem com a tipologia textual.

Quanto à mobilização de conhecimentos diversos, pesquisas sobre o tema têm mostrado que as anáforas nominais ativam não apenas saberes linguísticos, mas também extralinguísticos, tais como o conhecimento enciclopédico e o compartilhado entre produtor e leitor. No que se refere à função de organizar o texto, Koch (2009) afirma que ela auxilia o desdobramento do tópico central em subtópicos, orientando a estruturação do texto e propiciando a progressão temática e a articulação entre seus enunciados. No tocante à função encapsuladora e rotuladora, certo grupo de anáforas resume segmentos de texto, sumarizando-os sob rótulos abstratos e genéricos. Tais anáforas, ainda segundo Koch (2009), resumem e rotulam uma parte do cotexto que as precede (x é um acontecimento, um fato, um fenômeno, uma hipótese, uma cena etc.) ao mesmo tempo que introduzem uma nova unidade-fonte, que passará a constituir um tema específico para os enunciados subsequentes.

O que concerne à função argumentativa, formas nominais anafóricas constituem uma marca da avaliação que o produtor faz acerca de seu objeto de discurso e, conseqüentemente, da posição assumida diante dele, direcionando seu interlocutor para determinadas conclusões. Isso quer dizer que suas escolhas lexicais não são neutras, mas trazem consigo uma carga ideológica. Nas escolhas que faz, o produtor vai operando com transformações no objeto de discurso, por meio de recategorizações e, assim, construindo seu ponto de vista sobre ele.

Em sua função argumentativa, as anáforas nominais não só veiculam o ponto de vista do produtor, como também trazem à cena interlocutiva outras vozes sociais, mobilizando o interdiscurso e evidenciando o texto como um espaço polifônico. Cavalcante, Brito e Filho (2014, p. 124) ressaltam que “A quem enuncia, é facultada uma série de recursos para estabelecer a articulação entre as vozes, necessária ao seu projeto de dizer. Entre estes, os processos referenciais são bastante relevantes.” As anáforas nominais cumprem, portanto, um duplo papel: reelaboram um objeto de discurso no desenvolvimento do texto, marcando a posição do produtor e orientando o leitor para a adesão ao mesmo ponto de vista, além de trazerem para a situação comunicativa diferentes posicionamentos.

Finalmente, sobre a relação entre anáforas nominais e tipologia textual, é preciso observar que, nos discursos teóricos que, frequentemente, articulam séries de argumentos de caráter abstrato, as nominais são, conforme Bronckart (1999), nitidamente as mais frequentes e, geralmente, associadas a relações complexas de contigüidade, inclusão, associação, implicação etc.

De Marcuschi (2005), este trabalho agrega a subdivisão das anáforas em correferenciais e não correferenciais. O primeiro grupo inclui aquelas em que anáfora e unidade-fonte designam o mesmo referente, como em (01), onde *tornados* e *o destruidor redemoinho* nomeiam o mesmo referente *tornados*; o segundo, em que elas designam referentes diversos, embora de alguma forma relacionados entre si, como em (02) a seguir:

- (02) A guerra permanente, decretada após os atentados de 11 de setembro de 2001, permitiu que *Washington* lançasse mão de práticas pouco condizentes com o que *a maior potência do planeta* representa. (Época, n. 784, p. 10)

Em (02), a unidade-fonte *Washington* e a anáfora *a maior potência do planeta* nomeiam referentes distintos: o da primeira é *a capital federal dos Estados Unidos*; o da segunda; *o próprio país*. Apesar de diferentes, há, entre unidade-fonte e anáfora, uma relação de contiguidade – a primeira refere-se à *parte*; a segunda, a *todo* – o que permite, pois, que a cadeia anafórica se configure. Neste caso, a relação entre unidade-fonte e anáfora está implícita e precisa ser inferida.

As anáforas correferenciais foram subdivididas em três grupos: (a) por repetição lexical; (b) por variação lexical e (c) por encapsulamento. Fazem parte do grupo (a) aquelas constituídas pelo mesmo núcleo nominal da unidade-fonte, acompanhado ou não de item recategorizador; do grupo (b), os sinônimos, os hiperônimos, os hipônimos e as descrições definidas; do grupo (c), os nomes genéricos e as nominalizações. Quanto às não correferenciais, foram subclassificadas em nomes metalinguísticos e anáforas indiretas, que incluem merônimos e associações semânticas.

A proposta de distribuição das anáforas nominais em cinco grupos – por repetição lexical, variação lexical, encapsulamento, nome metalinguístico e anáforas indiretas – tem implicações metodológicas e pedagógicas para este estudo. Metodologicamente, essa divisão é mais econômica, porque reúne, em poucos grupos apenas, os diferentes tipos de anáforas; pedagogicamente, por permitir pensar em sua transposição para a sala de aula.

Merece uma observação à parte o grupo das anáforas cujo núcleo é um nome genérico. Embora o objeto de discurso dessa cadeia não apareça, no contexto, explicitamente nomeado na unidade-fonte, de acordo com Cavalcante, Filho e Brito (2014), a relação que aí se estabelece é correferencial, pois o objeto de discurso vai sendo construído gradativamente na porção anterior do texto. Isso significa que ele não é necessariamente pontual e explicita-se sob um rótulo cujo núcleo é um nome geral, como mostra o exemplo (03):

- (03) Vivemos hoje uma conjunção de situações-limite. *Há seis meses, em outubro de 2011, chegamos a 7 bilhões de pessoas. Mais recentemente, no fim do mês passado, a Agência Internacional de Energia (AIE) divulgou a preocupante informação de que a emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) [...] bateu recorde. A tais fatos, acrescenta-se a persistente indefinição quanto aos termos do acordo que vai substituir o Protocolo de Kyoto...* (Estado de Minas, 10 jun. 2012, p. 2)

Em (03), ao resumir a porção *Há seis meses, em outubro de 2011, chegamos a 7 bilhões de pessoas. Mais recentemente, no fim do mês passado, a Agência Internacional de Energia (AIE) divulgou a preocupante informação de que a emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) [...] bateu recorde* como *tais fatos*, o produtor está apenas nomeando um objeto de discurso que vinha se construindo. Ou, nos termos de Cavalcante, Filho e Brito (op. cit., p. 80), o objeto de discurso “[...] já vinha sendo traçado e apenas se confirma com o emprego da anáfora encapsuladora”.

Segue, abaixo, exemplo para os outros tipos de recursos anafóricos: repetição lexical, sinonímia, meronímia em (04); hiperonímia em (05); hiponímia em (06); descrição definida em (07); nominalização, nome metalinguístico e associação semântica em (08), (09) e (10), respectivamente.

- (04) Conservar a mata implica conter a expansão desordenada de cidades. Acabar com a produção ilegal de carvão vegetal que alimenta as siderúrgicas. E monitorar *cortes* ainda que do tamanho *de um empreendimento imobiliário*. Na semana passada, a prefeitura de São Paulo autorizou *o corte de 1.787 árvores para um condomínio*. Parece *uma derrubada inexpressiva*, mas tirou mais um naco da Mata Atlântica do mapa. (Época, n. 785, p. 12)

Em (04), destacam-se três cadeias anafóricas: (a) uma constituída pela relação de repetição do SN *cortes*, recategorizado, em *o corte de 1.787 árvores*; (b) outra constituída pela relação sinonímica entre o núcleo nominal *corte*, do SN *o corte de 1.787 árvores*, e o núcleo *derrubada*, do SN *uma derrubada inexpressiva*, e (c) uma terceira constituída pela relação meronímica entre os SNs *de um empreendimento imobiliário* e *para um condomínio*.

- (05) ... “O que não pode é haver um desequilíbrio que rompa todo o sistema”, afirma o gerente de Meio Ambiente da *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais* (Fiemg), Wagner Soares Costa. *A entidade* levará para o Rio a experiência mineira dos setores alcooleiro, florestal, têxtil, siderúrgico... (Estado de Minas, 10 jun. 2012, p. 2)

Em (05), a unidade-fonte *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais* nomeia uma subclasse de pessoa jurídica que é retomada por meio de sua categoria geral, *entidade*.

- (06) [...] Nossa água da chuva, água potável, tempo, clima, litorais, grande parte da nossa alimentação e até mesmo o oxigênio do ar que respiramos são, em última análise, todos fornecidos e regulados *pelo mar*. Ao longo da história, *oceanos e mares* têm sido canais vitais para o comércio e transporte. (Estado de Minas, 10 jun. 2012, p. 3)

Em (06), a unidade-fonte *pelo mar*, cujo núcleo nomeia uma categoria geral, *mar*, é retomada por um SN cujos núcleos, *oceanos e mares*, designam subcategorias da primeira, estabelecendo uma cadeia anafórica com base na relação geral/particular.

- (07) Quanto maior o número de pessoas, maior a demanda por energia que, para ser produzida, depende primordialmente, ainda hoje, *do petróleo*. E são justamente os derivados *do líquido negro* os principais responsáveis pelo aumento das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera. (Estado de Minas, 10 jun. 2012, p. 5)

Em (07), a anáfora *líquido negro* pressupõe que o leitor compartilhe com o produtor o conhecimento sobre petróleo como uma fonte de energia em estado líquido e de cor negra ao mesmo tempo que pode lhe trazer como novas essas informações, caso este suponha que aquele não as tenha.

- (08) Para o diretor da S.O.S Mata Atlântica, não tem sentido em se *produzir* soja em Alta Floresta, no Mato Grosso e fazer todo o transporte por caminhão até o Porto de Paranaguá. [...] O correto é que *essa produção* ocorra próximo aos locais de embarque, em áreas já desmatadas. (Estado de Minas, 10 jun. 2012, p. 9)

Em (08), o núcleo *produção*, da anáfora *essa produção*, resulta de uma operação que, pelo processo de derivação, converte um verbo, *produzir*, em nome.

- (09) A Rio +20 terá como um dos temas centrais *a economia verde*. *A expressão* foi cunhada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) para ser oficialmente usada durante a conferência. (Estado de Minas, 10 jun. 2012, p. 5)

Em (09), a anáfora *a expressão* focaliza a atividade enunciativa que a unidade-fonte *a economia verde* desempenha no cotexto.

- (10) Nunca tantas pessoas escaparam da miséria quanto agora. O caso da China é emblemático. Desde 1981, cerca de 600 milhões de chineses saíram da penúria. O Brasil não fica atrás. De 2003 até agora, 28 milhões de brasileiros deixaram *a pobreza* e 39,5 milhões chegaram à considerada *classe média* – que, segundo o governo federal, é *o extrato da população* que tem *renda familiar per capita* entre R\$291 e R\$1.019. *A inclusão social e o acesso a melhores condições de vida* são fatos a serem comemorados. (Estado de Minas, 10 jun. 2012, p. 8)

Em (10), não há retomada de uma unidade-fonte, mas a formação de uma cadeia associativa estabelecida pela proximidade de sentidos entre um grupo de formas nominais: assim, a saída *da pobreza* associa-se à *classe média*, que se associa à *renda familiar per capita*, que se associa à *inclusão social* e ao *acesso a melhores condições de vida*, compondo uma rede de significações.

### 3. A metodologia: a constituição do *corpus* e a coleta dos dados

A investigação, cujos resultados se apresentam aqui, tem como *corpus* de análise textos empíricos produzidos por candidatos a um concurso vestibular, como parte da prova de Língua Portuguesa. Sendo o *corpus* composto de textos produzidos para esse tipo de exame, os sujeitos dessas produções foram, principalmente, alunos que concluíram recentemente o Ensino Médio.

A definição do *corpus* foi feita de acordo com os seguintes critérios: (a) levantamento dos dados por amostragem, segundo Günther (2006), em virtude da necessidade de recorte no número de textos; (b) seleção dos textos em função das quatro grandes áreas do conhecimento (Biomédica, Exatas, Humanas e Econômicas) e (c) uso do princípio da saturação teórica, formulado por Glaser e Strauss (1967), para nortear a finalização da coleta de dados.

O levantamento dos dados por amostragem assegura, conforme Günther (2006), uma maior representatividade e permite generalização para uma população mais ampla. Partindo de produções individuais, acredita-se ser possível fazer generalizações sobre o uso que concluintes do Ensino Médio fazem da coesão nominal, o que, espera-se, possa converter-se num conjunto de parâmetros a orientar o trabalho do professor e a elaboração de material didático sobre o tema.

Na seleção dos textos, buscou-se contemplar as quatro áreas do conhecimento a fim de que o *corpus* fosse abrangente e permitisse uma visão ampla sobre o processo de escrita do público-alvo. Foi escolhido um curso de cada área: Medicina, Engenharia de Controle e Automação, Letras e Administração, respectivamente. Para a área de Humanas, incluiu-se, ainda, o de Pedagogia. Os cursos foram escolhidos de forma aleatória, uma vez que o objetivo era abarcar um universo variado de textos.

A opção por incluir as redações de candidatos ao curso de Pedagogia na pesquisa deve-se ao fato de, ao lado de Letras, ambos terem a língua como seu objeto de estudo e/ou de ensino. Como professores da Educação Básica, os futuros profissionais, neles formados, devem ter o domínio de sua língua materna, que inclui, entre outros mecanismos, o da coesão textual, pois esse conhecimento será um dos objetos de trabalho em suas áreas de atuação.

Definidos os cursos, que perfizeram cinco, foram selecionados, também aleatoriamente, dez textos de cada um deles, numerados de 1 a 10. Chegou-se a esse número, porque, em observância ao princípio da saturação teórica, identificou-se, nesse ponto, certa redundância nos dados: as informações levantadas não estavam contribuindo, de modo relevante, para o aperfeiçoamento da análise e da interpretação do *corpus*.

Constituído o *corpus*, a coleta dos dados foi feita segundo o procedimento de observação, proposto por Bronckart (1999). Esse procedimento envolve três subconjuntos de observáveis: os de ordem semântica, os de ordem léxico-sintática e os de ordem paralinguística.

Os observáveis de ordem semântica incluem informações acerca do efeito global de significação que o texto produz no leitor; os de ordem léxico-sintática, informações sobre as escolhas lexicais do produtor, assim como as regras sintáticas usadas por ele para constituir os enunciados do texto; os de ordem paralinguística, informações a respeito de procedimentos supratextuais de formatação da página, tais como título e paragrafação, ou de relevo, como o uso de aspas e sublinhados.

A coleta dos dados iniciou-se com a leitura dos textos, cujo objetivo foi buscar, primeiramente, informações sobre os elementos constitutivos do texto. Após a leitura inicial, que proporcionou uma visão global dos textos, a pesquisadora realizou outras, concentrando-se nos observáveis de ordem léxico-sintática, sem deixar de convocar os de ordem semântica e os de ordem paralinguística, quando necessários para explicar sua ação conjunta com os primeiros.

A coleta foi dividida em dois momentos: (a) o da identificação das cadeias anafóricas, sua classificação, quantificação por tipos e análise e (b) o do levantamento das cadeias anafóricas relativas aos três principais referentes na proposta de desenvolvimento do tema, sua evolução no curso do texto e análise.

O objetivo, no primeiro momento, foi identificar a ocorrência de cadeias anafóricas nos textos dos vestibulandos, sua adequação ou não em função das escolhas lexicais, sua tipificação e o número de ocorrências por tipo; no segundo momento, o alvo foi verificar como as escolhas feitas refletiam o grau de apropriação pelo produtor dos parâmetros sociodiscursivos e sua mobilização na realização da ação de linguagem proposta.

#### **4. A proposta de ação de linguagem**

Na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo de Bronckart (1999), a proposta de ação de linguagem constitui um conjunto de operações a serem realizadas pelo produtor num dado contexto sociodiscursivo. Quanto à sua dimensão social, a atividade languageira pressupõe que o produtor considere o lugar e o tempo da produção, sua finalidade, o destinatário, a imagem que ele constrói deste, de si mesmo e dos outros. Quanto à sua dimensão discursiva, pressupõe o conhecimento do gênero, incluindo o tema, sua estrutura composicional e o estilo verbal.

O contexto social da produção, em análise nesta pesquisa, foi o concurso vestibular, realizado numa universidade particular de Belo Horizonte/MG, em outubro de 2014, cuja finalidade era avaliar candidatos ao Ensino Superior. Essa avaliação envolvia

competitividade, expectativa de aprovação no exame, entrada na vida acadêmica e a consequente instauração de um novo ciclo na formação intelectual dos estudantes.

Quanto à relação entre produtor e destinatário, o papel social deste é de muita importância para aquele, na medida em que o primeiro vê o segundo como leitor autorizado pela instituição promotora do exame a avaliar seu texto; a si mesmo como sujeito para quem estão estabelecidas coerções relativas ao gênero e ao uso da língua.

Quanto à dimensão discursiva, a ação de linguagem previa, no que tange ao tema, a apresentação de um ponto de vista e a seleção de argumentos válidos para sua sustentação; no que diz respeito à estrutura composicional, o conhecimento do tipo de discurso e da sequência discursiva predominante; no tocante ao estilo verbal, o conhecimento da variante linguística de registro, que inclui escolhas lexicais e morfossintáticas adequadas a ela.

Na ação de linguagem apresentada pela Comissão Organizadora do Vestibular ao vestibulando, o produtor, no papel social de aluno concluinte do Ensino Médio, menor de idade, deveria produzir um artigo de opinião sobre a proposta de redução da maioridade penal para 16 anos, em debate no Brasil, em 2014, destinado a um interlocutor ausente, no papel social de analista de redação. Na realização do gênero, deveria avaliar a proposta de redução da maioridade penal, posicionando-se a favor ou contra. Para tanto, deveria realizar duas outras ações: formular argumentos pertinentes e convencer, por meio deles, o destinatário, em busca de sua adesão ao mesmo ponto de vista. Uma ação final previa que o produtor propusesse alternativas para o combate à delinquência juvenil. Embora não explicitado na proposta, a ação de linguagem, nesse contexto, pressupunha que o produtor usasse a variante padrão da língua.

## 5. Os dados da 1ª fase da coleta e sua análise

Na leitura dos textos, foram encontradas 1261 ocorrências de anáforas nominais. Entre elas, constatou-se o predomínio de cadeias anafóricas construídas adequadamente, como neste trecho de uma redação, o qual inclui o título e seu primeiro parágrafo:<sup>2</sup>

(11) Delinquência juvenil não é apenas um caso de polícia

A proposta de redução da maioridade penal para 16 anos agrada a maior parte da população, segundo as pesquisas de grandes veículos de comunicação, como a "Carta Capital". No entanto, percebo como jovem que essa visão é bastante simplista e ignora a situação de risco social a que a maioria dos jovens mais pobres estão submetidos em nosso país e a qual eu estou inserido. É uma medida meramente reativa, que não vai até as causas do problema. Redação 07 – Medicina

Ocorrências de cadeias anafóricas construídas inadequadamente também foram detectadas. A inadequação deve-se às escolhas lexicais impróprias e à mera repetição de um mesmo SN, como nestes exemplos (12) e (13), respectivamente:

---

<sup>2</sup> Uma unidade-fonte e sua(s) respectiva(s) anáfora(s) foram sinalizadas com a mesma cor, para facilitar sua identificação pelos leitores.

- (12) Em uma sociedade em que um menor de 16 anos tem a igualdade no direito máximo que é a escolha de um governante para seu país, só nos basta perguntar o que lhes diferenciam dos demais constituidores da sociedade. (Redação 03 – Administração)
- (13) O governo deve melhorar a educação do país através da ampliação das infraestruturas escolares, aumentar o salário e a qualidade dos professores, oferecer atividades que promovem o desenvolvimento físico, psicológico e cultural dos jovens, elevar o fornecimento de material escolar e programas que guiam os pais ou responsáveis de como educar os jovens dentro de casa.

Dessa forma, o governo ao reduzir a maioria penal para 16 anos estará jogando milhares de jovens no exílio em que prejudicará a formação do indivíduo. E através da educação, irá valorizar o jovem e promover o seu desenvolvimento, contribuindo para a redução da criminalidade e o desenvolvimento do país, já que os jovens são o futuro da nossa nação. Redação 05 – Engenharia C/A

Em (12), o emprego do item lexical constituidores, na construção da anáfora, configura uma impropriedade vocabular, pois uma sociedade compõe-se de membros, de integrantes. Em (13), o problema deve-se à mera repetição do mesmo núcleo nominal, jovens, o que denota pouca atenção à possibilidade de variação no item lexical por parte do agente produtor.

Quanto ao tipo, foram encontradas, no *corpus*, anáforas correferenciais e não correferenciais, construídas com os diversos recursos disponíveis na língua. Entre as do primeiro grupo, verificou-se a ocorrência de formas anafóricas nominais por repetição lexical, sinonímia, hiperonímia, hiponímia, descrição definida, nome genérico e nominalização; entre as do segundo grupo, anáforas por nome metalinguístico, meronímia e associação semântica.

As ocorrências foram quantificadas numérica e percentualmente. A Tabela 1, a seguir, mostra essa quantificação.

**Tabela 1. Quantificação das anáforas nominais por tipo de recurso**

Anáforas nominais		Nº de ocorrências	Percentual de ocorrência	
Correferenciais	por repetição lexical	415	33%	
	por variação lexical	Sinônimo	177	14%
		Hiperônimo	101	08%
		Hipônimo	100	08%
		descrição definida	23	02%
	encapsulamento	nome genérico	163	13%
		Nominalização	38	03%
	nome metalinguístico	34	03%	
Não Correferenciais	anáfora indireta	Merônimo	193	15%
		associação semântica	17	01%
<b>Total</b>		<b>1.261</b>	<b>100%</b>	

Os achados evidenciaram o predomínio das anáforas por repetição lexical sobre todas as outras, seguidas daquelas cujos núcleos são sinônimos e nomes genéricos, entre as correferenciais, e merônimos, entre as não correferenciais. Essa prevalência parece

explicar-se por serem os três primeiros recursos aqueles mais imediatamente acessíveis ao produtor, exigindo dele baixo esforço cognitivo; o quarto, por ser a unidade-fonte apenas uma âncora para a anáfora, não ocorrendo entre elas nem correferencialidade, nem retomada. Em contrapartida, uma menor ocorrência de anáforas por hiperônimos e hipônimos parece advir do fato de serem esses recursos dependentes de conhecimentos enciclopédicos, e um percentual ainda mais reduzido de descrições definidas, nominalizações, nomes metalinguísticos e associações semânticas, por tais recursos dependerem de saberes outros, como o compartilhado e o de metalinguagem.

## 6. Os dados da 2ª fase da coleta e sua análise

Dos resultados obtidos na 1ª fase, emergiu a necessidade de focalizar o tratamento dado pelos vestibulandos aos três referentes centrais no desenvolvimento do tema – a redução da maioria penal para 16 anos, a delinquência juvenil e o jovem –, por serem eles sobre os quais os produtores deveriam realizar suas ações de linguagem. O objetivo foi verificar como estes os lexicalizavam em unidades-fonte e depois as retomavam ou a elas remetiam, construindo a cadeia anafórica. Outros referentes, presentes nos textos, não foram considerados neste segundo momento, devido à sua variabilidade em função do projeto de dizer de cada produtor.

Nessa etapa, fez-se o levantamento das cadeias também por curso, considerando-se as escolhas léxico-sintáticas do produtor para cada um deles. Verificou-se que, em todos os cursos, eles usaram diferentes recursos para construir essas cadeias e, mesmo no caso da repetição lexical, o núcleo da anáfora vinha acompanhado de item(ns) recategorizador(es), como mostra o exemplo (18), a seguir:

(18) **Referente 1:** <a proposta de redução da maioria penal para 16 anos><sup>3</sup>

UF: A proposta de redução da maioria penal para 16 anos

ANFs: essa visão = demonstrativo + nome genérico

uma medida meramente reativa = artigo + nome genérico + advérbio + adjetivo

uma visão mais crítica = artigo + repetição de núcleo nominal + advérbio + adjetivo

**Referente 2:** <a delinquência juvenil>

UF: Delinquência juvenil

ANFs: do problema = contração preposição + artigo + nome genérico

pelo crime = contração preposição + artigo + hiperônimo

um delinquente = artigo + merônimo

os atos criminosos = artigo + nome genérico + adjetivo

o crime = artigo + repetição de núcleo nominal

a delinquência juvenil = artigo + repetição de SN

**Referente 3:** <o jovem>

UF: como jovem

ANFs: dos jovens mais pobres = contração preposição + artigo + repetição núcleo nominal +

---

<sup>3</sup> Os símbolos < e > foram usados para sinalizar a realidade extralinguística constitutiva do referente.

advérbio + adjetivo

o jovem que cometeu um crime = artigo + repetição de núcleo nominal + oração adjetiva

ao indivíduo = contração preposição + artigo + nome genérico

Um jovem menor de idade = artigo + repetição de núcleo nominal + expressão adjetiva

do jovem = contração preposição + artigo + repetição de núcleo nominal

os adolescentes e crianças = artigo + hipônimo

aos jovens mais pobres = combinação de preposição + artigo + repetição de SN

o indivíduo = artigo + repetição de núcleo nominal

Redação 07 – Medicina

Os dados da Redação 07 demonstram domínio do léxico pelo produtor, manifestado nas variadas formas de ele compor as anáforas nominais de seu texto e na observância do critério da distribuição no uso da repetição lexical, isto é, de seus pontos de ocorrência na sequência do texto. Essas ações traduzem sua apropriação dos parâmetros sociodiscursivos e sua mobilização ao executar a ação de linguagem proposta, atendendo, com eficiência, às condições de produção e de recepção previstas para essa situação.

Nem todos os produtores, porém, realizaram essas ações, como se vê em (19), abaixo:

(19) **Referente 1:** <a proposta de redução da maioria penal para 16 anos>

UF: a maioria penal = artigo + SN

ANFs: a maioria penal para 16 anos = repetição de artigo e SN + SN preposicionado

da lei da maioria penal aos 16 anos = contração preposição + artigo + hiperônimo + repetição de SN e SN preposicionado

**Referente 2:** <a delinquência juvenil>

UF: Violência

ANFs: A violência = artigo + repetição de núcleo nominal

de violência = preposição + repetição de núcleo nominal

**Referente 3:** <o jovem>

UF: por jovens = preposição + repetição de núcleo nominal

ANFs: sobre jovens = preposição + repetição de núcleo nominal

jovens = repetição de núcleo nominal

de alunos assim = preposição + hiperônimo + adjetivo genérico

Redação 02 – Pedagogia

Os dados, levantados na Redação 02, mostram o predomínio da repetição lexical, sem recategorização e a não observância do critério de distribuição das anáforas. Tal achado evidencia o domínio básico, apenas, do léxico pelo produtor e seu pouco engajamento na situação comunicativa em que ele se encontrava. Isso parece relacionar-se com a argumentação frágil no desenvolvimento do tema, o que, por sua vez, influenciou a quantidade e a qualidade das cadeias anafóricas produzidas por ele.

## Considerações finais

Tendo como unidades de análise a ação de linguagem e o texto, os achados desta pesquisa mostraram que os produtores que a realizaram, satisfatoriamente, foram, independente do curso a que concorreram, aqueles que demonstraram a apropriação do conjunto dos parâmetros sociodiscursivos previstos para essa ação e sua mobilização ao executá-la, de acordo com a tese defendida pela teoria interacionista bronckartiana.

Em vista dos resultados obtidos, são apresentadas algumas sugestões de trabalhos para o Ensino Médio com alguns aspectos do tema que a pesquisa revelou como dificuldade para muitos estudantes concluintes desse nível escolar. Dentre esses aspectos, estão as repetições lexicais, em parte, relacionadas com a ausência de recategorização do referente pela anáfora e a relação entre cadeias anafóricas e desenvolvimento da argumentação. Nessas situações, defende-se que o trabalho seja feito de modo explícito e sistemático, orientado por seu planejamento.

A proposta para as repetições lexicais faz-se na direção do desenvolvimento, pelo professor, de atividades que levem os alunos a refletir sobre o importante papel cognitivo que elas desempenham na continuidade referencial, apontando-lhes o critério da distribuição para seu uso. O problema a ser evitado nas repetições não são elas mesmas, mas os lugares onde ocorrem no texto e o modo como são construídas: se muito próximas, em SNs sem recategorização interna, têm baixa informatividade e, por isso, em nada contribuem para a progressão do tema. Se bem distribuídas e constituídas com o acréscimo de novas informações sobre o núcleo nominal, transformam-se em recurso de persuasão.

Sobre a ausência de recategorização do referente na construção do SN anafórico, propõe-se que o professor trabalhe com uma reflexão sobre o papel argumentativo que ela pode assumir no texto, principalmente através do acréscimo de adjetivo ao núcleo nominal, propiciando uma discussão em torno de questões de metalinguagem. Uma dessas questões é o tratamento que a gramática tradicional dá a ele na função de adjunto adnominal. A gramática ensina que, nessa posição, o adjetivo constitui termo *acessório* da oração, o que pode levar os alunos a vê-lo como um item lexical dispensável. O que seu uso revela, no entanto, é o papel decisivo que ele assume no texto ao contribuir para a construção do ponto de vista pretendido pelo produtor.

Outra questão de metalinguagem é a relação entre sua posição face ao substantivo e o sentido produzido. Sua anteposição ou posposição a este, muitas vezes, determina diferenças de sentido, gerando, por conseguinte, diferenças nos efeitos de sentido.

Quanto ao trabalho com a relação entre cadeias anafóricas e desenvolvimento da argumentação, sugere-se que as atividades, realizadas na sala de aula, levem os estudantes a refletir sobre a alta frequência das anáforas nominais nos textos teórico-opinativos, porque construídas com itens lexicais plenos e, como tal, veiculadores das ideias expressas pelo produtor e do ponto de vista que adota acerca delas. Para argumentar sobre um tema, este precisa construir tais cadeias; ao construí-las, argumenta através das escolhas lexicais que faz. Nessa reflexão, indica-se que o professor dê lugar de destaque às anáforas nominais como poderoso recurso para obter a adesão do leitor ao ponto de vista do produtor.

Entende-se que a forma de trabalhar com o léxico, apontada aqui, redimensiona seu papel no ensino da língua materna, porque considera os itens em seus contextos de uso. Isso contribui para transformar a visão de língua, disseminada entre os alunos, como entidade estática, homogênea e rígida em outra, na qual ela passa a ser concebida como dinâmica, diversa e flexível, à disposição dos falantes para que eles façam escolhas lexicais de acordo com seus propósitos comunicativos.

## REFERÊNCIAS

- ALERTA na Mata Atlântica. *Época*. São Paulo, n. 785, p. 12, 10 jun. 2013.
- ANTUNES, I. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo-sociodiscursivo*. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- CAVALCANTE, M. M.; FILHO, V. C.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ÉPOCA. São Paulo: Ed. Globo, n. 784, 03 jun. 2013, p. 10.
- ESPECIAL Rio+20. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 10 jun. 2012. Suplemento, p. 2, 3, 5, 8 e 9.
- FERRAZ, A. P. El desarrollo de la competencia léxica desde el uso de material auténtico en la enseñanza de PLE. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA GENERAL, 9, 2010, Valladolid. *Actas Del Congreso*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010, p. 1846-1859.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New Brunswick (U.S.A.): Aldine Publishing Company, 1967. Disponível em: <[www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser\\_1967.pdf](http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser_1967.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2015.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.
- KOCH, I. V. *Introdução à Linguística Textual*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LEWIS, M. *The lexical approach: the state of ELT and a forward*. Hove: Language Teaching Publications, 1997, cap. 5, p. 89-104.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.
- NATUREZA devastadora. *Época*. São Paulo, n. 783, p. 18, 27 maio 2013.

**Recebido em:** 30/08/2016

**Aprovado em:** 13/08/2017

# A toponímia no estado de Minas Gerais: estudo dos zootopônimos

**Cassiane Josefina de Freitas**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil  
cassianej@yahoo.com.br

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1691>

## Resumo

Este artigo trata de estudo descritivo preliminar – linguístico e cultural – dos topônimos (nomes próprios de lugar) de índole animal presentes no estado de Minas Gerais. A exuberância da fauna brasileira, assim como seu papel fundamental à sobrevivência dos primeiros indivíduos, é revelada no expressivo número de topônimos de origem animal. Com a intenção de verificar a preferência regional pelo emprego sistemático dessas denominações em território mineiro, surgiu a ideia de desenvolver o presente trabalho.

**Palavras-chave:** cultura; léxico toponímico; zootoponímia.

## The toponymy in Minas Gerais state: study of animal toponymy

### Abstract

This article deals with preliminary descriptive study – linguistic and cultural of – place names (first names of place) of animal nature present in the state of Minas Gerais. The exuberance of Brazilian fauna, as well as its key role for the survival of the first individuals, are revealed in the expressive number of toponyms of animal origin. It was with the intention of verifying the regional preference for the systematic use of these names in Minas Gerais's territory, that the idea of developing this work emerged.

**Keywords:** culture; toponymic lexicon; animal toponymy.

## Introdução

O presente trabalho apresenta resultados preliminares relativos à pesquisa de doutorado em andamento, que consiste em investigar e descrever a zootoponímia (nomes de lugares motivados por nomes de animais) presente no território mineiro e terá como finalidade contribuir para as investigações linguístico-culturais referentes à língua portuguesa no Brasil.

O estudo dos nomes de lugar possibilita a identificação e a recuperação de fatos linguísticos recorrentes no ato denominativo. Os topônimos testemunham parte da história da língua, já que os contatos linguísticos e culturais entre os povos são registrados e conservados através dos signos linguísticos.

A língua é um fato social que evidencia as particularidades com que cada comunidade vê e representa o mundo. A linguagem é, ao mesmo tempo, manifestação primária do social, do “ser com o outro” do homem, e a língua não é “obrigatória” como imposição externa, mas como obrigação livremente assumida (COSERIU, 1983, p. 29). Esse caráter social da língua faz com que a veiculação de ideias e experiências seja favorecida e reforce a interação entre os membros de uma sociedade. Segundo Oliveira (1999), a língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a

sociedade em que ele atua. A língua e o comportamento linguístico dos falantes estão, assim, ligados à cultura e às relações sociais.

Dizer que existem palavras que estão relacionadas deitivamente com algum “objeto” ou aspecto do mundo significa reconhecer que as palavras levam consigo um poder que vai além da descrição e identificação de um povo, dos objetos, das propriedades e dos acontecimentos, significa tratar de identificar os modos como a língua se transforma em uma ferramenta através da qual nosso mundo social e cultural é descrito, evolui e se reproduz constantemente (DURANTI, 2000, p. 43, tradução nossa)<sup>1</sup>.

O processo de nomeação, por sua vez, é um ato designativo constituído através da relação entre ambiente, povo e cultura. Sendo assim, essa inter-relação homem-ambiente também é representada pela linguagem. Segundo Carvalhinhos e Antunes (2007), a questão do nome sempre foi foco de inúmeras análises, como a da relação semântica entre um objeto, o conceito e a forma da palavra. O gramático Dionísio, ainda de acordo com os referidos autores, já formulara tais questões na Grécia do século II a.C., ele descrevera o *onoma* quando ainda não havia conceito de nome próprio como concebemos hoje, que se opõe ao nome comum.

Os filósofos gregos do tempo de Sócrates, e, em seguida, Platão, propuseram a questão nos termos em que ela geralmente se propõe até hoje. Para eles a relação semântica que liga as palavras às coisas é a de “denominar”; e a questão que daí decorre é a de saber se os “nomes” dados às “coisas” eram de origem “natural” ou “convencional”. No curso do desenvolvimento da gramática tradicional, tornou-se hábito distinguir entre o significado da palavra e a “coisa” ou as “coisas” por ela “denominadas” (LYONS, 1979, p. 427).

Para Biderman (1998), a atividade de nomear é específica da espécie humana. A nomeação é o resultado do processo de categorização, que é, ainda segundo a autora, a classificação de objetos feita por um sujeito humano, “resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estilos do meio ambiente”.

A designação é, pois, uma possibilidade da linguagem que se fundamenta na linguagem como significação. E a designação é o que nos conduz ao mundo das coisas que, em consequência, como mundo “estruturado” (diferenciado de tais ou tais “classes de coisas”), só pode ser alcançado mediante a linguagem. A linguagem possibilita, portanto, o acesso ao extralinguístico, às próprias coisas. Pode por isso ser também instrumento da vida prática, que é precisamente a convivência no mundo extralinguístico. Mas ainda mais importante e essencial é o fato de a linguagem tornar acessíveis as coisas à investigação objetiva, razão pela qual pode ser ela considerada como princípio e base primeira da ciência. Dito de outra maneira, o mundo das coisas (ou “objetos”) está dado ao homem, mas só através do mundo dos significados: através da configuração linguística. E é a linguagem que proporciona “objetos” às ciências: às ciências do geral, objetos como “árvore”, “peixe”; à história dos objetos como “Pedro”, “Roma”; à filosofia, objetos como “verdade”, “virtude” (COSERIU, 1982, p. 27).

---

<sup>1</sup> “Decir que hay palabras que están relacionadas deitivamente con algún <objeto> o aspecto del mundo significa reconocer que las palabras llevan consigo un poder que va más allá de la descripción e identificación de la gente, los objetos, las propiedades o los acontecimientos. Significa tratar de identificar los modos con los que la lengua se convierte en una herramienta a través de la cual nuestro mundo social y cultural se describe, evalúa y reproduce constantemente.”

É o vocabulário que melhor reflete o ambiente físico e social dos que falam. Sendo assim, pode-se afirmar que as palavras são como “etiquetas” para o processo de categorização. Os estudos de natureza lexical se ocupam em estabelecer, organizar e veicular os signos na relação entre o homem e o mundo que o rodeia. Proporcionam um “maior conhecimento da língua falada, ao mesmo tempo em que nos proporcionam o reconhecimento das diferenças culturais que compõem a realidade de um país.” (CRISTIANINI; ENCARNAÇÃO, 2008, p. 7).

Os dados que formam nosso *corpus* foram retirados do banco de dados do projeto ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG). Um dos objetivos desse trabalho concentra-se no reconhecimento dos remanescentes lexicais na rede toponímica do estado de Minas Gerais, cuja origem remonta a nomes portugueses, indígenas, africanos, dentre outros.

## **Onomástica e Toponímia**

Onomástica é a ciência da linguagem que se ocupa do estudo dos nomes próprios. Está integrada à lexicologia, que objetiva estudar, categorizar e estruturar as palavras dentro do universo lexical.

A Antroponímia e a Toponímia são subáreas da Onomástica. A Antroponímia se ocupa do estudo dos nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas e apelidos. A Toponímia, por sua vez, investiga o léxico toponímico, por meio do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares (SEABRA, 2006, p. 1953). Segundo Seabra (2006, p. 1953), ambas se constituem de elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos.

De acordo com Dick (2006, p. 96), Toponímia e Antroponímia são duas faces de um mesmo rosto maior ou corpo maior: a Onomástica, cujo objeto de trabalho é o nome próprio genericamente considerado, a partir da definição do *onoma*. Está justamente no *onoma* o ponto de encontro da Antroponímia com a Toponímia. A palavra, ao deixar seu uso pleno na língua transmitido para um uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referenciada como topônimo ou antropônimo, seguindo direções opostas, mas que se complementam (DICK, 1999, p. 145).

A Toponímia é um ramo da onomástica que se ocupa em estudar a expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente, além de propor o resgate da atitude do homem diante do meio, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. Leite de Vasconcelos (1931) define Toponímia como o estudo dos nomes de sítios, de povoações, de nações, de rios, de montes, de vales etc. – isto é, os nomes geográficos. Já Salazar-Quijada (1985) a define como ramo da Onomástica que se ocupa do estudo integral no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, sócio-econômicos, antroponímicos, que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista.

Dick (1990b, p. 119), entretanto, contempla as duas definições supracitadas, evidenciando seu caráter inerentemente interdisciplinar:

O conceito tradicional de Toponímia envolve o significado etimológico do próprio vocábulo (do gr. *topos*, “lugar” e *onoma*, “nome”), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica, ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.).

Dick afirma, ainda, que a Toponímia é, antes de tudo, um imenso complexo linguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente. Devendo ser considerado, em sua função intrínseca, um fato do sistema das línguas humanas, já que nos permite conhecer aspectos sócio-históricos e culturais presentes e pretéritos da comunidade.

A nomenclatura de uma região encerra, na tipicidade de suas designações, amplas possibilidades de estudo. A tessitura toponímica, com efeito, longe está de ser monótona no significado que recobre ou destituída de interesse prático ou científico. Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito. (DICK, 1990b, p. 35).

Os topônimos, que são originalmente extraídos de uma língua viva, são enunciados linguísticos que passam pelo crivo do denominador que os seleciona e interpreta segundo seus conceitos, valores, intenções, códigos e usos que representam também seu grupo. Para Dick (1998), o topônimo, funcionalmente, apresenta-se com uma dupla marca linguística, exercendo não apenas um papel sígnico no universo do discurso, mas também o de suporte de identificação: sugere pistas, indica caminhos interpretativos, torna-se evidência de comportamentos extintos, resgate de memórias vivenciadas.

Segundo Carvalhinhos (2002-2003, p. 172), uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: podemos reconstruir, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia.

Assim como um fóssil descoberto pela paleontologia, o maior ou menor grau de “descoberta” ou “achado valioso” depende da antiguidade do nome cristalizado em determinado momento da oralidade [...]. Descreve-se, assim, a tendência conservadora do topônimo. (CARVALHINHOS, 2002-2003, p. 173.).

## **Projeto ATEMIG**

O ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – é um projeto que teve início em 2005 vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. O projeto segue os pressupostos teórico-metodológicos propostos pelo francês Dauzat (1926), adaptados à realidade brasileira por Dick (1990a; b) e detalha a realidade toponímica de todo o território mineiro.

Partilhando de metodologia comum, adotada pelas demais equipes de pesquisadores que seguem o modelo do ATB em outros estados, o projeto mineiro segue: i) o “método das áreas” utilizado por Dauzat, que propõe o remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão; ii) a distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, sugerida por Dick (1990a; b).

São objetivos básicos do ATEMIG (SEABRA, 2012, p. 73-74):

1. Construir um *corpus* com todos os topônimos presentes nas cartas geográficas do IBGE, correspondentes a 853 municípios mineiros;
2. Catalogar e reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros;
3. Classificar e analisar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração);
4. Buscar influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos);
5. Cartografar nomes de acidentes físicos e humanos do Estado de Minas Gerais;
6. Realizar gravações orais com o objetivo de coletar outros topônimos que não constam na rede toponímica oficial do estado;
7. Analisar a toponímia de mapas antigos que remetem ao território mineiro;
8. Realizar estudos diacrônicos a partir dos dados coletados;
9. Construir glossários toponímicos;
10. Estudar os nomes de logradouros (bairros, ruas, praças, becos etc.) presentes em cidades mineiras.

A coleta de dados dos 853 municípios mineiros foi feita seguindo divisão proposta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que faz o mapeamento do estado em 12 mesorregiões. Esse sistema de divisão é fundamental à elaboração de políticas públicas e de subsídio ao sistema de decisões referentes à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias no estado. Contribui, ainda, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomeração urbanas e rurais.



**Mapa 1. Lista de mesorregiões de Minas Gerais**

Foram levantados, então, em cada mesorregião, todos os nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, rios, córregos, ribeirões, morros, serras, dentre outros acidentes geográficos – físicos e humanos – dos 853 municípios de Minas Gerais, documentados em cartas topográficas – fontes do IBGE, com escalas que variam de 1:50.000 a 1:250.000, perfazendo, até o presente momento, um total de 85.391 topônimos. Após a coleta e catalogação desses dados, os topônimos foram registrados em fichas, conforme modelo sugerido por Dick (2004), para serem analisados e classificados. Essas fichas constituem uma análise – linguística e cultural – detalhada do topônimo, com informações que integram a sociedade e a cultura.

### **Etapas metodológicas**

Como apresentado anteriormente, o presente trabalho tem como base os pressupostos teóricos dos estudos lexicais, fundamentados na relação entre língua, cultura e sociedade. Foram assumidas as orientações teóricas de Sapir (1961) e Matoré (1953). O primeiro por enfatizar o papel relevante dessa correlação para os estudos da linguagem, destacando o léxico como nível linguístico que melhor revela o ambiente físico e social dos falantes; e o segundo teórico por definir a palavra não como um objeto isolado, mas como parte de uma estrutura social, já que o léxico se torna testemunha de uma época ao refletir as distintas fases que marcam a história de uma sociedade.

As análises relativas à variação e mudança linguística, linha de pesquisa à qual o trabalho em andamento está vinculado, estão sendo realizadas sob a orientação teórica de Labov (1974). O teórico americano foi “quem, mais veementemente, voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a

variação existente e própria da língua falada” (TARALLO, 2007, p. 7). Labov propôs um modelo teórico metodológico que, levando em conta a relação existente entre língua e sociedade, era capaz de sistematizar a variação natural da língua ao longo de diferentes períodos da história. Assim, propomos observar os dados toponímicos em mapas contemporâneos e históricos (séculos XVIII e XIX), a fim de realizar a comparação dos dados.

A investigação toponímica é a base norteadora da nossa pesquisa; para realizá-la, nos apoiamos nas teorias de Dauzat (1926) e Dick (1990a, 1990b, 2004, 2006), que propõem modelo teórico-metodológico toponímico de origem indutivo-dedutiva, segundo os procedimentos onomasiológico-semasiológicos característicos da pesquisa lexical.

Segundo Dick (2006), o modelo construído para a investigação toponímica propriamente dita não difere do método científico de análise em geral e dos princípios de metodologia aceitos. Para a autora, tal modelo envolve, sistematicamente, três pontos: a) formulação da hipótese de trabalho, ou de uma proposição de estudos, cuja finalidade perseguida é verificar as possibilidades de realização do tema escolhido, já enunciando as etapas admissíveis para esse exame; b) delimitação da área básica de estudos (nível da toponímia) ou do objeto da investigação (nível da onomástica), detalhamento temático, em extensão areal (nível quantitativo) ou em profundidade (nível qualitativo), de acordo com a disponibilidade do pesquisador; c) tratamento dos dados ou do *corpus*; d) conclusão e bibliografia utilizada e suporte.

[...] a metodologia seguida em uma análise toponímica envolve aspectos da própria construção do texto onomástico, em geral, resguardadas as proporções do alcance de cada um deles. Enquanto um tem por concepção uma visão mais teórica, ampla e abrangente do conhecimento científico advindo dos que representam outra maneira de se estudar a língua e suas variações; o outro busca o conhecimento prático das parcialidades locais/regionais, segundo os modelos teóricos propostos, visando a (re)construção de uma tipologia onomástica de aplicação mais ampla, a partir de novas formas recolhidas (DICK, 2006, p. 101).

Como a presente pesquisa se constitui a partir de uma investigação toponímica, seguimos o roteiro abaixo proposto pela autora:

- a) partimos, inicialmente, da hipótese de que, em Minas Gerais, o emprego dos nomes de animais na toponímia relaciona-se diretamente com o processo de povoamento do estado;
- b) de maneira vinculada ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – há a verificação de como se dá a distribuição geográfica dos zootopônimos nas doze mesorregiões mineiras, a partir da coleta e organização de topônimos que constam do banco de dados do Projeto, constituindo, assim, um *corpus* de dados contemporâneos.

O projeto ATEMIG (FALE/UFMG) tem realizado o detalhamento e a análise da realidade toponímica de todo território mineiro, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos de Dauzat (1926) e Dick (1990a, 1990b).

Os dados levantados foram registrados em tabelas que especificam o tipo de acidente geográfico, a origem etimológica do nome e a distribuição toponímica em

categorias taxionômicas. Parte desses itens já foi catalogada em fichas lexicográficas toponímicas, de acordo com modelo proposto por Dick (2004).

Os topônimos que constituíram o *corpus* da pesquisa são provenientes do banco de dados do Projeto ATEMIG, do qual serão extraídos todos os nomes de caráter animal, ou zootopônimos, segundo a taxionomia proposta por Dick (1990). Segundo apresentação anterior, os zootopônimos compõem os topônimos de natureza física, conforme podemos observar no esquema a seguir:

Os zootopônimos se subdividem em três grupos: os domésticos – topônimos referentes a animais criados pelo homem para uma certa finalidade, o que implica em que sua reprodução e genética são controlados. Ex: Fazenda Cachorro, Córrego do Boi, Córrego da Novilha Brava; os não domésticos – topônimos referentes a animais que habitam seus ecossistemas de origem, constituindo populações sujeitas à seleção natural, cuja reprodução e genética não foram controladas pelo homem. Ex: Ribeirão do Guará, Lagoa Jacaré, Córrego do Onça –; os grupos – topônimos referentes a grupos de animais da mesma espécie. Ex: Ribeirão da Boiada; Vacaria.

Para a coleta dos nomes, conforme metodologia pré-estabelecida no projeto ATEMIG, serão utilizadas cartas geográficas do IBGE que propõem a divisão territorial dos 853 municípios mineiros em 12 mesorregiões.

## Análise de dados

Em todo o território mineiro, constatou-se a ocorrência de 5.570 zootopônimos, que correspondem a 361 bases léxicas distintas. Observa-se que a origem predominante de tais nomes é a indígena, mais especificamente o tupi, seguida pela origem portuguesa e africana, como nos mostra o gráfico a seguir:

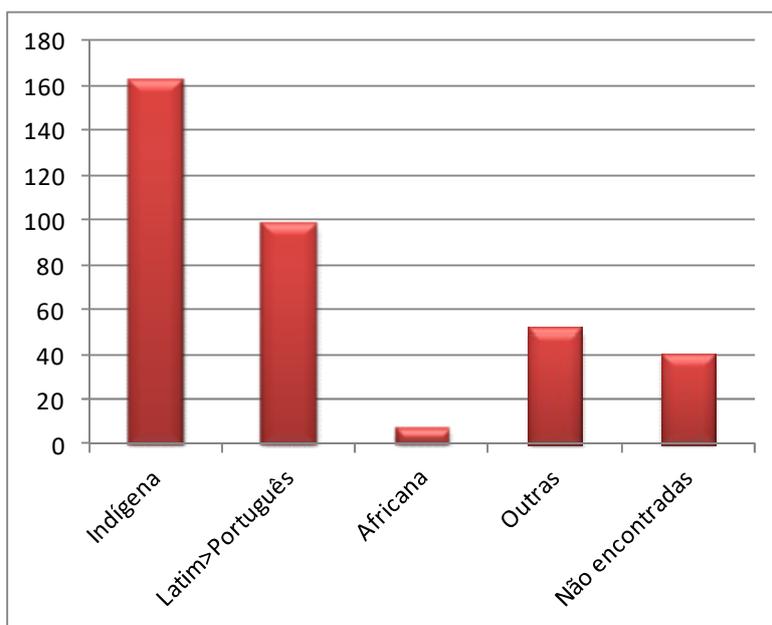


Gráfico 1. Origem dos Topônimos

Dos 361 nomes contabilizados, 163 são de origem tupi, o que corresponde a 45% do total de dados registrados. Tal predominância pode ser justificada pelo fato de o indígena ser o primeiro conhecedor da fauna brasileira, cabendo-lhe apresentá-la ao colonizador. Em seguida, estão os topônimos de origem portuguesa, com 99 ocorrências ou 28% dos nomes. Em número bem menos expressivo, estão os nomes de origem africana, com apenas sete ocorrências (2%). Outras origens, como a árabe e a francesa, por exemplo, correspondem a 52 ocorrências. Cabe ressaltar que os dados aqui apresentados são oriundos de pesquisa em andamento, portanto, nos faltam maiores esclarecimentos acerca de bases léxicas cuja origem ainda não foi determinada, que representam 40 ocorrências dos dados levantados.

A etimologia dos topônimos pesquisados, até então, foi determinada por consulta às seguintes obras lexicográficas, cujas informações mais detalhadas encontram-se na bibliografia ao final deste artigo:

- i) *Aurélio Séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira;
- ii) *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, de Antônio Houaiss;
- iii) *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha;
- iv) *O Tupi na Geografia Nacional*, de Teodoro Sampaio;
- v) *Contribuição Indígena ao Brasil*, do Irmão José Gregório.

As bases léxicas selecionadas, referentes aos zootopônimos mineiros, também foram analisadas segundo a categoria ou família à qual pertence o animal. Dada a riqueza da fauna brasileira, há o registro de múltiplas categorias, predominando a dos mamíferos, seguida por aves e peixes, conforme gráfico a seguir:

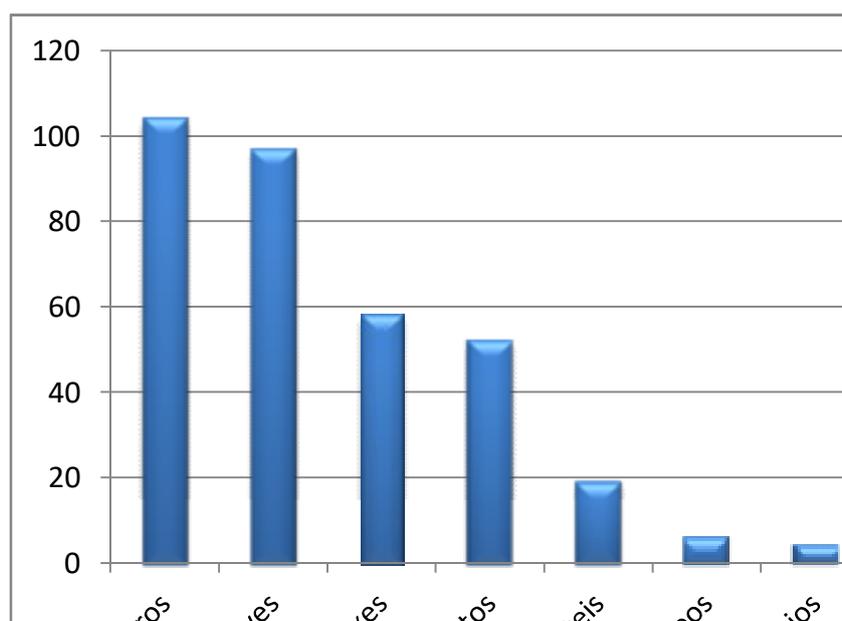


Gráfico 2. Categoria dos zootopônimos

A família dos mamíferos é a mais representativa no cenário dos zootopônimos de Minas Gerais, com um número de 104 bases léxicas referentes a essa categoria. Em seguida, podemos verificar as aves, com 97 tipos distintos de nomes; peixes e insetos, com 58 e 52 tipos registrados; depois, com um menor número de tipos de bases léxicas, temos a família dos crustáceos (seis ocorrências), dos anfíbios (quatro ocorrências) e dos moluscos (duas ocorrências).

Dentre os 5.570 topônimos de caráter animal pesquisados, foi verificado que o topônimo com maior ocorrência no território mineiro foi o de origem francesa *onça*, referente a 23% dos zootopônimos, como pode ser constatado no gráfico a seguir, em que foram apresentadas as bases lexicais mais recorrentes em nossa pesquisa.

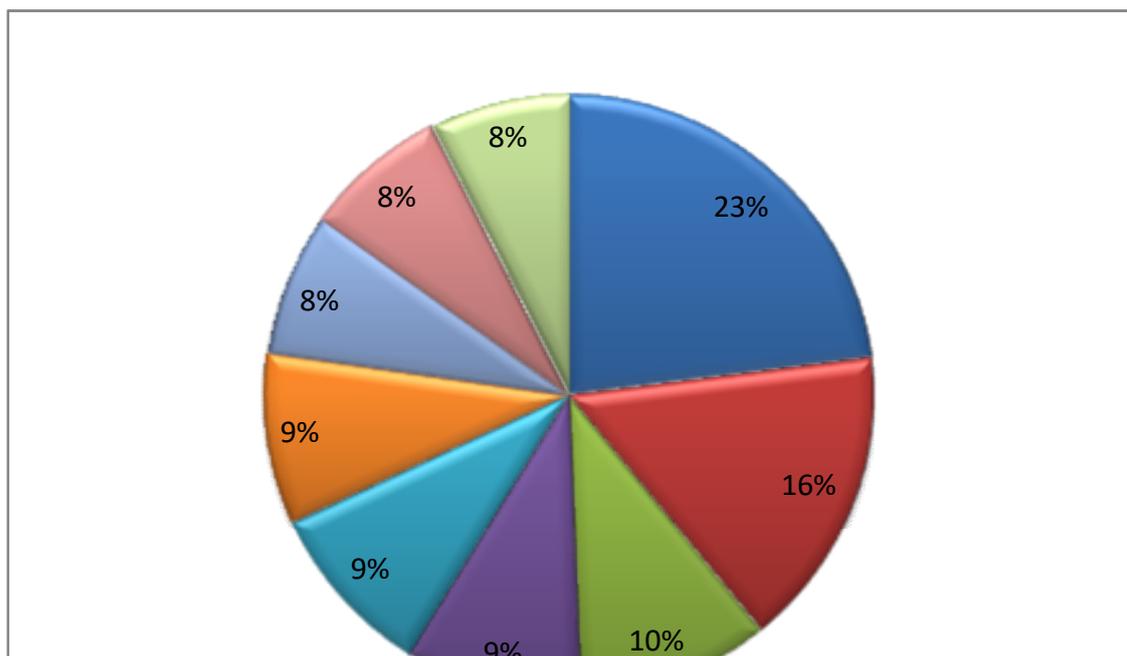


Gráfico 3. Nomes de animais mais recorrentes

### Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar dados preliminares de pesquisa de doutorado em andamento, a fim de colaborar com os estudos toponímicos. A escolha pela análise de zootopônimos se deu pela grande variedade de nomes de índole animal no estado de Minas Gerais, que se relaciona diretamente com a história da formação do território mineiro, assim como a relação do homem com seu espaço.

### REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. In: MEGALE, H. (Org.). *Filologia e Linguística Portuguesa*. n. 2. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1998. p. 81-118.

\_\_\_\_\_. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2001.

- \_\_\_\_\_. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de Filologia*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1981. p. 131-145.
- CARVALHINHOS, P. de J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista da USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003.
- CARVALHINHOS, P. J.; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. In: *Cadernos do CNLF*, v. XI, n. 02, [n.p.], 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- CARVALHO, A. P. M. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 822 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- COSERIU, E. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- CRISTIANINI, A. C.; ENCARNAÇÃO, M. R. T. A contribuição dos estudos sociogeolinguísticos para a escolha lexical na recepção e produção de textos orais e escritos. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, v. XII, p. 10-17, 2008.
- CUNHA, A. G. da; MELLO SOBRINHO, C. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.
- DICK, M. V. P. A. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. v. 9. Recife, UFPE: 1999. p. 119-148.
- \_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2004. p. 121-130.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In.: SEABRA, M. C. T. C. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.
- \_\_\_\_\_. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- DURANTI, A. *Antropologia Linguística*. Tradução espanhola de Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- GREGÓRIO, J. *Contribuição Indígena ao Brasil*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica Ltda, 1980 (3 volumes).
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Editora Objetiva Ltda, 2007.

- ISQUERDO, A. N.; CASTIGLIONI, A. C. Em busca de modelo de dicionário onomástico toponímico. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 291-310.
- KRIEGER, M. G. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, M. C. T. C. de (Org.). *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p.157-171.
- LABOV, W. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. *Proceedings of the XIth International Congress of Linguistics*. Bologna: Mulino, 1974. p. 825-851.
- LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.
- MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie*. Domaine Française. Paris: Didier, 1953.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. *O Português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. 475 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.
- SALAZAR-QUIJADA, A. *La Toponimia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.
- SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.
- TARALLO, F. *Pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- VASCONCELOS, J. L. *Opúsculos: onomatologia*. v. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

**Recebido em:** 31/08/2016

**Aprovado em:** 27/03/2017

# Minhas mães, meus pais, minhas tias e meus tios: a teoria do parentesco como contribuição ao estudo das formas de tratamento nominais de Angola e de Moçambique

Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
Araraquara, São Paulo, Brasil  
sabrinasalsalobre@yahoo.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1542>

## Resumo

Neste estudo, propõe-se estabelecer um vínculo teórico entre o sistema de parentesco – contribuição da antropologia – e a perspectiva sociopragmática de estudos linguísticos, na medida em que ambas se preocupam com a eficiência da comunicação humana ao observarem a existência de regras culturais que regem os relacionamentos interpessoais. Assim sendo, o objetivo principal é observar a associação entre as formas de tratamento nominais utilizadas por falantes angolanos e moçambicanos à nomenclatura classificatória do parentesco, uma vez que uma mesma forma pode designar diferentes pessoas, aplicando-se a uma vasta gama de relações.

**Palavras-chave:** teoria do parentesco; sociopragmática; sistema de formas de tratamento nominais.

## My mothers, my fathers, my aunts, my uncles: the kinship theory as a contribution to the study of nominal Angola and Mozambique addressing forms

### Abstract

This study proposes to establish a theoretical link between the kinship system – an anthropology contribution – and sociopragmatic perspective of linguistic studies, in that both are concerned with the efficiency of human communication to observe the existence of cultural rules governing interpersonal relationships. Therefore, the main objective is to observe the association between the nominal addressing forms used by Angolan and Mozambican speakers to the classification nomenclature of kinship, since the same form can assign different people, applying to a wide range of relationships.

**Keywords:** kinship theory; sociopragmatic; nominal addressing system.

## Introdução

Toda sociedade humana organiza-se em torno de experiências sociais e, para isso, usa itens lexicais de seus idiomas para expressar a natureza desses contatos. À antropologia coube a tarefa de observar e interpretar essas formas de convívio por meio da *Teoria do Parentesco* (LÉVI-STRAUSS, 1982, 1993; RADCLIFFE-BROWN, 1969, 1974). Nesse sentido, o estudo das formas de tratamento apresenta uma imbricação direta com essa teoria, já que esse recurso do sistema linguístico representa a maneira como as comunidades expressam esses arranjos sociais. Fundamental, portanto, é estabelecer um vínculo teórico entre as relações de parentesco e a perspectiva sociopragmática, na medida em que ambas preocupam-se com a eficiência da

comunicação humana ao observarem a existência de regras culturais que regem os relacionamentos interpessoais.

As formas de tratamento foram privilegiadas, enquanto objeto linguístico de análise neste estudo, em decorrência de representarem um elemento do sistema linguístico que favorece diretamente a análise da correlação entre a língua e seus correspondentes sociais. Esse ponto configura o pressuposto fundamental deste trabalho investigativo: língua e sociedade devem ser analisadas conjuntamente em função de sua inter-relação. Com esse propósito, observaram-se as formas de tratamento nominais utilizadas por falantes de dois países pertencentes aos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), a saber: Angola (mais especificamente a variedade utilizada em sua capital Luanda) e Moçambique (igualmente, a variedade utilizada na capital Maputo).

Angola é um país situado na África Ocidental, portanto, semelhantemente ao Brasil, é banhado pelo Oceano Atlântico. Sua população é estimada em 21,47 milhões de habitantes (dado de 2013), sendo que boa parte desse total está em idade economicamente ativa, impulsionando o desenvolvimento do país. Segundo os pesquisadores do Relatório Social de Angola 2012 (RSA, 2012, p. 38), no país,

[...] o fenômeno da urbanização tem sido muito intenso nos últimos anos, fazendo de Luanda a grande metrópole de Angola, com uma população estimada em mais de 6,5 milhões de habitantes e exercendo um efeito de atracção notável que a transforma no principal e mais importante polo de crescimento económico do país.

Nesse sentido, a previsão é que para 2020 a taxa de concentração urbana poderá chegar a 72%.

Em termos linguísticos, nota-se que 82,8% dos angolanos falam português, dividindo o cenário com outras línguas autóctones, como o umbundo – utilizado por 28,7% da população –, o quimbundo (9,5%) e o kikongo (8,7%), de acordo com dados do Inquérito do Bem-estar da População (IBEP), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2011. Nesse sentido, Luanda conta com uma maioria de pessoas que têm como língua materna o português, em função do prestígio social que essa língua paulatinamente vai adquirindo. Nos espaços urbanos, portanto, a comunicação é realizada principalmente em língua portuguesa, associando as línguas autóctones aos espaços religiosos e ‘familiares tradicionais’ – ou seja, na maioria das famílias luandenses, a interlocução se dá em português e o uso das línguas tipicamente angolanas ocorre em visitas a familiares mais velhos e/ou residentes em outras províncias.

Por sua vez, Moçambique é um país situado ao sul do Continente Africano, banhado pelas águas do Oceano Índico, com uma população de 25.830 milhões de habitantes (segundo estimativa de 2013), sendo que 5,4% desse montante se encontra residindo na capital Maputo. Nesse contexto, de acordo com o censo de 2007, a língua portuguesa – falada por 42,9% da população – divide o cenário linguístico com, principalmente, cinco outras línguas nacionais, destacando-se a Xichangana, utilizada por 31,5% dos falantes de Maputo.

Ao se considerar esse ambiente linguístico da capital de Moçambique, Maputo, é possível estabelecer um panorama sobre os papéis sócio-simbólicos desempenhados pelas diferentes línguas. A cidade de Maputo é, em linhas gerais, dividida por três zonas

(FIRMINO, 2006): zona central, onde se concentram os negócios, comércio, circulação de estrangeiros ocupados com empresas e ONGs etc.; zona intermédia, predominantemente residencial, com estabelecimentos comerciais de menor porte e comércio informal; e zona rural, onde residem e trabalham pequenos agricultores em suas *machambas*<sup>1</sup>. Com esse cenário delineado, Firmino (2006) aponta que o uso das línguas autóctones moçambicanas representa a forma de comunicação primária das zonas rurais – esse fato coaduna com os dados do Censo de 2007 apresentados acima, em que apenas 36,6% de habitantes da zona rural falam português. Já em zonas suburbanas – mais afastadas da região central – ocorre também o uso de línguas autóctones, mas com algumas ocasiões em que o português é escolhido em função das necessidades comunicacionais. Nas regiões intermédias, há uma presença importante de situação de interlocução em línguas nacionais – na cidade de Maputo, majoritariamente no idioma Xichangana. Entretanto, Firmino (2006, p. 87) alerta para o fato de que, mesmo nessas regiões, é ascendente o prestígio do português, haja vista “os pais fazerem esforços para criar os filhos em Português”. Essa situação se evidencia nas famílias cujos pais possuem um bom domínio do português. Dessa forma, o autor aponta para o fato de que, mesmo nessas regiões intermédias, já há uma geração de crianças que falam o português como língua materna (42,9%, conforme dados do Censo 2007). Por fim, a tendência primordial da zona central é a comunicação se realizar em língua portuguesa, com pouca presença de línguas locais. Nesse sentido,

[...] a diferença é que o uso de línguas autóctones na zona central é regressivo, enquanto o uso do Português na zona intermédia é progressivo, especialmente entre pessoas escolarizadas, como consequência do prestígio social que é concedido ao Português, não apenas na zona central, mas também na intermédia. (FIRMINO, 2006, p. 88).

Entre moçambicanos e angolanos há um item linguístico em comum, no sistema de formas de tratamento, que amplamente caracteriza esses dois povos e que é o objeto principal de análise do presente estudo: o uso de *formas de tratamento familiares*<sup>2</sup> – termo aqui adotado para expressar o fenômeno em análise. Cotidianamente, nas ruas da cidade de Maputo e de Luanda, ouvem-se diálogos em que os interlocutores, ainda que desconhecidos, tratam-se por meio de formas que, ocidentalmente, são empregadas para a referência alocutiva e delocutiva de membros da família consanguínea, tais como “mãe”, “mamãe”, “pai”, “papai”, “avô(ó)”, “mano(a)”, “tio(a)”, “títio(a)”, “madrinha”, “padrinho” etc. Tanto os informantes de Moçambique, quanto os de Angola, forneceram

---

<sup>1</sup> Machamba significa ‘horta’ em português.

<sup>2</sup> É preciso reconhecer que o uso de FTNs familiares para pessoas desconhecidas não se restringe apenas aos contextos culturais moçambicano e angolano, mas é prática comum em diversas comunidades africanas. Para ilustrar esse fato, segue um excerto do romance nigeriano *Americanah* (2014), de Chimamanda Ngozi Adichie – com tradução de Julia Rumeu, publicado pela Companhia das Letras – ambientado em Lagos, Nigéria. Nessa passagem, a protagonista Ifemelu, depois de um longo período morando nos Estados Unidos, volta a Lagos e aluga uma casa que precisa ser reformada. No diálogo a seguir, ela conversa com um dos operários responsáveis pela reforma:

“Que malquice é essa? Olhe só como isso está áspero! Um dos azulejos está quebrado! Está pior que os azulejos velhos! Como você pode considerar um trabalho acabado?”, ela perguntou ao homem.

Ele deu de ombros; claramente, achava que ela estava dificultando as coisas de forma desnecessária. ‘Estou feliz com o trabalho, tia.’

‘E quer que eu pague?’

Um pequeno sorriso. “Ah, tia, mas eu terminei o trabalho” (ADICHIE, 2014, p. 425).

diversos exemplos que ilustram esse tipo de tratamento<sup>3</sup>. Assim, seguem os excertos ilustrativos:

- (01) “Aqui seria a mesma coisa que a, que a... bom dia, *papá*. Bom dia, *papá*. Aqui é... papá sabe onde está a Laurinda? Papá sabe onde vive a Laurinda? Papá viu a Laurinda?” (MO, Mulher, 50 anos, Superior Completo, gestora)<sup>4</sup>
- (02) “Eu tô, *vovô*, eu tô a perguntar onde vive Laurinda. Ele vai dizer: conheço onde tá viver Laurinda.” (MO, Homem, 14 anos, 7ª classe, estudante, rhonga)
- (03) “Este senhor: boa tarde, *tio* ou *pai* também. Boa tarde, *tio*. Eu tô à procura da dona Amélia. Será que o *tio* conhece ela? Pode indicar-me onde ela vive? E muito obrigada... seria primeiro por favor. Sim, pedir favor. E depois de tudo muito obrigada.” (AN, Mulher, 19 anos, Superior incompleto – em andamento, bibliotecária)
- (04) “Boa tarde, *mamá*. *Mamá*, desculpa. Por aqui assim não há uma cantina próxima onde eu posso comprar um quilo de farinha, um quilito de arroz?” (AN, Homem, 49 anos, Ensino Primário, segurança, ngoia)

Com o objeto de estudo apresentado, faz-se, então, necessário apresentar os fundamentos teórico-metodológicos que subsidiaram essa análise e que, decisivamente, contribuíram para a compreensão desse item do sistema de formas de tratamento, que estritamente relaciona os usos linguísticos aos seus motivadores sociais.

### Formas de tratamento nominais

Com o objetivo de se analisar as relações entre a língua portuguesa e suas representações sociais – mais especificamente perscrutando as sociedades moçambicana e angolana – optou-se por privilegiar um recurso do sistema linguístico que expressa a inter-relação entre escolhas linguísticas e motivadores sociais. Com esse propósito, o sistema de formas de tratamento nominais (doravante FTN) é o fenômeno linguístico investigado por esse estudo.

Uma vez que está em foco a investigação da língua e de seus motivadores sociais, a abordagem que fundamenta essa análise é a Sociolinguística – que apresenta a característica fundamental de ser uma ciência interdisciplinar. De acordo com essa concepção, a língua constitui-se um sistema complexo e heterogêneo, passível de sofrer variação e mudança. Dessa forma, segundo o viés sociolinguístico, as escolhas linguísticas correspondem às características sociais dos falantes – portanto, a variação nas formas de tratamento é motivada pelas variáveis sociais. Além dessa abordagem, complementarmente também está em foco um olhar pragmático aos dados. A intenção é observar as razões que levam os falantes a empregar determinadas formas em determinados contextos. Em outras palavras, a partir do viés pragmático, é possível compreender os efeitos de sentido gerados com as escolhas tratamentais feitas pelos falantes em interação.

---

<sup>3</sup> Em seção subsequente, mais especificamente a denominada “Metodologia de pesquisa”, os procedimentos de entrevista aos falantes angolanos e moçambicanos serão mais detidamente focados a fim de se aclarar a forma como esses enunciados foram produzidos.

<sup>4</sup> Após os excertos dos entrevistados, serão oferecidas informações a respeito dos entrevistados, salvaguardando as suas identidades. Dessa forma, entre parênteses, haverá a indicação do país (MO para Moçambique e AN para Angola), o sexo, a idade, o nível de escolaridade, a profissão e, apenas para os que autodeclararam, a etnia.

Em termos gerais, as *formas de tratamento* são palavras ou sintagmas usados por falantes de uma língua a fim de se dirigir ou de se referir a outra pessoa. Com propósitos didáticos, esse sistema pode ser subdividido em dois macro níveis: i) *formas pronominais*: palavras ou expressões equivalentes aos pronomes de tratamento (você, tu, o senhor, a senhora etc.); ii) *Formas nominais* – privilegiadas por esse estudo: expressões provenientes de substantivos comuns, nomes próprios, termos de parentesco, profissões etc. São exemplos: amiga, querida, cara, primo, doutor, irmão, chuchu etc.

Uma vez que os termos de endereçamento abrangem as diversas possibilidades disponíveis na língua para que um falante se dirija ou se refira a alguém, esse fenômeno linguístico é constituído em seu âmago por um *código social*. Nesse aspecto, segundo Causse-Cathcart (2011), o estudo das formas de tratamento permite que se conheça o funcionamento de uma sociedade, uma vez que ele demonstra as formas como estão estabelecidas as relações sociais. Na mesma linha de raciocínio, Acevedo (2011) entende que os usos tratamentais são socialmente fixados e, ao empregarem-nos, os falantes ativam seus esquemas mentais e manejam os valores atribuídos aos interlocutores. Portanto, “o emprego do tratamento não depende propriamente do sistema linguístico, mas depende da forma como a sociedade está organizada” (SILVA, 2008, p. 61).

Ao se considerar que as sociedades possuem divisões hierárquicas, cada membro que compõe esse todo social desempenha um papel para esse grupo e, por suas características mais contundentes, passa a ser reconhecido – idade, sexo, posição familiar, hierarquia social, grau de intimidade etc. De acordo com Silva (2011), as formas de tratamento mobilizadas na interação levam em consideração as posições que cada um dos participantes desempenha na escala social. Quando esse pressuposto comunicacional não é seguido a contento, ocorrem sérias consequências ao sucesso da interação. Apesar disso, desde que se reconheça o princípio de que a língua e a sociedade são sistemas dinâmicos, o mesmo é preciso considerar com relação às formas de tratamento. Assim, uma vez que a sociedade está sujeita a alterações ao longo de sua história, as formas de tratamento também mudam. É preciso considerar, portanto, que o sistema de tratamentos é a expressão linguística da estrutura social vigente em determinado momento histórico (SILVA, 2011).

Intentando sintetizar a interação entre os fatores sociais e linguísticos para o estudo das formas de tratamento, Lopes et al. (2011, p. 315-316) concluem:

Em outras palavras, existiria um sistema de regras de interação social que condiciona o uso das formas de tratamento de acordo com o papel social dos interlocutores envolvidos na cena comunicativa que pode ser mais ou menos consciente por parte do falante. Além disso, há de se considerar que as convenções sociais, principalmente as relacionadas ao tratamento, se configuram linguisticamente de maneira integrativa, uma vez que as normas sociais se consubstancializam em normas linguísticas. Isso quer dizer que não só se levam em consideração as regras sociais que determinam os usos tratamentais, mas também devem ser observados os fatores linguísticos que podem condicionar o emprego de uma ou outra forma de tratamento. Os dois caminhos precisam convergir na explicação do processo de mudança no sistema de tratamento do português.

À busca de aprofundar a compreensão do componente social das formas de tratamento, faz-se imprescindível analisá-las pelo viés da interação. Com esse propósito,

o primeiro pressuposto a se considerar é o fato de que os tratamentos representam ao falante o primeiro recurso de que dispõe para “marcar e construir a relação interpessoal” (KEBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 19.). Nesse sentido, Kebrat-Orecchioni (2011, p. 19) atribui às formas de tratamento a alcunha de “poderosos relacionemas”, já que sua função primordial é relacionar as pessoas no discurso.

Pelo fato de que as FTNs podem expressar tanto índices de cortesia, consideração, simpatia, quanto de agressão, hostilidade, aborrecimento, elas representam fundamentalmente um caráter ambivalente (ora afetuoso e positivo, ora negativo e brutal). Nesse sentido, arrola-se mais uma função das FTNs: a de veicular uma carga emocional por meio das escolhas disponibilizadas pelo sistema. Assim:

A tarefa do analista consiste, portanto, em tentar desfazer o emaranhado de fatores que intervêm na gênese desses efeitos opostos, no discurso, e que dependem tanto do tipo de FTN quanto dos diversos elementos que compõem o contexto externo e interno – tais como seu posicionamento na interação, no turno de fala, ou no enunciado; o seu acompanhamento prosódico ou mimo-gestual; bem como o tipo de ato ilocutório e perlocutório que as FTN acompanham. (KEBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 37).

## **Teoria do parentesco**

Para compreender o fenômeno linguístico em discussão, as formas de tratamento nominais, particularmente, as formas de tratamento familiares, fecunda contribuição foi oferecida pela antropologia, por meio da teoria do parentesco – que propiciou um produtivo olhar sobre as formas de tratamento em sua intersecção entre o linguístico e o social/cultural.

Quando se vive imerso em uma única cultura – sem conjecturar a existência de outros povos, com outras organizações sociais –, cria-se a falsa ideia de que a concepção de “família” constitui-se em algo universal e natural. Sobretudo, é tendência naturalizar o conceito de família a que se está submerso como o único possível e verdadeiro. Entretanto, cada agrupamento humano pode estabelecer uma coerência interna para se socializar. Em função dessas divergentes formas de se conceber “família”, há estudos antropológicos dedicados ao “parentesco”. Trata-se, pois, da *teoria do parentesco*. Pesquisadores como Lévi-Strauss (1982) e Radcliffe-Brown (1969, 1974), ao analisarem sociedades demograficamente menores e tradicionais, observaram que as relações de parentesco preveem imbricações de outras naturezas, como as econômicas, religiosas e políticas. Nesse sentido, os sistemas parentais são partes integrantes da estrutura de uma sociedade, por formarem redes de relações sociais. Em outras palavras: “o sistema de parentesco é por isso uma teia de relações sociais que constitui parte da rede total das relações que é a estrutura social” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p. 25).

Em termos gerais, família é um conceito elementar que congrega indivíduos que, entre si, estabelecem um convívio. Lévi-Strauss (1982, p. 523) é assaz contundente quando se refere à importância dos laços sociais para as sociedades humanas:

Uma relação não pode ser isolada arbitrariamente de todas as outras, e também não é possível que o indivíduo se mantenha aquém ou além do mundo das relações. O meio social não deve ser concebido com um quadro vazio no interior do qual os seres e as

coisas podem ser ligados, ou simplesmente justapostos. O meio é inseparável das coisas que nele habitam.

Há diferentes tipos de agrupamentos familiares e o mais comum é o que se designa por “família conjugal”, “em que o agregado é constituído pelos pais e os seus filhos menores ou solteiros” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p. 16). Ao se tomar como referência um único indivíduo, todos os seus parentes são classificados em relação a ele. Assim sendo, para estabelecer esses tipos de relações parentais, mais especificamente para classificar os parentes de uma pessoa, postulou-se um sistema de parentesco com uma nomenclatura específica. De acordo com Radcliffe-Brown (1974, p. 38): “Nós damos um mesmo nome a um certo número de coisas quando pensamos que elas são semelhantes em alguma característica importante. Assim usamos em inglês o mesmo nome – tio – para irmão da mãe e irmão do pai porque pensamos que são semelhantes, como parentes da mesma espécie”.

Marie (1978) afirma que o parentesco não necessariamente é uma condição biológica e consanguínea, mas, sim, uma relação social. Segundo a autora, a noção de “filiação” pode ser “mítica”, no sentido de que existe apenas na consciência dos homens, ao exprimir um tipo de relacionamento afetivo. Ao se considerar a não obrigatoriedade dos laços consanguíneos, a expressão das condições de parentesco por meio das formas de tratamento ganha uma dimensão muito mais extensa, que em grande medida auxilia na explicação dos dados empíricos fornecidos pelos informantes dessa pesquisa. Nesse aspecto, ganha suma relevância a seguinte afirmação de Marie (1978, p. 20):

Numa palavra, o parentesco não é apenas um princípio de classificação e de organização, é também um código, uma linguagem mais ou menos ideológica e mais ou menos manipulada. É, pois, uma chave para a interpretação de todas as sociedades (mesmo as sociedades com Estado) em que o parentesco não se reduz à família conjugal, mas preside, totalmente ou em parte, à formação de grupos sociais e à organização das relações entre os mesmos. Mas é uma chave que convém manejar com precaução: considerando as suas múltiplas possibilidades e não esquecendo, em particular, que a linguagem do parentesco pode mentir. É preciso, portanto, confrontar de cada vez o estudo do parentesco com a análise das situações concretas nas quais o parentesco (o seu vocabulário, bem como as atitudes mais ou menos convencionais que prescreve) está implicado.

Em termos gerais, a nomenclatura do parentesco prevê duas macrodivisões: o sistema descritivo e o classificatório. Na concepção de Marie (1978, p. 54), o *sistema descritivo* estabelece “um reduzido número de termos específicos para os parentes do primeiro ou do segundo grau e outros parentes mais afastados são designados por palavras compostas destes termos” (MARIE, 1978, p. 54). Esse sistema descreve, sobretudo, as sociedades ocidentais majoritárias, em que uma pessoa possuirá apenas um pai, uma mãe, um sogro, uma nora, tios e tias em função da quantidade de irmãos da mãe e do pai etc.

Já no *sistema classificatório*, que descreve fundamentalmente sociedades tradicionais, como as ameríndias e as africanas, um único termo é empregado para designar um conjunto de pessoas, aplicando-se a uma vasta gama de relações. “Por este processo de extensão do princípio de classificação, os parentes colaterais mais próximos e mais distantes são agrupados em poucas categorias e a pessoa tem muitos parentes a

quem se aplica o termo ‘pai’ ou ‘mãe’ ou ‘irmão’ ou ‘irmã’” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p. 20). Nesse sentido, por exemplo, todos os parentes da geração do “pai” e da “mãe” podem ser denominados também como “pai” e “mãe”. E, ao agir dessa forma, subjaz a ideia de que todos estes parentes pertencem a uma mesma espécie geral.

As sociedades que adotam a terminologia classificatória contam com sistemas familiares extensos. Nesses casos, está previsto que um dado comportamento seja padronizado como apropriado para todos os membros familiares que receberem uma mesma designação. “Em certos exemplos, o padrão pode ser definido por referência a direitos e deveres específicos ou modos determinados de comportamento” (RADCLIFFE-BROWN, 1969, p. 78-79).

Nesse sentido, o estudo das formas de tratamento apresenta uma imbricação direta com essa teoria, já que esse recurso do sistema linguístico representa a maneira como as comunidades expressam esses arranjos sociais. A partir dos exemplos de formas de tratamento familiares expressos (cf. excertos de 01 a 04), que correspondem a usos moçambicanos e angolanos, é possível associá-los à *nomenclatura classificatória do parentesco*, uma vez que uma mesma forma pode designar diferentes pessoas. A fim de clarificar essa afirmação, ao se tomar o exemplo da FTN “mãe”, é observável que, em contexto africano, ela não designa apenas a progenitora de alguém, mas todas as pessoas que poderiam ocupar simbolicamente esse papel.

Quando os pesquisadores da *teoria do parentesco* empregam a nomenclatura classificatória, normalmente, intenta-se referir a agrupamentos familiares extensos, em que muitas pessoas podem desempenhar a função de “pai” para um indivíduo tomado como ponto de referência. Todavia, os informantes moçambicanos e angolanos que participaram como informantes da presente investigação referiram-se ao fato de que usam as FTNs familiares para pessoas desconhecidas com quem estabelecem um primeiro contato, seja nas ruas, seja em instituições comerciais e administrativas. Nesse sentido, ao utilizar o termo *classificatório*, na pesquisa ora em discussão, está em voga a sua aceção mais extensiva, haja vista que “mãe”, por exemplo, pode ser um termo destinado a todas as mulheres de um dado contexto social que possam desempenhar a simbólica função de “mãe” para um sujeito informante – com a importante ressalva de que essa extensão conta com algumas restrições, sobretudo de ordem identitária, conforme será debatido nas seções subsequentes.

## Metodologia de pesquisa

A fim de se levar a cabo a investigação das formas de tratamento nominais das variedades angolana e moçambicana da língua portuguesa, foram entrevistados 25 angolanos, residentes na cidade de Luanda, e 25 moçambicanos da cidade de Maputo, durante os meses de janeiro a junho de 2013.

É notória a dificuldade enfrentada por pesquisadores de formas de tratamento para captar usos linguísticos reais, pois, ao se realizar uma entrevista sociolinguística típica, os tratamentos entre entrevistador e entrevistado se repetem e não são produzidos em abundância pelos interlocutores, uma vez que os papéis sociais e os níveis de formalidade tendem a permanecer estáveis durante o período da gravação. Sendo assim, optou-se pelo emprego de um método bastante utilizado nos anos 1980, que consistia no

emprego de fotografias como recurso motivador de interação<sup>5</sup>. Dessa forma, 20 imagens de pessoas foram apresentadas aos informantes dos dois países. Em um primeiro momento, fornecia-se a instrução ao informante de que todas as pessoas fotografadas eram para ele desconhecidas e que as encontraria na rua, em estabelecimentos comerciais ou instituições públicas. A proposta feita aos entrevistados era que a pesquisadora indicaria, para cada imagem, uma instrução específica contendo um pedido acerca de endereço, referência acerca de uma pessoa que se está procurando, o preço de determinado produto etc. Tendo compreendido a instrução, o informante estabelecia um diálogo com a pessoa da fotografia.

Em geral, a grande maioria dos informantes compreendia prontamente a proposta da entrevista e produzia naturalmente diversas formas de tratamento. Em determinados momentos, a pesquisadora intervinha pedindo para que o informante justificasse algum uso que causasse dúvida ou propunha outra situação a fim de confirmar a estratégia de endereçamento por ele empregada.

### FTNs familiares para desconhecidos



Figura 1. Perfil da amostra moçambicana<sup>6</sup>

Ao ser apresentada a Figura 1 a um informante moçambicano, ele simulou o seguinte diálogo:

- (05) “Eu diria: boa tarde, *mãe*. Quanto custa este molho, este molho de tomate? Então, ela ia, ela ia dizer o preço do tomate. Então, se pudesse comprar eu iria comprar. Exato. Por que chamaria de mãe? É, por uma coisa muito simples. Eu gosto da minha mãe. *Então, para todas as pessoas que têm a idade, poderia não ser velho, mas que eu vejo e, e, e, e percebo que ela é mãe, então, eu tenho esse tratamento também. Mas não seria minha mãe. Mas talvez aquelas pessoas mais velhas que têm a idade da minha mãe, né*<sup>7</sup>. Exato. Costumo chamá-las de mãe.” (MO, Homem, 24 anos, Curso técnico de Hotelaria e turismo – em andamento, pintor de residências, tonga)

De modo geral, os informantes moçambicanos e angolanos justificaram-se de forma bastante semelhante quanto às motivações que os levam a abordar desconhecidos por meio dos tratamentos familiares. Nesse sentido, uma razão que se destaca é que, ao

<sup>5</sup> Para mais informações sobre a metodologia que utiliza imagens para o estudo das formas de tratamento, cf.: BALSALOBRE, S. R. G. Fotografias como estratégia metodológica: perscrutando formas de tratamento pronominais brasileiras, moçambicanas e angolanas. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 1 (1), p. 132-148, jan./jun. 2015.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://olhosdeleoa.blogspot.com/2009\\_07\\_01\\_archive.html](http://olhosdeleoa.blogspot.com/2009_07_01_archive.html)>. Acesso em: 11 fev. 2013.

<sup>7</sup> Grifos meus.

abordar alguém por meio do emprego de “mãe”, por exemplo, atribuem-se o mesmo respeito e carinho que se atribuiria a sua própria mãe à pessoa interpelada.

Esses depoimentos dos informantes que contêm justificativas para o emprego cotidiano de FTNs familiares para pessoas que não pertencem legitimamente à sua família, corrobora com a proposição de Radcliffe-Brown (1974), segundo a qual, para se compreender mais profundamente as relações parentais que se estabelecem em dada comunidade, é preciso considerar elementos de naturezas distintas. Nesse sentido, o autor afirma que há elementos afetivos – ou seja, relações tipicamente sentimentais – permeando determinadas relações. “Assim podemos dizer que na generalidade das sociedades humanas uma forte afeição mútua é a característica normal da relação entre mãe e filho, ou pode existir em determinada sociedade uma atitude emocional normal ou típica do filho em relação ao seu pai” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p. 23).

Alguns informantes – tanto moçambicanos quanto angolanos – simularam uma situação de interlocução completa, ou seja, produziram um diálogo em que aparecia a FTN que dirigiriam a um determinado perfil e a resposta hipotética que receberiam dessa pessoa. Alguns desses casos serão aqui reproduzidos a fim de que se observe a forma como se estabelecem as interações nessas duas sociedades – ainda que não se trate de diálogos autênticos, nessa pesquisa leva-se em consideração o conhecimento de mundo desses informantes:

- (06) “Depois chego lá, atravesso e pergunto: desculpa lá, este chapa pra onde é que vai? Né? A gente saúda, dependendo da hora: bom dia, este chapa vai pra onde? Ah, vai pra Elisa, vai pra Chalé, vai pra Catembe, vai pra Ponta D’Ouro, vai pra Bela Vista. Então, qual é que posso apanhar? Apanha ali aquele. Pronto, é naquele que eu vou.  
(Pronto. Então, pra ela seria essa pergunta, né?)  
Sim, sim. E ela, ó, ela como tá aqui na ponte, ela diria assim: *minha filha*, atravessa, lá tem chapas pra todo lado, não é? *Minha filha*, este chapa vai pra não sei onde. Eu não me preocupo com isso. E eu também não, não me preocupo em dizer: obrigada, *mãe*.” (MO, mulher, 43 anos, Ensino Secundário Incompleto, dona de casa, rhonga)
- (07) “Não estou numa zona, numa zona, urbanização. Então, quer dizer, na cidade. Então, quando eu for tratar com ele, também vou-lhe tratar com muito mais respeito. Com muito mais costume. E vou chegar lá: ah, *pai*, boa tarde, boa noite. Ah, boa tarde, *minha filha*. Sempre a resposta vai ser essa. [...] Quando tu vais e tratas ele como pai, ele automaticamente já vai te tratar: ah, boa tarde, *minha filha*. Ai, como está? Tá tudo bem? Ai, então, e aqui a zona? Eh pá, vai reclamar. Normalmente nas zonas rurais tu tens de dar muito mais conversa.  
(Ah é?)  
Porque eles gostam. Ah, então, como está? Ah, seca. Ih, a chuva. Ah, não tivemos muito milho este ano. Ah, mas não se preocupa, *pai*, vai ficar tudo bem. Ah, sim, sim, vão tá tudo bem. Mas as crianças em casa tá tudo bem? Ah, é, sim, mas eh pá, há fome, *minha filha*. Há fome. É? Hum, hum. Sabe, *pai*? Hum. Eu tô a procura da casa da dona Laurinda. Num tô a encontrar. Ah, dona Laurinda é ali ali ali. Ali? Sim. Aqui perto, aqui. Aqui perto aqui ou aqui perto lá? Aqui perto, aqui, aqui. Ah, ok. Ah, mas vamos, vou te acompanhar.” (MO, mulher, 27 anos, Ensino Superior em Ciências Políticas, Corretora de seguros)
- (08) “Ô *mano*. Elas às vezes chamam mesmo mano. *Mano*, peixe, queres comprar? Tá com... é até a forma de chamar às vezes, né. Umas chamam *mano*. Um termo que é muito... *papá*.  
(Papá?)  
*Papá*. E aí você vai. Quanto é? Ah, é (?). Ah não, é muito caro. Tá a ver? É mesmo assim. É muito caro, não. E você olha pra qualidade e começa a olhar nos outros porque geralmente elas não ficam isoladas.

Aí eu vou lá. (?) Tudo bem, *mamá*? Quanto é esse, quanto é isso? É X. Ê, mas abaixa mais um pouco. É caro. Ih, *papá*, eu também comprei caro.

(Isso.)

Ah, *mamá*, tás a vender caro pra mim. Um começa *papá*, outro *mamá*. *Papá, mamá*. E a coisa vai indo assim.” (AN, Homem, 56 anos, Graduou-se em Filosofia e Teologia no Seminário, gestor de serviços gerais de uma universidade, bakongo)

- (09) “Então, eu, eu chegaria... bom, ele eu diria que é avô. Pela idade, já com cabelo branco eu chegaria e assim: Boa tarde, *avô*. Sim, boa tarde, *minha filha*. Ah, eu estou à procura da Amélia. Por acaso, o *pai* conhece a casa dela? Sei que ela vive aqui nos arredores. Amélia? Ah, sim, Amélia fica lá. A casa é aquela mesmo.” (AN, Mulher, 23 anos, Curso superior em Economia – em andamento, bibliotecária, quimbundo)

Essas simulações de diálogos trazem à tona o fato de que, para se estabelecer o sistema de parentesco de uma dada comunidade, classificam-se todos os parentes de um indivíduo tomado com referencial e, a partir disso, “é possível formular certos princípios gerais quanto ao seu comportamento para com as pessoas pertencentes a diferentes gerações” (RADCLIFFE-BROWN, 1974, p. 42). Nesse sentido, quando os informantes afirmam saberem a forma como seriam correspondidos por seus interlocutores, isso se dá em função de terem introjetado esses princípios gerais, a que se refere Radcliffe-Brown, e que regem as situações interlocutivas. Além disso, Marie (1978) pontua que, para se estabelecer o sistema de denominações de uma dada cultura, é necessário considerar o fato de que as formas utilizadas para se dirigir ou se referir a alguém implicam uma “correlação ou uma reciprocidade; assim, pai implica filho e vice-versa” (MARIE, 1978, p. 54).

Conforme expresso, para além da questão do carinho e do respeito, outra justificativa muito produtiva oferecida pelos informantes – sobretudo por angolanos – para a utilização de tratamentos familiares para desconhecidos se refere a questões de identidade. A fim de expressar o sentimento de pertença cultural, os informantes se auto-afirmaram “angolanos”, “bakongos”, “umbundos”, “africanos”, “bantu” etc. por se reconhecerem como pertencentes ao mesmo contexto do que os perfis a eles apresentados. Essas questões de pertencimento identitário são assim expressas pelos informantes:

- (10) “Porque essa história de mãe, pai, tio, a gente traz do, do, do *nosso bairro*. Lá do bairro onde *nós* convivemos. Então, crescemos com aquilo”. (MO, mulher, 57 anos, Superior Incompleto, artesã, changana)
- (11) “(Por quê? Que que motiva?) O que que motiva, é, bom, na *nosssa cultura*, na *minha cultura*, na *cultura umbundo*, mesmo na *cultura bantu* de uma forma geral, portanto, os mais velhos ocupam um lugar de muita respeitabilidade no seio da comunidade. E, então, todo o indivíduo que aparente ter a idade de alguém que podia ser meu pai eu trato como um pai, como paizinho, como pai, papá, paizinho.” (AN, homem, 60 anos, Superior Completo, professor universitário, umbundo)
- (12) “Normalmente, *nós bakongo* temos nossa, temos a nossa particularidade de chegar até alguém, por exemplo, se for uma *mamá* como essa... essa *mamá*, pelo que ela vestiu, pelos panos que ela tá a usar, dá pra ver que ela é bakongo.  
(É sério?)  
Sim. Essa *mamá*, os panos que ela tá a usar, ela é bakongo. Então, ao chegar a uma bakongo, né, ao chegar a uma bakongo, eu não chamo tia. Se for senhora, eu tenho que chamar *mamá*, porque ela é como a minha mãe. Hum. Então, eu chego: *mamá*, quanto é que é? É *mamá* mesmo.” (AN, mulher, 30 anos, Curso Superior de Economia – em andamento, bibliotecária, bakongo)

Entretanto, em função de algumas reações dos entrevistados, ficou evidente que o uso de formas de tratamento familiares conta com algumas restrições, sobretudo de ordem identitária. Assim sendo, quando exposta à Figura 2, uma moçambicana produziu o seguinte diálogo:



**Figura 2. Perfil da amostra moçambicana<sup>8</sup>**

- (13) “Eu ia dizer: boa tarde, *senhora*. Podia me dizer o preço do Omo, quanto é que tá?  
(Você chamou de *senhora*. No entanto, a gente percebe que ela tem os cabelos brancos, tudo. Vovó?)  
*Mas ela não é negra. Então, ela não ia gostar de vovó.*  
(Pra ela não cabe?)  
Não. Ela havia de dizer: eu não sou vovó. Não, ela não havia de gostar.  
(Pra ela só *senhora* pode ser ou teria outro?)  
*Senhora só. Eu não sei como é que eu haveria de me, de me dirigir a ela.*  
(Tá.) (?). *Senhora é a melhor maneira.*” (MO, mulher, 29 anos, Pós-graduação, gestora)

Essa avaliação dirigida ao perfil representado pela Figura 2 é compactuada pela maioria dos informantes moçambicanos. Assim sendo, dos 25 informantes, 11 optaram pela ausência de tratamento ao se dirigir a esse perfil<sup>9</sup>, 8 também se referiram ao perfil com o emprego de “*senhora*”, 4 optaram por “*avó/vovó*” e os outros 2 por formas como “*mãe/mamá*”. Dessa forma, os informantes associaram a esse perfil a referência a um elemento cultural exógeno e que, portanto, não seria possível estabelecer os mesmos vínculos identitários que se estabeleceria com pessoas associadas ao mesmo universo sócio-cultural.

Igualmente, a fim de se avaliar os valores sociais subjacentes às escolhas linguísticas, foram apresentados aos angolanos dois perfis sociais de profissões amplamente conhecidas no ambiente urbano de Luanda: a quitandeira (Figura 3) e a zungueira (Figura 4).

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/31150016@N04/3052963605/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

<sup>9</sup> A ausência de tratamento é compreendida como um recurso pragmático significativo.



Figura 3. Perfil da amostra angolana<sup>10</sup>



Figura 4. Perfil da amostra angolana<sup>11</sup>

Com um intuito comparativo, à quitandeira seguem os excertos 14 e 15 e à zungueira os excertos 16 e 17:

- (14) “Boa tarde, mãe, boa tarde. Mãe, quanto que, quanto é esse, quanto é que custa um monte de peixe? Ou cada peixe, quanto é que custa? E ela vai meter a falar quanto é... ela podes me dizer quanto custa, quanto é que custa quinhentos. Cada peixe é cem kwanzas. Tá, tá bom, mãe. Obrigado. Eu só quis saber o preço. O então, se quiser comprar também posso comprar. É por aí. Trato ela de mãe.” (AN, homem, 25 anos, Curso Técnico de Magistério – em andamento, atendente de mesa, bakongo)
- (15) “Boa tarde, mãe. Mãe, quero só saber quanto é que custa o, o preço do peixe. Aí depois da resposta dela: obrigado, mãezinha.” (AN, homem, 19 anos, Curso Superior em Direito – em andamento, bibliotecário)
- (16) “Dona, faz favor. Dona que tá com cesto na cabeça, faz favor. Quanto é que é a bandeja que tá no, que tá no, que tá aí no cesto? Não sei se isto é um tabuleiro ou o quê. Quanto é que é?” (AN, mulher, 46 anos, Ensino Fundamental Completo, arquivista, ngoia)

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://apresentandoomundo.blogspot.com/2008/08/angola.html>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://asminhasimbambas.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

- (17) “Chama dona. *Dona*, faz favor. Quanto que é o tabuleiro? Quanto é que tá a vender o tabuleiro, *dona*? É dona do negócio, né.” (AN, mulher, 28 anos, Curso Superior em Gestão – em andamento, Secretária)

Ao se considerar inicialmente a quitandeira (vendedora de peixe seco, na imagem em questão), dos 25 informantes que participaram da montagem do *corpus* angolano, 17 referiram tratar o perfil por FTNs como “mãe”, “mãezinha”, “mamãe”, “mamá”, 3 escolheram a forma “tia”, 3 privilegiaram “senhora”, 1 optou por “mana” e outro por “dona”, conforme revela o Gráfico 1. No que se refere ao outro perfil em análise, a zungueira (vendedora de tabuleiros/bandejas na imagem em questão), as FTNs escolhidas pelos informantes apresentaram uma diferença substancial em comparação com o perfil anterior: dos 25 informantes, 9 escolheram a forma “dona”, 3 favoreceram o uso de “senhora”, “tia” foi a opção de outros 3 informantes, 3 optaram por “moça”, 3 sentiram-se mais confortáveis com a ausência de FTN, 1 escolheu “amiga”, 1 “mana” e, apenas 2 utilizaram as formas “mãe” e “mamá”, conforme demonstra o Gráfico 2:

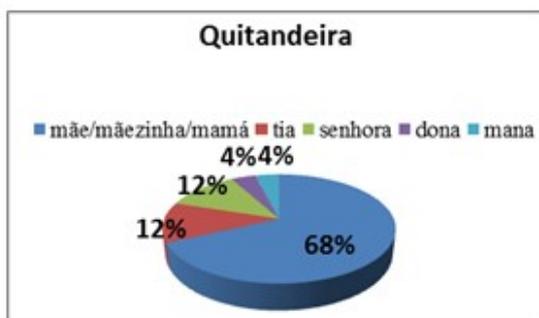


Gráfico 1. FTNs dirigidos à quitandeira



Gráfico 2. FTNs dirigidos à zungueira

Essa diferenciação de tratamentos associados à quitandeira e à zungueira – sendo que ao primeiro perfil foram favorecidos os tratamentos familiares – deve-se ao *status* atribuído a cada uma das profissões. A zungueira, por um lado, é uma profissional relativamente nova na cena urbana de Luanda, uma vez que representa a dificuldade econômica pós Guerra Civil. Nesse sentido, quem se dedica à zunga buscou essa atividade como tentativa de sobrevivência em um país com severas contradições socioeconômicas. Por outro lado, a atividade exercida pela quitandeira remete à tradição cultural angolana, uma vez que é uma profissão desempenhada por sucessivas gerações. Assim sendo, os informantes sentem-se identificados com a quitandeira, por associarem-na com a sua própria ancestralidade. Para expressarem essa pertença, usam FTNs familiares, em especial, “mãe”. Entretanto, a reação dos informantes acerca da zungueira – ainda que inconscientemente – é a de não expressar identificação, haja vista que ela é associada a um estatuto sem qualificação, ou seja, ao trabalho informal e ambulante. Em função disso, os informantes evitam chamá-la de “mãe” a fim de não quererem associá-la a sua própria mãe (evitam um tratamento carinhoso, portanto). Assim, as FTNs a ela dirigidas pertencem a um universo semântico mais genérico, exemplificado por “dona”. Essa diferenciação pode ser constatada por meio do seguinte depoimento de um informante angolano de 26 anos:

- (18) “Exatamente da forma como eu tratei a vendedora de peixe, mas elas têm uma diferença significativa. Eu já não chegaria mãezinha. Eu ia usar dona, por exemplo. (Ah é?)

Boa tarde, dona. Desculpe, poderia dizer quanto é que custa o tabuleiro?” (AN, Homem, 26 anos, Curso Superior em Direito – em andamento, estudante, bakongo)

## Considerações finais

Assim sendo, de acordo com o que atesta Tereza Manjate (2010, p. 198-199), o comportamento linguístico afiniza-se com a organização comunitária, de forma que:

Os sentimentos de pertença de uma comunidade constroem os vínculos de solidariedade, de união e de identidade. O poder social tende a converter-se em outras forças estabilizadas e de coesão social se ajustadas ao meio e às condições reais – históricas, sociais e ecológicas – de materialização.

Contudo, apesar da existência desse sentimento de identificação social expresso por meio das escolhas das FTNs, ele não ocorreu em todas as situações interlocutivas entre os informantes que participaram dessa pesquisa e os perfis apresentados por meio de imagens fotográficas. Nesse sentido, é possível associar os usos de FTNs familiares a relações simbólicas e fictícias de parentesco, em função do indicativo de carinho e respeito e da expressão de identidade étnica e cultural.

Dessa forma, postula-se que as FTNs familiares expressam essa força intrínseca à organização social, justificando-se, portanto, a associação entre a perspectiva linguística das formas de tratamento e a antropológica das relações parentais. Assim, nas palavras de Radcliffe-Brown (1974, p. 95, grifo nosso):

Quase em toda a parte nas sociedades humanas *a primeira experiência que toda a pessoa tem da sociedade ocorre na família parental*, o grupo doméstico íntimo constituído por pai, mãe e os filhos. *Certas atitudes emocionais* desenvolvem-se neste grupo com suficiente força para serem pensadas como ‘naturais’ no sentido de serem parte da própria natureza humana.

Assim sendo, o sistema de formas de tratamento revela-se como expressivo meio de se observar a relação entre a língua e fatores sociais e históricos. Além disso, evidencia características marcantes das sociedades que utilizam a língua portuguesa como oficial e como veículo que transita por vastos contextos comunicativos da atualidade.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, A. L. ?De vos, de tu, de usted? Las formas de tratamientos entre los jóvenes guatemaltecos. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. dos S. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 411-422.

ADICHIE, C. N. *Americanah*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BALSALOBRE, S. R. G. Fotografias como estratégia metodológica: perscrutando formas de tratamento pronominais brasileiras, moçambicanas e angolanas. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 1 (1), p. 132-148, jan./jun. 2015.

CAUSSE-CATHCART, M. Mi vida, mi amor, mi corazón... formas de tratamento en el habla de la ciudad de Santiago de Cuba. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. dos S. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 61-78.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA (CEIC). *Relatório Social de Angola (RSA) 2012*. Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, 2013.

FIRMINO, G. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Texto editores: Maputo, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *III Recenseamento geral da população e habitação 2007: indicadores sócio-demográficos: Resultados definitivos – Maputo Cidade*. Maputo, 2010.

\_\_\_\_\_. *III Recenseamento geral da população e habitação 2007: indicadores sócio-demográficos: Resultados definitivos – Moçambique*. Maputo, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da população (IBEP)*. Relatório de tabelas. v. II. Luanda, 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Modelos de variação intraculturais e interculturais: as formas de tratamento nominais em francês. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. dos S. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 19-46.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. A ideologia bipartida dos ameríndios. In: LÉVI-STRAUSS, C. *A história de lince*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LOPES, C. R. dos S.; RUMEU, M. C. de Brito. MARCOTULIO, L. L. O tratamento em bilhetes amorosos no início do século XX: do condicionamento estrutural ao sociopragmático. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. dos S. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 321-354.

MANJATE, T. M. A. *A representação do poder nos provérbios tsonga*. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Românica) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

MARIE, A. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais: parentesco e filiação. In: \_\_\_\_\_. *Os Domínios do Parentesco* (filiação, aliança matrimonial, residência). Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 2), 1978.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. O estudo dos sistemas de parentesco. In: LARAIA, R. de B. *Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, D. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Tradução de Teresa Brandão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

SILVA, L. A. da. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, D. (Org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008.

\_\_\_\_\_. *O senhor y você*. Formas de tratamento, cortesia y diversidad cultural en portugués. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. dos S. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 307-320.

TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

**Recebido em:** 14/08/2016

**Aprovado em:** 01/08/2017

# Construção depacientiva em georgiano

**Priscila Lima Pirini**

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil  
priscila.pirini@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1515>

## Resumo

Este artigo visa analisar e discutir as construções que chamamos de depacientivas no georgiano (língua sul caucasiana), de forma a contrastá-las com construções circundantes na língua, isto é, construções mais canônicas ou que possuem semelhanças em termos semânticos ou de forma. Argumenta-se, ainda, que as construções depacientivas constituem um fenômeno de voz, isto é, uma forma distinta de se conceitualizar eventos. Como fundamentação teórica, será utilizada a Gramática Cognitiva de Langacker (2008).

**Palavras-chave:** georgiano; construção depacientiva; Gramática Cognitiva.

## Depatientive construction in Georgian

### Abstract

This paper aims to analyze and discuss what we call depatientive constructions in Georgian (South Caucasian language); in order to contrast them with other related constructions in the language, i.e., more canonical constructions or those related by semantic or formal means. It is also argued that the depatientive construction is a voice phenomenon, i.e., a distinct way of conceptualizing events. The analysis presented here is based on the theoretical framework known as Cognitive Grammar (LANGACKER, 2008).

**Keywords:** Georgian; depatientive construction; Cognitive Grammar.

## Introdução

Iniciaremos a argumentação introduzindo os conceitos de construção depacientiva, voz gramatical e *construal* no quadro teórico utilizado, a Gramática Cognitiva de Langacker. Em seguida, daremos início à discussão que visará caracterizar a construção depacientiva. Para isso, começaremos discutindo sua relação com as construções circundantes, como a construção transitiva, passiva e com alguns dos significados da voz média.

Neste texto, os dados utilizados do georgiano, em que a presente análise foi baseada, foram retirados dos autores estudados e referidos ao longo do texto.

## A construção depacientiva

Segundo Tuite (2002), os verbos chamados de *depoentes* em georgiano são aqueles que, de um ponto de vista morfológico, comportam-se como verbos regulares passivos, mas que, de um ponto de vista semântico, possuem uma interpretação ativa. Os verbos depoentes pertenceriam, assim, aos chamados verbos passivos prefixais, que são aqueles formados ou derivados a partir da vogal pré-radical *-i-* em adição ao sufixo temático *-eb-*. No entanto, não possuem uma semântica passiva típica de verbos passivos

da mesma classe, como é esperado, comportando-se, semanticamente, como verbos ativos, isto é, o sujeito não é paciente, mas sim agente da ação.

Observe os exemplos em (01) e (02) a seguir. Em ambos, há a ausência do objeto direto – o exemplo (01) ilustra a agramaticalidade de se adicionar à estrutura um objeto direto ‘*mtavroba*’. Estruturalmente, são verbos de morfologia passiva; note a presença da vogal pré-radical *-i-* e do sufixo temático *-eb*.

(01)      *is*                              *i-gin-eb-a*                              (\**mtavroba-s*)  
             3sg-nom                              vpr-xingar-st-3sg.nom                              governo-dat  
             ‘Ele fica xingando, está ocupado em xingar (\*o governo).’ (AMIRIDZE, 2006)

(02)      *chvil-i*                              *i-k’bin-eb-a*  
             criança-nom                              vpr-morder-st-3sg.nom  
             ‘A criança morde.’ (AMIRIDZE, 2006)

Em comparação à construção ativa ou mesmo passiva, construções como essa geram uma mudança de foco para a ação em si e sua relação com o sujeito, de modo a chamar a atenção para o comportamento do próprio sujeito (cf. TUIITE, 2007). Lichtenberk (2007), que descreveu construção similar em *to’aba’ita* (uma língua austronésia), chamou esse tipo de construção de *depacientiva*, termo que optamos manter neste texto para nos referirmos à construção descrita acima e ilustrada em (01) e (02).

Em (03) e (04), é possível contrastar as construções acima com seus correspondentes ativos; atente para a presença do objeto direto e da morfologia distinta:

(03)      *is*                              *a-gin-eb-s*                              *mtavroba-s*  
             3sg-nom                              vpr-xingar-st-3sg.nom                              governo-dat  
             ‘Ele xinga o governo.’ (AMIRIDZE, 2006)

(04)      *chvil-i*                              *m-k’en-s*  
             criança-nom                              1sg.dat-morder.3sg.nom  
             ‘A criança me morde.’

## Voz gramatical

A variedade observada nos fenômenos de voz encontrados nas línguas reflete a multiplicidade de estratégias que podem ser exploradas e usadas pelos falantes na conceitualização de eventos.

Woods (2008, p. 7, tradução nossa<sup>1</sup>), em seu livro sobre os prefixos de conjugação do sumério, descreve voz gramatical e sua relação com os prefixos sumérios nos seguintes termos:

---

<sup>1</sup> Broadly described, grammatical voice systems provide speakers with a series of linguistic options for expressing distinct conceptualizations of experience and reality. This is precisely the role played by the Sumerian conjugation prefixes: providing the Sumerian speaker with the linguistic means to express alternative perspectives on events.

Descritos de forma geral, os sistemas de voz gramatical proporcionam aos falantes uma série de opções linguísticas para expressar conceitualizações distintas de sua experiência e realidade. Esse é precisamente o papel desempenhado pelos prefixos de conjugação sumérios: proporcionam ao falante sumério os meios linguísticos para expressar perspectivas alternativas dos eventos.

Compartilhando essa visão, acredita-se que a construção que temos chamado aqui de depacientiva constitui, particularmente, uma estratégia de voz, isto é, uma maneira de expressar uma conceitualização distinta dos eventos. Por essa perspectiva, a vogal pré-radical *-i-* – *a priori*, apropriada de outras construções na língua – de forma semelhante aos prefixos do sumério, estaria servindo para codificar ou marcar linguisticamente a distinção em significação.

Antes de adentrarmos nessa discussão – a construção depacientiva e sua relação com a noção de voz gramatical como maneira de se conceitualizar eventos de formas alternativas e, assim sendo, sua relação com construções circundantes também envolvendo voz –, serão apresentados alguns conceitos provenientes da Gramática Cognitiva (doravante CG) que serão relevantes para a discussão.

### ***Construal* na Gramática Cognitiva de Langacker**

Nesta seção, será introduzida a noção de *construal* da Gramática Cognitiva de Langacker, dada sua importância na caracterização do contraste oferecido por esses conjuntos de diferentes construções.

*Construal* é nossa habilidade de construir uma mesma situação de modos distintos. Duas expressões podem evocar o mesmo conteúdo conceitual, porém diferir em como esse conteúdo conceitual é construído. Dessa forma, não basta descrever o significado de uma expressão com base apenas no seu conteúdo conceitual; o modo como esse conteúdo é construído é fundamental para sua caracterização plena.

Uma dimensão de *construal* que particularmente nos interessa é a de proeminência ou saliência. A noção, na CG, envolve nossa habilidade cognitiva de dirigir ou focar a atenção em diferentes elementos ou aspectos de uma situação. Dois tipos de proeminência são de interesse para a descrição das classes marginais sob foco, *profiling* e alinhamento de trajetora e marco.

Em relações de *profiling*, perfil, é a estrutura ou referente que uma expressão designa dentro de sua base conceitual, isto é, o conteúdo evocado. O perfil, dessa forma, é a estrutura mais saliente em referência à base, isto é, o elemento ao qual se dirige ou no qual se foca a atenção. Por essa razão, uma expressão pode evocar o mesmo conteúdo e diferir apenas naquilo que é perfilado.

Há expressões, no entanto, em que tanto o conteúdo, ou base conceitual, quanto o perfil são idênticos, nesses casos, a diferença semântica entre essas expressões reside em alinhamentos de trajetora e marco distintos. Na CG, classes gramaticais como verbo e substantivo são definidas semanticamente, assim, um verbo, em contraste com um substantivo, é definido como aquele que perfila uma relação. Alinhamento de trajetora e marco é o tipo de assimetria, em termos de proeminência, que se observa entre os participantes de uma relação perfilada por um verbo. O participante focal primário, o mais

saliente e sobre o qual se fala ou descreve, é chamado de trajetor. O participante focal secundário, quando presente, é chamado de marco.

## Discussão

Para caracterizarmos a construção depacientiva como uma forma alternativa de se construir eventos, começaremos a análise discutindo sua relação com construções circundantes, como a construção transitiva, passiva e com alguns dos significados da voz média.

Em comparação com a construção passiva em georgiano, formada, como mencionado, pela vogal pré-radical *-i-*, a construção ativa na língua pode ser considerada como a menos marcada. Por essa perspectiva, relativamente à construção ativa, a vogal pré-radical *-i-* estaria marcando, linguisticamente, uma alternativa distinta de codificação do evento.

A construção ativa ou voz ativa é aquela que seleciona o agente como o mais proeminente em uma interação entre agente e paciente, em que o evento é visto como uma cadeia de ação, envolvendo transmissão de energia entre agente e paciente de forma que este último sofre os efeitos da mudança induzida pelo agente. O agente, portanto, seria o ponto inicial de acesso mental do evento.

Essa estratégia de se conceitualizar o evento pode ser observada nos exemplos (03) e (04) com os verbos ‘xingar’ e ‘morder’; ambos envolvem a conceitualização de uma cadeia de ação em que há transmissão de energia entre agente e paciente, o agente é a fonte de energia dessa cadeia de ação e o primeiro elemento a ser acessado, constituindo o foco primário, nos exemplos, os nominais no nominativo ‘ele’ e ‘criança’. O paciente – nos exemplos, os nominais no dativo ‘governo’ e ‘me’ –, por sua vez, sofre a mudança imposta pelo agente, ainda que metafórica.

A Figura 1 ilustra o diagrama da construção transitiva. Observe que todo o processo é perfilado, do ponto inicial, o agente e foco primário (trajetor), ao fim, o paciente e foco secundário (marco).



Figura 1. Construção transitiva ativa (LANGACKER, 2008, p. 385)

Relativamente a essa codificação canônica, a construção passiva se destaca por oferecer um *construal* distinto do mesmo evento. Na construção passiva, o tema é escolhido como foco primário ou trajetor do processo. O agente do processo e fonte de energia é apenas uma entidade implícita ou pressuposta, podendo não ser codificado ou ser codificado perifrásticamente por meio de uma posposição.

Um exemplo de construção passiva no georgiano com a vogal pré-radical *-i-* pode ser observado em (05). Nesse exemplo, em particular, o verbo passivo em *-eb* está em sua forma relativa, isto é, na presença de um objeto indireto no dativo *kal-s* ‘mulher’, a vogal pré-radical *-i-* nesse verbo foi substituída pela vogal pré-radical *-e-* que marca a presença do argumento extra. De qualquer forma, a sentença exemplifica uma construção passiva típica na língua, em que o foco primário é deslocado para o tema *pul-i* ‘dinheiro’,

omitindo-se o agente da ação do processo perfilado, ou seja, aquele que dá o dinheiro, a fonte de energia.

- (05) kal-s pul-i e-dzlev-a  
mulher-dat dinheiro-nom vpr-dar-3sg.nom  
'Dinheiro está sendo entregue à mulher.' (TUIITE, 2007)

A Figura 2 representa o diagrama da construção passiva, em que apenas o tema recebe *status* de participante focado, constituindo o foco primário.

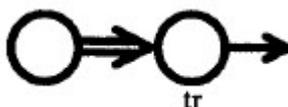


Figura 2. Construção passiva (LANGACKER, 2008, p. 385)

Em contraste a essas duas vozes gramaticais, a função da voz média, segundo Maldonado (2007), estaria em focar no próprio domínio do sujeito, isto é, denotaria eventos ou estados pertencentes à própria esfera do sujeito. Mais especificamente, para o autor:

A função central da voz média é focar na mudança de estado sofrida pelo sujeito (Maldonado, 1992, 1999). Em outras palavras, já que a marca de voz média impõe uma conceitualização centrada no sujeito, crucialmente acaba perfilando a mudança de estado observável. (MALDONADO, 2007, p. 856, tradução nossa<sup>2</sup>).

Dentre os eventos prototípicos associados à voz média, estão os 'tipos de situação' identificados por Kemmer (1994) como aqueles usualmente marcados pela construção média, por exemplo: eventos de cuidados corporais, envolvendo elementos dentro do domínio do sujeito, tais como partes do corpo e posse inalienável; eventos de mudança de postura corporal do sujeito e mudança de lugar, acarretando alguma transmissão de energia interna; eventos envolvendo mudanças internas, mentais ou emocionais; etc. (MALDONADO, 2007).

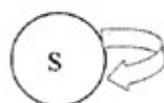
Nessas situações típicas da voz média, os efeitos da ação denotada pelo verbo recaem, de um modo ou de outro, sobre o próprio sujeito ou sobre seu domínio, por essa razão, o evento gira em torno daquele único participante. Como observa Maldonado (2007), a construção média frequentemente se sobrepõe às construções intransitivas, já que ambas envolveriam um participante. Esse dado é particularmente interessante se pensarmos que, no georgiano e em outras línguas (por exemplo, to'aba'ita e russo), a mesma marca morfológica parece codificar construções associadas à intransitividade, como construções passivas, médias e depacientivas. Em georgiano, notoriamente, essa marca é a vogal pré-radical *-i-*.

Devido ao foco, na construção média, recair em seu único participante, haveria um maior grau de não distinguibilidade, ou não diferenciação, entre participantes, isto é, entre sujeito e objeto afetado. Por essa razão, Kemmer (1994) posiciona a voz média entre

<sup>2</sup> [The middle voice] core function is to focus on the change-of-state undergone by the subject (Maldonado 1992, 1999). In other words, since the middle marker imposes a conceptualization centered on the subject, it crucially profiles the observable change-of-state. (MALDONADO, 2007, p. 856).

eventos de dois participantes e de um participante, havendo uma diminuição gradual de distinção de participantes entre um ponto (dois participantes) a outro (um participante). Nesse aspecto, a construção reflexiva contrastaria com a construção média, já que, ao contrário da construção média em que não há diferenciação de participantes, o sentido reflexivo implicaria correferencialidade entre sujeito e objeto, isto é, um único participante ocuparia os papéis de trajetor e marco (LANGACKER, 2008; MALDONADO, 2007).

O diagrama da Figura 3 representa a construção média, envolvendo um evento que ocorre dentro do domínio do próprio sujeito:



**Figura 3. Construção média (MALDONADO, 2007)**

Em georgiano, embora não haja uma construção específica que marque os significados usualmente associados à voz média, é interessante observarmos aqui algumas similaridades, já notadas na literatura da língua, entre os significados da voz média e, em específico, a versão subjetiva (marcada pela vogal pré-radical *-i-*).

Tuite (2007) aponta algumas semelhanças entre a descrição da semântica frequentemente atribuída à voz média àquela da versão subjetiva, por exemplo, denotar eventos que acontecem em benefício do sujeito ou de sua posse. Em particular, alguns grupos de verbos – destacados pelo autor e formados pela vogal pré-radical *-i-* ou, mais especificamente, pela versão subjetiva – corresponderiam a alguns dos significados relacionados à construção média<sup>3</sup>.

Dentre eles, estão certos verbos ativos que teriam a versão subjetiva como formação não marcada, isto é, não teriam formas correspondentes com a versão neutra ou objetiva. Segundo Tuite (2007), esses verbos teriam uma semântica consistente, em que a ação denotada pelo verbo seria orientada para o sujeito, a maior parte aglomerando-se ao redor das situações de tipo descritas por Kemmer (1994) como ‘média indireta’, por exemplo, o verbo *v-i-dzen* ‘eu procuro, obtenho’ e ‘média cognitiva’, por exemplo, o verbo *ga-v-i-geb* ‘eu entenderei’ (TUIITE, 2007).

Outros verbos seriam certos verbos ativos com a versão subjetiva, por exemplo, *v-i-p'ars-av* ‘eu me barbeio’ correspondendo à situação de tipo de Kemmer (1994) referente a cuidados corporais; e uma parte considerável de verbos tradicionalmente classificados como de Classe III (intransitivos agentivos), por exemplo, *v-xt'una-ob* ‘eu pulo para cima e para baixo’ (fut: *v-i-xt'unav-eb*) correspondendo à situação de tipo de ‘movimento translacional’ de Kemmer e *v-c'k'mut'un-eb* ‘eu choramingo’ (fut: *v-i-c'k'mut'un-eb*), correspondendo à situação de ‘ações de fala emotiva’ (TUIITE, 2007).

No georgiano moderno, a vogal pré-radical *-i-* apenas está presente nas formas do futuro e do aoristo de verbos intransitivos agentivos. Seu aparecimento, nesses tempos, é um desenvolvimento posterior a partir de empréstimo de outros paradigmas verbais téllicos, o que parece também ter motivado a maior sobreposição da versão subjetiva nesses grupos de verbos com a voz média (TUIITE, 2007).

<sup>3</sup> Tuite (2007) atenta, por exemplo, para a similaridade semântica entre o verbo ativo com versão subjetiva *i-xsn-i-s* ‘soltar, desatar’ e o verbo na voz média do grego *λύε-ται* ‘soltar, desatar para si mesmo’.

Diante dessas considerações, é possível perceber que, ainda que o georgiano não possua uma construção específica para marcar a voz média, há correlações e similaridades entre os significados usualmente atribuídos à voz média e o uso da vogal pré-radical *-i-*. Mais notavelmente, o ponto a ser argumentado a seguir é que a mesma marca em georgiano, associada aos significados da voz média, venha a marcar também a construção depacientiva sob foco.

Essa correlação entre a marcação das duas construções não é exclusiva do georgiano. Na língua to'aba'ita, a mesma marca encontrada na construção depacientiva também é observada em construções com significados atribuídos à voz média. Mais do que mera coincidência, acreditamos que a correlação em marcação entre as duas construções se dá por certas similaridades conceituais entre os diferentes *construals* por elas codificados.

As construções ativas transitivas em (03) e (04) que, nos termos da CG, codificam o modelo de evento canônico – isto é, uma interação entre agente e paciente, em que o primeiro induz uma mudança de estado no segundo –, se tomadas como a construção não marcada relativamente, por exemplo, à construção passiva, podem ser consideradas a base para a derivação também de construções como a depacientiva, mais marcada. Isso tanto em termos de significado, já que, acredita-se, constitui uma alternativa de se conceitualizar esse evento canônico, quanto em termos de forma, isto é, no uso da vogal pré-radical *-i-*.

Nos exemplos de construções depacientivas com verbos de base transitiva, fornecidos em (01) e (02), há o apagamento do paciente relativamente à construção equivalente transitiva. Observe que tanto em (01) quanto (02) – em contraste com (03) e (04) respectivamente – o tema, constituindo o foco secundário, o marco, é apagado: a entidade à qual é dirigido o xingamento em (01), e quem ou o que é mordido em (02).

O resultado são eventos de um argumento que, sendo o único participante focado, passa, conseqüentemente, a receber proeminência máxima, isto é, é o foco primário, o trajetor. Como ressalta Langacker (2008), a própria ausência de um argumento já resulta em uma maior saliência do participante restante, visto que se anula a competição entre participantes.

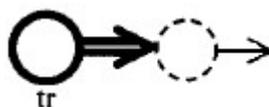
Mesmo em verbos normalmente usados intransitivamente como *i-cingl-eb-i* ‘choramingar’, *i-q'ep-eb-a* ‘latir’, *i-p'ranch-eb-a* ‘fazer pose/grança’, o efeito ou resultado do seu uso na construção depacientiva é o mesmo de verbos de base transitiva. O único participante recebe proeminência máxima, denotando um evento muito mais marcado semanticamente do que o correspondente intransitivo ativo, semanticamente menos marcado (cf. *a-purtx-eb-s* ‘cuspir’, *q'ep-s* ‘latir’ e *p'ranch'-av-s* ‘fazer graça, flertar’) (TUIITE, 2002).

Como consequência, a construção depacientiva, em todos esses exemplos, tem como efeito, em contraste com a construção ativa, deslocar o foco para os contornos da ação denotada pelo verbo e para o sujeito como agente daquela ação. Essa mudança de foco acarreta eventos semanticamente mais marcados, isto é, há uma maior caracterização desse evento em termos de sua aparência ou impressão causada nos outros, ou seja, tal como é percebido pelo observador, sendo orações usualmente proferidas na segunda e terceira pessoas.

Por essa razão, essas construções não raramente apontam para o comportamento inapropriado, desagradável ou inconveniente do sujeito, ocasionando uma impressão negativa por parte do observador. Ademais, frequentemente enfatizam a natureza repetitiva ou habitual de certas ações, às vezes, como ações características do sujeito – por exemplo, os verbos depacientivos *i-coxn-eb-a* ‘mastigar’, *i-k’bin-eb-a* ‘morder’ e *i-q’ep-eb-a* ‘latir’, denotando eventos de natureza repetitiva ou que são característicos daquele sujeito, isto é, como possuidor aquela propriedade (TUIITE, 2002).

Devido ao foco estar na natureza da ação e no próprio agente que a pratica, os eventos comumente denotados nessas construções referem-se, segundo Tuite (2002), a comportamentos que chamam a atenção do observador por sua aparência ou conveniência, abarcando verbos que expressam ações comportamentais como comer (e.g., *i-coxn-eb-a* ‘mastigar’), olhar (*i-ch’qit’-eb-a* ‘olhar estupefato’), contato corporal (*i-k’bin-eb-a* ‘morder’), expressões faciais (*i-ghmich’-eb-a* ‘contorcer a face em desagrado’), atitudes ou comportamentos (*i-p’ranch’-eb-a* ‘fazer graça, flertar’), atos de fala (*i-landzgh-eb-a* ‘insultar’), etc. (TUIITE, 2002).

Devido a essa saliência atribuída ao agente, ele constituiria o ponto de início de acesso mental, tanto do ponto de vista de proeminência, como trajetor, quanto da orientação, considerando o fluxo de energia numa cadeia de ação, como agente. Da mesma forma, na construção ativa, o evento é evocado como uma cadeia de ação, envolvendo transmissão de energia entre agente e um tema. No entanto, diferentemente da construção ativa que perfila todo o evento, de seu início da cadeia de ação (o agente) ao seu resultado (o processo temático), a construção depacientiva evoca o processo temático apenas de forma esquemática (observe a Figura 4), não constituindo um participante focado, isto é, não é codificado linguisticamente. Na construção depacientiva, apenas o início da cadeia de ação é perfilado e codificado, ou seja, o agente e a ação por ele praticada.



**Figura 4. Construção depacientiva**

Desse modo, acredita-se que a construção depacientiva constitui uma alternativa de conceitualização de eventos relativamente à construção ativa, sendo marcada linguisticamente pela vogal pré-radical *-i-*. Argumenta-se, no entanto, que a apropriação da vogal pré-radical *-i-* para marcar a construção depacientiva constitui não somente uma forma de os falantes utilizarem os próprios recursos oferecidos pela língua para atribuir novas significações, mas também uma aproximação aos sentidos associados ou marcados pela vogal pré-radical *-i-*, dentre eles, aqueles associados à voz média, as duas, possivelmente, sendo extensões da versão subjetiva em georgiano.

Pela exposição que fizemos dos sentidos atribuídos tanto à construção depacientiva quanto aos da voz média, é possível traçar algumas similaridades semânticas entre as duas construções, argumentando-se que, assim como a construção média, a construção depacientiva também envolve certo foco no domínio do sujeito.

Como foi visto, na construção média, a ação permanece dentro da própria esfera do sujeito, isto é, é dirigida a ele e não a outro participante, afetando o sujeito ou seus interesses. Na construção depacientiva, ainda que a ação não se volte ou afete o sujeito,

é, às vezes, uma ação característica daquele indivíduo, como a denotar uma propriedade do agente. Esse significado, ainda que não constitua uma ação que afete ou se volte ao sujeito, parece, em menor grau, estar dentro do domínio do sujeito, tornando, por esse motivo, a codificação do tema irrelevante ou genérica, isto é, sendo evocado apenas de forma esquemática. Daí, portanto, surge a semelhança, tanto no que se refere à conceitualização de eventos que evocam, quanto no que diz respeito à formação, nesse caso, a vogal pré-radical *-i-*.

Em termos de formação de um *continuum* de construções, de um lado, haveria a construção transitiva ativa com dois participantes, perfilando toda a cadeia de ação, isto é, a interação entre agente e paciente, do outro, haveria a construção média que envolve apenas um participante, focando no domínio do sujeito, a ação referindo-se ou o afetando de certa forma. No meio dessas duas construções, surge a construção depacientiva que, embora evoque conceitualmente toda a cadeia de ação, apenas um participante é focado, o agente, o processo temático sendo evocado apenas esquematicamente, isto é, a construção depacientiva perfilaria somente o agente como fonte de energia e a ação por ele desencadeada.

Por esse lado, a construção depacientiva se aproximaria da construção ativa ao evocar, ainda que esquematicamente, toda a cadeia de ação. Por outro, se aproximaria de uma construção média, com um participante e focando no domínio do sujeito, característica esta que acreditamos, ainda que de forma mais branda, também está presente na significação da construção depacientiva.

Argumenta-se ainda que as duas construções em georgiano, média (ou os sentidos associados a ela) e depacientiva, constituem possivelmente extensões dos sentidos associados à vogal pré-radical *-i-*, principalmente, em relação ao seu sentido como versão subjetiva em georgiano.

Com base na CG, considera-se que lexemas verbais são aprendidos no contexto das construções que aparecem e vice-versa, isto é, por meio de arraigamento e convencionalização do uso de um lexema verbal em determinada construção, é possível dizer que o verbo possui o sentido associado àquela construção. Ou seja, o significado associado à construção passa a fazer parte do *network* de construções, ou sentidos, associadas ao lexema verbal.<sup>4</sup>

Assim como um lexema verbal, um item dito gramatical, como as vogais pré-radiciais, também é aprendido no contexto das construções em que convencionalmente aparece. O significado daquela construção passa a fazer parte do *network* de sentidos associados àquele morfema ou item gramatical. É importante salientar que, na CG, léxico e gramática formam um *continuum*, diferindo apenas em termos de complexidade simbólica.

Dessa forma, a descrição de uma unidade linguística, como a vogal pré-radical *-i-*, depende da descrição do conjunto de *frames* estruturais em que convencionalmente aparece uma dimensão de sua complexidade sendo, portanto, sua ocorrência em contextos

---

<sup>4</sup> Na CG, unidades linguísticas convencionais são rotinas cognitivas arraigadas, convencionais à medida que são padrões linguísticos estabelecidos em dada comunidade linguística, e arraigadas, dada a frequência em que são usadas, isto é, quanto mais frequentemente forem usadas ou expostas ao falante, maior o grau de arraigamento dessas unidades.

estruturais maiores. Nas palavras de Langacker (2008, p. 241, tradução nossa<sup>5</sup>) “até certo ponto, o significado do lexema é moldado pelos *frames* em que ocorre”. Ademais, como Gurevich (2006) ressalta, o sentido de uma vogal pré-radical somente pode ser definido dentro de contextos morfossintáticos maiores, nos termos da CG, no contexto das construções em que aparece.

Por essa perspectiva, através de arraigamento e convencionalização, os significados associados a construções em que a vogal pré-radical *-i-* aparece – como, dentre outras, a construção passiva – tem seu uso como versão subjetiva. Como acreditamos, a construção depacientiva e as construções com sentidos associados à voz média fazem parte do *network* de sentidos associados à vogal pré-radical *-i-*, cada qual a formar, portanto, esquemas abstraídos de similaridades apreendidas entre diferentes instâncias.

Supõe-se, em particular, que as construções com sentidos associados à voz média e construções depacientivas marcadas pela vogal pré-radical *-i-* sejam, possivelmente, extensões do já bastante arraigado e produtivo esquema construcional de seu uso como versão subjetiva, partindo-se de similaridades semânticas entre as construções e a formar construções com diferentes significados.

## Considerações finais

Neste texto, a partir da análise dos dados do georgiano, foi apresentado o que chamamos de construção depacientiva. Com o intuito de caracterizar a construção depacientiva, partindo da hipótese de que constitui um fenômeno de voz na língua, procuramos caracterizar essa construção discutindo, dentro da Gramática Cognitiva, sua relação com outras construções na língua, como a construção transitiva, passiva e com alguns dos significados da voz média.

Ao fim, demonstramos que a construção depacientiva, tal como outras construções mais canônicas na língua, representa um meio alternativo de se construir eventos, isto é, constitui uma forma distinta de conceitualização.

No evento codificado pela construção depacientiva, diferentemente da construção ativa que perfila todo o evento, de seu início da cadeia de ação ao seu resultado, o processo temático é evocado apenas de forma esquemática. Na construção depacientiva, portanto, somente o início da cadeia de ação é perfilado e codificado, isto é, o agente e a ação por ele praticada.

## REFERÊNCIAS

- AMIRIDZE, N. *Reflexivization strategies in Georgian*. 2006. 332 f. Thesis (Ph.D) – Universiteit Utrecht, 2006.
- GUREVICH, O. I. *Constructional Morphology: The Georgian Version*. 2006. 257 f. Thesis (Ph.D) – University Of California, Berkeley, 2006.
- KEMMER, S. *The Middle Voice*. Typological Studies in Language 23. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

---

<sup>5</sup> [...] to some extent, a lexeme's meaning is shaped by the frames it occurs in.

\_\_\_\_\_. Middle voice, transitivity and events. In: FOX, B.; HOPPER, P. (Eds.). *Voice: Form and Function*. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p. 179-230.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. v. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *Foundations of Cognitive Grammar*. v. 2: Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *Grammar and Conceptualization*. Cognitive Linguistics Research 14. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cognitive Grammar: A Basic Introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

LICHTENBERK, F. Reciprocals and related meanings in To'aba'ita. In: NEDJALKOV, V. P. (Ed.). *Reciprocal constructions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007. p. 1547-1571. 5 volumes.

MALDONADO, R. Grammatical Voice in Cognitive Grammar. In: CUYCKENS, H.; GEERAERTS, D. (Eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 829-868.

TUITE, K. *Kartvelian Morphosyntax. Number agreement and morphosyntactic orientation in the South Caucasian languages*. (Studies in Caucasian Linguistics, 12). München: Lincom Europa, 1998.

\_\_\_\_\_. Deponent verbs in Georgian. *Philologie, Typologie und Sprachstruktur: Festschrift für Winfried Boeder zum 65. Geburtstag*, Wolfram Bublitz, Manfred von Roncador, Heinz Vater (Ed.). Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag, 2002. p. 375-389.

\_\_\_\_\_. Liminal morphosyntax: Georgian deponents and their kin. *Chicago Linguistics Society*, v. 39, p. 774-788, 2007.

WOODS, C. *The Grammar of Perspective: The Sumerian Conjugation Prefixes As a System of Voice*. Cuneiform Monographs. v. 32. Leiden: Brill, 2008.

**Recebido em:** 09/08/2016

**Aprovado em:** 27/03/2017

# Uma análise dos aspectos semânticos de *ter*, *tener* e *haber* em construções com o particípio passado, no português brasileiro e no espanhol

Laís França Campos Rocha

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil  
lais.camposrocha@ufpr.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1621>

## Resumo

Este artigo objetiva descrever as construções “*ter* + particípio”, “*tener* / *haber* + particípio”, com o verbo no presente do indicativo, no português brasileiro (PB) e no espanhol. No PB, é consenso entre os linguistas da área dos estudos semânticos a inadequação da nomenclatura “pretérito perfeito composto”, atribuída a tal perífrase pela tradição gramatical. No espanhol, conforme a Real Academia Española (RAE), *tener* não é considerado um verbo formador de tempo composto (TC), mas sim de perífrase verbal. O TC é formado exclusivamente por *haber*. Entretanto, na RAE afirma-se que existe outra variante dialetal em que o verbo *tener* se aproxima do auxiliar do TC do PB. Busca-se defender, então, que os falantes da língua espanhola recorrem ao uso de *tener* em TC por ele ser capaz de expressar iteratividade, sentido esse que *haber* não expressa. Acredita-se, dessa forma, que *tener* esteja seguindo os passos de “*ter*” no processo de gramaticalização.

**Palavras-chave:** perífrases verbais; auxiliaridade; gramaticalização; semântica.

## An analysis of semantic aspects of *ter*, *tener* and *haber* in sentences with past participle, in Brazilian Portuguese and in Spanish

### Abstract

This article aims to describe the forms “*ter* + participle”, “*tener* / *haber* + participle”, with the verb in the Simple Present tense in Brazilian Portuguese (BP) and Spanish. In BP, there is a consensus among linguists of semantic area studies about the inadequacy of the nomenclature “*Pretérito Perfeito Composto*”, attributed to such periphrasis by the grammatical tradition. In Spanish, according to the Real Academia Española (RAE), “*tener*” is not considered a verb forming compound time (CT), but a verbal periphrasis. The CT is composed entirely of “*haber*”. However, the RAE states that there is another dialectal variant that did not pass the formal records, in which the verb “*tener*” approaches the auxiliary of the CT of BP. It is tried to defend, then, that the speakers of the Spanish language resort to the use of “*tener*” in CT as this verb can express interactivity, a meaning that “*haber*” does not express. It is believed, therefore, that “*tener*” is following the steps of “*ter*” in the grammaticalization process.

**Keywords:** verbal periphrases; auxiliaryity; grammaticalization; semantics.

## Introdução

No português brasileiro (PB), a construção “*ter* + particípio passado” é classificada, pela tradição gramatical, como Pretérito Perfeito Composto (ROCHA LIMA, 2010; CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009). Entretanto, linguistas da área dos estudos semânticos, como Cardoso e Pereira (2003), Ilari (2001a) e Basso (2013), afirmam que esse não parece ser o caso:

Tomemos as sentenças:

(19) João tem visitado seus pais.

(20) ?? João tem visitado seus pais ontem.

Imagine agora que a Universidade X fechou no ano passado, mas antes de fechar formou boas turmas. Ainda assim, sabendo que a Universidade X fechou, a sentença abaixo parece muito ruim:

(21) # A Universidade X tem formado bons alunos.

Assim, apesar de ser ainda chamada de pretérito, tal construção não serve para reportar eventos que ocorreram uma única vez no passado (20) nem eventos que não vão mais ocorrer (21). (BASSO, 2013, p. 149).

Bagno (2011), ao tratar das categorias semânticas do verbo, destaca que, embora a tradição ensine que pretérito perfeito e pretérito imperfeito são dois “tempos” diferentes, “a coisa não é bem assim” (BAGNO, 2011, p. 547), pois, o que esses tempos supostamente diferentes incorporam, na verdade, é o aspecto. Para o autor, ainda que este seja um componente fundamental da semântica do verbo, a tradição escolar sempre o desprezou, concentrando-se mais no tempo verbal, ainda assim, somente naqueles tempos listados tradicionalmente, sem atenção às mudanças ocorridas na história das línguas, durante a qual muitos tempos verbais caíram em desuso, enquanto outros foram criados para melhor atender as necessidades dos falantes (Ibidem, p. 547).

Na gramática normativa de Evanildo Bechara, no entanto, afirma-se que as categorias de “tempo” e “aspecto” “[...] costumam andar geralmente ligadas no português e nas demais línguas românicas, quer se trate de formas simples, quer de formas perifrásticas [...]” (BECHARA, 2009, p. 213). Para Bagno (2011), a incorporação do aspecto no tempo verbal não é sistemática nem completa na língua portuguesa, por outro lado, “[...] há línguas em que o aspecto tem muito mais importância do que o tempo e, por isso, trazem marcas formais do aspecto. No caso do PB, essas distinções não ficam muito claras: ora o aspecto é marcado formalmente, ora é expresso de outras maneiras.” (BAGNO, 2011, p. 548).

No espanhol, segunda língua presente no escopo deste artigo, o verbo “*tener*” não é considerado um verbo formador de tempo composto, como ocorre no PB, desse modo, conforme a Real Academia Española (RAE)<sup>1</sup>, quando agregado à forma do particípio, tem-se uma perífrase verbal. O tempo composto, por sua vez, é formado exclusivamente pelo auxiliar “*haber*” e o particípio correspondente do verbo principal auxiliado.

As perífrases verbais formadas nas construções “*tener* + particípio passado” reconhecidas pela RAE, no entanto, se limitam aos casos em que o particípio concorda com o sujeito ou com o objeto direto, fator que as difere do tempo pretérito perfeito composto:

(01) Ya he planchado las camisas. (pretérito perfeito composto)

‘Já passei as camisas’

---

<sup>1</sup> A Real Academia Española é uma instituição que tem, entre outras funções, a tutela oficial da língua espanhola. Fazem parte dessa academia, assim como na Academia Brasileira de Letras, grandes linguistas e escritores castelhanos.

(02) Ya tengo planchadas las camisas. (perífrase verbal)

‘Já tenho passadas as camisas’ (RAE, 2010, § 28.5.1b, p. 553)

Entretanto, no Manual da RAE, afirma-se que existe outra variante dialetal que não passou aos registros formais, em que o participípio é invariável:

(03) Tengo hecho algunas cosas.

‘Tenho feito algumas coisas’ (RAE, 2010, § 28.5.3a, p. 555)

Nesse caso, há o reconhecimento de que o verbo “*tener*” se aproxima dos auxiliares dos tempos compostos do PB (RAE, 2010, p. 555). Conforme constata linguistas da área dos estudos semânticos, como Ilari (2001a) e Basso (2013), o pretérito perfeito composto do PB pode exprimir diversos valores, entre eles, o de iteratividade e o de continuidade. Já em espanhol, embora a RAE afirme que, nas construções denominadas “pretérito perfeito composto”, “*haber*” é o auxiliar identificado como aquele capaz de “fazer referência a certas situações pretéritas, sejam pontuais ou durativas” (RAE, 2010, p. 438 § 23.4.1a), acredita-se que, conforme afirmam Fente, Fernández e Feijóo (1997), “*haber*” tem naturalmente um valor perfectivo ou terminativo, enquanto “*tener*” expressa duração, repetição ou insistência e acumulação.

Dessa forma, justifica-se o uso da variante “*tener*” em tempo composto, uma vez que “*haber*” não expressa por si mesmo (isto é, sem o uso de advérbios, como será tratado neste trabalho) o sentido semântico que “*tener* + participípio” tem. Desse modo, no exemplo (03), a ideia de repetição não se manteria se no lugar de “*tener*” estivesse “*haber*”, o que implicaria, numa tradução para o PB, o uso do pretérito perfeito simples: “Fiz algumas coisas”. Assim, se, por um lado, no PB, há uma inadequação na designação pretérito perfeito composto nas construções “*ter* + participípio passado”, por outro, na língua espanhola, “*tener* + participípio passado (invariável)” não é reconhecido pela RAE nem como tempo composto nem como perífrase verbal. Embora uma nomenclatura não interfira no uso, o registro do que a RAE denomina *variante* na gramática espanhola seria uma maneira de formalizar o sentido de iteratividade que “*tener* + participípio passado (invariável)” expressa a fim de reconhecer/justificar tal uso.

Considerando a problematização explicitada, o presente artigo busca descrever “*ter* + participípio” e “*tener* / *haber* + participípio” por meio da abordagem de alguns assuntos tratados há muito tempo na literatura linguística, como tempo (seção 1), aspecto (seção 2), gramaticalização (seção 3), e também por meio dos tópicos específicos da pesquisa (seções 4 e 5). Defende-se que, conforme hipótese de Wachowicz (2006), por ser a categoria de aspecto uma das propriedades apresentadas pelos auxiliares, os falantes da língua espanhola recorrem ao uso de “*tener*” em tempo composto por ele ser capaz de expressar um sentido que “*haber*” não expressa – o da iteratividade. Esse sentido caracteriza a construção “*ter* + participípio” no PB, o que parece ser uma evidência de que o verbo “*tener*” está passando por um processo de gramaticalização semelhante ao de “*ter*”.

## Tempo no português e no espanhol

A expressão do tempo gramatical está vinculada aos elementos linguísticos que o representam. Na língua portuguesa, o verbo é o principal representante da expressão de tempo. Do estudo sobre o verbo de Ilari e Basso (2008), para citar pesquisas recentes, é possível depreender que essa classe de palavras, além de expressar o tempo, também permite a expressão de aspectos. Para Saeed (2003), tempo e aspecto permitem aos falantes relatar situações no tempo, dentro de perspectivas diferentes. O tempo (*tense*) permite a um falante localizar uma situação relativa a alguma referência pontuada no tempo, provavelmente (não necessariamente, cf. REICHENBACH, 1947) o momento de fala. O tempo, portanto, é concebido como um sistema dêitico, uma vez que o ponto de referência para o sistema é geralmente o ato de fala.

Conforme Saeed (2003), grande parte dos tempos gramaticais permite ao falante descrever situações como antes do, durante o, ou próximo ao ato de fala. No PB e no espanhol, os três tempos são: presente, passado e futuro. Atendo-se ao tempo do passado em que é classificada a construção “ter + particípio passado” (pretérito perfeito composto), Castilho (2014) explica que, na situação de tempo real, isto é, quando o falante descreve um estado de coisas coincidente com o tempo cronológico, o pretérito perfeito composto indica:

Uma anterioridade que se estende até o presente

a) Pretérito perfeito durativo: ***Tem andado*** muito alegre, é uma tonta.

b) Pretérito perfeito iterativo: ***Tenho perdido*** muitos amigos por causa desse meu gênio. (p. 434, grifo do autor)

É possível estabelecer, ainda, segundo Ilari (2001b), três processos sobre a duração do tempo subjacente do verbo, que ele classificou como:

- processos pontuais;

- processos duráveis, que evocam a ideia de “tempo gasto”, “tempo empregado”;

- e processos duráveis que evocam a ideia de “tempo escoado” e, entre esses últimos, os que indicam estados (como “ser brasileiro”) e os que indicam atividade (como “correr”, “ler”) (p. 39).

Para o autor, o PB não possui uma conjugação própria para indicar o processo durativo. Para essa função, existem os adjuntos que qualificariam a duração do processo e auxiliares que veiculam (possivelmente entre outras) a ideia de duração. A distinção de um valor durativo e um valor iterativo relaciona-se com características aspectuais do predicado, sendo relevante a *Aktionsart* do verbo (ILARI, 2001a), conceitos tratados na próxima seção.

Os tempos verbais em espanhol, conforme consta na RAE, se classificam tradicionalmente de acordo com a estrutura morfológica, que permite distinguir entre tempos simples e compostos; a ancoragem temporal, que os divide em tempos absolutos e relativos, por um lado, e tempos da esfera temporal do presente ou do passado, de outro; a característica aspectual, em que se diferenciam entre tempos perfectivos e tempos imperfectivos.

Segundo a RAE (2010), a forma “*haber* + particípio” é considerada um tempo relativo, pois se orienta em um ponto da linha temporal, a qual funciona como ponto de

referência ou de ancoragem distinta do momento da enunciação. Dentro da esfera temporal, há o reconhecimento de que a construção oscila entre a esfera do presente e a esfera do passado, pois a ação expressa é findada em um passado recente que ainda guarda relação com o presente. Em uma sentença na qual estejam presentes uma forma no pretérito perfeito composto e outra no pretérito perfeito simples, o conceito do tempo relativo fica claro:

(04) *Ayer comí en casa pero hoy he comido en el restaurante aquí al lado.*

‘Ontem almocei em casa mas hoje almocei no restaurante aqui ao lado’ (CEOLIN, 2003, ex. 1).

Desse modo, são explicitadas na RAE (2010) diversas terminologias que explicam os sentidos assumidos no tempo composto do espanhol: interpretação de antepresente; interpretação perfectiva ou de aoristo; interpretação prospectiva; pressuposição existencial; perfeito de experiência ou experiencial; perfeito composto contínuo ou de aspecto contínuo; perfeito de acontecimentos recentes ou de passado imediato; perfeito de notícias recentes; perfeito resultativo.

É considerado um antepresente quando a construção “*haber + participio*” é usada para fazer referência a certas situações pretéritas, sejam pontuais ou durativas. Tais situações têm lugar em um intervalo que se abre em um ponto inespecífico do passado e se prolonga até o momento de fala e o inclui:

(05) *Ha ganado este año el regalo de su sueño.*

‘Ganhou este ano o presente do seu sonho’ (RAE, 2010, p. 437).

A interpretação perfectiva ou de aoristo ocorre quando a construção assume a forma simples do pretérito perfeito, como no exemplo a seguir, o qual é uso característico do espanhol boliviano (também presente em outras variantes), em que “*ha muerto*” corresponde a “*murió*”:

(06) *Ha muerto hace dos meses.*

‘Morreu há dois meses’ (RAE, 2010, p. 438).

A interpretação prospectiva com a forma “*haber + participio*” é resultativa, como em (07). A chamada “pressuposição existencial” é também característica do presente simples; assim, (08) implica que Luis existe.

(07) *Mañana a estas horas, ya han terminado ustedes.*

‘Amanhã a estas horas vocês já terão terminado’ (RAE, 2010, p. 439).

(08) *Luis ha estado en Lima.*

‘Luis esteve em Lima’ (RAE, 2010, p. 439).

O perfeito de experiência ou experiencial é usado para expressar que certo acontecimento teve lugar uma ou mais vezes em um período, de duração variável, que pode ser indicada por meio da construção “*haber + participio*”, como em (09).

(09) *He hablado con él tres veces {en el último mes ~ desde enero}.*

‘Falei com ele três vezes {no último mês ~ desde janeiro}’ (RAE, 2010, p. 439).

O perfeito composto contínuo refere-se a uma situação passada, expressada geralmente mediante predicados atélicos, que se prolonga até o presente e permanece aberta, como em (10):

(10) Conozco todas sus tretas. Las han empleado durante un siglo contra nosotros (Fuentes, Naranjo).

‘Conheço todos os seus truques. Eles foram usados durante um século contra nós’ (RAE, 2010, p. 440).

O chamado perfeito de acontecimentos recentes ou de passado imediato permite fazer referência a ações que se localizam em um âmbito temporal que inclui o momento de fala. O perfeito de notícias recentes se refere à primeira menção de ações imediatas, geralmente seguidas de pretéritos perfeitos simples. O exemplo (04) ilustra ambos.

Costuma-se chamar perfeito resultativo quando é possível entender como atual o estado que resultou de uma determinada ação denotada pela construção “*haber* + participio”, como na sentença (11), a qual implica que o vaso quebrou:

(11) El jarrón se ha roto.

‘O vaso quebrou’ (RAE, 2010, p. 440-441).

Como visto até aqui, gramáticas descritivistas, como as de Castilho (2014) e Bagno (2011), detalham os muitos sentidos que as construções perifrásticas formadas com “*ter* + participio” carregam, justificando a inadequação de sua classificação como pretérito perfeito composto. Por outro lado, tal nomenclatura para esse tempo verbal em espanhol é aceitável, ainda que seu sentido não seja unicamente o de pretérito perfeito<sup>2</sup>. Assume-se, dessa forma, que a construção “*haber* + participio” do espanhol apresenta um alcance de uso do qual não dispõe “*ter* + participio” do PB. Contudo, “*tener*” também ocorre como auxiliar nessas construções, agregando a elas, segundo Fente, Fernández e Feijóo (1997), uma espécie de refinamento, que será detalhado adiante.

## Aspecto no português e no espanhol

Comrie (1976 apud SQUARTINI, 1998) explica que, diferentemente do tempo, o aspecto não se refere à localização temporal, mas sim “à circunscrição temporal interna de uma situação.”. Segundo Saeed (2003), em muitas línguas, tempo e aspecto interagem de forma sutil e são marcados em verbos de forma semelhante, muitas vezes, compartilhando terminações compostas. Com relação ao PB, Castilho (2014, p. 417) afirma que o aspecto não dispõe de morfologia própria no português, ou seja, “[...] para codificar os significados aspectuais, o usuário combina diversos ingredientes linguísticos.”.

O sistema aspectual, segundo Saeed (2003), permite aos falantes relatar situações e tempos, visualizando um evento de várias formas: completo ou incompleto, curto ou

---

<sup>2</sup> No espanhol, o pretérito perfeito composto pode assumir diversos valores, os quais são constituídos de fatores linguísticos distintos e composicionais, que vão desde a interação do tempo com o aspecto até as questões de modalidade. Tais fatores não serão tratados neste trabalho por não estarem em seu escopo.

prolongado etc. Conforme apresenta Vendler (1967 apud WACHOWICZ; FOLTRAN, 2006), o uso do verbo pode sugerir uma forma particular de como tal verbo pressupõe e envolve a noção de tempo. Assim, as expressões verbais realizam diferentes esquemas de tempo que podem ser depreendidos da seguinte divisão estabelecida pelo autor (*Aktionsart*): estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*.

Os verbos de estado se caracterizam por serem não agentivos e por não indicarem processos que se desenvolvem no tempo. “Pensar” e “proibir” são verbos de estado que ganham diferentes interpretações a depender do auxiliar nas sentenças:

- (12) Tenho pensado que ao invés de ir à praia poderíamos ir à montanha este ano.
- (13) Eles têm proibido que eu saia.
- (14) Tengo pensado que en lugar de ir a la playa, podíamos ir a la montaña este año.
- (15) Me tienen prohibido que salga.
- (16) He pensado que en lugar de ir a la playa, podíamos ir a la montaña este año.
- (17) Me han prohibido que salga.

Tanto no PB, (12) e (13), quanto no espanhol, (14) e (15), depreende-se um valor iterativo das ações de pensar e de proibir, isto é, foi pensado e proibido várias vezes. Inclusive, as ações podem durar até o momento de fala. Em (16) e (17), porém, o entendimento é de que foi pensado e proibido uma única vez; em uma tradução, por exemplo, não caberia o auxiliar, mas sim o verbo de estado no pretérito perfeito simples:

- (18) Pensei que ao invés de ir à praia poderíamos ir à montanha este ano.
- (19) Proibiram-me de sair.

Os verbos de atividade expressam processos que se desenvolvem no tempo, são agentivos, como os verbos “nadar” e “correr”. Nos exemplos, eles são usados na forma participial com “ter”, “tener” ou “haber”:

- (20) Joana tem nadado [todas as semanas].
- (21) Tenho trabalhado muito.
- (22) Joana tiene nadado [todas las semanas].
- (23) Tengo trabajado demasiado.
- (24) Joana ha nadado [todas las semanas].
- (25) He trabajado demasiado.

Em (20) e (22), independentemente de as leituras serem feitas com o advérbio “todas as semanas”, a ação de nadar é entendida como iterativa, ou seja, num dado período de tempo que pode incluir o presente, Joana nada. Em (24), no entanto, a leitura do advérbio é obrigatória para que o entendimento seja o de repetição. Do contrário, a interpretação seria de que Joana nadou apenas uma vez. Da mesma forma, (21) e (23)

compartilham o sentido de iteração; (25) expressa o sentido pontual, como se quem proferisse a sentença estivesse se referindo àquele dia – a um passado recente.

Os verbos *accomplishments* também se desenvolvem no tempo, porém, se encaminham para um ponto determinado que é logicamente necessário para ser o que é. “Escrever três páginas” ou “desenhar uma circunferência” são *accomplishments*:

- (26) Temos escrito três páginas por hora.
- (27) O professor tem desenhado uma circunferência para falar sobre aquele conteúdo.
- (28) Tenemos escrito tres páginas por hora.
- (29) El profesor tiene diseñado una circunferencia para hablar sobre aquel contenido.
- (30) Hemos escrito tres páginas por hora.
- (31) El profesor ha diseñado una circunferencia para hablar sobre aquel contenido.

As sentenças com o auxiliar “*haber*”, (30) e (31), são as únicas que não compartilham a interpretação de iteratividade. O sentido, dessa forma, muda: como a pontualidade não concebe o entendimento de que as atividades em questão ainda ocorrem no presente, quem profere a sentença (30) só pode estar se referindo a uma obra que já foi finalizada, por exemplo.

Por fim, os *achievements* predicam momentos de tempos únicos, ou seja, são pontuais, não se desenvolvem no tempo. “Quebrar” e “perder” são exemplos de *achievements*. Como não se desenvolvem no tempo, qualquer exemplo em construção com “*ter*” ou “*tener*” tende a expressar mais uma atividade; com “*haber*”, o *achievement* é caracterizado:

- (32) Los chicos han rotpido la ventana.
- (33) He perdido las llaves de casa.

Castilho (2014, p. 420) e Bagno (2011) propõem a seguinte tipologia do aspecto:

FACE QUALITATIVA DO ASPECTO		FACE QUANTITATIVA DO ASPECTO
IMPERFECTIVO	PERFECTIVO	SEMELFACTIVO
Inceptivo	Pontual	
Cursivo	Resultativo	ITERATIVO
Terminativo		Imperfectivo/Perfectivo

O aspecto imperfectivo tem as seguintes propriedades, conforme Castilho (2014): apresenta uma predicação dinâmica de sujeito, na maior parte dos casos. Tal predicação compreende fases: uma fase inicial que traduz o início de um evento (imperfectivo inceptivo), uma fase retratada em pleno curso, isto é, que traduz o prosseguimento do evento (imperfectivo cursivo), ou uma fase final do estado de coisas, isto é, que traduz a conclusão do evento (imperfectivo terminativo).

Bagno (2011, p. 551) simplifica o conceito de aspecto perfectivo: “é a representação da coisa pronta e acabada. Ele pode ser pontual ou resultativo.”. No PB, o presente, o pretérito perfeito simples e o pretérito mais-que-perfeito do indicativo confirmam a pontualidade do aspecto perfectivo pontual. Já o perfectivo resultativo

apresenta a ação, necessariamente tomada no passado, como sendo pressuposta. O aspecto semelfactivo, por sua vez, se refere a alguma ação praticada uma única vez. “São semelfactivos, por exemplo, os verbos *piscar, espirrar, reconhecer*.” (BAGNO, 2011, p. 552).

Castilho (2014) explica que as perífrases de participio, principalmente aquelas com “ter”, expressam o iterativo imperfectivo, isto é, ações que se repetem, com verbos atélicos (verbos cujas eventualidades, uma vez iniciadas, podem se desenrolar indefinidamente; sua natureza não determina seu ponto final):

(34) Essa criança tem brincado bastante. (CASTILHO, 2014, p. 423).

Em se tratando de aspecto no espanhol, na RAE (2010, p. 430), afirma-se que “é altamente controversa a questão do quanto a categoria de 'aspecto' está presente na língua espanhola”<sup>3</sup>. Como no PB, no espanhol se distinguem três modalidades do aspecto imperfectivo: progressiva, iterativa ou cíclica e contínua. Nesta última se estende o pretérito perfeito composto, já que no exemplo (35) a interpretação é como “Así sigue siendo”. Verifica-se, no entanto, que o aspecto de continuidade está presente graças ao advérbio “hasta ahora”, e não pelo auxiliar “haber”.

(35) Así ha sido hasta ahora (Rulfo, Pedro Páramo).

‘Assim é até agora’ (RAE, 2010, p. 431).

Referindo-se ao aspecto das perífrases verbais com o verbo “tener” – isto é, aquelas nas quais o participio concorda com o objeto –, a RAE reconhece que a maior parte dos participios que forma tais construções expressa *realizaciones* – uma das classes que compõem a divisão que a RAE (2010, §23.2.1b, p. 432) denomina “tipos de predicados”. Assim, conforme é explicitado na classificação proposta pela RAE, estão presentes nas construções perifrásticas com o verbo “tener” as características lexicais de *duración, delimitación e dinamismo*: a primeira se opõe à imperfectividade; a segunda, já referida neste trabalho como “telicidade”, diz respeito às situações que designam um final ou um limite natural intrínseco; a última permite mostrar a noção de desenvolvimento ou de progresso de uma determinada situação.

Como “*tener* + participio invariável” é uma construção que não faz parte dos registros formais, não há na RAE<sup>4</sup> qualquer menção ao aspecto dessa variante que coocorre com “*haber* + participio” em tempo composto. Acredita-se, porém, que aspectualmente ela se aproxima da construção “ter + participio” do PB, isto é, expressa a iteratividade/repetição que “*haber* + participio” naturalmente não apresenta.

---

<sup>3</sup> “Es muy controvertida la cuestión de en qué medida la categoría de ‘aspecto’ está presente en la lengua española.”

<sup>4</sup> Embora haja trabalhos de cunho descritivo sobre o assunto (HARRIS, 1982; HARRE, 1991; SQUARTINI, 1998; LOPES, 2008; ARAUJO, 2013; MIKOLAJCZAK, 2013, para mencionar alguns), faz parte do recorte bibliográfico deste trabalho apenas a RAE.

## Auxiliaridade e gramaticalização

Segundo Wachowicz (2006), é consenso na literatura a afirmação de que os verbos auxiliares derivam, por processo de gramaticalização, de verbos plenos. No entanto, conforme já sinalizado pela autora, não são quaisquer verbos que podem assumir historicamente o comportamento de auxiliar. “Há traços semânticos, presentes em todos eles, que permanecem desde a fase lexical até a fase gramatical: o traço de duração e telicidade.” (WACHOWICZ, 2006, p. 58). Essa afirmação refere-se ao Princípio de Persistência proposto por Hoper (1991).

Quando descreve os cinco princípios de gramaticalização, Hoper (1991), ao tratar do fenômeno da “persistência”, explica que quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para a gramatical, alguns traços de seu significado lexical original tendem a aderir a ele e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em restrições em sua distribuição gramatical.

Referindo-se aos sentidos que o verbo “*tener*” pode assumir, apresentados por Fente, Fernández e Feijóo (1997), segundo os próprios autores, eles se justificam pelo alto grau de gramaticalização que o verbo apresenta quando inserido em construções perifrásticas. A respeito do fenômeno de gramaticalização, Vitral e Ramos (2006, p. 13) afirmam tratar-se “[...] da transição gradual de ‘palavras principais’ para ‘palavras acessórias’ e, enfim, para ‘palavras gramaticais’ em estágios de uma língua.”, ou seja, afirma-se que a gramaticalização diz respeito a uma mudança de estatuto de um termo.

Para Menon (2003), a gramaticalização significa um tipo especial de mudança linguística que prevê estágios de variação. A gramaticalização, no caso dos verbos auxiliares, significa que estes “[...] perdem o estatuto de verbos plenos e passam a constituir formas perifrásticas ou compostas com outros verbos [...]” (MENON, 2003, p. 79). No caso do verbo “*ter*”, na perífrase formada com particípio, acontece o que Menon (2003) cita como “processo de auxiliarização”, isto é, a gramaticalização de verbos que perdem seu valor como verbos plenos e passam a constituir formas perifrásticas ou compostas com outros verbos, no gerúndio, particípio ou infinitivo, em português.

Já para Heine (1993 apud SQUARTINI, 1998), o processo de gramaticalização ocorre seguindo alguns critérios básicos que, mesmo utilizados para uma descrição diacrônica, podem ser vistos ao nível sincrônico. Entre os critérios descritos por Heine (1993) que Squartini (1998) discute, estão a perda de valor semântico (*desemantization*) e a diferença sintática (*decategorialization*), ambos tratados a seguir.

### Perda de valor semântico (dessemantização)

Considerada um dos principais critérios na definição das construções perifrásticas, a dessemantização é o processo no qual um item lexical perde seu valor semântico original para ganhar um valor gramatical. É o que ocorre com o verbo “*ter*”, tanto em português quanto em espanhol, que além de existir como um verbo pleno com sentido de posse, acredita-se, como Wachowicz (2006), que também tem um valor aspectual de duratividade (CARDOSO; PEREIRA, 2003) nas perífrases que encabeça.

Nesse sentido, concordando com Wachowicz (2006, p. 62-63), exemplifica-se o uso de “*ter*” em um estágio menos gramaticalizado e em outro estágio mais gramaticalizado, respectivamente:

(36) João tem a casa pintada<sup>5</sup>.

(37) Marta tem pagado contas em dia. (WACHOWICZ, 2006, p. 63)

Conforme Wachowicz (2006), tanto numa fase quanto na outra, os traços aspectuais se mantêm: duração e homogeneidade. Essa afirmação vai ao encontro do postulado de Hopper (1991), de que as formas auxiliares mantêm alguns traços de persistência com as formas plenas. Verifica-se, da mesma forma, a perda do traço de posse de (36) para (37), o que exemplifica o fenômeno de dessemantização apontado por Heine (1993 apud SQUARTINI, 1998).

### Diferença sintática (de categorização)

Heine (1993 apud SQUARTINI, 1998) explica que o verbo auxiliar de uma construção perifrástica apresenta restrições e comportamentos sintáticos diferentes daqueles do seu correspondente pleno. O verbo pleno, dessa forma, responde à pergunta que tenha como resposta o sujeito, enquanto o mesmo verbo em sua forma auxiliar não responde:

(38a)<sup>6</sup> Maria tem livros de autores renomados.

(38b) O que Maria tem? – livros de autores renomados.

(38c) Maria tem comprado livros de autores renomados.

(38d) \*O que Maria tem? – livros de autores renomados.

(38e) O que Maria tem comprado? – livros de autores renomados.

### TER + participio passado

Segundo Castilho (2014), em latim, *tenere* (em português, “ter”) significava “ter em suas mãos, possuir”. No PB atual, o verbo “ter” é o auxiliar formador de tempo composto, ocorrendo “haver” apenas em registro literário (THIBAUT, 1993 apud CARDOSO; PEREIRA, 2003).

Quando o verbo “ter” é utilizado em construções de tempo composto, o objeto direto ocorre à direita do participio, que não concorda em gênero e em número com o objeto. As sentenças a seguir são exemplificadas por Cardoso e Pereira (2003, p. 161).

(39) O João tem pintado a casa todos os anos.

(40) \*João tem a casa pintado todos os anos.

(41) \*João tem pintada a casa todos os anos.

Ainda que o verbo “ter” seja considerado frequente e produtivo em construções perifrásticas, como em (33), ele ainda ocorre, com menos frequência (WACHOWICZ,

---

<sup>5</sup> Cardoso e Pereira (2003, p. 161).

<sup>6</sup> Bertucci (2007) aplica este teste como um dos argumentos para comprovar o caráter auxiliar do verbo *chegar*. Neste artigo, o mesmo teste apenas ilustra a decategorização, já que o verbo *ter* já é considerado auxiliar pela tradição gramatical.

2006), em construções resultativas, como ocorre no exemplo de Cardoso e Pereira (2003, p. 161), retomado a seguir:

(42) O João tem a casa pintada.

Nesse caso, as autoras explicam que o particípio passado assume uma função predicativa, aproximando-se da construção que esteve na origem do surgimento dos tempos compostos nas línguas românicas. Comparando-se as sentenças (39) e (42), Cardoso e Pereira (2003) esclarecem que a imperfectividade do exemplo (42) decorre naturalmente da construção de uma situação estativa; já em (39), decorre da construção de uma situação em que um acontecimento é indefinidamente iterado.

Conforme aponta Campos (2000 apud CARDOSO; PEREIRA, 2003), a coocorrência do auxiliar “ter” com o Presente do Indicativo, em (42), está na base da singularidade deste tempo composto. Nesse contexto, conforme explicam Cardoso e Pereira (2003, p. 161), houve gramaticalização do verbo “ter” no PB, que “a) expressa um valor aspectual durativo; b) associa-se a uma classe de instantes construída como não delimitada.”. Dadas tais propriedades temporais/aspectuais, as autoras reiteram a inadequação da designação “Pretérito Perfeito Composto”, pois a sequência formada por “ter” no Presente do Indicativo + particípio passado não assume um valor aspectual de perfeito na maioria das sentenças contemporâneas (CARDOSO; PEREIRA, 2003; WACHOWICZ, 2005).

Conforme afirma Menon (2003), na relação entre “ter” e “haver”, é possível constatar historicamente a lenta penetração e transformação de “ter” em alguns contextos de uso, concorrendo com “haver” e, posteriormente, suplantando esse último. De maneira diferente, aconteceu com a língua espanhola, na qual “haber” apresenta considerável produtividade, além de sentidos de que o PB não dispõe, como será tratado na sequência.

### **TENER/HABER + particípio passado**

Segundo a RAE (2010), os tempos compostos foram, em sua origem, perífrases verbais, e como tais ainda consideram alguns gramáticos. Na tradição espanhola, no entanto, os tempos compostos e as perífrases verbais são separados por uma classificação distinta, em razão do diferente grau de integração entre seus componentes. O principal critério para a RAE considerar uma construção como tempo composto é a não concordância entre o verbo e o particípio.

A origem perifrástica dos tempos compostos em espanhol é notada em indícios de independência entre o auxiliar “haber” e o particípio. Assim, conforme se afirma na RAE (2010), o verbo auxiliar que compõe as perífrases verbais pode incidir sobre dois verbos auxiliados coordenados, propriedade esta que se estende aos particípios. Também como nas perífrases, nos tempos compostos é possível intercalar elementos entre auxiliar e auxiliado.

Voltando-se ao escopo do presente artigo, com base em algumas leituras (RAE, 2010; FENTE, FERNÁNDEZ, FEIJÓO, 1997), é possível afirmar que a abordagem das perífrases de particípio na língua espanhola é, geralmente, polêmica. Conforme a RAE, muitos gramáticos não consideram perifrásticas tais construções e a maior parte dos que admitem algumas delas não concorda em qual paradigma é possível enquadrá-las. “Assim, se discute tradicionalmente se orações como [...] *Tengo leído el libro* [...]”

representam esquemas perifrásticos [...] ou orações copulativas com atributos adjetivais ou participiais.”<sup>7</sup> (RAE, 2010, §28.5.1a, p. 553).

Conforme a RAE (2010, §28.5.3b, p. 555), a perífrase formada por “*tener* + participio” “[...] conserva do auxiliar *tener* a ideia de posse, permanência ou a de manter o estado de coisas (e, às vezes, também localização).”<sup>8</sup>. Assim, “*tener*” admite perífrase porque expressa diversas formas de manter ou conservar algo, como em “*Tener algo anotado/copiado/apuntado.*”; ou, ainda, a junção de coisas ou pessoas, às vezes associando tais noções com as de cuidado ou conservação, como em “*Tener reunidos los amigos*”. Casos como em “*Te lo tengo dicho*”, portanto, adquiriram valores diferentes da noção de posse ou pertencimento, expressando “[...] reiteração ou insistência em relação com o que se diz ou se faz [...]”<sup>9</sup> (RAE, 2010, §28.5.3b, p. 555).

Fente, Fernández e Feijóo (1997) incluem a perífrase “*tener* + participio” em quatro divisões: terminativas, durativas, acumulativas e frequentativas ou repetitivas. Para os autores, por conta dessa variedade, essa construção é a mais gramaticalizada de todas, pois “[...] até o processo de fixação bem avançado da língua espanhola, o verbo “*tener*” disputou o posto com o verbo **haber** como auxiliar para formar os tempos compostos.”<sup>10</sup> (FENTE; FERNÁNDEZ; FEIJÓO, 1997, p. 43).

A construção “*haber* + participio”, por sua vez, tem naturalmente um valor perfectivo ou terminativo, portanto, em geral, os traços de duração, repetição ou insistência e acumulação são responsáveis pela distinção quanto ao uso do verbo “*tener*” na mesma construção (FENTE; FERNÁNDEZ; FEIJÓO, 1997, p. 43).

Destaca-se, ainda, que a RAE reconhece na construção do tempo composto formado de “*haber* + participio” a capacidade de fazer referência a certas situações pretéritas, sejam pontuais ou durativas, o que reflete um alcance de uso do qual não dispõe o tempo composto do PB, cujo auxiliar que o forma carrega historicamente o traço de duração, homogeneidade e atelicidade (CARDOSO; PEREIRA, 2003; SQUARTINI, 1998). Há, portanto, os seguintes exemplos:

- (37) Me han prohibido que salga ultimamente.
- (38) Me tienen prohibido que salga<sup>11</sup> {ultimamente}.
- (39) Hoy por la mañana he comido una manzana.
- (40) \*Hoy por la mañana tengo comido una manzana.

Em (37) e (38), as construções perifrásticas expressam duratividade; em (37), no entanto, o advérbio contribui para que haja a interpretação de duratividade, o que não é necessário em (38) por conta da natureza durativa de “*tener*”. Em (39), é exemplificado

---

<sup>7</sup> Así, se discute tradicionalmente si oraciones como [...] *Tengo leído el libro* [...] representan esquemas perifrásticos [...] o bien oraciones copulativas con atributos adjetivales o participiales.

<sup>8</sup> [...] conserva del auxiliar *tener* la idea de posesión, permanencia o mantenimiento (y, a veces, también ubicación).

<sup>9</sup> [...] reiteración o insistencia en relación con lo que se dice o se hace [...].

<sup>10</sup> [...] hasta bien avanzado el proceso de fijación de la lengua española, le disputó [o verbo “*tener*”] el puesto al verbo **haber** como auxiliar para formar los tiempos compuestos.

<sup>11</sup> FENTE; FERNÁNDEZ; FEIJÓO (1997, p. 44).

um caso em que o tempo composto expressa pontualidade, que não é reproduzida com a construção “*tener* + participio” em (40), nem com seu equivalente em português:

(41) \*Hoje pela manhã tenho comido uma maçã.

Na sequência, foram organizados em um quadro os exemplos fornecidos por Fente, Fernández e Feijóo (1997, p. 43-44) quanto aos traços que a perífrase “*tener* + participio” pode assumir.

TERMINACIÓN	DURACIÓN	REPETICIÓN O INSISTENCIA	ACUMULACIÓN
<p>- Ya <b>tenía proyectado</b> ir a Suecia antes de que me lo sugieras.</p> <p>- <b>Tengo pensado</b> que en lugar de ir a la playa, podíamos ir a la montaña este año.</p> <p>- Le dije que <b>tuviera barrida</b> la casa antes de la una.</p>	<p>- <b>Me tienen prohibido</b> que salga.</p> <p>- No he traído al niño conmigo porque lo <b>tengo castigado</b>.</p>	<p>- <b>Lo tenemos visto</b> muchas veces por aquí.</p> <p>- <b>Me tiene ayudado</b> en más de una ocasión.</p> <p>- <b>Tienen viajado</b> mucho por el extranjero.</p> <p>- Ya <b>te tengo dicho</b> que no hagas eso.</p>	<p>- <b>Tengo escritos</b> 300 folios de la tesis.</p> <p>- <b>Tiene conocido</b> a muchas mujeres guapas durante sus viajes.</p> <p>- <b>Tenemos sufrido</b> muchas penalidades en esta vida.</p>

Os autores ainda destacam que o verbo “*tener*”, ao substituir o verbo “*haber*” nas construções perifrásticas, agrega uma espécie de refinamento novo que, de alguma maneira, incorpora ou responsabiliza o sujeito falante na ação. Acredita-se que tal incorporação e ênfase do falante na ação referem-se aos sentidos aspectuais que “*tener*”, enquanto auxiliar em processo de gramaticalização, expressa. Assume-se que esses sentidos aproximam-se daqueles que a construção “*ter* + participio” carrega e que “*haber* + participio”, por sua vez, não é capaz de expressar por si só.

## Considerações finais

A descrição da funcionalidade das construções “*ter* + participio”, “*tener* / *haber* + participio” revelou que os sentidos assumidos por essas perífrases não se pautam somente na tríade passado-presente-futuro. Como detalhado, na medida do possível, no desenvolvimento deste artigo, o aspecto verbal é considerado um componente fundamental da semântica do verbo, sendo por meio dele a compreensão do comportamento das perífrases estudadas e de seus auxiliares.

Como ressaltou Bagno (2011), os tempos verbais codificados pela tradição gramatical não esgotam todas as expressões possíveis do aspecto. Assim, a abordagem da relação entre a natureza semântica do verbo e sua faculdade de exprimir aspecto é essencial, portanto, na compreensão das diferenças existentes entre o pretérito perfeito composto e o *pretérito perfecto compuesto* que, a princípio, se equivaleriam, devido à semelhança superficial das línguas.

No que diz respeito à descrição funcional de “*ter*” em comparação com “*tener*” e “*haber*”, verifica-se que “*tener*”, do espanhol, se aproxima dos sentidos expressos por “*ter*”, do PB, o que indica a aproximação da gramaticalização daquele com este. “*Haber*”, por sua vez, embora pareça ter um alcance de uso do qual não dispõe “*ter*”, não é capaz de expressar duração, homogeneidade e atelicidade, que o curso natural de gramaticalização de “*ter*” trouxe a esse auxiliar. Dessa forma, embora “*tener*” seja reconhecido pela RAE em construção perifrástica apenas quando o participio concorda

com o sujeito ou com o objeto, comprova-se sua ocorrência quando acompanhado de participio invariável. A justificativa para tal ocorrência, conforme explicitou este trabalho, está na necessidade que os usuários da língua têm de recorrer ao verbo “*tener*” ao invés de “*haber*” para conseguir atingir os sentidos a serem estabelecidos em uma comunicação – no caso, de uma situação que acontece de forma iterativa ou durativa e que dura até o momento de fala.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. S. *O pretérito em espanhol: usos e valores do perfecto compuesto nas regiões dialetais argentinas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BASSO, R.; FERRAREZI Jr., C. (Org.). *Semântica, semânticas*. São Paulo: Contexto, 2013.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERTUCCI, R. A. *A auxiliaridade do verbo chegar em português brasileiro*. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CARDOSO, A.; PEREIRA, S. Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português. *Revista da ABRALIN*, v. 2, n. 2, p. 159-181, dez., 2003.

CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

CEOLIN, R. Falsos amigos estruturais entre o português e o castelhano. *Revista Philologica Romanica*, Institut für Romanistik-Universität Salzburg, Iauna 4, p. 39-48, 2003.

CUNHA, C., CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FENTE, R. G.; FERNÁNDEZ, J. A.; FEIJÓO, L. G. *Perífrasis verbales*. Madrid: Sociedad Española de Librería, 1997.

HARRE, C. E. *Tener + Past Participle: a case study in linguistic description*. London: Routledge, 1991.

HARRIS, M. The ‘past simple’ and the ‘present perfect’ in Romance. In: NIGEL, V.; HARRIS, M. (Ed.). *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm, 1982. p. 42-70.

HOPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam – Philadelphia: Benjamins, 1991. p. 17-35.

ILARI, R. Notas sobre o passado composto em português. *Revista Letras*, Curitiba: UFPR, n. 55, p. 129-152, jan./jun. 2001a. Disponível em: <[http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf\\_revistas/ilari55.pdf](http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/ilari55.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. *A expressão do tempo em português*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

- ILARI, R. BASSO, R. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. 2. Campinas: UNICAMP, 2008.
- LOPES, K. H. *Uma análise do verbo tener à luz do confronto com o verbo ter*. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MENON, O. P. da S. Perífrases com o verbo ir: variação e gramaticalização. In: PUSCH, C. D.; WESCH, A. *Verbalperiphrasen in den(ibero-) romanischen Sprachen*. Hamburg: Helmuth Buske Verlag, 2003.
- MIKOLAJCZAK, S. A perspectiva comparativa do pretérito perfeito composto, pretérito perfecto compuesto e present perfect. *Studia Romanica Posnaniensia*, v. 40/1, p. 81-93, 2013.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española – Manual*. Madrid: Espasa Libros, 2010.
- REICHENBACH, H. The Tenses of Verbs. In: *Elements of symbolic logic*. New York: Macmillan, 1947.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- VITRAL, L.; RAMOS, J. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.
- SAEED, J. *Semantics – introducing linguistics*. Blackwell Publishing Ltd, 2003.
- SQUARTINI, M. *Verbal Periphrases in Romance: Aspect, actionality and grammaticalization*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.
- WACHOWICZ, T. C. *O aspecto do auxiliar*. Comunicação apresentada em reunião do GT “Teoria da gramática” da ANPOLL, Ouro Preto/MG, 2006.
- WACHOWICZ, T.; FOLTRAN, M. J. *Sobre a noção de aspecto*. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, v. 48, p. 211-232, 2006.

**Recebido em:** 29/08/2016

**Aprovado em:** 24/03/2017

# Um breve panorama: descrição e abordagem metodológica de preposições no português brasileiro

**Thatiana Ribeiro Vilela**

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil  
thatianatr21@gmail.com

**Elizabeth Gonçalves Lima Rocha**

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil  
bethroccha@hotmail.com

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1761>

## Resumo

O presente trabalho, ao traçar um breve panorama de estudos inscritos em diferentes vertentes que abordam a classe das preposições em PB, propõe-se a examinar e discutir o tratamento de um conjunto de fenômenos a ela relacionados sob a ótica dos pressupostos teórico-metodológicos adotados. Objetivamos mostrar que o estado atual dos trabalhos, cujas contribuições para o tema são indiscutíveis, por não fornecerem uma definição semântica unitária da preposição que responda pela variação atestada em seus diferentes usos ou por não se interessarem por alguns de seus empregos, permite levantar questionamentos envolvendo a problemática, os quais podem auxiliar na continuidade das pesquisas no campo.

**Palavras-chave:** preposições; semântica lexical; funcionamento enunciativo.

## A brief overview: description and methodological approach of prepositions in Brazilian Portuguese

### Abstract

This paper provides an overview of studies inscribed in different strands that approach the class of prepositions in BP, intends to examine and to discuss the treatment of a set of phenomena related to the class from the perspective of the theoretical and methodological assumptions adopted. The current circumstance of those works, whose contributions to the theme are indisputable, are yet limited. We consider that the works on the matter, for not attesting a unified semantic definition of the preposition that embraces the variation in use or for not considering some of its applications, give room to questionings that can add to the continuity of the researches.

**Keywords:** prepositions; lexical semantics; enunciation operation.

## Introdução

De Vogüé (2011), ao compartilhar do pensamento de Lakatos, sustenta que, independentemente da natureza de um dado estudo, “é por meio do trabalho crítico de confronto entre teorias que os progressos científicos se efetuam” (DE VOGÜÉ, 2011, p. 282). Somente através desse exercício, executado de forma respeitosa e destituído de julgamentos e preconceitos, é possível “levantar hipóteses intuitivas, dar a essas hipóteses uma formulação exata, inferir suas consequências e confrontá-las com os fatos, para uma confirmação sempre provisória ou uma refutação” (ILARI, 1997, p. 15). Tal como esses autores, acreditamos nesse trabalho crítico e, sobretudo, no fato de que o

exercício que ora propomos nos conduz, inevitavelmente, ao refinamento de nossa própria percepção em relação ao objeto examinado e à melhor exploração e compreensão do quadro teórico em que nos inserimos.

Este artigo dedica-se, portanto, de maneira pontual, a explorar como diferentes vertentes descrevem a classe das preposições e qual é a concepção de sentido adotada em cada uma. Julgamos ser de grande relevância analisar o sustentado por outras teorias e o modo como abordam fenômenos que almejamos examinar, como, por exemplo, a questão da delimitação do que vem a ser o *termo antecedente* à preposição, como e se são tratadas as questões relacionadas à semântica das preposições e qual a sua contribuição para a construção do sentido dos enunciados em que estão inseridas, etc. Dado o caráter preciso da investigação, focalizaremos apenas os seguintes aspectos: a) descrição do que é uma preposição; b) natureza do semantismo da preposição; c) descrição do modo como se apresentam os termos que cercam uma preposição (termos *antecedente e consequente*).

A organização do trabalho fundamenta-se na constatação da existência de dois movimentos epistemológicos: de um lado, vertentes teóricas distintas, mas que se aproximam por sustentar, para uma mesma preposição, um sentido de base, único ou polissêmico; de outro, uma vertente teórica para a qual não há sentido preposicional de base, mas, sim, um esquema de funcionamento de natureza relacional, responsável por explicar a variação semântica observada a cada vez que a preposição se insere discursivamente. Em moldes gerais, examinamos, antes, abordagens já consideradas canônicas, inscritas no primeiro movimento, por meio de obras ou trabalhos que figuram no cenário atual das investigações direcionadas ao grupo de palavras que apreendemos como *preposição* em PB, para, na sequência, apresentar a vertente característica do segundo movimento, ainda pouco explorada nos estudos preposicionais em PB e à qual, por esta razão, dedicamos uma maior atenção.

Para tanto, no exame do primeiro movimento epistemológico, selecionamos quatro obras brasileiras de vertentes teóricas diferentes: na vertente *tradicional*, a obra de Lima (1974), tida como eixo norteador para muitos estudos, o que justifica sua inclusão nesse panorama; na *funcionalista*, a de Neves (2000); na *cognitivista*, a de Ilari et al. (2015); e, por fim, na abordagem da *semântica lexical*, os trabalhos de Berg (2005, 2009). Já no exame do segundo movimento, selecionamos a obra de Franckel e Paillard (2007), inscrita no referencial da Teoria das Operações Enunciativas e representante da vertente *enunciativa*, na qual os trabalhos de Romero (2011, 2013) e Vilela (2016a), entre outros direcionados às preposições em PB, se fundamentam. Seguimos, na apresentação, a ordem aqui indicada.

### **A vertente tradicional**

Assim como Franchi (2006), defendemos que a visão que se tem da vertente tradicional é, em parte, equivocada, o que não significa dizer que a eximimos de quaisquer tipos de falhas. Na verdade, uma observação cautelosa de algumas das obras assim descritas permite apontar que, apesar de determinadas variantes linguísticas não serem abordadas, ainda é possível encontrar, nelas, um conjunto de sistematizações as quais estão para além do “certo” e “errado”, pois são constituídas de traços descritivos em sua composição.

Na obra de Lima (1974), as preposições são concebidas como *palavras invariantes* que subordinam um termo da frase a outro: “a preposição mostra que entre o antecedente e o conseqüente há uma relação, de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo” (LIMA, 1974, p. 157), sendo, portanto, “ofício das preposições *subordinar* um elemento da frase a outro, apresentando o segundo como *complemento* do primeiro” (LIMA, 1974, p. 157, grifos do autor).

No tocante à delimitação dos termos que cercam a preposição, o que vem a ser o *antecedente* é apontado como a palavra ou núcleo cujo sentido é condicionado a modificações pelo elemento que segue a preposição – o termo *conseqüente*. É importante destacar que o autor não especifica o que seriam essas modificações e quais os seus efeitos num dado enunciado. Apontar o termo antecedente como um termo “condicionado a modificações” não nos parece, portanto, suficiente, pois, por exemplo, nos casos de adjunção, como explicar essa “condição”, uma vez que há elementos que já possuem um sentido completo segundo a gramática normativa? Posto que os elementos que integram um enunciado se relacionam e interagem para a construção de sentido, não estariam, então, todos esses elementos condicionados a modificações?

Como diferencial da obra, verificamos a busca pela compreensão de questões a respeito da semântica das preposições, enfoque comumente deixado de lado por abordagens desta vertente, descrevendo-as como *fortes* e *fracas*. As preposições *fortes*, tais como *contra*, *entre* e *sobre*, “guardam certa significação em si mesmas”, enquanto as *fracas*, tais como *a*, *com* e *de*, “não têm sentido nenhum, expressando tão somente, em estado potencial e de forma indeterminada, um *sentimento* de relação” (LIMA, 1974, p. 321, grifos do autor). Neste último caso, concretiza-se apenas no contexto um dado valor significativo nas relações que podem estabelecer.

Em resumo, Lima (1974) aponta, em primeiro lugar, que as preposições são responsáveis por subordinar dois termos, *antecedente* e *conseqüente*, destacando suas características (condicionado ou não a modificações) e que, nesta subordinação, as preposições denotam cinco tipos fundamentais de relação: *lugar*, *tempo*, *modo*, *instrumento*, *causa* e *fim*; em segundo lugar, ao descrevê-las, estabelece a divisão das preposições entre *fortes* e *fracas*, sem esclarecer o porquê de algumas preposições guardarem sentido em si mesmas e de outras preposições estabelecerem apenas relações, concretizando valores significativos somente em contexto. Assim, embora o autor trate de cada uma das preposições de maneira individual, forneça, quando *fortes*, uma gama de sentidos que lhe são próprios e, por fim, mostre, quando *fracas* ou *fortes*, os tipos de relações que podem ser estabelecidas, a definição apresentada não se sustenta, visto que não se pode resumir os exemplos e sentidos listados à enorme variedade de usos que as preposições apresentam.

### **A vertente funcionalista**

Na perspectiva de Neves (2000), as preposições são definidas como itens gramaticais que pertencem à esfera das relações e processos e atuam na junção dos elementos do discurso, sendo divididas em três grupos distintos: a) preposições introdutoras de argumentos (*a*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *em*, *entre*, *para*, *por*, *sob* e *sobre*); b) preposições não introdutoras de argumentos (*ante*, *após*, *perante* e *sem*); c) preposições acidentais, que consistem em unidades linguísticas pertencentes a outras classes gramaticais que podem, por sofrer um processo de gramaticalização, operar como uma preposição em determinados contextos.

No que se refere a seu funcionamento, as preposições podem integrar duas situações distintas: *dentro do sistema de transitividade*, comportando-se como complemento verbal (*i.e.* como objeto direto, complemento de verbos transitivos indiretos, que se liga ao verbo necessariamente por meio de preposição), complementos nominais (*i.e.* como complemento de adjetivo, de substantivo), complemento de advérbio que também são precedidos de preposição; ou *fora do sistema de transitividade*, em que operam como um adjunto adnominal, adverbial ou quaisquer outras funções diferentes das de complemento. O sentido de uma preposição, como no caso de outros itens da língua, é definido no uso, no nível do texto. Assim, ao atuar dentro do sistema de transitividade, a preposição “tira seu valor das relações contraídas entre os elementos cuja junção ela efetua” (NEVES, 2000, p. 18); já quando opera fora do sistema de transitividade, a preposição pode, sim, estabelecer relações semânticas.

É interessante observar que, embora estabeleça uma divisão para distinguir o funcionamento das preposições de duas formas, Neves (2000) destaca que, para descrevê-las, é necessário considerar: “o seu valor unitário”; “a natureza dos termos em relação”; “a relação sintática entre o antecedente e o conseqüente”; “os traços semânticos dos dois termos em relação e a relação semântica que entre eles se estabelece” (NEVES, 2000, p. 18). Vale notar, entretanto, que “o seu valor unitário” não é efetivamente explorado durante a discussão dos exemplos<sup>1</sup> e a única evidência a respeito da natureza desse “sentido único” das preposições repousa no fato de que, a partir das ocorrências do uso e da relação desses itens com o texto, é possível assumir significado ou definir quaisquer funções.

Da proposta trazida, verificamos que, sem desprezar o grande mérito desta obra, a qual se propõe a analisar os usos da língua e a abordar as unidades linguísticas por meio da observação de um considerável conjunto de exemplos, a *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000) pode se aproximar de gramáticas tradicionais em muitos aspectos, como, por exemplo: propor a existência de um “sentido unitário”, mas não discuti-lo ou considerá-lo durante a exploração dos exemplos, o que também se observa em Cunha e Cintra (2008)<sup>2</sup>; deixar de fazer aproximações entre as descrições fornecidas e os exemplos das preposições em seus usos variados; não evidenciar quais são os termos *antecedente* e *conseqüente*, nem de que maneira interagem quando colocados em relação pela preposição; por partir de um funcionamento estritamente de ordem sintática (pertencer ou não ao sistema de transitividade) e afirmar, a partir dessa constatação, que a preposição ora possui sentido, ora não possui, coloca-se em dúvida a própria existência de um “sentido unitário” por ela sustentada, e isso pelo fato de tal sentido unitário não ser considerado quando ocorre seu esvaziamento em situações nas quais a preposição opera apenas como item relacional.

---

<sup>1</sup> Ver Romero (2011, 2013) para um maior aprofundamento dessa questão.

<sup>2</sup> Tal obra, inscrita na vertente *tradicional*, não foi analisada neste artigo. Contudo, também apresenta um estudo interessante a respeito das preposições brasileiras, conforme discutido em Vilela (2016a).

## A vertente cognitivista

A obra organizada por Rodolfo Ilari (2015)<sup>3</sup> dedica-se a analisar as palavras de classe fechada, grupo do qual as preposições fazem parte. Os autores do capítulo dedicado às preposições defendem que essas unidades são predicadoras relacionais, pois relacionam duas entidades, a saber, *figura* e *fundo* (objeto em foco e termo de referência) (ILARI et al., 2015, p. 203), e que seu sentido é explicado por uma relação de polissemia e não de homonímia. Haveria, portanto, um sentido prototípico – de ordem *espacial* – e os demais sentidos observados seriam resultantes de extensões desse sentido “de base”.

Considerando que uma preposição relaciona duas entidades, é possível perceber que essa “base espacial” corresponde à localização de um elemento no espaço/tempo em relação a um ponto de referência. A tentativa de compreender os variados sentidos adquiridos por uma preposição é orientada pela perspectiva cognitiva da linguagem, que possui recursos para explicar como esse processo ocorre, e pelo próprio processo de gramaticalização que, segundo eles, pode ser um forte aliado para recuperar o percurso histórico das preposições, cujos indícios são observados até nos usos atuais.

O cognitivismo busca explicar a linguagem por meio da cognição humana. No domínio das preposições, são mobilizadas três bases de conhecimento: *imagético*, *modelos cognitivos idealizados* e *a própria língua como base do conhecimento*. Essas bases são conduzidas pelas habilidades cognitivas através de recursos comparativos.

De maneira bastante sucinta, os *esquemas imagéticos* remetem à percepção de si e do próprio ambiente. Os *modelos cognitivos idealizados* consistem em construções conceituais que nos permitem formular a compreensão do mundo, consolidando, assim, as categorias e expressões capazes de descrevê-lo.

A *língua* é tratada *como base de conhecimento*. Ela proporciona bases para a comunicação através de recursos lexicais e morfossintáticos, e é por meio dela que moldamos nossos modelos cognitivos idealizados, pois ela nos fornece subsídios para saber quais experiências podem ou não ser percebidas dentro de um determinado contexto cultural, e para estabelecer limites metafóricos a determinados sentidos (por exemplo, tempo e espaço) (ILARI et al., 2015, p. 190).

Como mencionamos, os autores defendem a ideia de as preposições possuírem um sentido de base espacial<sup>4</sup> – característica também presente na significação de certos verbos, por exemplo, as preposições *de* e *para* e os verbos *ir* e *vir* –, que pode transportar-se também para o domínio temporal. Tal fenômeno, ao lado da metáfora, é denominado *transposição de esquemas*, e institui sentidos outros que podem ou não

---

<sup>3</sup> Na introdução dessa gramática, Rodolfo Ilari faz menção à variedade de autores e à diversidade de referenciais teóricos que acabaram por influenciar a composição da obra justamente por conta da trajetória dos próprios pesquisadores envolvidos. Pontualmente, Ilari destaca a influência das vertentes funcionalista e gerativista; todavia, no capítulo dedicado às preposições, fica bastante evidente que o enfoque dado ao estudo é de natureza cognitivista e, face a isso, optamos por denominá-la como “cognitivista”. É preciso, contudo, justificar que, mesmo com a predominância cognitivista, é possível encontrar, nele, aspectos da teoria multissistêmica de Ataliba T. de Castilho.

<sup>4</sup> As relações espaciais não são representadas apenas por meio das preposições e as preposições não representam somente relações espaciais. Por isso, no estudo das preposições, é necessário considerar outras unidades linguísticas que também englobam a noção de espaço em suas características.

trazer consigo resquícios do seu sentido originário ou prototípico. Aqui, para que outros sentidos proliferem por meio de metáforas, é necessário que esse sentido primeiro, bem como o seu uso, estejam consolidados. Dessa forma, os autores justificam:

É por isso que, do ponto de vista conceitual, a classe das preposições é fechada, para que seus elementos tenham um sentido de base bem estabelecido e possam ser usados em relações metafóricas. Conhecer a fundo o funcionamento das palavras de uma classe fechada revela muito sobre a estrutura de uma língua, e é uma boa maneira de entender o mecanismo de transposição de esquemas, cujo uso em qualquer língua é um fenômeno muito mais geral. (ILARI et al., 2015, p. 192).

Da análise realizada, concluímos destacando que, se os autores, no início, mencionam a existência de um sentido prototípico de base, nem sempre esse sentido é evidente no conjunto de exemplos selecionados, pois apresentam mais de um valor durante a descrição proposta; são tratados apenas os usos mais importantes das preposições, ou seja, os que fazem parte do conhecimento cognitivo dos falantes. Dessa forma, falta explorar exemplos considerados como expressões idiomáticas. Tais usos, constantes, poderiam fazer parte da identidade de uma preposição como qualquer outro tipo de sentença, uma vez que, como os próprios autores afirmam, os usos metafóricos<sup>5</sup> são advindos do sentido que apontam como o de base.

### **A vertente da semântica lexical**

O estudo ora abordado faz parte dos trabalhos de grande relevância por nós selecionados. No entanto, diferentemente das obras antes analisadas, tem-se aqui um trabalho que toma como ponto de partida questões ligadas à semântica e não à sintaxe.

O objetivo central do estudo de Berg (2005) consiste em descrever o comportamento semântico-lexical das preposições do PB, atentando-se para o conteúdo semântico dos papéis temáticos<sup>6</sup> dessas preposições. A autora conduz suas análises buscando responder a três questões, que são: saber se as preposições têm sentido, quais são esses sentidos e se são predicadoras. Para ela, responder a essas questões implica considerar, fundamentalmente, o conteúdo semântico dos papéis temáticos.

Na pesquisa desenvolvida, são priorizados apenas dois ambientes sintáticos em que a preposição ocorre: como objeto indireto e adjunto adverbial. As demais ocorrências são descartadas, como quando encabeçam complementos nominais, adjuntos adnominais, predicativos ou nos empregos caracterizados como expressões idiomáticas.

De saída, a autora afirma que nem todas as preposições são capazes de atribuir papel temático, mas que, independentemente desse fator, todas as preposições têm

---

<sup>5</sup> Destacamos que usos metafóricos devem, aqui, ser compreendidos não como uma figura de linguagem, mas como usos que seriam originados com base em um sentido primeiro (sentido prototípico).

<sup>6</sup> Na semântica lexical, compreende-se a noção de *papel temático* como a relação de sentido estabelecida entre um dado item lexical e seu predicador, entre o verbo e seus argumentos (sujeito e complementos). Para a abordagem, não somente verbos podem atribuir papel temático, mas também os seus argumentos. Os papéis temáticos têm sido alvo de estudos por diferentes correntes teóricas. Por exemplo, ocupa um lugar central da teoria de Princípios e Parâmetros, de Noam Chomsky – que denomina como *Critério-Theta*. Tal critério estabelece que deve haver a existência de uma correspondência entre os sintagmas nominais e os papéis temáticos, ou seja, cada sintagma da sentença recebe apenas um papel temático e cada papel temático é associado a apenas um sintagma (CANÇADO, 2013, p. 8).

sentido, algumas possuindo, porém, uma gama de sentidos mais específica do que outras. Assim como Lima (1974) e apoiando-se nas próprias acepções do gramático, assinala uma divisão para as preposições como *fracas* e *fortes*. As preposições *a*, *com*, *de*, *em*, *para* e *por* são consideradas fracas, possuindo mais variedade de sentido do que as demais; porém, é uma tarefa árdua estabelecer seu sentido fora do contexto em que estão inseridas; já as preposições *ante*, *após*, *até*, *contra*, *desde*, *entre*, *perante*, *sem*, *sob*, *sobre* são consideradas fortes e são mais previsíveis, uma vez que, mesmo fora do contexto, é possível atribuir-lhes um – ou poucos – sentidos mais bem demarcados.

Vale notar que a autora se compromete a discutir o porquê de algumas preposições, em certos ambientes, serem responsáveis por atribuir papéis temáticos e, em outros, não o fazer. Face a esse posicionamento, faz hipótese central de que todas as preposições, independentemente do ambiente em que se inserem, possuem sentido; em relação à atribuição dos papéis temáticos, afirma que as preposições podem, a depender do verbo com o qual ocorrem, atuar em duas funções: como uma preposição predicadora e como uma preposição funcional. As preposições predicadoras encabeçam argumentos que não são acarretados pelos verbos e atribuem papel temático a seus complementos, papel temático que nada tem a ver com o sentido intrínseco da preposição, mas com o tipo de ambiente semântico em que ela ocorre; já as funcionais encabeçam argumentos lógicos<sup>7</sup> acarretados pelos verbos, e não são responsáveis pela atribuição de papel temático, cabendo ao verbo a respectiva função.

Notamos que Berg (2005), assim como em outras obras que analisamos, também propõe que as preposições possuem um sentido básico, mas atenta para o fato de que esse sentido de base, quando tomado isoladamente, não corresponde ao conteúdo semântico do papel temático e nem sempre estará relacionado com o sentido das propriedades semânticas<sup>8</sup>. Não por mera coincidência entre os sentidos dos elementos que acompanham a preposição, a autora afirma que os sentidos das preposições têm, sim, forte ligação com o verbo ou o nome que as acompanha e, no caso das preposições funcionais, seu sentido pode se aproximar semanticamente ao de papel temático dos argumentos acarretados pelo verbo predicador (BERG, 2005). Diante dessa constatação, ainda que se tratando de uma preposição forte cujos sentidos são mais bem demarcados, perguntamo-nos se não estariam, aqui, sendo apontados os sentidos das relações das quais as preposições fazem parte. Em que consistiria, então, o sentido básico das preposições, dado também levantado pela autora? Destacamos que o recurso de conferir a uma preposição elementos de sentido naturais de outras unidades é fortemente utilizado em outras abordagens para descrever o seu comportamento; no entanto, durante esse processo, não conseguimos verificar em que consiste exatamente o sentido das preposições, uma vez que toda a descrição acaba sendo tomada pela influência do semantismo de outras unidades. Nesse aspecto, a visão apresentada por Berg (2005) não

---

<sup>7</sup> Tais argumentos não são vinculados às noções de complemento e adjunto presentes na gramática tradicional, mas estão relacionados à estrutura conceitual do predicador e possuem natureza semântica.

<sup>8</sup> As *propriedades semânticas* são o conjunto de propriedades determinadas a partir das “relações sistemáticas entre palavras e sentenças” (CANÇADO, 2015, p. 162). Conforme aponta Berg (2005), “o sentido das propriedades semânticas emerge da composição entre o sentido da preposição, mais o sentido do argumento em que ela está inserida, mais o verbo da sentença” (BERG, 2005, p. 121). Sendo assim, os papéis temáticos são definidos por um grupo de propriedades semânticas que foram estabelecidas a partir da classe dos verbos e, no português brasileiro, quatro delas são fundamentais: desencadeador, afetado, estativo e controle.

se afasta, por exemplo, da de Neves (2000), que também lança mão de elementos de sentido de outras unidades para tratar do sentido das preposições.

Considerando que a natureza predicadora das preposições é diferente da que ocorre com os verbos, essas unidades possuem argumentos que não são acarretados pelos verbos e são elas próprias as responsáveis pela atribuição de papel temático. Observemos o exemplo abaixo:

(01) João viajou *com* sua namorada

Em (01), o SN “sua namorada” não é um argumento acarretado pelo verbo, pois o verbo “viajar” não remete à ideia de que necessariamente é preciso “viajar com alguém”; portanto, o SN “sua namorada” é argumento da preposição COM. A autora explica que o papel temático de uma preposição será produto de um movimento de composição entre a relação do predicador e o seu complemento, mais a composição desse predicador complexo com o verbo que predica a sentença – principalmente se estivermos lidando com uma preposição fraca.

As preposições funcionais não atribuem papel temático e, neste caso, como o verbo opera como predicador da sentença, é o responsável por atribuí-lo. De outro modo, quando funcionais, o sentido que essas preposições possuem deverá ser fundamentalmente compatível com o papel temático do argumento acarretado pelo verbo. Preposições funcionais também podem ser caracterizadas como “preposições inerentes”, as quais parecem ser incorporadas aos verbos, tamanha a frequência com que figuram os mesmos ambientes. Um exemplo seria o do verbo *concordar* e a preposição *com*.

(02) Rosa *concorda com* a Maria

Trata-se de verbos que admitem a utilização de uma preposição específica, ocorrendo, geralmente, com preposições fracas.

Do estabelecimento das propriedades semânticas das preposições fracas, Berg (2005, p. 98) mostra que:

[...] a correlação entre os sentidos dessas preposições e as propriedades semânticas acarretadas pelos SPs que elas encabeçam são diretamente relacionados. Acreditamos que essa estreita correlação se deve ao fato de que o sentido dessas preposições é estabelecido pela própria composição da sentença, assim como as propriedades semânticas dos SPs, que são estabelecidas pela composição do sentido básico da preposição, mais o sentido do argumento em que ela está inserida, mais o sentido do verbo da sentença.

Embora proponha um trabalho bastante cuidadoso e minucioso tratando de um conjunto de preposições em PB, uma a uma, pelo viés da semântica, a tese de Berg ainda nos permite levantar algumas questões. Em primeiro lugar, o sentido das preposições nunca está nas próprias preposições? A pergunta se faz necessária pelo fato de o sentido ser apresentado ora como um produto da relação que estabelece com o seu complemento, quando a preposição funciona como um predicador complexo, ora como retirado do papel temático dos argumentos acarretados pelos verbos quando seu papel é funcional. Destacamos, ainda, que, tendo a autora estabelecido que o sentido dos papéis temáticos não se relaciona com o sentido das preposições, não é possível compreender

quais são os limites existentes entre esses sentidos, pois quando realizamos uma leitura dos exemplos e das análises, esses sentidos muito se aproximam, quando não chegam a se confundir. Em segundo, em quais aspectos a abordagem da semântica lexical se distancia da abordagem funcionalista, uma vez que ambas as propostas conferem às preposições elementos de sentido oriundos de outras unidades, como, por exemplo, o verbo? Vale dizer, ainda, que, assim como faz Ilari et al. (2015), Berg (2015) exclui outros usos das preposições. Tais empregos não poderiam contribuir para revelar aspectos importantes a respeito do comportamento dessas unidades?

### **A vertente enunciativa**

Fazendo um balanço das pesquisas até então expostas, observa-se a existência de grandes questões envolvidas no estudo da semântica preposicional e que dizem respeito à definição semântica da preposição, ao modo como essa definição explica os sentidos por ela adquiridos em discurso e à relação entre a “preposição Y” (termo conseqüente) e o termo X, antecedente a ser definido. Como se dão a relação, complementação e/ou subordinação entre os elementos que cercam a preposição? Tais elementos sempre se apresentam materializados no enunciado? Pode uma mesma preposição ter e não ter sentido em seus empregos? Em que consiste a identidade semântica de uma preposição?

Como fundamento para as discussões ora propostas, buscamos apoio em outra abordagem teórica, a saber, a *Teoria das Operações Enunciativas* (CULIOLI, 1999; DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011) e nos estudos acerca da semântica preposicional trazidos pela obra *Grammaire des prépositions* (FRANCKEL, PAILLARD, 2007), referencial para o qual não existem conteúdos anteriores ao uso da língua e, sim, uma identidade semântica de base relacional específica a uma dada preposição e que responde à variação observada a cada vez que dá seu emprego. Assim, para a compreensão do funcionamento de uma preposição, bem como do papel semântico que lhe é próprio, os autores apontam para a necessidade de se recorrer a um exame minucioso de seus usos, em número o mais variado possível, antes de formalizar a descrição que responda pela gama de sentidos originados na enunciação.

Partindo da constatação de que as unidades mais usuais da língua têm uma significação variável em função do enunciado, a caracterização da unidade linguística deve levar em conta a variabilidade das relações estabelecidas entre esta e seu(s) cotexto(s), isto é, o meio na qual se encontra inserida. Falar de relações unidade linguística-cotexto<sup>9</sup> implica uma compreensão dinâmica do processo de significação. Em um enunciado, pelo fato de as unidades que o compõem participarem ativamente da construção de sua interpretação, assume-se que a estabilização semântica de uma dada unidade – no caso, da preposição –, realiza-se pela e na própria interação, não existindo sentido prévio que lhe seja conferido ou sentidos anteriores à interação observada.

Considerando que a variação de sentidos de uma unidade provém da unidade em si e de seu cotexto, a definição que a caracteriza se encontra não em sentidos ou conteúdos extraídos desses elementos, mas em operações de linguagem que fazem cada uma das unidades em jogo ser apreendida como pólos de regulação de suas interações com o cotexto. No que se refere à preposição, esta não será apreendida como a tradução de um sentido que existiria independentemente do próprio material verbal no qual ela se

---

<sup>9</sup> O termo *cotexto* indica, aqui, se tratar da materialidade textual, do enunciado no qual se insere o sintagma preposicionado e sobre o qual se atua, e não do contexto extralinguístico ou situacional.

insere, o que atesta a impossibilidade de identificá-la, semanticamente, por meio de “sentidos de base” dos quais outros sentidos decorreriam por extensões. Como explica Franckel (DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 22, grifo do autor):

[...] a identidade de uma unidade se define não por algum sentido de base, mas pelo *papel específico que ela desempenha* nas interações constitutivas do sentido dos enunciados nos quais é ela posta em jogo. Esse papel é apreensível não como um sentido próprio da unidade, mas através da variação do resultado dessas interações. [...] o valor bruto da unidade é sempre um valor abstrato, uma épura, não uma designação, é um potencial e não um conteúdo.

Em outras palavras, se o sentido atribuído à preposição – quando esta se vê “dotada de sentido” – consiste no resultado de sua inserção discursiva, a sua definição (ou identidade semântica) deve ser buscada no próprio desenrolar do processo significativo, na interação que se verifica entre a preposição e os termos X e Y. A preposição é assim identificada por um funcionamento invariante, isto é, uma identidade semântica que lhe é própria, a definição de natureza metalinguística construída a partir da observação do próprio papel exercido pela preposição nas interações por ela integradas. Trata-se de uma representação de sua dinâmica de uso que só pode ser apreendida por meio da análise de diferentes empregos dos quais se deve dar conta.

Constituindo-se como uma constante de funcionamento que sustenta os empregos de uma preposição, a *identidade semântica* evidencia a regularidade da dinâmica observada a cada vez que essas unidades se inserem em um enunciado. São esquemas operatórios generalizáveis que se manifestam sempre no uso da preposição e que permitem compreender, para além das especificidades características da língua em uso e da ampla variação semântica que nela se faz presente, a sistematização necessária à reflexão gramatical. A natureza destes esquemas tem por fundamento a operação de *orientação* (CULIOLI, 1999) em sua articulação com operações postas em jogo pelas preposições: seja com a “divisão” do domínio de Y, termo que segue a preposição, em zonas, seja com o “discernimento” de X, isto é, com o fato de Y atribuir a X propriedades que não necessariamente lhe dizem respeito. Sobre a operação de orientação, De Vogüé, Franckel e Paillard (2011, p. 91) salientam que: “Todo termo (em seu sentido mais amplo: sequência, frase, unidade lexical etc.) é tomado em relação a um outro termo, previamente dado, que tem, nessa relação sempre assimétrica, o estatuto de “orientador” [repère]”.

Ainda no que tange à divisão do domínio de Y ou ao discernimento de X, os autores têm sustentado que, enquanto a divisão implica, por parte da preposição em jogo, a associação de um domínio a Y (termo que a segue) a ser configurado em zonas que não decorrem necessariamente do espacial, bem como o estabelecimento de um vínculo entre X e a zona estabelecida, o discernimento implica um modo de apreensão de X por Y a partir da atribuição de determinadas propriedades que não teriam como definir X intrinsecamente, pelo fato de estas não serem suas propriedades constitutivas (FRANCKEL; PAILLARD, 2007).

A metodologia de análise dos enunciados fundamenta-se no cruzamento das duas ordens de operações acima entrevistadas. Na relação X PREP Y, por ser Y considerado orientador da relação, trata-se de verificar qual termo será por ele orientado, uma vez que X não é um termo efetivamente presente no enunciado (não é, por exemplo, o verbo). Em linhas gerais, considerando a relação X PREP Y, assumimos

que: 1º) se o termo Y (consequente) é o termo que segue a preposição, o termo X não é evidente, nem necessariamente explícito no enunciado. Há, portanto, uma relação assimétrica entre X e Y; 2º) Y confere determinações específicas a X, termo a ser evidenciado, segundo a natureza da identidade semântica da preposição e o fato de ela ser uma preposição de divisão ou de discernimento. É assumido também que a interação VERBO-PREP decorre de uma combinatória entre dois predicados (o verbo e a preposição), com graus diferentes de imbricação entre os parâmetros próprios à identidade semântica de cada um<sup>10</sup>. Trata-se, ainda, de verificar qual relação (divisão ou discernimento) se observa e como representá-la em termos de uma *identidade semântica*, forma invariante que define uma dada preposição.

Visto que, nesta abordagem, o sentido das unidades linguísticas é definido pelo papel desempenhado na dinâmica de interação em que operam os elementos linguísticos do enunciado, pondera-se que tal sentido só será acessado por meio de reformulações e paráfrases cuidadosamente controladas, mecanismo denominado *glosa*.

A *glosa* consiste num tipo de reformulação em que o “acesso à identidade de uma unidade pode ser constituído pela análise metodologicamente controlada do papel que ela desempenha nos enunciados em que é colocada em jogo, papel analisado frente ao contexto convocado” (DE VOGÜÉ; FRANCKEL; PAILLARD, 2011). A *glosa* busca, assim, evidenciar a regularidade dinâmica observada a cada vez que a preposição se enuncia e isso por meio, por exemplo, da permutação<sup>11</sup> de uma preposição com outras preposições (ver ex. 03), do confronto de enunciados diferentes que contenham a mesma preposição (ver ex. 04), do confronto entre enunciados aparentemente semelhantes (ver ex. 05), do confronto de enunciados em que se observam a presença ou ausência de preposição (ver ex. 06), e da análise das várias interpretações decorrentes de uma mesma construção (ver ex. 07), em que há o que se conhece por “ambiguidade”: a) Potter me acompanhou na visita às docas; b) Potter é corretor de seguros e intermediou a minha visita às docas, pois me vendeu um pacote de viagem. São esses confrontos e manipulações que permitem formalizar características específicas de cada preposição e sua ampla variação semântica, como ilustramos abaixo:

- (03) Dividir doze maçãs COM/POR/ENTRE três pessoas.
- (04) Eu concordei COM ele / Estava contaminado COM o vírus.
- (05) Falei COM ela / Conversei COM ela.
- (06) Mariana namora o Leo / Mariana namora COM o Leo.
- (07) Contratei COM Potter uma visita às docas de Nelson.

Em suma, empenhamo-nos em pôr em prática estratégias de reformulação dos enunciados a partir de contextos discriminativos nos quais a preposição se faz ou não

---

<sup>10</sup> Considerando que um dado verbo mobiliza parâmetros semânticos abstratos de um modo singular (ROMERO; TRAUZZOLA, 2014; ROMERO, 2017) e que a preposição apresenta uma identidade semântica de natureza relacional, dada a identidade que lhe é característica, observam-se relações em que “X e Y correspondem, ambos, a um parâmetro [evocado pelo] verbo, [ou então] [...] ou X, ou Y, ou nem X, nem Y, corresponde a um parâmetro [evocado pelo] verbo” (FRANCKEL; PAILLARD, 2007, p. 30). Ver, a esse respeito, Romero, Vilela e Alvarenga (no prelo).

<sup>11</sup> O confronto entre duas sequências se deve ao fato de que as diferenças e aproximações de sentido são manifestadas no vai-e-vem das reformulações possíveis.

presente ou é confrontada com outras preposições capazes de ocupar a sua posição na relação. É neste trabalho contínuo em que se opera sobre a linguagem que nos fundamentamos para recuperar o que há de invariante e sistemático em relação à significação de uma preposição – sua identidade semântica –, pois, ao confrontar enunciados com cada uma de suas reformulações possíveis, espera-se, “no exame das *diferenças* que se manifestam nesse vai-e-vem” de um enunciado à sua reformulação (DE VOGÜE; FRANCKEL; PAILLARD, 2011), delinear uma aproximação de suas propriedades semânticas constitutivas<sup>12</sup>.

## Considerações finais

Do exposto, decorre o quadro 1, que traz uma síntese das diferentes vertentes examinadas.

Quadro 1. Síntese dos aspectos analisados

	LIMA (1974)	NEVES (2000)	ILARI et al. (2015)	BERG (2005)	FRANCKEL, PAILLARD (2007)
<b>Descrição do que é uma preposição</b>	Palavra invariante que subordina um termo da frase a outro, sendo o segundo termo sempre dependente do primeiro.	Palavra pertencente à esfera das relações e processos. Atuam na junção de elementos do discurso.	A preposição é uma predicadora relacional.	A preposição participa de relações. É caracterizada como <i>predicadora</i> ou <i>funcional</i> .	A preposição é um relator R em X(R)Y. Y, orientador da relação, confere determinações a X.
<b>Descrição do modo de apresentação dos termos <i>antecedente</i> e <i>consequente</i></b>	O <i>antecedente</i> é a palavra que opera como núcleo na construção e é a que será modificada pelo termo <i>consequente</i> , complemento que segue a preposição.	A natureza dos termos colocados em relação e o modo como interagem são considerados, mas não são explicitados na explanação.	A preposição atua na relação entre entidades: <i>figura</i> e <i>fundo</i> , i.e. objeto em foco e termo de referência. Na relação, <i>figura</i> e <i>fundo</i> podem ser objetos ou eventos.	A preposição <i>predicadora</i> encabeça argumentos que não são acarretados pelo verbo e atribui papel temático a seus complementos; a <i>funcional</i> encabeça argumentos lógicos acarretados pelo verbo, e não atribui papel temático.	X é o termo <i>antecedente</i> e Y, o termo <i>consequente</i> . Y é facilmente identificável no enunciado, pois segue a preposição. X é de natureza complexa e demanda ser recuperado, na maioria dos casos, por meio da própria interação verificada.
<b>Natureza do semantismo da preposição</b>	Há preposições que guardam sentidos em si mesmas ( <i>fortes</i> ) e outras que não têm sentido, expressando unicamente um	A natureza do sentido da preposição é definida no nível intrafrásico. Quando atua dentro do	Explica-se o sentido da preposição por uma relação de ordem polissêmica. Existe um	O significado é a combinação de sentido somado à referência. A preposição tem sentido em todos os	A preposição tem uma identidade semântica cuja natureza difere daquela em termos de um conteúdo

<sup>12</sup> Ver, a esse respeito, Romero (2011, 2013) e Vilela (2016a).

	sentimento de relação. Estas adquirem potencial significativo apenas quando contextualizadas ( <i>fracas</i> ). Um grupo de preposições estabelece apenas relações, um segundo grupo, além de estabelecer relações, também pode apresentar múltiplos sentidos bem delimitados. São delineadas cinco relações fundamentais estabelecidas pela preposição: <i>lugar, tempo, modo, instrumento, causa e fim</i> .	sistema de transitividade, não possui sentido; já quando atua fora do sistema de transitividade, estabelece relações semânticas. Mesmo havendo uma divisão em que ora a preposição possui sentido, ora não possui, destaca a necessidade de se considerar um sentido unitário, sem que este seja explorado nas análises.	sentido de base de ordem espacial e do qual decorrem os demais sentidos da preposição. Um sentido de base espacial relaciona-se à localização de um elemento no espaço/tempo em relação a um ponto de referência. Trata-se de um sentido que não é definido em termos de conteúdo, mas por meio de bases que são conduzidas e ordenadas pelas habilidades cognitivas humanas e por recursos comparativos.	ambientes em que ocorre, mas algumas têm sentidos mais bem demarcados ( <i>fortes</i> ) do que outras ( <i>fracas</i> ). O sentido da preposição é de natureza polissêmica. A preposição pode apresentar mais de um sentido e seu sentido, na maioria dos casos, pode ser estabelecido fora dos contextos em que ocorre.	único. Não há sentido primeiro, estabelecido previamente ao enunciado. O sentido decorre da interação de elementos que compõem o enunciado. A identidade semântica recupera um esquema de <i>funcionamento</i> de base relacional, invariante, que é responsável por justificar os sentidos observados a cada vez que a preposição é inserida em discurso.
--	--	--	---	--	--

**Fonte: Produção dos autores**

O panorama traçado nos levou a examinar como ocorre a relação mediada por uma preposição que coloca em jogo a existência dos termos *antecedente* e *consequente*. Nessa relação, somos convocados a (re)pensar a materialidade do termo antecedente, pelo fato de haver a necessidade de recuperá-lo em casos em que ele não se encontra diretamente expresso no enunciado. Esse fato é um dos que, justamente, não são explorados pelas obras analisadas que, quando abordam tal questão, se limitam apenas a descrever a natureza morfológica desses termos, como o faz Lima (1974), e não o papel e os efeitos que desencadeiam na referida relação.

De maneira geral, sugerir a existência de um significado unitário ou de base não nos parece suficiente para compreender o funcionamento da preposição face a seus variados usos. A descrição de uma multiplicidade de sentidos também se mostra questionável quando se pensa na possibilidade de se alcançar a enumeração dos sentidos que uma preposição pode potencialmente apresentar.

Por fim, o aspecto mais instigante consiste em se considerar, para uma mesma preposição, uma possível flutuação semântica relacionada ao fato de ela poder ou não ter sentido. Se se assume a existência de um sentido de base ou um significado unitário que nos parece ser descrito como inerente a uma preposição, qual seria o fenômeno responsável por inibi-lo, ou ainda, por fazer desaparecer esse significado nos casos em que a preposição é tida como destituída de sentido?

Embora estejamos diante de estudos que abordam a classe das preposições de maneira cuidadosa e vão além de apontar que essas unidades “ligam termos”, ainda assim acreditamos que o estado atual das descrições nos permite levantar um leque interessante de questões, de um lado, por não fornecerem uma definição semântica unitária para cada preposição capaz de responder pela variação atestada em seus diferentes empregos, de outro, por não considerarem certo número de empregos. Por essas razões, demandam-se outras análises que possam contribuir para o desenvolvimento da problemática.

Certamente, a vertente enunciativa à qual nos filiamos não está isenta de questionamentos. Entretanto, como temos defendido desde o início, o que interessa, neste artigo, não é simplesmente contestar, mas propor um exercício crítico e reflexivo que contribua para o avanço das pesquisas no campo. E, sem dúvida, embora os estudos aqui mencionados não esgotem o tema, eles são significativos e nos motivam na busca por respostas que tragam uma melhor compreensão dos problemas apontados.

## REFERÊNCIAS

BERG, M. *O comportamento semântico-lexical das preposições no português do Brasil*. 2005. 128 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

\_\_\_\_\_. Relações predicativas das preposições. *ABRALIN*, São João del Rei: UFSJ, v. 8, n. 2, p. 101-116, jul./dez. 2009.

CANÇADO, M. *Os papéis temáticos*. Manuscrito. 2013. Disponível em: <<http://www.letas.ufmg.br/profs/marciacancado/dados/arquivos/os%20papeis%20tematicos.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DE VOGÜÉ, S. Os princípios organizadores da variedade das construções verbais. *ReVEL*, v. 9, n. 16, p. 276-315, mar. 2011.

DE VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. *Grammaire des prépositions*. Tome I. Paris: Ophrys, 2007.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola, 2006 [1977].

ILARI, R. *A linguística e o ensino de língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. T.2, Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ILARI, R.; CASTILHO, A. T.; LEITÃO, M. L.; KLEPPA, L. A.; BASSO, R. M. A preposição. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*: volume IV: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015. p. 163-310.

LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1974.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROMERO, M. Le fonctionnement sémantique de la préposition POR en portugais brésilien. *Faits de Langues*, Les Cahiers, Paris: Ophrys, n. 3, p. 209-232, 2011.

\_\_\_\_\_. Processos enunciativos e identidade semântica da preposição POR. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 46, p. 149-170, jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Léxico, invariância y actividad de lenguaje. In: GARCÍA-MOLINS, A. L., JIMÉNEZ, D. J. (Ed.). *Enacción y léxico*. Valencia: Tirant Humanidades, 2017. p. 121-142.

ROMERO, M.; TRAUZZOLA, V. S. L. Identidade lexical, funcionamento enunciativo e variação semântica para a Teoria das Operações Enunciativas. *Calidoscópico*. Rio Grande do Sul, v. 12, n. 2, p. 239-248, mai./ago. 2014.

ROMERO, M.; VILELA, T. R. O uso interproposicional de POR em uma descrição unitária de funcionamento da preposição. In: DIAS, L. F. et alli (Org.) *Enunciação e materialidade linguística*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015. p. 6-18.

ROMERO, M.; VILELA, T. R.; ALVARENGA, C. D. M. *ROMPER COM* no português brasileiro: modos de integração da preposição COM à relação predicativa. *II Seminário Enunciação e materialidade linguística*. UFMG, 2016. (no prelo)

VILELA, T. R. *Educação léxico-gramatical: um estudo semântico-enunciativo da preposição COM*. 2016a. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016a.

\_\_\_\_\_. *Relatório Científico MS*. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2014/22458-1). 106f. São Paulo, 2016b.

**Recebido em:** 07/11/2016

**Aprovado em:** 14/09/2017

# Os pronomes *nós* e *a gente* no português falado em Rio Branco

**Marinete Rodrigues da Silva**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil  
neety2303@gmail.com.br

**Roberto Gomes Camacho**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil  
camacho@ibilce.unesp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1558>

## Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo em tempo aparente da variação dos pronomes *nós* e *a gente*, na fala da comunidade rio-branquense no Acre, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos da teoria da variação e mudança linguística. O corpus foi constituído por 40 gravações, de fala natural, realizadas nos anos de 2011 e 2012. Para a seleção dos informantes, consideramos variáveis sociais como sexo, escolaridade e idade. A variável dependente, alternância entre *nós* e *a gente*, circunscrita à posição de sujeito, objeto e complemento, tem como fatores condicionadores de natureza interna a natureza da referência e a concordância verbal. A análise dos dados permitiu constatar que o sintagma nominal *a gente* parece já estar incorporado à gramática da comunidade rio-branquense, embora ainda esteja em concorrência com a variante *nós*.

**Palavras-chave:** sociolinguística; variação; pronomes *nós* e *a gente*.

## The pronouns *nós* [we] and *a gente* [the people] in the Portuguese variety spoken in Rio Branco

### Abstract

This paper has as objective to present a study in an apparent time of the variation between the pronouns *nós* [we] e *a gente* [the people], in the speech community of Rio Branco, in Acre State, following the theoretical and methodological assumptions of the language variation theory and change model. The corpus is constituted by 40 texts of natural speech, recorded in 2011 and 2012. The informants selection was processed on the basis of the social variables, such as gender, educational level and age; the dependent variable, the alternation between *nós* [we] and *a gente* [the people], circumscribed to the position of subject, object and complement, has as internal nature conditioners factors the nature of reference and verbal agreement. The analysis of data suggests that the nominal phrase *a gente* [the people] is already embodied into the grammar of the speech community, albeit still in competition with the variant *nós* [we].

**Keywords:** sociolinguistics; variation; pronouns *nós/a gente*.

## 1. Introdução

Pesquisas mostram que, nos últimos anos, a forma substantivada *a gente*, usada como pronome, está em concorrência com a forma pronominal *nós* no Português do Brasil (PB), tendo, inclusive, já se constituído como uma das variantes linguísticas do sistema pronominal. Para comprovar a presença dessa variação no PB, apresentamos a seguir alguns exemplos registrados na pesquisa de Lopes (2003).

- (1) No que o moço cantava/o judeu meteu mentes, e levo-o a ssa casa, / pois se foram as gentes. (século XIII – Cantiga de Santa Maria)
- (2) mas o monge lla cuidou fillar, mas disse-ll a gente. (século XIII – Cantiga de Santa Maria)
- (3) Se esta gente... Não queres padeçam vitupério... (século XIV, Lusíadas, I, 38, 3-5)
- (4) Juiz – Agora vamos nós jantar (Quando se dispõem para sair, batem a porta). Mas um! Estas gentes pensam que um juiz é de ferro! Entre, quem é? (século XIX, O juiz de Paz na roça, Pena 1815-1848).
- (5) *a gente* é obrigada a aturar umas tantas coisas na vida (século XX, O Simpático Jeremias, Tojeiro 1918:27)
- (6) *a genti* comprava aquelas folha i custurava tudu pra istudá, hoje em dia só queri colocá capa num sei di quê, capa num sei du quê... (século XXI, retirado do córpus desta pesquisa)
- (7) *nois* dois nunca brigamu i até hoji si a sinhora vê nossa brincadêra cmu é qui é... (século XXI, retirado do córpus desta pesquisa)

Os exemplos acima mostram que a variante *a gente* sempre existiu no PB, alterando, todavia, ao longo do tempo, sua funcionalidade. As razões dessas alterações podem ser buscadas na Teoria da Variação em termos da atuação de fatores linguísticos e extralinguísticos na fala da comunidade.

O objetivo específico deste trabalho é centrar o foco nesse fenômeno variável, na variedade falada em Rio Branco, Acre, com a finalidade específica de verificar que fatores condicionadores, sejam eles linguísticos ou sociais, interferem nas escolhas de uma ou de outra forma, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos da teoria da variação e mudança linguística desenvolvida por Labov (2008).

O córpus utilizado para a análise provém de 40 gravações de fala natural, obtidas mediante entrevistas feitas com informantes de Rio Branco, realizadas nos anos de 2011 e 2012. A seleção dos informantes levou em consideração as seguintes variáveis sociais: sexo, escolaridade e idade. A variável dependente, alternância entre *nós* e *a gente*, circunscrita às posições de sujeito e de complemento, tem como grupos de fatores condicionadores de natureza interna a especificidade ou não especificidade da referência e a concordância do sujeito com o verbo. Este trabalho se restringe a esses grupos de fatores de natureza interna e externa que foram selecionados como relevantes pelo Goldvarb.

A pesquisa assim delimitada pretende confirmar ou rejeitar as seguintes hipóteses:

- (1) Há uma tendência da variante *a gente* se apresentar com maior frequência por todos os informantes;
- (2) Há uma tendência de falantes de idade mais elevada preferirem a forma conservadora *nós* em vez de *a gente* e vice-versa;

- (3) Há uma tendência de encontrar uma maior frequência de uso da forma inovadora no discurso das mulheres;
- (4) A especificidade da referência favorece preferencialmente *nós* e a não especificidade, *a gente*;
- (5) A concordância de 3ª pessoa favorece o uso da variante *a gente*.

Apresentamos inicialmente uma breve abordagem dos estudos anteriores dos pronomes *a gente* e *nós* e, em seguida faremos a discussão das variáveis consideradas pelo Varbrul como relevantes na aplicação da regra. Finalizam este trabalho as considerações finais.

## 2. Os pronomes *nós* e *a gente* na literatura

O trabalho pioneiro sobre os pronomes *nós* e *a gente* no Português falado no Brasil foi feito por Omena (1996 apud TAMANINE, 2002, p. 33). A autora analisa, na fala de 48 informantes cariocas, as formas pronominais *nós* e *a gente* na função de sujeito, considerando três variáveis sociais: idade, gênero e escolaridade. Seus dados revelam que o uso de *a gente* ao invés de *nós* tem maior probabilidade quando o falante usa essa forma como primeira menção ao referente na sequência discursiva, que se mantém sem alteração ao longo do texto (adultos 0.81 e crianças 0.78). Quando se usa *nós* como primeira menção sem alteração da referência no texto subsequente, a probabilidade maior é a de que o falante continue usando *nós* (adultos 0.86 e crianças 0.75).

Analisando o grupo idade, Omena (1996 apud TAMANINE, 2002) comprovou que, no discurso dos mais jovens, há uma maior frequência de uso da variante *a gente*, evidenciando forte indicativo, segundo a teoria sociolinguística, de um processo de mudança em curso. O fator escolaridade também é considerado relevante para a alternância das formas *nós* e *a gente*. Segundo os resultados de Omena (1996 apud TAMANINE, 2002, p. 35),

O ginásio influencia o comportamento do falante para que use mais *nós* (.78) e, conseqüentemente, menos *a gente*. Já entre o primário (.66) e o 2º grau (.61) a diferença apresentada no uso de *nós* foi insignificante. Omena atribui o uso elevado de *nós* pelos adultos com primário em razão de que no 4º ano inicia-se o estudo sistemático da conjugação verbal (*nós* com -*mós*). Também essa seria a razão do uso de *nós* no ginásio. Quanto ao 2º grau, o uso elevado de *a gente* é atribuído ao uso da gíria e de mais formas de tratamento informais.

Albán e Freitas (1991) também investigaram a variação *nós* e *a gente* no *cópus* do projeto NURC/Salvador. Os resultados obtidos revelam que idade foi a variável mais significativa, e são os mais jovens (25 a 30 anos) que demonstram preferência por *a gente*, já que os informantes com mais de 56 anos optam mais pela forma *nós*, confirmando, assim como Omena, a mudança em curso (TAMANINE, 2002, p. 35). É importante salientar que Omena analisa o português falado por informantes de baixa escolaridade, enquanto Albán e Freitas (1991), o português culto falado por informantes universitários.

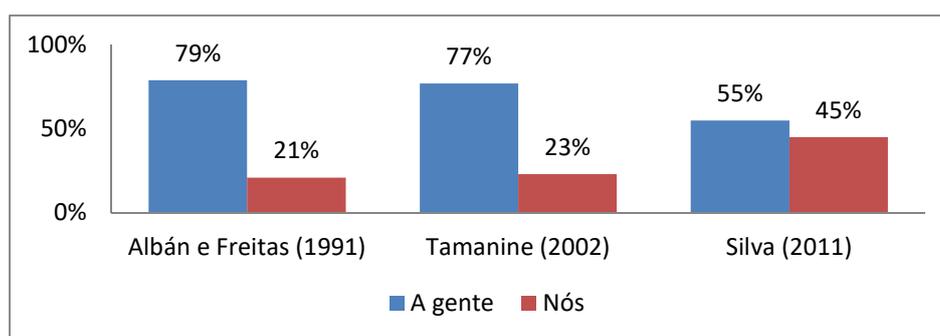
Lopes (1993) analisou a alternância de *nós* e *a gente* no português falado culto do Brasil, com o intuito de observar que fatores sociais e linguísticos condicionam o uso desses pronomes na função sintática de sujeito. Os resultados obtidos pela autora apontam que, no português culto falado, o uso do pronome *nós* é favorecido quando o informante

tem escolaridade de nível superior. Dos grupos considerados na análise, idade e gênero foram escolhidos como mais relevantes. Os informantes mais jovens mostram uma preferência pela forma inovadora, *a gente*, e o pronome *nós* ocorre com maior frequência no discurso dos mais idosos. Quanto ao grupo sexo, são as mulheres que privilegiam o uso de *a gente*, enquanto os homens privilegiam o uso de *nós*, demonstrando serem mais conservadores que as mulheres.

Tamanine (2002), por seu lado, mostra haver preferência de uso pela forma inovadora *a gente* nas cidades de Lages e Blumenau. Quanto à idade, são os mais jovens que mais tendem ao uso de *a gente*, atuando, portanto, como agentes propulsores da mudança. Outro grupo de fatores relevantes para a pesquisa foi escolaridade; na variedade falada em Blumenau, os informantes com maior grau de escolaridade são os que apresentam maior preferência pelo uso de *a gente*.

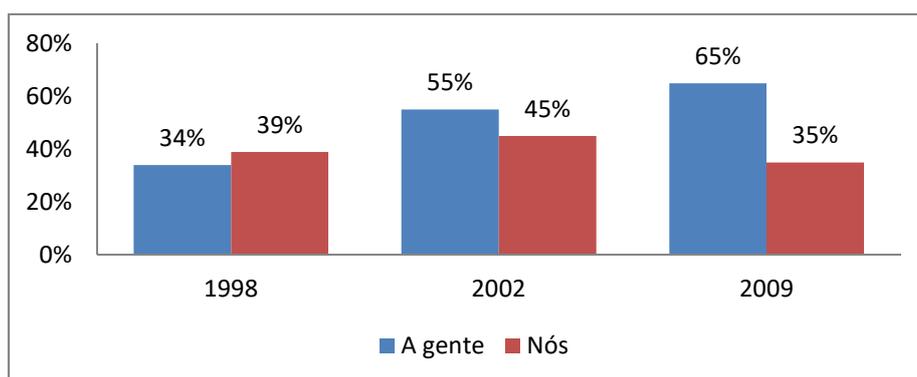
Silva (2011) investigou os usos linguísticos dos pronomes *nós* e *a gente* na fala dos moradores do bairro de Nazaré, em Belém do Pará. Os resultados mostram que, no discurso dos mais jovens, o *a gente* ocorre com maior frequência. Informantes acima de 46 anos usam mais *nós* (60%), enquanto os mais jovens privilegiam *a gente* (55%). Segundo a autora, esses resultados apontam para a existência de um equilíbrio no uso das duas formas pronominais.

Uma análise comparativa de todos os resultados, representada pela Figura 1, mostra que o grupo de fatores com maior relevância para determinar a mudança em direção a uma possível substituição de *nós* por *a gente* é a distribuição por tempo aparente, propiciada pela diferença de idade, que se verifica na tendência dos informantes mais jovens de favorecerem o uso do *a gente*. Mesmo assim, esse favorecimento não permite falar de mudança entre as duas formas pronominais, considerando a análise do Varbrul em termos de pesos relativos. É com esse tipo de instrumento estatístico que o pesquisador pode interpretar e compreender o resultado final da investigação de fenômenos variáveis.



**Figura 1. Distribuição dos valores percentuais referente ao uso dos pronomes *a gente* e *nós* na fala dos informantes mais jovens**

Outro aspecto observado é o fato de termos, em todas as pesquisas anteriores, uma alternância de usos das formas *a gente* e *nós* no português do Brasil. Para especificarmos um pouco mais esses resultados, expomos na Figura 2, abaixo, alguns dados das pesquisas anteriormente mencionadas.



**Figura 2. Distribuição geral do uso de *a gente* e *nós* referente aos trabalhos anteriores**

Os dados da Figura 2 permitem constatar que a forma *a gente* é mais usada nos anos de 2002 e 2009. Em 1998, os falantes usam com mais frequência a forma pronominal *nós*. Os valores percentuais nos levam a deduzir a ocorrência de um processo de mudança em curso, que, todavia, não é possível afirmar com certeza, uma vez que, conforme já mencionado, as estatísticas mais confiáveis fornecidas pelo Varbrul são pesos relativos e não médias percentuais.

É importante salientar que não apresentamos de forma linear os fatores analisados nos trabalhos anteriores, já que encontramos grupos de fatores diferentes em cada pesquisa, fato que dificulta a comparação entre os resultados e, em consequência, a confirmação da existência de um processo de mudança. Conforme já mencionado, outro ponto relevante é o fato de os trabalhos anteriores não apresentarem pesos relativos.

A seção seguinte apresenta os resultados obtidos em nossa própria análise, seguidos de uma discussão comparativa com os resultados das pesquisas anteriores. Considerando que o objeto de estudo da teoria da variação é a língua falada em uso no contexto social, no caso específico deste trabalho, a comunidade rio-branquense, a análise das formas *a gente* e *nós* se baseia em dados de língua falada. Como se trata de uma análise sociolinguística variacionista, centramos o foco da análise quantitativa nos pesos relativos fornecidos pelo pacote estatístico Goldvarb.

### **3. As variantes *a gente* e *nós* no português falado em Rio Branco**

Mediante amostra dos dados, foram computadas, pelo programa estatístico Goldvarb, 1061 ocorrências de uso das formas pronominais *a gente* e *nós*, das quais 814 (76.7%) são casos de uso do pronome *a gente* e 247 (23.3%) são casos de uso do pronome *nós*, como apresentado na Tabela 1. Nossos resultados corroboram os das pesquisas anteriormente discutidas (OMENA, 1978 apud TAMANINE, 2002; ALBÁN; FREITAS, 1991; LOPES, 1993; TAMANINE, 2002; SILVA, 2011), que apontam para o uso mais frequente da forma *a gente*.

Dos grupos de fatores sociais e linguísticos considerados para a análise, os que apresentaram maior relevância para a aplicação da regra foram sexo, idade, a referência específica ou não específica da forma em uso e o tipo de concordância. Centramos este artigo na análise dos resultados de cada um desses grupos.

### 3.1 Sexo

Tanto no discurso dos homens (68%) quanto no discurso das mulheres (82%), há uma preferência de uso pela forma *a gente*.

**Tabela 1. Distribuição das ocorrências de uso das variantes *a gente* e *nós* por sexo**

	A GENTE			NÓS		
	FREQUÊNCIA	%	PESO	FREQUÊNCIA	%	PESO
Masculino	299/439	68.1	0.383	140/439	31.9	0.617
Feminino	515/622	82.8	0.583	107/622	17.2	0.417

Considerando, no entanto, os pesos relativos, a variante *nós* (0.61) tem maior frequência no discurso dos homens, e *a gente*, no discurso das mulheres (0.58). Como se trata de um possível processo de mudança em que a inovadora é a forma *a gente*, são as mulheres que parecem estar liderando-o; é possível, nesse caso, que a relação entre prestígio e estigmatização não se aplique de modo direto entre a variante conservadora (*nós*) e a inovadora (*a gente*).

Esses resultados estão de acordo com os princípios desenvolvidos por Labov (2008), já que, na variedade de Rio Branco, usar *a gente* não consiste em usar a forma não padrão, mas uma forma neutra em termos de prestígio social. Devemos lembrar também que a mudança do contexto leva à mudança de valores sociais compartilhados. Nesse aspecto, o papel da mulher na sociedade atual mudou, com a conquista do mesmo grau de liberdade do homem, além de as mulheres terem assumido diferentes papéis sociais como força de trabalho.

### 3.2 Idade

O grupo de fatores *idade* é considerado, nos trabalhos anteriores, como fator relevante para a escolha dos pronomes *a gente* e *nós*, revelando a preferência da faixa etária mais jovem pelo uso de *a gente* (OMENA, 1978 apud TAMANINE, 2002; ALBÁN; FREITAS, 1991; MONTEIRO, 1994), o que acena para uma situação de mudança em progresso em tempo aparente.

Os resultados da análise demonstram que esse grupo de fatores realmente influencia a escolha das formas pronominais *a gente* e *nós*, apresentando o valor do *input* acima do ponto neutro (0.781). Constatamos que, independentemente da idade, os informantes usam mais a forma *a gente* do que a forma *nós*. A Tabela 2 apresenta a distribuição das ocorrências computadas pelo Goldvarb.

**Tabela 2. Distribuição das ocorrências de uso das variantes *a gente* e *nós* por idade**

	A GENTE			NÓS		
	N/TOTAL	%	PESO	N/TOTAL	%	PESO
10 aos 12 anos	230/309	74.4	0.449	79/309	25.6	0.551
15 aos 21 anos	270/314	86.0	0.632	44/314	14.0	0.368
32 aos 51 anos	196/233	84.1	0.597	37/233	15.9	0.403
61 aos 73 anos	118/205	57.6	0.276	87/205	42.4	0.724

Tarallo (1990, p. 65) afirma que a inexistência de diferenças marcantes de uso entre diferentes faixas etárias mostra que o fenômeno em questão consiste mais numa variável estável. Para que se flagre uma mudança em progresso, é preciso que a variante mais inovadora (neste caso, a forma pronominal *a gente*) seja mais frequente entre os jovens, decrescendo em relação à faixa etária mais velha, distribuição não constatada nos dados. Os dados da Tabela 2 mostram, de fato, a existência de uma frequência maior da forma *a gente* entre os informantes mais jovens; ao compararmos, todavia, as duas faixas etárias mais jovens (10 aos 12 anos e 15 aos 21 anos), verificamos haver um decréscimo de frequência no uso da forma pronominal *a gente*, o que parece obstruir um provável processo de mudança em curso. O que dizem os dados, na realidade, é que, independentemente da faixa etária, os informantes usam mais a forma *a gente* do que a forma *nós*. Em razão dessa distribuição, os resultados não favorecem a mudança, mas apenas uma possível tendência a esse processo.

Os dados permitem verificar ainda uma maior frequência de uso da forma *a gente*, na fala dos informantes de 15 a 21 anos (0.63). É difícil deduzir que fatores motivam esse resultado, mas é possível perceber que a escolaridade não interfere nessa distribuição de dados, já que são os informantes com faixa etária intermediária que apresentam em seu discurso maior frequência de uso da forma *a gente*, mesmo dispondo de maior grau de escolaridade, ou seja, ensino superior completo. Em contraposição, os informantes situados na maior faixa etária (mais de 60 anos) são os que mostram uma maior probabilidade de uso da forma pronominal *nós*, independentemente, inclusive, de disporem somente dos quatro anos de ensino fundamental.

Todos os trabalhos anteriores que estudaram esse fenômeno (OMENA, 1978 apud TAMANINE, 2002; ALBÁN; FREITAS, 1991; LOPES, 1998; TAMANINE, 2002) mostram que os mais jovens são os que usam mais a forma pronominal *a gente*, o que parece indicar um processo de mudança, segundo o olhar desses pesquisadores. Essa tendência não é a mesma mostrada por nossos resultados, uma vez que, segundo os dados calculados pelo Goldvarb, a variante *a gente* é favorecida no uso dos informantes situados nas faixas etárias intermediárias. De qualquer modo, são os informantes dessas duas faixas etárias que têm perspectiva de integrar o mercado de trabalho ou já estão nele integrados. Esse fator de mobilidade social pode ativar um apego pela forma inovadora.

### 3.3 Referência específica e não específica

Analisamos as duas formas pela diferença entre os modos específico e não específico de referência. Consideramos como referência específica quando, no enunciado, o falante faz referência ao sujeito determinado eu + ele; e, como referência não específica, quando, no enunciado, a pessoa do discurso tem uma referência genérica do tipo eu + eu ampliado (BENVENISTE, 1976), conforme exemplificam (8) e (9) respectivamente:

(08) Aí o pai, o fogo tava bem pertim, fez o pai passa devagar com *a gente* aí num dava.

(09) *A gente* se esconde aí elis tem que pega a gente.

No primeiro exemplo, o informante utiliza a forma pronominal *a gente* com referência específica, pois, o contexto do discurso permite inferir que o falante faz referência, na frase, a ele e a seus irmãos. Já no segundo exemplo, a variante *a gente* está sendo usada para estabelecer uma referência não específica; com efeito, para explicar uma

brincadeira, o falante usa a variante *a gente*, com referência a qualquer pessoa, não especificando o sujeito (eu + eu ampliado). É importante salientar que a análise desse grupo de fatores foi realizada com base no contexto discursivo.

Lembremos que uma das hipóteses do presente trabalho é a de que a forma *a gente*, embora seja considerada de referência mais genérica e indeterminada que o pronome *nós*, conforme diz Omena (2000 apud SILVA, 2011), vem ganhando força também na referencialidade específica/determinada. Essa forma que se refere à não pessoa foi-se tornando, paulatinamente, pessoa do discurso nas palavras de Benveniste (1976), sendo, inclusive, no uso atual, um modo de referência à primeira pessoa, no caso, o “eu”, aquele que propõe o enunciado.

Os resultados da amostra confirmam nossa hipótese, já que a forma pronominal *a gente* é empregada com maior frequência em enunciados em que representa referência específica (693/932). Apesar de o uso da forma *a gente* apresentar o maior número de ocorrências, quando o falante faz uso em sua construção frasal do constituinte específico (eu + ele; eu + outra pessoa), é a referência não específica que favorece mais o uso, com peso igual a 0.810, em conformidade com os resultados de Lopes (1999). Estudando a tipologia do sujeito, a autora percebeu a ocorrência de altos índices percentuais e de peso relativo para o uso genérico e impessoal de *a gente* e baixos índices para o emprego dessa forma como referência específica. Esses resultados podem representar uma tendência para uma especificação funcional do uso alternativo de *a gente* e *nós*, com uma distribuição de referência não específica e específica, respectivamente, mas essa dedução ainda necessita de mais pesquisa para ser comprovada.

### 3.4 Forma de concordância

Para a análise desse grupo de fatores, partimos dos pressupostos da gramática normativa, que rotula como concordância “própria” a forma padrão e como concordância “imprópria” o uso da forma não padrão. Mostramos em (10) e (11) alguns exemplos de concordância padrão e, em (12) e (13), alguns exemplos de concordância não padrão

- (10) Na quinta serie né que *a gente num sabe* de nada aí eles vão explicar pra gente antes de começar as aulas. [...] Marcava o horário Lá na na losa a gente anotava.
- (11) Bom *nois fiquemu* em primero<sup>1</sup>.
- (12) Eu e minha Irma *nois tia* que ser o exemplo.
- (13) ... Ai depois que a gente veio imhora pro calafate, ... ai *a gente vemos* pra cá, pra iscolinha ali, não sei se você conhece, escolinha Potigua ali.

Procuramos, portanto, examinar esse grupo de fatores para verificar se a concordância com as variantes estudadas, *a gente* e *nós*, co-ocorre com a 1ª pessoa do plural ou com a 3ª pessoa do singular, para identificar a presença ou ausência de desinência – de número e pessoa.

---

<sup>1</sup> Apesar do uso da variação não padrão de “ficamos” como *fiquemos*, o que estamos entendendo aqui como padrão é a concordância de primeira pessoa do plural.

**Tabela 3. Distribuição de uso das variantes *a gente* e *nós* conforme o fator forma de concordância**

	A GENTE			NÓS		
	N/TOTAL	%	PESO	N/TOTAL	%	PESO
padrão	795/949	83.8	0.60	154/949	16.2	0.45
não padrão	19/112	17.0	0.05	93/112	83.0	0.94

Pelos resultados apresentados na Tabela 3, os valores apontam para o favorecimento de *a gente* com o verbo na 3ª pessoa do singular (83.8%, peso de 0.60). Todavia, os pesos relativos para a concordância de *nós* apontam o uso expressivo de concordância não padrão (83,0%, PR de 0,94).

Menon (1997, p. 163) levanta a hipótese de que o falante utiliza a forma pronominal *a gente* na 1ª pessoa do plural por hipercorreção: “[...] o traço de primeira pessoa do plural estaria tão completamente assimilado pelo falante que, por insegurança linguística, faria a concordância de *a gente* com forma verbal de morfema –mos, como forma de demonstrar ‘erudição’”. As gramáticas tradicionais trazem algumas considerações sobre esse tipo, geralmente na seção dedicada à silepse de pessoa:

No português popular, tanto da Europa como do Brasil e de África, a palavra *gente* costuma levar o verbo para a 1.ª pessoa do plural: A gente perdemos sempre, mas nunca que desistimos... (CUNHA E CINTRA, 1985, p. 616).

Encontramos, sobre o português de Portugal, comentário sobre esse uso na parte referente à concordância verbal: “O povo liga frequentemente a gente com o valor de nós o predicado no plural da 1ª pessoa” (DIAS, 1970, p. 32).

Os valores permitem enfatizar a existência de uma maior tendência para o uso da concordância não padrão *nós vai* (PR 0.95), do que para o uso da concordância padrão *nós vamos* (PR 0.42); quanto à concordância do verbo com o sintagma *a gente*, ainda que o falante rio-branquense utilize com maior frequência a forma pronominal *a gente* com verbos de 3ª pessoa do singular (*a gente vai*), o peso relativo é baixo (0.58), quase chegando à neutralidade. É importante lembrar, todavia, que, das ocorrências computadas, encontramos um caso de uso da forma pronominal *a gente vamos*, o que parece indicar um processo de hipercorreção. Em construções com a forma não padrão *a gente vamos*, o valor do peso é totalmente desfavorecedor com um peso relativo de 0.05.

Por mais frequente que seja o uso da forma *a gente* com concordância de 3ª pessoa, não é possível afirmar que esse tipo de ocorrência esteja diretamente vinculado ao conhecimento da norma padrão da língua, uma vez que o uso de *nós* com concordância de 3ª pessoa do singular implica um desconhecimento dos padrões normativos. Esses resultados representam uma evidência da perda das marcas morfológicas (DUARTE, 1993). Em função dessa perda, a preferência do falante rio-branquense pela forma *a gente* com verbo na 3ª pessoa do singular, em consonância com os resultados gerais apresentados por falantes de outras variedades, indica a adoção de uma forma menos comprometedoras em termos normativos, já que o uso de *nós* implica, em boa parte, usar muitas formas proparoxítonas, como *fôssemos*, *levávamos*, *comíamos* etc., que nem sempre o falante menos escolarizado domina completamente.

Diante desses resultados, vemos que os grupos *sexo*, *idade*, *referência* e *tipo de concordância* propiciam o uso da forma pronominal *a gente*, ativando, no português falado em Rio Branco, uma preferência por seu uso em detrimento do uso de *nós*.

Comparando os valores do *input* de cada grupo com o *input* geral, que representa a força da regra, vemos que são esses grupos que garantem a preferência de uso da forma pronominal *a gente*, evidenciando uma mudança no sistema pronominal no português falado em Rio Branco ainda embrionária e não definitiva, em função de coexistência das duas variantes.

Em relação à significância estatística, constatamos não haver nenhuma possibilidade de comportamento aleatório da variável em relação aos grupos de fatores analisados, uma vez que a significância foi 0.000.

### Considerações finais

Os resultados permitiram constatar que o sintagma nominal *a gente* parece já estar incorporado à gramática discursiva da comunidade rio-branquense, embora ainda em concorrência com o pronome *nós*. A visão de que a variante *a gente* é considerada não padrão, pela gramática normativa, não é a compartilhada pelos informantes, que, pelo comportamento demonstrado nos dados, não a consideram um erro ou desvio das normas.

Podemos concluir que a comunidade rio-branquense não dispõe de um único recurso para o emprego das formas alternativas *a gente* e *nós*, mas recursos variados em função da contribuição dos fatores sociais e linguísticos. Nesse caso, o grupo de fatores que mais influencia o uso da forma pronominal *a gente* é idade, que, entretanto, carece ainda de dados mais conclusivos para determinar sua relevância em termos de mudança em tempo aparente.

Outro grupo de fatores decisivo é o tipo de referência e a natureza da concordância verbal. O uso de *a gente* é altamente expressivo na fala da comunidade com referência não específica, também mais favorecido com a concordância de 3ª pessoa. Entendemos que esses dois fatores linguísticos são decisivos para determinar uma maior frequência na seleção de *a gente* em detrimento de *nós*.

### REFERÊNCIAS

ALBÁN, M. del R.; FREITAS, J. Nós ou a gente? *Estudos linguísticos e literários*, Salvador: UFBA, n. 11, p. 75-89, 1991.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional, 1976.

BRUSTOLIN, A. K. B. da S. *Itinerário do uso e variação de nós e a gente em textos escritos e orais de alunos do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis*. 2009. 245 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93178>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

CÂMARA, J. M. Jr. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CUNHA E CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, A. E. da S. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 107-128.

GUY, G. R.; ZILLIS, A. *Sociolinguística quantitativa: Instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

LABOV, W. *O quadro social da mudança linguística*. In: LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, C. R. S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA*, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998.

\_\_\_\_\_. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. 1999. 174 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português. *Frankfurt am Maim*, Madrid: Vervuert/Iberoamericana, v. 18, p. 174, 2003.

MENON, O. S. P. Uso do pronome sujeito de primeira pessoa do português do Brasil. *Anais do II ELFE – Encontro Nacional sobre Língua Falada e Escrita*, Maceió, 1997. p. 396-402.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática de português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

PAIVA, M. da C. de; DUARTE, M. E. L. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 2003.

SILVA, L. B. C. da. *Nós/agente: variação ou mudança*. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Belém, 2011. Disponível em: <<http://www6.unama.br/ppgclc/attachments/article/56/N%C3%B3s%20a%20gente;%20varia%C3%A7%C3%A3o%20ou%20mudan%C3%A7a.PDF>>. Acesso em: 28 out. 2012.

TAMANINE, A. M. B. A alternância nós/a gente no interior de Santa Catarina. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24549/D%20%20TAMANINE,%20ANDREA%20MARISTELA%20BAUER.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 set. 2012.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

**Recebido em:** 15/08/2016

**Aprovado em:** 20/01/2017

# A construção na hora que sob a ótica da sociolinguística variacionista<sup>1</sup>

**Diego Minucelli Garcia**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil  
diegominucelli@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1626>

## Resumo

Com base na visão sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), objetiva-se investigar, entre as diferentes formas de *na hora que*<sup>2</sup> (*na hora em que*, *na hora que*, *a hora que*, *hora que*), se há uma distribuição sociolinguística definida, caracterizando um fenômeno variável no sentido laboviano, ou se o uso dessas diferentes formas apenas reflete uma redução fonética (LEHMANN, 1982; HEINE et al., 1991) que afeta a locução em processo de construcionalização (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Para a análise dos dados, extraídos do Banco de dados Iboruna, foram considerados quatro fatores sociais: *gênero*, *faixa etária*, *nível de escolaridade* e *renda familiar* do informante. Os resultados mostraram que não há diferenças sociolinguísticas significativas entre as formas, mas indícios de que elas sejam microconstruções em processo de mudança.

**Palavras-chave:** sociolinguística variacionista; mudança linguística; construcionalização.

## The construction *na hora que* [by the time] from the variationist Sociolinguistic perspective

### Abstract

Based on the variationist Sociolinguistic view (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), this article aims to investigate, between the different forms of *na hora que* [by the time] (*na hora em que* [by the time that], *na hora que*, *a hora que*, *hora que* [when]), whether there is a defined sociolinguistic distribution, characterizing a variable phenomenon in the Labov's sense, or if the use of these different forms only reflects a phonetic reduction (LEHMANN, 1982; HEINE et al., 1991) that affects the phrase in constructionalization (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). For the data analysis, extracted from the Iboruna database, four social factors were considered: *gender*, *age*, *education level* and *family income* of the interviewee. The results showed no significant sociolinguistic differences between the forms, but there are evidences that these forms are micro-constructions in changing process.

**Keywords:** Variationist Sociolinguistic; linguistic change; constructionalization.

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste trabalho foi elaborada como trabalho de disciplina de pós-graduação intitulada “A mudança linguística na perspectiva variacionista”. O estudo é parte de uma pesquisa mais ampla, que vem sendo desenvolvida, sobre a construcionalização da locução *na hora que*.

<sup>2</sup> Apesar de *na hora em que* ser a forma mais completa da construção, optou-se por utilizar *na hora que* como representativa de todas as formas do item (*na hora em que*, *na hora que*, *a hora que*, *hora que*), por ser, entre as formas com maior número de ocorrências, a que preserva o maior número de itens da forma original.

## Introdução

As constantes mudanças pelas quais passam a língua resultam ora de inovações completas, ora de renovações, de novos usos conferidos a palavras já conhecidas pelos falantes (MEILLET, 1948). Esta segunda situação, que revela um reaproveitamento do vocabulário linguístico, tem sido fruto de inúmeras pesquisas, dada a vasta quantidade de novos usos empregados a palavras já existentes no léxico. Muitas dessas pesquisas sobre mudança linguística têm sido feitas tanto no Brasil quanto no exterior, baseadas em abordagens funcionalistas, e vários estudos sob essa perspectiva demonstram que os advérbios e locuções adverbiais são fonte para o desenvolvimento de conectivos oracionais. Entre esses estudos, apenas para citar alguns, estão as pesquisas de Hopper e Traugott (1993), Braga (1999a, b; 2001a, b), Lima-Hernandes (2000; 2004) e Oliveira (2012; 2013).

No português brasileiro, a unidade linguística *na hora que* tem apresentado características de locução conjuntiva de tempo, como apontam os exemplos de (01) a (04), em que estão presentes outras formas dessa construção (*na hora em que*, *na hora que*, *a hora que*, *hora que*). Esse funcionamento de *na hora que* indica que sua formação e seu funcionamento atual no português podem ser resultado de um processo de mudança linguística, que teria transformado em locução conjuntiva o sintagma preposicionado [na hora] modificado por uma oração relativa iniciada pelo pronome *que*:

- (01) “geralmente dá quinze panquecas... doze a quinze panquecas... uma ao lado da o(u)tra como a gente gosta de fazê(r)... e coloco no forno com que(i)jo... derretê(r)... [Doc.: ai que ruim] e... meu marido gosta muito de queijo ralado então o dele tá sempre lá do lado como eu num gosto muito... *na hora em que ele vai por o molho vermelho por cima ele já... joga o que(i)jo ralado... e é só comê(r)*” (IBORUNA-AC-080)
- (02) “você pega a goiabada você derrete um pedaço dela... com um po(u)co de água... *na hora que ela fica bem cremosa dura... você pega esse creme branco e mistura com a... calda... da goiabada*” (IBORUNA-AC-106)
- (03) “ai eu eu sempre de(i)xo num estacionamento d’um:: supermercado o:: meu carro ai eu desço a pé até o banco... e:: era umas três:: e quinze três e meia da tarde... êh:: eu fui dá(r) uma/ eu de(i)xei ele saí fui po banco... *a hora que eu tava manobran(d)o... manobran(d)o o carro pra estacioná(r)...* êh:: três pessoas... *abriram a porta do meu carro...* êh:: um do meu LAdo do lado do passage(i)ro e entrô(u) mais dois atrás e colocô(u) um revólver na minha cabeça... e::... ai:: assim mandô(u) ficá(r) quieto” (IBORUNA-AC-077)
- (04) “Ela arremessô(u) a faca eu num senti NADA num doeu NADA NADA NADA... *hora que eu vi tava jorran(d)o sangue...* acho que POR DEUS que tinha uma toalha de banho (ela apertô(u)) (inint.) e (saímos) pro postinho” (IBORUNA-AC-027)

Além disso, como é sabido, a mudança linguística pode ser fruto de um confronto entre duas ou mais variantes linguísticas. Em uma visão variacionista, o novo uso de uma palavra que já faz parte do inventário lexical pode apresentar variações, por estar concorrendo com uma palavra já existente no léxico. O resultado dessa “competição” entre formas variantes pode levar à instauração de uma mudança, com a permanência de apenas uma das formas no sistema linguístico (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972). A cada uma das formas variantes, como prevê a

abordagem laboviana, poderão estar correlacionados fatores sociais que serão responsáveis por definir o equilíbrio da variação, conduzindo a uma situação de “variação estável” ou efetivamente de “mudança linguística”, nos termos de Labov (op. cit.).

Neste trabalho, busca-se analisar se ao emprego da construção<sup>3</sup> *na hora que* e suas diferentes formas mais e menos reduzidas, a saber, *na hora em que*, *na hora que*, *a hora que* e *hora que*, associam-se fatores sociais específicos, de modo que se possa falar em situação de variação entre duas ou mais dessas formas. Caso essa associação não se observe, é provável que a existência dessas diferentes formas seja resultado de *atrição fonológica* (LEHMANN, 1982) ou, nos termos de Heine et al. (1991), *erosão fonética*, que afeta a locução em processo de mudança via construcionalização (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), conforme será detalhado adiante. Os dados analisados são representativos do português falado no interior paulista, como também será mais bem detalhado na segunda seção deste artigo.

O texto encontra-se dividido em quatro partes: em um primeiro momento, serão apresentados aspectos teóricos que nortearão as análises: a sociolinguística variacionista e o processo de construcionalização. Na sequência, apresentam-se o corpus e a metodologia de análise. Na terceira seção, apresentam-se os resultados da análise dos dados e discutem-se os encaminhamentos indicados por esses resultados em relação às duas hipóteses de investigação mencionadas anteriormente. Por fim, na última seção do texto, encontram-se as considerações finais.

## 1 Aspectos Teóricos

### 1.1 A variação em perspectiva sociolinguística

A língua, como suporte para a transmissão das informações que o falante deseja expor, é um ambiente propício a inovações e, também, a possíveis conflitos entre diferentes formas com mesmos significados. Tanto as inovações quanto os conflitos ocorrem no uso, uma vez que é de forma espontânea e natural que o inventário de palavras do indivíduo é colocado em prática, ou seja, em um contexto de uso, as possíveis inovações ou variações ocorrem naturalmente, impulsionando a evolução e a constante mudança da língua (LABOV, 2008).

A sociolinguística é a disciplina responsável pelo estudo da língua em seu contexto de uso na comunidade de fala. Alkmim (2012, p. 33) afirma, nesse sentido, que:

[...] o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade linguística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de

---

<sup>3</sup> O termo *construção* é entendido com base na perspectiva construcional, segundo a qual a língua é composta de construções, que são formadas por um pareamento de forma e de significado (CROFT, 2001; GOLDBERG, 1995, 2006).

redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

É importante destacar que, segundo Alkmim (2012), em razão da grande quantidade de variedades, naturalmente, algumas se impõem a outras, não recebendo o mesmo prestígio de seus falantes. A variedade padrão, então, tende a ser a considerada culta por alguns e a exigida em situações mais formais. O prestígio que algumas variedades recebem, porém, não anula a existência de outras, que, por serem reflexo de fatores sociais, podem, muitas vezes, ser mais recorrentes em uma comunidade de fala em geral do que as variedades de prestígio mais elevado.

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 126) afirmam, como um dos princípios gerais da mudança linguística, que “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade”. Com isso, eles demonstram que, se a língua passa por uma mudança, então certamente há um período em que duas variantes estão em disputa. No entanto, nem toda variação implica mudança linguística. Outros fatores, como os fatores sociais *idade, gênero, classe social e grau de escolaridade* podem interferir no processo, definindo uma situação de simples variação estável ou efetivamente de mudança linguística.

Na perspectiva laboviana, essa interferência de fatores sociais fundamenta-se no grau de prestígio das variantes nas comunidades em que são empregadas. Assim é que, sempre em correlação com os resultados de outros fatores sociais, a faixa etária dos informantes pode indicar que a variável se encontra em situação de variação estável se há predomínio no emprego da variante estigmatizada por falantes que representam as faixas etárias intermediárias. Se o que se observa é, por outro lado, um padrão caracterizado por maior frequência de uso da forma inovadora por falantes mais jovens, tem-se a indicação de um processo de mudança em andamento (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972).

Do mesmo modo, os fatores *gênero, classe social e escolaridade* indicam a natureza da variação linguística na comunidade investigada a partir da noção de prestígio. Nesse sentido, a distribuição equilibrada de uma forma inovadora na fala de informantes tanto do gênero feminino quanto masculino, de falantes pertencentes tanto a níveis mais baixos quanto a mais altos da sociedade e com grau de instrução mínimo e elevado são caracterizadores de variação estável. Por outro lado, a frequência predominante de uma das variantes em análise por um dos grupos sociais é reveladora de um processo de mudança em curso ou já instaurada na comunidade linguística. Assim, novamente em razão do grau de prestígio social adquirido pela forma linguística, há indício de uma *mudança em progresso* se o emprego de uma forma inovadora é mais frequente na fala de homens com baixo grau de escolaridade e representantes de estratos econômicos mais baixos da sociedade; e há evidência de uma *mudança instaurada* se o emprego da forma inovadora já se encontra fixado como padrão na fala de mulheres e/ou de falantes com graus de escolaridade mais elevados e pertencentes a níveis socioeconômicos mais altos (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972).

Ressalte-se que, para o fenômeno aqui em estudo, a forma de maior prestígio equivaleria àquela que possui mais itens da forma fonte (*na hora em que*) e,

supostamente, as de menor prestígio seriam, assim, as que reduzem esses itens sucessivamente, isto é, *na hora que, a hora que e hora que*.

## 1.2 Construcionalização

A construcionalização é um processo de mudança linguística que tem como base a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001). Fundamentando suas descrições conjuntamente em propriedades formais e funcionais, em uma perspectiva que é, portanto, antimodular, a Gramática de Construções constitui uma teoria geral de representação sintática que reconhece que a forma básica de uma estrutura sintática é uma *construção*.

As construções são formadas, segundo Croft (2001), por um pareamento de forma (propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas) e significado (propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais) e são organizadas nos sistemas gramaticais de modo a formar uma rede construcional. Abaixo, encontra-se a representação esquemática de uma construção, de acordo com Croft (2001):

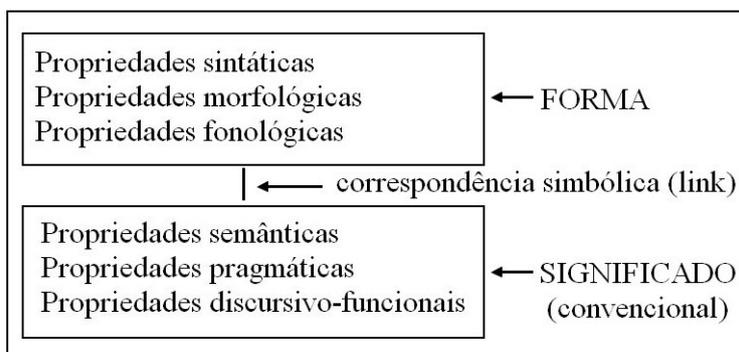


Figura 1. Modelo de representação simbólica da construção

Fonte: Croft (2001, p. 18)

Por meio das propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais, o significado, como observado na Figura 1, representa todos os aspectos convencionalizados da função da construção, os quais, conectados aos seus aspectos formais por um *link* de correspondência, constituem, juntos, uma unidade simbólica de forma e função, o que equivale exatamente a uma construção.

Com base no conceito de construções, a evolução da língua, por meio de mudanças gramaticais, é vista como resultado de uma mudança construcional. Esse tipo de mudança assume o conceito de construção como um pareamento de forma e significado no sentido de Croft (2001).

A construcionalização, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), é um processo de mudança linguística por meio do qual há combinação de novos signos, formando um novo pareamento de forma-significado e, portanto, criando uma nova construção. Nas palavras dos autores:

Construcionalização é a criação (combinação) de novos signos forma<sub>nova</sub>-significado<sub>novo</sub>. Ela forma novos tipos de nós, os quais têm nova sintaxe ou morfologia e novo significado codificado na rede linguística de uma população de falantes. É acompanhada por mudanças nos graus de esquematicidade, produtividade e

composicionalidade. A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micropassos e, portanto, é gradual. Novas microconstruções podem ser criadas gradualmente, mas podem também ser instantâneas. Microconstruções criadas gradualmente tendem a ser de procedimento, e as criadas instantaneamente tendem a ser de conteúdo<sup>4</sup> (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 21-22, tradução nossa).

Resultado de reanálises sequenciais de forma e de significado, a construcionalização, nos termos de Traugott (2012), seria, desse modo, acompanhada por mudanças no grau de *esquematicidade*, que equivale a aumento ou diminuição de abstração semântica e sintática da construção, no grau de *produtividade*, ou seja, no desenvolvimento de novos tipos de construção ou na extensão de padrões já existentes para novos tipos e, no grau de *composicionalidade* da forma, o que equivale a dizer no nível de acesso semântico das subpartes que integram a construção.

A redução fonética, que está intimamente ligada à mudança no grau de composicionalidade das formas, é um processo que pode atingir a construção e que possibilita a identificação da gramaticalização de uma forma (LEHMANN, 1982). No eixo paradigmático proposto por Lehmann (2002), a redução fonética, chamada pelo autor de *atrição fonológica* (*phonological attrition*), atinge o item linguístico, modificando seu peso paradigmático. Da mesma forma, a mudança no grau de composicionalidade, proposto por Traugott (2012), também atinge a construção, tornando-a mais convencionalizada e menos composicional.

No caso de *na hora que* e suas diferentes formas, a redução fonológica, com o apagamento gradual da preposição *em*, antes e depois do N [hora], e do determinante [a], seria um indício de que a construção estaria se tornando cada vez menos composicional. Seguindo a direção da redução fonológica, as formas da construção passariam a ser cada vez mais interpretadas como uma locução conjuntiva e menos como um sintagma nominal determinado e modificado por uma oração relativa. Nesse sentido, *hora que*, que apresenta maior grau de atrição fonológica e possui seus itens mais integrados uns aos outros, seria a forma menos composicional.

## 2 Procedimentos Metodológicos

### 2.1 Material de investigação

O material de investigação utilizado neste estudo foi constituído a partir do banco de dados IBORUNA, representativo da fala da região Noroeste do estado de São Paulo. O cópua para este estudo é formado por todos os inquéritos da Amostra Censo, composta de 152 amostras de fala controladas sociolinguisticamente, cada uma dividida em cinco tipos de texto: narrativa de experiência, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião. No total, foram coletadas 287 ocorrências com as quatro formas de *na hora que*.

---

<sup>4</sup> Constructionalization is the creation of form<sub>new</sub>-meaning<sub>new</sub> (combinations of) signs. It forms new type nodes, which have new syntax or morphology and new coded meaning in the linguistic network of a population of speakers. It is accompanied by changes in degree of schematicity, productivity, and compositionality. The constructionalization of schemas always results from a succession of micro-steps and is therefore gradual. New micro-constructions may likewise be created gradually, but they may also be instantaneous. Gradually created micro-constructions tend to be procedural, and instantaneously created micro-constructions tend to be contentful (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 21-22).

## 2.2 Metodologia

A língua, segundo Labov (2008), é uma forma de comportamento social e se desenvolve num contexto social no momento em que os seres humanos comunicam suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros.

A variação no comportamento linguístico não exerce, em si mesma, uma influência poderosa sobre o desenvolvimento social, nem afeta drasticamente as perspectivas de vida do indivíduo; pelo contrário, a forma do comportamento linguístico muda rapidamente à medida que muda a posição social do falante. Essa maleabilidade da língua sustenta sua grande utilidade como indicador de mudança social (LABOV, 2008, p. 140).

Dessa forma, segundo a perspectiva sociolinguística, as análises feitas sobre o funcionamento da língua devem levar em consideração os fatores sociais nos quais se insere, de modo a estabelecer o contexto de uso e observar seu real funcionamento frente a esses fatores. Nesta análise, os seguintes fatores sociais serão considerados, já clássicos nos estudos sociolinguísticos:

- 1) Gênero do informante: *masculino, feminino*;
- 2) Faixa etária: *7 a 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 55 anos, mais de 55 anos*;
- 3) Nível de escolaridade: *1º ciclo do ensino fundamental, 2º ciclo do ensino fundamental, ensino médio, ensino superior*;
- 4) Renda familiar: *até 6 salários mínimos, de 6 a 10 salários mínimos, de 11 a 24 salários mínimos, acima de 25 salários mínimos*;

Depois de tabulados, os dados foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb (SANKOFF; SMITH; TAGLIAMONTE, 2005), para a obtenção da distribuição percentual das ocorrências<sup>5</sup>.

## 3 Análise de dados

A Tabela 1, abaixo, apresenta a distribuição de ocorrências de cada forma e sua respectiva porcentagem em relação ao total de dados. Como pode ser observado, há apenas 1 ocorrência de *na hora em que*, o que evidencia o apagamento frequente da segunda preposição na formação da locução conjuntiva.

**Tabela 1. Quantidade de ocorrências de acordo com sua forma**

Na hora em que		Na hora que		A hora que		Hora que	
1	0,3%	84	29,3%	161	56,1%	41	14,3%

A perda da preposição “em” pode ser vista como um fato que reforça o estatuto de locução conjuntiva temporal de *na hora (em) que*. A estrutura completa de uma oração subordinada adjetiva relativa conta com a preposição e o pronome (*em que*), diferentemente das formas mais conjuncionais, em que “em” não aparece e o estatuto pronominal de *que* se torna obscurecido.

<sup>5</sup> Para este trabalho, não foram gerados os pesos relativos dos fatores por não se tratar de variável binária. Foram consideradas, assim, para esta etapa do estudo, apenas as frequências percentuais das ocorrências.

A forma *na hora em que*, que está composta por todos os elementos da construção (*prep + det + N<sub>temporal</sub> + prep + que*), será apresentada isoladamente, por ter ocorrido apenas uma vez em todo o banco de dados. A ocorrência em questão é a transcrita abaixo:

- (05) “geralmente dá quinze panquecas... doze a quinze panquecas... uma ao lado da o(u)tra como a gente gosta de fazê(r)... e coloco no forno com que(i)jo... derretê(r)... [Doc.: ai que ruim] e... meu marido gosta muito de queijo ralado então o dele tá sempre lá do lado como eu num gosto muito... *na hora em que ele vai por o molho vermelho por cima ele já... joga o que(i)jo ralado... e é só comê(r)*” (IBORUNA-AC-080).

No Quadro 1, estão descritos os fatores associados à ocorrência que, conforme se nota, é empregada por um falante do gênero feminino, adulto, com ensino médio completo e renda familiar média:

**Quadro 1. Fatores sociais da construção *na hora em que***

Fatores	Na hora em que
Gênero do informante	Feminino
Faixa etária	26 a 35 anos
Escolaridade	Ensino médio
Renda familiar	Até 5 salários mínimos

Como *na hora em que* ocorreu apenas uma vez no banco de dados, não é seguro afirmar que as características descritas são, de fato, as mais frequentes na forma completa da construção. Desta forma, a análise dos fatores a seguir ocorrerá sem a presença dessa forma, evitando que os resultados sejam possivelmente enviesados por essa ocorrência.

### 3.1 Gênero do informante

Neste primeiro fator, que reflete o uso das formas da construção pelos gêneros masculino e feminino, os resultados revelam que *na hora que* e *a hora que* apresentam a maior parte de suas ocorrências reproduzidas por mulheres, enquanto *hora que* possui pouco mais de 50% de suas ocorrências por falantes do gênero masculino. Os resultados percentuais estão expostos na tabela 2.

**Tabela 2. Gênero do informante**

	Na hora que	A hora que	Hora que
<b>Masculino</b>	36 / 42,9%	74 / 46%	<b>22 / 53,7%</b>
<b>Feminino</b>	<b>48 / 57,1%</b>	<b>87 / 54%</b>	19 / 46,3%
<b>TOTAL</b>	84 / 100%	161 / 100%	41 / 100%

Apesar de a forma *hora que* apresentar a maior parte de suas ocorrências na fala de informantes do gênero masculino, em valor absoluto, essa diferença significa apenas três ocorrências, o que é pouco para afirmar a existência de variação nesse caso.

Também nas outras duas formas, *na hora que* e *a hora que*, nota-se certo equilíbrio, principalmente em números absolutos, entre o emprego das formas por homens e mulheres na comunidade investigada. De todo modo, os resultados apontam

que homens e mulheres preferem a forma intermediária *a hora que*, e que a forma menos reduzida foneticamente (*na hora que*) é mais empregada na fala de mulheres, mais resistentes a mudanças e mais sensíveis ao prestígio linguístico das formas, conforme considera Labov (2008).

### 3.2 Faixa etária

Em relação à faixa etária dos informantes, existe uma distribuição de valores muita aproximada entre as idades para as formas *na hora que* e *hora que*. *Na hora que* tem suas ocorrências concentradas na faixa que vai dos 16 aos 25 anos, mas em todas as outras faixas etárias há percentuais de ocorrência muito próximos, entre 15% e 19%, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3. Faixa etária

	Na hora que	A hora que	Hora que
<b>7 a 15 anos</b>	16 / 19%	4 / 2,5%	3 / 7,3%
<b>16 a 25 anos</b>	<b>23 / 27,4%</b>	9 / 5,6%	11 / 26,8%
<b>26 a 35 anos</b>	16 / 19%	<b>72 / 44,7%</b>	<b>12 / 29,3%</b>
<b>36 a 55 anos</b>	16 / 19%	41 / 25,5%	11 / 26,8%
<b>Mais de 55 anos</b>	13 / 15,5%	35 / 21,7%	4 / 9,8%
<b>TOTAL</b>	84 / 100%	161 / 100%	41 / 100%

Com o gráfico abaixo, é possível observar que *na hora que* tem suas ocorrências distribuídas de forma equilibrada pelas faixas. *A hora que*, apesar de possuir várias ocorrências distribuídas entre os falantes adultos, incluindo os mais velhos, possui baixa frequência na fala de crianças e jovens. *Hora que*, a forma mais reduzida, possui maior frequência na fala de jovens, adultos e jovens adultos, mas baixa frequência na fala de crianças e pré-adolescentes e de informantes mais velhos.

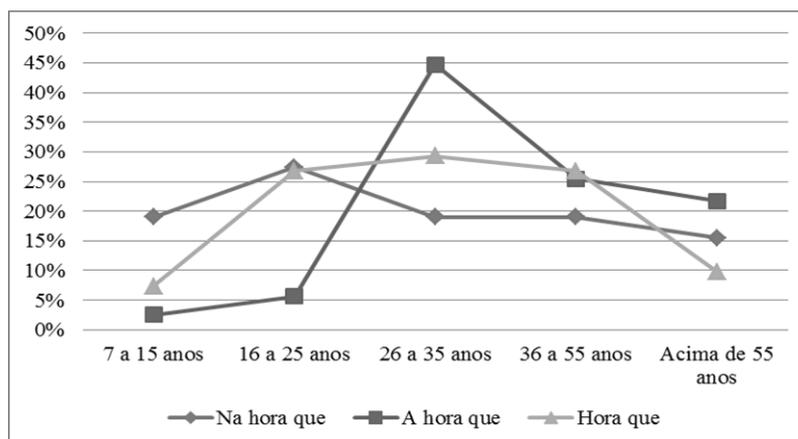


Gráfico 1. Distribuição das formas de acordo com a faixa etária

A forma *a hora que* parece ser a mais neutra, mais conservadora, já que está presente na fala de informantes que tendem a preservar as variantes menos inovadoras (os falantes mais velhos), ou que preferem as formas não estigmatizadas em razão da pressão exercida pelo mercado de trabalho em que estão inseridos ou em vias de inserção (26 a 35 anos), conforme propõe Labov (2008).

Já *hora que*, a alternante mais reduzida, parece ser de fato a forma mais inovadora, pois ocorre com relativa frequência (considerando o total de dados dessa forma) na fala de adolescentes e jovens (16 a 25 anos), em que o uso de formas inovadoras é propício (CHAMBERS; TRUDGILL, 1980), e na fala de jovens adultos e adultos, o que pode ser indício de que o possível estigma social atrelado à forma mais reduzida não seja tão marcado na comunidade.

A baixa ocorrência na fala de crianças e de informantes mais velhos indicia, por outro lado, que a forma mais reduzida ainda não tenha, na comunidade investigada, o estatuto de mudança geracional, já que não foi significativamente adotada pelos mais velhos, nem é parte da gramática da criança. Como explica Labov (1994), a mudança geracional ocorre quando uma determinada forma permanece por toda a vida do falante. O fato de não haver um índice significativo na fala dos mais velhos e, também, na das crianças, indica que, até o momento, a forma *hora que* ainda não atingiu esse estatuto de mudança geracional.

### 3.3 Escolaridade

Quanto à escolaridade, *na hora que* apresenta maior frequência de ocorrência (36,9%) na fala de indivíduos com o ensino médio completo, assim como *a hora que*, que apresenta 40,4% das ocorrências em dados de informantes com esse grau de escolaridade. *Hora que*, ao contrário, possui a maior parte de suas ocorrências em dados de falantes com o 1º ciclo do ensino fundamental, perfazendo 36,6% das ocorrências, como mostram os resultados na tabela abaixo:

Tabela 4. Escolaridade

	Na hora que	A hora que	Hora que
<b>1º Ciclo do Ensino Fundamental</b>	11 / 13,1%	26 / 16,1%	<b>15 / 36,6%</b>
<b>2º Ciclo do Ensino Fundamental</b>	24 / 28,6%	36 / 22,4%	10 / 24,4%
<b>Ensino Médio</b>	<b>31 / 36,9%</b>	<b>65 / 40,4%</b>	9 / 22%
<b>Ensino Superior</b>	18 / 21,4%	34 / 21,1%	7 / 17,1%
<b>TOTAL</b>	84 / 100%	161 / 100%	41 / 100%

Esses resultados revelam, portanto, que *na hora que* e *a hora que*, que são as formas que preservam mais elementos da construção, aparecem com mais frequência na fala de informantes com maior grau de escolaridade, possuindo, inclusive, uma distribuição equilibrada entre as células. A forma mais reduzida, por outro lado, predomina em ocorrências representativas de informantes com menor grau de escolaridade, o que reforça a interpretação de que esta seja a forma mais inovadora. De acordo com Camacho (2012, p. 64-65), percebe-se a vinculação existente entre o grau de prestígio de uma variante na comunidade e a escolarização formal, já que:

É óbvio que a distribuição de valores sociais se torna institucionalizada pela elevação de uma variedade de prestígio à condição de norma padrão que, como tal, passa a ser veiculada no sistema escolar, nos meios de comunicação, na linguagem oficial do Estado etc. O mecanismo é simples: como os detentores da variedade de prestígio controlam o poder político das instituições, em virtude do poder emanado das relações econômicas e sociais, são também detentores da autoridade de vincular a língua à variedade com a qual mantêm maior contato.

Há, portanto, em relação a esse fator, indicação de que a forma inovadora seja a que contém menor material fonético e de que ela seja, na comunidade investigada, a forma que, de certo modo, é desprestigiada e tem uso mais restrito na fala de informantes com maior grau de escolaridade.

### 3.4 Renda familiar

O último fator a ser analisado é a renda familiar dos informantes. Os resultados indicam que, em relação à forma *na hora que*, as classes com maiores rendas apresentam menor uso da construção, o que não ocorre com *hora que*, que concentra suas ocorrências exatamente na fala de informantes pertencentes a classes com maiores rendas. Os resultados percentuais estão expostos na Tabela 5.

Tabela 5. Renda familiar

	Na hora que	A hora que	Hora que
Até 5 salários mínimos	30 / 35,7%	39 / 24,2%	9 / 22%
6 a 10 salários mínimos	29 / 34,5%	45 / 28%	8 / 19,5%
11 a 24 salários mínimos	12 / 14,3%	35 / 21,7%	12 / 29,3%
Mais de 25 salários mínimos	13 / 15,5%	42 / 26,1%	12 / 29,3%
TOTAL	84 / 100%	161 / 100%	41 / 100%

É necessário, no entanto, que esse fator seja investigado mais detalhadamente, mesmo que ele não se mostre tão significativo para a indicação de maior ou menor prestígio das formas analisadas quanto o fator *grau de escolaridade*, em razão do baixo número de ocorrências em algumas das células. De todo modo, não se pode desconsiderar que não há correlação direta necessária entre os fatores renda familiar e grau de escolaridade dos informantes porque, embora seja uma tendência, nem sempre graus de escolaridade mais altos correlacionam-se diretamente a rendas familiares mais altas, e vice-versa, principalmente em se tratando dos níveis intermediários (Fundamental II e Ensino Médio).

### Considerações finais

Neste artigo, buscou-se analisar as formas da construção *na hora* com base na abordagem da sociolinguística variacionista e na abordagem cognitivo-funcional, procurando compreender se as formas da construção são variantes ou se são apenas diferentes formas de uma mesma construção que estão passando por um estágio de mudança construcional.

Os resultados mostraram que não há diferenças sociolinguísticas marcadas na comunidade, mas há indícios de que as formas (mais e menos reduzidas) são microconstruções em mudança gradual rumo a uma construção mais ampla, possivelmente formada por *N + que*.

Na variedade do português analisada, as diferentes formas parecem estar correlacionadas a uma distribuição gradual por fatores sociais, ou seja, quanto mais integral, menos reduzida a forma, maior é a sua associação a fatores sociais indicativos de variantes mais conservadoras e de maior prestígio, como é o caso de *na hora que* e *hora que*, que possuem maior frequência em faixas etárias de informantes mais velhos e

níveis mais elevados de escolaridade. Inversamente, quanto menos reduzida a forma, maior a sua associação a fatores indicativos de variantes mais inovadoras, como ocorre com *hora que* ao aparecer com maior frequência na fala de informantes com nível de escolaridade mais baixo (Ensino Fundamental I).

Essa distribuição gradual parece refletir, assim, a possível gradualidade dessas formas no processo de construcionalização, isto é, do seguinte percurso das microconstruções envolvidas: *na hora que* > *a hora que* > *hora que*. Como parte do significado de cada microconstrução, estariam assim atrelados fatores social-discursivos, que se resumem a:

*Na hora que*: [+ **mulheres**, - homens]

[+ crianças, + adolescentes, + adultos, + idosos]

[- escolaridade baixa, + **escolaridade alta**]

[+ **renda familiar baixa**, + **renda familiar média**, - renda familiar alta]

*A hora que*: [+ **mulheres**, - homens]

[- crianças, - adolescentes, + **adultos**, + **idosos**]

[- escolaridade baixa, + escolaridade alta]

[+ renda familiar baixa, + renda familiar média, + renda familiar alta]

*Hora que*: [- mulheres, + **homens**]

[- crianças, + **adolescentes**, + **adultos**, - idosos]

[+ **escolaridade baixa**, - escolaridade alta]

[+ renda familiar baixa, + renda familiar média, + renda familiar alta]

A forma mais reduzida da locução, *hora que*, seria, portanto, aquela que estaria em estágio mais avançado da mudança construcional e que apresentaria o maior grau de inovação na comunidade investigada, resultado que servirá como parâmetro para o aprofundamento da pesquisa sobre a construcionalização de *na hora que* no português.

## REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. M. Sociolinguística: parte 1. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-50.

BRAGA, M. L. As orações de tempo sob uma perspectiva funcionalista. In: RODRIGUES, A. C. S.; ALVES, I. M.; GOLDSTEIN, N. S. (Org.). *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999a. p. 97-108.

\_\_\_\_\_. Os Enunciados de Tempo no Português Falado no Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VII: Novos Estudos. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999b. p. 443-459.

\_\_\_\_\_. Os Enunciados de Tempo no Português de Contato. *Letras de Hoje*, PUC-RS, v. 3, p. 7-18, 2001a.

\_\_\_\_\_. Processos de combinação de orações: enfoques Funcionalistas e Gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte: PUC-MG, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001b.

CAMACHO, R. G. A variação linguística. In: São Paulo (Estado) SE/CENP. *Subsídios à proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 1º e o 2º Graus* (Coletânea de textos). v. 1. São Paulo, SE/CENP/UNICAMP, 1988. p. 29-41.

\_\_\_\_\_. Sociolinguística: parte 2. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 51-83.

\_\_\_\_\_. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CROFT, W. *Radical construction grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work. The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. London: University Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 17-35.

HEINE, B.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. *Constructions at work. The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. O estudo da língua em seu contexto social. In: \_\_\_\_\_. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno et al. São Paulo: Parábola, 2008. p. 215-299.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1982.

LIMA-HERNANDES, M. C. Orações adverbiais temporais conectivas no português popular de São Paulo. In: GARTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERG, A. (Org.). *Estudos de sociolinguística portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 74-75.

\_\_\_\_\_. Estágios de gramaticalização da noção de tempo – processos de combinação de orações. *Veredas*, v. 8, n. 1 e 2, p. 183-194, 2004.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, 1948. p. 130-148.

- NEVES, M. H. M. Conectar significados. Ou: A formação de enunciados complexos. In: \_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 223-269.
- OLIVEIRA, M. R. Tendências atuais da pesquisa funcionalista. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 133-152.
- \_\_\_\_\_. Gramaticalização de construções como tendência atual dos estudos funcionalistas. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 1, p. 148-162, 2013.
- SANKOFF, D.; SMITH, E.; TAGLIAMONTE, S. A. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TRAUGOTT, E. C. *Toward a coherent account of grammatical constructionalization*. To appear in: SMIRNOVA, E.; BARÐDAL, J.; GILDEA, S.; SOMMERER, L. (Ed.). *Historical Construction Grammar*. 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/150342997/Traugott-2012>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. A língua como um sistema diferenciado. In: \_\_\_\_\_. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno; revisão de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.

**Recebido em:** 29/08/2016

**Aprovado em:** 29/12/2016

# Fronteiras da variação sociolinguística: grau de hipoteticidade e alternância verbal em construções condicionais

Sílvia Maria Brandão

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
Araraquara, São Paulo, Brasil  
silviafclar@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1667>

## Resumo

Com base nos princípios da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1994, 2001, 2008 [1972]), pretende-se descrever e compreender a alternância entre formas verbais (simples e/ou perifrásticas) que se encontram em sentenças condicionais encabeçadas pela conjunção SE e que repousam sob a noção de *irrealis* (GIVÓN, 1995). O objetivo principal deste artigo é pensar a correlação entre o fenômeno da alternância verbal e grupos de fatores linguísticos ligados à semântica da construção condicional: (i) *grau de hipoteticidade*; (ii) *momento de referência* e (iii) *ambiente sintático*. Indo da semântica à pragmática, a análise prévia pode fornecer pistas acerca do estatuto dessa alternância verbal (variação ou não).

**Palavras-chave:** grau de hipoteticidade; alternância verbal; variação sintática.

## Frontiers of sociolinguistic variation: degree of hypotheticality and verbal alternation in conditional constructions

### Abstract

Based on the principles of Variationist Sociolinguistics (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, LABOV, 2008 [1972], 1994, 2001), we aim to describe and understand the alternation between verbal forms (single and/or periphrastic) on conditional sentences headed by the conjunction “SE” and on the notion of the *irrealis* (GIVÓN, 1995). The main purpose of this article is to think about the correlation between the phenomenon of verbal alternation and groups of linguistic factors related to the semantics of the conditional construction: (i) *degree of hypotheticality*; (ii) *reference point* and (iii) *syntactic ambience*. Special attention will be given to item (i), ranging from semantics to pragmatics, the analysis can provide clues about the status of this verbal alternation (variation or not).

**Keywords:** degree of hypotheticality; verbal alternation; syntactical variation.

## Apresentando o problema

Chama-se “oração condicional”, “condicionante”, “antecedente” ou “prótase” a oração de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional da outra oração: a condicionada, a conseqüente ou a apódose, também designada na tradição gramatical por ‘principal’ (MATEUS et al., 2003).

Para Ilari e Basso (2008, p. 313), “a função do período hipotético é indicar que a verdade de um certo conteúdo proposicional é garantia de verdade do outro, ou, equivalentemente, que nós estamos condicionando a verdade de um conteúdo à verdade de outro”. Há, portanto, nesse universo hipotético onde se inserem as condicionais, a chance de fazermos remissão para “um mundo possível, criado linguisticamente pelo enunciado, epistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação” (MATEUS et al., 2003, p. 707).

Vem, por conseguinte, merecendo destaque nos estudos sobre as condicionais o estudo dos diferentes graus de hipoteticidade manifestados por cada construção; ou seja, a “possibilidade de realização do conteúdo da apódose, dada a realização ou verdade da condição expressa na prótase” (NEVES, 1999, p. 497-498). Assim, a primeira evidência sobre o estudo em construções condicionais, principalmente naqueles de viés funcionalista (NEVES, 1999, 2000; HIRATA-VALE, 1999, 2001), é a identificação das possíveis nuances semântico-pragmáticas expressas por arranjos diversos, incluindo a articulação dos diferentes tempos e modos verbais no esquema prótase-apódose. Liga-se diretamente ao grau de hipoteticidade, como podemos ver, a modalidade da construção, ou seja, a atitude do falante frente a sua proposição. Dentro da modalidade epistêmica, observamos que, desde a tradição gramatical (que remonta à gramática latina), o período hipotético pode se inserir nas seguintes classificações:

- (1) Período hipotético do real (*realis*) ou factual. Ex.: Se eu tenho dinheiro, compro uma ilha.
- (2) Período hipotético do potencial (*potentialis*) Ex.: Se eu tiver dinheiro, comprarei uma ilha.
- (3) Período hipotético do irreal (*irrealis*) ou contrafactual. Ex.: Se eu tivesse dinheiro, compraria uma ilha.

O fenômeno estudado compreende construções do tipo (3). Assim, o recorte realizado está nas formas verbais de futuro do pretérito (doravante FP) e pretérito imperfeito do indicativo (doravante PI) que se alternam em construções encabeçadas pela conjunção condicional prototípica do português – SE – e que repousam sob a noção do irrealis (GIVÓN, 1995).

Estudar o verbo, “a palavra por excelência”, em construções condicionais e pela perspectiva variacionista, mostra-se um desafio, tanto pela complexidade resultante das diferentes combinações modo-temporais que podemos encontrar quanto pela natureza complexa da delimitação de contextos variáveis. Ao contrário do que se observa no nível fonético-fonológico, a análise da variação em níveis mais altos tem necessariamente que enfrentar o embate com as possíveis nuances semânticas veiculadas pelas construções (SANKOFF, 1980; ROMAINE, 1984; LABOV, 1973; LAVANDERA, 1984; MILROY; GORDON, 2003), sendo esse o embate explorado neste trabalho.

Isto posto, a pergunta que fazemos é a seguinte: as alternâncias de formas verbais na articulação prótase-apódose (como ilustrado nos exemplos a seguir) configurariam (i) um caso de variação no sentido laboviano, em que a escolha de uma ou outra forma verbal veicula o mesmo sentido, ou funcionalmente comparável (cf. LAVANDERA, 1984) ou (ii) estaria cada uso associado a um valor específico, cumprindo funções comunicativas diferentes?

- (4a) Se José tivesse dinheiro, ele compraria uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + futuro do pretérito simples*)
- (4b) Se José tivesse dinheiro, ele comprava uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + pretérito imperfecto simples*)
- (4c) Se José tivesse dinheiro, ele iria comprar uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + futuro do pretérito perifrástico*)
- (4d) Se José tivesse dinheiro, ele ia comprar uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + pretérito imperfecto perifrástico*)
- (5a) Se José tivesse dinheiro, ele teria comprado uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + futuro do pretérito perifrástico*)
- (5b) Se José tivesse dinheiro, ele tinha comprado uma ilha. (*imperfecto do subjuntivo + pretérito imperfecto perifrástico*)
- (6a) Se José tinha dinheiro, ele comprava uma ilha. (*imperfecto do indicativo + pretérito imperfecto do indicativo*)
- (6b) Se José tinha dinheiro, ele ia comprar uma ilha. (*imperfecto do indicativo + pretérito imperfecto do indicativo*)<sup>1</sup>

Vemos de 4a a 6b que as formas verbais que estão alternando nas apódoses possuem uma mesma “significação básica” ou uma comparabilidade funcional (LAVANDERA, 1984) que asseguram, ao lado dos demais elementos da oração, a noção de condição, cuja possível realização do conteúdo da apódose (comprar uma ilha) depende da proposição da prótase (ter dinheiro) se concretizar ou não. Contudo, nos exemplos de número 5, o que vemos, de forma bastante nítida, é a impossibilidade de realização do conteúdo da apódose, pois *teria comprado* ou *tinha comprado* carregam consigo um aspecto conclusivo e propõem uma situação acabada, que afasta da realidade a possibilidade de realização da proposição, diferente do que se vê nas demais construções.

Além disso, vale lembrar que o que estamos chamando em 5a e 5b, respectivamente, de formas perifrásticas de futuro do pretérito e pretérito imperfecto do indicativo são, na verdade, formas do mais-que-perfeito analítico. Entretanto, como pretendemos avaliar a forma flexionada (FP – *teria*/ PI – *tinha*), consideramos essas como tais, até mesmo para podermos contrastar com as demais formas que encontrarmos no *corpus*, pois, afinal, apenas a questão aspectual tornaria a possibilidade de concretização da proposição falsa? E as demais formas? Observamos também que, em 6a e 6b, a alternância extrapola a apódose se estendendo agora também para a prótase (subjuntivo – *tivesse* / indicativo – *tinha*). Estariam essas construções em variação com as demais (do grupo 4, por exemplo)?

Travaglia (1987) atribui a alternância do PI e FP em apódoses a um afastamento ou aproximação do real e do não real, do comprometimento e do não comprometimento com o que se fala. De acordo com ele, o falante usa o PI quando pretende fugir, se

---

<sup>1</sup> Os exemplos foram criados para ilustrar o fenômeno. A ordem canônica foi priorizada na ilustração, mas ressaltamos que há construções também na ordem não canônica (por exemplo: *Compraria uma ilha se tivesse dinheiro*).

afastar do processo verbal de realidade. Já, se usa o FP, o fato em questão é apenas hipotético, possível, mais próximo à realidade, e só não se concretizou pela condição estabelecida anteriormente na prótase. Este observou também que o uso do PI nas construções em que a norma culta estabelece o uso do FP passa a diminuir de acordo com o aumento da escolaridade. Todavia, seu estudo destina maior ênfase para o uso discursivo das formas verbais de PI e FP, atribuindo essa alternância, principalmente, ao sentido da construção:

Não considerando a influência da norma culta que em certos casos recomenda o uso do futuro do pretérito, pode-se dizer que a escolha do falante, ao organizar seu discurso, será controlada pelo seguinte: se ele vê o fato como certo, mas afastado da realidade usará o pretérito imperfeito do indicativo; mas se ele vir o fato como apenas hipotético, provável, possível (portanto outra modalidade) usará o futuro do pretérito. (TRAVAGLIA, 1987, p. 71).

Logo, notamos que a exploração da alternância dessas formas verbais enquanto fenômeno variável se constitui ainda como um terreno dubitável, que necessita de mais minúcia, embora já tenhamos trabalhos representativos em variedades do português brasileiro que consideram esse tipo de alternância como variação (MACEDO, 1980; COSTA, 1997, 2003; FREITAG, 2007; REIS, 2008, 2010; SOUSA, 2007; KOBASHI, 2011; TESCH, 2011; OLIVEIRA et al., 2013, BRANDÃO, 2014). Mesmo assim, na variedade paulista, o fenômeno ainda foi pouco estudado.

Temos notado também que o exame dos graus de hipoteticidade de uma condicional emana do contexto (seja semântico ou pragmático) e pode/deve influenciar a análise global do fenômeno, tanto em nível de resultados qualitativos como também quantitativos. Para Mattoso Câmara (1956, p. 55), “é, por exemplo, por causa do contexto – e não por significação intrínseca da forma verbal – que têm valor irreal muitas formas em –ria.”.

Desse modo, buscamos analisar a alternância em amostras reais de fala presentes no Iboruna (GONÇALVES, s.d) – banco de dados de registro oral do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista) –, um *corpus* representativo de variedade do português do interior de São Paulo. Os dados analisados são do início do século XXI e provêm de 152 entrevistas controladas sociolinguisticamente, presentes na Amostra Censo.

Por se tratar de um trabalho que busca refletir acerca das fronteiras semânticas da variação (levando em conta especialmente o grau de hipoteticidade), aspectos ligados aos significados sociais das formas não serão expostos aqui, de modo que o objetivo principal deste trabalho é descrever e analisar a correlação entre o fenômeno da alternância verbal e de três grupos de fatores linguísticos ligados à semântica da construção condicional: (i) *o grau de hipoteticidade*, (ii) *momento de referência* e (iii) *ambiente sintático*. A ênfase recai sobre o primeiro item, que, indo da semântica à pragmática, pode nos fornecer pistas acerca do estatuto dessa alternância verbal. Estaríamos, de fato, diante de um fenômeno em variação ou essa alternância de formas verbais não possui uma equivalência semântica/comparabilidade funcional?

## Grau de hipoteticidade

De acordo com Givón (1995, p. 196), dentro do subgrupo da modalidade epistêmica *irrealis*, há também uma dimensão escalar de certeza: *irrealis de alta certeza, baixa certeza e menor certeza*<sup>2</sup>. Assim, com base em uma releitura dos trabalhos de Givón (1995), Neves (1999), Martin e Nef (1981), Tapazdi e Salvi (1998) e Travaglia (1987), propusemos o grupo de fatores “grau de hipoteticidade” como variável independente. Lembramos que quando se trabalha além da descrição, “outros tipos de significados, e mesmo nuances de significado referencial” (PAIVA; SCHERRE, 1999, p. 210), podem ser tomados como variáveis independentes.

À vista disso, classificamos as condicionais encontradas como:

(a) *habitual* – o enunciado é tido como certo/habitual quando o estado de coisas previsto pela prótase se concretiza. Geralmente temos um fato “narrado” no passado, cujos verbos, no imperfeito do indicativo, já foram previamente instaurados no discurso (cf. exemplo 7). A proposição se assemelha muito a uma construção temporal-aspectual (*quando p, q*).

- (7) Ex.: Inf.: nós tínhamos um painel que tinha uns quarenta tele/ uns quarenta plug... então simultaneamente fazia uns quarenta interurbanos... só que tem cidade que tinha um... um aparelho... e uma linha... então um/ se **tivesse** alguém falando... naquele cabo lá... ela **ficava acumulando** as pessoas... com uma certa ordem... por exemplo se dez pessoas chamassem Carne(i)rinho... (AC-114; NE: L.173-177)

(b) *possível* – a proposição pode vir a se tornar verdadeira; há uma relação de verossimilhança entre a possibilidade de realização e o conteúdo da prótase, fazendo com que a condição possa ser preenchida e, conseqüentemente, o estado de coisas (talvez) venha a se realizar. A verdade ou a falsidade da prótase não está definida, principalmente porque, em geral, refere-se a algo futuro, como se vê no exemplo seguinte.

- (8) Ex.: Inf.: O nosso país ele vai melhorá(r) um dia... quem sabe?... éh:: isso depende não só deles... mas da gente também um po(u)co... acho que se a gente **fi/ começasse** a prestá(r) mais atenção... no nos/ no nosso povo::... na nossa::... na nossa conquista a gente **podia chegá(r)** até hoje... aí ia melhorar ia ma::s/. (AC-35; RO: L.510-513)

(c) *contrafactual* – A verdade ou falsidade está definida e a prótase não se concretizou, dado o aspecto conclusivo do verbo (cf. exemplo 9), ou esta é falsa o suficiente para não se realizar no mundo real (cf. exemplo 10).

- (9) Inf.: o meu tio falô(u) – “se cê num tivesse feito/ falado isso aí você **podia/ podia** num tê(r) nem apanhado né?” (AC-15; NR: L.374)

**Prótase positiva:** Se você não tivesse feito/ falado isso. / **Pressuposto negativo:** Você fez/falou.  
**Apódose positiva:** Podia não ter apanhado / **Conteúdo asseverado negativo:** Apanhou

---

<sup>2</sup> “Higher certainty irrealis”, “lower certainty” e “lowest certainty”.

- (10) Inf.: eles num tão aqui... eles tão pra fora do país fazen(d)o som... (sei lá)... se não fosse bom num ia tá longe né?... ia tá tocan(d)o assim por aqui... (AC-43; RO: L. 158-159)

**Prótase positiva:** Se não fosse bom / **Pressuposto negativo:** Eles são bons.

**Apódose positiva:** Eles não estariam longe / **Conteúdo asseverado negativo:** Eles estão longe.

A classificação tem relação direta com o que propõe Givón (1995) para a modalidade, bem como Martin e Nef (1981) para as condicionais como um todo: *condicional temporal* > *condicional modal* > *condicional hipotética*. Assim, o que classificamos como *habitual* encontra-se no nível mais alto de certeza dentro do *irrealis* e imprime uma noção temporal-aspectual, enquanto o que chamamos de *possível* encontra-se em um nível intermediário e possui um caráter mais modal, e o *contrafactual* enquadra-se no grau mais baixo da escala epistêmica de certeza e se relaciona com o que Martin e Nef (1981) chamaram de “condicional hipotética”.

### **Análise dos dados – resultados e decisões preliminares**

Encontramos 216 dados com a configuração que precisávamos (esquema “*Se A, (então) B/ então B se A*” e com noção de *irrealis*). Nestes, a hipótese inicial de que o PI estava se expandindo em contextos “normativos” de futuro do pretérito se confirmou. Dos 216 dados, o PI foi o preferido em 157 deles (73%), duas vezes a mais que o FP, que apareceu 59 vezes (27%).

No entanto, dentro desse escopo mais geral, constatamos um forte efeito lexical (POPLACK; LEALESS; DION, 2013) de formas perifrásticas de Ir+Infinitivo, o que exigiu para estas tratamento especial e à parte, principalmente por conta de a forma auxiliar, em sua maioria, aparecer flexionada no PI (*ia comprar*), afetando tanto o resultado numérico quanto qualitativo, como veremos.

Vale também ressaltar que as formas de Ter+Particípio estão amalgamadas às demais, mas carregam propriedades semânticas que as diferenciam das outras, como salientamos anteriormente; é o caso do aspecto conclusivo, por exemplo. Entretanto, como estamos olhando apenas para a forma flexionada (*tinha e teria*), e essas formas apareceram apenas em 6% (16) do total dos dados e de forma equilibrada (sete dados com *teria* e nove com *tinha*), nós as amalgamamos às demais, visto que não afetam quantitativamente o resultado global.

### **Identificação de contextos variáveis**

Com auxílio do Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), encontramos contextos que traziam tanto o uso do futuro do pretérito quanto do pretérito imperfeito do indicativo como possíveis de ocorrerem nas apódoses das condicionais, mas também detectamos contextos em que houve a realização de uma única forma. Em se tratando desse segundo caso – de contextos considerados categóricos<sup>3</sup> para a realização de apenas uma das formas –, observamos que um dos contextos se liga à modalidade da condicional (portanto, mais à semântica) e o outro mais ao modo do verbo (portanto, a sua forma), como veremos adiante.

---

<sup>3</sup> Estamos entendendo categórico enquanto noção probabilística (SANKOFF, 1980).

Logo, dentro do conjunto de dados coletados, houve um uso variável equilibrado entre PI e FP tanto no que se considerou oração de grau “contrafactual” quanto “possível”. Contudo, quando a construção imprimia o grau de hipoteticidade “habitual”, foram as formas de PI as únicas a se realizarem. Ou seja, observamos que, apesar de “contrafactual” e “possível” representarem graus díspares de hipoteticidade – visto que o primeiro assegura a não realização do conteúdo da apódose (imprimindo falsidade), enquanto o segundo não exclui a chance de realização do conteúdo apódose (imprimindo possibilidade) –, as formas de PI e FP ocorreram em ambos. Já em relação ao habitual, podemos dizer que não houve variação dado o uso categórico de PI nesse grau de hipoteticidade, como se observa na tabela a seguir.

**Tabela 1. Distribuição de formas verbais de acordo com o grau de hipoteticidade**

	Futuro do Pretérito		Pretérito Imperfeito		Total	
	N	%	N	%	N	%
Habitual	<b>0</b>	<b>0</b>	42	100%	42	19%
Possível	32	35%	61	65%	93	43%
Contrafactual	27	33%	54	67%	81	28%

No que se refere ao modo, encontramos na prótase formas flexionadas naquilo que a gramática tradicional chama de modo subjuntivo (cf. exemplos 7, 8, 9, 10) e naquilo que chama de indicativo (cf. exemplo 11), como vemos na tabela a seguir.

**Tabela 2. Distribuição de formas verbais de acordo com a forma verbal da prótase**

	FP		PI	
	N	%	N	%
Indicativo	<b>0</b>	<b>0</b>	26/26	100%
Subjuntivo	59/190	31%	131/190	69%
Total	59/216	27%	157/216	73%

O resultado mostra um uso categórico de PI na apódose quando na prótase a forma aparecia no indicativo, em construções como “*Se **tinha** dinheiro, comprava, ia comprar* (verbo flexionado no imperfeito do indicativo) *uma ilha*. De outra parte, quando a forma da prótase se realizava no imperfeito do subjuntivo, houve um uso variável de FP e de PI nas apódoses (*Se **tivesse** dinheiro... iria comprar/ia comprar/tinha comprado/ teria comprado/ compraria/ comprava uma ilha*).

- (11) Inf.: então é uma área muito sacrificada... é uma área que/ aliás nem ne/ nem todos gostam dessa área... a gente trabalha nisso porque a gente precisa me(s)mo... porque se a gente num **precisava** a gente num **trabalhava** não. (AC-68; RO: L.206-208)

Sabemos que a noção de categoricidade é cara aos estudos linguísticos como um todo, bem como, além dessa, a noção de variável é cara à Sociolinguística em níveis mais altos de análise, os que estão acima da fonologia. Em se tratando da regra categórica, é sabido que tanto no Goldvarb quanto no VarbRul o que se conhece como nocaute (*KnockOut*) corresponde a uma frequência de 0% ou de 100% para um dos valores (GUY; ZILLES, 2007, p. 158). Por conseguinte, uma vez que a ocorrência de um dos fatores do grupo é zero, teríamos usos categóricos e não variáveis no contexto determinado, pois tomamos a noção como probabilidade zero.

Para Silva-Corvalán (2001), em estudo sobre o uso variável do indicativo e subjuntivo na língua espanhola, a ideia de contexto obrigatório (categórico) e contexto opcional (variável) é fundamental para entendermos a relação forma-função acerca de um fenômeno. Outrossim, Sankoff (1988) propõe a noção de distribuição complementar fraca, cujas duas ou mais formas, embora não sejam utilizadas sempre com a mesma função, podem manter entre si funções estritamente relacionadas, senão idênticas em determinados contextos. Isso possibilita a neutralização, o enfraquecimento de qualquer distinção entre elas em tais cenários. Relação direta tem com o que estamos tentando mostrar com as reflexões em torno do grau de hipoteticidade em conjunção com a noção de categoricidade, pois tomando esse grupo de fatores como um componente interpretativo da metodologia variacionista, temos a possibilidade de alternância entre formas verbais de PI e FP tanto no que se considerou grau “possível” como no “contrafactual”, sendo seu uso **variável** nesses contextos. Todavia, não há alternância quando a proposição exprime a habitualidade, conseqüentemente, tampouco poderemos considerar que os dados do grau “habitual” fazem parte dos contextos variáveis, fazendo-se necessária a retirada desses dados para que não se mascarem os resultados.

Houve, como vimos acima, além do uso obrigatório de PI em contextos de grau “habitual”, seu uso obrigatório em contextos de imperfeito do indicativo em prótases. Observamos claramente uma relação íntima entre a análise da modalidade e do modo, de forma que, ao excluirmos os dados com o grau “habitual”, estaremos excluindo dados que possuem PI tanto na prótase quanto na apódose também (cf. exemplo 12)<sup>4</sup>, pois estes veiculam no *corpus* a leitura habitual, principalmente pelo valor durativo/iterativo que se associa ao PI.

- (12) Inf.: porque eu... sentia muita dor nas costa sabe?... muita dor nas costa e num/ num... eu assim eu num ficava nem sentada e nem em pé muito... se eu **ficava** um/ éh... um pouco sentada já **começava** a doê(r) as costa. (AC-104; NE: L.38-40)

Contudo, há dados de pretérito imperfeito do indicativo tanto na prótase quanto na apódose em sentenças que não transmitem a habitualidade, como é possível observar no exemplo 11, acima, avaliado como construção de grau “contrafactual” neste trabalho. Por conseguinte, excluir esses dados que possuem um movimento categórico (pensado a partir da forma da prótase, ou seja, do modo) pode negligenciar processos e percursos de gramaticalização de uma variante inovadora (a forma de PI do indicativo), que passa a se realizar não apenas na apódose de condicionais “contrafactuais” e “possíveis”, mas também em prótases destas, “variando”<sup>5</sup>, agora, também com formas do subjuntivo, como se vê, no esquema abaixo, uma hipótese de percurso da variante considerada inovadora.

---

<sup>4</sup> Não todos, pois no exemplo de número 7 há uma forma de subjuntivo na prótase.

<sup>5</sup> Entre aspas porque a ideia de que a alternância Indicativo-Subjuntivo, nestes contextos, seja um fenômeno variável ainda é uma hipótese que precisa ser melhor testada, bem como o esquema hipotético.

Se **tivesse** dinheiro, **compraria/iria comprar** uma ilha. [-inovador]



Se **tivesse** dinheiro, **comprava/ia comprar** uma ilha. [inovador]



Se **tinha** dinheiro, **comprava/ia comprar** uma ilha. [+ inovador]

No entanto, esse percurso surge como uma hipótese, de modo que a análise carece de maior refinamento e aprofundamento para que possamos fazer afirmações acerca da gradação de inovação ou mesmo das ambiguidades que podem resultar da alternância de uma forma de subjuntivo por uma de indicativo em contextos de prótases.

De todo modo, podemos ver que as análises prévias de delimitação de contextos variáveis surgem como um componente interpretativo da metodologia variacionista, que passa a observar as nuances semânticas das construções, bem como o uso de formas distintas empregadas aparentemente com a mesma função em determinados contextos (graus possível e contrafactual), enquanto outros contextos surgem como obrigatórios para determinadas formas (grau habitual). Vemos, assim, que a noção de obrigatoriedade ou categoricidade, embora gere controvérsias à Sociolinguística, pode servir de base para a delimitação dos contextos variáveis se entendida enquanto noção probabilística.

### Análise de contextos variáveis

A seguir, temos uma comparação de natureza quantitativa dos resultados gerais obtidos antes e após a exclusão dos dados categóricos – de grau “habitual” e dos que traziam a forma verbal da prótase no indicativo. Tal comparação é importante para reafirmarmos a importância de controlarmos matizes semântico-pragmáticas antes de partirmos para o estudo das motivações linguísticas e extralinguísticas em contextos identificados como variáveis.

Tabela 3. Distribuição de formas verbais antes e depois das separações

	ALIP (2003) dados variáveis e categóricos		ALIP (2003) dados variáveis	
	N	%	N	%
<b>FP</b>	52	25%	52	31%
<b>PI</b>	107	49%	64	39%
<b>IA+V</b>	50	23%	44	26%
<b>IRIA+V</b>	7	03%	7	04%
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>	<b>167</b>	<b>100%</b>

Vemos, portanto, uma redução de 49 dados de um movimento para o outro, confirmando o fato de um dos desafios que se colocam para a análise em níveis mais altos se relacionar à restrição contextual. Mesmo assim, ainda que com poucos dados, é possível pensarmos nas motivações para a utilização de uma ou outra forma.

Em se tratando do uso da forma de PI (forma mais utilizada no *corpus* desde as análises preliminares e considerada a nossa “variante inovadora”), destacamos a análise

do momento de referência (MR) em que o MR passado (visão retrospectiva) está influenciando fortemente o uso dessas formas (peso relativo: 0,61), de maneira que o momento de referência futuro (visão prospectiva) o desfavorece (0,30).

Tal MR por nós analisado é estabelecido na correlação temporal das duas orações (uma subordinada – a condicional – e a oração principal ou matriz) e, por vezes, esse MR é indicado por modificadores e operadores temporais, como adjuntos, datas, valores semânticos, entre outras referências (ILARI; BASSO, 2008, p. 243). Assim, um falante, além das formas verbais, faz uso de elementos que expressam uma visão denominada de *retrospectiva* (MR passado), isto é, uma visão de algo que aconteceria no passado diante de determinadas condições, ou de uma visão *prospectiva* (MR futuro), em que há indicações de que o fato se daria no futuro ou no presente dependendo das condições (CÂMARA Jr., 1956); tudo isso em relação ao momento de fala, como podemos observar nos exemplos abaixo (os grifos se referem a elementos que nos ajudam a delimitar o momento de referência).

(a) Visão retrospectiva

(13) Inf.: **tava errada tive** que pagá(r) o conserto da moto uma moto zero... se fosse uma biroquinha né? Qualquér conserto dava [certo] (AC-50; NE: L.44-45)

(b) Visão prospectiva

(14) Inf.: acho que na minha opinião... o que u/ o que **influencia** mais é a/... o que as pessoas **falam** tam(b)ém né?...eu acho que se as pessoa parasse um po(u)co de repará(r) as coisa de:... de ficá(r) repara::n(d)o de ficá(r) comentan(d)o acho que:: BRIGA acho que num existiria

No que se refere às formas de FP, destacamos sua resistência em contextos de ordem não-canônica (*q se p*), embora esse tipo de configuração tenha aparecido em apenas 16 dados do total no *corpus*. De fato, Hirata-Vale (1999) nos ensina que a ordem não marcada das condicionais no PB, ou seja, a ordem mais comum, é a precedência da prótase sobre a apódose. Isso se deve tanto a fatores estruturais quanto a discursivos. Segundo Neves (2000), considerando a construção condicional de um ponto de vista lógico-semântico, pode-se invocar o princípio da iconicidade, favorecendo a anteposição da oração condicionante e, assim, prevendo-se para a sequência a seguinte configuração:

Enuncia-se primeiro a ocorrência de um estado de coisas, como assentamento de uma condição (prótase), que pode não ou não ser satisfeita. A partir daí (e, portanto, em subsequência) enuncia-se um estado de coisas como factual (real)/ contrafactual (irreal)/ eventual (apódose) em dependência do preenchimento daquela condição. (NEVES, 2000, p. 835).

Contudo, a prótase nem sempre antecede a apódose sintaticamente, contrariando o princípio icônico de que condições precedem os fatos. Costa (2003), em um estudo sobre a alternância verbal entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito no português do Rio de Janeiro, chegou a resultados que mostram que há contextos sintáticos preferenciais para a escolha das variantes. Na ordem canônica, segundo a autora, o PI é o preferido, enquanto na ordem inversa a tendência é que o FP seja utilizado. Costa (2003) explica a preferência relacionando-a à ambiguidade que se instalaria ao se

utilizar, em um contexto condicional de ordem não-canônica, a forma de PI ao invés de FP, pois, pergunta-se, tratar-se-ia de um passado habitual ou de uma hipótese?

Nossos resultados corroboram todas as informações acima, como podemos observar na tabela abaixo, pois o PI é o que mais apareceu na ordem canônica (40%), e o que menos apareceu na ordem não-canônica (12,5%).

**Tabela 4. Distribuição das formas verbais de acordo com o ambiente sintático**

	FP		PI		IA+INF		IRIA+INF	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ordem canônica	46/151	30	62/151	41	36/151	24	7/151	5
Ordem não-canônica	6/16	37,5	2/16	12,5	8/16	50	0/16	0

Embora com poucos dados de ordem não-canônica, vemos menos a ocorrência de forma de PI que de FP. Todavia, há um uso acentuado de formas de Ir+Infinitivo flexionadas no imperfeito nessa mesma ordem, o que mostra um movimento, uma atuação especial dessas formas perifrásticas em tais configurações. Sendo assim, a ambiguidade, tal como constatada por Costa (2003), com o uso de PI na ordem não-canônica se manteria quando utilizamos ia+infinitivo no lugar de FP?

Por fim, lembramos que mesmo que o foco deste trabalho tenha sido trabalhar fatores internos da alternância ou, como acabamos de ver, fatores internos da variação, há fatores sociais diretamente relacionados ao uso de uma ou outra forma. Resultados acerca da escolaridade, por exemplo, mostram a força prescritiva associada ao uso do futuro do pretérito, forma de maior prestígio e comumente ensinada nas escolas em contraposição com as formas de pretérito imperfeito, formas não estigmatizadas, mas de menor *status*. Vemos que quanto mais alta a escolaridade, menos o informante faz uso de PI (Ensino Superior – peso 0,36) e quanto mais baixa sua escolaridade, mais este a utiliza (Ensino Fundamental – peso 0,83).

## Considerações finais

A proposta deste trabalho foi debruçar-se sobre as fronteiras de identificação de contextos variáveis em níveis mais altos de análise, sendo o grau de hipoteticidade um fator de extrema relevância para esse tipo de delimitação. De acordo com Silva-Corvalán (2001, p. 136, tradução nossa), “não é válido estabelecer correlações sociossintáticas sem antes controlar fatores internos”<sup>6</sup> e, sendo assim, somente após termos pensado sobre alguns impasses de análise em condicionais e estabelecermos algumas fronteiras internas é que será possível passarmos para a análise dos dados variáveis.

O interesse no estudo das condicionais não é recente, nem exclusivo de uma área específica da Linguística. A compreensão da expressão da condição coloca desafios que têm sido investigados no âmbito da Sintaxe (funcionalista e formalista), da Sociolinguística, da Psicolinguística, do Discurso/Texto etc. A partir de uma abordagem variacionista, nosso estudo empírico acerca do fenômeno em questão tomou como

<sup>6</sup> no es válido establecer correlaciones sociosintáticas sin controlar estos factores internos.

instrumento de análise a metodologia da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 2008 [1972]; TARALLO, 1985; MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE; 2006), sem desprezar as nuances semânticas de cada arranjo nas orações, elemento chave para os estudos além da fonologia, os quais devem levar em conta, como vimos, não apenas o significado referencial, mas também a sua função comunicativa (LAVANDERA, 1984; 1978). Lembramos Bortoni-Ricardo (2014), para quem foi e é, de fato, mais facilmente aceito que duas variantes do nível fonológico mantenham uma equivalência semântica, mas é muito difícil aceitar dois enunciados distintos como formas alternativas de se dizer a mesma coisa: “para além da função referencial, cada enunciado carrega um conjunto de características que vão distingui-lo e outro, que poderia ser considerado, à primeira vista, um enunciado sinônimo” (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 75).

Destacamos os resultados das formas nas prótases das construções condicionais, em que temos o PI em maior escala no subjuntivo e seu único e exclusivo uso em construções condicionais que traziam na prótase uma forma verbal de imperfeito do indicativo. Assim, categoricamente, quando houvesse indicativo na prótase, necessariamente a forma da apódose se realizaria com uma forma de PI, o que se mostra problemático, pois embora tenhamos uma configuração categórica (forma), não necessariamente estamos falando de um uso categórico (função).

Por fim, constatamos que um dos grupos de fatores que contemplava a construção condicional em sua interseção forma-função, pensando nas nuances semânticas entre elas (aproximação ou afastamento da realidade, tal como propõe TRAVAGLIA, 1987), contribui para delimitarmos os contextos de variação, de modo que percebemos que há variação, exceto em construções condicionais que traziam a hipoteticidade “habitual”, pois nesta, necessariamente, em 100% dos dados, o informante utilizou as formas de PI. Contudo, se o informante utilizava uma construção condicional para conotar uma hipótese de algo que teria a possibilidade de se realizar (possível) ou para conotar algo que aconteceria no passado, mas não aconteceu, dadas as circunstâncias diversas (contrafactual), a opção por FP ou PI existiu, opção essa que pode ser condicionada tanto por fatores linguísticos vários (entre eles, momento de referência e ambiente sintático), quanto por fatores sociais, externos (como escolaridade, por exemplo).

Como é sabido, uma língua não possui uma realidade homogênea, ela se constrói a partir do conjunto de suas variedades de modo que continuaremos nosso trabalho, com o objetivo de descrever de forma mais profunda essas alternâncias. Na busca por mais explicações sobre o fenômeno, esperamos contribuir para o avanço dos estudos linguísticos variacionistas em níveis para além do fonológico, buscando “soluções” para a intrincada questão do significado.

## REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, E. M. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BRANDÃO, S. M. *A alternância entre Futuro do pretérito e Pretérito imperfeito com conotação hipotética em contextos formais de fala*. Relatório Final. PIBIC/CNPq, 2014.

CÂMARA JR., J. M. *Uma forma verbal portuguesa: estudo estilístico gramatical*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956.

COSTA, A. L. P. *A Variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal do Rio de Janeiro*. 1997. 199 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: Um estudo diacrônico*. 2003. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FREITAG, R. M. K. *A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança*. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: 08 set. 2015.

GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa – instrumento de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HIRATA-VALE, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1999. 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

\_\_\_\_\_. *Articulação de orações no português escrito no Brasil: as orações condicionais*. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 126-142, 2001.

\_\_\_\_\_. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. 2005. 149 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. 1: Classes de palavras e processos de construção. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 163-364.

KOBASHI, S. M. Semanticização e discursivização das construções condicionais no português popular falado na cidade de São Paulo. *Filol. linguíst. port.*, n. 13(1), p. 127-145, 2011.

LABOV, W. Where do grammars stop? In: SHUY, R. W. *Sociolinguistics, Current Trends and Perspectives*. Washington, DC: George Torun University Press, 1973. p. 43-48.

\_\_\_\_\_. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change*. v. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change*. v. 2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LAVANDERA, B. *Variación y significado*. Buenos Aires: Lachette, 1984.

\_\_\_\_\_. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, Cambridge, v. 7, p. 171-182, 1978.

MACEDO, A. *O uso do FS em português: regularização de uma forma verbal*. 1980. 166 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

MARTIN, R.; NEF, F. Le futur linguistique: temps linéaire ou temps ramifié? *Languages 64*, Special issue on grammatical tense, p. 81-92, 1981.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistics: method and interpretation*. 4. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

NEVES, M. H. M. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 497-544.

\_\_\_\_\_. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, F. A de L. et al. A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em construções hipotéticas na fala de maceioenses. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 248-268, jan./jul. 2013.

PAIVA, M. C. de; SCHERRE, M. M. P. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *DE LTA.*, 15 Especial, p. 201-232, 1999.

POPLACK, S.; LEALESS, A.; DION, N. The evolving grammar of the French subjunctive. *Probus*, 25 (1), p. 139-195, 2013.

REIS, D. L. Variação no uso do futuro do subjuntivo no PB: um estudo sociofuncionalista. In: *Anais do VIII Encontro do Celsul*, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. *O uso do futuro do subjuntivo: um estudo funcionalista sobre verbo e modalidade*. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ROMAINE, S. On the problem of syntactic variation and pragmatic meaning in Sociolinguistic Theory. *Folia Linguística*, 18 (3-4), p. 409-437, 1984.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. Goldvarb X: *A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANKOFF, G. Above and beyond phonology in variable rules. In: SANKOFF, G. *The Social life of language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980.

SANKOFF, D. Sociolinguistics and Syntactic Variation. In: NEWMeyer, F. (Ed.). *Linguistics: the Cambridge survey IV*. London: Cambridge University Press, 1988. p. 140-161.

SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística y pragmática del español*. Washington: Georgetown University Press, 2001.

SOUSA, F. C. A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão de hipótese. *Gatilho*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística: UFJF, v. 6, p. 1-16, 2007.

TAGLIAMONTE, S. *Analysing Sociolinguistic Variation*. New York: Cambridge University Press, 2006.

TAPAZDI, J.; SALVI, G. A Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil. *DELTA* [online], v. 14, n. esp, [n.p], 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000300017>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007 [1985].

TESCH, L. M. A Variação entre as formas do Futuro do Pretérito e Pretérito Imperfeito do Indicativo na Fala Capixaba. *PERcursos Linguísticos*, Vitória – ES, v. 2, n. 1, p. 89-109, 2011.

TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual – Discurso do Verbo no Português do Brasil*. 1991. 264 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

\_\_\_\_\_. O Discurso do uso do Pretérito imperfeito do Indicativo no Português. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Universidade Federal de Uberlândia, n. 12, p. 61-98. 1987. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/viewFile/3268/2745>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

**Recebido em:** 30/08/2016

**Aprovado em:** 29/05/2017

# A percepção dos paulistas sobre a realização dos verbos pronominais

**Aline Camila Lenharo**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),  
Araraquara, São Paulo, Brasil  
alenharo@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1699>

## Resumo

Este artigo apresenta dados heurísticos e empíricos sobre a percepção que um grupo de paulistas possui em relação à realização dos verbos pronominais (VP), especialmente os classificados como verbo+SE<sub>inerente</sub>. É motivado pelo fato de, no Brasil, haver peculiaridades (mesmo que consideradas marginais) relacionadas ao uso do clítico dos VP – tal como a possibilidade de supressão do clítico, como em “eu apaixonei por você” – que distinguem o português brasileiro da língua portuguesa falada em outras regiões do mundo, havendo diferenças mesmo dentro do país. Fundamenta-se em trabalhos variacionistas que procuram explicar essas peculiaridades em diferentes regiões do Brasil e em dados oriundos da aplicação de um questionário *online*. Através da observação dos dados, espera-se apontar para uma mudança linguística possivelmente em curso no português do Brasil.

**Palavras-chave:** verbos pronominais; clítico SE inerente; variação.

## Paulistas’ perception on the realization of pronominal verbs

### Abstract

This paper presents heuristic and empirical data on the perception that a group of speakers from São Paulo state has on the achievement of pronominal verbs (PV), especially those classified as verb+SE<sub>inherent</sub>. It is motivated by the fact that, in Brazil, there are peculiarities (even considered marginal) related to the use of clitic from PV – such as the possibility of clitic suppression, as in “eu apaixonei por você” (“I fell in love with you”) – that distinguish Brazilian Portuguese language from Portuguese language spoken in other regions of the world (note that there are differences within the country). It is based on variationist works that seek to explain these peculiarities in different regions of Brazil and in data from the application of an online questionnaire. Through the data observation, it is expected to point out for a linguistic change possibly underway in Brazilian Portuguese.

**Keywords:** pronominal verbs; clitic SE inherent; variation.

## Introdução

A linguagem constitui a capacidade que os seres humanos possuem para se comunicar (por meio de palavras, gestos, imagens, sons, expressões, etc.) – ou, em outras palavras, para produzir, desenvolver e compreender a língua e outras manifestações comunicativas (como a dança e o cinema mudo, por exemplo) – e se realiza historicamente. O mesmo ocorre com as línguas naturais, que podem ser consideradas instrumentos destinados à obtenção da interação social entre falantes de determinada comunidade linguística e são vinculadas à vida social e cultural desses falantes (BAKHTIN, 1986, 2015).

Embora historicamente realizadas, as línguas não são estáticas: são realidades dinâmicas que mudam, ao longo do tempo, de modo lento e gradual. Muitas vezes, essas mudanças, por atingirem partes da língua (e não o todo), não são percebidas pelos falantes (LABOV, 1994, 2008; TARALLO, 1994). No entanto, podem ser observadas quando, por exemplo, há contato: com textos muito antigos (escritos há diversos anos); entre diferentes gerações; entre pessoas pertencentes a grupos sociais distintos; entre pessoas com níveis diferentes de escolarização (FARACO, 2014), entre outros. São situações que comprovam a transformação pela qual a língua passa com o desenrolar do tempo, evidenciando que estruturas e itens lexicais que “existiam antes não ocorrem mais ou estão deixando de ocorrer”, ou, então, ocorrem com modificação “em sua forma, função e/ou significado” (FARACO, 2014, p. 16).

É importante ressaltar que existem variações linguísticas, caracterizadoras dos diferentes grupos de fala existentes em determinada comunidade, que, em princípio, não configuram mudança linguística: nem toda variação na estrutura linguística implica mudança, mas toda mudança pressupõe variação (FARACO, 2014; TARALLO, 1994; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Em outras palavras, “a língua é uma realidade heterogênea, multifacetada e [...] as mudanças emergem dessa heterogeneidade, embora de nem todo fato heterogêneo resulte necessariamente mudança” (FARACO, 2014, p. 23-24).

A tendência é a de que os elementos linguísticos inovadores ocorram com maior frequência na fala das gerações mais novas e na dos grupos socioeconômicos menos favorecidos (FARACO, 2014; LABOV, 1994). Esse fator, somado ao fato de serem peculiaridades que fogem à norma culta da língua, faz com que, muitas vezes, as variações sejam socialmente estigmatizadas e marginalizadas. É o que ocorre, por exemplo, com as variações de uso do clítico SE do português.

Ao se comparar a língua portuguesa de Portugal e a do Brasil, país colonizador e país colonizado – que teve influência linguística de diversas culturas indígenas, africanas e imigrantes europeus –, é possível citar inúmeras peculiaridades que distinguem o português brasileiro (PB) do português lusitano (PP). Algumas dessas peculiaridades são concernentes ao uso do clítico pronominal, tais como a neutralização do clítico na forma de terceira pessoa (*se*) para todas as pessoas verbais (01) e a tendência de apagamento dos clíticos – como ocorre com o SE<sub>reflexivo</sub> (02) e o SE<sub>inerente</sub> (03), por exemplo (GALVES, 2001; OLIVEIRA, 2006; PEREIRA, A., 2006; PEREIRA, D., 2007; VILELA, 1995).<sup>1</sup>

(01) Eu se sinto feliz.

(02) Cai da bicicleta e Ø machuquei.

(03) Eu Ø apaixonei por você.

Em relação aos percentuais de realização e de supressão dos clíticos SE<sub>reflexivo</sub> e SE<sub>inerente</sub> no PB e no PP, apesar de o índice de manutenção dos clíticos no PB ser maior que o do apagamento, como no PP, com 51% de manutenção (49% de apagamento) do primeiro e 63% de realização do segundo, isto é, 37% de apagamento do SE<sub>inerente</sub>, no PP,

---

<sup>1</sup> O *SE* representa todas as formas conjugadas (em número e pessoa) do clítico: *me, te, se, nos, vos e se*. Sobre os diferentes tipos de clítico SE, consultar Nunes (1990) e Lenharo (2014).

a preferência pela realização do clítico é bem mais acentuada, com 90% de manutenção do SE<sub>reflexivo</sub> e 100% de realização do SE<sub>inerente</sub> (MELO, 2005).

Diferenças intercontinentais, como essas, no comportamento do uso do clítico SE, podem ser verificadas mesmo dentro do Brasil, dada a grande extensão territorial do país. Por exemplo, enquanto na região Sudeste a tendência mais forte é a do apagamento do clítico, há uma tendência de conservação do clítico na região Nordeste, havendo, inclusive, a extensão do clítico na fala nordestina, com a realização dupla do clítico SE (D'ALBUQUERQUE, 1984; GALVES, 2001; MELO, 2005; OLIVEIRA, 2006).

Este artigo, além desta introdução, apresentará o estudo de trabalhos variacionistas (GONDIM, 2011; MELLO, 2009; MELO, 2005; NUNES, 1995; RODRIGUES; PEREIRA, 2005; entre outros) que procuram explicar as peculiaridades do uso do clítico SE em diferentes regiões do Brasil. Esse panorama a ser traçado pode contribuir para a sistematização dos usos não prototípicos dos verbos pronominais no PB. Em seguida, serão apresentados dados oriundos da aplicação de um questionário *online*, realizado com falantes do interior do estado de São Paulo, por meio do site *SurveyMonkey*. Por fim, através da relação desses dados heurísticos e empíricos, espera-se apontar para uma mudança linguística possivelmente em curso no PB.

## Diferentes usos do clítico SE no Brasil

Há, como mencionado, algumas peculiaridades no uso do clítico pronominal no PB que o diferenciam da língua portuguesa falada em outros países, havendo, inclusive, variações de uso dentro do país. Os parágrafos subsequentes fornecem as conclusões de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil acerca do uso do clítico SE, ilustrando as diferenças linguísticas regionais.

Na região Nordeste, há uma tendência de conservação do clítico, havendo também sua extensão – com a realização dupla do clítico SE. No estado da Paraíba, especificamente, verifica-se uma alta frequência de sua utilização: 85% de manutenção e 15% de supressão do clítico SE, sendo esta associada, em sua maioria, com verbos transitivos – pois a possibilidade de apagamento do Objeto Direto na forma não pronominal do verbo viabilizaria o apagamento do Complemento sob a forma de clítico pronominal (MELLO, 2009).

Verifica-se, entretanto, na cidade de Fortaleza (estado do Ceará), a supressão do SE, com 57% de índice de apagamento. Essa supressão é maior entre os informantes mais velhos – o que pode ser um indicativo de que a mudança linguística de apagamento do SE esteja se implantando há algum tempo. Por outro lado, entre os informantes mais jovens, o índice de utilização do SE é maior – o que pode ser um sinal de que o ápice da não utilização do SE já tenha ocorrido, havendo a possibilidade da volta de seu uso (GONDIM, 2011). Não se pode afirmar, no entanto, se a população mais jovem de Fortaleza tem empregado o clítico pronominal de maneira idêntica aos usos canônicos do SE ou se novas regras de utilização estão sendo estabelecidas.

Por sua vez, a duplicação do clítico SE na fala nordestina tende a ocorrer com verbos conjugados na terceira pessoa do singular do Pretérito Perfeito do Indicativo, como em (04), servindo como “marca de oralidade” ou como “leitura resultativa do evento”: enquanto o SE proclítico possui traços de reflexividade, isto é, é um SE<sub>reflexivo</sub>, o enclítico serve “como uma marca morfológica de aspecto” (OLIVEIRA, 2006, p. 6-7).

(04) “Se acabou-se” (OLIVEIRA, 2006, p. 12).

A duplicação do clítico SE é uma realização que não se adequa à norma culta da língua e (como salientado anteriormente) é socialmente estigmatizada e marginalizada, assim como as demais variações de uso do clítico. Como consequência desse desvio da norma, tem-se ponderado sobre a influência da escolarização (ou da falta dela) nos fenômenos concernentes ao uso do SE com bastante frequência. Isso porque, além de fatores internos ao sistema linguístico, como, por exemplo, o tipo do clítico SE e o tipo de verbo com que o clítico se realiza na construção, os fatores sociais, externos ao sistema, tais como o nível de escolarização, o poder aquisitivo, o sexo, a faixa etária e a origem do informante, influenciam na variação linguística (LABOV, 1994, 2001, 2006, 2008; MONTEIRO, 2002; TARALLO, 1994).

Entre os linguistas (D’ALBUQUERQUE, 1984; GALVES, 2001; MELO, 2005; OLIVEIRA, 2006), é consenso, por exemplo, que, na região Sudeste do Brasil, a supressão do clítico SE é mais comum entre os falantes de Minas Gerais (MG), onde o apagamento do clítico ocorre em favor do uso da categoria vazia, independentemente da tipologia do clítico e da classe social do falante. Em relação ao nível de escolaridade, há quem defenda que o apagamento do SE é um fenômeno independente deste fator, com supressão generalizada do clítico (D’ALBUQUERQUE, 1984), e quem argumente que o nível de escolaridade influencia na sua manutenção/apagamento – com índices de manutenção maiores entre os falantes mais jovens (de classe social alta) que cursaram ou estão cursando o ensino superior (MELO, 2005).

Em relação a São Paulo, Nunes (1995) defende que a escolaridade do falante influencia na variação do uso do SE, sendo menor a supressão entre os que possuem nível superior. Segundo o autor, a manutenção/apagamento do clítico também varia conforme o tipo de texto/discurso, sendo sua manutenção avaliada positivamente em São Paulo, ainda que sua ausência não seja estigmatizada.

Na região Sudeste do Brasil, especificamente no estado de MG, a análise diacrônica da frequência de uso dos diferentes tipos de SE mostra uma diminuição do uso de todos os tipos de clítico pronominal, principalmente em contextos orais. De acordo com as conclusões de D’Albuquerque (1984) e Lima (2006):

– O apagamento do SE<sub>reflexivo</sub> é validado pela interpretação contextual do discurso, isto é, devido à previsibilidade semântica do Complemento, a realização do Objeto Nulo é permitida. Além do uso da categoria vazia, quando a construção atualiza o SE<sub>reflexivo</sub> com traço de reciprocidade, o SE tende a ser substituído por expressões não pronominais, tais como “ele mesmo” e “um com o outro”.

– O SE<sub>inerente</sub>, por ser adquirido pelo falante através dos moldes lexicais da memorização, apesar de sofrer o apagamento, tende a ser o tipo de clítico SE mais utilizado.

– Paralelamente ao fenômeno da supressão de diversos tipos de SE (verificada em contextos oral e escrito informal), verifica-se um aumento na frequência de uso do SE<sub>indeterminado</sub> (em contexto escrito formal argumentativo) devido ao aumento do número de textos acadêmicos, como teses e dissertações.

Em relação à área colonizada pelos Bandeirantes paulistas, que abrange a zona rural dos estados de São Paulo (SP) e de Minas Gerais (MG), com foco nos informantes

adultos analfabetos (ou com baixo nível de escolarização) e de baixa renda (do interior dos estados), Rodrigues e Pereira (2005) concluem que:

– Há um alto índice de supressão do SE, 75%, tendo sido realizados em 199 ocorrências (de 802 analisadas).

– Quando o SE é atualizado, há uma generalização da forma *se* para a Primeira Pessoa do plural (*nós*) em detrimento de *nos*, como em (05). De acordo com Oliveira (2005), essa neutralização do clítico em relação às marcas de pessoa e de número, típica da região Nordeste, teria se disseminado, especialmente para o Sudeste do país, devido ao grande número de migrantes que saíram do Nordeste em direção a SP. Mas, devido aos processos de Gramaticalização aos quais os clíticos estão sujeitos, é possível, atualmente, observar a neutralização do SE, em contextos informais de fala, em praticamente toda a extensão territorial brasileira (CASTILHO, 1997).

(05) “ma depois que nós brigamo nós si largamo...” (RODRIGUES; PEREIRA, 2005, p. 1-2).

– Os seis fatores que influenciam na variação do uso do SE, em ordem de relevância, são: (a) o tipo do clítico; (b) a idade do informante; (c) o estatuto gramatical do SE; (d) o papel semântico do Sujeito; (e) o sexo do informante; (f) o local de residência do informante (RODRIGUES; PEREIRA, 2005).

Diferentemente do que defende D’Albuquerque (1984), Rodrigues e Pereira (2005) concluem que a supressão do SE não ocorre de maneira generalizada: há apagamento mais acentuado do clítico em contextos em que o SE possui menor valor semântico (isto é, quando se trata de um SE<sub>inerente</sub>), havendo um índice de realização maior quando se trata de um SE<sub>reflexivo</sub>:

[...] Se por um lado o falante popular tende a não empregar o pronome explícito com verbos como *levantar-se*, por exemplo, em que não é possível distinguir, de um ponto de vista semântico-cognitivo, dois participantes no processo, o mesmo não se pode firmar com relação à categoria Reflexividade verdadeira. Nesta, que engloba os casos de reflexividade pragmaticamente não esperada, identidade referencial entre participantes que normalmente constituem entidades distintas, como em *matar-se*, a frequência de realização do pronome se mostra bem alta, atingindo o índice de 85%. (RODRIGUES; PEREIRA, 2005, p. 9).

Embora considerem categorias distintas de análise, os resultados de Rodrigues e Pereira (2005) corroboram, em parte, os resultados de Nunes (1995), segundo o qual a supressão do clítico SE é mais acentuada entre os falantes do estado de São Paulo quando o contexto de uso se relaciona ao SE<sub>ex-ergativo</sub> (mais afetado), ao SE<sub>anticausativo</sub> e ao SE<sub>estilístico</sub>, sendo menos acentuada em relação ao SE<sub>quase-inerente</sub> (não-afetado), ao SE<sub>inerente</sub> e ao SE<sub>reflexivo</sub>.

Para ambos os autores, o SE<sub>reflexivo</sub> figura entre os que menos sofrem com o fenômeno da supressão do clítico no PB, entretanto, para Rodrigues e Pereira (2005), o SE<sub>inerente</sub> e o SE<sub>quase-inerente</sub> apresentam os menores índices de realização (11% e 7%, respectivamente) entre os diferentes tipos de SE, mas, para Nunes (1995), apresentam os menores índices de supressão (14% e 0%, respectivamente), i.e., 86% e 100% de realização. Em outras palavras, o SE<sub>inerente</sub> e o SE<sub>quase-inerente</sub> estão inversamente localizados no contínuo entre apagamento e realização do clítico pronominal nas pesquisas mencionadas. Essa diferença pode ser um reflexo da influência da escolarização na

manutenção/supressão do clítico, pois, enquanto Rodrigues e Pereira (2005) trabalham com dados referentes às condições de uso do clítico pronominal na fala popular da zona rural, oriundos exclusivamente de entrevistas, Nunes (1995) utiliza dados de entrevistas com informantes paulistanos escolarizados e dados de registros formais escritos.

Por fim, em relação à região Sul, Freitag (2003, 2006), Madureira (2002), Pereira (2006) e Seara (2000) defendem que há manutenção do clítico SE, especialmente o SE<sub>inerente</sub> – que, em Florianópolis, apresenta 100% de realização – e o SE<sub>reflexivo</sub>. Há variação, no entanto, na realização dos clíticos SE<sub>quase-inerente</sub> (33% de realização) e SE<sub>estilístico</sub> (40% de realização).

Observam-se, desse modo, algumas dicotomias durante a comparação desses estudos. Por exemplo: (i) enquanto alguns autores defendem que o SE<sub>inerente</sub> possui os menores índices de realização (RODRIGUES; PEREIRA, 2005), outros defendem que são os que possuem o maior índice de realização (D'ALBUQUERQUE, 1984; NUNES, 1995); (ii) enquanto alguns autores defendem que há manutenção do uso do SE no Nordeste (MELLO, 2009; OLIVEIRA, 2006), outros defendem que também nessa região há supressão do SE (GONDIM, 2011).

Essas conclusões apresentadas e os apontamentos de diversos pesquisadores que têm se dedicado ao estudo do comportamento do clítico pronominal, sob diferentes perspectivas de análise (GALVES, 2001; MADUREIRA, 2002; NUNES, 1990, 1991; PEREIRA, D., 2006, 2007; SEARA, 2000, entre outros), confirmam a variação existente no PB em relação ao emprego do SE: dada a grande extensão territorial do Brasil, o uso do clítico SE apresenta, além de diferenças intercontinentais, comportamentos distintos conforme a região do país e pode ocorrer, inclusive, na fala de um mesmo indivíduo.

Em face dessas considerações sobre a variação do uso dos VP no Brasil, considera-se relevante averiguar, heurísticamente, a percepção dos falantes do interior do estado de São Paulo sobre as possibilidades de uso dos verbos pronominais, especialmente no que concerne à realização dos verbos+SE<sub>inerente</sub>, considerados os únicos verbos pronominais que ocorrem no léxico – diferentemente dos demais, que preenchem posições argumentais (LENHARO, 2014). A próxima seção apresenta os resultados obtidos com a aplicação de um questionário *online* realizado para esse fim.

### **A percepção de falantes paulistas sobre realizações de verbos pronominais**

A percepção dos falantes do interior do estado de São Paulo sobre as possibilidades de uso dos VP foi observada através dos dados oriundos da aplicação de um questionário *online*, elaborado e aplicado por meio do *site SurveyMonkey*.<sup>2</sup>

Uma vez que não se objetiva analisar os fatores extralinguísticos (LABOV, 2001) que atuam no uso ou no apagamento do clítico e que este estudo se insere em um contexto (não variacionista) maior de pesquisa (dentro do domínio linguístico-computacional, que trabalha fundamentalmente com a norma culta da língua), o questionário foi aplicado a jovens universitários (incluindo alguns pós-graduandos e professores) das seguintes instituições: (a) Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Araraquara, SP; (b)

---

<sup>2</sup> O *site SurveyMonkey*, disponível em: <<http://pt.surveymonkey.com/>>, foi escolhido para a realização dessa pesquisa pois disponibiliza ferramentas que possibilitam a criação de testes virtuais de julgamento semântico para a coleta de dados e a geração de relatórios sobre os dados coletados.

Faculdade de Tecnologia (FATEC) – Mococa, SP; (c) Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro (IMESB) – Bebedouro, SP; (d) Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro, SP. Ao todo, 75 voluntários se propuseram a participar. Desses, a maioria (64%) possui entre 18 e 25 anos. Entre os demais: 22,67% possuem entre 16 e 35 anos e 13,33% possuem mais de 35 anos.

O questionário foi confeccionado com realizações, oriundas do *cópus* composto por textos da internet, de 23 verbos citados como exemplos de VP (de diversos tipos) por diferentes autores (BECHARA, 2009; MELLO, 2009; NUNES, 1995; SEARA, 2000, entre outros). São eles: *adaptar-se*, *afundar-se*, *ajoelhar-se*, *apaixonar-se*, *arrepender-se*, *atrever-se*, *comportar-se*, *concentrar-se*, *culpar-se*, *dedicar-se*, *esbaldar-se*, *esforçar-se*, *espantar-se*, *esquecer-se*, *ferir-se*, *importar-se*, *interessar-se*, *lembrar-se*, *magoar-se*, *queixar-se*, *refugiar-se*, *sentir-se* e *suicidar-se*. Esses exemplos incluem a atualização e a supressão do clítico SE. Além disso, o questionário continha distratores. Para cada questão, o voluntário deveria responder qual era a probabilidade de uso das frases: (i) muito alta, (ii) alta, (iii) moderada, (iv) baixa ou (v) muito baixa. Os parágrafos seguintes apresentam os resultados obtidos.

Para o verbo *afundar-se*, verbo+SE<sub>inerente</sub> com o sentido de ‘perder-se’ – que possui uma contraparte não pronominal, *afundar*, com sentidos diferentes (como ‘colocar no fundo’ e ‘fazer submergir’) –, a supressão do clítico (06) não foi considerada um problema para 43,24% dos informantes: 32,43% afirmaram haver probabilidade alta de utilização.

- (06) O filme conta a história do traficante João Estrela, jovem nascido em berço de ouro que afundou nas drogas e passou a traficar.

Para o verbo *apaixonar-se*, verbo+SE<sub>inerente</sub> com o sentido de ‘encher-se de paixão (um sentimento forte)’, foram avaliados dois contextos. No primeiro, sem o clítico SE (07), a probabilidade de uso é moderada (27,03%), sendo os índices de probabilidade baixa/muito baixa (41,89%) maiores que os de probabilidade alta/muito alta (31,08%). No segundo, com a realização do clítico (08), a probabilidade alta/muito alta foi a opção da maioria dos informantes (52,11%), com 28,17% de probabilidade baixa/muito baixa e 19,72% de moderada.

- (07) Sim, estamos aqui só faz 3 dias e já apaixonei pelo lugar.

- (08) O Vagabundo se apaixonou pela Princesa.

Para o verbo *refugiar-se*, verbo+SE<sub>inerente</sub> sem contraparte transitiva, com o sentido de ‘procurar abrigo em lugar seguro/com alguém’, foi avaliado um contexto transitivo, em que “X refugiou Y” (09) – para adequá-lo à norma culta, seria necessária uma perífrase (“X forneceu refúgio a Y”) ou uma paráfrase (“Y refugiou-se com X”). 56,76% dos voluntários indicaram uma probabilidade de uso baixa/muito baixa, 27,03% uma probabilidade moderada e 16,21%, alta/muito alta. Em outras palavras, a tendência de pessoas com alta escolarização utilizarem construções como (09), em que há, além da supressão do clítico SE<sub>inerente</sub>, uma mudança na transitividade, é pequena.

- (09) Governo Lula refugiou padre das Farc por afinidade política.

O verbo *arrepender-se*, verbo+SE<sub>inerente</sub> sem contraparte transitiva, com o sentido de ‘sentir pesar sobre alguma ação/decisão’, foi avaliado em um contexto de uso não prototípico, com supressão do SE (10). A tendência de sua utilização nesse contexto é pequena: 75,67% de probabilidade baixa/muito baixa, 12,16% de probabilidade moderada e também de alta/muito alta.

- (10) Você arrepende de ter pedido o Ronaldinho na seleção?

O verbo *adaptar-se*, que também pode ser realizado transitivamente com um complemento direto ou indireto, com o sentido de ‘tornar X harmonioso/ajustado (com Y)’, foi avaliado, em dois contextos, com o sentido de ‘tornar-se familiar com uma nova situação’, isto é, como um verbo+SE<sub>inerente</sub>. No primeiro contexto avaliado, o do verbo sem o clítico (11), não houve grande aceitação: para 74,32% dos informantes a probabilidade é baixa/muito baixa; para 13,51%, moderada; e para 12,17% alta/muito alta. No segundo, com o verbo em sua realização prototípica, com o clítico (12), a probabilidade é de: 63,77% alta/muito alta; 24,64% moderada e 11,59% baixa/muito baixa.

- (11) Minha filha entrou para a creche com 4 meses e adaptou bem.

- (12) Os brasileiros se adaptaram às novas regras da ortografia?

O verbo *suicidar-se*, um verbo+SE<sub>inerente</sub> que não possui um complemento preposicionado, com o sentido de ‘tirar a própria vida’, foi avaliado sem o clítico (13). Embora frequentemente empregado sem o clítico em frases de diversos *sites* da internet, incluindo os de jornais, como o do questionário, há rejeição por parte dos voluntários para o contexto da pesquisa: 60,81% consideram baixa/muito baixa a sua probabilidade de uso; 25,68% alta/muito alta e 13,51% moderada.

- (13) Caso de homem que matou mulher e suicidou será investigado pela 3ª DP.

O verbo *queixar-se*, verbo+SE<sub>inerente</sub> com o sentido de ‘reclamar de algo’, foi avaliado em dois contextos: no primeiro, o prototípico, com o clítico (14), há 64,86% de probabilidade alta/muito alta, 22,97% de moderada e 12,16% de baixa/muito baixa. No segundo, sem o clítico (15), a tendência de uso se inverte: 59,16% de probabilidade baixa/muito baixa, 21,13% de moderada e 19,72% de alta/muito alta.

- (14) Médicos se queixam de infraestrutura e abandonam programa “Mais médicos”.

- (15) Ele queixou ao Ministério Público que carros de propaganda estavam passando com o som nas alturas, perturbando os moradores em geral.

O verbo *esforçar-se*, com o sentido de ‘empenhar grande força de trabalho para a obtenção de um fim’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub> e foi avaliado sem o clítico (16). Para 69,01% dos participantes, a probabilidade de uso é baixa/muito baixa; para 21,13%, moderada; e para 9,86%, alta/muito alta.

- (16) Herrera até que esforçou bastante, mas acabou ficando isolado depois da expulsão do meia Eduardo, no início da partida.

O verbo *espantar* – embora permita uma leitura causativa, com os sentidos de ‘assustar, causar espanto ou afugentar’, na qual um sujeito Agente espanta um Paciente através do uso de um Instrumento –, com o sentido de ‘ficar admirado ou assustado [com]’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub>. No questionário, este foi avaliado sem o clítico (17). Os índices de probabilidade de uso obtidos são: 56,34% de baixa/muito baixa, 22,54% de alta/muito alta e 21,13% de moderada.

(17) Não espante se desta vez os caras resolverem enfiar alienígenas malvados na história.

Índices semelhantes foram observados para o verbo *atrever-se*, um verbo+SE<sub>inerente</sub> com o sentido de ‘fazer afronta [a]’, em um contexto de uso não prototípico (18): 54,93% de probabilidade baixa/muito baixa; 25,36% de alta/muito alta e 19,72% de moderada.

(18) Como você atreve a me desobedecer?

O verbo *ferir-se*, um verbo+SE<sub>reflexivo</sub> (pois admite leitura causativa sem alteração semântica e admite o redobro com a expressão *a si mesmo* (LENHARO, 2014)) com o sentido de ‘causar ferimento [em]’, foi avaliado em um contexto de uso pronominal (19): 60,57% dos informantes consideram a probabilidade de uso alta/muito alta e 19,72% a consideram moderada, ao lado de outros 19,72% que a consideram baixa/muito baixa.

(19) Não importa quem te feriu... O importante é que você sarou.

O verbo *interessar-se*, com o sentido de ‘adquirir interesse [por]’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub>. Seu uso prototípico, por isso, pede a atualização do SE. Difere da realização transitiva (direta e indireta) que o verbo *interessar* pode atualizar, com sentidos diferentes do pronominal, tais como o de “atrair, provocar a curiosidade ou o interesse” – transitivo direto (WEISZFLOG, 1998). No questionário, foi avaliado como verbo+SE<sub>inerente</sub> com apagamento do clítico (20): 52,18% dos informantes consideram baixa/muito baixa a sua probabilidade de uso; 28,98% a consideram alta/muito alta e 18,84% moderada.

(20) Interessou no imóvel?

Situação semelhante é a do verbo *importar-se*, que, com o sentido de ‘ter consideração [por], dar importância [a]’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub>. Além desse sentido pronominal, o verbo *importar* pode ser atualizado transitivamente (com complemento direto ou indireto) ou intransitivamente, com outros sentidos. Avaliado com a supressão do SE em sua realização pronominal (21), apresenta 66,20% de probabilidade baixa/muito baixa; 21,12% alta/muito alta e 12,68% moderada.

(21) Eu penso que você importa comigo, mas na verdade você nem lembra que eu existo!

O verbo *sentir-se*, com o sentido de ‘experimentar uma sensação física ou emocional’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub>. Foi avaliado em dois contextos. No primeiro (22), uma realização prototípica, os percentuais de probabilidade de uso são: 40,58% de alta/muito alta; 37,68% de baixa/muito baixa e 21,74% de moderada. No segundo, com a supressão do clítico (23), 76,81% dos informantes consideram a probabilidade de uso baixa/muito baixa, 15,94% moderada e 7,25% alta/muito alta. Comparando-se os dados dos dois

contextos de uso, conclui-se que, apesar de o contexto prototípico não ser avaliado positivamente, o contexto de uso não prototípico é avaliado negativamente, sendo alto o percentual de improbabilidade de uso.

(22) Oh! Me sinto só. Eu me sinto tão seu.

(23) Apesar da cautela com seu ombro, Pedrosa já sente bem e está animado para a continuação do campeonato.

O verbo *ajoelhar-se*, com o sentido abstrato de ‘colocar-se em posição inferior’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub>. O contexto avaliado (24) prediz um estado de coisas em que X reconhece o talento de Y e se curva, figurativamente, em sinal de respeito, a Y. Trata-se de uma realização não prototípica, pois há supressão do clítico. Os índices mostram que há 52,17% de probabilidade de uso baixa/muito baixa; 27,54% de probabilidade moderada e 20,29% de probabilidade alta/muito alta.

(24) Anthony Hopkins ajoelha para Bryan Cranston, protagonista da série Breaking Bad.

O verbo *concentrar-se*, com o sentido de ‘focar a atenção em algo’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub> – diferentemente de *concentrar*, com os sentidos de ‘reunir’ e ‘tornar mais denso’, por exemplo, que é um verbo não pronominal construído com um complemento direto. No teste, em um contexto não prototípico (25), apresenta: 39,13% de probabilidade alta/muito alta; 39,13% de probabilidade baixa/muito baixa e 21,74% de probabilidade moderada. Isoladamente, a probabilidade de uso alta apresenta o maior índice (24,64%), mas há certo equilíbrio entre os índices de todas as probabilidades – 14,49% muito alta; 21,74% moderada; 18,84% baixa e 20,29% muito baixa –, o que pode indicar que, apesar de haver resistência quanto ao contexto de realização não prototípica do verbo, a supressão do SE é aceitável entre os falantes avaliados.

(25) Talita do céu, para de vender ingressos e concentra nos estudos menina!

O verbo *esquecer*, por sua vez, pode ser construído (com e sem alteração semântica) de diferentes maneiras: transitivamente (com complemento direto ou indireto), intransitivamente e pronominalmente. Com o sentido de ‘perder algo da memória’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub>. Assim, para que (26) estivesse de acordo com a norma culta do português, seria necessário retirar a preposição (X não esqueceu o aniversário de Y), transformando-o em um verbo transitivo direto, ou adicionar o clítico SE na construção (X não se esqueceu do aniversário de Y). Do modo como foi construída, embora o maior índice individual de probabilidade de uso da sentença seja o muito baixo (com 26,09%), quando os índices são agrupados, a probabilidade alta/muito alta representa 39,13% do total, a moderada 23,19% e a baixa/muito baixa 37,68%, isto é, a tendência de uso do contexto não prototípico é maior que a de sua não utilização.

(26) Neymar não esqueceu do aniversário de sua namorada, Bruna Marquezine.

O verbo *comportar-se*, com o sentido de ‘proceder de determinada maneira’, é um verbo+SE<sub>inerente</sub>. Difere semanticamente de *comportar*, transitivo direto, que atualiza, entre outros, os sentidos de ‘conter em si’ e ‘possuir capacidade para receber ou acomodar [algo]’. No teste, foi avaliado com o apagamento do clítico (27). Os índices de probabilidade de uso são: 66,20% baixa/muito baixa, 21,13% moderada e 12,67%

alta/muito alta. Dada a diferença percentual, pode-se afirmar que a realização não prototípica do verbo é avaliada negativamente pelos falantes.

(27) Os avaliadores vão observar como você comporta nos mínimos detalhes, isso inclui gestos.

O verbo *culpar-se*, um verbo+SE<sub>inerente</sub> com o sentido de ‘sentir/possuir culpa [por]’, difere do transitivo (direto ou indireto) *culpar* (‘atribuir culpa [a]’). No teste, dois contextos de uso, com o sentido pronominal, foram avaliados. No primeiro, com realização do SE (28), os índices são: 56,33% de probabilidade alta/muito alta; 26,76% de baixa/muito baixa e 16,90% de moderada. No segundo, com supressão do clítico (29), 69,57% de probabilidade baixa/muito baixa, 18,84% de alta/muito alta e 11,59% de moderada.

(28) Não me culpe pelos seus erros, pois não admito nem os meus.

(29) Você sente que nada funciona como você queria? Você culpa por isso? Sua autoestima é baixa?

Por fim, o verbo *magoar-se*, um verbo+SE<sub>inerente</sub> com sentido de ‘sentir tristeza, desgosto’. Avaliado sem o clítico (30), obteve 43,48% de probabilidade de uso baixa/muito baixa; 39,13% de alta/muito alta e 17,39% de moderada. Há, portanto, certo equilíbrio entre os índices obtidos, o que pode indicar que a ausência do clítico com o verbo *magoar* não é avaliada negativamente pelos falantes paulistas que participaram da pesquisa.

(30) Não quero mais saber, magoei com todos vocês.

Com base nesses resultados obtidos com a aplicação do questionário, podem ser traçadas algumas considerações sobre o uso dos VP pelo grupo de paulistas, tais como as apresentadas a seguir. Os índices de probabilidade de uso das sentenças avaliadas em (i) alto/muito alto, (ii) moderado e (iii) baixo/muito baixo, para a análise, serão sintetizados na Tabela 1, onde, consoante cada verbo e o contexto avaliado, na coluna “Aceitação de uso”, serão agrupados respectivamente em (i) “sim”, (ii) “talvez” e (iii) “não”. Os verbos podem ser reunidos, assim, com base nos índices de aceitação, nos seis seguintes grupos:

1) Verbos que foram analisados em dois contextos distintos, o da realização e o da supressão do clítico SE. Pode ser subdividido em três grupos, conforme o comportamento dos verbos que os constituem:

1a) Verbos *adaptar-se*, *culpar-se* e *queixar-se*, cuja realização do clítico é avaliada positivamente (com 63,77%, 56,33%, 64,86%, respectivamente, de avaliação positiva) e a supressão é avaliada negativamente (com 74,32%, 69,57% e 59,16%, respectivamente, de rejeição).

1b) Verbo *apaixonar-se*, com maior aceitabilidade para a supressão do clítico (em relação ao Subgrupo 1a).

1c) Verbo *sentir-se*, com alto índice de rejeição da supressão do SE (76,81%). Diferentemente dos verbos do Subgrupo 1a, os índices de probabilidade são mais próximos entre si, com 40,58% de aceitação e 37,68% de rejeição.

2) Verbo *ferir*, o único verbo+SE<sub>reflexivo</sub> do questionário, avaliado com 60,57% de aceitação em sua realização pronominal.

3) Verbos *ajoelhar-se*, *arrepender-se*, *atrever-se*, *comportar-se*, *esforçar-se*, *espantar-se*, *importar-se*, *interessar-se*, *refugiar-se* e *suicidar-se*, que se distinguem dos verbos do Grupo 1(a) por não terem sido avaliados em dois contextos distintos (avaliados em contextos de supressão do clítico). Assim como os verbos do Subgrupo 1a, apresentam altos índices de rejeição.

4) Verbo *concentrar-se*, cujo percentual de aceitação de uso sem o clítico é exatamente igual ao percentual de rejeição: 39,13%.

5) Verbo *magoar-se*, que, apesar de apresentar o índice de rejeição maior que o de aceitação, não apresenta uma diferença muito grande entre os percentuais (respectivamente, 43,48% e 39,13%).

6) Verbos *afundar-se* e *esquecer-se*, que apresentam índices de aceitação de uso com supressão do clítico SE (43,24% e 39,13%, respectivamente) maiores que os de rejeição (32,44% e 37,68%, também respectivamente).

**Tabela 1. Agrupamento dos verbos do questionário conforme aceitação de uso**

Verbo	Clítico SE	Aceitação de uso		
		Sim	Talvez	Não
adaptar-se	sem	12,17%	13,51%	74,32%
	com	63,77%	24,64%	11,59%
culpar-se	sem	18,84%	11,59%	69,57%
	com	56,33%	16,90%	26,76%
queixar-se	sem	19,72%	21,13%	59,16%
	com	64,86%	22,97%	12,16%
apaixonar-se	sem	31,08%	27,03%	41,89%
	com	52,11%	19,72%	28,17%
sentir-se	sem	7,25%	15,94%	76,81%
	com	40,58%	21,74%	37,68%
ferir	com	60,57%	19,72%	19,72%
ajoelhar-se	sem	20,29%	27,54%	52,17%
arrepender-se	sem	12,16%	12,16%	75,67%
atrever-se	sem	25,36%	19,72%	54,93%
comportar-se	sem	12,67%	21,13%	66,20%
esforçar-se	sem	9,86%	21,13%	69,01%
espantar-se	sem	22,54%	21,13%	56,34%
importar-se	sem	21,12%	12,68%	66,20%
interessar-se	sem	28,98%	18,84%	52,18%
refugiar-se	sem	16,21%	27,03%	56,76%
suicidar-se	sem	25,68%	13,51%	60,81%
concentrar-se	sem	39,13%	21,74%	39,13%
magoar-se	sem	39,13%	17,39%	43,48%
afundar-se	sem	43,24%	24,32%	32,44%
esquecer-se	sem	39,13%	23,19%	37,68%

**Fonte: Elaboração própria**

Com base nesses dados, constata-se que, na maior parte das situações observadas, (i) nos contextos em que há a realização dos verbos pronominais com a presença do clítico, a avaliação é positiva e (ii) nos contextos em que há a realização dos verbos pronominais com a supressão do clítico SE, a avaliação é negativa. Desse modo, embora se confirme a variação de uso dos verbos pronominais quanto à realização e à supressão

do clítico SE, a presença do SE, como estabelece a norma culta do português, ainda é a forma de maior prestígio na comunidade linguística avaliada.

Além disso, a observação desses resultados faz com que a seguinte indagação surja: a existência de contrapartes não pronominais para os verbos+SE<sub>inerente</sub> permite (talvez por processos de analogia) que eles sejam realizados sem o clítico? Ao se relacionar a existência de contrapartes não pronominais com os índices de aceitação (alta/muito alta) de uso dos contextos em que há apagamento do SE, nota-se que: (i) os seis primeiros verbos (*afundar-se*, *concentrar-se*, *esquecer-se*, *magoar-se*, *apaixonar-se* e *interessar-se*), cujos contextos avaliados exemplificam realizações não prototípicas, possuem uma contraparte não pronominal e apresentam os maiores índices de aceitação do contexto avaliado; (ii) os verbos *suicidar-se* e *atrever-se*, por outro lado, são os sétimo e oitavo verbos cujos contextos avaliados obtiveram os maiores índices de aceitação, mesmo sendo contextos não prototípicos, e ambos não possuem uma contraparte não pronominal; (iii) os dois piores índices de aceitação dos contextos avaliados são os dos verbos *esforçar-se* e *sentir-se*, verbos que possuem contrapartes não pronominais. Portanto, não é possível considerar a existência de uma contraparte não pronominal como um parâmetro que regule as realizações não prototípicas dos verbos+SE<sub>inerente</sub>.

### Considerações finais

Conforme salientado anteriormente, algumas inovações linguísticas tendem a ocorrer primeiro entre os mais jovens (e, às vezes, entre os indivíduos socioeconomicamente menos favorecidos que, muitas vezes, possuem maior dificuldade para ter acesso à educação institucionalizada). Algumas dessas inovações permanecerão restritas a determinados grupos, muitas vezes estigmatizadas e marginalizadas, e não se difundirão para toda a comunidade. Portanto, serão variações linguísticas que não se tornarão mudanças linguísticas de fato implementadas na língua.

A revisão bibliográfica apresentada ao longo deste estudo fornece evidências que confirmam a variação existente no Brasil em relação ao emprego do clítico SE: em determinadas regiões do país há maior utilização e aceitação do apagamento do clítico pronominal, em outras, no entanto, há resistência a esse fenômeno linguístico. Do mesmo modo, alguns itens lexicais parecem ‘permitir’ de modo mais tranquilo a supressão do SE, enquanto outros tendem a ser mais ‘conservadores’ quanto ao uso do clítico.

Pode ser que se trate de uma mudança linguística em curso. No entanto, com base nos dados do teste de percepção dos falantes paulistas (universitários) acerca dessa variação, é possível dizer que, por hora, não é uma inovação que tenha alcançado todos os falantes, pois há resistência entre alguns dos indivíduos pesquisados.

### REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Teoria do romance I: a estilística*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

- D'ALBUQUERQUE, A. C. R. C. A perda dos clíticos num dialeto mineiro. *Tempo Brasileiro: sociolinguística e o ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro, v. 78/79, p. 97-121, 1984.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2014.
- FREITAG, R. M. K. Uma hipótese de gramaticalização do pronome reflexivo *se* na fala de Florianópolis. *Working papers em Linguística*. UFSC – CCE, Curso de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis: CPGLg, n. 7, p. 59-72, 2003.
- \_\_\_\_\_. Análise quantitativa dos clíticos correferenciais na fala de Florianópolis e de Porto Alegre: discutindo evidências da afixação de SE. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA LINGUÍSTICA NA AMÉRICA DO SUL (Cipla), 2006, João Pessoa (PB). *Línguas e Povos: unidade e diversidade*, p. 437-442, 2006.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- GONDIM, E. M. O uso do clítico na fala culta de Fortaleza. *Entrepalavras*, Fortaleza, a. 1, v. 1, n. 1, p. 37-47, ago./dez. 2011.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LENHARO, A. C. *Descrição léxico-gramatical e funcional dos verbos pronominais do português brasileiro com vistas à construção da base de verbos da wordnet brasileira e do alinhamento semântico desta à base de verbos da wordnet norte-americana*. 2014. 279 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.
- LIMA, B. F. Z. *O percurso diacrônico das construções com o pronome se na Língua Portuguesa como um processo de gramaticalização*. 2006. 130 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- MADUREIRA, E. D. Variação nas construções pronominais dos verbos psicológicos: uma decorrência de diferentes percursos históricos. In: COHEN, M. A. A. M.; RAMOS, J. M. (Org.). *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança linguística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.
- MELLO, F. R. *Acabou-se o que era doce, quem comeu se regalou-se: uma análise do clítico se em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização*. 2009. 322 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- MELO, N. S. S. *O clítico se com valor reflexo ou recíproco: uma abordagem sociolinguística*. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2002.

NUNES, J. M. *O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com SE apassivador e indeterminador*. 1990. 170 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. Ainda o famigerado SE. *DELTA*, v. 11, n. 2, p. 201-240, 1995.

OLIVEIRA, M. Nós se cliticizou-se? In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. VI: novos dados, novas análises. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 413-425.

PEREIRA, A. L. D. *Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída*. 2006. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 2006.

PEREIRA, D. C. *Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista*. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Â. C. S.; PEREIRA, D. C. Pronomes reflexivos no português popular brasileiro. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, 14. Monterrey (Mexico), 2005. *Actas...* Disponível em: <[www.mundoalfal.org/cdcongreso/cd/dialectologia\\_sociolinguistica/rodrigues.html](http://www.mundoalfal.org/cdcongreso/cd/dialectologia_sociolinguistica/rodrigues.html)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SEARA, I. C. Estudo de uma hipótese semântico-pragmática para a omissão de clíticos pronominais. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUCRS, v. 14, n. 119, p. 165-187, mar. 2000.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1994.

VILELA, M. *Léxico e gramática*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

**Recebido em:** 01/09/2016

**Aprovado em:** 12/04/2017

# A unidade lexical *funda*: dados geolinguísticos evidenciando marcas históricas no interior do Mato Grosso do Sul

Beatriz Aparecida Alencar

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil<sup>1</sup>  
bia83\_12@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1703>

## Resumo

Corumbá e Ladário são cidades antigas em Mato Grosso do Sul. Em decorrência de características históricas, a língua portuguesa falada nessas localidades apresenta marcas distintas em relação ao restante do estado. Neste estudo, discutimos o comportamento do item lexical *funda* como denominação do “brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha que os meninos usam para matar passarinhos”, com base em dados geolinguísticos de dois atlas, o Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007) e o Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALENCAR, 2013). O estudo discute fatores que possam justificar a permanência da variante lexical *funda* no falar dos sul-mato-grossenses, considerando, para tanto, aspectos da relação entre história, ambiente e norma lexical regional.

**Palavras-chave:** léxico; *funda*; atlas linguístico; Mato Grosso do Sul.

## La unidad léxica *honda*: datos geolingüísticos evidenciando marcas históricas en el interior de Mato Grosso do Sul

### Resumen

Corumbá y Ladário son ciudades antiguas ubicadas en Mato Grosso do Sul. Debido a las características históricas, la lengua portuguesa hablada en estos lugares presenta algunas diferencias notables en comparación al estado. En este estudio, discutimos el comportamiento del ítem léxico *funda*, para nombrar el “brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha que os meninos usam para matar passarinhos”. Para esto, utilizamos los datos geolingüísticos de dos atlas, Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007) y el Atlas Linguístico de Corumbá y Ladário (ALENCAR, 2013). El estudio discute factores que puedan justificar la permanencia de la variante léxica *funda* en el habla de los habitantes de Mato Grosso do Sul, considerando, los aspectos de la relación entre historia, ambiente y norma léxica regional.

**Palabras-clave:** léxico; *honda*; atlas lingüístico; Mato Grosso do Sul.

## 1. Caminhos da cultura e da linguagem

As demarcações geográficas nem sempre envolvem mudanças nos hábitos e nos costumes da população, fenômeno que pode ser observado em especial em áreas de fronteira que, apesar de delimitarem nacionalidades diversas, em alguns casos, não evidenciam grandes contrastes entre a população e os seus respectivos moradores. Essa realidade acontece no estado de Mato Grosso do Sul, que recebe forte influência, por exemplo, da culinária do Paraguai, representada pela chipa, pela sopa paraguaia e,

---

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS – Três Lagoas).

sobretudo, pela preferência dos sul-mato-grossenses pelo mate gelado, denominado tereré.

Além dos hábitos de um grupo social, são ainda mais difíceis de serem delimitadas em uma cultura questões inerentes ao léxico. Acredita-se que algumas marcas acabam por se perpetuar no vocabulário dos habitantes de determinadas localidades em decorrência da própria história social e, conseqüentemente, apontarem para a indissociável relação entre língua e história. Para demonstrar isso, discutimos, neste trabalho, a questão das ocorrências da unidade lexical *funda* na língua falada pelos sul-mato-grossenses com base em trabalhos dialetológicos realizados, particularmente, nos municípios de Corumbá e Ladário que atestam o uso da unidade lexical *funda* na fala da população desse rincão do Brasil.

Buscam-se, ainda, dados que visem a contribuir para: i) elencar fatores que possam justificar a permanência do item lexical *funda* (com datação a partir do século XIV) no falar dos habitantes de Corumbá e Ladário – Mato Grosso do Sul e ii) analisar o item lexical assinalado com ênfase na relação entre o seu uso regional e a história social das localidades. Para auxiliar a análise, serão consultados dicionários (gerais, etimológicos, regionais) de Língua Portuguesa produzidos em diferentes momentos da história da língua.

## 2. Mato Grosso do Sul: o histórico do território

O Estado de Mato Grosso do Sul é constituído por cidades bastante ‘jovens’ e cidades bem ‘antigas’, originadas antes da divisão do estado de Mato Grosso e conseqüente criação da nova unidade federativa, no ano de 1977.

Apesar de uma existência bastante curta enquanto estado, a parte do território que se tornaria o Mato Grosso do Sul, durante vários anos, foi alternando seus contatos com o colonizador europeu, ora sendo conhecido pelos exploradores, ora esquecido quando da unificação das coroas de Portugal e Espanha e de diferentes momentos da história da região. Desde remotas épocas, essa faixa de território foi caminho de acesso a diferentes regiões da América, como atesta a assertiva a seguir.

O fato é que por Mato Grosso do Sul passaram numerosas bandeiras, em direção ao norte, ao Paraguai e ao Peru; na segunda metade do século 17, as regiões do Iguatemi, do Ivinhema, a serra de Maracaju e a Vacaria eram bem conhecidas dos bandeirantes, principalmente nas suas rotas fluviais (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, p. 15).

As preocupações referentes à ocupação da área só começaram a ocorrer com o avanço da defesa do território pertencente à coroa espanhola nas áreas limítrofes. Entre essas localidades que demarcaram a divisão territorial no Centro-Oeste do Brasil, destaca-se a cidade de Corumbá, que é considerada, do ponto de vista geográfico, “a presença portuguesa, nas vizinhas espanholas no Cone Sul” (ITO, 2000, p. 66).

A cidade de Corumbá localiza-se no extremo oeste de Mato Grosso do Sul, tendo como limites territoriais dois países sul-americanos: Bolívia e Paraguai. Em virtude da sua localização geográfica fronteiriça, a região acabou tendo, no decorrer da sua existência, muito contato com os países vizinhos e pouca ligação com o interior do Brasil, em decorrência do difícil acesso à região e por estar circunscrita ao bioma Pantanal, conseqüentemente, acabou por ficar, de certa forma, protegido de migrantes brasileiros

até meados do século XX, quando da chegada dos meios de transporte terrestres. A seguir, recuperamos de forma pontual alguns dados sobre a colonização do Oeste de Mato Grosso do Sul.

## 2.1 Corumbá: a gênese da localidade

A atitude do então governador da Capitania do Mato Grosso, o general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772), ao mandar construir uma fortaleza para proteção do território, conhecido hoje como o Forte Coimbra, foi fundamental para a manutenção da fronteira e para o surgimento de Corumbá, uma das mais antigas cidades do Estado<sup>2</sup>.

O importante é que se passava a ocupar a margem direita do Paraguai e, a partir do erguimento do Forte, o dinâmico governador mandava levantar o povoado de Albuquerque, logo acima, junto ao rio, também à margem direita, para assegurar melhor o domínio daquelas terras e servir de apoio ao Forte e aos navegantes que passavam a subir por ali, em monções vindas de São Paulo para Cuiabá [...] (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, p. 27).

Cabe assinalar que, em diferentes momentos da história local, o rio Paraguai foi fundamental para o desenvolvimento da região. Primeiramente, nas atividades econômicas assentadas em bases coloniais, em conflitos bélicos e, posteriormente, devido às atividades comerciais realizadas com as cidades platinas viabilizadas pelas vias fluviais. Segundo Ito (2000, p. 69), após a Guerra do Paraguai<sup>3</sup>, “Corumbá totalmente destruída pela invasão paraguaia começa a sua reconstrução, sobretudo, por sediar, no período anterior ao conflito, o principal entreposto comercial de Mato Grosso”.

A reconstrução de Corumbá não tardou muito, pois, em meados do século XIX, o porto da cidade era um dos que possuía o maior movimento comercial da Província. Essa situação iria ser mantida até a antiga Ferrovia Noroeste começar a se instalar no município de Corumbá, tendo chegado ao distrito de Porto Esperança em 1914 e na sede do município, na década de 1950.

A instalação da ferrovia provocou uma diminuição do movimento portuário em Corumbá, à medida que outras cidades sul-mato-grossenses tornaram-se entrepostos comerciais. A situação ainda foi agravada com a inauguração da rodovia BR 262, no trecho Corumbá a Campo Grande, e com a própria divisão do estado de Mato Grosso e consequente criação da nova Unidade Federativa (Mato Grosso do Sul), que acabou por enfraquecer o poder econômico centralizado na Cidade Branca<sup>4</sup>.

Atualmente, o município de Corumbá reúne 108.010 habitantes (IBGE, 2014) e, segundo Silva (2004, p. 19), “o saldo maior de imigrantes e descendentes estrangeiros,

---

<sup>2</sup> Fundada em 1778, o Arraial de ‘Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque’, 1º designação do vilarejo, se transformou no principal entreposto comercial da região. Foi elevada a Distrito em 1838 e a município em 1850. Por sua vez, a cidade de Ladário foi elevada a Distrito de Corumbá em 1861 e o município foi criado em 1953. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/matogrossodosul/Corumbá.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2016.

<sup>3</sup> A referência é feita à Guerra da *Tríplice Aliança Guerra do Paraguai*, conflito bélico que ocorreu entre os anos de 1864 e 1870 em que lutaram os países que formaram a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra o Paraguai.

<sup>4</sup> ‘Cidade Branca’ é uma das designações atribuídas à cidade de Corumbá.

em Corumbá, recai, hoje, sobre os bolivianos, seguidos pelos paraguaios, uruguaios, portugueses, sírios, libaneses e palestinos”.

Apesar de a população corumbaense ser bastante heterogênea, é preciso considerar que o contato com a colonização portuguesa durante diferentes momentos da história local e o pouco contato de Corumbá com o interior do Brasil favoreceram a manutenção de alguns traços linguísticos no falar da população, entre eles, o uso do /s/ sibilante. Silva (2004)<sup>5</sup>, com base em estudo contrastivo entre dados do falar corumbaense e do português de Portugal, esclarece que “a análise feita em Portugal mostrou a evolução da pronúncia palatalizada, padrão naquele país, bem como apontou contextos de uso semelhantes aos observados nas comunidades brasileiras” (SILVA, 2004, p. 105). Além dos aspectos fonéticos, o léxico também aponta para a conservação de traços da língua transplantada pelos colonizadores portugueses. Neste estudo, discutimos a questão do uso do item lexical *funda* para nomear o “brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha que os meninos usam para matar passarinhos”. Essa designação foi cartografada em diferentes trabalhos geolinguísticos no Centro-Oeste brasileiro, de acordo com os dados que são apresentados na sequência.

### 3. *Funda*: Análise dos dados geolinguísticos

Como fonte de estudo, consultamos dois atlas linguísticos de diferentes domínios, um estadual – Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007) e um local/regional – Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALENCAR, 2013). Na sequência, apresentamos, de forma sintética, as características metodológicas desses atlas.

**i) Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul/ALMS (2007):** organizado pelo professor Dr. Dercir Pedro de Oliveira, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O ALMS teve uma rede com 32 pontos de inquérito, entrevistou 128 pessoas com o seguinte perfil: i) sexo: feminino e masculino; ii) faixa etária I (18-30 anos) e faixa etária II (45-70 anos); iii) escolaridade: rudimentar ou escolaridade até 4ª série. Além disso, o informante deveria ser nascido na localidade ou nela residir desde os 8 anos de idade.

**ii) Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário/ALiCoLa (2013):** produzido por Beatriz Aparecida Alencar como dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo. Esse atlas contou com uma rede de cinco pontos que contemplaram “os lugares mais antigos nos municípios de Corumbá e Ladário” e situados nas principais entradas dos fluxos populacionais na região, respectivamente, localidades que se situam às margens do rio Paraguai e, preferencialmente, nas proximidades das linhas da antiga Ferrovia Noroeste.

Em relação às características do informante, foram entrevistadas 20 pessoas com o seguinte perfil: i) sexo: feminino e masculino; ii) faixa etária I (18-30 anos) e II (50-65 anos); iii) escolaridade: Ensino Fundamental. E, ainda, pessoas que fossem moradoras natas da localidade, com pouca mobilidade e com pais nascidos e residentes na mesma região linguística.

---

<sup>5</sup> *Aspectos da pronúncia do S em Corumbá-MS: uma abordagem sociolinguística* (SILVA, 2004).

Na sequência, são discutidos os dados geolinguísticos registrados no ALMS e no ALiCoLa como designação do seguinte conceito: *como se chama aquele brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha que os meninos usam para matar passarinhos?*

### 3.1 O registro da unidade lexical *funda* no ALMS

O Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS) (OLIVEIRA, 2007) reuniu cinco pontos de inquérito nos municípios de Corumbá e Ladário. São eles: Paiaçuás (ponto 22), Corumbá (ponto 12), Nhecolândia (ponto 20), Porto Esperança (ponto 26) e Nabileque (ponto 18).

O critério adotado no ALMS para a apresentação dos dados na legenda (registro da variação fonética e não da variação lexical) gerou um número elevado de símbolos que, por sua vez, dificultam a leitura da carta. Na verdade, a carta 0481.a reúne cinco variantes lexicais: *estilingue* (istilingui, estilingui, istilinga, tilingui, istilingu, istilinguis, estilingue) com 83,59% de ocorrências; *funda* (fonda) com 7,81%, além de três ocorrências únicas (chanha, baliadeira e bodoqui). Na Figura 1, a seguir, o tracejado destaca as localidades da rede de pontos onde a unidade léxica *funda* figura no Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul. A variante mais produtiva no conjunto das 32 localidades que integram a rede de pontos do ALMS é, pois, *estilingue* seguida de *funda* que se concentra nas localidades situadas no oeste do Estado.

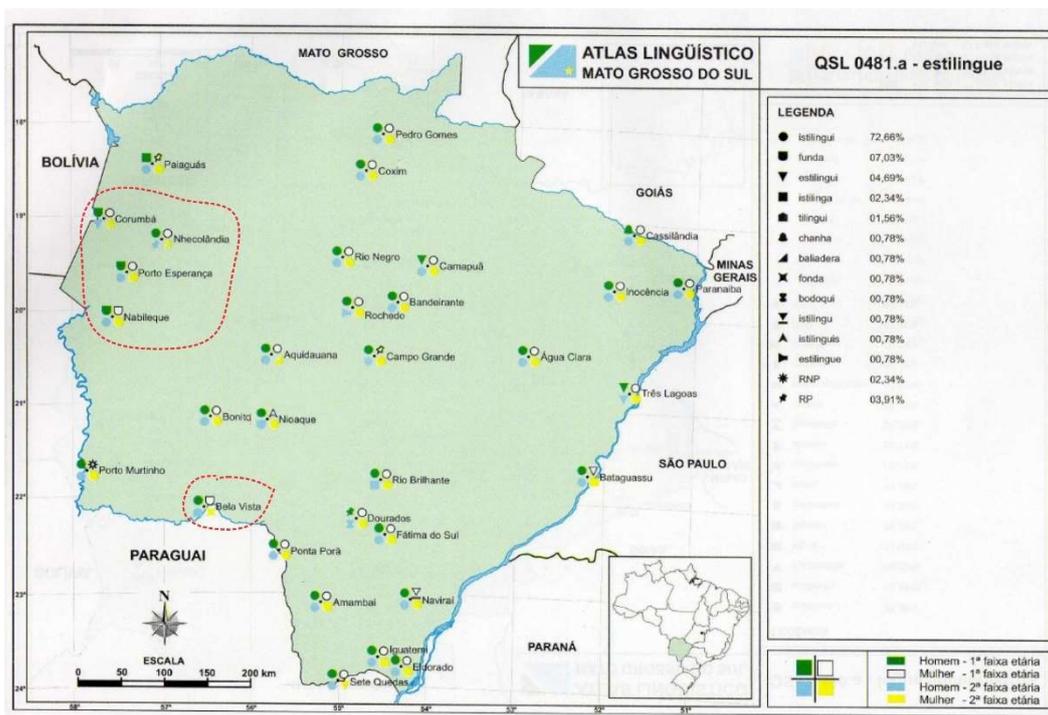


Figura 1. Carta QSL0481.a – estilingue do ALMS com destaque para as localidades com ocorrência de *funda* (OLIVEIRA, 2007, p. 235)

### 3.2 O registro da unidade lexical *funda* no ALiCoLa

O Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALENCAR, 2013) possui uma rede de pontos com cinco localidades: as sedes de município Corumbá (ponto 01) e Ladário (ponto 02) e três distritos pertencentes a Corumbá: Albuquerque (ponto 03), Porto Esperança (ponto 04) e Coimbra (ponto 05).

No ALiCoLa (QSL 186), a unidade lexical *funda* foi proferida como resposta por 71,42% dos informantes, sendo citada em todas as localidades da rede de pontos, com maior ocorrência na cidade de Ladário (ponto nº 02) onde foi mencionada pelos quatro informantes. Por sua vez, o item lexical *estilingue* figura como segunda variante mais produtiva representando 28,58% de respostas. Verifique a Figura 2:

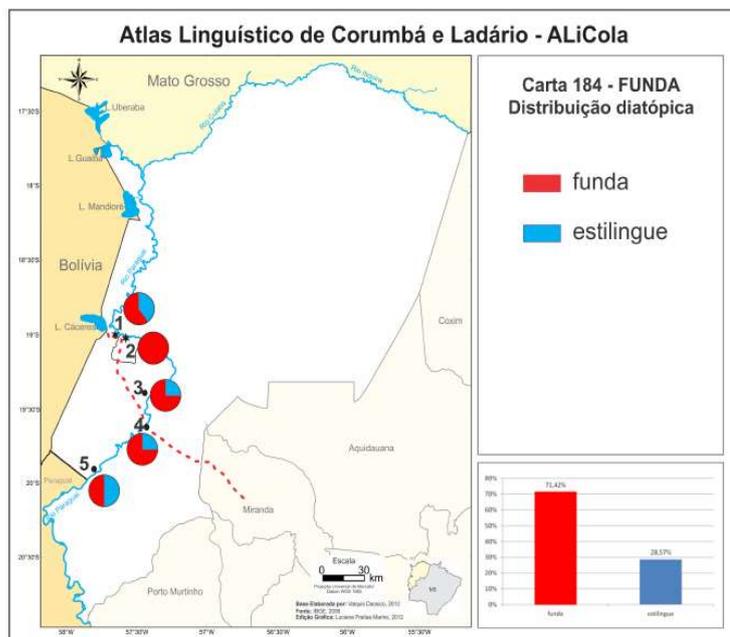
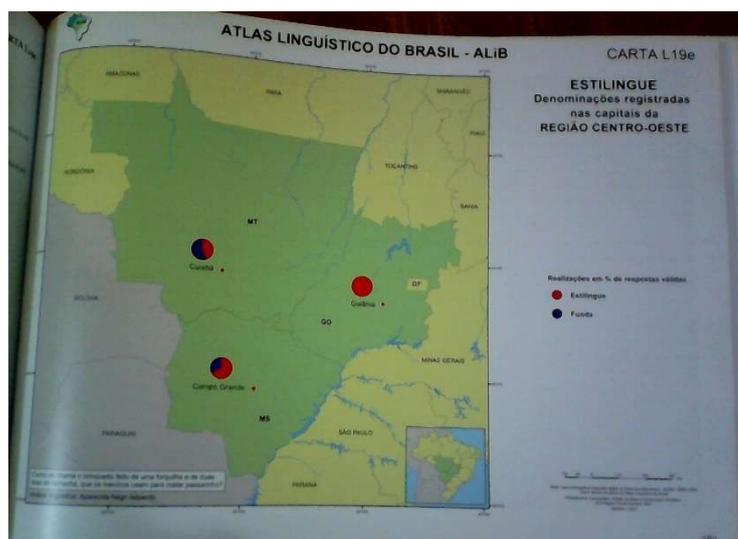


Figura 2. Carta 184 – *Funda*– Distribuição diatópica no ALiCoLa (ALENCAR, 2013, p. 518)

A comparação entre as cartas dos atlas tomados como fonte para este estudo demonstra que o atlas municipal confirma os dados documentados pelo atlas estadual, na região oeste de Mato Grosso do Sul. Enquanto no ALMS a unidade lexical *estilingue* ocupa o primeiro lugar de ocorrências (83,59%), seguido de *funda*, a segunda variante mais produtiva (7,81%), no ALiCoLa ocorre o inverso, pois *funda* é a primeira colocada (71,42%) seguida de *estilingue*, a segunda mais produtiva (28,58%). Apesar desse grau de frequência no panorama estadual, as ocorrências de *funda* são significativas para este estudo em razão das localidades em que foram documentadas, ou seja, todos os pontos em que *funda* foi citada estão situados no extremo oeste do estado: Bela Vista (ponto 06), Corumbá (ponto 12), Pantanal do Nabileque (ponto 18) e Porto Esperança (ponto 26).

Em tempo, é necessário pontuar a presença da unidade lexical *funda* nos dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), no que se refere às capitais brasileiras. A presença de *funda* ocorreu em apenas duas regiões: Sul (Porto Alegre e Florianópolis) e Centro-Oeste (Campo Grande e Cuiabá). Neste particular, destacam-se as respostas obtidas no Centro-Oeste do Brasil (Figura 3: Carta L19e), pois Corumbá e Ladário encontram-se geograficamente situadas nessa região.



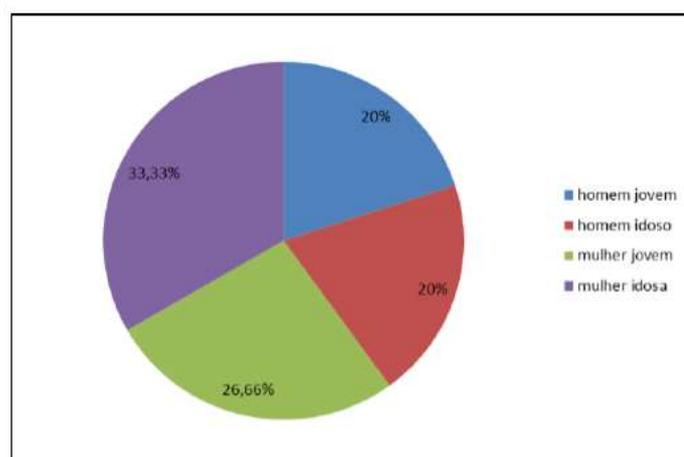
**Figura 3. Carta L19e: Distribuição diatópica de *funda* e *estilingue* nas capitais da região Centro-Oeste (CARDOSO et al., 2014, p. 289)**

Nota-se, na Carta L19e, a produtividade da unidade lexical *funda* nas capitais do Centro-Oeste brasileiro, sendo a variante predominante em Cuiabá (MT) e a segunda colocada em Campo Grande (MS). Cabe atestar também o uso da unidade lexical *funda*, na obra *O falar cuiabano* (CAMPOS, 1990).

Em relação às localidades citadas na Figura 3, relembremos a relação entre essas duas capitais com os municípios de Corumbá e Ladário, em termos históricos. Enquanto Campo Grande possui apenas 117 anos de fundação, Cuiabá acumula 297 anos de história. Ainda nesse panorama, destacam-se as seguintes informações: i) ambas as capitais estão ligadas a Corumbá em razão da divisão federativa; ii) Cuiabá, durante os momentos históricos apontados neste estudo, manteve estreitos laços com a fronteira oeste e iii) o intenso contato e intercâmbio comercial entre Corumbá e Cuiabá via fluvial (rio Paraguai e seus afluentes). Ito (2000, p. 43) destaca que o porto de Corumbá era um local muito importante para capital mato-grossense em termos de transações comerciais, pois “por ali passavam todos os produtos que abasteciam as regiões de Cáceres e Cuiabá”.

Questões históricas que afetam a relação entre as capitais Cuiabá e Campo Grande, possivelmente, contribuíram para a manutenção da designação *funda* na norma lexical dos seus habitantes. Assim, mediante o exposto, a produtividade de *funda* tanto na fronteira Brasil-Paraguai quanto nas capitais do Centro-Oeste aponta para uma “marca de conservadorismo” na norma lexical dos habitantes desses espaços geográficos (ISQUERDO, 2006, p. 125).

Cabe ainda registrar que a unidade lexical *funda* foi produtiva entre todos os informantes entrevistados para o Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário, independente de sexo ou idade. A Figura 4 informa o índice de ocorrência de *funda* entre os informantes do ALiCoLa de diferentes faixas etárias e sexo, o que demonstra a vitalidade dessa designação na norma lexical dos corumbaenses.



**Figura 4. Representatividade de *funda* de acordo com o sexo e a idade dos informantes (ALENCAR, 2013, p. 100)**

Além dos aspectos geolinguísticos abordados, analisamos na sequência a unidade lexical *funda* na perspectiva semântica.

#### 4. *Funda*: dados lexicográficos

A unidade lexical *funda* figura no VOLP<sup>6</sup> (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa) como substantivo feminino. Além disso, está registrada nos dicionários de Bluteau (1712-1728), Silva (1813), Silva Pinto (1832), Figueiredo (1899), Freire (1940), Cunha (1984), Houaiss (2001), Borba (2004), Aulete (2006) e Ferreira (2010).

No conjunto das obras lexicográficas consultadas, o item lexical *funda* está definido segundo diferentes acepções: i) arma de arremesso/brinquedo; ii) medicina, “dispositivo us. para conter a expansão de certas hérnias” (HOUAISS, 2001); iii) náutica “Larga cinta de gaxeta, forrada de lona, e fixada por um extremo na cabeça de um turco, servindo para abraçar a embarcação, quando suspensa nos turcos” (FIGUEIREDO, 1899) e iv) acessório: “Pl. Espécie de bôlsas em que as mulheres amparam os seios; porta-seios, estrofão: trazem tôdas nas mamas umas fundas de pano de sêda” (FREIRE, 1940).

Neste estudo, focalizamos o uso da unidade lexical *funda* como designação da arma de arremesso/brinquedo. No *Dicionário Etimológico Nova Fronteira* (CUNHA, 1982), o item léxico *funda* é definido como: “s.f arma de lançar pedras, catapulta XIV. Do lat. Funda//fundeiro<sup>1</sup>s.m. ‘o que fabrica fundas ou atira com elas’ XV// **FUNDIBULÁRIO** XVII. Do lat. *Fundibularius*//**fundíbulo**1873. Do lat *fundibulus*” (CUNHA, 1982, p. 371).

As obras lexicográficas de Bluteau (1712-1728), de Silva Pinto (1832) e de Silva (1813), disponíveis em <[www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br)>, registram *funda* na acepção focalizada neste trabalho.

<sup>6</sup> Consulta realizada no endereço eletrônico: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

**Quadro 1. Dicionarização da unidade léxica *funda* em dicionários dos séculos XVIII e XIX**

DICIONÁRIOS	ACEPÇÕES
Bluteau (1712-1728)	“Instrumento de corda, que serve de atirar pedra com mayor força ...”.
Silva (1813)	“Pedaço de coiro como uma larga fita, curto, de cujos extremos saem atilhos, um envolve-se no dedo, ou mão, o outro aperta-se entre os dedos, e assim se resolve, e atira a pedra que está no coiro...”
Silva Pinto (1832)	“s.f. Instrumento de atirar pedras. Instrumento de que se usa para sujeitar as hérnias ou quebraduras”.
Figueiredo (1889)	“s.f. Lat. funda. Aparelho feito de um pedaço de couro e de duas cordas, com que se lançam pedras ou balas”.

De acordo com o Quadro 1, é possível observar que a unidade lexical *funda* se configura como uma palavra bastante antiga na Língua Portuguesa, visto que está dicionarizada desde o século XVIII. Além disso, continua sendo registrada nos dicionários gerais da língua portuguesa contemporânea (séculos XX e XXI), como atesta o Quadro 2.

**Quadro 2. Dicionarização da unidade léxica *funda* em dicionários dos séculos XX e XXI**

DICIONÁRIOS	ACEPÇÕES
Freire (1940)	“1 f. Aparelho, para arremêso de pedras ou balas”.
Houaiss (2001)	“s.f. (SXIV cf. FichIVPM) 1. arma de arremesso constituída por uma correia, ou corda dobrada, em cujo centro é colocado o objeto que se deseja lançar; atiradeira, catapulta, estilingue, fundíbulo”.
Borba (2004)	“s.f. Arma de arremesso constituída por uma correia dobrada, em cujo centro é colocado o objeto que se deseja lançar, estilingue, atiradeira”.
Aulete (2006)	“sf. 1. Arma para arremessar pedras, balas, flechas etc. feita com uma correia ou corda dobrada, no centro da qual se coloca o que vai ser lançado; ATIRADEIRA; CATAPULTA; ESTILINGUE”.
Ferreira (2010)	“[Do lat. funda] S.f. 1. Laçada de couro ou de corda para arrojear pedras, ou outros projetis, ao longe. [(Sin. (ant): fundíbulo)]”.

Cabe ressaltar que, ao compararmos as acepções atribuídas ao item lexical *funda* nas obras lexicográficas elencadas (quadros 1 e 2), destacamos a registrada pelo dicionário Houaiss (2004) ao referir-se à datação da unidade léxica analisada, no século XIV, e também destacamos a definição trazida por Ferreira (2010) que indica a origem latina do item *funda*.

A consulta aos dicionários demonstrou uma grande variedade de unidades lexicais consideradas sinônimas de *funda*, por nomearem o objeto para arremesso ou brinquedo feito de borracha com uma forquilha. O Quadro 3 reúne as variantes identificadas nos dicionários gerais e o Quadro 4, as extraídas de dicionários etimológicos e regionais.

**Quadro 3. Variantes lexicais que nomeiam a “funda” registradas em dicionários gerais da língua portuguesa**

UNIDADE LEXICAL	BLUTEAU (1712-1728)	SILVA (1813)	SILVA PINTO (1832)	FERREIRA (1986)	HOUAISS (2001)	BORBA (2004)	AULETE (2006)
Atiradeira				x	x	x	x
Baladeira				x	x	x	x
Bodoque	x	X	X	x	x	x	x
Estilingue				x	x	x	x
Funda	x	X	X	x	x	x	x

**Quadro 4. Variantes lexicais que nomeiam a “funda” registradas em dicionários etimológicos e dicionário regional**

UNIDADE LEXICAL	ETIMOLÓGICOS		REGIONAL
	CUNHA (1982)	GUÉRIOS (1979)	ORTÊNCIO (1983)
Atiradeira			
Baladeira			X
Bodoque	X		X
Estilingue	X	x	X
Funda	X		

Nota-se que, apesar de a unidade lexical *funda* ser registrada em dicionários de diferentes tipologias produzidos em épocas distintas, não foi registrada no Dicionário de Etimologia da Língua Portuguesa (GUÉRIOS, 1979) e no Dicionário do Brasil Central (ORTÊNCIO, 1983). O Dicionário do Folclore (CASCUDO, 2005), por seu turno, registra as seguintes entradas lexicais como denominação do brinquedo em pauta: *atiradeira*, *baladeira*, *bodoque*, *funda* e *estilingue*.

### Considerações finais

Neste estudo, foi possível constatar que algumas localidades do Mato Grosso do Sul têm grande importância no panorama histórico, situação que se reflete diretamente no léxico local. Dentre as realizações da linguagem que ocorrem nas cidades de Corumbá e Ladário, destacamos, aqui, a presença da unidade lexical *funda*, datada do século XIV e com origem latina. Este item pode ser considerado uma herança lusa que se manteve em algumas localidades do Centro-Oeste brasileiro.

A permanência da unidade léxica *funda* foi confirmada pelos trabalhos geolinguísticos realizados no Centro-Oeste brasileiro, sobretudo nas cidades de Corumbá e Ladário. No ALiCoLa, aparece com alta produtividade; no ALMS, na região de fronteira Brasil/Paraguai, no município de Corumbá. Considerando os dados nacionais, o Atlas Linguístico do Brasil documenta a presença de *funda* nas capitais Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT) que, por razões históricas, evidenciam nos diferentes níveis da língua traços conservadores do português europeu.

Além disso, destaca-se a vitalidade do item lexical *funda* nas diferentes faixas etárias da população de Corumbá e de Ladário, o que aponta para uma possível manutenção da unidade léxica *funda* na norma lexical dos corumbaenses.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- ALENCAR, B. A. *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário: uma descrição da língua portuguesa falada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul*. 2013. 620 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.
- AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2006.
- BORBA, F. *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- CASCUDO, L. da C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Editora Global, 2012.
- CAMPOS, C. *O Falar Cuiabano*. Cuiabá: Editora Carlini e Caniato, 1990.
- CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. *História de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 1991.
- CARDOSO, S. *Geolinguística: Tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1899.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*, v. IV. Rio de Janeiro: A noite Editora, 1940.
- GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário de etimologias da Língua Portuguesa*. Curitiba: Ed. Nacional, 1979.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, Instituto Antonio Houaiss, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=500320&search=|corumb>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/matogrossodosul/Corumbá.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/matogrossodosul/Corumbá.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2017.
- ISQUERDO, A. N. *Lexicografia e Geolinguística: Interfaces*. In: MARTINS, E. S.; CANO, W. M.; FILHO, W. B. M. (Org.). *Léxico e Morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 113-134.

ITO, C. A. Corumbá: o espaço da cidade através do tempo. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.

MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2002.

OLIVEIRA, D. P. (Org.). *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul (ALMS)*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.

ORTÊNCIO, B. *Dicionário do Brasil Central*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SILVA, A. de M. *Diccionario da língua portugueza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. Fac-símile da segunda edição. Lisboa: TypographiaLacérdina, 1813. 2 volumes.

SILVA, R. V. da. *Aspectos da pronúncia do “S” em Corumbá– MS: uma abordagem sociolingüística*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004.

SILVA PINTO, L. M. da. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832.

**Recebido em:** 02/09/2016

**Aprovado em:** 12/04/2017

## Nomes para a “calçada” no Centro-Oeste do Brasil: um estudo geolinguístico

Luciene Gomes Freitas Marins

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS),  
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil  
lucienefreitasmarins@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1705>

### Resumo

Este trabalho analisa aspectos relacionados à interpenetração do falar rural e urbano na norma lexical de habitantes da Região Centro-Oeste, buscando identificar interferências de aspectos extralinguísticos e espaciais na forma de nomear um mesmo elemento da realidade. Foram analisados seis itens lexicais fornecidos como respostas para o seguinte conceito: “na cidade, os automóveis andam no meio da rua e as pessoas nos dois lados, num caminho revestido de lajes ou ladrilhos. Como se chama este caminho”, questão 196 do Questionário Semântico Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), vinculada à área semântica *vida urbana*. Os dados foram recolhidos de entrevistas realizadas em 24 localidades com 108 informantes do seguinte perfil: faixa etária I (18 a 30 anos) e faixa etária II (50 a 65 anos), sexos masculino e feminino, com ensino fundamental e superior, nas capitais, e ensino fundamental (interior). Os dados foram divididos entre três grupos: (a) denominações específicas do conceito em questão: *calçada* e *passeio*; (b) denominações genéricas: *passarela*, *beirada* e *lateral* (c) denominações de outros conceitos: *acostamento*.

**Palavras-chave:** variação lexical; região Centro-Oeste; Projeto ALiB.

### Nombres para la “acera” en el Centro-Oeste brasileño: un estudio geolingüístico

#### Resumen

Este trabajo analiza los aspectos relacionados a la interpenetración del habla rural y urbano en la norma léxica de los habitantes del Centro-Oeste brasileño, buscando identificar interferencias de aspectos extralingüísticos y locales en la forma de nombrar un mismo elemento de la realidad. Fueron analizados seis unidades léxicas dadas como respuestas para el siguiente concepto: "En la ciudad, los automóviles recorren en el centro de la calle y las personas en los dos lados, en un camino con losas o ladrillos. Cómo se llama este camino", pregunta 196 del Cuestionario Semántico Léxico (QSL) del Proyecto Atlas Lingüístico de Brasil (Proyecto ALiB), vinculada al área semántica *vida urbana*. Los datos fueron recolectados de las encuestas realizadas en 24 localidades con 108 informantes del siguiente perfil: grupo etario I (18-30 años) y grupo etario II (50-65 años), géneros masculino y femenino, con escolaridad primaria y superior, en las capitales y en escolaridad primaria (interior). Los datos fueron divididos entre tres grupos: (a) denominaciones específicas del concepto en cuestión: "calçada e passeio"; (b) denominaciones genéricas: "passarela, beirada e lateral"; (c) denominaciones de otros conceptos: "acostamento".

**Palabras-clave:** variación léxica; Centro-Oeste, Proyecto ALiB, acera.

## Introdução

A apurada observação do sistema lexical de uma língua fornece informações sobre variados aspectos da vida em sociedade, isso porque o léxico, à medida que nomeia elementos da realidade, revela peculiaridades da norma linguística de cada grupo de falantes.

Essa perspectiva é importante para o entendimento do fenômeno da variação linguística e para a compreensão dos fatores que motivam modos peculiares de fala, pois cada povo pode possuir uma maneira particular e específica de utilizar a língua, por interferências de fatores sociais e espaciais. No caso do falar dos habitantes da Região Centro-Oeste, é resultado do intenso contato entre povos indígenas, lusos e de brasileiros oriundos de diversas partes do Brasil. Em sua maioria, esse contingente populacional foi atraído, inicialmente, pela notícia do descobrimento de ouro na região e, posteriormente, pela possibilidade de desenvolvimento de atividades agrícolas e de criação de gado, dada a natureza do solo.

Partindo, pois, da premissa de que tanto traços socioculturais quanto características socioeconômicas refletem-se no léxico em uso por um grupo social, este trabalho tem como objetivo analisar aspectos relacionados à interpenetração do falar rural e urbano na norma lexical de habitantes da região Centro-Oeste, buscando identificar interferências de aspectos sociais (sexo, escolaridade, idade, profissão, entre outros) e espaciais na forma de nomear um mesmo elemento da realidade. Para tanto, foram examinadas sete unidades lexicais – *calçada*, *passeio*, *passarela*, *beirada*, *acostamento*, *lateral* e *guarda-mão* – fornecidas por 108 habitantes dos três estados da região Centro-Oeste, oriundos de localidades do interior e das capitais, como resposta para a questão 196 do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), área semântica *vida urbana*, que questiona o seguinte conceito: “na cidade, os automóveis andam no meio da rua e as pessoas nos dois lados, num caminho revestido de lajes ou ladrilhos. Como se chama este caminho”.

Os dados aqui discutidos recuperam os resultados obtidos no estudo de Marins (2012)<sup>1</sup> que investigaram aspectos da relação rural e urbano no léxico dos habitantes da região Centro-Oeste.

## 1. Desenvolvimento socioeconômico e os movimentos migratórios no Brasil Central

O povoamento da região Centro-Oeste tem estreita ligação com a hidrografia e com o exercício de certas atividades humanas. O processo de mineração do ouro no século XVIII, por exemplo, além de ter sido importante do ponto de vista econômico e cultural, muito contribuiu para a inserção dessa região no contexto nacional, haja vista que se tornou, assim como as demais regiões brasileiras, importante área de povoamento, sobretudo às margens dos grandes rios. De acordo com Innocencio (1988, p. 88), ao longo dos rios surgiram algumas cidades motivadas pelo descobrimento do ouro, como Goiás (inicialmente Vila Boa), Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, entre outras.

---

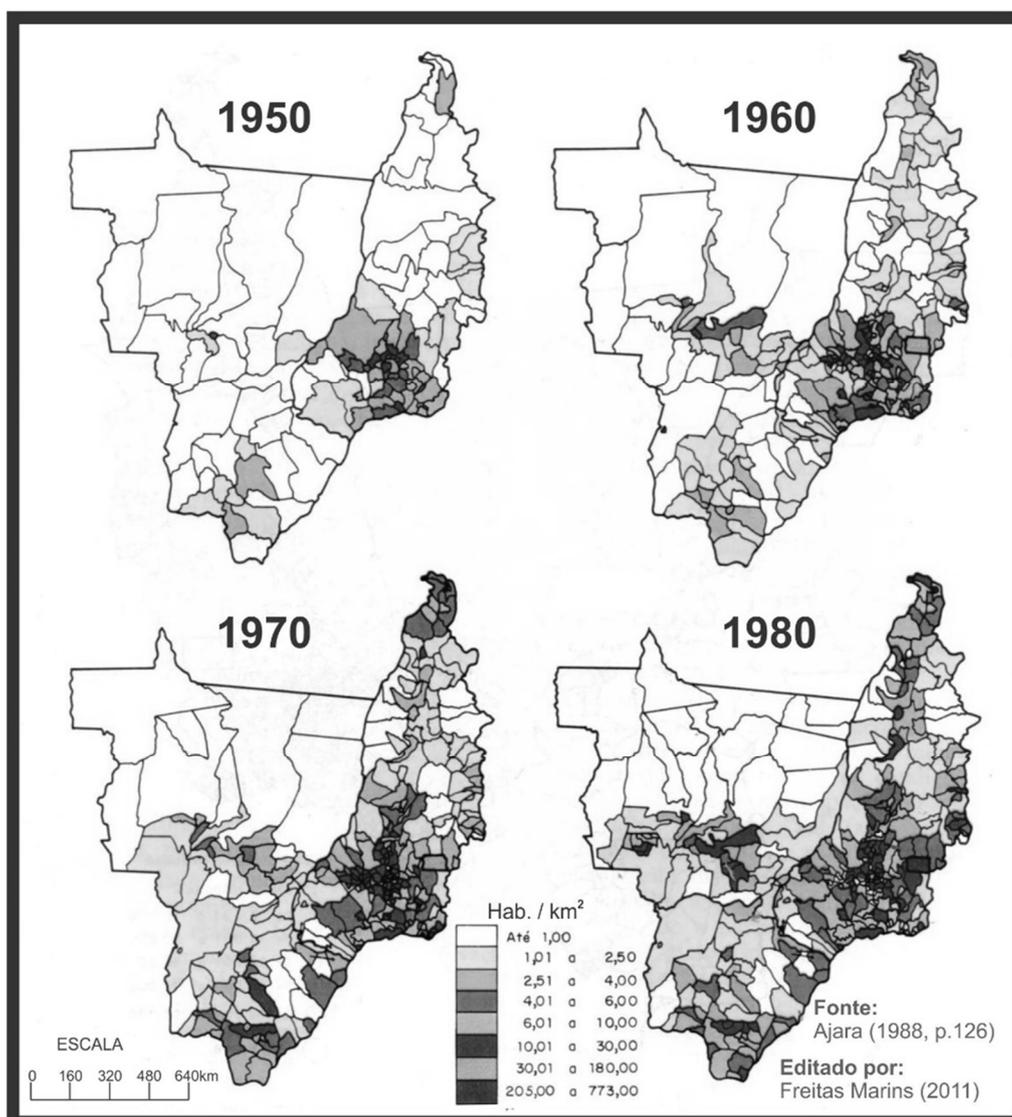
<sup>1</sup> Dissertação de Mestrado *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Aparecida Negri Isquierdo, defendida na UFMS, em 2012.

Em virtude do povoamento humano dessa região, foram criadas fortificações militares, conforme salienta Duarte (1988, p. 244): “assim, às margens do Guaporé e Paraguai, surgiram os núcleos urbano-militares consolidando a ocupação da fronteira, Cáceres e Corumbá, em 1778 [...]”. Em algumas dessas áreas, as constantes cheias dos rios do Pantanal exigem a retirada do gado para outras localidades, fator que também contribuiu para a expansão da pecuária no Estado de Mato Grosso (INNOCENCIO, 1988, p. 87).

O sul, o atual Mato Grosso do Sul, se fortaleceu com a pecuária, graças à vinda de criadores “procedentes da Bahia e de Minas Gerais que atingiram os campos naturais do planalto do sul de Mato Grosso [atual Mato Grosso do Sul], denominado por Campos de Vacarias” (DUARTE, 1988, p. 244). Já Goiás não apresentou fortes modificações econômicas nos séculos XIX e XX, conforme ocorreu em Mato Grosso, sobretudo na parte sul. O território goiano também resgatou a expansão da criação de gado e a fundação de Goiânia, bem como o surgimento de novos municípios impulsionaram a agricultura na década de 40 do século XX.

Na verdade, tanto a agricultura como a criação e o comércio do gado foram ainda mais intensificados na década de 40 do século XX, quando ainda havia grande disponibilidade de terras devolutas. A migração da população em direção à nova região “foi incentivada através de intensa propaganda oficial, que ficou conhecida como Marcha para o Oeste” (DUARTE, 1988, p. 16). O termo “Região Centro-Oeste” foi institucionalizado pelo governo federal, em 1941, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) elaborou a primeira divisão regional do Brasil para fins estatísticos e didáticos. Segundo essa divisão, o Centro-Oeste passa a ser composto, inicialmente, pelos estados de Goiás e de Mato Grosso. Posteriormente, em 1960, agrega o Distrito Federal e, em 1977, o estado do Mato Grosso do Sul (em virtude da divisão do estado do Mato Grosso). Nesse contexto, o município de Campo Grande (sul do território mato-grossense) se torna um grande centro de comercialização de gado e local onde moravam importantes fazendeiros. Na verdade, em Campo Grande “se esboçou um movimento na história social de Mato Grosso que terá repercussões nas décadas de 60 a 70: o da emancipação da parte sul” (DUARTE, 1988, p. 246). E, dessa forma, em 1977, o sul do Mato Grosso torna-se o estado do Mato Grosso do Sul, em decorrência da divisão territorial, o terceiro estado a compor a região Centro-Oeste.

Conseqüentemente, essas questões de ordem histórica, política e econômica contribuíram para que, no Brasil Central, surgisse um rápido e progressivo crescimento da população urbana, como pode ser visualizado na Figura 1, a seguir.



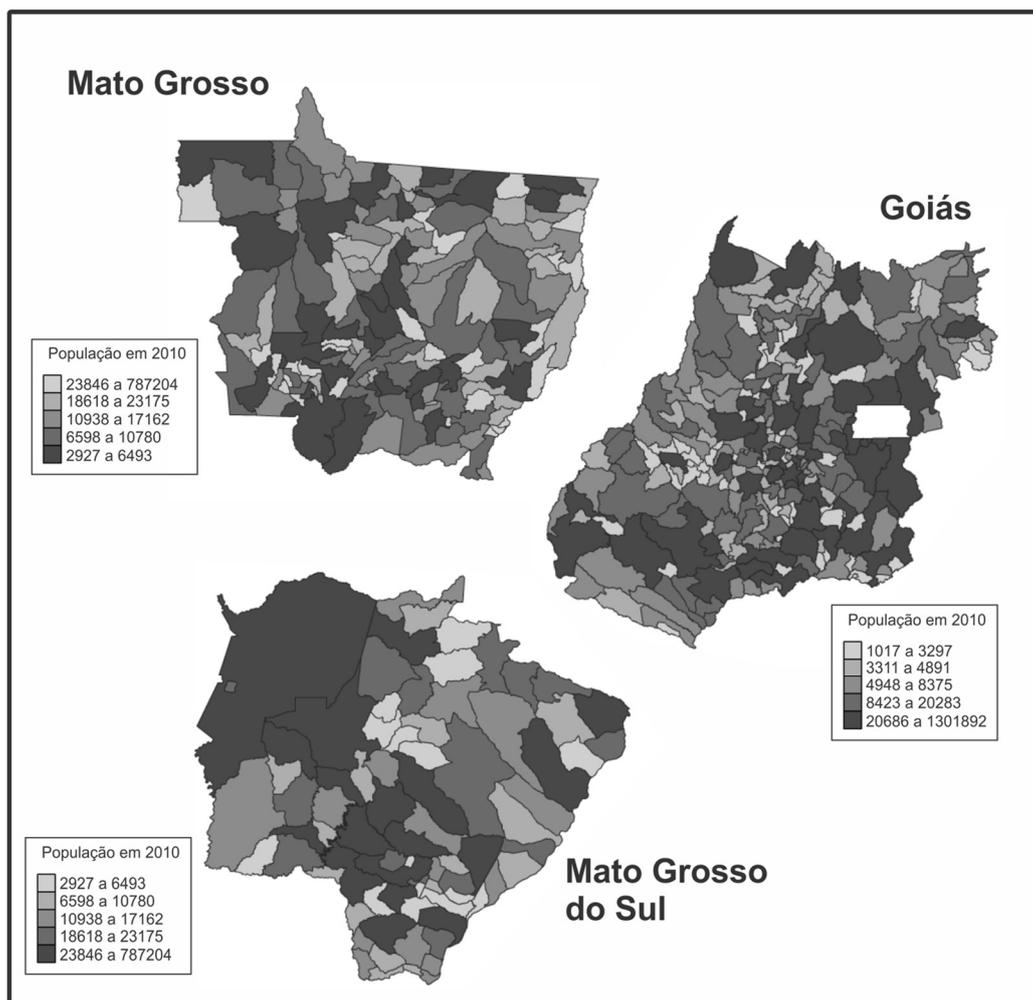
**Figura 1. Crescimento da população urbana no Centro-Oeste, década de 1980**

**Fonte: Marins (2012, p. 51)**

A comparação entre os mapas demonstra que, na década de 80, o território correspondente à Região Centro-Oeste recebeu um intenso fluxo de ocupação territorial, exceto o norte do estado de Mato Grosso, onde não se registraram alterações no índice de habitantes por metro quadrado, permanecendo, portanto, quase não povoado. Já o sul do estado do Mato Grosso do Sul e o centro do estado de Goiás, em especial nas localidades próximas à região do Distrito Federal (Brasília), concentram o maior índice de ocupação. No caso de Goiás, esse fenômeno pode ser justificado, segundo Ajara (1988, p. 128), pela criação de Brasília, pois “[...] a mudança da Capital Federal para o Planalto Central, seguida da implantação de um novo sistema viário a partir de Brasília, caracteriza-se pela intensificação do processo de ocupação regional”.

Já o mapa da Figura 2 recupera dados apresentados pelo Censo 2010/IBGE<sup>2</sup>, no que se refere à população atual da região Centro-Oeste.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br>>.



**Figura 2. População atual da região Centro-Oeste**

**Fonte: Marins (2012, p. 51)**

Observa-se pelo mapa da Figura 2 que, diferentemente dos resultados visualizados no mapa da Figura 1, o norte de Mato Grosso no período atual encontra-se povoado, assim como o nordeste de Mato Grosso do Sul e a parte central de Goiás. Esses dados confirmam o crescimento populacional da região Centro-Oeste que, até a década de 40 do século XX, era quase desabitada. Logo, é possível que também os hábitos, os costumes e a linguagem dessa população do Brasil Central estejam se alterando.

Em específico, no nível linguístico, entende-se que o léxico configura-se como uma importante ferramenta para a compreensão da transição sociocultural sofrida por uma sociedade. Sapir (1961, p. 51) salienta que o “léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo”. Ao estudar uma palavra, identificam-se não somente questões estruturais do signo linguístico, mas, sobretudo, informações referentes à cultura, aos costumes, às crenças e aos conceitos vinculados por uma sociedade.

Essa atribuição de nomes à realidade é uma prática humana na história de qualquer língua. Em todas as épocas e culturas, o homem, mesmo concebendo a realidade de formas distintas, categorizou o universo de acordo com sua maneira de perceber o mundo

e o nomeou por meio das palavras. E essa “arte de dar nomes às coisas é a arte rara, de difícil execução, pois exige que se olhe para o nome que cada coisa tem por natureza e se saiba exprimir, com letras e sílabas, sua ideia fundamental” (MARTINS, 2002, p. 50).

Na sequência, analisam-se as respostas obtidas para a questão 196 do Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), área semântica *vida urbana*, que busca designações para o seguinte conceito: “na cidade, os automóveis andam no meio da rua e as pessoas nos dois lados, num caminho revestido de lajes ou ladrilhos. Como se chama este caminho”.

## 2. “Na cidade, os automóveis andam no meio da rua e as pessoas nos dois lados, num caminho revestido de lajes ou ladrilhos. Como se chama este caminho?”: uma análise geossociolinguística

A coleta das respostas para a questão 196/QSL/ALiB resultou em sete itens lexicais: *calçada*, *passeio*, *passarela*, *beirada*, *acostamento*, *lateral* e *guarda-mão* (Tabela 1).

**Tabela 1. Produtividade das denominações para “calçada” na Região Centro-Oeste**

ITEM LEXICAL	CENTRO-OESTE	MATO GROSSO	MATO GROSSO DO SUL	GOIÁS
Calçada	81%	80%	84%	79%
Passeio	7%	4,2%	3,1%	12,5%
Passarela	4,7%	8,5%	3,1%	2,08%
Beirada	3,9%	4,2%	3,1%	4,1%
Acostamento	1,5%	-	3,1%	2,08%
Lateral	0,7%	-	3,1%	-

Fonte: Banco de Dados do ALiB

### 2.1 Dimensão diatópica

Os dados da Tabela 1 evidenciam a alta produtividade da unidade lexical *calçada* para nomear o referente em causa, seguida de *passeio*, *passarela* e *beirada*. Já as respostas *acostamento*, *lateral* e *guarda-mão* tiveram menor vitalidade; essas duas últimas, por seu turno, foram ocorrências únicas. O Gráfico 1 detalha o exposto:

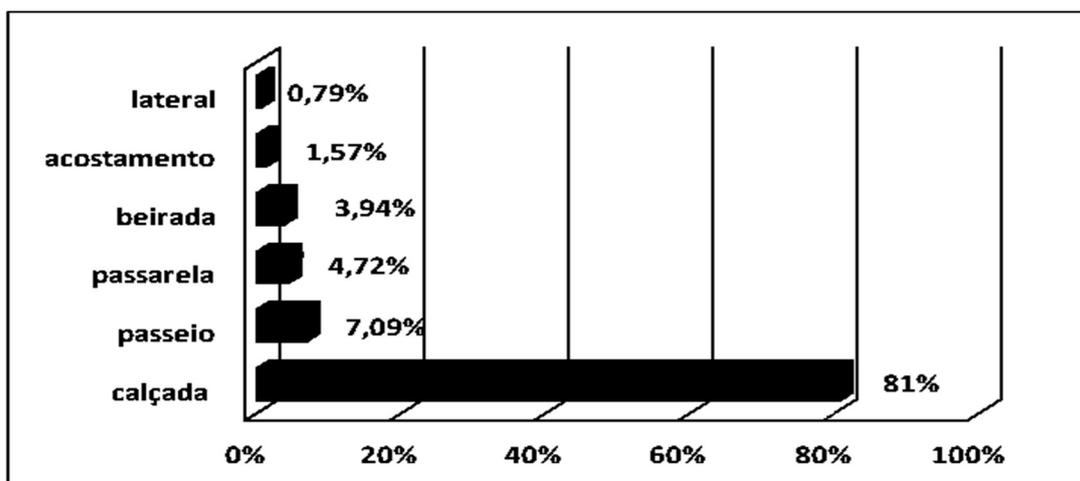


Gráfico 1. Produtividade das respostas para a pergunta 196/QSL na região Centro-Oeste

Fonte: Elaboração da autora a partir do banco de dados do ALiB

Conforme já assinalado, a unidade lexical *calçada* foi registrada em todas as cidades da rede de pontos do ALiB na região Centro-Oeste com alto índice de ocorrência. Já os itens lexicais *passeio*, *passarela* e *beirada*, embora documentados nos três estados pesquisados, alcançaram índices bem menores de produtividade.

Nas capitais, *passeio* foi documentada apenas em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, porém ao considerar o interior, esse resultado foi inverso, pois em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul não houve registro dessa unidade. Ao contrário, nas cidades do interior de Goiás, a unidade lexical *passeio* foi de uso recorrente em quase todas as cidades investigadas e pode indicar um traço de conservadorismo. Essa unidade lexical ainda é usual em Portugal, o que aponta para a fixação de uma herança linguística do colonizador português que ainda é mantida no léxico ativo dos habitantes do interior de Goiás.

Já a unidade lexical *passarela* foi registrada apenas em Campo Grande (capital do MS) e nas cidades do interior de Mato Grosso e de Goiás. Essa resposta foi obtida, em específico, exceto em Campo Grande, nas localidades situadas na divisa do estado de Mato Grosso com Goiás. A terceira resposta mais obtida na região Centro-Oeste foi *beirada*, item lexical documentado apenas no interior. É provável que esse termo de uso mais geral tenha sido mencionado em virtude da pouca familiaridade do informante com o referente em causa. Nas cidades de pequeno porte, nem sempre a *calçada* é um serviço disponível para a população, há um número elevado de ruas sem nenhuma pavimentação nas laterais. Essa unidade lexical – *beirada* – não nomeia, necessariamente, uma parte da calçada, o que pode justificar o uso desse nome de uso mais geral nas localidades mais interioranas. Essa mesma realidade pode ter motivado o uso da unidade lexical *acostamento* em Corumbá/MS e em Porangatu/GO. Esse nome, contemporaneamente, é atribuído às faixas laterais nas rodovias, logo, é possível que os entrevistados, por falta de familiaridade com o referente em questão, tenham feito uso de uma variante comum fora da área urbana.

## 2.2 Dimensão social

Do ponto de vista diageracional, a única variante que apresentou variação significativa, considerando-se o perfil do informante, foi *passeio*, registrada apenas entre os informantes da faixa etária II. A Figura 3, a seguir, apresenta a distribuição espacial da unidade lexical *calçada*, bem como a distribuição diatópica para *passeio* na fala dos informantes da faixa etária XX da Região Centro-Oeste.

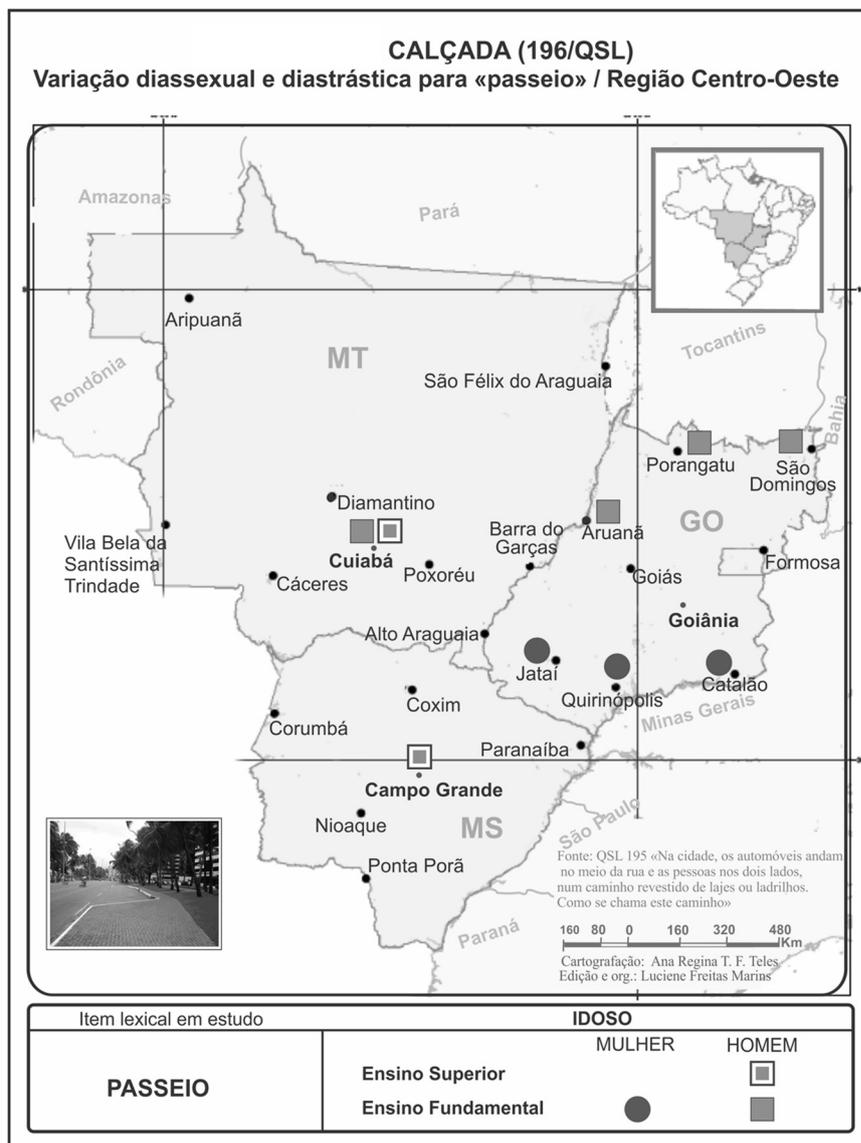


Figura 3. Variação diatópica e diasssexual do item lexical “passeio” na região Centro-Oeste

Nota-se, pelos dados registrados na Figura 3, que a unidade léxica *passeio* foi documentada apenas entre os informantes da segunda faixa etária, com maior frequência entre os do sexo masculino, predominando no nível fundamental de escolaridade. Já entre os da faixa etária II, *passeio* foi registrado apenas entre as de baixa escolaridade. Nota-se ainda que, no interior de Goiás, esse item lexical foi documentado ao norte, apenas entre os informantes idosos do sexo masculino e, ao sul, apenas entre as informantes idosas.

Enfim, no estudo das designações relacionadas à pergunta 196/QSL foram identificadas unidades lexicais de uso comum em todas as localidades e arcaísmos linguísticos evidenciados apenas na fala dos informantes da segunda faixa etária, como foi o caso do item lexical *passaio*. O registro dessa variante também foi importante por revelar a diferença entre a norma lexical do interior de Goiás e a do interior do Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

### 2.3 Análise léxico-semântica das respostas para a questão 196/QSL

Para análise léxico-semântica, foram consideradas informações registradas em dicionários de diferentes fases da história da língua portuguesa: Bluteau (1712-1728), Silva (1813), Houaiss (2001) e Ferreira (2004). A partir dos traços semânticos apresentados pelos dicionários, as unidades léxicas foram distribuídas em três grupos: (a) denominações específicas do conceito em questão: *calçada* e *passaio*; (b) denominações genéricas: *passarela*, *beirada* e *lateral* (c) denominações de outros conceitos: *acostamento*. O quadro abaixo apresenta a dicionarização das unidades em questão:

	Motivação	Unidade léxica	Dicionários	
			Antigos	Contemporâneos
Grupo 01: nomeação específica	<i>Caminho Calçado</i>	<i>Calçada</i>	“pancada com alça” (SILVA, 1813);	“caminho que é calçado ou pavimentado, onde é possível a circulação de pedestres” (HOUAISS, 2001).
	Lugar elevado onde se passeia, área ao ar livre	<i>Passaio</i>	“lugar do passaio. Passaio descoberto. Passaio coberto” Bluteau (1712-1728) e “ato de passear [...] lugar, ou jardim onde se passaya” (SILVA, 1813);	“caminho um pouco elevado que ladeia as ruas junto às casas e se destina ao trânsito dos pedestres; calçada” (FERREIRA, 2004)
Grupo 02: nomeação mais genérica	Lugar de pedestre, área coberta.	<i>Passarela</i>	-	ponte destinada a pedestres que estão sobre ruas ou estradas (HOUAISS, 2001; FERREIRA, 2004).
	Parte estreita	<i>Beirada</i>	“borda, ribanceira, do mar, do rio: margem, aba do telhado, as telhas que saem fora do corpo do edifício” (SILVA, 1813);	“parte pequena ou estreita que se tira de um todo, junto à sua borda” (HOUAISS, 2001).
	Parte lateral	<i>Lateral</i>	“que está em hum lado, ou nos lados” (BLUTEAU, 1712-1728)	“aquilo que é relativo a lado” (HOUAISS, 2001; FERREIRA, 2004).
Grupo 01: nomeação a outro	<i>Parte da rua</i>	<i>Acostamento</i>	“Nome atribuído a uma dada moradia” (BLUTEAU, 1712-1728; SILVA, 1813);	Houaiss (2001), além de apresentar a acepção “moradia ou ordenado que os reis ou os fidalgos davam a seus seguidores”, acrescenta-lhe “área junto ao meio-fio de uma rua ou à margem de uma estrada, us. para estacionar veículos”

*Calçada* e *passeio* compõem o grupo das unidades lexicais que nomeiam especificamente, na cidade, o caminho revestido de lajes ou ladrilhos onde as pessoas passeiam. O primeiro item está definido em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004) como um caminho que é calçado ou pavimentado, onde é possível a circulação de pedestres. Ressaltam também ser um lugar geralmente mais elevado. Nota-se, portanto, que a definição da unidade lexical *calçada* contém os semas da pergunta. O mesmo ocorre com a forma *passeio*, que foi definida por Bluteau (1712-1728) como “lugar do pa[s]seyo. Pa[s]seyo descoberto. Pa[s]seyo coberto” e por Silva (1813) como “ato de passear. Modo de andar, e mover os passos [...] lugar, ou jardim onde passeya”, acepção referendada pelos dicionários contemporâneos. Houaiss (2001), por exemplo, atribui-lhe a acepção de “caminho destinado à circulação de pedestres, quase sempre mais alto que a parte da rua em que trafegam os veículos; calçada” e Ferreira (2004) o define como “caminho um pouco elevado que ladeia as ruas junto às casas e se destina ao trânsito dos pedestres; calçada”. O uso do item lexical *passeio* evidencia um traço de conservadorismo linguístico no vocabulário dos informantes idosos do interior de Goiás e das capitais mato-grossense e sul-mato-grossense.

Os itens lexicais *passarela*, *beirada* e *lateral* nomeiam genericamente ou por expansão de sentido os caminhos destinados a pedestres nas laterais da rua. *Passarela*, por exemplo, está definida nos dicionários contemporâneos na acepção de ponte destinada a pedestres que estão sobre ruas ou estradas. É possível que o uso dessa variante pelos entrevistados para nomear o conceito em causa tenha sido motivado pela presença do sema “pedestre” na definição da palavra. Já *beirada* em Silva (1813) está definida como “borda, ribanceira, do mar, do rio: margem, aba do telhado”, enquanto Houaiss (2011) atribui-lhe a acepção de “parte pequena ou estreita que se tira de um todo, junto à sua borda” e Ferreira (2004) confere-lhe a acepção de “beira, margem, borda”. Nota-se, assim, que as acepções registradas pelos lexicógrafos têm sentido genérico. Dessa forma, as jovens de Aripuanã (MT) e Porangatu (GO) e os idosos de Alto Araguaia (MT), Aruanã (GO) e Corumbá (MS) podem ter nomeado o referente em causa de *beirada* como forma de dar nome àquilo que fica na beira ou beirada da rua. A mesma motivação genérica pode ter ocorrido com o registro da variante *lateral*, mencionada pelo idoso de Corumbá (MS), forma definida por Bluteau (1712-1728) como “que está em hum lado, ou nos lados” e por Silva (1813) como “algo que é do lado”. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem a forma em causa como aquilo que é relativo a lado. Logo, o uso de *passarela* foi motivado pelos semas “lugar destinado a pedestres”, sem levar em consideração a localização do caminho destinado ao tráfego de pessoas (na lateral ou em cima da rua); já os usos de *beirada* e *lateral* são nomeações mais genéricas voltadas para localização espacial desse caminho, no caso, os cantos da rua.

O mesmo ocorreu com o registro da unidade léxica *acostamento* que também sofreu alteração de sentido ao longo dos anos, passando a nomear contemporaneamente outro referente, no entanto, mais ligado aos semas presentes na questão 196/QSL. Bluteau (1712-1728) e Silva (1813) definem *acostamento* como o nome atribuído a uma dada moradia, enquanto Houaiss (2001), além de apresentar a acepção “moradia ou ordenado que os reis ou os fidalgos davam a seus seguidores”, acrescenta-lhe “área junto ao meio-fio de uma rua ou à margem de uma estrada, us. para estacionar veículos”, definição essa referendada por Ferreira (2004): “na superfície de uma rodovia, faixa contígua à direita da pista de rolamento, destinada à parada eventual de veículos, ao trânsito de pedestres e ao de veículos em caso de emergência”.

Observa-se ainda que nenhuma das obras consultadas registra a acepção que nomeia o referente buscado na questão 196/QSL. Provavelmente, essa unidade lexical, na vida contemporânea, esteja adquirindo um novo sentido, uma vez que até então a unidade léxica *acostamento* era utilizada para nomear uma dada moradia e atualmente dá nome à pista lateral das rodovias. É possível também que o uso desse item léxico tenha sido motivado pela associação entre a faixa contígua à direita da pista de rolamento, destinada à parada eventual de veículos com o caminho revestido de lajes ou ladrilhos onde as pessoas andam.

### Considerações finais

A interação do homem com os seus semelhantes é inevitável, uma vez que esse contato, além de propiciar a troca de conhecimento sobre si e sobre o outro, influencia a maneira como o homem percebe, vê e compreende tudo aquilo que compõe seu universo. Dentre os níveis linguísticos, “o léxico [...] é que mais reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade” (SAPIR, 1969, p. 45).

Ao considerar as conjunturas históricas, sociais e econômicas da Região Centro-Oeste, observa-se a intrínseca relação com o panorama linguístico. O Brasil Central foi a última área geográfica povoada pelo colonizador português a partir da primeira metade do século XVIII, quando a busca por ouro e por índios motivou a entrada das bandeiras nesse território; além de ser a última região, em termos de povoamento efetivo, a própria nomeação “Região Centro-Oeste” foi institucionalizada pelo Governo Federal apenas em 1941, quando o IBGE elaborou a primeira divisão regional do Brasil, o que garantiu uma transformação no panorama urbano, recebendo em algumas cidades processo de pavimentação.

Logo, essa região tão marcada por atividades agropastoris passa a receber novas configurações mais urbanizadas, o que possibilita o convívio de nomeações mais arcaicas (até mais genéricas) com as do mundo urbano. Dessa forma, no conjunto lexical aqui analisado, foi possível identificar uma espécie de transição sociocultural sofrida por um povo, ora conservando a herança linguística deixada pelo colonizador, ora inovando o sentido, em virtude das questões geográfica, históricas e econômicas.

As respostas obtidas para a questão 196 do QSL demonstram que apenas as formas *calçada* e *passeio* estão dicionarizadas no sentido mencionado pelos informantes. No caso, em especial na unidade léxica *passeio*, observou-se um traço de conservadorismo linguístico na fala dos habitantes das capitais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e nas cidades do interior de Goiás. Já o uso das unidades lexicais *passarela*, *beirada*, *lateral* e *acostamento* sofreu alteração de sentido. É possível que por falta de familiaridade com o referente em causa, os falantes tenham se valido de associações de sentido para nomear o conceito em causa.

Enfim, as variantes aqui examinadas permitiram o mapeamento de uma unidade léxica que está em via de desaparecimento, na acepção de “calçada”.

## REFERÊNCIAS

- AJARA, C. População. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. p. 123-148.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos *on-line*). Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 03 ago. 2015.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionário 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.
- DUARTE, A. C. O Centro-Oeste na organização regional do Brasil. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. p. 15-20; 244-267.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. Versão 5.0.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INNOCENCIO, N. R. Hidrografia. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. p. 73-90.
- MARINS, L. G. F. *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*. 2012. 310 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.
- MARTINS, M. S. C. *Entre palavras e coisas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002
- SILVA, A. de M. *Diccionario da Lingua Portuguesa – Lisboa: Tipographia Lacéridina*, Tomos I e II. 1813. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. (Coleção Filologia e Linguística).
- \_\_\_\_\_. *Linguística como Ciência*. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 8-62.

**Recebido em:** 02/09/2016

**Aprovado em:** 20/01/2017

# **“O rouge virou blush”. Será, Veríssimo? O que nos dizem os dados do Atlas Linguístico do Brasil/Centro-Oeste**

**Daniela de Souza Silva Costa**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil  
danielasilva@hotmail.com

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1756>

## **Resumo**

Tendo por base a teoria do Relativismo Linguístico Sapir-Whorf, entendemos a língua como objeto social, meio pelo qual os homens, além de transmitir crenças, hábitos e conhecimentos, também compreendem sua realidade e mesmo a transformam. Nesse sentido, este estudo discute traços da realidade linguística do Centro-Oeste a partir dos nomes para *rouge/blush* proferidos pelos informantes do Projeto Atlas Linguístico do Brasil entrevistados em 21 localidades do interior e também nas três capitais de Estados dessa região, tendo por base o aporte teórico da Lexicologia, da Dialectologia e da Geolinguística. Como objetivos do trabalho, busca-se compreender como a realidade linguística pode revelar características como relações sociais e aspectos sócio-histórico-econômicos da comunidade em questão, além de se ratificar a importância dos estudos lexicais para o (re)conhecimento de realidades linguísticas em determinado tempo e espaço, aqui representados pelo Centro-Oeste no limiar do século XXI.

**Palavras-chave:** norma linguística; centro-oeste; *rouge*; Projeto ALiB.

## **"The rouge turned blush". Is it true, Veríssimo? What data from Linguistic Atlas of Brazil/Brazilian Midwest Region say to us**

### **Abstract**

Based on the theory of Sapir-Whorf Linguistic Relativity, we understand the language as a social object, the mean by which men, in addition to transmit beliefs, habits and knowledge, also see their reality and even transform it. In this sense, this study discusses the linguistic reality traces of the Brazilian Midwest Region from the names to rouge/blush cast by Linguistic Atlas Project of Brazil informants interviewed in 21 localities of the countryside and also in the three state capitals of the region, based on the theoretical framework of Lexicology, Dialectology and Geolinguistics. As objectives of the work, we seek to comprehend how the linguistic reality can reveal features such as social relationships, socio-historical and economic aspects of the community in question, and to confirm the importance of lexical studies for the acceptance of linguistic realities in a given time and space, here represented by the Midwest in the XXI century threshold.

**Keywords:** linguistic norm; Brazilian Midwest Region; rouge; ALiB Project.

## Introdução

“O rouge virou blush  
O pó-de-arroz virou pó-compacto  
O brilho virou gloss”

*Luis Fernando Veríssimo*

Esta epígrafe é parte de uma crônica de Veríssimo que revela o lirismo visto a partir da ótica poética presente nas mudanças linguísticas e, por isso, foi escolhida para introduzir este artigo. Além disso, trata diretamente do referente a que se reporta este trabalho, especialmente no que tange a suas hipóteses, bem como a alguns resultados de estudos anteriores, como será visto no seguimento do texto.

Concordamos com o eu-lírico que vê a mudança da sociedade a partir das variações linguísticas que ocorrem no decurso do tempo, por exemplo. Isso porque toda língua traz consigo a realidade da comunidade que a utiliza, haja vista refletir os modos de ser, de viver e de pensar desse grupo, e até mesmo por organizar pensamentos e conhecimentos do homem. Mesmo não sendo consenso entre os linguistas, o princípio teórico do Relativismo Linguístico, advindo da denominada hipótese Sapir-Whorf, subsídio dessa afirmação bem como deste trabalho como um todo, é aceita na comunidade acadêmica, até por responder a inquietações dos estudos linguísticos que encontram achados, muitas vezes, reveladores das alterações na norma linguística. Isso porque “[...] todo sistema lingüístico manifesta, tanto no seu léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e da cultura com que ela se conjuga” (BIDERMAN, 1998, p. 93).

Nesse sentido, mudanças na organização social de uma comunidade podem se refletir na língua em uso num dado momento sócio-histórico, especialmente no nível lexical, responsável pela nomeação dos elementos que compõem toda a vida circundante do homem.

Nessa seara, recuperando as palavras de Lucchesi (1998, p. 95), “[...] as mudanças na língua seriam, em sua maioria, uma resposta às novas exigências de expressão, decorrentes das alterações no universo cultural da comunidade linguística, das descobertas científicas e tecnológicas etc.”. E essas mudanças linguísticas foram especialmente consideradas nos estudos de William Labov (1972), por meio da Sociolinguística Variacionista.

Mas o que dizer da não-mudança linguística? O que pensar quando certas comunidades, em detrimento do movimento que uma norma linguística apresenta em busca de mudanças que atendam a novas exigências sociais, mostram-se, pelo menos, incólumes a essas variações?

Também a Sociolinguística, associada à Dialetoлогия, busca respostas para essas perguntas, tendo em vista que a solução para o entendimento da não-mudança pode residir exatamente na relação entre léxico e sociedade, léxico e cultura.

Considerando o exposto, este artigo busca discutir a relação entre léxico, cultura e sociedade por meio do exame de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil concernentes aos inquéritos realizados na região Centro-Oeste brasileira em 24 cidades,

localidades do interior e capitais dos três Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, no que diz respeito aos nomes dados a “aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 37). Com vistas a atingir esse objetivo, o trabalho analisa as unidades lexicais catalogadas sob as perspectivas diatópica e léxico-semântica, buscando motivações em fatores sociais, econômicos e culturais.

## **Fundamentação teórica e metodológica**

Considerando-se que “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 1978, p. 80), reportamo-nos à hipótese do Relativismo Linguístico, proposta inicialmente por Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, pesquisadores norte-americanos que defendiam a tese de que, por meio da língua, as ideias eram formadas e organizadas para também serem expressas. Nesse sentido:

[...] Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua. (BIDERMAN, 1978, p. 139).

Partindo desse pressuposto, concebemos a língua, e mais especificamente o léxico, como produto social, cujo estudo pode propiciar um maior conhecimento da realidade linguística e também da sociedade num dado momento histórico. E, com o intuito de compreender fatos linguísticos considerando-se também aspectos extralinguísticos, nosso aporte teórico contempla, além da Semântica e da Lexicologia, também a Sociolinguística, a Dialectologia e a Geolinguística, cujo objeto de investigação, grosso modo, é a língua e seus usos.

Enquanto a Semântica, no caso a lexical, estuda os sentidos das palavras<sup>1</sup> e a Lexicologia investiga a origem e as transformações fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas dos itens lexicais, a Dialectologia é o “ramo dos estudos da ciência da linguagem que se ocupa da variação e da diversidade de usos” (CARDOSO, 2008, p. 16). Essa variação, bem como a diversidade de usos mencionada, é motivada por vários fatores, muitos deles extralinguísticos, como o espaço social e geográfico em que a língua se insere. O espaço geográfico, pois, tem lugar nos estudos dialetais haja vista que:

[...] Evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso da história. (CARDOSO, 2010, p. 15).

---

<sup>1</sup> Usamos aqui um conceito de palavra da Semântica Lexical presente em Tamba (2006, p. 70): “numa primeira aproximação, as palavras são um conjunto de formas fônicas e gráficas autônomas, estáveis, que constituem o léxico de uma língua”.

Dessa maneira, os estudos dialetológicos servem-se do aporte da Geolinguística para a cartografiação de seus dados também com o auxílio das informações de quem as fornece, de acordo com perfis específicos<sup>2</sup> e em espaços determinados:

[...] Na geolinguística pluridimensional contemporânea, soma-se ao parâmetro diatópico, prioritário em trabalhos dessa natureza, o interesse por outros tipos de variação, como a diagenérica [variação entre os gêneros/sexos masculino e feminino], a diastrática [variantes sociais], a diageracional [considerando-se a idade dos falantes], entre outras. (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 22).

Assim, estudos dialetológicos e sociolinguísticos aproximam-se sobremaneira, tendo em vista que ambas as disciplinas tratam da variação linguística, porém sob perspectivas diferentes. A Sociolinguística ocupa-se da relação entre língua e sociedade, entre a língua e seu uso. Considera, por exemplo:

[...] [Que] dois falantes de uma mesma língua ou variedade dialetal dificilmente se expressam exatamente do mesmo modo, assim como um único falante raramente se expressa da mesma maneira em duas diferentes circunstâncias de comunicação [...]. [O que a] Sociolinguística faz é correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o lingüístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares. (CAMACHO, 2005, p. 50).

No caso deste texto, mais especialmente, utilizamos o princípio sociolinguístico das Redes Sociais, herança da Antropologia Cultural e da Psicologia Social. Segundo Bortoni-Ricardo (2014, p. 130), “[...] uma rede social é concebida como o conjunto de vínculos de qualquer tipo que se estabelecem entre as pessoas de um grupo [...] [e] as características desses vínculos podem ser muito reveladoras das identidades dos membros do grupo”.

Nota-se, pois, que os estudos que partem da relação entre língua e sociedade podem contribuir para a compreensão de diversos fatos linguísticos, uma vez que comunidades sociais distintas acabam por diferenciar também suas normas linguísticas, mesmo em um único macroespaço geopolítico, como é o caso do Brasil.

Nesse país de dimensões continentais, pesquisas têm demonstrado a riqueza linguística advinda das diferentes realidades das regiões brasileiras, como se pretende fazer neste trabalho. O Atlas Linguístico do Brasil, por exemplo, projeto de cunho geolinguístico que documenta a norma linguística em uso pelos brasileiros neste século, já tem dado mostras da referida riqueza.

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) – empreendimento de grande amplitude, de caráter nacional, em desenvolvimento – tem por meta a realização de um atlas geral do Brasil no que diz respeito à língua portuguesa. Desejo que permeia a

---

<sup>2</sup> O método geolinguístico orienta que apenas dados linguísticos advindos de pesquisas com mesma metodologia são passíveis de uma análise contrastiva coerente. Nesse sentido, o Projeto ALiB adota um questionário único aplicado a todos os inquiridos – composto por 431 questões que contemplam realizações fonético-fonológicas (159 perguntas); prosódicas (11 questões); semântico-lexicais – 14 áreas semânticas (202 perguntas); morfossintáticas (49 questões); pragmáticas (quatro perguntas) e metalinguísticas (seis perguntas), além de quatro temas para discursos semidirigidos e um texto para leitura. Quanto ao perfil dos entrevistados, estes devem ser naturais da localidade e filhos de pais oriundos da mesma região linguística, homens e mulheres, de duas faixas etárias (18 a 30 e 50 a 65 anos), com escolaridade fundamental (interior e capitais) e universitária (capitais).

atividade dialetal no Brasil, durante todo o desenvolvimento dos estudos linguísticos e filológicos, ganha corpo nesse final/começo de milênio, a partir de iniciativa de um grupo de pesquisadores [...] que envolve hoje doze Universidades (PROJETO ALIB, 2016).

Nos primeiros volumes do ALiB publicados em 2014 (CARDOSO et al., 2014), pode-se confirmar a importância da variação, tanto fonética quanto lexical, na constituição da variante brasileira do português, e esse Projeto também subsidia este trabalho, fornecendo os dados em tela, bem como a metodologia utilizada nas análises.

Assim, a continuidade deste texto dá-se com a apresentação e a análise de dados dos pontos de vista diatópico e léxico-semântico com o intuito de compreender aspectos da realidade linguística da região Centro-Oeste por meio das informações ora analisadas, bem como intenta entender como fatores políticos, econômicos e sociais refletem-se na seleção lexical dos falantes.

## **Apresentação e análise de dados**

Ao examinarmos os inquéritos realizados pelo Projeto ALiB com os 108 informantes das capitais e das localidades do interior dos estados<sup>3</sup> que compõem a região Centro-Oeste, registramos quatro unidades lexicais<sup>4</sup> para designar “aquilo que as mulheres passam no rosto, nas bochechas, para ficarem mais rosadas” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001, p. 37): *rouge*, *blush/bronze* e *carmim*.<sup>5</sup>

Sob a perspectiva lexicográfica, *rouge* encontra-se dicionarizado em Houaiss (2001) como “pó ou pasta, de tonalidade entre o rosa e o vermelho, que se espalha nas maçãs do rosto”, definição semelhante à encontrada em Caldas Aulete (2006). Segundo essas mesmas obras, deriva do francês *rouge*, “que tem a cor característica do sangue, de certas flores”; s.m. 'colorante vermelho' (HOUAISS, 2001), dicionário este que ainda oferece a datação desta unidade léxica em português como do ano de 1130.

*Blush*, por sua vez, é definido como o “cosmético em pó ou creme, usado para corar a face; *rouge*” (HOUAISS, 2001), advindo do inglês e datado, em língua portuguesa, do ano de 1969. *Bronze*, que foi associado a *blush*, significa “substância, por exemplo, pigmento, pó ou tinta, para dar a uma superfície uma aparência brônzea ou de outro metal brilhante”. Fizemos a associação entre ambas as variantes léxicas por compreender a segunda como uma provável derivação da primeira, ou também pelo fato de bronze se tratar de outra unidade léxica que, por analogia entre as cores, foi associada a *blush*, *rouge*, calcando-nos também na dúvida do informante que a mencionou na fala.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> A partir da metodologia adotada pelo Projeto ALiB, compõem seu quadro de informantes quatro indivíduos com Ensino Fundamental em cada localidade, interior e capitais, e mais quatro em cada capital (nível universitário).

<sup>4</sup> A ordem na apresentação dos itens respeitou a produtividade (número de ocorrências) das respostas.

<sup>5</sup> Houve ainda uma ocorrência de ruído, mas não consideramos essa variante neste estudo por não dizer respeito ao referente em pauta.

<sup>6</sup> Depois de responder *bronze*, ao ser perguntado novamente sobre o nome para o referente em questão, o informante jovem de escolaridade ensino fundamental morador de Alto Araguaia (MT) respondeu: “Bronze, bronze, não sei, *blog* eu não lembro isso”.

*Carmim*, a última unidade lexical analisada sob o viés léxico-semântico, advém do étimo de origem francesa *carmin* e significa “matéria corante, de um vermelho muito vivo, extraída, originalmente, da cochonilha-do-carmim” (CUNHA, 2010), sendo datada de 1615 (HOUAISS, 2001). Esta obra fornece a informação de ser a “cor desse corante; carmesim, magenta”, registrando ainda que se trata de “voc. consid. gal. pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: *carmim*”. Entretanto, além dessas informações, o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea acrescenta-lhe tratar-se da própria “maquilagem líquida ou sólida, de cor vermelha, constituída por um corante neutro numa base gordurosa” (ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001).

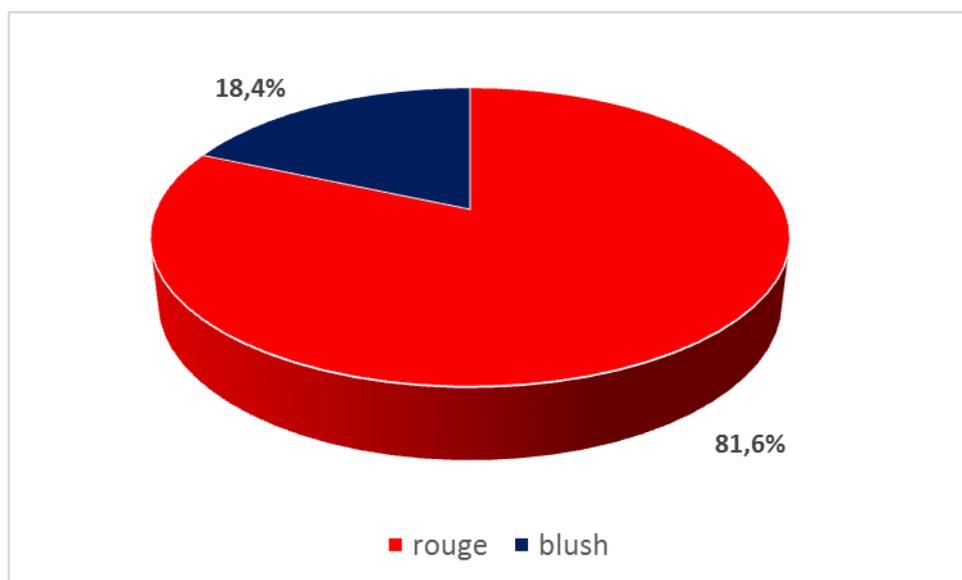
Nota-se, pois, que *carmim*, que designa a base do cosmético em pauta na questão 191 do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB (2001), ainda se refere à maquiagem cujos nomes estão sendo por este trabalho analisados, fato provavelmente motivado por um processo metonímico em que o item lexical passou a nomear não apenas a substância componente, mas também o próprio produto. Confirma essa afirmação a referência que a informante campo-grandense de escolaridade universitária e pertencente à faixa etária II forneceu: depois de responder *rouge* como sua resposta para a pergunta, ela fala que antigamente o nome era *carmim*, “[...] *carmim*... vô passá *carmim* pra í na festa, a minha vó falava. Eu lembro” (INF08/115), mostrando que essa designação já esteve presente em outro momento histórico da língua portuguesa, permanecendo em uso por pessoas mais velhas e, talvez por esse motivo, caindo em desuso ao menos no Centro-Oeste, região dos dados em análise.

No que diz respeito ao viés dialetológico e geolinguístico, as considerações acerca das unidades aqui consideradas antigas (dada sua datação), mas ainda presentes na fala do Brasil Central, encontram reforço em estudos já realizados anteriormente.

Paim e Guimarães (2012), por exemplo, associaram a variante lexical *rouge* aos falantes idosos, predominantemente, inclusive, em sua pesquisa que teve por base dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil coletados nas 25 capitais brasileiras. Para os pesquisadores, mesmo os falantes assim identificam suas respostas, dentre outros:

Os informantes da faixa II do Projeto ALiB podem ser considerados como idosos/velhos pelo próprio sentimento dos indivíduos dessa faixa, que se veem e creem como velhos, como ilustram as passagens: “[...] *Hoje chama blush, no meu tempo era rouge*” (Salvador, Mulher, 54 anos) (PAIM; GUIMARÃES, 2012, p. 304).

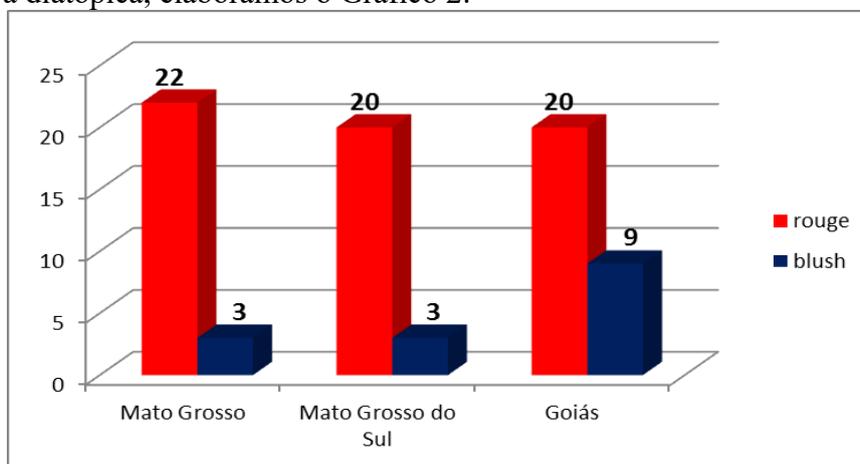
*Rouge* parece, pois, possuir uma marca diageracional a partir do compreendido pelo trecho acima, o que se confirma pelos dados do volume II do Atlas Linguístico do Brasil, que elucida: “[...] a denominação *rouge* foi registrada no discurso da maioria dos informantes das capitais brasileiras como uma variante típica de pessoas mais velhas” (CARDOSO et al., 2014, p. 334), além de essa mesma publicação relacionar as ocorrências de tal unidade léxica ao nível de escolaridade dos falantes na Carta L26 concernente ao *rouge*, uma vez que está fortemente presente na fala daqueles que têm ensino fundamental, sendo, contudo, a mais produtiva no universo das capitais brasileiras (CARDOSO et al., 2014). Essa predominância confirma-se também nos dados analisados por este estudo, como pode ser visualizado pelo Gráfico 1:



**Gráfico 1.** Produtividade dos designativos para “aquilo que as mulheres passam no rosto, na bochecha, para ficarem rosadas” nas localidades do Centro-Oeste/Projeto ALiB<sup>7</sup>

**Fonte:** Banco de Dados do ALiB. Elaborado pela autora

Com vistas a analisar a produtividade de *rouge* e *blush*<sup>8</sup> de acordo com a perspectiva diatópica, elaboramos o Gráfico 2:



**Gráfico 2.** Produtividade das unidades léxicas *rouge* e *blush* segundo os estados do Centro-Oeste/Projeto ALiB

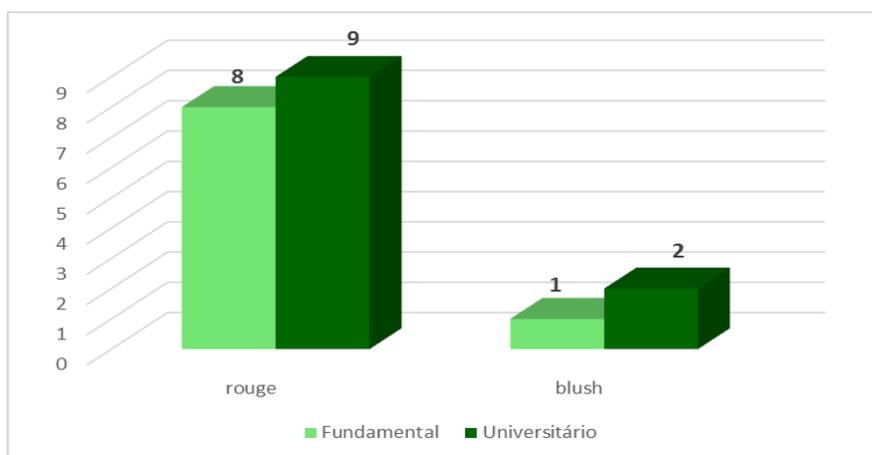
**Fonte:** Banco de Dados do ALiB. Elaborado pela autora

<sup>7</sup> No Gráfico 1, foram apresentadas apenas as unidades léxicas resultantes de respostas válidas para a pergunta que as gerou. Dentre as não válidas, foram documentadas as designações *pó*, *maquiagem* e *creme*. Além dessas, não foram computadas as ausências de resposta, que, no universo dos dados ora analisados, contou 21 ocorrências.

<sup>8</sup> Haja vista que o item lexical *carmim* foi ocorrência única, optamos por não o representar na análise diatópica.

Os dados gerais representados pelos Gráficos 1 e 2 demonstram a marcante presença de *rouge*, cuja soma de ocorrências é mais que o quádruplo de *blush*, a segunda variante léxica mais documentada (62 ocorrências de *rouge* – 81,6% – e 14 de *blush* – 18,4%).

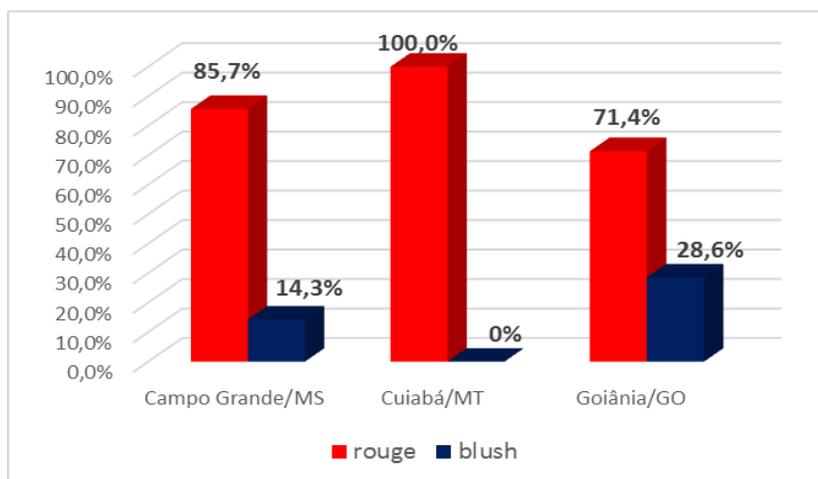
Se separarmos esses dados segundo o grau de escolaridade dos falantes – mesmo porque não podemos perder de vista que o nível universitário só é contemplado nas capitais de Estado, diferentemente do nível fundamental de escolaridade, presente em todas as localidades pesquisadas – veremos, mesmo assim, que o padrão de predominância do item léxico *rouge* frente à unidade lexical de segunda maior ocorrência, *blush*, mantém-se:



**Gráfico 3. Produtividade de *rouge* e *blush* de acordo com o grau de escolaridade dos informantes ALiB das capitais do Centro-Oeste brasileiro**

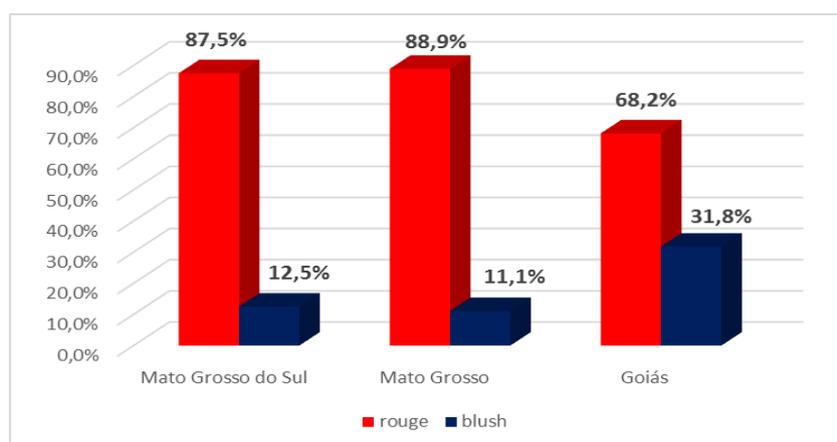
**Fonte: Banco de Dados do ALiB. Elaborado pela autora**

Já ao analisar separadamente dados das capitais e do interior, teremos o seguinte resultado, representados pelo Gráfico 4 os dados das capitais e, pelo Gráfico 5, os referentes às localidades do interior:



**Gráfico 4. Produtividade de *rouge* e *blush* nas capitais do Centro-Oeste brasileiro/Projeto ALiB**

**Fonte: Banco de Dados do ALiB. Elaborado pela autora**

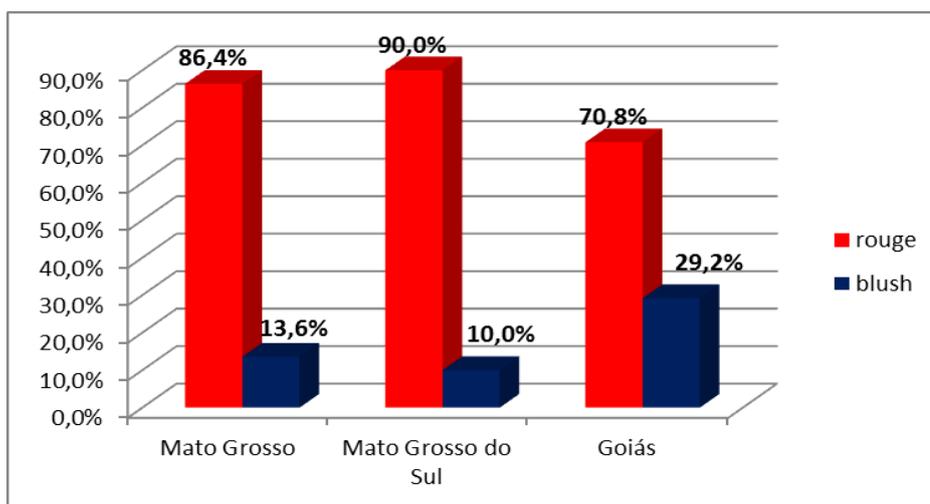


**Gráfico 5. Produtividade de *rouge* e *blush* em localidades do interior do Centro-Oeste brasileiro/Projeto ALiB**

**Fonte: Banco de Dados do ALiB. Elaborado pela autora**

Vemos, a partir dos Gráficos 4 e 5, que tanto as capitais quanto o interior dos estados do Centro-Oeste mantêm aproximações quanto às ocorrências das unidades léxicas em análise, bem como à proporção entre elas. Uma pequena variação é verificada em Goiás, tanto em sua capital, Goiânia, quanto nas oito localidades do interior: a diferença entre os registros de *rouge* e *blush* torna-se menor frente aos outros estados (15 ocorrências de *rouge* para sete de *blush* no interior e cinco para dois na capital). O estado de Goiás pode ter justificada essa diferença frente aos demais do Brasil Central devido ao seu histórico de povoamento, uma vez que, diferentemente dos mineiros, paulistas, nordestinos, gaúchos, dentre outros, que povoaram terras mato-grossenses e sul-mato-grossenses, destaca-se a presença nordestina em Goiás, que chegou em meados da década de 1960 para a construção de Brasília (FAUSTO, 2009) e ali permaneceu no cultivo de grãos e na lida de gado (SANDES, 2002).

Frente ao exposto, nossas análises serão direcionadas agora apenas aos dados dos informantes cuja escolaridade seja de Ensino Fundamental, uma vez que, como já mencionado, a educação universitária é apenas contemplada nas capitais de Estados, de acordo com a metodologia do Projeto ALiB, o que impossibilita uma comparação metodologicamente coerente entre os oito informantes de cada capital e os apenas quatro das localidades do interior. Mesmo tomando-se apenas os informantes de nível de escolaridade fundamental em todas as localidades pesquisadas, o panorama não se altera substancialmente, aumentando-se, inclusive, a predominância do item mais documentado:



**Gráfico 6. Produtividade de *rouge* e *blush* no interior do Centro-Oeste/Projeto ALiB, nível de escolaridade fundamental dos informantes**

**Fonte: Banco de Dados do ALiB. Elaborado pela autora**

A partir da análise dos gráficos, podemos questionar o que leva a região Centro-Oeste a manter, na língua em uso, palavras cuja datação se remete a fases anteriores da língua. Esse questionamento encontra reforço mesmo nas capitais dessa região, tendo em vista que, se considerarmos os dados fornecidos por falantes com formação universitária de Cuiabá, Campo Grande e Goiás, ainda assim temos o domínio de *rouge* frente a *blush* (81,6% e 18,4% das ocorrências, respectivamente).

Isso pode demonstrar certo conservadorismo linguístico.<sup>9</sup> Em sentido mais amplo, podemos entender o conservadorismo como traços da língua característicos do português arcaico (MELO, 1971), “[...] os quais já foram inovados no português europeu e em alguns padrões linguísticos urbanos do Brasil” (SANTOS, 2008, p. 241).

Talvez o relativo isolamento sociocultural, tendo em vista o distanciamento não tanto geográfico quanto histórico e econômico dessa região dos polos socioeconômicos do país, como São Paulo, por exemplo, aliado às condições geográficas da área, que por sua vez geram uma economia baseada especialmente na agropecuária e no extrativismo, pode explicar esse isolamento também linguístico tanto nas localidades do interior quanto até mesmo nas capitais dos Estados do Centro-Oeste, em que também predominou *rouge* (85% das ocorrências), uma vez que, embora com índice populacional maior que das demais cidades, as capitais concentram a administração dessa economia.

Explicando melhor: dentre as localidades que integram a rede de pontos do ALiB no Centro-Oeste<sup>10</sup>, apenas Aripuanã (MT) tem sua formação datada do século XX. Dentre as demais, algumas tiveram sua história ligada à pecuária, ciclo econômico iniciado já na segunda metade do século XIX com a aquisição de fazendas para a

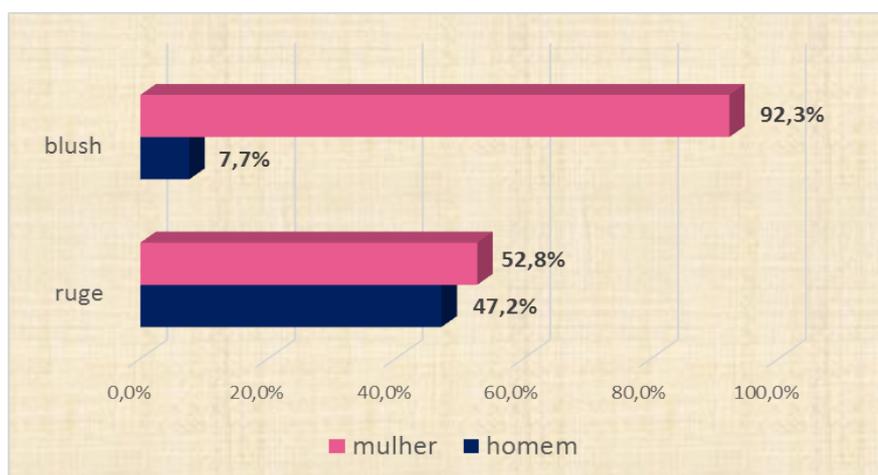
<sup>9</sup> Tais considerações dizem respeito ao Centro-Oeste brasileiro, região tratada por este estudo. Todavia, resultados das capitais brasileiras, como mencionado neste texto, também revelam resultados semelhantes.

<sup>10</sup> Cf. a relação das localidades que compõem a rede de pontos do ALiB em <[https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/rede\\_de\\_pontos.pdf](https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/rede_de_pontos.pdf)>.

criação de gado, em grande parte por mineiros que se fixaram no Brasil Central – como é o caso de Campo Grande (MS), Alto Araguaia (MT), Quirinópolis e Jataí (GO). Já a maioria das cidades do interior da região Centro-Oeste, que compõe a rede de pontos do Projeto ALiB, tem como elemento motivador de povoamento a mineração, tanto no que concerne à descoberta de jazidas e à conseqüente extração (Cuiabá, Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Poxoréu (MT) e Catalão, Goiás, Porangatu e São Domingos (GO)), quanto à descoberta de caminhos fluviais alternativos para o escoamento da produção (Barra do Garças (MT) e Nioaque (MS)). A segurança das fronteiras também motivou o surgimento de núcleos populacionais (Ponta Porã, Corumbá (MS) e Aruanã (GO)), entre os séculos XVII e XIX.

Atualmente, a região continua se destacando pela lida com o gado e, dada a escassez de minérios, também passou a ser importante para o agronegócio no cultivo de grãos, diferenciando-se, pois, de polos industriais e de serviços. Nesse sentido, a natureza do trabalho desenvolvido, as condições geográficas e mesmo as históricas fazem com que esse certo isolamento seja refletido em conservadorismo linguístico, pois essa relação “[...] parece justificar o fato de o vocabulário do grupo não ser marcado por grandes inovações” (ISQUERDO, 1998, p. 104).

Ratificam essa hipótese os dados analisados do ponto de vista diasssexual. Haja vista o referente se tratar de um cosmético de uso feminino, aventa-se a hipótese de ele ser mais conhecido por elas, ficando a cargo do homem, talvez, apenas observar o uso por parte das mulheres da casa. Vejamos o Gráfico 7:



**Gráfico 7. Produtividade de *rouge* e *blush* no Centro-Oeste/Projeto ALiB segundo a variável sexo, informantes de Ensino Fundamental**

**Fonte: Banco de Dados do ALiB. Elaborado pela autora**

Nota-se que a unidade léxica *blush* se restringe quase que totalmente à fala das mulheres, ainda dominada por *rouge*, por seu turno. E ainda há que se considerar que o único registro de *blush* no universo masculino, na verdade, deve-se ao fato de termos associado tal item lexical à variante *bronze*, proferida pelo jovem mato-grossense de Alto Araguaia (MT). Podemos então considerar que o domínio de *blush* no vocabulário feminino (92,3%) se deva ao maior contato com esse item, hoje à venda com esse nome, que substituiu, pelo menos comercialmente, o *rouge*.

Assim, também a predominância de *rouge* em ambos os sexos, enfraquecendo a produtividade de *blush* ao restringi-los apenas ao vocabulário ativo de 12 das 40 mulheres entrevistadas (no universo feminino, isso equivale a 30%), pode revelar marcas de conservadorismo linguístico, refletindo um léxico passado de geração a geração. Somam-se a essa afirmação os diversos comentários de informantes presentes nos inquéritos, como ilustram os seguintes: “antigamente era rouge” (mulher, faixa etária II, Alto Araguaia-MT), ou revelando a consciência da mudança linguística: “Rouge. Era pra ficar bem rosadinho assim, mas acho que... agora é blush, ficou mais chique” (mulher, faixa etária II, Goiânia-GO), ou mesmo demonstrando o uso por pessoas mais velhas: “de primeiro falava rouge: ‘ah, vou pass, vou comprar um rouge pra passar’, né?” (mulher, faixa etária II, Aruanã-GO), além de outros.

O último comentário, inclusive, associado a outros aqui analisados, pode relacionar o conservadorismo linguístico à rede de relacionamentos dos informantes com seus familiares, círculo social e demais pares. A rede social estabelecida entre os moradores do Brasil Central parece contribuir para o comportamento linguístico ora demonstrado, mesmo porque a identidade de um grupo de falantes agrega também a norma linguística em uso. Esse princípio mostra-se bastante pertinente para esta análise uma vez que, não raras vezes, citou-se que já foi ouvido da mãe ou da avó determinada unidade léxica, assim como as relações familiares ainda muito próximas mesmo com gerações passadas, como com as avós, pode auxiliar a manutenção de vocábulos típicos de outros momentos.

Além disso, com questões geográficas particulares frente aos grandes centros que ocasionam atividades econômicas como a lida com o gado e o agronegócio, a norma linguística parece ser influenciada por esse relativo isolamento, mantendo ativas no léxico palavras com datação mais antiga.

Assim, pode-se concluir que fatores como a história social, econômica e cultural da localidade, associada à relação entre seus membros, pode influenciar fortemente a norma linguística em uso em dados espaços.

### **À guisa de uma conclusão**

Iniciando o tópico cuja motivação é refletir sobre o objeto de estudo deste artigo, acreditamos ser importante seguir os preceitos de Sapir, para quem “[...] o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam” (SAPIR, 1969, p. 49). Mesmo porque essa proposição reflete o que acreditamos ser a língua: um produto social, meio pelo qual as pessoas entendem sua realidade e a transmitem, junto a crenças, hábitos e tradições.

O universo dos dados aqui analisados revelou essa intrínseca relação entre léxico e sociedade, léxico e cultura, uma vez que este trabalho demonstrou que a unidade léxica *rouge*, datada ainda do século XII, está presente na fala de todos os habitantes, jovens ou não, homens e mulheres (81,6% das ocorrências). Esse comportamento linguístico pode ser mais bem esclarecido se tomarmos as questões sócio-histórico-econômicas das localidades, que tiveram raízes no extrativismo mineral e na pecuária e mesmo hoje permanecem com o agronegócio como principal fonte de renda, tendo em vista que isso pode acarretar certo isolamento sociocultural, ajudando a manter aspectos

anteriores da língua ainda em uso no Português do Brasil, aqui representado pela fala do Centro-Oeste brasileiro.

Isso se confirma com a baixa produtividade de *blush*, variante utilizada comercialmente para nomear o referente em pauta, mas que alçou apenas 18,4% de produtividade no universo de dados, ficando ainda quase restrita ao universo feminino (92,3% dos registros de *blush* foram documentados na fala de mulheres). Isso demonstra que, mesmo estando presente no mercado cosmético atual e tendo sua datação mais recente (1969), *blush* é preterida no uso vocabular da amostra de falantes da região Centro-Oeste, provavelmente a partir das hipóteses já apresentadas.

Também a ocorrência de *carmim* parece demonstrar um estágio ainda mais anterior da norma linguística. Mesmo com a baixa produtividade, o comentário sobre esse item lexical demonstra a consciência do falante frente às mudanças por que passa a língua.

Enfim, buscou-se demonstrar como os estudos lexicais têm ajudado a documentar a língua em uso, neste caso representada pelo vocabulário dos falantes do Brasil Central entrevistados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil, tão particular, por vezes, em certas regiões, como pode ser conhecido a partir dos dados em tela. Além disso, confirmou-se a importância das relações sociais, econômicas e culturais como fator determinante para as escolhas lexicais dos falantes, tendo em vista que:

[...] o estudo da linguagem não pode renegar a interação entre o social e o individual que se realiza ao nível do ato de fala; e, mais do que isso, a concepção de língua que fundamente esse estudo tem que comportar em si a dinamicidade dessa interação (LUCCHESI, 1998, p. 56).

Esperamos, dessa forma, contribuir para com as pesquisas linguísticas, bem como auxiliar na documentação, no conhecimento e mesmo no respeito às variedades linguísticas presentes no Português do Brasil, que dão cor local a este idioma e que em muito refletem o próprio modo de ser e de viver tão típico dos brasileiros, aqui representados por habitantes das 24 localidades do Centro-Oeste.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. v. I, Lisboa: A-F, 2001.

AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2006.

BIDERMAN, M. T. de C. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

\_\_\_\_\_. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: <[http://dlev.fflch.usp.br/sites/dlev.fflch.usp.br/files/Biderman1998\\_0.pdf](http://dlev.fflch.usp.br/sites/dlev.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

- CAMACHO, R. G. Sociolinguística II. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v. 1. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 49-75.
- CARDOSO, S. A. M. Reflexões sobre a Dialectologia. In: ISQUERDO, A. N. (Org.). *Estudos geolingüísticos e dialetais sobre o português*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 13-31.
- \_\_\_\_\_. *Geolingüística*. Tradição e Modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CARDOSO, S. A. M. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, 2014.
- CARDOSO, W.; CUNHA, C. *Estilística e gramática histórica: português através de textos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Lingüístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: Eduel, 2001.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13. ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- ISQUERDO, A. N. Vocabulário regional da Amazônia acreana. *Alfa*, São Paulo, 42 (n. esp.), p. 93-107, 1998.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da linguística neste século*. Lisboa: Colibri Artes gráficas, 1998.
- MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1971.
- MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (Org.). *Documentos 2: projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-26.
- PAIM, M. M. T.; GUIMARÃES, M. S. Caminhos do projeto ALiB: reflexões sobre a emergência da identidade social de faixa etária. *Entrepalavras*, Fortaleza, ano 2, v. 2, n. 1, p. 293-305, jan./jul. 2012.
- PROJETO ALIB. ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL. *Histórico*. Disponível em: <<https://alib.ufba.br/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- SANDES, N. F. Memória e história de Goiás. SANDES, N. F. (Org.). In: *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002. p. 17-35.
- SANTOS, T. F. R. *A mudança adjetivo/nome > nome/adjetivo e o conservadorismo da fala rural goiana*. 2008. 576 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/DAJR-88QG9G/750d.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Acadêmica, 1969.

TAMBA, I. *A Semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

VERÍSSIMO, L. F. *E tudo mudou...* Disponível em:  
<<https://poemasfrasesetextos.wordpress.com/cronicas-textos/luis-fernando-verissimo/>>.  
Acesso em: 20 jun. 2016.

**Recebido em:** 17/10/2016

**Aprovado em:** 05/03/2017